

**Vidas na Raia: Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira** é um estudo sobre o campo social da prostituição nas zonas fronteiriças do Norte de Portugal (Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior), ao longo do qual, contextualizados os espaços, se reflecte sobre as origens, os trajectos e as expectativas de vida, assim como sobre as razões da entrada e permanência das mulheres que trabalham na prostituição. Mereceu especial atenção a análise das diversas facetas dos seus quotidianos de vida e algumas reflexões sobre os actores sociais envolvidos (clientes e proprietários dos bordéis). Face às dinâmicas, algumas de dimensão global, que influenciam notoriamente este campo social, o trabalho incide também sobre as estratégias migratórias que envolvem as mulheres inquiridas e os processos de ajuda à migração.

Do ponto de vista sociopolítico, este livro surge num momento em que se confrontam, de forma amíde exacerbada, modelos diferentes ou mesmo antagónicos sobre o sexo mercantil, fundados em distintas visões da sexualidade, do uso do corpo e do papel desempenhado pelas emoções e afectos, esperando poder contribuir para a discussão dos dilemas agudos que se colocam aos cidadãos e ao Estado, em cuja resolução devem participar as diversas organizações sociais e políticas, sem esquecer as próprias cidadãs e cidadãos, a começar pelos colectivos de mulheres, homens e transgéneros que extraem do comércio do sexo o seu sustento.

**Manuela Ribeiro.** Socióloga, professora associada no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), investigadora efectiva no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) e investigadora associada no Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS).

**Manuel Carlos Silva.** Sociólogo, professor catedrático no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Minho, director do CICS e investigador associado do CETRAD.

**Johanna Schouten.** Antropóloga social, professora associada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior (UBI) e investigadora efectiva no Centro de Estudos Sociais da UBI.

**Fernando B. Ribeiro.** Antropólogo social, professor auxiliar no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da UTAD, investigador efectivo no CETRAD e investigador associado no CICS.

**Octávio Sacramento.** Antropólogo social, assistente no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da UTAD, investigador no CETRAD e investigador associado no CICS.

O trabalho de campo, 2001 e 2004, contou com a participação de estudantes de licenciatura e de pós-graduação sob orientação directa dos coordenadores responsáveis pelo projecto.

**FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia**  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



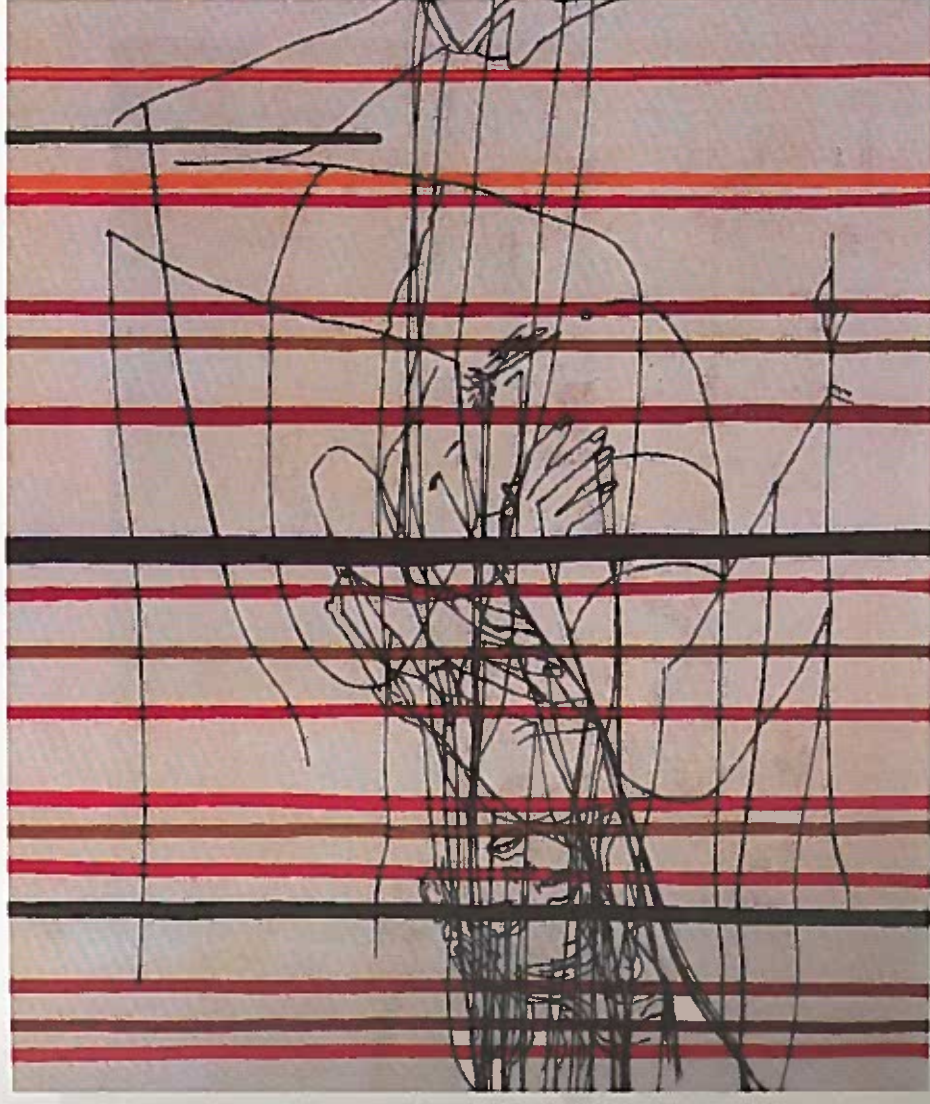
BIBLIOTECA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS | SOCIOLOGIA, EPISTEMOLOGIA | 61

Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva  
Johanna Schouten, Fernando B. Ribeiro  
Octávio Sacramento

MANUELA RIBEIRO, MANUEL CARLOS SILVA, JOHANNA SCHOUTEN  
FERNANDO B. RIBEIRO, OCTÁVIO SACRAMENTO

# Vidas na Raia

## Prostituição feminina em regiões de fronteira



Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira

61

BIBLIOTECA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Edições  
Afrontamento

## SOCIOLOGIA/EPISTEMOLOGIA

### Volumes publicados:

1. *Marx Crítico de Marx*, 1.º volume, João Bernardo, 1977
2. *Marx Crítico de Marx*, 2.º volume, João Bernardo, 1977
3. *Marx Crítico de Marx*, 3.º volume, João Bernardo, 1977
5. *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, José Madureira Pinto, 2.ª edição, 1985
6. *Metodologia das Ciências Sociais*, José Madureira Pinto e Augusto Santos Silva (orgs.), 12.ª edição, 1986
7. *Epistemologia das Ciências da Educação*, Adalberto Dias de Carvalho, 4.ª edição revista, 1996
8. *Entre a Razão e o Sentido: Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, Augusto Santos Silva, 3.ª edição, 1988
9. *Os Fenómenos Políticos*, António Teixeira Fernandes, 2.ª edição, 1988
10. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Boaventura de Sousa Santos, 6.ª edição, 1989
11. *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Moisés de Lemos Martins, 1990
12. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Boaventura de Sousa Santos, 3.ª edição, 1990
13. *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, João Freire, 1993
15. *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, João Freire, 3.ª edição revista, 1993
16. *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Augusto Santos Silva, 1994
17. *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, José Madureira Pinto, 2.ª edição, 1994
18. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Boaventura de Sousa Santos, 8.ª edição, 1994
20. *As Ciências do Impreciso*, Abraham Moles, 1996
21. *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*, Moisés de Lemos Martins, 1996
22. *Imagens e Clivagens. Os Residentes face aos Emigrantes*, Albertino Gonçalves, 1996
23. *A Sociedade e o Estado. Sociologia das Formações Políticas*, António Teixeira Fernandes, 1997
24. *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Manuel Carlos Silva, 1998
25. *Macau: O Pequeníssimo Dragão*, Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, 1998
26. *O Estado Democrático e a Cidadania*, António Teixeira Fernandes, 1998
27. *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia para uma Nova Ideia de Estado*, Carlos Eduardo Pacheco Amaral, 1998
28. *O Confronto de Ideologias na Segunda Década do Século XX. À Volta de Fátima*, António Teixeira Fernandes, 1999
29. *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Manuel Pinto, 1999
30. *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*, Boaventura de Sousa Santos, 2.ª edição, 2000
31. *Histórias de Vida e Identidades*, Ricardo Vieira, 1999
32. *Os Vincados Padrões do Tecido Social*, José Virgílio Borges Pereira, 1999

Manuela Ribeiro • Manuel Carlos Silva

Maria Johanna Schouten

Fernando B. Ribeiro • Octávio Sacramento

# **VIDAS NA RAIA**

## **Prostituição feminina em regiões de fronteira**

 Edições  
Afrontamento



Índice de figuras	9
Índice de quadros	11
Siglas	13
Glossário	15
Agradecimentos	17
Nota prévia	19
Introdução	21
<b>Capítulo 1: Problema, teoria e história</b>	29
1. O problema	29
2. Prostituição, sexualidade e poder	36
3. Enquadramento e perspectivas teóricas	42
4. A prostituição como estigma e fenómeno desviante	48
5. Retrospectiva sócio-histórica sobre a prostituição	54
6. Os modelos político-jurídicos de enquadramento da prostituição	63
<b>Capítulo 2: Um terreno entrelaçado: métodos, técnicas e estratégias de pesquisa</b>	69
1. Prostituição feminina: uma pesquisa particularmente difícil	69
2. Os instrumentos de recolha de dados, observação e inquirição	76
2.1. A abordagem exploratória às temáticas e ao terreno da pesquisa	78
2.2. A observação directa dos contextos prostitutionais	80
3. O trabalho no terreno: notas das equipas de investigação	94
3.1. A equipa de Trás-os-Montes	94
3.2. A equipa do Minho	97
3.3. A equipa da Beira Interior	102
<b>Capítulo 3: Espaços e lugares de prostituição</b>	109
1. Territórios de fronteira: modos de vida e cultura	109

Edição em colaboração com:

CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento – UTAD



CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais – UM

CES – Centro de Estudos Sociais – UBI

**Título**

**Autores**

**Imagem da Capa**

**Edição**

**Coleção**

**Nº de edição**

**ISBN**

**Depósito legal**

**Impressão e acabamento**

Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira  
Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Maria Johanna Schouten, Fernando B. Ribeiro,  
Octávio Sacramento

© 2007 Autores e Edições Afrontamento

Ghada Amer. «Big Drops», 1999 (pormenor)

Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / geral@edicoesafrontamento.pt

Biblioteca das Ciências Sociais / Sociologia / Epistemologia / 61

1125

978-972-36-0783-3

229779/05

Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Janeiro de 2008



112	2. Contextos transfronteiriços e prostituição	267
116	3. Ambientes de acção	268
116	3.1. A zona de Trás-os-Montes	
127	3.2. A zona da Beira Interior	
134	3.3. A zona do Minho	
149	<b>Capítulo 4: Perfis sociodemográficos, origens sociais e trajectos de vida das mulheres</b>	
149	1. Caracterização sociodemográfica	
153	2. Profissões e recursos escolares dos pais	
158	3. Percursos biográficos, experiências e desestruturas familiares	
159	3.1. Infância e adolescência: o contexto familiar	
163	3.2. Primeiras experiências: paixões, práticas e (ab)usos sexuais	
167	3.3. Socializações e vivências de bairro e de escola: as (des)integrações	
170	4. Profissões e perfis escolares anteriores à prostituição	
171	4.1. Actividades e (in)existência de vínculos laborais	
173	4.2. Perfis escolares por geração e por nacionalidade	
177	5. O caminho da prostituição: razões e motivações	
183	5.1. O processo de decisão: necessidade e/ou opção?	
186	6. Traços sociodemográficos e percepções das mulheres ao início da prostituição	
186	6.1. Idade de entrada na prostituição: um choque inicial?	
188	6.2. Estado civil e tipos de agregados familiares	
190	6.3. As relações com namorados, maridos e companheiros	
193	<b>Capítulo 5: Mulheres na noite, mulheres na rua</b>	
193	1. O trabalho sexual como um «destino» social não sonhado	
196	2. Contextos de emergência e sinais de incidência do estigma <i>puta</i>	
197	2.1. A estigmatização no meio social, comunicacional e político	
207	2.2. A repressão e a estigmatização por forças institucionais estatais e eclesásticas	
212	3. Trabalhadoras sexuais: por um esboço tipológico de síntese	
214	3.1. A prostituição abrigada em clubes	
216	3.2. Contornos da prostituição desabrigada	
220	3.2.1. O proxeneta: um elemento (ainda) significativo na prostituição de rua	
222	4. Seis retratos breves de mulheres-prostitutas de rua	
241	<b>Capítulo 6: Entre os dois lados do mundo: mulheres migrantes no contexto da prostituição</b>	
241	1. O carácter interétnico e supra-estatal da prostituição	
243	2. Migrações: entre o tráfico e a prostituição não forçada	
246	3. Emigrar para continuar a viver: a força dos constrangimentos económicos	
247	4. Vindas do outro lado do mundo	
248	4.1. Partir por necessidade e sabendo ao que vêm	
252	5. Os arranjos que dão corpo à viagem: parceiros e artimanhas	
262	6. De «turistas» à chegada a imigrantes ilegais: estadias e deambulações	
267	6.1. Uma constante mudança de lugar	
268	6.2. Ficar escondidas	
271	<b>Capítulo 7: Quotidianos de vida e de trabalho das mulheres</b>	
271	1. « <i>Vamos subir?</i> » Estratégias e práticas no quotidiano do trabalho sexual em clubes	
282	2. A itinerância como dimensão estruturante dos quotidianos	
287	3. Conflitos e solidariedades no trabalho: patrões e colegas	
287	3.1. Trabalhadoras sexuais e patrões	
293	3.2. As colegas	
297	4. Aprender a fazer, aprender a estar: a iniciação ao trabalho sexual	
301	5. Dando voltas pela cidade, falando ao telefone: práticas de lazer (e de trabalho) no meio prostitucional	
307	6. Violência em tempos e contextos de não-trabalho	
309	6.1. Formas e expressões de violência em quotidianos de não-trabalho	
309	6.1.1. Viver entre um clube e outro: com a casa às costas, vidas errantes e desenraizadas	
310	6.1.2. A indiferenciação dos espaços: trabalhar e viver sem sair do sítio	
313	6.1.3. Ser trabalhadora sexual num clube: viver às avessas e à espera da noite	
316	6.1.4. Predominantemente vistas como <i>putas</i>	
321	<b>Capítulo 8: Sustentadoras de famílias</b>	
321	1. Os proventos monetários proporcionados pelo trabalho sexual	
328	2. Os encargos no presente	
334	3. As poupanças e as preocupações com o futuro	
334	3.1. A poupança como meta	
338	3.2. Destinos e planos para as poupanças	
341	<b>Capítulo 9: As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição extrema</b>	
341	1. A condição de mãe	
342	2. Uma maternidade precoce e quase sempre accidental	
344	3. Uma maternidade multiplicada e de responsabilidade exclusiva pelos filhos	
347	4. Uma maternidade vivida à distância	
351	5. Uma maternidade anterior à prostituição	
353	6. Uma maternidade valorizada	
357	<b>Capítulo 10: Sobre os clientes: protagonistas «invisíveis» da prostituição</b>	
357	1. Os clientes pelos olhos das mulheres prostitutas	
358	1.1. Quem são e como são os seus clientes?	
362	1.2. «Mal casados e mal amados»	
364	1.3. Uma relação instrumental: «são só objectos, 25 minutos»	
366	2. Os clientes dos clubes raianos: deambulando entre os dois lados da fronteira	
369	3. Desviantes, dominantes e ganhadores em absoluto?	

369	3.1. Os clientes são homens comuns	68
371	3.2. Nem sempre dominam, nem sempre ganham	122
376	3.3. Identidades masculinas paradoxais	151
377	4. Motivações e comportamentos: esboço de uma tipologia	168
378	4.1. O sexualmente «indigente»	188
378	4.2. O sexualmente expansivo	199
380	4.3. O emocionalmente implicado	273
384	5. Masculinidade e sexualidade de risco	276
384	5.1. Masculinidade hegemónica e comportamentos sexuais de risco	297
388	5.2. Proximidade afectiva e inibição da prevenção	300
391	<b>Capítulo 11: Conclusões e recomendações</b>	306
391	1. Prostituição feminina em zonas transfronteiriças do norte de Portugal: regularidades e tendências	326
407	2. Recomendações	334
415	Bibliografia	358

	Figura 1: Os eixos da política e da acção social na economia do sexo	273
	Figura 2: Fotografias de espaços prostitucionais na zona raiana de Minho e Trás-os-Montes/Caliza	276
	Figura 3: Estado civil dos pais	297
	Figura 4: Grau de instrução das mulheres inquiridas	300
	Figura 5: Estado civil quando se começou a prostituir	306
	Figura 6: Capa da edição europeia da revista <i>Time</i> sobre o caso de Bragança (Outubro de 2003)	326
	Figura 7: Recusa em prestar algum tipo de serviço sexual	334
	Figura 8: Métodos contraceptivos utilizados regularmente	358
	Figura 9: Percepções sobre o exercício da prostituição à entrada na actividade	359
	Figura 10: Percepções sobre o exercício da prostituição à data do inquérito	360
	Figura 11: Final do campeonato do mundo de futebol (2002) num bar de Verín	361
	Figura 12: Administração dos rendimentos	361
	Figura 13: Aforro médio mensal	364
	Figura 14: Distribuição dos clientes por escalões etários (em %)	
	Figura 15: Distribuição dos clientes por grupos profissionais (em %)	
	Figura 16: Distribuição dos clientes por estado civil (em %)	
	Figura 17: Qualificação da relação usual com os clientes (em %)	
	Figura 18: Avaliação do tratamento dado pelos clientes (em %)	
	Figura 19: Sentimentos expressos pelas trabalhadoras sexuais sobre os seus clientes (em %)	

**ÍNDICE DE QUADROS**

150	Quadro 1: Distribuição das inquiridas segundo a nacionalidade
150	Quadro 2: Distribuição das inquiridas por intervalos de idades
151	Quadro 3: Distribuição das inquiridas segundo o meio de origem
152	Quadro 4: Orientação/educação na infância
154	Quadro 5: Profissão principal do pai, no passado e na actualidade
156	Quadro 6: Profissão principal da mãe na infância e actualmente
157	Quadro 7: Grau de instrução dos pais
170	Quadro 8: Profissões das mulheres antes da entrada na prostituição
173	Quadro 9: Tipo de vínculo de trabalho
174	Quadro 10: Cruzamento dos graus de instrução da mãe e do pai
175	Quadro 11: Comparação da escolaridade das inquiridas: portuguesas e estrangeiras
176	Quadro 12: Escolaridade das inquiridas estrangeiras por nacionalidade
176	Quadro 13: Escolaridade das inquiridas por tipo/local de prostituição
177	Quadro 14: Entrada na prostituição: primeira razão
178	Quadro 15: Entrada na prostituição: segunda razão
183	Quadro 16: Intervenção de terceiros no processo de decisão de entrada na prostituição
185	Quadro 17: Agentes intervenientes/influentes no processo de decisão
186	Quadro 18: Idade ao início da prostituição
189	Quadro 19: Tipo de agregado familiar ao início da prostituição
250	Quadro 20: Motivo principal da vinda para Portugal/Espanha
260	Quadro 21: Forma da viagem
281	Quadro 22: Regulamento interno afixado num clube da zona de Verín (versão traduzida)
282	Quadro 23: Frequência na mudança de lugar da prática da prostituição
303	Quadro 24: Descrição de um dia de trabalho



## SIGLAS

<b>ADN</b>	Ácido Desoxirribonucleico
<b>ANELA</b>	Asociación Nacional de Empresarios de Locales de Alterne
<b>APDHA</b>	Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía
<b>ARS</b>	Administração Regional de Saúde
<b>CAT</b>	Centro de Atendimento a Toxicodependentes
<b>CDEG</b>	Comité Directeur pour l'Égalité entre les Femmes et les Hommes
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CIDM</b>	Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
<b>CIMTM</b>	Comisión para la Investigación de Malos Tratos a Mujeres
<b>DST</b>	Doenças Sexualmente Transmissíveis
<b>EDIS</b>	Equipo de Investigación Sociológica
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e Tecnologia
<b>GATT</b>	General Agreement of Tarifs and Trade
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IDICT</b>	Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho
<b>IPSS</b>	Instituição Privada de Solidariedade Social
<b>KITLV</b>	Royal Netherlands Institute of Southeast Asian and Caribbean Studies
<b>MMB</b>	Movimento das Mães de Bragança
<b>OCT</b>	Organização Científica do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PALOP</b>	Países de Língua Oficial Portuguesa
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>RPAL</b>	Registos dos Processos de Alfândega do Lindoso
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SIDA</b>	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
<b>UBI</b>	Universidade da Beira Interior
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UM</b>	Universidade do Minho
<b>UTAD</b>	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## GLOSSÁRIO

- Amassar** Acto de acariciar insistentemente
- Bagunceiro(a)** Irreverente, irrequieto(a), provocador(a), desestabilizador(a)
- Barra** Balcão do estabelecimento onde se servem as bebidas
- Buceta** Termo brasileiro para designar o órgão sexual feminino
- Cafetona** Mulher que controla as outras mulheres
- Camarero(a)** Empregado(a) de balcão
- Camisinha** Termo brasileiro para definir preservativo
- Chulo** Termo português para definir proxeneta
- Chuva dourada** Prática sexual na qual a trabalhadora sexual urina para cima do cliente
- Club ou Clube** Designação utilizada, maioritariamente em Espanha, para designar o local de substituição, ou seja, o bordel
- Comer** Referência ao acto sexual
- Completa** Mulher que aceita prestar qualquer tipo de serviço sexual
- Copa** Bebida oferecida a uma prostituta, sobre a qual ela tem uma percentagem sobre o preço pago pelo cliente
- Correr** Termo espanhol para definir orgasmo
- Dar a trancada, despejar, descarregar, desenferrujar o material, malhar, mudar o óleo** Expressões usadas, sobretudo pelos clientes do tipo «sexualmente indigente», para se referirem ao acto sexual
- Gorila** Porteiro/segurança (privado) do clube
- Gozar** Caracterização de uma relação sexual gratificante, normalmente inclui o orgasmo.
- Grelo** Clitóris
- Macarra** Termo espanhol para definir proxeneta

- Mami** Termo colombiano para se referir a uma mulher mais velha, que é uma espécie de protectora.
- Niñera** Termo colombiano para caracterizar uma ama
- Padeiro** Designação que algumas trabalhadoras sexuais utilizam, nomeadamente as de nacionalidade brasileira, para fazer referência aos clientes que as acariciam (*amassam*) de modo algo exagerado e obstinado
- «69» Sexo oral praticado em simultâneo por ambos os parceiros sexuais
- Papi** Termo colombiano para caracterizar carinhosamente um homem mais velho
- Passar o corredor a pano** Expressão portuguesa, masculina, para designar o sexo oral (*felatio*)
- Piso** Termo espanhol para apartamento
- Polbo** Termo espanhol para definir o acto da ejaculação masculina
- Polla** Termo espanhol para definir o órgão sexual masculino
- Pratos** Serviços sexuais
- Proxenetá** Homem que explora a prostituta
- Rodada** Vários homens com uma mulher no quarto. O sexo é realizado de forma sucessiva, um homem de cada vez.
- Sabana** Lençol de papel que serve para proteger a cama durante o acto sexual
- Sandwich** Sexo em grupo (uma mulher e dois homens), com penetração vaginal e anal simultânea
- Sapatona** Termo brasileiro para a mulher com tendência homossexual
- Subida** Palavra utilizada pelas prostitutas para se referirem à relação sexual, uma vez que, na maioria dos clubes, é necessário subir para ter acessos aos quartos onde se prestam os serviços sexuais. Serve também como mecanismo de contabilização dos ganhos diários das trabalhadoras sexuais no que respeita aos serviços sexuais prestados.
- Topa-tudo** Mulher que aceita prestar qualquer tipo de serviço sexual
- Tortilheira** Termo espanhol para definir a mulher com tendência homossexual
- Zona** Local/área de rua utilizado pelas prostitutas para angariação de clientes.

## AGRADECIMENTOS

O estudo agora apresentado beneficiou largamente dos mais diversos contributos e colaborações, incluindo institucionais, pelos quais queremos manifestar o nosso mais vivo agradecimento. Começamos por expressar o nosso reconhecimento à FCT pelo financiamento concedido e pela compreensão dos condicionalismos que rodearam a realização deste projecto. Manifestamos o nosso agradecimento às Reitorias das Universidades parciais neste projecto (UTAD, UM e UBI), em especial aos responsáveis das unidades orgânicas nele mais directamente implicadas, bem como a todos os colegas que, por iniciativa própria ou a pedido, nos foram fazendo chegar as suas críticas, impressões, comentários e informação diversa sobre o tema e sobre o processo de investigação desenvolvido.

Tão-pouco podemos deixar de incluir neste agradecimento os responsáveis e colaboradores das instituições que se disponibilizaram a fornecer-nos informação e apoio de várias ordens, nomeadamente logístico, e/ou nos autorizaram ou facilitaram o acesso a fontes significativas: o Comissariado da Polícia de Vigo; o SEF, o IDICT, a PSP e a GNR dos distritos incluídos na geografia da nossa pesquisa; a Polícia Nacional Espanhola de Alcanices e Zamora; a Polícia Judiciária da Covilhã; a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e o Estabelecimento Prisional de Bragança; representantes do Ministério Público nos Distritos de Bragança, Viana do Castelo e Braga; os governadores civis e respectivos chefes de gabinete dos governos civis dos distritos da área da pesquisa; os CAT de Bragança, Vila Real, Chaves, Braga e Viana do Castelo; a APRAM (Salamanca), o CEAS de Ciudad Rodrigo e a CIDM – Delegação Norte; os diversos meios de comunicação social através dos seus correspondentes nas regiões de Vila Real, Braga e Covilhã, com particular destaque para o *Jornal de Notícias*. Cabe aqui um menção muito especial à ARS-Norte, mais em concreto ao responsável do Projecto *Auto-estima*, Dr. Carlos Daniel, bem como aos co-responsáveis do mesmo em Guimaraes e em Braga, nomeadamente a Dra. Ana Maria Correia, por terem aceite facilitar-nos o contacto e a inquirição das trabalhadoras sexuais abrangidas pelo projecto na área dos distritos de Braga e Viana do Castelo. Devemos ainda realçar a cooperação da Dra. Judite Barros, médica ginecologista, da Enfermeira Vargas do Centro de Saúde



de Infias (Braga), e dos responsáveis e técnicos dos centros de saúde de Carandá (Braga), Guimarães, Darque, Viana do Castelo e Caminha, assim como alguns responsáveis da Segurança Social, designadamente de Braga e Viana do Castelo, e do Instituto de Reinserção e do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo, respectivamente o Dr. José Carlos Meira e o Dr. Jorge Aires. Queremos igualmente destacar o apoio prestimoso que o Comité Anti-Sida de Zamora, na pessoa da sua técnica responsável, Elena Rodríguez, nos prestou.

Em contexto do trabalho de terreno é de elementar justiça expressar o reconhecimento aos diversos empresários-«patrões», gerentes, empregados de bar, seguranças e outros intervenientes no meio prostitucional que nos receberam e muito especialmente aos que se dispuseram a trocar conosco conhecimentos e opiniões, bem como a permitir-nos o acesso às instalações – clubes e residências – e às mulheres que nelas trabalham e residem. Agradecemos também aos clientes que conosco colaboraram, deixando que os acompanhássemos e que formal e informalmente os inquiríssemos.

Dirigimos ainda uma palavra de muito apreço aos colaboradores e inquiridores no terreno não integrantes da equipa de investigação, pelo seu apreciável contributo na administração dos inquéritos. Cabe também lembrar o trabalho eficiente da Manuela Mourão e do Mário Jorge Alves na edição do texto, das imagens, dos quadros e das figuras, às Edições Afrontamento, nas pessoas do Dr. José Ribeiro e seus colaboradores/as, uma palavra de apreço pelo seu trabalho na edição e divulgação de trabalhos em Ciências Sociais, entre os quais esperamos que este possa contribuir para o avanço do conhecimento e como parte integrante do combate pela emancipação da mulher.

Por último, mas não menos importante, o nosso principal e maior agradecimento vai, inquestionavelmente, para as centenas de mulheres, nacionais e sobretudo imigrantes, que conosco partilharam o seu tempo, os seus relatos de vida, as suas angústias, as suas expectativas, os seus sonhos, os seus sentimentos, a sua intimidade e, algumas vezes, mesmo as suas refeições e os seus afectos. A experiência, iniciática para quase todos nós na equipa de investigação, de aproximação aos seus quotidianos de vida e trabalho, a vivência do contacto pessoal com estas mulheres, e sobretudo a riqueza humana e afectiva de, ouvindo-as na primeira pessoa, descobri-las como pessoas para lá das fachadas que encarnam por dever de ofício, constituem seguramente um dos resultados mais gratificantes e mais proveitosos deste projecto. Foram, de facto, muitas as lições de vida e as expressões de generosidade que todos nós tivemos o privilégio de receber das «mulheres da vida» que encontramos. Para elas, o nosso muito sentido obrigado.

## NOTA PRÉVIA

De forma a cumprir compromissos de anonimato e confidencialidade assumidos com os actores sociais envolvidos, os nomes dos estabelecimentos e dos lugares foram alterados. Já os nomes dos informantes, incluindo os das trabalhadoras sexuais, aparecem referenciados apenas pela respectiva letra inicial. Deste modo ficam protegidas as nossas fontes, preservando-as de eventuais incómodos, nomeadamente policiais e judiciais, que poderiam resultar da posição ocupada e/ou das actividades desenvolvidas na economia do sexo. Neste contexto tem especial relevância a protecção das mulheres envolvidas e inquiridas, a maior parte delas estrangeiras em situação de permanência ilegal e, como tal, sujeitas a encarceramento policial e posterior deportação, por ordem judicial, para o seu país de origem.

Para tornar o texto mais conciso e dar fluidez à sua leitura, foram indicados por siglas todos os nomes de instituições, organizações e expressões susceptíveis de serem contraídos. Expressões e termos de uso coloquial e comumente consideradas como calão foram mantidos, de acordo com o princípio de respeitar o modo como os actores sociais, nos seus diálogos e vivências quotidianas, utilizam a língua. Assim, chamamos a atenção para a rudeza e eventual violência de expressões e discursos vertidos para o texto, cujos sentidos são, na maioria dos casos, conhecidos do senso comum e das próprias comunidades académica e científica. Atendendo, porém, a que existem expressões cujo sentido é apenas conhecido pelos actores sociais mais directamente implicados na actividade, elaborou-se um glossário que permite ao leitor inteirar-se cabalmente do seu significado.

Todos os quadros e gráficos foram construídos a partir de dados recolhidos através do inquérito por questionário feito às mulheres e aplicado por diversos elementos das três equipas de investigação, pelo que se entendeu não se justificar mencionar em todos eles a fonte.

Na construção do texto, a integração directa do material etnográfico recolhido foi feita basicamente através de quatro tipos de procedimentos: (i) citação directa das notas dos cadernos de campo dos membros das equipas de investigação, apresentadas na fonte *Avenir Book* e referenciadas pela indicação do local e data de registo; (ii) citação de extrac-

tos dos discursos directos das mulheres, recolhidos através dos questionários, das entrevistas aprofundadas e das conversas informais, sendo a matéria citada identificada por uma inicial, correspondente à nacionalidade da autora<sup>1</sup>, e um número, que representa a idade da mesma; (iii) citação de extractos de discursos de outros informantes no terreno – empresários, gerentes de clubes, clientes e outros – que aparecerão identificados pela qualidade e idade do informante, no caso dos clientes, e pela qualidade do informante e o local onde a informação foi obtida, nos restantes casos; (iv) transcrição de extractos de entrevistas a vários informantes relacionados com o contexto observado.

A inserção de fragmentos de discurso directo de informantes de língua castelhana far-se-á de acordo com os registos dos investigadores no terreno, isto é, nuns casos na língua original, noutros já na versão traduzida para português. Por sua vez, as citações dos vários autores trazidos à colação no texto são na sua grande maioria feitas em português, sendo a tradução, quando necessária, da responsabilidade dos autores. Exceptuam-se deste procedimento as citações retiradas de textos em língua castelhana. As fotografias utilizadas são da autoria de elementos das equipas de investigação, tendo sido obtidas durante o trabalho de campo. Por último, deixamos uma advertência sobre a terminologia utilizada para nomear as mulheres que se prostituem. Com efeito, tanto se utilizou a expressão *prostituta* como a expressão *trabalhadora sexual*. Ao longo do texto deu-se, em função do tipo de discurso e do contexto – teórico ou etnográfico –, preferência umas vezes à primeira daquelas designações, outras vezes à segunda. Reconhecendo que, em termos políticos e sociológicos, nenhuma delas é neutra, queremos ressaltar que o uso, aparentemente indiferenciado, que fazemos de uma ou de outra expressão está, em todos os casos, estreitamente vinculado e referenciado às perspectivas teóricas assumidas e às recomendações formuladas.

Quanto aos estabelecimentos de prostituição abrangida que pesquisámos, a sua referência far-se-á, maioritariamente, pela designação de «clubes» (ou «club», na grafia castelhana), por ser, hoje em dia, a mais utilizada. Pontualmente, usaremos também, com o mesmo significado, os termos bordel, casa de prostituição, estabelecimento ou bar, este último restrito aos que funcionam nos *barrios chinos* de Espanha.

(1) As diferentes nacionalidades são referenciadas da seguinte forma: a – angolana; b – brasileira; c – colombiana; d – dominicana; e – equatoriana; h – húngara; m – marroquina; n – nigeriana; p – portuguesa; u – ucraniana; v – venezuelana.

## INTRODUÇÃO

A prostituição é um campo social complexo que tem conhecido nos últimos anos um interesse crescente da opinião pública, da comunicação social e dos decisores políticos. No domínio das ciências sociais, a sociologia e a antropologia têm-lhe dedicado, a nível internacional, uma especial atenção e esforço de investigação. No caso português, apesar da existência de algumas monografias (Gião, 1891; Rodrigues, 1902; Gomes, 1913; Cruz, 1984) e alguns inquéritos (Lemos, 1953), eram ainda escassos, à data da elaboração do projecto, estudos a este respeito (Cruz, 1986; Pais, 1983). Neste sentido, importava, desde logo, recolher a informação possível a nível nacional e regional de modo a detectar continuidades e descontinuidades no fenómeno, assim como identificar os factores mais relevantes para a explicação das mudanças verificadas e das situações e circunstâncias em que o mesmo actualmente se (re)produz.

Relativamente a Portugal, à excepção de algumas organizações sobretudo não governamentais e ligadas à Igreja, as intervenções institucionais no campo prostitucional andam ainda muito limitadas aos domínios policial e judicial. Deve todavia acrescentar-se que mesmo estas últimas têm muito mais a ver com irregularidades decorrentes da presença crescente em território nacional de mulheres imigrantes que se dedicam à prostituição do que propriamente com esta actividade. Se bem que Portugal não deixe de subscrever as declarações de intenção dos organismos internacionais e sobretudo europeus e tenha legislação semelhante a outros países, designadamente quanto à não censura penal dos homens e mulheres que se dedicam à prostituição, não é visível nem existe presentemente qualquer estratégia de política sexual por parte das autoridades responsáveis. A prostituição, apesar de não ter sido encarada até ao presente como questão prioritária entre as políticas sociais e criminais, interpela áreas tão diversas como a saúde pública, a toxicodependência e o crime. Em concreto, o fenómeno prostitucional implica também outras dimensões da vida social como:

- a) A saúde pública. Para além dos riscos de contágio e contracção de doenças venéreas tradicionais (gonorreia, sífilis), há hoje o vírus HIV. Não constituindo um grupo de risco, as trabalhadoras sexuais e os seus clientes podem aderir a comportamentos de risco que deverão justificar a definição de uma política de saúde pública que não os ignore.

- b) A toxicodependência. Cada vez mais toxicodependentes, perante a falta de recursos para satisfazer as suas necessidades, recorrem à prática da prostituição. Atendendo às circunstâncias em que trabalham, este grupo está mais receptivo a práticas sexuais desprotegidas solicitadas pelos clientes, com as consequências negativas que daí advêm para eles e para os parceiros com quem se relacionam sexualmente.
- c) O crime, em especial o organizado. A prostituição, sobretudo quando organizada, não só se subtrai a quaisquer obrigações fiscais para o Estado e para a sociedade como escapa a qualquer controlo social, legislativo ou estatal que tenha em conta os direitos e as liberdades das trabalhadoras sexuais, dos clientes e dos cidadãos em geral. Muitas das organizações em que parte das trabalhadoras sexuais actualmente opera mantêm-se impunes perante a lei e a sociedade, funcionando quase como «Estados» paralelos dentro do Estado. Em muitos casos mantêm obscuras e subterráneas ligações com redes internacionais, onde a prostituição surge articulada com o tráfico de estupefacientes, o branqueamento de capitais e outros negócios com recortes criminais. Neste quadro releva o fluxo de prostitutas originárias de diversos países do Terceiro Mundo e, cada vez mais, dos países do Leste, sobretudo durante e após o período de transição destes últimos para a economia de mercado e o subseqüente aumento de desemprego, pobreza e criminalidade.

A emancipação da mulher implica a erradicação de todas as formas de exploração, exclusão e opressão sociais, entre as quais a prostituição forçada. Para tal torna-se indispensável que às conquistas jurídico-políticas – que representaram, com efeito, um passo importante nesse processo – se acrescente a concretização da autonomia socioeconómica face ao homem na sociedade, especificamente no seio da própria família ou noutra forma de associação congénere. Um tal cenário e, em especial, a eliminação das práticas de prostituição forçada implicará transformações sociais a vários níveis, nomeadamente nas relações entre os países do Norte-Oeste e os (semi)periféricos do Sul-Este, bem como no seio da própria instituição familiar.

A evidência histórica mostra que as sociedades humanas, não obstante o facto de terem conhecido, ao longo do seu percurso, diversificadas formas de desigualdade, exploração e opressão, têm igualmente aspirado, e até certo ponto conseguido, formas de maior justiça e equidade, ou, pelo menos, a diminuição progressiva de modos de exploração e opressão desumanos e aviltantes: classistas, racistas, patriarcais e outros. No quadro deste objectivo geral foi elaborado este projecto de investigação.

A justificação da pertinência e do interesse em desenvolver este estudo sobre o tema da prostituição feminina em regiões interiores de fronteira assentou, basicamente, no conjunto de constatações que, em termos sucintos, passamos a enunciar: (i) a relativamente escassa investigação empírica feita em Portugal acerca das problemáticas da prostituição, nomeadamente da prostituição feminina; (ii) o crescente empenho de diferentes instâncias e fóruns internacionais (Nações Unidas, Conselho da Europa, entre outros) em torno de matérias ligadas à prostituição, expresso e veiculado num grande número de resoluções e recomendações

sobre a necessidade de melhorar o conhecimento sobre a prostituição feminina, as suas principais manifestações, causas, condições e consequências, e sobre os processos que a enformam, de modo a que se possam formular e adoptar políticas e iniciativas mais adequadas e coerentes para lidar com os múltiplos e complexos problemas que lhe andam associados; (iii) as ocorrências indicando que a prostituição feminina está não só a aumentar mas também a assumir novas formas e novos contornos e a alastrar progressivamente a novos territórios; (iv) o aprofundamento das tendências de globalização económica e respectivos impactos na intensificação de processos de marginalização e exclusão sociais, mormente por via do alastramento do desemprego e da especial incidência que este vem tendo entre a população feminina e a mais jovem; (v) a degradação sistemática da *performance* das economias da imensa maioria dos países menos desenvolvidos; (vi) a eliminação dos controlos fronteiriços e a maior facilidade de circulação de pessoas no interior do espaço comunitário europeu; (vii) a crescente mediação – títulos, notícias, debates, entre outros – de temas ligados à prostituição e ao tráfico de mulheres, à legalização da actividade e das preocupações sociais que estes vêm inspirando; (viii) o amplo reconhecimento, que acima já destacámos, de profundos e extensos vínculos da prostituição feminina com outros problemas sociais candentes, seja no âmbito da saúde pública, da toxicodependência e de vários tipos de criminalidade, entre outros; (ix) o aumento dos riscos inerentes ao exercício da prostituição e, conseqüentemente, dos efeitos nefastos nas suas vítimas (crimes de violência contra as mulheres que se constituem, desde assaltos, violações e assassinatos; os riscos de doenças sexualmente transmissíveis; os riscos inerentes à prestação comercial de serviços sexuais para financiar dependências, como a droga, entre outras).

No contexto do que fica dito, assumimos como objectivos centrais desta pesquisa os seguintes:

#### (i) Conhecer as mulheres que exercem a prostituição sobretudo em territórios norte-nhos

As mulheres constituem o núcleo central dos interesses deste projecto. Trata-se fundamentalmente de conhecer as suas reais condições de existência, os percursos biográficos que as conduziram à prostituição, os constrangimentos, problemas e dificuldades que lhes condicionam os quotidianos de vida e de trabalho, as representações e avaliações que fazem da actividade a que se dedicam, as expectativas e finalidades que as orientam, para, entre outros, poder fundamentar sugestões e propostas de acção política e social, tendentes a melhorar os seus contextos de vida e, em última instância, a propiciar-lhes condições para poderem, efectivamente, tomar decisões em relação à prostituição.

#### (ii) Compreender os interesses e as motivações dos clientes

Embora sendo protagonistas centrais da actividade prostitucional, os clientes têm beneficiado de uma ampla invisibilidade social, que procuraremos desvendar tendo em vista produzir um conhecimento mais abrangente, mais equilibrado e mais próximo da realidade do fenómeno da prostituição feminina permitindo assim potenciar a eficácia de medidas e intervenções dirigidas ao âmbito prostitucional.



**(iii) Conhecer os principais tipos de prostituição na zona transfronteiriça do Norte**

Neste projecto visar-se-á identificar quais as principais formas e modalidades de prostituição feminina nas territórios nortenhos, sobretudo transfronteiriços, interiores, muitos deles remotos, de incorporação recente na geografia da economia do sexo organizada. Será, assim, importante perceber-se os diversos tipos, meios e locais das práticas da prostituição, inseridas em quadros socioeconómicos paralelos e marginais, quando não (semi)clandestinos e ilegais, bem como apreender as principais dimensões da estruturação e do funcionamento de cada uma das modalidades identificadas.

**(iv) Analisar os quadros institucionais e legais relevantes de enquadramento da prostituição**

Por razão de tempo e competência, o presente estudo não permite uma análise paralela que registe e compare os diversos tipos de legislação presentes nos diversos países, em particular nos Estados da União Europeia. Em todo o caso, procurar-se-á, pelo menos, analisar e avaliar as vantagens e as desvantagens dos principais sistemas legais face às formas e práticas da prostituição, de modo a poder emitir algumas sugestões em relação à legislação portuguesa. Ou seja, ao contribuir para o conhecimento de uma realidade algo opaca, fornecer-se-ão elementos para um enquadramento legal mais adequado e consensado com as novas dimensões e problemas imbricados na prostituição. Ao mesmo tempo e porque de antemão se sabe do peso e da representatividade crescentes de trabalhadoras sexuais imigrantes nos contextos institucionais dos países mais desenvolvidos, procuraremos cruzar esta situação com as políticas vigentes de imigração, no sentido de perceber como se vem configurando a condição tridimensional da maioria dessas mulheres nos territórios que seleccionámos: mulher-imigrante-prostituta.

**(v) Conhecer normas e práticas das diversas entidades**

Outro objectivo pertinente consiste em ter uma visão mais global das normas e práticas não só das autoridades a nível nacional, mas também regional e local, sobre este problema. Em boa verdade, impor-se-ia uma investigação paralela para saber como se posicionam, pensam e operam as entidades político-administrativas: os órgãos de soberania, designadamente o governo e o poder judicial, o governo civil, as autarquias, os departamentos da segurança social, os médicos, os assistentes sociais e, em especial, a polícia. Em todo o caso, com base na percepção das trabalhadoras sexuais e outros instrumentos de observação (in)directa, procurar-se-á, na medida do possível, obter um conhecimento das normas, dos procedimentos e das práticas dos diversos organismos e agentes para avaliar o seu papel na evolução e configuração do fenómeno da prostituição.

**(vi) Analisar a prostituição como condição prévia para uma política sexual**

Qualquer intervenção social ou até actuação política neste capítulo, se, por um lado, exige o abandono de concepções moralistas retrógradas ou estratégias paternalistas, por outro não poderá propor programas sem conhecer adequadamente os pressupostos do

fenómeno, as condições sociais e operacionais dos seus protagonistas, os problemas, as motivações e os objectivos das trabalhadoras sexuais, bem como as próprias necessidades, condicionalismos e comportamentos dos seus clientes, aliás bastante difíceis de visualizar ou perscrutar. Daí, a premência de um prévio conhecimento científico da prostituição, em particular das suas velhas e novas manifestações no Norte de Portugal, sobretudo nas zonas transfronteiriças, constituindo um imperativo indeclinável para qualquer política responsável neste domínio, afirma-se como um outro objectivo deste projecto.

**(vii) Promover a saúde pública e combater a criminalidade organizada**

Dado o facto de a prática da prostituição comportar riscos, para além dos relacionados com as possibilidades de contracção das velhas doenças sexualmente transmissíveis, de transmissão do vírus HIV, um objectivo central desta investigação situa-se a jussante da investigação no campo, procurando assim fornecer sugestões e/ou recomendações para encontrar vias de prevenção e pistas de intervenção pública. Seja qual for o modelo legal mais adequado para fazer face a este problema, importa assumir como prioridade política, pelo menos, a intensificação de medidas educativas de prevenção e de apoio médico-sanitário aos seus principais actores, na estrita observância dos quadros político-jurídicos em vigor. Esta situação agrava-se quando com ela se conjugam riscos acrescidos pela toxicod dependência, em que, por necessidades de consumo de droga, estão mergulhadas jovens, o que apela a uma coordenação de esforços de várias entidades públicas e privadas, além das comunidades e famílias afectadas. Trata-se de produzir um conhecimento mais adequado do fenómeno da prostituição, quer de rua quer de bordéis, que constituirá, sem dúvida, um instrumento útil para a necessária intervenção das entidades públicas na actividade prostitucional, quer sobretudo no combate ao crime organizado que lhe possa andar associado, designadamente o tráfico de droga, o branqueamento de capitais, o tráfico de mulheres e a exploração da prostituição forçada.

O projecto, inicialmente concebido e concertado entre as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e do Minho (UM) contou também com a participação de investigadores da Universidade da Beira Interior (UBI)<sup>1</sup>. A formatação da parceria interuniversitária responsável pela operacionalização do projecto decorreu, em boa medida, da implantação das próprias universidades envolvidas em zonas geográficas contíguas e de claro

(1) A história deste projecto remonta a 1996, quando o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade do Minho recebeu uma solicitação da CIDM-Norte e do Centro Regional da Segurança Social do Norte para a elaboração de uma investigação sobre prostituição feminina no Noroeste de Portugal, em parceria com a Universidade de Vigo e o impulso do *Servicio Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller da Consellería de Familia, Muller e Xuventude*, com o apoio financeiro do Interreg II. A elaboração da proposta de investigação coube a Manuel Carlos Silva e Alice Geraldes, tendo sido apresentada ao Centro Regional da Segurança Social do Norte. Acabou por não ser executada por constrangimentos financeiros e pela ausência de vontade política da administração portuguesa em assegurar o financiamento da parte nacional que lhe cabia neste projecto de âmbito europeu.

recorte fronteiriço, o que permitiu, por um lado, delimitar como território de incidência da pesquisa um espaço consideravelmente abrangente, cobrindo praticamente toda a linha fronteiriça do Norte de Portugal e correspondentes territórios espanhóis de Castela-Leão e da Galiza, e por outro dispor de condições relativamente objectivas e favoráveis para explorar eventuais inter-relações entre a fronteira e os desenvolvimentos e a configuração que o fenómeno da prostituição feminina vem assumindo nas áreas em questão.

Iniciado em Janeiro de 2001, o trabalho de campo das três equipas locais que integram este projecto incidiu, especialmente, em seis grandes eixos transfronteiriços que acabaram por emergir como estruturantes da actividade da prostituição feminina dentro do corredor raiano que traçamos: Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro, Bragança-Alcanices-Zamora, Chaves-Verín, Montalegre-Xinzo de Limia, Braga-Viana do Castelo-Vigo e, em menor medida, Viana-Ponte da Barca-Lindoso-Orense. Cada um destes corredores aglutina um conjunto territorial de geometria reconhecivelmente variável, em virtude da elevada mobilidade e rotatividade da presença das mulheres, e até dos próprios empresários, em cada um destes espaços. O trabalho de terreno foi, assim, dividido em três áreas geográficas, distribuídas pelas equipas de investigação constituídas. A equipa da UTAD coube a área de Trás-os-Montes, à equipa da UM a área do Minho e, por último, à da UBI a área da Beira Interior.

A parceria interuniversitária estabelecida para a execução do projecto teve como coordenadora geral Manuela Ribeiro (UTAD), coadjuvada por Manuel Carlos Silva (UM) e Maria Johanna Schouten (UBI). As diferentes equipas de investigação organizadas para o trabalho de terreno, a recolha e interpretação dos dados e a elaboração do relatório final foram integradas pelos seguintes elementos:

Instituição	Nome	Função
UTAD	Manuela Ribeiro	Coordenadora principal
	Fernando Bessa Ribeiro	Assistente de investigação
	Octávio Sacramento	Assistente de investigação
	Varico da Costa Pereira	Assistente de investigação
UM	Manuel Carlos Silva	Coordenador
	Ernesto Valério Figueiredo	Investigador
	José Manuel Oliveira Sá	Assistente de investigação
UBI	Susana Silva	Assistente de investigação
	Maria Johanna Schouten	Coordenadora
	Fátima Geraldês Silva	Assistente de investigação
	Luís Miguel Nascimento Saraiva	Assistente de investigação
	Maria de Fátima Salvado	Assistente de investigação
	Nelson Clemente Santos Oliveira	Assistente de investigação

Para além destes elementos relativamente fixos, o projecto contou ainda com a colaboração, durante alguns meses, no trabalho de campo e recolha de dados e/ou no tratamento de dados, de Joaquim Pedro Silveira (sociólogo), Paula Costa (socióloga), Graça Dantas (educadora social) e, mais pontualmente, de Fernanda Pereira (antropóloga), António Cardoso (engenheiro), José Pedro Simões (sociólogo), Margarida Macedo (socióloga), Sónia Azevedo (socióloga), Sónia Silva (socióloga), Susana Barbosa (socióloga), Carminda Lima Flores (relações internacionais) e Sofia Figueiredo (estudante). A edição final do relatório beneficiou largamente da competência e paciência da equipa de secretariado do DESG da UTAD, constituída por Manuela Mourão e Adelaide Ribeiro.

## Problema, teoria e história

Neste primeiro capítulo procurar-se-á equacionar e estruturar o problema em torno do fenómeno prostitucional, considerado sociologicamente relevante para a pesquisa, para o que serão delineadas as subquestões mais pertinentes e as hipóteses de trabalho. Segue-se a exposição dos principais paradigmas teóricos, em particular as abordagens sociológicas clássicas e contributos mais recentes de outros autores. Não basta, porém, oferecer ao leitor uma reavaliação das várias teorias sem fazer um balanço crítico das mesmas e, com este, avançar uma aproximação teórica pluricausal que tenha em conta os diversos níveis de análise e factores, sem todavia cair numa circularidade ecléctica e, como tal, heurística-mente inútil ou, pelo menos, pouco fecunda.

### 1. O PROBLEMA

O fenómeno da prostituição feminina interpela os cidadãos e a própria sociedade, tornando-se hoje uma questão com várias vertentes: económica, social, política e científica. Neste último campo, tem aumentado a atenção sobre a prostituição por parte dos cientistas sociais em diversos países, sobretudo nos últimos anos, particularmente os autores/as mais ocupados/as com a problemática feminista (Welzer-Lang, 1994; Habib, 1994; Sole, 1994).

Independentemente do grau de expansão do fenómeno, importa compreender e explicar os mecanismos e factores subjacentes a este fenómeno, recorrente e metamórfico, hoje também susceptível de análise em termos locais, regionais, nacionais e, sobretudo, transnacionais. Tratar-se-á mais da perda de valores e modelos de referência tradicionais, de ausência de laços ou vínculos sociais e morais ou será resultado de processos de precarização, vulnerabilidade e destituição social? Ou seja, para compreender e explicar a prostituição não haverá que articulá-la com processos de exploração e dominação e formas de desigualdade social, por um lado, e com estratégias de sobrevivência e/ou mobilidade social das mulheres envolvidas no sexo mercantil, por outro?



Como veremos, certos autores, em especial os de mais forte orientação normativa, sobretudo religiosa, apontam como causa do fenómeno a ausência de projectos e valores. Ora, em que medida estará então o fenómeno relacionado com a perda de valores tradicionais e o declínio de influência de determinadas instituições (igreja, família), factores estes que, aliados à ausência de projectos e valores alternativos, acabam por proporcionar condições propícias à prática da prostituição, vista esta mais como escape psicossocial? Ou, numa visão mais social e menos institucional e axiológica, em que medida serão as situações de desestruturação, desqualificação e exclusão sociais (trabalho precário, desemprego, desorganização ou crise familiar, ausência ou inadequação de perfil educativo, inexistência de perspectivas profissionais) responsáveis pela potenciação de condições favoráveis à prática da prostituição?

Uma outra polémica prende-se com a necessidade de aferir e avaliar o fenómeno da prostituição à luz da velha questão em torno do determinismo social *versus* liberdade individual. Ou seja, em que medida e até que ponto as mulheres que se prostituem são condicionadas, por condicionamentos de vária ordem, a exercer a prostituição ou a partir de que ponto é pertinente e ajustado considerar os seus comportamentos como resultantes de «opções de vida»? Qual ou quais os factores que condicionam estes comportamentos e, em caso de um maior ou menor grau de «escolha» deste modo de vida, como deve este ser lido e interpretado? Como forma positiva e pró-activa de procura do bem-estar e da felicidade, como possível expressão de desespero psicossocial num contexto de desestruturação pessoal/familiar ou ainda como modo de vida, simultaneamente alternativo e de revolta ou protesto face aos quadros dominantes e repressivos da actual sociedade? E, uma vez iniciadas na prestação de serviços sexuais mercantis, em que medida aceitam ou não os rótulos e estereótipos que lhes são permanentemente dirigidos e atribuídos, sobretudo a partir da «queda» inicial? Como olham elas os patrões, os clientes e a maioria dos cidadãos e cidadãs que reprovam os seus comportamentos?

Ainda que aparentemente trivial, é cada vez mais evidente que a prostituição é hoje, como diria Mauss (1993), um fenómeno social total na medida em que nele estão envolvidos e imbricados múltiplos aspectos: biomédicos, económicos, sociais, jurídicos, psicológicos, políticos e ideológicos. A prostituição tem-se tornado um problema sociológico, na medida em que a sociedade e as próprias instituições não têm conseguido dar resposta nem solução a este velho e secular problema social.

Para os cientistas sociais, a prostituição não é uma opção fácil de investigação, não só pela dificuldade de acesso aos próprios protagonistas como também pelas eventuais ameaças e perigos que pode suscitar a partir do submundo fechado e subterrâneo, paralelo e/ou clandestino em que os seus organizadores operam. Por outro lado, vista a partir do discurso corrente, o modo de vida ou o trabalho sexual é assumido e/ou percebido como degradante aos olhares públicos, a que não será estranho o facto de, numa sociedade ainda com mentalidades e atitudes patriarcais, a multiplicidade de contactos sexuais ou até a promiscuidade sexual masculina ser aceite, enquanto a feminina é, em regra, socialmente suspeita, reprovada e condenada. Mais, a par da estigmatização das mulheres prostitutas,

como veremos, verifica-se, quando não a «naturalização» da profissão, uma atitude complacente para os transgressores da moral oficial, acompanhada de um sentimento «fatalista» e inelutável face às suas práticas mercantis, quer vistas do lado da procura, quer sobretudo do lado da oferta.

Com a prostituição imbricam-se amiúde, sobretudo em certos círculos perpassados dum normativismo religioso de cariz fortemente conservador, preconceitos e juízos éticos que tendem a identificar a prostituição como «vício e pecado». Diversas instituições, em particular as eclesíásticas, incluindo a católica, independentemente da retórica oficial, têm de há séculos a esta parte convivido com uma moral dupla e até hipócrita: por um lado, reprimem práticas e representações da sexualidade humana e/ou sublimam a superioridade da castidade mas, por outro, toleram comportamentos «desviantes» designadamente em prostíbulos, desde que subterrâneos e escondidos, até por parte dos seus próprios representantes.

Certamente que a questão moral não pode ser simplesmente evacuada pela porta principal da problemática científica para, em nome de qualquer abordagem positivista, apela à reificação suprema dos factos, fazer entrar subrepticiamente pela janela da recta-guarda as suas próprias normas e valores. Porém, mais relevante do que enveredar por uma via moralizante de aprovação ou reprovação da prostituição, será problematizar, em termos antropológico-sociológicos, o facto social da prostituição. Assim, as questões, incluindo subquestões, que se afiguram centrais nesta problemática poderão formular-se do seguinte modo:

Como compreender e explicar o recorrente fenómeno histórico da prostituição? Quais as causas ou factores estruturantes da sua (re)emergência designadamente nas sociedades modernas e, em particular, na região transfronteiriça entre Norte de Portugal e Galiza-Castela-Leão? Como se organizam os seus promotores, que mudanças, que traços comuns e/ou específicos apresenta a actual configuração da prostituição face às formas tradicionais designadamente em meio urbano, semiurbano e rural do norte de Portugal, nomeadamente nas regiões transfronteiriças? Até que ponto é possível, desejável e exequível a abolição desta prática social? E, em caso negativo, até que ponto é possível minorar os seus efeitos negativos ou perversos para as próprias protagonistas, para os clientes e para a sociedade em geral?

A abolição e, para já pelo menos, a minoração dos efeitos perversos da prostituição sobre a trabalhadora sexual têm sido uma das bandeiras mais acerrimamente levantadas por algumas correntes do feminismo, sobretudo as impulsionadas quer por uma concepção liberal sustentada por mulheres originárias de classes ditas médias, quer por uma perspectiva alegadamente marxista que tem relevado em torno deste problema o conceito de classe, subalternizando ou até ignorando outros como o de género e as respectivas relações, subalternando neste domínio, entre homens e mulheres. A questão com que não raro se debatem é justamente, tal como aliás comprovaremos ao longo do texto, a falta de adesão aos seus objectivos por parte das próprias trabalhadoras sexuais, o que obriga a indagar sobre os constran-

gimentos estruturais da emergência e da recorrência do fenómeno, para além dos condicionamentos organizacionais a nível individual (proxenetas) ou empresarial (donos de bordéis e clubes), por um lado, e dos propósitos, desejos e vivências das próprias prostitutas e, eventualmente, seus companheiros ou maridos, por outro. Em todo o caso, é cada vez mais evidente que o tratamento sociopolítico e legal da prostituição, designadamente a forçada, faz parte da luta mais geral pela defesa dos direitos da mulher e pela obtenção da igualdade social entre os sexos. Neste contexto afigura-se pertinente a questão de saber se não será adequado e mesmo recomendável a legalização da prostituição como trabalho sexual, possibilitando a organização e/ou autogestão pelas próprias mulheres sob a forma de associação, sindicato ou empresa juridicamente constituída, de modo a proporcionar não só a defesa dos direitos e reivindicações das próprias mulheres prostitutas como a garantir e exigir quer às mulheres quer aos clientes meios de prevenção e mecanismos de defesa da saúde pública, o pagamento de prestações à segurança social e de impostos devidos ao Estado.

As questões colocadas exigem, antes de mais, uma prévia noção e definição de prostituição, um conceito que tem variado segundo diversos tipos ou formações societais, sujeitas, de resto, a transformações de ordem socioeconómica, política, cultural, científica e ideológica nomeadamente do ponto de vista médico e jurídico. Uma prévia operação teórico-metodológica deverá construir uma noção científica que, sem menosprezar as diversas noções de senso-comum, subtraia, por um lado, o conceito a preconceitos e pré-juízos correntes e, por outro, supere visões ou abordagens unilaterais e/ou deterministas.

Numa acepção lata, prostituição poderia englobar todos os tipos de práticas sexuais em que os seres humanos, em troca de recursos, remunerações ou compensações de vária ordem, disponibilizam o seu corpo para deleite sexual de outrem. Não obstante a persistência de alguma fluidez e ambiguidade nos diferentes tipos de intercâmbio sexual, cremos que, numa primeira aproximação analítica, dever-se-á assumir um conceito restrito de prostituição e sustentar que ela implica, pela parte da oferta, a disponibilização do corpo em troca de remuneração material designadamente monetária e, pelo lado da procura, a compra de serviços sexuais a troco de dinheiro, em regra e prioritariamente, para satisfação ou prazer sexual de parceiro/a indiscriminado. Para que se possa falar, em termos estritos, de prostituição torna-se necessária a presença do carácter mercantil do produto em termos de valor de troca e não apenas de simples valor de uso, distinção esta que, emprestada da conceptualização marxista, reveste relevância para os fins em vista. Ou seja, não basta a introdução do elemento «interesse», pois este é co-presente a diversas situações de transacção sexual e que, de modo algum, é específico do conceito restrito de prostituição. A prostituta ou prostituto, para o ser, terá, portanto, de produzir e comercializar os seus serviços como mercadorias, susceptíveis de facultar-lhe a si e aos demais operadores ora uma reprodução simples, em vista da subsistência, ora uma reprodução alargada em vista do lucro<sup>1</sup>.

(1) Em sentido amplo, poder-se-ia englobar nesta definição outros tipos de práticas sexuais em que as mulheres disponibilizam o seu corpo em troca de alguma vantagem social ou material. No limite, sobretudo em sociedades com forte dependência económica por parte das mulheres, poder-se-ão encontrar

Relativamente às hipóteses de trabalho, elas apresentam-se bastante polémicas, na medida em que exigem a convocação de modelos teóricos em confronto. Mesmo quando se verifique, em termos correlativos, a correspondência entre pobreza/exclusão social e a situação de mulheres na antecâmara do exercício da prostituição, mantêm-se, a este respeito, diferentes e até opostas explicações: desorganização moral, condições de privação, vitimização por organizações de tráfico de mulheres, entre outras.

Ainda que polémicas e provisórias, enunciam-se, em seguida, as seguintes hipóteses nesta pesquisa, obviamente susceptíveis de ser objecto de debate científico e político, por nós assumidas como consistentes, subdividindo-se em sub-hipóteses entre si articuláveis:

(i) A iniciação e a permanência das mulheres na prática da prostituição é explicável a partir de uma acumulação e articulação de condições e factores de ordem objectiva e subjectiva: (a) condições de privação e exclusão social e/ou não realização de objectivos de reprodução/mobilidade social; (b) processos de desestruturação ou conflito organizacional em termos familiares, escolares ou profissionais; (c) certos hábitos e estilos de vida orientados para a satisfação hedonista de expectativas, representações, desejos e aspirações e/ou a compensação de frustrações originárias ou supervenientes; (d) as características subjectivas da personalidade de cada mulher que se prostitua;

(ii) as mulheres que exercem a prostituição, se, por um lado, interiorizam normas e valores dominantes da sociedade, contestam porém formas de exploração, dominação e violência e rejeitam estereótipos, estigmas e conotações negativas de que são alvo por parte dos patrões, das instituições, nomeadamente estatais, dos clientes e do público em geral;

(iii) as situações e os contextos em que as mulheres exercem a actividade devem ser objecto de atenção por parte das entidades públicas no sentido de legalizar esta actividade, que, além de possibilitar a formação de sindicatos ou associações de defesa dos seus direitos como cidadãs e trabalhadoras sexuais, representa o combate a práticas de economia subterrânea, sem apoio médico-sanitário e evasiva de contribuições para a segurança social e tributação fiscal.

No que concerne a evolução de práticas e mentalidades em torno da prostituição não se terão registado significativos avanços, porque, se tal tivesse ocorrido, já teríamos assis-

situações de intercâmbio sexual, inclusive sob a forma matrimonial, cujo móbil central dos parceiros e, em especial da mulher, seja justamente extrair vantagens materiais e até monetárias através da entrega do sexo, configurando-se, nalgumas dessas situações nomeadamente monogâmicas, formas de prostituição, tal como já no século XVIII o referira Wollstonecraft (1998) – considerada por muitos como a primeira feminista –, no século XIX Engels (1964) e, actualmente, entre outras, Pheterson (1996), mas já com base argumentativa no sentido de um certo *continuum* entre formas de prostituição em sentido estrito e outras em sentido lato.

tido ao alvorecer e sedimentação de um outro estado de observar, analisar, interpretar e reflectir sobre a prostituição nos mais diversos registos a nível social, moral, político e discursivo. Pelo contrário, o que se constata ainda, persistentemente, é que quando se direcciona o discurso para o campo analítico e crítico, questionando versões dogmáticas, naturalistas e etnocéntricas sustentadas quer pelo senso comum, quer inclusive por alguns cientistas, quer ainda e sobretudo por protagonistas de intervenção social nesta área, grande parte dos cidadãos logo imagina que este trabalho não valerá a pena na medida em que a força das coisas estabelecidas é de tal ordem que será perdulário remar contra a maré, insinuando assim a ideia de estarmos perante fatalidades ou leis invioláveis da «natureza» humana. De resto, embora apreciemos e valorizemos as perspectivas e acções de ordem filantrópica e humanista levadas a cabo por diversas organizações governamentais (ou não) de apoio às mulheres prostitutas, não é apenas neste campo que nos situamos. O nosso trabalho, para além de esforço no avanço do conhecimento teórico-empírico nesta matéria, almeja também objectivos de ordem social e política no sentido de equidade, maior justiça e solidariedade nas relações entre géneros, combate a formas de economia subterrânea e defesa dos direitos jurídico-políticos e sociais das mulheres, nomeadamente na esfera laboral. Ao longo do nosso estudo não foi raro ouvir comentários, quando não eivados de cinismo ou suspeição, pelo menos de ironia. A velha imagem do «velho do Restelo» pode ser para aqui invocada, se atendermos ao facto de que inclusivamente colegas, funcionários/as e pessoas próximas e até amigos/as iam desabafando e repetindo: «*Estudar a prostituição!? Andar para aí a ter gastos nos cafés e restaurantes com prostitutas? Mas não há nada mais importante para estudar!?*», «*Só nos faltava essa agora: legalizar a prostituição! Até onde vamos chegar?*» e «*quem paga tudo isto?*».

Voltando à questão do dilema sociológico da conservação-mudança, certamente encontrar-se-ão também no fenómeno prostitucional diferenças e alterações em termos económicos, políticos e culturais, algumas das quais consideráveis no quadro do que Elias (1989-90) designou de «processo civilizacional». Bastaria comparar, por exemplo, na própria contemporaneidade, o «espírito do tempo» vitoriano e puritano com a época hodierna, na qual, a par de modelos e sistemas repressivos e retrógrados, se assiste a movimentos de recorte democrático e plural, progressista e emancipatório, também no domínio da reflexão e da acção sociopolítica em torno da prostituição. Torna-se, por isso, pertinente, relevante e desafiador não só detectar diferenças de conteúdo, mas também e sobretudo descobrir especificidades na sua forma pictórica e simbólica, reflectindo deste modo as novas práticas prostitutas a nível micro e macro, hoje estreitamente relacionadas e interdependentes no quadro de uma economia e sociedade globalizadas. Não será absolutamente inconsequente esta verificação, se tivermos em linha de análise que também a prostituição se adaptou simbioticamente à evolução dos tempos e costumes da ordem hegemónica neoliberal, do mesmo modo que têm vindo a emergir e a cimentar, também neste domínio da sexualidade e da prostituição, perspectivas e acções contra-hegemónicas, ainda que de modo embrionário e/ou num grau limitado.

Mas centremo-nos no nosso compromisso especial e naquilo que esteve a montante de

uma opção tão controversa quanto pertinente: a de trazer aportes significativos ao fenómeno prostitucional em termos da sua análise, imbricando nesta as vertentes compreensivas-interpretativas e a explicativa. O complexo e metamórfico fenómeno prostitucional tem-se prestado a múltiplas reflexões, ensaios e projectos de pesquisa, orientados por diversos meridianos teórico-científicos, suscitando nos cidadãos e, em particular, entre cientistas de diversas disciplinas científicas um crescendo de interesse na sua problematização e análise. Porém, este ritmo enérgico, visível já noutros contextos académicos do velho continente, não se fez sentir ainda com o mesmo vigor em Portugal.

O paradoxo é ainda mais incómodo, já que em Portugal, considerado um país de influência mediterrânea e de «brandos costumes», se observa um crescimento notável do fenómeno, à semelhança do que vai acontecendo nas restantes latitudes do continente europeu, em muito resultado dos processos globalizadores da «nova ordem económica». Porém, esta complexificação, nos seus mais distintos e sub-reptícios matizes e contornos, não tem sido oportunamente acompanhada por investimentos académicos, em projectos de investigação cientificamente configurados, capazes de fragmentar, filtrar e desconstruir o discurso fantasmático e estereotipado, tão fértil nos diferentes contextos socioculturais. Num cenário marcado, geográfica e culturalmente, por uma larga visibilidade deste fenómeno é de questionar-se por que é que ainda subsiste esta escassez de discussões, trabalhos, investigações e publicações científicas; ou então por que é que ele é perspectivado tendo como elemento fulcral de pré-julgamento a trabalhadora sexual, veiculando aspectos acessórios e redundantes, fazendo reemergir preconceitos, estigmas e arquétipos construídos numa sociedade perpassada de uma argamassa patriarcalista e com valores profundamente enraizados em esteios familistas e moralistas, por um lado, e «arqueológicos» e fossilizados, por outro.

Foi na procura de um outro conhecimento, não só um conhecimento desmistificador, mas sobretudo um conhecimento revelador que o contributo desta pesquisa no quadro do *Projecto Sapiens* foi sendo orientado. Ao longo desta expedição este projecto logrou unir uma equipa de investigadores adequadamente motivados e orientados, simultaneamente, para a reflexão teórica e sobretudo para o trabalho de campo, um empreendimento que se adivinhava difícil mas também muito desafiador na medida em que se propunha como um dos objectivos prioritários procurar, a par do debate teórico, respostas a inúmeras questões justamente junto dos reais actores/atrizes deste labiríntico enredo. Ou seja, uma das pedras de toque desta exigência e correlativos objectivos teria de ser colocada junto daquelas(as) que vulgarmente passam por sombras anónimas e passar a atribuir-lhes outro protagonismo. Deste modo, realizou-se um reajustamento no discurso, anteriormente e na fase de construção mais teórico-dedutivo em termos mais abstractos (cf. Silva, 1998b), para um plano que, sem deixar de ter no horizonte um quadro compreensivo-explicativo do fenómeno prostitucional, ficasse preenchido e assentasse numa base empírica forte e de teor narrativo em termos biográficos e situacionais das mulheres e outros protagonistas, conferindo-se uma dimensão não só quantitativa mas também qualitativa deste facto eminentemente social. Nesta expedição ao obscuro-(in)visível de uma realidade marginalizada conseguimos, no nosso entender, (p)reservar a condição necessária ao surgimento susten-

tado de um discurso auto e multi-reflexivo, onde fosse dado também relevo à incorporação da linguagem ordinária, comum, viva, repleta de significações, a qual, uma vez captada, seria filtrada no percurso da investigação, permitindo com esta apropriação um melhor descriptar de uma realidade social, das suas lógicas e ideologias profundamente enraizadas e que autores de cariz psicanalista tenderiam assumi-las como submersas num alegado «inconsciente colectivo». Neste tipo de atmosfera o discurso teórico acabou por incorporar outros dizeres, conversações e narrativas que os filtros teórico-metodológicos permitiram aferir e seleccionar, fermentando e «decantando» de seguida os seus ingredientes mais ricos, para que os processos de «degustação»/interpretação de um fenómeno paradoxalmente conhecido-desconhecido proporcionassem imagens e conhecimentos e trouxessem à superfície elementos esquecidos ou recalçados, obsessivamente desprezados e socialmente estigmatizados. Por isso, estudar um fenómeno «camaleónico» como o da prostituição e o das mulheres nele envolvido obriga a que os procedimentos metodológicos sejam acautelados com rigor e as operações de abstracção e tipologização sejam cientificamente sustentadas e sustentáveis.

## 2. PROSTITUIÇÃO, SEXUALIDADE E PODER

A prostituição é hoje um dos temas candentes em que surge, por enviesamento das ideologias dominantes, em particular, uma concepção estática, essencialista e patriarcal e, não raro, sob o manto de uma alegada «vocação» fatal e fatalista em torno de uma identidade feminina falhada, de uma sexualidade perversa e corruptora. Estas concepções, para as quais costumam ser aduzidos argumentos e arquétipos derivados de pretensas razões biológicas e psicológicas nomeadamente psicanalíticas e falocéntricas de cariz freudiano, constituem no fundo formas ideológicas de controlo, senão mesmo de domesticação das mulheres. Por seu turno, o poder político, nomeadamente estatal, e a própria armadura conceptual do Direito pretendem veicular a ideia de impessoalidade e neutralidade jurídica sobre as questões de género e, em particular, sobre a problemática da prostituição. Diversos têm sido os autores desde Foucault (1994), Reiter (1975), Bourdieu (1999) e, entre nós, Santos (1993), Amâncio (1984), Silva (1993, 1998b, 2003) Machado (2002), que têm desconstruído criticamente os modelos tradicionais do masculino e do feminino, o «falso neutro» jurídico e demonstrado a função reguladora dos comportamentos sexuais e procriativos das mulheres por parte do poder eclesiástico e mesmo político, no que é coadjuvado a este respeito por determinados traços patriarcais do Direito e, em particular, pelo tratamento judicial desigual por género em diversos pleitos judiciais, nomeadamente em relação ao comportamento das mães solteiras com filhos, sobretudo quando prostitutas, tal como o demonstraram S. Silva (2001), Silva *et al.* (2002), Machado (2002). Salvo as concepções feministas liberais que sustentam a separação das esferas pública e privada, tanto as diversas correntes feministas desde as marxistas a outras radicais não marxistas subscrevem a velha tese de que «as questões pessoais, privadas, domésticas ou até íntimas são também políti-

cas», podendo, também no fenómeno prostitucional, ser obviamente incluídas as relações de género (além das de classe). Porém, enquanto os/as marxistas tradicionais se centram nas desigualdades a nível das relações de trabalho e de classe, para outras correntes feministas as relações sociais caracterizam-se pelas formas patriarcais de dominação e pelo modo como a sociedade organiza a sexualidade nomeadamente na esfera privada, na família (Abbot e Wallace, 1991). Neste âmbito é de particular interesse relevar o contributo teórico de Foucault (1994)<sup>2</sup> sobre as formas locais, latentes, instáveis e invisíveis de poder, para além do jurídico, na análise das formas e técnicas do poder disciplinar em torno da sexualidade feminina, se bem que a concepção foucaultiana de poder tende a perder de vista a especificidade e a hierarquização dos poderes. As mulheres, estando numa situação de desvantagem histórica e social, acabam por ser vítimas de estigmatização e tratamento desigual por parte dos diversos poderes: político, policial-administrativo, judicial.

A prostituição constitui ainda hoje um assunto tabu com um complexo de preconceitos e estereótipos que lhe estão subjacentes com uma forte carga estigmatizante, nomeadamente para a mulher, dada como criatura «imoral», «corrupta» e «corruptora» dos bons costumes e virtudes públicas e privadas. Ela é amiúde remetida e de modo enviesado para o campo da sexualidade perversa e perversa em que o homem é ilibado ou apenas levemente censurado se e quando se tratar de um homem casado, ou seja, por infringir o código da fidelidade conjugal. Já, porém, a mulher é, em maior ou menor medida consoante os espaços e tempos das práticas sociais, sujeita a juízos negativos e condenações de marginalização e ostracismo social. O estigma constitui o alimento da ilicitude da prostituição e como forma de controlo das mulheres: enquanto que para o homem a frequência do submundo prostitucional não será considerado nem transgressivo nem criminoso (sendo-o, quando muito, outros ilícitos como o incesto, a pedofilia), já, porém, para a mulher é transgressivo o não servir sexualmente o homem e, no caso da prostituição, que ela, mulher, solicite dinheiro pela prestação de serviço sexual! E, mais ainda, em relação à economia sexual, tais actos sejam solicitados em espaços públicos, seja na rua, seja nos bordéis, clubes ou casas de alterne e, neste caso, no espaço público nocturno.

Por isso, o objecto da prostituição constitui um tema de especial interesse e campo de observação privilegiado para analisar as relações de género, em que, entre os vários protagónicos, há dois que estão sempre presentes: o homem — seja como empresário do negócio, seja como cliente — e a mulher, enquanto prestadora de serviços sexuais, uma trabalhadora sexual. O conceito de «puta» é um conceito sexista que serve de instrumento de controlo aplicável às prostitutas em particular, mas ele é de resto extensivo, na linguagem ordinária e brejeira, a todas as mulheres, solteiras, casadas ou viúvas, sobretudo quando transgressi-

(2) Segundo Foucault (1994) a sexualidade constitui um ponto denso de transferência das relações de poder de modo a controlar as populações pela ciência e pela técnica através de quatro práticas institucionais de vigilância ou formas legais, morais e «científicas» de arremetimento e penalização dos comportamentos sexuais: (a) a histerização dos corpos femininos; (b) a pedagogização do sexo das crianças; (c) a socialização do comportamento procriativo; (d) a psiquiatrização dos prazeres perversos.



vas das relações de género «normais», institucionalizadas. Por isso, o ataque às mulheres prostitutas é também uma afronta, uma ofensa a todas as mulheres e à sua autonomia e autodeterminação. As mulheres não prostitutas acabam amiúde por ser suspeitas de serem também «putas», o que é não raro constatável na linguagem comum, mesmo entre homem e mulher casados mas em ruptura, em rota de colisão ou mesmo em simples conflito. As mulheres de alguma forma transgressivas serão dadas como «desonradas», «indignas», «sem vergonha» e, como tal, «putas», em contraponto com as mulheres «virtuosas» e «honradas» de pais, maridos ou irmãos vistos como «honrados», «nobres» e «dignos» e, eventualmente, tutores «universais» das «frágeis» e «vulneráveis» particularidades femininas, o que se enquadra no binómio da «honra-vergonha» não só como traço cultural mas mais como forma ideológica de controlo das mulheres, forma esta aliás interiorizada pelas próprias mulheres (Silva, 1998b, 2003). As assimetrias sexuais traduzem-se nas várias formas de poder, na lei, nas tradições e nas sociabilidades quotidianas.

As instituições estatais regulam, além da hetero e homossexualidade, do casamento, da reprodução e, apesar das omissões e lacunas, a própria prostituição: as três primeiras são legítimas, a quarta é considerada ilegítima e ilícita. A esta luz uma mulher heterossexual e mãe não poderia ser «prostituta». De outro modo será, na ideologia dominante patriarcal e machista, perversa e corruptora. Nesta óptica, as prostitutas são desqualificadas como mães, quando na realidade, como o demonstrou Ribeiro (2004), a prostituição poderá e deverá ser vista como qualificante da sua condição de mães, enquanto móbil central das suas vidas na prostituição: os filhos.

Deixando agora de parte a visão patriarcal e hipócrita dos diversos tipos de poderes, nomeadamente o estatal sobre a prostituição, seria extremamente útil debater no seio das próprias correntes de esquerda, marxistas ou não, esta questão, pois a este respeito, a par das concepções conservadoras e moralistas, as visões dominantes no seio do feminismo, sem obviamente condenarem as trabalhadoras sexuais e compreenderem os diversos constringimentos por razões de necessidade e sobrevivência, recusam contudo admitir a relativa autonomia que assiste às mulheres na opção, ainda que condicionada, de exercer a prostituição. Mulheres não prostitutas, não só as conservadoras como uma parte considerável de feministas, tendem a desidentificar-se com as prostitutas, quando não há apenas descontinuidades entre o mundo prostitucional feminino e o mundo de certas relações sexuais em que a mulher é apropriada e usurpada, quer na esfera privada, quer inclusivamente na esfera pública sob o manto de determinadas instituições. É este posicionamento reflexivo – aliás já sustentado por feministas como Rubin (1975) e Pheterson (1996), entre outras – que pode tornar indispensável uma aliança dos movimentos feministas com as reivindicações e defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, bem como a luta pela sua autonomia e liberdade, ainda que condicionadas. De outro modo, estaremos a sancionar negativamente as estratégias das mulheres prostitutas em termos da sua relativa autonomia sexual, da sua iniciativa e mobilidade migratórias.

Talvez a colocação do problema nesta base possa constituir uma heterodoxia, designadamente do ponto de vista de um certo feminismo, particularmente o defendido pela visão

marxista tradicional, cujo resultado objectivo se traduz num maior isolamento destas mulheres face à sociedade envolvente e, em particular, aos movimentos feministas. No entanto, questionar estas visões poderá ser uma das vias para rebater e desconstruir a concepção fixista e rígida sobre a prostituição feminina – vista como um traço de certas mulheres, profundamente deteriorado pelo ferrete do estigma. Só analisando a prostituição no contexto social e as trabalhadoras sexuais na sua condição social, transitória ou não, em termos de género e de classe, é possível equacionar este problema social e sociológico. Nesta perspectiva, também o fenómeno da prostituição feminina deverá ser abordado tendo em conta vários níveis de análise, o que reclama uma perspectiva pluricausal que atenda às diversas dimensões que lhe estão associadas, nomeadamente os constringimentos estruturais de ordem social e económica; as redes e os contextos político-organizacionais; a dimensão racional dos sujeitos protagonistas do fenómeno prostitucional – chulos e/ou empresários dos bordéis ou clubes, os clientes e as mulheres que exercem a prostituição, nomeadamente as suas origens sociais e a respectiva trajetória biográfica, bem como as vertentes interaccional-simbólicas (Silva, 1998b).

De todos estes *itens* vamos focalizar a atenção nas origens sociais das prostitutas, as actividades ou profissões exercidas antes da entrada na prostituição, os seus proventos económicos, tipos de vínculos ou formas de precariedade laboral, comparando, num breve relance, a média de salários auferidos antes e durante a prostituição. As relações de poder e dominação de género articulam-se com formas de dominação de classe, pois, como veremos, as trabalhadoras sexuais estigmatizadas e marginalizadas são predominantemente originárias de classes destituídas de recursos ou com modestos recursos e famílias amiúde desestruturadas, dois ingredientes básicos, ainda que não suficientes para explicar a entrada na prostituição.

Sem negar o tráfico de mulheres no mundo globalizado e desigual entre as regiões centrais e regiões (semi)periféricas de hoje, e sem deixar de ter presente a vitimização das mulheres nas redes do tráfico sexual, uma abordagem sociológica global e plural não pode ignorar as estratégias das próprias mulheres, quer no sentido da luta pela subsistência sua e da família, sobretudo dos filhos, quer no sentido, nem sempre conseguido, de conhecer uma melhoria das suas condições de vida e, se possível, uma mobilidade social ascendente.

A prostituição feminina não é um problema apenas relativo à condição das mulheres, à sua sobrevivência e à sua dignidade social. Ela questiona o posicionamento e as práticas da sexualidade masculina, as atitudes, imagens e representações dos homens acerca da mulher e sobretudo os seus preconceitos sexistas. Numra palavra, a prostituição, onde existe, interpela a própria sociedade, uma sociedade que, apesar dos enormes avanços cívico-jurídico-políticos e socioeducacionais neste campo, ainda denota em várias esferas da vida social, em termos públicos e privados, uma enraizada mentalidade tributária também ela de uma pesada e secular herança greco-judaico-cristã.

Uma das características da sexualidade masculina consiste na fragmentação entre o impulso sexual e a emoção, levando-o a construir diferentes imagens da mulher e respectivos significados da feminilidade, conforme se trate mais da mulher-«puta» vista como



objecto de prazer ou mais da mulher-esposa-mãe assumida como figura virtuosa e protectora. A esta dicotomia de imagens não é estranha a própria concepção dominante não só na literatura e na arte como no senso comum no sentido de contrapor a «maligna» e «devassa» mulher da rua à recatada esposa e exímia dona de casa e mãe de família. Nesta óptica, a prostituição representaria uma «nódoa social» na mesa das mulheres-mães e das «rainhas»-virgens. Tal dissociação de imagens prende-se certamente com o processo de socialização sexual em que o adolescente ou o jovem, não obstante declarar-se enamorado de alguma rapariga colega, vizinha ou parente, se sente sexualmente constringido ou limitado, acabando por ter a sua primeira experiência sexual com uma mulher mais experiente ou mesmo com uma trabalhadora sexual num bordel. A sexualidade masculina é vivida e sentida em termos maquinais como necessidade de descarga rápida e periódica, enquanto a sexualidade feminina deverá ser trabalhada a fim de se tornar moldável, desprendida, solta. Em tal imaginário o homem é visto como o manipulador e o conquistador de um objecto sexual instrumental – a mulher –, cuja posse, ainda que momentânea, provocará satisfação sexual, enquanto que o insucesso na referida descarga poderá acarretar não só uma frustração como inclusive uma ameaça, alegadamente incortornável, de «explosão maquinais».

Para fazer amor com uma jovem ou mulher próxima, o enamorado teria de transgredir os tabus impostos ou as barreiras sociais impeditivas de uma relação sexual com moças ou mulheres próximas e potenciais ou desejadas parceiras matrimoniais a vários níveis: socioeconómico, afectivo-emocional, erótico-sexual. Como entretanto tais mulheres «ideais» deverão ser sexualmente protegidas até ao momento do compromisso, a satisfação sexual deverá ocorrer com mulheres «fáceis», «da gente» ou, então, com trabalhadoras sexuais.

É justamente a respeito da prostituição onde se torna visível a fragmentação entre desejo sexual e emoção e onde o homem-adulto se comporta amiúde como o adolescente ou jovem apaixonado pela colega ou mulher atraente e próxima, acabando contudo por se iniciar sexualmente ou até «viciar-se» com a mulher-prostituta. Independentemente do facto de o intercâmbio sexual com prostitutas ser ou não gratificante para o homem, o certo é que tal prática constitui ainda, como diz Nencel (1994: 73), uma prerrogativa masculina que, sendo contestada por parte considerável do movimento feminista, questiona os papéis, as representações, os preconceitos, os estereótipos e as práticas masculinas em relação à mulher<sup>3</sup>.

(3) No seu estudo sobre a sexualidade e as representações masculinas da mesma, em Lima (Peru), Nencel distingue três tipos de mulheres com as quais os homens procuram satisfação sexual, com graus decrescentes de emoção ou afecto: (i) as *pacharacas*: algumas das frequentadoras de bares e discotecas que se disponibilizam a encontros sexuais variados no intuito de passar uns bons momentos (passetes, comida, bebida, prendas) ou até conquistar um parceiro matrimonial e subir socialmente; (ii) as *rucas*: as que, sendo conhecidas dos seus galanteadores, não excluem algum grau de afecto ou emoção e entretêm facilmente contactos sexuais em troca de vantagens materiais ou compensações de vária ordem; e, por fim, (iii) as *prostitutas*: as que alugam o seu corpo para satisfazer desejos sexuais de outrem indiscriminadamente a troco de dinheiro, em regra, sem qualquer envolvimento emocional e sem ter por objectivo central a busca de prazer sexual.

Subjacente a esta fragmentação e tensão entre o desejo sexual e a emoção designadamente acerca da prostituição – representada como uma luta entre discurso e prática – encontra-se, como o salientaram Nencel (1994: 71) sobre a prostituição e Amâncio (1994), de modo mais geral, em torno das representações sobre o masculino e o feminino, um conceito essencialista, uma construção fixista de sexualidade. Este conceito, expresso, sobretudo em países ibero-americanos, no binómio «macho-latino» e amiúde aceite como padrão dominante por uma faixa ainda considerável de homens e inclusive de mulheres, ora assume como determinantes as bases biológicas da sexualidade (o instinto ou a fogosidade do amante latino), ora projecta a imagem de «macho» como o tipo «manipulador», «violento» ou «opressor», imagem essa todavia cada vez mais estereotipada. Segundo Nencel (1994: 72) é ainda esta fragmentação/disjunção que divide a identidade das mulheres: mulheres vistas e reconhecidas como seres sociais (com as quais se têm emoções e experiências várias incluindo as sexuais) e mulheres vistas como seres (quase) exclusivamente sexuais, cujas representações são interiorizadas e expressas em variados contextos e situações no quotidiano das relações entre homens e mulheres mas que assumem a sua expressão máxima e menos ambígua em relação às mulheres prostitutas<sup>4</sup>. Por seu turno, pelo lado masculino, a idade, a classe social e sobretudo as variadas, subterrâneas e invisíveis experiências subjectivas com prostitutas não permitem aprioristicamente deduzir nem uma identidade sexual comum nem modos e significados uniformes acerca dessas experiências, ora de desapontamento ou frustração, ora de satisfação ou gratificação sexuais<sup>5</sup>.

Em suma, quer do lado da identidade das mulheres, nomeadamente das mulheres que, enquanto trabalhadoras sexuais, exercem a prostituição, quer do lado dos homens, seja como empresários do sexo, seja como clientes, não há uma identidade comum, ora feminina, ora masculina, dando assim lugar a diversas interpretações do fenómeno prostitucional. A propósito da formulação de modelos ideal-típicos de interpretação das identidades, por vezes com sentidos ideológicos antagónicos, como é o caso da prostituição, poderá ser útil referir o posicionamento de Davidson (1998: 136): «The different ways of imagining prostitutes reflect, I believe, the fact that individuals in any given society or culture can draw on a range of competing and contradictory discourses about gender, sexuality

(4) Para além dos processos diferenciados de socialização e das razões de ordem socioeconómica e política, é de assinalar desde já, relativamente às práticas sexuais, incluindo as da prostituição masculina comparativamente às da prostituição feminina, que, enquanto o homem, em regra, tem a frequência quotidiana do coito sexualmente limitada, a mulher pode, em princípio, exercer mais amiúde o acto sexual nomeadamente «repetir» mais vezes o coito.

(5) A este respeito, embora tenhamos podido, a partir da pesquisa no terreno, perscrutar e detectar algumas das representações masculinas no ambiente prostitucional, a orientação predominante da pesquisa mais centrada nas mulheres e nos contextos de prostituição de rua e nos clubes torna mais limitada a produção de conclusões sobre os comportamentos e representações dos homens. Como veremos mais à frente, os dados recolhidos, na esteira de outros estudos, apontam para motivações e experiências muito diversas, podendo ser entendidas pelos homens ora como um fracasso ou uma desilusão, ora como formas novas, alternativas, invulgares ou até «selvagens» de obtenção de gratificação sexual.

and morality in order to explain and give meaning to prostitution». Passemos, agora, ao equacionamento e enquadramento teóricos do problema, realçando e contrapondo as diversas perspectivas teóricas, nomeadamente em termos sociológicos.

### 3. ENQUADRAMENTO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Diversas têm sido as abordagens e terapêuticas sociopolíticas face a este problema social tornado também um problema sociológico, sobre o qual se têm diacrónica e sin-cronicamente cruzado diversos olhares teórico-metodológicos.

Uma das concepções correntes da explicação da prostituição assenta na visão económica liberal, segundo a qual a prostituição é entendida como qualquer outro fenómeno mercantil que, satisfazendo certas necessidades sociosexuais, se rege pelas leis da oferta e da procura e pela equação do binómio custos-benefícios. A curva ascendente ou descendente da tingência das necessidades e exigências dos consumidores, assim como das (des)vantagens ou ganhos dos produtores e/ou operadores ou intermediários comparativamente aos rendimentos/lucros obtidos noutros sectores (Fireman e Gamson, 1979). Com esta visão utiliza-rista se articula, portanto, o modelo dos jogos, segundo o qual os diversos actores (trabalhadoras sexuais, proxenetas ou donos de clubes e clientes), enquanto jogadores, são impulsionados pelo cálculo racional e pela estratégia maximização do ganho ou da satisfação.

Uma outra, aliás frequente, abordagem do fenómeno é feita a partir do ângulo ora biol-ogista ora psíquico, articulado ou não com uma perspectiva (pseudo)microsociológica. Deixando de parte a problemática abordagem psicológica a partir dos instintos «destruti-vos» ou «irracionais», das personalidades «associais» ou «degeneradas», «criminosas» ou «desviantes» (cf. Lombroso, 1893), cabe, no entanto, destacar o modelo psicanalítico que tende a encarar a prostituição como o resultado de traumas sexuais vividos não só pela protagonista prostituta como e sobretudo pelo cliente consumidor designadamente na fase da meninice ou puberdade no seio da família (Freud, 1959).

No campo psicológico há a referir uma outra variante que consiste em explicar a génese e o desenvolvimento das práticas de prostituição a partir dos grupos primários de socialização com os seus respectivos códigos normativos e (sub)culturais marginais, mas assumidos e valorizados de modo positivo e funcional. Esta posição é contudo questionada por outros cientistas sociais, inclusive psicólogos, para quem os sujeitos de comporta-mento desviante interiorizam as normas dominantes e, portanto, valorizam negativa-mente os seus próprios comportamentos «desviantes». Ainda no quadro da explicação sociopsicológica, a mais vulgarizada versão, sobretudo em círculos americanos desde os anos setenta, tem sido todavia a que se reporta à teoria da privação relativa dos sujeitos-actores, sendo de destacar Davies (1962), Gurr (1970), Merton (1970). Ou seja, no caso concreto da prostituição, esta seria explicável a partir do fosso existente entre o actual grau de (in)satisfação e o potencial ou esperado nível de satisfação das necessidades das prosti-

tutas (os), o que daria lugar ao que se convencionou denominar «a revolução das expecta-tivas crescentes» (Merton, 1970). Determinante nesta visão seria um certo sentimento ou «estado mental» de descontentamento resultante da autopercepção da privação relativa, o qual, por sua vez, daria conta da subsequente decisão de prostituir-se a fim de, com os ganhos daí resultantes, diminuir o referido fosso.

Este filão sociopsicológico tem sido, num aparente paradoxo, explorado e desenvolvido pela corrente estrutural-funcionalista, cujas explicações, apesar das proclamações meto-dológicas em contrário, se socorrem todavia de um certo arsenal conceptual de cariz sociopsicológico. Com efeito, para os funcionalistas como Durkheim (1974, 1977, 1987), primeiro e, posteriormente, para os estrutural-funcionalistas como Parsons (1976) e, em menor medida, Merton (1970), a prostituição enquadrar-se-ia no âmbito dos comporta-mentos disfuncionais e desviantes. Sendo a prostituição um facto social, Durkheim (1974), no seu método positivista, não deixaria de o aceitar e tratar como se fosse uma coisa, sus-ceptível de ser mensurada e analisada não só nas suas funções como também nas suas causas. A prostituição, enquanto fenómeno destituído de densidade moral pela qual se preocupava Durkheim (1987), constituiria um dos factos resultantes de uma sociedade anómica que importaria contrariar já não tanto através das tradicionais normas religiosas, do controlo social e do direito repressivo mas sobretudo pela criação de uma nova moral resultante da solidariedade orgânica assente na moderna divisão do trabalho social.

Por seu turno, o estrutural-funcionalismo, numa versão mais elaborada e de teor pre-dominantemente axio-normativo, tenderá a considerar a prostituição como um fenómeno perpassado de tensões entre a estrutura sistémica e a margem estreita do actor social com o feixe de papéis ora atribuídos pelo sistema ora desviantemente prosseguidos pelo actor social. Convém todavia observar que, enquanto Parsons (1976) tende a considerar a dis-função como algo de anormal e até patológico devido não só à incapacidade de o sistema integrar o actor social desviante como sobretudo à inabilidade deste em se adaptar às exi-gências, normas e valores do sistema, Merton (1970), no seu estrutural-funcionalismo relativizado, concebe a disfuncionalidade como algo não necessariamente negativo para o sistema e, portanto, capaz de provocar novos reequilíbrios.

A esta opacidade estruturo-funcionalista reagiram, com alguma pertinência, as perspec-tivas interaccionistas e simbólico-valorativas (Mead, 1934; Becker, 1968; Goffman, 1961, 1974), para quem importa trazer para primeiro plano não os invisíveis constrangimentos estruturais mas a presença do actor social, as suas interações com os demais, a sua capaci-dade de negociar e aproveitar redes de contacto que possibilitem a realização das suas estra-tégias. Seria justamente na base da construção dessas redes que se poderiam compreender as trajetórias de vida dos actores sociais, os seus símbolos e códigos morais, os seus modos de vida, já integrados e acomodados, já isolados e/ou resistentes, já ainda «enclavados» ou marginalizados. Embora, sobretudo numa fase mais madura, Goffman (1974a) não perca de vista o contexto social da interacção, esta corrente sociológica, aliás na sequência das con-tribuições da Escola de Chicago (Park, 1987; Wirth, 1987; Thomas e Znaniecki, 1971), salientou como a negociação dos papéis e a partilha das experiências e vivências são deci-si-

vas para definir e construir a própria realidade social, para compreender os comportamentos ditos marginais, os fenómenos de rotulagem e estigmatização, extremamente pertinentes na análise da prostituição (Goffman, 1963; Lemert, 1967; Becker, 1968).

A importância do contexto, da relação de forças, das diversas estratégias orientadas para a realização dos interesses e objectivos dos actores sociais não só colectivos como particulares é realçada pelo modelo organizacional e pelo modelo de poder sustentado não só por Weber (1978) e sobretudo pelos neoweberianos (Dahrendorf, 1959; Parkin, 1979) como por outros teóricos do poder (Foucault, 1994; Olson, 1982) que, aplicado ao caso da prostituição, poderá contribuir para perceber os condicionamentos e objectivos, as limitações e virtualidades da acção dos diversos actores implicados no fenómeno.

Uma outra visão estruturalista mas de cariz diferente da estrutural-funcionalista é defendida pela maior parte dos marxistas tradicionais, para os quais a prostituição é um fenómeno socialmente condicionado ou até determinado e, como tal, produto da estrutura social, passada de assimetrias sociais. A solução deste problema passaria basicamente pela mudança radical da própria estrutura social, restando, do ponto de vista organizacional e interaccional, pouca ou até nenhuma margem para alterar a situação. No seio do marxismo e, em particular, dos seus fundadores releva a visão de Engels (1964) que considerava a prostituição como decorrente de uma instituição familiar – o casamento monogâmico –, o qual, por sua vez, se interligava com o início do patriarcado e com a génese e a persistência da propriedade privada e do Estado. No âmbito da moral judaico-cristã e, em geral, no quadro de uma sociedade patriarcal e cavalheiresca, sendo a castidade feminina valorizada e o adultério feminino duramente penalizado, não restaria aos homens não casados, excluídos de casar ou simplesmente não satisfeitos na relação conjugal, outra saída senão o ab(uso) de uma faixa, maior ou menor, de mulheres prostitutas, em regra, originárias das classes mais pobres ou destituídas. Mais, para Engels (1964) a primeira forma da propriedade privada incarnava-se na posse da mulher por parte do poder patriarcal que teria sujeitado a mulher à condição de escrava doméstica e tê-la-ia reduzido ao papel de simples objecto sexual no seio da família<sup>6</sup>. Nesta perspectiva, enquanto se mantiverem as condições de exploração e, em especial, de dominação masculina, a prostituição designadamente feminina constituirá uma componente integrante da sociedade patriarcal e monogâmica, tal como salienta Engels:

«A prostituição é uma instituição social como qualquer outra. Mantém a antiga liberdade sexual a favor do homem. Não só tolerada de facto mas frequentemente praticada, sobretudo pelas classes dirigentes, ela é apenas condenada por palavras. Mas esta repro-

(6) O próprio conceito família tem por raiz etimológica o termo *famulus* que significa servo, ou seja, a família compreendia o conjunto de bens e pessoas sob o domínio do *paterfamilias* patriarcal: «A expressão *família* foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe tinha uma esposa, filhos e um número de escravos sob a sua autoridade paterna e, de acordo com o *Direito Romano*, tinha sobre todos eles direito de vida ou de morte... A família moderna contém em germe não só a escravatura, mas também a servidão... Contém em miniatura os antagonismos que mais tarde se desenvolvem na sociedade e no Estado» (Engels 1964: 70-71).

vação não atinge de forma alguma os homens, apenas as mulheres. Estas são postas à margem da sociedade, desprezadas, a fim de proclamar mais uma vez, como lei fundamental da sociedade, a supremacia incondicional do homem sobre o sexo feminino» (1964: 81).

Esta situação só poderia desaparecer pela instauração de uma revolução social que implicasse a eliminação da instituição monogâmica, tal como o visualizava Engels, talvez de um modo um tanto ingénuo e certamente utópico: «Caminhamos agora para uma revolução social, na qual as bases económicas actuais da monogamia desaparecerão, tal como o seu complemento, a prostituição» (Engels, 1964: 91-92).

Bastante próxima desta interpretação se situa a abordagem feminista prevalecte, se bem que, por outro lado, dela se afaste, nomeadamente, a sua versão mais radical na medida em que a exploração da mulher não é remetida nem reduzida ao conceito de classe, como defendem os marxistas ortodoxos, mas sustenta-se e alimenta-se do conceito central de género e das correspondentes contradições sócio-históricas centradas na dominação e, eventualmente, na exploração da mulher por parte do homem com toda a série de representações e estereótipos socialmente construídos (Millet, 1974; Davidoff, 1979; Dubisch, 1986; Lorber e Farrel, 1991; Costa, 1992; Amâncio, 1994).

Num cruzamento fecundo entre a perspectiva weberiana e a marxista e podendo beneficiar já de uma longa tradição de estudos feministas, também Bourdieu (1999) analisou as estruturas de dominação masculina e, ancorado no seu método de trazer à existência as estruturas de dominação em vários campos, não deixa todavia de interligar as formas de dominação com as condicionantes estruturais de ordem económica e social e que, como tal, cerceiam a liberdade das classes, dos grupos étnicos ou do(s) género(s) dominado, obstaculizando, deste modo, a justa aspiração dos grupos dominados e, em geral, dos indivíduos à felicidade (Bourdieu, 1993: 1453). No caso específico em questão a dominação masculina sobre as mulheres, na perspectiva bourdieusiana, inscreve-se numa leitura de grande especificidade histórica e sociológica marcada por mecanismos e práticas da dominação masculina, remetendo as mulheres para uma posição subordinada e dependente face aos homens.

Que pensar das teorias e abordagens brevemente referidas? Embora deixando em aberto esta questão, mas tendo já em conta os resultados da investigação, não nos eximiremos de explicitar alguns parâmetros analíticos, a partir dos quais analisámos o fenómeno da prostituição, num vaivém entre a teoria desenhada no projecto e os dados empíricos recolhidos.

O recurso a factores psicológicos não deixa de ser legítimo e pertinente, na medida em que tais variáveis estão, em maior ou menor grau, presentes na acção humana e actuam constantemente como substrato acumulativo de experiências e vivências das diversas fases do ciclo de vida. A resolução ou não dos problemas de identidade e identificação, o grau de satisfação ou insatisfação, o sentimento de segurança ou de angústia podem certamente coadjuvar a despoletar situações e saídas, umas correntes e funcionais, outras marginais e disfuncionais ou de ruptura.

Explicar, porém, a prostituição, a partir de estados subjectivos mentais de autopercepção da realidade e do fosso desta face às expectativas, além de difíceis de operacionalizar, necessitam de remeter para variáveis objectivas e mensuráveis, como aliás o fazem alguns dos seus defensores. Por outro lado, o sentimento de privação relativa está presente noutros actores sociais que, em prévias condições similares, não se prostituem, o que mostra que a privação relativa pode constituir mais um elemento mas não forçosamente suficiente nem sequer necessário para explicar a entrada na prostituição. De resto, as expectativas crescentes, vistas numa perspectiva individualista e psicologista, terão elas de ser co-explicadas por outros factores e não poderão prescindir das estruturas, estratégias e relações de poder.

A abordagem liberal a partir do esquema oferta-procura contribui, por um lado, para encarar o fenómeno com certa distância e realismo e, por outro, para demonstrar que, sempre que sejam proporcionadas às potenciais candidatas à prostituição equivalentes ou melhores condições de vida noutros sectores, tenderá a baixar a curva da oferta. Todavia, o raciocínio subjacente aos pressupostos liberais e utilitaristas, bem como à própria teoria dos jogos, além de denotar certos preconceitos usuais acerca da natureza «egoísta» do ser humano, parte do princípio de que todos os actores sociais funcionam como jogadores capazes de maximizar as suas estratégias de ganho ou lucro, o que nem sempre corresponde à realidade. Assim, esta teoria, assumindo como real um pressuposto ideal e irreal – o actor livre –, perde de vista a desigualdade efectiva de recursos e os correlativos estrangimentos estruturais e organizacionais da prostituição, para além de menosprezar a importância do lado vivencial e interactivo das histórias de vida das trabalhadoras sexuais e sua relação com as suas famílias de origem. Por fim, esta teoria, além de descurar os aspectos normativos e éticos, reduz toda e qualquer racionalidade à racionalidade estratégica instrumental e, portanto, omite outros fundamentos racionais da acção, designadamente, como o salientou Weber (1978), o tradicional e o emocional ou afectivo.

Não será gratuito nem inocente que uma parte considerável das trabalhadoras sexuais, de acordo com diversos estudos, provenha das classes mais desprovidas, por um lado, e, por outro, que os fluxos migratórios internacionais em que elas estão envolvidas tenham geograficamente, em regra, como estações de partida os países pobres e periféricos do sul e do leste e como estações de chegada os centros urbanos dos países ricos do norte. Do mesmo modo, embora em sentido contrário mas confirmando a mesma tendência, um crescente número de clientes – homens e, em menor medida, mulheres – dos países ricos demandam as paragens exóticas da Ásia, da América Latina e da África para satisfazer os seus desejos e fantasias sexuais.

Preocupados com a balança de pagamentos e indiferentes à mercantilização sexual de alguns dos seus cidadãos, os governos de tais países periféricos apenas se interessam ora pelas remessas de emigrantes, incluindo os das trabalhadoras sexuais, ora do aumento de divisas com o turismo sexual. De resto, a prostituição, paralela ou até conjuntamente com o papel de estudantes, dançarinas, empregadas domésticas e da indústria hoteleira, constituiu hoje, perante a proibição de emigração legal para os países do centro, quase a única

via camuflada de emigração para mulheres isoladas, desprovidas ou com problemas sociais nos países periféricos, demandando o país de destino sob pretexto ou alegação de reagrupamento familiar, turismo, estudo, refúgio político ou (futuro) casamento. Em suma, poder-se-á inferir que, também na esfera do comércio sexual, designadamente de mulheres e menores, se reproduzem as assimetrias estruturais entre os países do centro e os países da periferia com as possíveis sequelas de exploração e/ou opressão das mulheres e de menores dos países periféricos, enquanto uma das «últimas matérias-primas dos países pobres» (Hirsch *in* CDEG, 1996: 15). Sem subestimar, como veremos empiricamente, os numerosos casos de iniciativas das próprias mulheres que, através de redes de intercâmbio, amizade e vizinhança, partem por sua própria conta e risco, uma parte destas mulheres representa a «matéria-prima» humana que alimenta poderosas indústrias e mercados do sexo situadas designadamente nos países do centro. Mais preocupante é todavia quando a esta troca desigual no comércio do sexo acrescem casos em que as candidatas à prostituição, além de sujeitas a diversos controlos médicos, são objecto de sequestro, violação e subsequente processo de prostituição com confiscação de passaporte, apertada vigilância e corte de relações com o exterior (Hirsch *in* CDEG, 1996: 12-13). Nestes casos em que se verifica um clima de ameaça e secretismo dos jogos de bastidores, dada a fragilidade emocional e a vulnerabilidade socioeconómica e não raro jurídica das trabalhadoras sexuais, torna-se difícil obter a prova da coerção exercida pelo proxeneta vulgarmente conhecido por «chulo» e muito menos a inerente a organizações anónimas sem sede nem padrões visíveis. Por outro lado, os constrangimentos socioeconómicos e jurídicos das trabalhadoras sexuais, restringindo o campo da prostituição voluntária, alargam o da prostituição, senão forçada, pelo menos psicossocialmente condicionada, dependente e mercantilizada, a qual, em regra, comporta traços de exploração económica e coerção político-sexual para com a trabalhadora sexual assalariada ou, por vezes, «escravizada». Não obstante a relativa fluidez, a imprecisão e a ambiguidade acerca da distinção entre prostituição voluntária e forçada, alguns poderão ser tentados, face a estas considerações, a inferir que o conceito de prostituição forçada deverá incluir todas as formas de coerção desde a física à psicossocial, administrativo-jurídica e até mesmo socioeconómica. Todavia importa reter, tal como o mostraremos ao longo deste livro, que bastantes mulheres, ainda que condicionadas por factores de diversa ordem na entrada e manutenção da actividade prostitucional, denotam uma componente estratégica e margem notável de relativa liberdade na sua «opção» em encetar este modo de vida. Este é assumido como profissão mais rentável que as suas actividades exercidas antes da prostituição, o que vem, de certo modo, ao encontro da racionalidade de custos-benefícios entre o antes e o depois da entrada na prostituição.

Atendendo todavia ao facto de, em regra, as componentes estruturais e organizacionais condicionarem e integrarem a margem de liberdade e decisão da trabalhadora sexual mas não a determinarem totalmente, cremos ser sustentável a distinção entre prostituição voluntária e forçada em função da presença ou ausência de um mínimo de consentimento, por parte da prostituta, no exercício da sua profissão. Por outras palavras, não



obstante os constrangimentos estruturais, as redes e facilidades organizacionais e, no limite, as situações de precariedade socioeconómica e vulnerabilidade jurídica (vg., residência ilegal) se apresentarem como condições integradoras e propiciadoras da prostituição, elas não são nem as únicas nem são absolutamente determinantes. Sem necessidade de proclamar a doutrina, algo metafísico-teológica, acerca da presença do livre arbítrio, dever-se-á contudo, para não cair em explicações deterministas, integrar a dimensão racional e, em particular, a vertente interaccionista-simbólica na abordagem do fenómeno, revalorizando assim a perspectiva dos actores sociais, o seu maior ou menor espaço de manobra face às estruturas, as conveniências ou vantagens em persistirem nesta actividade, assim como, inclusive, a possibilidade de algumas das(os) protagonistas implicadas transformarem a situação ou, pelo menos, saírem dela. De outro modo, tornar-se-iam inexplicáveis não só os casos de prostituição por parte de mulheres dotadas de alguns recursos económicos e escolares e sem premência económica absoluta, assim como os inúmeros casos de mulheres que, apesar da precariedade e da severidade das suas condições de vida objectivas, recusaram o modo de vida ou a profissão de prostitutas. Com efeito, se, para que uma mulher se dedique ao sexo mercantil ou não, importa ter presente, em primeiro lugar, a sua posição de vida objectiva e correlativos constrangimentos socioestruturais – a que corresponde a ausência e/ou o grau de controlo sobre recursos (económicos, sociais, políticos, afectivo-vivenciais, etários, estéticos, eróticos) –, o seu lugar na correlação de forças e respectivos contextos político-organizacionais que a possibilitam ou impedem, a estes dever-se-ão cumulativamente acrescer outras componentes ou variáveis tais como a racionalidade estratégica dos sujeitos, as vantagens comparativas entre a condição de prostituta e outras saídas ou alternativas profissionais, os hábitos e estilos de vida e os padrões axiológicos e normativos do meio social da respectiva prostituta, bem como a sua trajectória biográfica.

Resumindo, consideramos que a via mais adequada para abordar o fenómeno da prostituição consistirá em assumir uma perspectiva pluricausal e pluridimensional que, sem esquecer ou menosprezar os diversos níveis de análise, saiba integrá-los e hierarquizá-los de modo situacional e criativo, aliás na esteira de autores como Bader e Benschop (1988).

#### 4. A PROSTITUIÇÃO COMO ESTIGMA E FENÓMENO DESVIANTE

A problematização em torno da prostituição é uma daquelas que remete para uma das questões centrais em sociologia que consiste em saber como é que as sociedades se mantêm, reproduzem e/ou regulam determinada ordem social, o que convida para o debate as principais concepções sociológicas sobre a compreensão e a explicação das acções ou comportamentos sociais, bem como o seu controlo e regulação. A actual ordem social e institucional dominante pressiona no sentido de encorajar e premiar os comportamentos dados como «bons», porque funcionais e condizentes com as normas, os códigos e os valores vigentes e de prevenir ou inibir, reprimir ou até reprimir os comportamentos dados

como «maus», porque disfuncionais, dissonantes, indesejáveis e, como tal, reprováveis, visão esta que converge *grosso modo* e paradoxalmente com visões de cariz biologista e, por outro, com a perspectiva estruturo-funcional sustentada, como vimos, por Durkheim (1977) e sobretudo Parsons (1988). Porém, não é hoje possível analisar e avaliar este fenómeno apenas de um ponto de vista organicista e estruturo-funcionalista e muito menos numa perspectiva biopsicológica. Ele convoca a análise de variáveis situacionais de ordem económica, social, ambiental, política e ideológica, entre outras.

A visão estruturo-funcional (quase) absoluta de Parsons (1988) em torno do consenso axiológico<sup>7</sup> viria a ser contestada pela variante estruturo-funcional mais relativizada de Merton (1970) que reconhecia factos sociais disfuncionais e concebia que fenómenos desviantes como a prostituição seriam resultantes da «inadequação entre fins e meios», ou seja, da contradição básica entre as «legítimas» aspirações criadas e instiladas pela sociedade moderna e as inexistentes ou insuficientes oportunidades oferecidas aos indivíduos para satisfazerem aquelas expectativas. Esta tensão provocaria assim a anomia social, a qual resultaria da discrepância conflitual entre as normas e os discursos em torno da igualdade de oportunidades e o desigual acesso aos meios ou reais oportunidades de promoção socioeconómica. Deste modo, o comportamento dito desviante – que na óptica de Merton é tão normal como outro dito normal – pode subsumir-se nalguma das possíveis reacções ou respostas àquela discrepância<sup>8</sup>.

Para compreender o fenómeno prostitucional, mais importante do que a crítica de Merton (1970) são, sem dúvida, outras perspectivas sociológicas que, tal como evocamos no enquadramento teórico, vão desde as concepções (neo)weberianas e teorias do poder, passando pelo interaccionismo simbólico até ao (neo)marxismo e feminismo.

De entre as teorias clássicas na sociologia, a abordagem weberiana e, certamente, a perspectiva interaccionista são certamente as menos etnocêntricas, mais polifacetadas e permeáveis às motivações, razões e olhares dos actores sociais com comportamentos desviantes, neste caso movidos por outras racionalidades, como refere Weber (1978), que não as estritamente ligadas ao cálculo racional, económico, a saber, a orientação na acção ora pelos valores, ora pela tradição, ora ainda pela emoção ou afecto. A partir destes tipos de acção social, poderemos estar em melhores condições para compreender e explicar o com-

(7) Esta visão centrada no consenso num quadro de democracia pluralista – que previa um afrouxamento e um controlo institucional no embate dos interesses entre os diversos estratos – viria a ser desenhada por vários autores: desde Bell (1977) que anunciava o «fim da ideologia» até Lipset (1960) com a sua teoria do consenso, segundo a qual a direita conservadora aceitava o Estado-providência e a «esquerda» social-democrata rejeitava o socialismo de Estado pelos perigos que acarretaria para a liberdade individual.

(8) Segundo Merton (1970), os cinco tipos de reacções ao desacordo entre valores e os recursos limitados para os realizar seriam os seguintes: (i) os conformistas que aceitam valores e meios mas desintegram-se de ser bem sucedidos; (ii) os inovadores que aceitam os valores mas utilizam meios ilegais; (iii) os ritualistas que se acomodam aos valores do *status quo*; (iv) os retrocedentes que se afastam dos valores e dos meios para os alcançar; (v) os rebeldes que, para além de rejeitar tanto os valores como os meios, pretendem instaurar um novo sistema social com novos valores.



portamento dito desviante da mulher-prostituta. Por outro lado, contrariamente ao holismo estruturo-funcional, o individualismo metodológico weberiano, ao privilegiar uma abordagem centrada na acção social, nos significados atribuídos pelo actor social à sua acção, constitui um fecundo contraponto quer à já referida perspectiva estruturo-funcional, quer à abordagem marxista, como veremos. Para perceber o fenómeno da prostituição não é, portanto, possível fazê-lo sem tomar como ponto de partida a compreensão das motivações e intenções dos actores sociais<sup>9</sup> e, a partir desta abordagem de empatia e conexão de sentido subjectivo dos próprios actores envolvidos na prostituição, destilar a adequada (pluri)causalidade, tal como advoga Weber (1978).

Os comportamentos sociais desviantes que, numa óptica estruturo-funcional, eram dados como «ameaçadores» ou «perigosos» para a ordem social, são revistos e reequacionados em moldes diferentes numa perspectiva interaccionista simbólica, entre cujos representantes cabe destacar Goffman (1974, 1988) e Becker (1980). Para estes autores, o controlo e a rotulagem do comportamento desviante, não só por parte dos actores sociais «normais» como dos próprios agentes do poder, constitui um factor decisivo para o seu aparecimento e extensão, para o qual contribuem não só as reacções dos indivíduos ditos normais como e sobretudo os mecanismos institucionais e os diversos tipos de poder e seus agentes que têm a capacidade de rotular, estigmatizar, sancionar negativamente e punir os comportamentos desviantes, a fim de conservar e reproduzir determinada ordem social. Ou seja, tais comportamentos não são imputáveis a determinados atributos dos indivíduos, mas antes a efeitos resultantes de processos relacionais entre os indivíduos de comportamento desviante e os indivíduos «normais», predispostos, de acordo com as regras sociais e morais instituídas, a controlar e a rotular indivíduos marginais e transgressivos das normas e da cultura dominante e, como tal, dados como *outsiders*, os quais, em resposta a tais reacções estigmatizantes, curiosamente olham os normais como «outsiders» do seu próprio grupo.

Aplicável esta linha de raciocínio do interaccionismo simbólico ao fenómeno prostitucional dir-se-á que a sociedade, ou melhor, os «normais», enquanto *outsiders*, têm das prostitutas uma visão estereotipada advinda das normas e dos valores da sociedade. Estes formam, segundo Mead (1934), o «outro generalizado» que se projecta na mulher como «Me» («eu socializado») – a prostituta ou «puta» como ser diabolizado e estigmatizado –, o qual se entronca e articula todavia com um «I» («eu íntimo»), singular, mais interior e idiossincrático, em que a mulher, mesmo quando interiorize num primeiro momento essa visão estereotipada, é capaz de reagir e rejeitar nos seus registos informais ou ocultos, como diria Scott (1990), esses labéus sociais. Nesta óptica crítica, há mesmo autores que

(9) Convém não confundir a compreensão (*verstehen*), enquanto método de obtenção de conhecimento, com o juízo moral do investigador para com o investigado. Ou seja, compreender metodologicamente não significa aprovar as acções do respectivo actor social, distinção esta que levou Weber (1979), não obstante reconhecer a pluralidade de valores subjacentes à escolha do objecto de análise, a pugnar pela neutralidade axiológica do cientista social no percurso e exercício da investigação e a distinguir entre a moral e o conhecimento, entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

se recusam a classificar de desviantes comportamentos como os das mulheres prostitutas. Mais, o estigma, ao excluir as mulheres prostitutas das trocas sociais e simbólicas generalizadas que ocorrem no sistema social, assume-se como meio de fortificação das linhas de demarcação e preservação identitária daqueles que o produzem. Esta é uma forma de manter-se a salvo do perigo da «poluição» e «depreciação» identitárias. A identidade social das mulheres que trabalham na prostituição, no âmbito da qual se fixa o estigma «puta», ao ser percipionada e, eventualmente, manipulada pelas visadas, tentando corresponder às expectativas sociais normativas, constitui-se como parte integrante da sua própria identidade pessoal (Goffman, 1963, 1974).

Tal como mostraremos na vertente empírica desta pesquisa e considerando as percepções, ainda que diferenciadas, das próprias trabalhadoras sexuais, quando estas se referem àquilo que pensam ser a sua identidade social, julgam que os «outros» têm uma imagem bastante ou muito negativa delas, imagem essa que é reveladora do processo de incorporação do «outro-generalizado» (Mead, 1934), ou seja, das normas e valores hegemónicos, bem como do estigma *puta* que sobre elas recai<sup>10</sup>. No entanto, como também o demonstramos, bastantes destas mulheres, particularmente em fases mais avançadas do seu percurso, reagem ao estigma, procurando afirmar a injustiça daquilo que os outros («a sociedade») lhe atribuem como identidade, manipulando, quando necessário e conveniente, de forma favorável as impressões sobre o seu estatuto social.

Embora não se tenham ocupado especificamente de determinados problemas concretos, nomeadamente os comportamentos desviantes no sentido forte que lhes destinou o interaccionismo simbólico, Marx e Engels (1975), enquanto fundadores do materialismo histórico e dialéctico, não deixaram de fazer inúmeras considerações sobre a acção rebelde e revolucionária das classes e grupos explorados e oprimidos, como resultado das condições exploradoras e opressoras do capitalismo. Os comportamentos revoltosos ou dissonantes do *status quo* e inclusive os alegados ou reais «crimes» cometidos por membros originários das classes laboriosas – os lumpenproletários – seriam para Engels (1975) atribuíveis às suas deploráveis, competitivas e «desmoralizadoras»<sup>11</sup> condições de vida e seriam vistos como formas nascentes de revolta, que, embora não amadurecidas, seriam sintomáticas da referida «guerra social» de classes. A romantização algo idealista e cega

(10) O que nos permite questionar a validade da concepção da prostituição como desvio e das mulheres como «desviantes». O desvio existe, com efeito, enquanto construção social e cultural, pela qual, na adequada visão interaccionista-simbólica, é, como desenhámos no enquadramento teórico, produto de dois olhares: o das próprias mulheres ditas desviantes e o dos ditos normais, aliás uma perspectiva que será retomada e ilustrada mais adiante.

(11) Embora, em relação às condições degradantes e desmoralizadoras de membros das classes laboriosas, haja em Engels (1975) e seguidores uma ligeira e aparente semelhança com as considerações durkheimianas, os seus pressupostos são bem diferentes e até opostos: enquanto os primeiros procuravam remediar, em termos moralistas, os males sociais, nomeadamente o «egoísmo» e o «individualismo», Engels (1975) e seguidores propunham a abolição da pobreza através da luta de classes e a instauração do socialismo.

das acções desviantes e/ou «crimes» praticados por membros das classes desprovidas viria a ser olhada com certa cautela e até cepticismo por Marx no «Dezito de Brumário de Louis Bonaparte», o qual, na sua obra *O Capital* (1974, I: 632), atribuiu os comportamentos desviantes às condições degradadas da «relativa sobrepopulação» constituída pela «reserva industrial de mão de obra», esta provocada, por sua vez, pela introdução de inovações tecnológicas que tendiam a desclassificar os saberes e as competências tradicionais.

Na óptica do marxismo, contrariamente ao pressuposto do interaccionismo simbólico que assume as minorias como protagonistas de comportamentos desviantes e as maiorias como dominantes, será justamente uma classe minoritária aquela que, legislando e exercendo poder nos diversos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, impõe aos cidadãos – pertencentes, na sua maioria, às classes trabalhadoras – os padrões e as normas de comportamento. A sociologia crítica de inspiração marxista contribui, em grande medida, para desvendar, em cada tipo societal ou sociedade concreta, os mecanismos de manutenção da ordem social e jurídica vigente, neste caso particular, face à prostituição.

A explicação estrutura-funcional, a começar pela durkheimiana, centrada no afrouxamento dos laços sociais e morais resultantes da quebra ou perda de intensidade da consciência colectiva para explicar a prostituição, merece fortes críticas na medida em que os factores desestruturantes não são tanto nem sobretudo de ordem normativa e moral mas antes de raiz económica e política numa sociedade capitalista e patriarcal. Assumir como «bom» e «normal» o comportamento condizente com as normas e os códigos instituídos e como «mau» e «patológico» o comportamento desviante, mesmo quando se atribua, em última instância, a deficiências da estrutura social e, em particular, a crises de valores e perda de laços sociais, é pressupor a existência ora de uma consciência colectiva societal, tal como diria Durkheim (1977), ora de um denominador comum de normas e valores societais (Parsons, 1988) transcendentes à diversidade e até ao antagonismo de interesses das diferentes classes, grupos e categorias sociais como as de género.

Se, por um lado, a abordagem marxista é fundamental para perceber as condicionantes estruturais dos comportamentos desviantes das mulheres prostitutas, não é totalmente sustentável uma visão determinista e mecanicista acerca deste fenómeno, conectando-a exclusivamente, por exemplo, com as condições materiais de existência dessas mulheres e suas famílias (sobrepopulação relativa desempregada, pobre, excluída). Nesta óptica, se tornam igualmente relevantes e complementares as visões weberiana e interaccionista, de modo a compreender e explicar os inúmeros casos de jovens filhas de membros das classes trabalhadoras e de outras camadas de grupos sociais excluídos que, contudo, não obstante as enormes privações económicas e situações de penúria ou até miséria social, não se encaminham para a prostituição, do mesmo modo que, em situação inversa, há também jovens filhas de camadas (pequeno)burguesas que também se tornam, com maior ou menor grau de autodeterminação relativa, prostitutas. Em todo o caso, as condições de privação, precariedade, pobreza e exclusão social constituem, como veremos na vertente empírica, uma das condições estruturantes que providenciam a entrada de bastantes mulheres na prostituição.

A concepção weberiana e sobretudo o interaccionismo simbólico centrados na acção social constituem relevantes abordagens no fenómeno da prostituição na medida em que não perdem de vista e, pelo contrário, relevam o lado agencial dos diversos protagonistas do fenómeno e, em particular, as trajetórias de vida e os significados atribuídos pelas próprias mulheres à actividade que exercem, enquanto trabalhadoras sexuais. Se é indubitável que a dita desviância neste caso colhe por ricochete as próprias mulheres, o certo é que as suas manifestações e, em particular, os processos de marginalização, estigmatização e repressão sobre as mesmas por parte das várias instâncias e forças sociais dominantes são também sintomáticas dos problemas estruturais da sociedade envolvente. Tudo indica que se caminha para uma articulação dos diversos níveis de análise: socioestrutural, organizacional e interactivo. A contribuição dos teóricos do desvio, nomeadamente sobre o controlo social e a sua conexão com os mecanismos de rotulagem, a relatividade das regras sociais e morais e/ou ainda a pluralidade dos mundos sociais desviantes são positivas no sentido de desvelar o «outro lado» nem sempre (re)conhecido pelos poderes institucionais. Porém, ao não fazerem a devida distinção das diversas instâncias de socialização, categorização e rotulagem, não operam a necessária articulação destes processos interactivos com a natureza dos poderes (para)estatais e das classes dominantes que os suportam e alimentam e, no caso específico da prostituição, nos donos do negócio, seja em termos da prostituição mais artesanal e de rua (os «proxenetas»), seja nas indústrias e comércios do sexo (bordéis e clubes), os quais, embora, por vezes, conectados a redes de prostituição em termos nacionais e internacionais, a maior parte das vezes operam autonomamente mas sem deixar de ter em vista o lucro.

Se é certo – aliás por nós também constatado, como veremos – haver, em grande parte das situações, mulheres que são exploradas e dominadas ora por proxenetas ora por donos dos clubes e vistas pelos clientes (e não só!) como simples objectos de prazer e entretenimento erótico, já, porém, não é generalizável serem vítimas de redes de tráfico, terem sido ou estarem totalmente enganadas, manipuladas e forçadas a entrar na prostituição. Tais discursos correntes em certos círculos sociais e científicos, inclusive feministas, que apresentam as mulheres como simples joguetes ou criaturas escravizadas nas mãos de proprietários de *clubs* amorais, perdem de vista a relativa margem de acção e negociação dos actores e sobretudo menosprezam a capacidade estratégica dos actores sociais, neste caso das mulheres que «optam», ainda que sob certos constrangimentos, por esta actividade e modo de vida. Mais, o empolamento excessivo de vitimização dessas mulheres, nomeadamente quando generalizado e sem as devidas contextualizações e diferenças de tipos de mulheres prostitutas não só menoriza o lado agencial das relações sociais mas pode incorrer em visões apriorísticas, moralistas ou paternalistas (ou maternalistas!), ora de cariz conservador, ora marxista e inclusive feminista radical, por vezes incapazes de «ouvir» as próprias mulheres e não equacionarem o problema a partir dos seus paradigmas e, provavelmente, a partir das suas situações de classe e/ou de género, bem diferentes dos das próprias mulheres que exercem a prostituição. A primeira interpretação e narrativa, em larga medida ficcionada, enferma de um moralismo e de uma conceptualização dicotómica e maniqueísta da identidade social das mulheres, as «boas», «bem comportadas» e «virtuo-

sas» esposas-mães *versus* as mulheres «más», «mal comportadas», «perigosas» e potencialmente corruptoras, as prostitutas, uma espécie de «afrodites diabólicas». A segunda interpretação, perpassada por uma visão intencionalmente emancipatória a médio-longo prazo, inverte o posicionamento, considerando que são as mulheres as «vítimas estruturais» de uma relação de dominação e exploração, a qual é remissível não só para as estruturas económicas, na perspectiva marxista tradicional, como para as formas de dominação patriarcal, em especial em várias versões feministas. Porém, sobretudo nesta última perspectiva, os homens são co-responsáveis pela relação de dominação não só a nível estatal, institucional e organizacional, mas também a nível das interações do quotidiano, neste caso entre o homem cliente explorador e dominador e a mulher prostituta vitimizada e dominada, sem operar as devidas contextualizações, tipos de clientes e de prostitutas e suas inter-relações. Tem sido, porém, com base nas diversas contribuições teóricas assinadas, e sobretudo a partir de uma sociologia reflexiva, crítica e radical, que nas últimas décadas, em particular nos últimos anos, temos assistido a uma certa politização dos grupos e comportamentos ditos desviantes e atribuídos às várias minorias, sendo a categoria das mulheres que exercem a prostituição um dos grupos mais em relevo e articuláveis com outros em situação de privação económica e de estigmatização social.

## 5. RETROSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE A PROSTITUIÇÃO

*Quaestosa, meretrix, dicteriales, paláquinas, alcoviteiras, rameira, barregã, prostituta e puta* são expressões que cruzaram os tempos. Estas mulheres marcaram a sua presença em inúmeros episódios escritos pelas civilizações, nas mais diversas épocas ou períodos históricos. Mulheres com este tipo de alcunha atropelavam a moral e a norma, a ignomínia e a indiferença. Ser uma *paláquina* na Grécia de Zeus, uma *meretrix* na Roma antiga ou uma *barregã* em Portugal no tempo de D. Afonso IV representava, naquilo em que esta condição congrega de mais nodal e extemporâneo, a diferença rotular e estigmatizante face aos demais sujeitos, o que, *mutatis mutandis*, e salvaguardando, por isso, os devidos contextos e proporções, converge com o preconceito, o estigma e o ostracismo ainda presentes sobre a mulher prostituta dos nossos dias.

Já na Grécia Antiga estavam bem presentes formas de dominação da mulher e, em especial, da sua sexualidade. O orador ateniense Apolodoro proclamava: «Temos raparigas para o prazer, amantes [não cidadãs] para o refrigério diário dos nossos corpos, mas esposas para nos darem filhos legítimos e olharem pela casa» (Taplin, 1990: 124 ss). Esta disjunção entre prazer e procriação, que continua a constituir um elemento dominante na sexualidade contemporânea e, obviamente, na relação dos homens com as suas esposas, por um lado, e com as prostitutas, por outro, marcou toda a vida sexual do Ocidente medieval. Numa época perpassada por uma ética cristã contaminada pela ideia nuclear de «pecado» e por toda a sorte de interditos sexuais, no qual se encontram muitas das raízes da sexualidade moderna (Foucault, 1994), as estruturas dominantes censuravam forte-

mente os prazeres carnavais. A este respeito João Escoto Erígenio, um teólogo da Idade Média, imaginava a reprodução humana sem a chama do prazer (*sine ardore*), embora fazendo-se pelo coito. Na época, amar a sua mulher com certo calor era fazer dela uma prostituta, esclarecem DUBY (1988: 24-39) e Flandrin (1983: 116) com base em certos escritos de padres da Igreja como S. Ambrósio e S. Jerónimo (Silva, 2003: 77).

Neste contexto de censura e castração moral é atribuído à mulher prostituta um papel eminentemente social, cabendo-lhe as funções eróticas, sexuais e libidinosas não suportadas pelas outras. Visível e inquietante era a postura ambivalente das instâncias clericais, que ora puniam com veemência as mulheres praticantes das artes da luxúria, ora defendiam a sua utilidade que levava a evitar que as pulsões sexuais fossem dirigidas para as mulheres sérias, virgens, casadas ou viúvas<sup>12</sup>. O próprio São Tomás de Aquino, canonizado no século XIV, advogava na época que a prostituição fazia parte da sociedade como a fossa faz parte dos palácios: sem as duas, ambos se tornariam impuros, fétidos e intoleráveis (Tramitz, 2001)<sup>13</sup>.

Focando o nosso olhar em tempos mais recentes, a segunda metade do século XIX ficou marcada por um debate vigoroso sobre a prostituição. Foi por esta altura que as diversas opiniões vieram bem à superfície no debate sobre a eventual proibição de casas de «toleradas» (bordéis registados, cujas trabalhadoras estavam sujeitas a inspeção sanitária). Entre os muitos países que conheceram um tal debate encontram-se Portugal e a Holanda. Enquanto no século XIX as suas convergências foram consideráveis, mais tarde os dois países enveredaram, na sua legislação, por ritmos diferentes. Nos Países Baixos a lei proibiu os bordéis em 1911, enquanto que em Portugal, em 1963, e após vários passos restritivos, entrou em vigor legislação que proibiu a prostituição. Em 1982-83 essa lei foi alterada, ficando ilícito apenas o lenocínio. No entanto, ao exercício da prostituição não foi dado um enquadramento legal.

A lei holandesa, por sua vez, foi substancialmente alterada, em 1999, com a descriminalização da prostituição para maiores e o reconhecimento dos bordéis como empresas correntes, com os direitos e obrigações a elas inerentes<sup>14</sup>. A motivação pragmática de que as leis deviam ser adaptadas à realidade aliou-se à motivação programática de que essa lei iria fornecer mais meios para combater a exploração de trabalhadores sexuais e outros crimes, para além da prevenção e de combate a doenças venéreas. Por enquanto o êxito

(12) Sobre esta questão, cf. também Goody (1983) e, em Portugal, do ponto de vista antropológico e sociológico, M. V. Almeida (1995:75-81), Silva (1998), S. Silva (2001), Silva *et al.* (2002).

(13) É de notar que a desigualdade entre homens e mulheres se revela nos contextos mais inesperados. Taplin (1990: 113-114) recorda-nos que o *Oxford Dictionary* classifica a ninlomania, excitação interminável da fêmea como «doentia», não fazendo o mesmo para a satíriase, a ereção perpétua do macho.

(14) Os bordéis e as empresas afins têm de corresponder a certas normas higiénicas, de segurança e condições de trabalho. Os trabalhadores sexuais têm direito à protecção social como demais cidadãos e têm a obrigação de pagar impostos. Ofertas para empregos podem aparecer nos Centros de Emprego, o que, de facto, tem já ocorrido. No dia 1 de Outubro de 2002 teve lugar uma enorme festa em Amesterdão para marcar e celebrar a constituição do sindicato dos trabalhadores sexuais.

desta nova orientação tem sido relativamente limitado, o que foi aliás confirmado pelo primeiro relatório de avaliação da nova lei, publicado em Outubro de 2002<sup>15</sup>.

No século XIX o exercício da prostituição em muitos países estava sujeito a vários regulamentos. Este regime, chamado de tolerância ou de regulamentação, baseava-se, por um lado, no pressuposto dos efeitos nocivos da abstinência sexual para os homens e, por outro, na associação da prostituição a doenças venéreas. O facto de a prostituição ser exercida em casas e zonas bem definidas e controláveis serviria a ordem pública e as mulheres «decen-tes» não seriam alvo de assédio sexual, ao mesmo tempo que a saúde pública seria preservada e promovida.

Já desde o século XVI – uma época em que a sífilis alastrou na Europa – têm sido emitidas recorrentemente prescrições para com as prostitutas, nomeadamente aquelas que acompanhavam as tropas. Em Portugal, a introdução do regime regulamentarista situa-se por volta de 1842. As prostitutas tinham de inscrever-se no Governo Civil e eram sujeitas a uma inspecção sanitária semanal. Se fosse detectada uma doença venérea, tornava-se obrigatório o internamento em hospitais especiais. Na Holanda, desde a introdução do código napoleónico, estava prescrito, em muitos municípios, o registo dos bordéis, sendo as mulheres controladas semanal ou bissemanalmente, uma prática aliás prosseguida em vários outros países<sup>16</sup>.

No século XIX o Estado assumiu um papel de relevo no alegado zelo pelo bem-estar físico da população e pela prevenção de doenças (Porter, 1999: 406-421; Crespo, 1990). A sífilis figurava entre as doenças mais temidas, cujos tratamentos existentes na altura se revelavam de reduzida eficácia. O regime de regulamentação era uma tentativa de profilaxia, na medida em que implicava medidas junto do meio que era considerado a origem e a fonte de propagação desta doença: o da prostituição feminina. Partindo do pressuposto de que era possível detectar e limitar as consequências mórbidas e letais do exercício desta profissão, as prostitutas estavam sujeitas ou, mais apropriadamente, amordaçadas a um regime rígido sob condições humilhantes. Em precisão, sob escolta, observadas e apunhaladas por muita gente, tinham que se dirigir ao local da inspecção, a qual, por regra, era presenciada por um funcionário da polícia. No caso de alguma suspeita, as mulheres ficavam detidas em hospitais que mais pareciam prisões, como era o caso da Enfermaria de Santa Maria Madalena no Hospital do Desterro (Liberato, 2002: 186), o *Hôpital Saint Lazare* em Paris e os *Lock Hospitals* na Inglaterra.

Os homens envolvidos nestas práticas como clientes ficavam de fora no pressuposto implícito ou explícito de que a raiz do mal residia na mulher, mal esse traduzido, apenas em parte, pela contracção da sífilis. Nessa época em que o nacionalismo ganhava fôlego cresceu a preocupação com aquilo que era considerada uma «degeneração» do povo-

(15) Para além das empresas e dos trabalhadores/as registados existem serviços de acompanhamento informais e, portanto, fora de controlo institucional e, por outro lado, um número desconhecido de prostitutas/as clandestinas, cujo acesso se torna ainda mais difícil para as autoridades pelo uso generalizado de telemóveis.

(16) Cf., para Alemanha, Hill (1994) e, para França, Adler (1993).

-nação, ou da «raça» (Vaquinhas, 1992). Alguns acontecimentos políticos alimentavam este receio: em França a derrota na guerra contra a Prússia; em Portugal, décadas após a independência do Brasil, a perda da ilha de Flores e, mais tarde, a humilhação com o Ultimato inglês. Outros governos, apesar do relativo sucesso na política externa ou colonial (por exemplo, a Holanda ou a Inglaterra) ficavam também incomodados com as condições sociais-sanitárias internas.

Como manifestações desta «degeneração» apontavam-se os grandes flagelos das doenças venéreas, da tuberculose e do alcoolismo (Vaquinhas 1992, Bossenbroek e Kompagnie 1998: 20). Estes «vícios» ou «doenças» debilitariam o povo e, segundo os aderentes da ideia Lamarckiana da transmissão de características adquiridas aos descendentes, fariam prever o pior para as gerações posteriores. Mais uma vez eram mormente as mulheres dadas como culpáveis por tais fenómenos, em particular, pela transmissão de doenças venéreas. Quanto ao estado debilitado dos filhos das famílias com fracos recursos, apontava-se a falta dos cuidados regulares da mãe para com os filhos, a insuficiência da alimentação que ela fornecia, as habitações pequenas, mal arejadas e pouco acolhedoras. As autoridades (inclusive as mulheres da classe média que se dedicavam a acções de caridade), ao invés de apontarem as condições económicas e sociais, invocavam um desempenho deficiente da mãe/esposa, do seu papel de «dona de casa», então (re)introduzido como ideal de mãe e esposa<sup>17</sup>.

Esta variante do que hoje é denominado *mother-blaming* e *wife-blaming* ocorreu lado a lado com a culpabilização de uma outra figura feminina – a prostituta –, a qual estaria na origem das doenças venéreas. O receio de contaminação, em especial, da «flor da nação» – os militares – fez com que a regulamentação da prática prostitucional fosse objecto de preocupação das autoridades militares. Já, porém, no regime napoleónico, a introdução da regulamentação estava estreitamente ligada ao objectivo estratégico de manter viva a «força de combate». Na Holanda foram precisamente os Ministérios da Guerra e das Colónias que mais se debruçaram sobre a regulamentação da prostituição, sendo de salientar também os municípios holandeses, em que bordéis e prostitutas eram sujeitos a apertado controlo no que concerne as relações com homens das guarnições militares<sup>18</sup>.

Na Inglaterra foram emitidos os conhecidos «Decretos sobre Doenças Contagiosas» (*Contagious Diseases Acts*), em vigor de 1864 até 1885, tendo em conta a elevada mortalidade devida à sífilis entre os combatentes na Guerra na Crimeia (Porter, 1999: 421), a que acrescia a incidência de doenças venéreas entre os soldados que tinham regressado da Índia após a rebelião de 1857/8. As *Contagious Diseases Acts* aplicaram-se, em primeiro lugar, aos «distritos protegidos» (*protected districts*), ou seja, a zonas com guarnições militares ou bases navais (Bossenbroek e Kompagnie, 1998: 130).

Ainda que vista como ameaçadora, a prostituta era todavia considerada ao mesmo tempo

(17) Porter (1999: 178-179). Em França, no início do século XX, realizou-se uma investigação semelhante.

(18) Impressão baseada na obra de Bossenbroek e Kompagnie (1998). Nas então Índias Holandesas (actual Indonésia), havia bordéis separados para civis e para militares (Husson, 2001: 41-66).



útil, para não dizer indispensável, à moral das forças armadas e, portanto, à nação. O médico português Tovar de Lemos, director do dispensário de higiene social de Lisboa, caracterizava em 1908 a prostituição como uma instituição «útil e reguladora da moral do nosso povo» mas, por outro lado, via a prostituta como um «ser inferior» (Liberato, 2002: 102-101). Esse era então o retrato social apresentado em torno da prostituta: um ser humano desprezível e «patológico», imagem esta reforçada por teorias das novas disciplinas da socio(bio)logia da socio(bio)antropologia. Segundo alguns dos seus (pseudo)teóricos ou, mais precisamente, ideólogos, a prostituta seria portadora de anomalias mentais e fisiológicas, nomeadamente no que diz respeito à aparência física e às funções reprodutoras<sup>19</sup>. Assim, a prostituta sofria de insanidade moral (*irrazia moralis*) sob a forma de defeitos tais como alcoolismo, vaidade, ociosidade, oligofrenia e tendências histéricas (De Vries, 1997: 89-90; Bastos, 1997: 224-225). Lombroso (1927) viu na prostituta a mulher delinvente (*la donna delinquente*), tornando-se nesta base o equivalente do homem-macho «criminoso», ideias estas que, com pequenas alterações ou ajustamentos, viriam a ser aceites e defendidas em Portugal em certos círculos, nomeadamente médicos<sup>20</sup>. Porém, contrariamente a Lombroso, vários cientistas portugueses acreditavam na possibilidade de regeneração, quer do homem «criminoso», quer da prostituta «delinvente» (cf. Bastos, 1997: 228-231; Liberato 2002: 47-54).

A opinião de que muitas destas mulheres estariam já predestinadas para esta actividade desde o momento do seu nascimento viria a traduzir-se em concepções fixistas e ideológicas, de recorte alegadamente biológico, veiculadas por autores como Egas Moniz (Bastos, 1997: 231) e Tovar de Lemos, tendo este último exprimido em 1908 tal opinião de modo claro e manifesto:

«[a]s filhas das classes pobres, em geral, nascem taradas. De paes alcoólicos, syphiliticos e tuberculosos... esse fructo da má sociedade traz em si a disposição especial para ser impressionada pela imagem do mau exemplo que a má companhia reflecte. A precocidade no abandono das filhas e convívio na maior promiscuidade em oficinas, ateliers e mais logares...» (Lemos, 1908: 28).

Tovar de Lemos procurou provar essas ideias por pesquisa entre prostitutas, servindo-se de técnicas antropométricas e apresentou longas listas de «estigmas» de prostitutas, não no sentido social mas fisiológico. Distinguiu entre «estygmas de degenerescência» e «estygmas degenerativas funcionaes», sendo estas consideradas práticas lésbicas (Lemos, 1908: 65-68).

(19) A frenologia, à data vista como uma disciplina com autoridade, apontava o crânio como indicador por excelência do estado físico e mental de um indivíduo. Quanto às mulheres, o funcionamento dos seus órgãos genitais era considerado determinante para o seu funcionamento físico e mental.

(20) Por exemplo, Mendes Correia, na sua dissertação sobre os criminosos portugueses, mencionou delas «degenerescência, nevroses, psychoses, especialmente a loucura moral, a hysteria e a debilidade mental» e afirmava que «[o] determinismo da prostituta é paralelo na essência ao determinismo da criminalidade» (Correia, 1913: 73).

Nas décadas finais do século XIX as críticas e as denúncias da ineficácia do sistema regulador do exercício da prostituição aumentavam, por razões alegadamente científicas e convicções sociais e morais. Assim surgiu o movimento abolicionista em vários países da Europa. Não é mera coincidência a homonímia com o movimento que lutou pela extinção da escravatura nas Américas. Depois da vitória nesta luta constatou-se a existência de outro tipo de escravidão, protagonizado pelas prostitutas<sup>21</sup>. O objectivo dos/as abolicionistas – a proibição da prostituição – tinha subjacente um olhar explícito para a desigualdade entre os géneros que a prostituição, sob o sistema de regulamentação, representava. O movimento, cuja grande impulsionadora foi a feminista britânica Josephine Butler, era constituído por categorias tão diversas como as feministas, os socialistas e grupos de inspiração religiosa, mas só viria a alcançar um maior impacto nos anos vinte do século XX (Bastos, 1997: 231). Foi o que aconteceu na Holanda, onde surgiu um movimento de grande fôlego. Em Portugal o movimento abolicionista também representava um arco-íris de correntes: católicos, *maçons*, monárquicos e republicanos (Liberato, 2002: 122-123), moralistas e anarquistas.

Os abolicionistas baseavam os seus argumentos, em primeiro lugar, numa avaliação do sistema de tolerância e dos seus pressupostos. A ideia de que a prostituição era necessária porque servia o bem-estar dos homens celibatários foi sendo contrariada por resultados de várias pesquisas (por exemplo, uma efectuada em Amesterdão em 1895), nas quais se concluiu que a clientela das prostitutas era constituída, na sua grande maioria, por homens casados (cf. Bossenbroek e Kompagnie 1998: 214-216).

Quanto ao controlo médico das mulheres designadas de meretrizes, este foi denunciado como um simples pró-forma. A observação era amiúde efectuada em espaços escuros e sórdidos, sem que o médico examinasse o corpo da mulher, apenas confiando naquilo que julgava ver e cheirar<sup>22</sup>. O sistema de combate às doenças venéreas não parecia eficaz. Hoje sabemos que o diagnóstico da sífilis apenas pode ser estabelecido após análises microscópicas (Taithe, 1999: 34). Aliás, um tratamento eficaz desta doença data só do século XX com a introdução do Salvarsan<sup>23</sup> e, mais tarde, da penicilina. O sistema de regu-

(21) Elas seriam, por vezes, apelidadas de «escravas brancas», especialmente no contexto da luta contra o tráfico intercontinental de mulheres. Obviamente, tratando-se de tráfico de mulheres para fins prostitucionais, tais transacções configuram situações de venda de corpos e pessoas e, como tal, poder-se-á designar de escravatura, independentemente do espaço e do tempo em que ocorram. Já, porém, envidado e totalmente inadequado, do ponto de vista conceptual, é assumir como sinónimos prostituição e escravatura, uma indevida associação que ainda hoje perdura e é levada a cabo por responsáveis de IPSS e ONG no terreno tais como o *Ninho*, concepção esta aliás retutável à luz do próprio pensamento marxista.

(22) Esta negligência verificava-se em bastantes países europeus (De Vries, 1997: 45; Liberato, 2002: 184-185). Nas colónias britânicas, onde também existia regulamentação, a situação era igual ou pior. Na actual Malásia e Singapura ... «[a] doctor would examine up to 110 or 120 women per hour, primarily by checking whether their glands were enlarged as an indication of venereal infection», e, num caso concreto, refere-se que «[e]xamination... usually involved a visual check of genitalia, or more often, a cursory glance at the woman's general appearance and a quick feel through her clothes of the glands in her groin» (Manderson, 1996: 180, 188).

(23) Em 1910. Em 1905 houvera sido descoberto o espiroqueta como causa da sífilis.



lamentação tinha muitos «furos», pois era impossível controlar todas as prostitutas, mantendo-se elevado o número, aliás desconhecido e fora de controlo, de clandestinas. Aliado a este problema estava a «volatilidade», que tem sido uma constante recorrente e hoje, tal como o sustentam Ribeiro e Sacramento (2001), de modo mais acentuado e numa escala mais ampla. A maior falha, que punha todo o sistema em causa, era, contudo, o facto de apenas as prostitutas serem controladas, mas não os clientes<sup>24</sup>. O combate da sífilis, apenas tendo em conta a prostituição e as mulheres prostitutas, era de qualquer forma insuficiente, atendendo à possibilidade de a doença proliferar por contactos heterossexuais fora do âmbito da prostituição e por relações homossexuais<sup>25</sup>.

No caso português, especificamente, nos finais dos anos oitenta admitiu-se que o regime de regulamentação falhara, atendendo ao aumento da prostituição clandestina e, consequentemente, dos casos de sífilis (Liberato, 2002: 87). Perante tal constatação surgiram duas posições: uma no sentido de proibir a prostituição e actividades afins e outra, no extremo oposto, de manter o sistema mas sob um controlo severo, havendo mesmo quem defendesse um controlo mais rigoroso através da constituição de «verdadeiros centros de prostituição»<sup>26</sup>. Com efeito, durante o governo musculado de João Franco verificou-se um maior rigor no que diz respeito às exigências de inscrição, dando lugar a casos de detenção (Pais, 1983: 950; Costa e Alves, 2001: 49-50).

Por outro lado, o movimento abolicionista denunciou a flagrante injustiça feita às mulheres pelo sistema regulamentarista, com o qual, segundo os abolicionistas, o Estado estaria a incentivar a prostituição, ao autorizar o «pecado». A noção do «mal necessário» era condenável: porém, é de referir que, enquanto para os homens tal era todavia um «mal» aceite, para as mulheres — necessariamente envolvidas — a actividade era objecto de reprovação e, como tal, elas eram estigmatizadas e ostracizadas. Além disso, a regulamentação sugeria que os homens deviam ser protegidos contra as prostitutas, quando, na realidade, quem precisava de protecção eram as próprias mulheres. O objectivo seria o de uma legislação moral igual para ambos os sexos, em substituição da dupla moral que facultava ao homem privilégios especiais.

Para as/os abolicionistas, os homens deviam ter um comportamento casto e modesto (De Vries, 1997: 116; Hill, 1994: 290), tal como o exigia a norma para as mulheres. Numa época em que se valorizava tanto a racionalidade, os homens deveriam ter uma atitude composta e não se deixarem levar por sentimentos «irracionais». Em Portugal, o Con-

(24) Embora de modo esporádico, reconheceu-se o papel dos homens-clientes, por exemplo, num bordel no Norte de Sumatra, onde, em 1888, estava afixado o aviso de proibição de entrada aos homens portadores de doenças contagiosas. Na Inglaterra houve, segundo Davenport-Hines (1991: 169), até 1859 uma inspecção periódica de militares comuns. Em Portugal, Inácio Santos Cruz no seu relatório de 1841 aconselhava a inspecção dos militares (cf. Liberato, 2002: 78-79).

(25) Não há muitos dados disponíveis; apenas se poderá referir, entre outros eventualmente, o facto numa outra cultura, mencionado por Manderson (1996: 178): na Malásia, na época em questão, registou-se grande incidência de «sífilis anal» entre os criados domésticos.

(26) Frazão (Liberato, 2002: 87-88). Este (proto)plano conduziu-nos à ideia dos «eros-centros» da Alemanha e da Holanda de hoje.

gresso Abolicionista, realizado em 1926, declarou que a virgindade do homem tinha um valor equiparável ao da mulher (Liberato, 2002: 166; Pacheco, 2000: 135).

A crença na pertinência para a saúde masculina da satisfação das suas necessidades sexuais, no século XIX, encontrou aparente corroboração ideológica sob a capa científica em vários autores, entre os quais autores então reputados como Richard von Krafft-Ebing (1982) com a sua obra mais conhecida: *Psychopathia sexualis*. Para as mulheres, por outro lado, o meio indicado para afastar doenças era a maternidade (Smith-Rosenberg, 1999: 113). Na esteira destes autores, a diferença entre os dois sexos foi assim caracterizado por Egas Moniz na primeira edição da sua obra *A Vida Sexual* editada em 1901: «O homem é essencialmente sexual, a mulher é essencialmente mãe» (Liberato, 2002: 97). Porém, nos finais do século, surgiram também vários cientistas a sustentar que a abstinência não trazia efeitos nocivos aos homens, posições estas que viriam a ser apropriadas pelos/as abolicionistas (Hill, 1994; Degler, 1999: 199-200). Em Portugal, as teses abolicionistas foram defendidas, entre outros, por Ângelo de Fonseca e Ricardo Jorge.

O movimento dos abolicionistas foi maciço. Na Holanda a associação criada neste âmbito em 1879 apenas admitia homens, mas, passados alguns anos, também surgiu uma associação para mulheres que conseguiu reunir muitas sócias. Teve um grande impacto, por exemplo, numa acção de abaixo-assinados em 1885 contra o tráfico das mulheres e uma petição nacional contra a prostituição em 1890 (Bossenbroek e Kompagnie, 1998: 168, 192-193). Foi o primeiro grande movimento de mulheres com objectivos políticos e, neste sentido, distinguia-se das organizações femininas de caridade e de apoio às missões cristãs nas colónias.

Também noutros países as mulheres organizaram-se de modo massivo na luta contra a tolerância da prostituição. Em Portugal, no movimento abolicionista das primeiras décadas, a liderança estava nas mãos de homens. Em 1924 as feministas republicanas juntaram-se ao movimento (Liberato, 2002: 171-172), de modo que no Congresso de 1926 a comissão organizadora era já constituída por nove mulheres e um homem.

Na Holanda as formas de protesto dos abolicionistas orientaram-se no sentido de serem censurados os clientes dos bordéis. A designada «Associação para as Missões da Meia-Noite» (*Middernachtzendingvereniging*) era incansável: os seus «missionários» instalavam-se às portas dos bordéis e tentavam persuadir os potenciais clientes para desistir da sua visita — o que desembocou por vezes em cenas de agressividade por parte dos proxenetas e das próprias trabalhadoras sexuais (Bossenbroek e Kompagnie, 1998: 177-181; De Vries, 1997: 102).

Apesar das movimentações dos adeptos do abolicionismo, nomeadamente das mulheres, a legislação continuava a ser decidida por homens. O projecto de lei abolicionista em 1911, apresentado por Ricardo Jorge, foi rejeitado (Pacheco, 2000: 135; Liberato, 2002: 147), mas nos anos seguintes (e mesmo anteriores) foram tomadas várias medidas apontando para uma limitação da tolerância<sup>27</sup>. A abolição do regime de regulamentação foi defendida no parla-

(27) Ver Bastos (1997: 232); Pacheco (2000: 138-139). Em 1949 proibiu-se a emissão de novas matrículas para bordéis, apoiando-se, entre outros, num argumento já conhecido dos regulamentaristas: devia-se salvar e melhorar a «raça» (Pacheco, 2000: 139).

mento português, entre outros, pela deputada Luisa Vanzeller em 1944 (Pacheco, 2000: 139; Pimentel, 2000: 424). Porém, a substância da legislação apenas viria a ser alterada em 1963.

Na Holanda em 1911 os bordéis foram proibidos com base na nova «lei contra a indecência», que abrangia vários assuntos nomeadamente a pornografia, a homossexualidade, o tráfico de mulheres, a contraceção<sup>28</sup>. Apesar da sua abrangência, esta lei fica conhecida pelo seu artigo 250 bis, que estabelece a proibição de bordéis (*bordeelverbod*). Curiosamente, naquela época, os bordéis, enquanto lugares onde se exercia a prostituição, já haviam perdido o seu papel preponderante. Outros espaços reconquistaram uma maior popularidade tais como bares e cafés-concerto. Após a entrada em vigor da nova lei, a prostituição deslocou-se também para outros espaços tais como quartos particulares e para prostíbulos disfarçados de lojas. Um dos principais defensores do abolicionismo, A. De Graaf, teve posteriormente de reconhecer que as expectativas desta «lei ideal de pureza» não se concretizaram. Este autor é citado por Tovar de Lemos<sup>29</sup>, que demonstrou que, em Portugal, embora sob outro regime, houve tendências semelhantes. Constatou em 1948 que a prática ocorreu «sob as modalidades mais imprevistas d'acordo com os costumes progressivos da época» e mencionou manicures, táxis, salões de chá (Lemos, 1948: 5; Bastos, 1997: 253). No Porto, nos anos sessenta, encontravam-se, segundo o estudo realizado por Aureliano da Fonseca, prostitutas em «cafés, leitarias, cabarets ou adegas» (Costa e Alves, 2001: 101).

Nas últimas décadas assiste-se, a nível mundial, a uma expansão de salões de massagem, de saunas e de prostituição, esta apoiada pelas novas tecnologias: internet, contacto virtual, telemóveis. Para além disso, permanecem as trabalhadoras sexuais que estabelecem os contactos com os potenciais clientes na rua. Em suma, a geografia da prostituição mudou e a sua já considerável volatilidade aumentou. Mesmo na Holanda, com a descriminalização recente dos bordéis em 1999, verifica-se ainda bastante prostituição nos circuitos ilegais. Este facto favorece o confronto entre entidades tão diversas como a polícia, os juizes e os sociólogos investigadores do fenómeno.

Ao longo desta rubrica discutiram-se duas tendências de opinião relativamente ao enquadramento legal da prostituição: uma que pode ser apelidada de «regulamentarista» e uma outra de «moralista» com variante ora proibicionista, ora abolicionista. O facto de esta

(28) Em termos comparativos, cf. a Liga de Moralidade Pública, constituída em Portugal em 1913, que para além de prostituição, também combatia as touradas, o jogo, as tabernas, a pornografia (Pais, 1983: 38-39). De resto, comparando a evolução jurídico-legal entre Holanda e Portugal, poder-se-á dizer que, enquanto no século XIX as convergências foram consideráveis, mais tarde os dois países enveredaram, na sua legislação, por ritmos diferentes. Se na Holanda a lei proibiu os bordéis em 1911, em Portugal entrou em vigor em 1963 e, após vários passos restritivos, legislação que proibiu a prostituição. Em 1982-83, já no quadro de regime democrático, essa lei foi alterada, sendo crime apenas o lenocínio. No entanto, ao exercício da prostituição não foi dado enquadramento legal, ficando como que numa espécie de limbo jurídico.

(29) Lemos (1953: 11-12) considera De Graaf como uma «figura das maiores do meio intelectual» mas, a seguir, afirma que «se perguntarem se a mudança fez dar um passo à moral social, hesita-se». De Graaf deu o seu nome à Fundação Mr A de Graaf (Mr A de Graaf (*Mr A de Graafstichting*), instituição holandesa que faz investigação sobre a prostituição e dá conselhos práticos e políticos. Tem tido um papel decisivo no apoio à despenalização da prostituição.

última ter ganho terreno no mundo ocidental a partir dos finais do século XIX parece confirmar teorias como as defendidas por Elias (1939) sobre o processo civilizacional: o aumento de normas restritivas quanto ao (auto)controlo das funções corporais. Porém, tal como a hipótese de Elias é contestada, a tendência para mais pudor e contenção também parece ter-se invertido. De qualquer forma, é digno de nota que o regime de tipo abolicionista, que durante a maior parte do século XX esteve em vigor em muitos países, está a ser alvo de polémica e contestação, sendo abandonado progressivamente em vários países. Mais do que considerações sobre a moral, os objectivos concretos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, mormente da SIDA, e a protecção das vítimas da prostituição têm inspirado uma nova visão «regulamentarista», efectuada na despenalização legal da prostituição. No entanto, esta, no caso concreto da Holanda, ainda está longe dos resultados ambicionados devido a todos os complexos submundos que se criam na clandestinidade.

## 6. OS MODELOS POLÍTICO-JURÍDICOS DE ENQUADRAMENTO DA PROSTITUIÇÃO

A investigação e a reflexão teórica sobre a prostituição interpelam a política e o direito para este complexo e multifacetado campo social. No fundo, trata-se de saber o que fazer com a prostituição, um tema recorrente nas preocupações de diversas organizações internacionais e, em particular, europeias. Na sequência da 99.ª reunião plenária a 22/12/1995, as Nações Unidas, na sua resolução A/50/167 de 16/2/1966, depois de relembra a declaração universal dos direitos humanos (R 217 A III), a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (R 34/180, anexo), a Convenção internacional sobre os Direitos Humanos (R 2200 A, XXI, anexo), a Convenção contra a tortura e outros cruéis, desumanos ou degradantes tratos ou sanções (RR 39/46, anexo), a Convenção dos Direitos da Criança (R 44/25, anexo), a Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres (R 48/104) e a Declaração de Viena e o Programa de Acção adoptado pela Conferência mundial sobre os Direitos Humanos de 25 de Junho de 1993 (A/Conf 157/24 parte I, cap. III) afirmam «os direitos humanos das mulheres e das crianças como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais». As Nações Unidas, saudando o Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 5-13 de Setembro de 1994 (R 1, anexo, cap. X), a Declaração Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhaga a 6-12 de Março de 1995 (A Conf 166/9), a Plataforma para a Acção na IV Conferência sobre Mulheres em Beijing na China a 15-9-1995 (A Conf 177/20, cap. I, R 1, anexo II), o relatório do Secretário Geral das Nações Unidas (A/50/369) sobre prevenção e supressão do tráfico de emigrantes (in)documentados para a prostituição feminina e de menores apela e convida todos os governos a tomarem medidas apropriadas de modo a eliminar os factores, inclusivamente externos, conducentes ao tráfico de mulheres e crianças, a punir civil e criminalmente os respectivos responsáveis, a criar instituições de apoio e/ou centros de assistência às vítimas do tráfico sexual e a assinar a «Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e exploração da prostituição de outrem» (R 317, IV, anexo).

Já a Convenção de Nova Iorque a 21/3/1950 proclamara a condenação do comércio do sexo pela prostituição, mesmo aquela entendida como consentida, não fazendo assim a devida distinção entre prostituição livre e prostituição forçada. Nas últimas décadas, as diversas legislações designadamente europeias não sancionam a prostituição dita livre. Na sequência de diversos estudos (Rubin, 1975), o «Comité Directeur pour l'Égalité entre les Femmes et les Hommes» (CDEG) do Conselho da Europa, na sua reunião de 27-29 de Março de 1996 em Estrasburgo, propõe, através da sua perita Hirsch, no seu «Plan d'action de lutte contre la traite des femmes et la prostitution forcée», algumas directrizes para todos os Estados Membros. Neste plano, sem ser exigida aos Estados uma harmonização de legislações nacionais a respeito da prostituição, recomenda-se a concertação de posições e de luta contra o tráfico internacional de seres humanos, a exploração da prostituição de menores (consentidos ou não) e a exploração da prostituição forçada dos adultos, adoptando, a este respeito, uma concepção lata de coerção (Hirsch *in* CDEG, 1996: 7, 48).

A nível europeu, dada a diversidade de tradições e mentalidades, de disposição de recursos e sobretudo de condicionalismos sociais relacionados com a prostituição, não existe uniformidade nem harmonização de abordagem e tratamento desta questão, quer em termos legislativos e criminais, quer em termos de políticas sociais dirigidas ao controlo sanitário e à amidade anunciada reabilitação social. Têm sido feitos, nos últimos anos, alguns esforços no sentido de analisar e avaliar os diversos sistemas legais a respeito da prostituição (Cazals, 1995, A. Oliveira, 2004). Ainda que com várias *nuanças*, são três os modelos político-jurídicos de intervenção na prostituição: (i) o proibicionista; (ii) o abolicionista; (iii) o regulador.

O modelo proibicionista assenta na ideia de que a prostituição é um desvio moralmente condenável, constituindo a sua prática um crime a erradicar. Todos os actores sociais envolvidos, em especial as trabalhadoras sexuais, devem ser colocados sob a vigilância das forças policiais e perseguidos criminalmente pelos tribunais. É o modelo que prevalece nos Estados Unidos, na China e em alguns países do Leste europeu, sendo defendido pelos sectores políticos mais reacçãoários e por certos segmentos puritanos e anti-sexuais de movimentos feministas. Partindo do pressuposto que a prostituição é social, económica e politicamente condicionada e degradante relativamente à condição da mulher, alguns movimentos feministas consideram que a prostituição é resultante de uma sexualidade masculina fragmentada e apenas serve para satisfazer eventuais «perversões» sexuais masculinas, assim como para manter a dominação do homem sobre a mulher, vista, neste âmbito, como simples objecto sexual comercializável. Uma outra variante desta corrente, mesmo aceitando alguma margem de liberdade no empreendimento da prostituição, considera que, em função da defesa da dignidade e dos direitos inalienáveis da pessoa humana, designadamente sobre o seu corpo, tal actividade deverá ser proibida porque deriva, em regra, de problemas sociais (desemprego, miséria económica e cultural, situações de repressão ou opressão familiares). Apesar destas referências, este modelo despreza os efeitos das estruturas económicas nos destinos individuais, bem como a liberdade de agência dos actores sociais na escolha da actividade de onde extrairão os rendimentos monetários necessários à sua sobrevivência e à sua incorporação nos diversos campos da vida social.

Os seus efeitos estão muito longe de corresponder aos objectivos publicamente manifestados pelos defensores deste modelo. De facto, como salientou R. Badinter (2002), a proibição da prostituição promove sobretudo a sua clandestinidade, dando como exemplo a Inglaterra vitoriana do século XIX. Apesar de constituir, na época, a sociedade mais repressiva, Londres era a capital europeia com maior oferta de mulheres e raparigas prostitutas.

O modelo abolicionista admite a prática da prostituição, enquanto assunto privado, mas pune a exploração comercial da mesma por a considerar lesiva relativamente à dignidade humana. Ainda que se oriente, tal como o proibicionista, para a erradicação da prostituição, assenta em outros pressupostos morais. Considerando-a como uma actividade incompatível com a dignidade humana, a trabalhadora sexual é elevada à condição de vítima ora da dominação masculina, ora do estado, ora das estruturas económicas capitalistas, numa articulação hierarquizante que depende largamente da orientação política e ideológica de quem classifica. Enquanto que para o feminismo anti-sexual e puritano tudo se joga no plano da dominação masculina, fazendo muitas vezes tábua-rasa das implicações produzidas pela acção do estado e das estruturas económicas capitalistas, já para as feministas marxistas ortodoxas – inscritas na velha esquerda segundo o sentido que lhe é dado por Wallerstein (2002) – tudo depende da exploração e opressão de classe. Reconheça-se, porém, que a maioria dos movimentos e actores sociais que alinham pelo abolicionismo se orienta por quadros políticos e sociais de claro recorte emancipador, no qual a dominação masculina, o estado liberal e o capitalismo surgem como espaços articulados de produção das formas concretas de opressão e exploração que desejam combater. A política metida em prática pelos defensores deste modelo, actualmente dominante nas instituições internacionais e na União Europeia, pretende eliminar a prostituição agindo criminalmente contra os traficantes, empresários e, em alguns países como a Suécia, sobre os clientes, ao mesmo tempo que tenta proporcionar às mulheres envolvidas alternativas profissionais à prestação de serviços sexuais de tipo mercantil<sup>30</sup>. Trata-se de «salvar» as mulheres, mesmo que elas desejem e pratiquem de forma (relativamente) livre a venda de serviços sexuais. Para as trabalhadoras sexuais, este modelo é também pernicioso, ao colocá-las numa posição ambígua e subordina. Embora não sejam juridicamente penalizadas pela prática da prestação de serviços sexuais mercantis, não lhes é permitido trabalhar de uma forma legal, empurrando-as para um limbo social marcado por formas extremas de estigmatização e exclusão. Em suma, o princípio abolicionista cai numa certa ambiguidade e num voluntarismo idealista ao não ter em conta os estrangimentos socioeconómicos e políticos da prostituição, a natureza e o contexto da economia de mercado que faz da prostituição mais uma actividade de prestação de serviços e venda de mercadorias. Não obstante a radical defesa da abolição de qualquer forma de mercantilização do corpo da mulher, acaba-se objectivamente por não ter em

(30) A legislação aprovada pelo parlamento sueco, em vigor desde 1 de Janeiro de 1999, caracteriza a prostituição como uma forma de violência exercida pelos homens sobre as mulheres, ficando sujeitos a penas de encarceramento todos aqueles que comprarem serviços sexuais, mesmo que as mulheres que os vendam o façam em plena liberdade.

conta os reais interesses, reivindicações e direitos das trabalhadoras sexuais e, como tal, não contribuir para reduzir, no possível e a curto e médio prazo, as formas extremas de exploração, dominação e violência exercida sobre estas mulheres.

Por último, temos o modelo regulador tradicional. Escorado numa visão pragmática, considera a prostituição como um fenómeno social não erradicável na sociedade actual, pelo que é necessário agir de forma a limitar os danos para a sociedade. Em especial, pretende facilitar a definição de soluções políticas de intervenção social e de protecção dos actores sociais envolvidos, em especial no domínio da saúde pública. Se no passado a sífilis e a gonorreia eram as principais ameaças, hoje todas as armas viram-se contra a SIDA. A um outro nível, ao considerar a prostituição como um trabalho, pretende facilitar a integração das trabalhadoras no mercado laboral legal, cobrando impostos directos sobre os rendimentos por elas auferidos, ao mesmo tempo que lhes proporciona o acesso aos sistemas públicos de saúde e de segurança social e de associação de classe. Trata-se do modelo que tem inspirado a acção política de alguns governos na União Europeia, mormente na Holanda até 2000, na Alemanha e, a um nível mais restrito, em algumas comunidades autónomas de Espanha.

A estes modelos contrapõe-se hoje uma outra abordagem, orientada para uma regulação baseada numa legalização desestigmatizante da economia do sexo e dos actores sociais nela envolvidos. O «sexo pago» é entendido como uma actividade económica e as mulheres (e os homens) que a ele se dedicam considerados como trabalhadores com todos os direitos laborais e sociais, incluindo a constituição de associações de classe, nomeadamente sindicatos, e o acesso aos mecanismos de protecção na doença e na velhice. Nesta perspectiva, como justamente defende A. Oliveira (2004), o direito à prestação de serviços sexuais de natureza mercantil não deve ser objecto de uma regulação especial, com leis e normas expressamente elaboradas, pois reconhece-se que se está perante o exercício de uma actividade profissional. Ou seja, a regulação da economia do sexo deverá ser feita através do direito laboral em lugar do direito penal, o que implica a descriminalização, ainda que sem deixar o Estado de combater as práticas de tráfico e de exploração de prostituição forçada.

Um elemento decisivo, na esteira do que é defendido por Pheterson (1996), é a deslocação do enfoque político-jurídico sobre as mulheres que se prostituem para a relação social entre duas ou mais pessoas que se envolvem em práticas sexuais mercantis. Este deslocamento facilita o processo de desestigmatização que esta abordagem pretende num quadro alargado de uma regulação inclusiva do campo prostitucional, por via da transformação do trabalho sexual num trabalho igual a qualquer outro, com os mesmos direitos e obrigações. Tal implica uma descriminalização de todas as práticas relacionadas com o sexo mercantil, incluindo o trabalho sexual propriamente dito, a montagem de negócios e a contratação, segundo as leis laborais ordinárias em vigor, de mulheres (e homens) para prestarem serviços sexuais. Esta abordagem tem inspirado a acção do governo holandês desde Outubro de 2000, tendo permitido o acesso à legalização dos bordéis e das trabalhadoras sexuais. As autoridades policiais e judiciais deixaram de se concentrar na perseguição de trabalhadoras sexuais, empresários ou clientes para se concentrar na detecção das formas coercivas de prestação de serviços sexuais mercantis e de tráfico de mulheres para alimentar este sector económico.

Esta orientação deve integrar a plena participação das trabalhadoras sexuais e das suas organizações de classe na definição das políticas sexuais. Trata-se, aliás, de dar o primeiro passo no caminho da devolução dos direitos que lhes têm sido sonogados, entre os quais avulta, desde logo, o direito elementar à palavra e mais especificamente o direito à credibilidade do que têm para dizer, pois como Aranoa (2004) faz notar, as prostitutas além de «mulheres invisíveis carecem ademais de voz. Oiréis a muchos hablar en su nombre, nunca a ellas. Cuando las quieren salvar, cuando las quieren proteger, cuando las quieren esconder, cuando las quieren echar, tampoco podréis escucharlas porque nadie les pregunta nada, nunca».

A participação das mulheres exige, naturalmente, a existência de formas, mecanismos e canais que a viabilizem. Face, porém, ao actual quadro de ausência quase total de organização deste colectivo de mulheres e à sua escassa capacidade para se auto-organizarem, em particular no que se refere ao contexto português, este será necessariamente um domínio de intervenção prioritária para instituições e agentes empenhados na problemática da prostituição. Trata-se, como propõe, Lara (2004) «... de construir herramientas y espacios para que ellas se expresen, se autoorganicen y se reconozcan desde dentro. En vez de convertirlas en objeto de asistencia, luchar porque sean el sujeto de la conquista de sus propios derechos». Citando Dolores Juliano, a mesma autora prossegue: «Hay que tender puentes que permitan expresarse a las personas que se dedican a ello, que recuperen el derecho a hablar y que se les pregunte con la misma seriedad y respeto que a personas de otras profesiones (Lara, 2004).

Estas perspectivas sobre a economia do sexo posicionam-se contra as estruturas dominantes e as disposições que as produzem e reproduzem, implicando uma mudança radical no modo como se olha e usa o corpo, em especial as suas partes mais erógenas como a vagina. Ora, na perspectiva de Bourdieu (1999: 14-15), é porque esta «continua a ser constituída em fetiche e tratada como sagrada, secreta e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado tanto na consciência comum como na letra do direito que excluem que as mulheres possam entregar-se à prostituição como um trabalho».

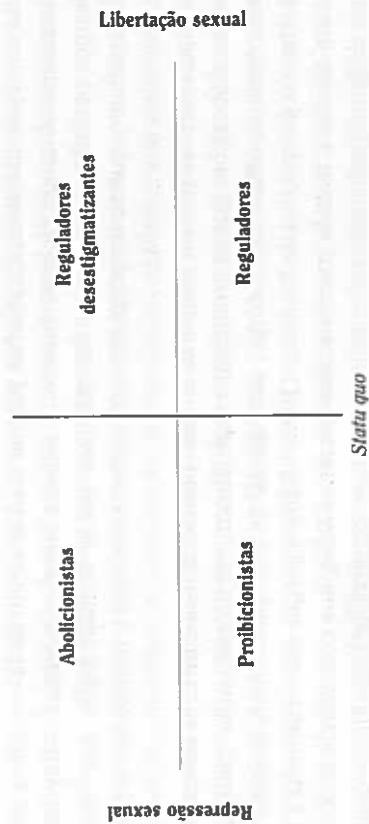
A luta social e política em torno dos modelos apresentados e soluções para o campo prostitucional é intensa, envolvendo organizações internacionais, como a ONU, governos, partidos políticos, movimentos feministas e colectivos de defesa das trabalhadoras sexuais. Com posicionamentos políticos, interesses e objectivos muito diferentes, a divisão entre eles faz-se segundo dois eixos: o da sexualidade, no qual se coloca a relação entre libertação e repressão; o da ordem política e económica, no qual se coloca a relação entre libertação e emancipação. A existência destes dois eixos origina situações socialmente interessantes e sociologicamente desafiantes, com o estabelecimento de proximidades e inclusive de solidariedades e agendas comuns entre grupos politicamente afastados em outros campos da luta política e social. Precisando, podemos encontrar na luta pela abolição da prostituição conservadores das mais diversas filiações e marxistas de raiz ortodoxa, com destaque para feministas puritanas e anti-sexuais, por vezes mesmo em aliança, ainda que tática, com sectores reaccionários e defensores do proibicionismo. No outro campo, o da regulação, podemos encontrar liberais e progressistas dos mais diversos matizes, incluindo segmentos minoritários dos



movimentos feministas, ora radicais ora ligados à social-democracia, bem como colectivos de defesa das trabalhadoras sexuais. Se os liberais se orientam para a regulação sem alteração das estruturas económicas, já os progressistas, em especial algumas feministas radicais não-dogmáticas de filiação marxista, partilham com os colectivos de defesa das trabalhadoras sexuais a defesa da libertação sexual num contexto de emancipação política e social.

Esta situação não deixa de exprimir a relativa descoincidência entre os compromissos políticos e os valores filosóficos dos actores sociais, muitas vezes explicados, no caso dos que lutam pela emancipação, pela acção dos *habitus*. Como justamente defende Bourdieu (1999), aqueles que trabalham pelo lado da emancipação não deixam de incorporar as estruturas e as disposições que (n)os dominam, incluindo as disposições ligadas à dominação masculina que se fazem sentir sobre a proposta de uma ordem moral que não deixa, no limite, de incorporar a velha ordem conservadora.

Figura 1: Os eixos da política e da acção social na economia do sexo



Face a isto, impõe-se a censura aos defensores irredutíveis da ordem estabelecida – liberais no plano económico e conservadores no plano dos comportamentos – que, pregando a moral familista e patriarcal e os bons costumes assentes na contenção do desejo e de uma sexualidade livre, impedem a produção de uma nova política para o sexo de base mercantil assente na articulação da sua legalização com uma outra visão do uso sexual do corpo despida das visões pecaminosas e moralistas. Quer dizer, uma legalização esvaziada dos estímulos e de uma moral que apenas admite o sexo mercantil como um mal menor.

## CAPÍTULO 2

### Um terreno entrelaçado: métodos, técnicas e estratégias de pesquisa

#### 1. PROSTITUIÇÃO FEMININA: UMA PESQUISA PARTICULARMENTE DIFÍCIL

Antes de apresentarmos as estratégias metodológicas concretas para a colecta de informação é pertinente, antes de mais, falar de «dificuldades» e de «riscos», ou como alguém os designou, de «los peculiares problemas metodológicos» da investigação relacionada com a prostituição (Savitz e Rosen *in* Pheterson, 2000: 47). Pela centralidade que assumiram ao longo de todo o percurso feito, pelos condicionalismos que nele projectaram, umas e outros constituíram, efectivamente, referências constantes e estruturantes do trabalho que desenvolvemos no terreno. Embora as dificuldades e os riscos sejam parte integrante de todo e qualquer projecto de investigação, o que distingue este por nós realizado são a natureza, a extensão e a relativa novidade dos problemas com que, diariamente, nos confrontámos.

Com efeito, é no próprio objecto de estudo, a prostituição feminina e, mais precisamente, na natureza dos julgamentos sociais dominantes acerca dela e das mulheres que a praticam, no estatuto social que lhes é atribuído, nas especificidades organizativas e de funcionamento desta actividade e do quadro legal que a rodeia que radicam as principais dificuldades e riscos que constatámos ao longo de mais de dois anos no terreno, como os que, a seguir e sem qualquer pretensão de exaustividade, se apresentam e se analisam.

Reflectindo as imagens e as representações simbólicas e legais negativas socialmente vigentes sobre a prostituição e sobre as mulheres que se prostituem, a enorme carga de

(\*) É claro que desde as fases mais preliminares da concepção deste projecto os investigadores nele reunidos, todos estreates na abordagem da aproximação ao terreno da prostituição, consideraram as dificuldades e os riscos como componentes inerentes ao mesmo. Para ambos fomos sendo avisados, quer pelo que cada um de nós sabia, ou pensava saber, acerca da prostituição, das prostitutas e dos meios prostitucionais, quer pela bibliografia que fomos consultando, quer ainda pelas recomendações formais feitas a este propósito pelo júri que avaliou a nossa candidatura ao *Programa SAPIENS* e que textualmente sublinhavam «the sensitivity (and the risks) of the subject matter...».



preconceitos morais condenatórios que impendem sobre elas e a correspondente estigmatização e rejeição social que lhes é imposta (O'Neill 1996, Silva 1998b, S. Silva 2001), o nosso projecto e a nossa participação no mesmo tendem, muitas vezes, a ser avaliados a partir das mesmas grelhas de leitura, o que, por norma, acaba resultando na desvalorização, na depreciação e mesmo na condenação, mais ou menos subitas, de um e de outra.

A estas avaliações dão corpo observações que com alguma frequência nos foram dirigidas, como as que, a título de exemplo, aqui se incluem. Se num ou noutro caso pontual podem exprimir algum sentimento de preocupação e apreensão, na maioria das vezes aparecem embrulhadas em indistigáveis tons mistos de jocosidade e de reprovação: «*Então agora andas metida com putas?*». Outros, certamente mais preocupados com as questões do «empreendedorismo», inquiriam-nos sobre o sector – «*Conta lá o que tens aprendido sobre o negócio das putas!*» – ou insinuavam nas suas interpelações estratégias para o «desenvolvimento»: «*Vão propor as 'casas de meninas' como estratégia a seguir para a criação de emprego e o desenvolvimento em Trás-os-Montes?*». Outros ainda, sem qualquer sensibilidade sociológica e nem sequer social permitiam-se comentários desfocados tais como: «*Então não havia mesmo assunto mais apropriado para investigar?*».

Também um ou outro funcionário/a no contexto universitário, nomeadamente da UM, ocupado/a em processar pagamentos aos assistentes de investigação, considerava estranha a entrada de documentos ou recibos relativos a gastos realizados em casas de alterne, questionando-se da «verdade», «justeza» ou «credibilidade» de um semelhante projecto que justificasse tais pagamentos, levando o seu zelo a questionar o destino do fundo de maneio disponível pela Universidade, de resto a partir de dinheiros do Projecto e já entrados na tesouraria, chegando mesmo a verificar a veracidade junto da FCT. Uma das funcionárias não hesitou mesmo em sugerir «*Professor, isto não pode ser pago assim, terá que inventar qualquer outro esquema de pagamento, pois estas facturas assim não podem ser pagas*».

O conteúdo deste tipo de comentários parece ter implícita, entre outros, a transposição, para este projecto, da ideia e do sentido de transgressão, atribuídos ao comportamento das mulheres que se prostituem, uma projecção que culmina, inevitavelmente, no seguinte corolário: a prostituição é um assunto sujo, indigno e deselegante, logo pouco recomendável para ser escolhido como objecto de investigação, mais ainda quando nele se envolvem investigadoras<sup>1</sup>. Formulações e insinuações como as que deixámos transcritas condensam o que, ao longo do processo de pesquisa, se foi configurando como uma das mais insidiosas dificuldades com que todos, e em especial os elementos femininos da equipa, fomos sendo confrontados.

Com a excepção dos distritos de Braga e de Viana do Castelo, onde foram objecto de pesquisa a prostituição de rua e de bordel, nas restantes zonas de Trás-os-Montes e Alto Douro

(1) Uma situação que, aliás, aparece recorrentemente mencionada noutros estudos sobre a prostituição, como se confirma em Lazaridis (2001: 74).

e da Beira Interior, respectivamente, a prostituição faz-se sobretudo em espaços abrigados, de acesso mais ou menos aberto ao público masculino. A modalidade dita «abrigada»<sup>2</sup> (Shulke, 2002) é aquela que tem lugar em domicílios, apartamentos e moradias e, sobretudo, nos estabelecimentos especificamente criados para o efeito, os «clubes», um eufemismo que é actualmente muito corrente no meio para designar os bordéis. A prostituição de rua, ou de estrada é, nos espaços geográficos de Trás-os-Montes e Beira Interior e correspondentes territórios espanhóis que com eles confinam, quase inexistente ou residual.

Confinada ao interior de edifícios, com uma visibilidade e uma exposição sociais de longe mais atenuadas que a de rua, a prostituição «abrigada» e as mulheres que nela trabalham são também, por isso mesmo, muito mais inacessíveis. Desde logo porque os clubes e a maior parte dos domicílios em que as mulheres habitam funcionam em regime empresarial, ou seja, a titularidade da propriedade é/ou da posse dos locais e, no caso dos clubes, a sua exploração comercial como bares, discotecas ou *pubs* são detidas por empresários(as):

«Em muitos casos os clubes e domicílios são, simultaneamente, locais de trabalho e de residência das mulheres, sendo também muito comum a situação das que trabalham em clubes e residem em apartamentos e casas que pertencem ao mesmo dono, isto é, ao mesmo empresário, que normalmente assegura ainda os meios de deslocação diária das mulheres entre ambos os espaços» (Ribeiro e Sacramento, 2002).

A condição de «donos» dos estabelecimentos e dos locais de residência confere aos empresários um amplo poder de controlo sobre o acesso aos mesmos e às práticas neles existentes. São, por isso mesmo, figuras decisivas e incontornáveis para chegarmos às mulheres. Não apenas para acedermos aos espaços físicos onde elas passam a maior parte do seu tempo, mas também para, de um modo ou de outro, avalizarem a sua disponibilidade para nos fornecerem a informação que buscamos. A ausência de vínculos contratuais de trabalho assalariado entre os empresários e as mulheres retira aos primeiros o estatuto formal de patrões das segundas, o que, em grande medida, explica a considerável, e para nós surpreendente, autonomia com que a grande maioria das mulheres gere a sua vida profissional, nomeadamente a sua passagem pelos diferentes clubes.

Apesar desta constatação, sem o assentimento, implícito ou explícito, dos donos ou patrões das casas, como são frequentemente designados, são poucas as que se dispõem a ser abordadas pelos investigadores e, menos ainda, as que decidem prestar-nos colaboração. De facto, o medo de que «o patrão venha a saber», o medo de que «o patrão não queira», de que «o patrão não goste», a presunção de que «o patrão pode ficar zangado» foi-nos insistentemente repetido por muitas das mulheres que contactámos em resposta às nossas solicitações para a realização dos inquéritos e das entrevistas.

(2) Equivalente ao conceito de língua inglesa «indoor prostitution» (Kinnell, 2001; South African Commission Law, 2003; Raphael e Shapiro, 2004) e também ao de «sheltered prostitution» (Danna, 2003).

O não reconhecimento legal da prostituição, a criminalização de situações e condutas tipificadas que possam comprovar-se no âmbito da actividade – por exemplo, a presença de menores e/ou de portadoras de deficiências mentais, a exploração de mulheres que se prostituem, o estatuto de imigrantes clandestinas a que muitas mulheres estão sujeitas, a reserva da privacidade de clientes, são, entre outras, ponderosas e compreensíveis razões para que os empresários do sector se empenhem em manter fora e longe da curiosidade alheia os interiores e os meandros da actividade. Daí que no geral, e pelo menos nas primeiras tentativas de contacto, os empresários se mostrassem pouco receptivos, quando não totalmente intransigentes face aos argumentos e às pretensões dos investigadores. Mesmo entre os poucos que, quando abordados, não manifestaram resistências de maior às nossas solicitações, alguns não deram qualquer sequência prática a tal atitude. Adiarão e/ou faltaram a encontros combinados para acertarmos procedimentos de trabalho, deixaram de responder aos nossos telefonemas, tornaram-se incontactáveis quando os procurámos na «empresa» ou noutros locais, em resumo, fizeram de tudo para se livrarem de nós. Para além do que ficou já ressaltado, investigação é também o substantivo que designa o que, sobre o sector e sobre os negócios da prostituição, têm feito e fazem jornalistas e polícias. Quase sempre os seus resultados acabaram por se revelar fatais ou, no mínimo, lesivos relativamente aos interesses destes empresários.

Superar as desconfianças dos empresários, ganhar o seu consentimento ou pelo menos lograr a sua indiferença, para podermos aceder e circular, na qualidade devidamente identificada de investigadores, pelos locais de residência e de trabalho das mulheres, foi uma das mais difíceis batalhas que os envolvidos neste projecto enfrentaram. Nela aplicámos centenas de horas, milhares de quilómetros, doses maciças de argumentos e de paciência e mobilizámos toda a sorte de agentes potencialmente capazes de promover a nossa causa junto deles, desde clientes a amigos e conhecidos de «patrões» do sector, quer do lado português, quer do lado espanhol. Por ela se escoaram tempo e dinheiro, os nossos mais escassos recursos. Tempo e dinheiro que se esvaíram na repetição de viagens e contactos de nula ou escassa fertilidade produtiva, mas também gastos em consumos mínimos obrigatórios nos estabelecimentos, a observar as práticas sociais neles desenvolvidas. Tomar um copo e pagar um copo foram procedimentos inevitáveis e condição necessária para desbravar terreno.

Este processo de construção de «pontes» até e com os empresários quase sempre envolveu, para além dos próprios ou mesmo em sua substituição, todo um conjunto de outras figuras que giram em torno deles e da(s) sua(s) actividade(s) – gerentes, empregados, «namoradas», etc. Nele confrontámos-nos pontualmente com alguns riscos, mormente os que nos chegam sob a forma de ameaças, mais ou menos veladas, de ofensas à integridade física dos investigadores, como retaliação por eventuais danos causados pelo nosso trabalho aos interesses e/ou aos interessados no sector.

O caso mais extremado deste entendimento do nosso estudo como potencial perigo para os interesses instalados foi protagonizado pela intervenção do advogado de um empresário, que já tinha recebido com simpatia e mostras de grande disponibilidade os

elementos de uma das equipas do projecto. Irritado com o que considerou ser uma atitude ingénua do seu cliente, o advogado informou os nossos colegas de que, sendo sua obrigação protegê-lo, tinha de o sensibilizar para os perigos que corria ao franquear-nos as portas. Desde logo porque se o nosso projecto era sobre prostituição feminina, o simples acto de termos procurado o empresário em causa configurava, só por si, a presunção de que se dedicaria a actividades ilícitas, podendo a colaboração prometida vir a ser tomada como comprovativo das mesmas. E não houve argumentos que o demovessem da firme decisão de proibir o seu cliente de voltar a receber-nos ou a facultar-nos qualquer tipo de apoio. Como mais tarde se veio a apurar, na sua qualidade de advogado de empresários de outros clubes da zona, tê-los-á igualmente prevenido sobre os prejuízos que eventualmente lhes poderiam resultar do nosso projecto e, portanto, aconselhando-os a não nos receber e, tal vez mesmo, a «proibirem» as mulheres em serviço nas respectivas casas de nos darem qualquer colaboração, sob pena de poderem ser arrastadas para complicações legais.

Presumimos que assim tenha sido, dada a verdadeira montanha de obstáculos que, a partir daí, foi crescendo e se foi interpondo entre os investigadores e o meio a estudar. Com efeito, naquela região nem um único inquérito foi efectuado através dos locais de trabalho das mulheres. Mesmo fora delas as taxas de execução do projecto, em especial no que diz respeito à inquirição das mulheres, foi muitíssimo baixa e pouco eficiente. Uma significativa percentagem das poucas que, por ali, se deixaram convencer a fazer alguma entrevista, apareceu solidamente instruída para não assumir a verdadeira natureza das actividades que desenvolvia nas casas onde trabalhava, não arredando pé da invocação do estatuto de turistas, fazendo mesmo questão de exibir o que consideravam documentos comprovativos dessa condição, mormente passaportes. Não sendo a nossa pesquisa propriamente sobre mulheres-turistas, chegados a este ponto nada restou para fazer avançar a colheita de informação. Progredir num terreno tão minado como este foi, realmente, muito complicado.

Numa grande parte da área geográfica delimitada para efeitos de pesquisa empírica deste projecto, incluindo a do lado português, só nos últimos anos se vem registando a ins-talação de actividades organizadas de prostituição feminina, ou seja, a abertura de clubes e, ainda mais recentemente, a oferta de prostituição em domicílios. Pese embora a relativamente elevada taxa de expansão destes sectores, aos níveis regional e local, por enquanto apenas as instituições policiais e judiciais têm, de vez em quando, assinalado e dado sinais concretos destes factos. Fora disso, e à excepção da zona do Minho, onde funciona desde há alguns anos o Projecto *Auto-estima*, da iniciativa dos serviços locais da ARS, é o deserto absoluto de qualquer acção institucional, especificamente vocacionada para este campo social, mais em particular para o apoio às mulheres que para aqui vêm exercer a prostituição. Não achámos, por isso, no terreno qualquer organização, governamental ou não governamental, que se interessasse e desenvolvesse alguma espécie de iniciativa que incluisse estas mulheres como público-alvo, como, de resto, já vem acontecendo do lado espanhol, tanto em Castela-Leão como na Galiza.

Este vazio, em grande parte revelador da novidade do fenómeno da prostituição nestas zonas, traduziu-se, com excepção da equipa da Universidade do Minho – que pôde contar

com a colaboração do citado projecto «Auto-estima» – na impossibilidade de recurso à intermediação facilitadora de agentes institucionais para acedermos e inquirirmos as mulheres, reforçando assim a nossa dependência em relação aos empresários para o podermos fazer.

Embora formalmente licenciados como bares, discotecas, *pubs*, entre outras designações, os clubes são locais de difícil acesso para as mulheres sem ligações directas e reconhecidas ao meio prostitucional. Ainda que legalmente não seja proibida a entrada de mulheres nestes espaços, o costume acaba por a impor. Assim, a presença de mulheres estranhas ao meio e à actividade vem perturbar, de modo manifesto, o normal funcionamento dos clubes, ao suscitar a atenção e, de certa maneira, o constrangimento dos outros, incluindo os próprios clientes.

As circunstâncias inibitórias referenciadas constrangeram, grandemente, a acção e a intervenção das mulheres investigadoras no terreno da pesquisa, tornando obrigatória a integração de elementos masculinos nas equipas, aos quais coube a maior parte do trabalho de campo, nomeadamente a recolha de dados, por observação e inquirição, no interior dos clubes ou através deles. Por exemplo, a coordenadora principal do projecto apenas teve ocasião de entrar em dois clubes, um deles propriedade de uma empresária e que é, na amostra que temos inventariada, um dos raros a funcionar em horário diurno. O outro, visitado bem ao início da noite, foi franqueado «sob escolta» de três colegas. Ao fim de poucos minutos, a sua presença já desencadeava por parte no respectivo dono reacções bastante desabridas e uma agressividade física e verbal mal contida, que incluiu, para além de comentários e insinuações de recorte explicitamente grosseiro acerca do seu interesse na observação de locais de prostituição feminina, uma intempestiva revista para confirmação de que não era portadora de qualquer tipo de equipamento audiovisual.

Sendo condição necessária para a realização do trabalho de campo, a intervenção de investigadores do sexo masculino é decisiva e preponderante na inquirição das mulheres. Este facto consubstancia, todavia, alguns aspectos redutores quanto à eficiência do apuramento de dados. A forte, dir-se-ia mesmo irremovível, tendência destas mulheres para encararem cada homem como um potencial cliente, acaba necessariamente por atrapalhar a tarefa dos colegas masculinos e condicionar de forma notória a «composição» dos testemunhos que as trabalhadoras sexuais lhes fornecem. Se os elementos masculinos da equipa recolheram elementos abundantes sobre as práticas sexuais e modos de relacionamento com os clientes, a comparação das entrevistas e dos inquéritos concretizados fez ressaltar a maior abundância, o maior detalhe e a maior profundidade da informação recolhida pelas investigadoras, com quem as mulheres entrevistadas, apesar da maior cerimónia e da maior reserva, parecem sentir maior empatia, mais confiança, quiçá mesmo alguma espécie de cumplicidade, para entregarem informação do foro pessoal e mais ou menos íntimo. Em suma, as restrições que pesam sobre a presença e a circulação no terreno de investigadores do sexo feminino representam, pelo que fica dito, uma penalização e uma limitação para a concretização dos objectivos do projecto.

Desde as primeiras incursões ao terreno da pesquisa que pudemos apreender o carácter altamente volátil desta modalidade de prostituição (Ribeiro e Sacramento, 2002). Boa

parte desta volatilidade geral do sector constitui, muito presumivelmente, um recurso para minimizar a visibilidade social do mesmo e, por consequência, para reduzir os riscos de detecção de ilicitudes legais ou de outro tipo que, não raro, convergem nas actividades de prostituição. No que às mulheres diz respeito, a sua incessante mobilidade entre locais de trabalho tem, desde logo, a ver com a condição de imigrantes ilegais em que muitas delas se encontram. Com efeito, dentro dos espaços transfronteiriços que constituem o nosso campo de observação, as mulheres que trabalham nos clubes são, na sua grande maioria, de origem estrangeira, mais precisamente de origem extracomunitária. Entre as mulheres estrangeiras que abordámos e conseguimos entrevistar predominam de forma clara as brasileiras. A sobrerrepresentatividade desta nacionalidade no conjunto das mulheres formalmente inquiridas verifica-se igualmente quando consideramos as muitas mais que contactámos mas que não lográmos entrevistar. Para além da maior facilidade linguística na sua abordagem, a presença das brasileiras no conjunto dos inquéritos e das entrevistas realizadas resulta também de outros factores comunicacionais mais favoráveis, como a afabilidade, a abertura e a espontaneidade que são correntemente reconhecidos como traços culturais distintivos das populações do Brasil.

A condição de imigrantes ilegais e o estigma social que corresponde a uma mulher identificada como prostituta são factores que induzem a resistência das mulheres a deixarem-se entrevistar. Remover este obstáculo é sempre difícil e muitas vezes foi completamente impossível. Por outro lado, a rotação destas mulheres pelos clubes, muitas vezes abrangendo países diferentes, introduziu no nosso trabalho de campo níveis elevados de incerteza e de imponderabilidade quanto ao apuramento de dados concretos, como mostraram as dezenas de situações que culminaram na garantia e no acerto de data e de lugar para se fazerem os inquéritos e, ainda assim, estes não aconteceram, porque quando lá chegámos já as mulheres se haviam transferido para outro sítio. É claro que há sempre a possibilidade de serem «repeçadas» nos territórios das equipas nossas parceiras, como já tem acontecido. Mas há também trabalho e oportunidades que se perderam para sempre, como, por exemplo, a de aceder a um precioso registo de contabilidade que uma das mulheres entrevistadas mostrou. Nele assentava, rigorosamente, todos os números de que se faziam os seus dias – despesas e gastos, ganhos apurados, número de clientes atendidos, dentro e fora do clube, etc. Por respeito à confiança que o seu gesto de mostrar estes registos consubstanciava e temendo que uma manifestação mais viva do nosso interesse nos seus papéis e nos seus dados pudesse desencadear na mulher mecanismos de apreensão ou de retração, limitámo-nos, na altura, a falar-lhe da enorme importância que aqueles números teriam para o nosso trabalho e a sugerir-lhe que pensasse na hipótese de poder vir a cedê-los, não naquela hora, mas depois de ter tido tempo para pensar e decidir. Mostrou-se sensível ao pedido, o que nos deixou animados. Como tínhamos planos de voltar à casa que ela partilhava com outras colegas, pensámos que o tempo iria jogar a nosso favor, permitindo reforçar a aproximação e a confiança que se estabelecera com ela. Na próxima visita, levávamos tudo preparado para voltar ao assunto. «*Estava de porre*», como mandou dizer-nos por uma amiga e nem chegámos sequer a vê-la. Entretanto, mudou-se,

gorando-se definitivamente a possibilidade de, em tempo útil para este projecto, aceder-mos à sua agenda.

Para além dos aspectos mencionados, há ainda a frisar como obstáculo ao nosso trabalho com as mulheres, os seus horários peculiares, que lhes deixam relativamente pouco tempo livre para acolherem a realização de um inquérito como o nosso, reconhecidamente ambicioso e longo. Trabalhando até por volta das quatro ou cinco da manhã, dormem, por regra, até depois do meio-dia. No intervalo de tempo que separa o acordarem do retorno ao clube, as solicitações são várias e todas consideradas prioritárias em relação às do nosso projecto – idas ao cabeleireiro, ao supermercado, «*ir no shopping*», realizar tarefas domésticas, passear com os «namorados», sair para atender algum cliente, etc. Em nome destas prioridades, viagens de centenas de quilómetros, intermináveis horas de espera, acertos confirmados no quarto de hora anterior, reduziram-me pura e simplesmente a nada! Nem por isso desistimos. No dia a seguir ou quando elas decidiam voltávamos a esperar o tempo que fosse preciso, pois a recolha da informação que elas nos podiam dar era a prioridade deste projecto.

As situações difíceis e de algum risco que deixámos, sucintamente, arroladas, as fomos, a extensão e a severidade dos conditionalismos que elas provocaram no trabalho de campo, constituem, simultaneamente, uma das mais significativas e interessantes matérias para análise e reflexão produzidas no âmbito deste projecto e uma das mais decisivas referências enquadradoras de todas as vertentes que integram o processo de produção de conhecimento que dele decorre. Neste sentido, e embora possa soar a paradoxo, não há como não as reconhecer como uma componente essencial do enorme e permanente desafio que, a todos os títulos, este projecto no seu conjunto representou para os que nele se envolveram, e para o qual remete a nossa firme convicção de que, apesar de todos os pesares que legitimamente possamos invocar, o saldo do caminho percorrido e do trabalho realizado é, francamente, positivo.

## 2. OS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS, OBSERVAÇÃO E INQUIRÇÃO

Desde as primeiras reuniões de preparação do projecto de investigação sobre prostituição nas regiões de fronteira do norte de Portugal que as questões metodológicas ocuparam um lugar central nas discussões dos membros da equipa e, mais tarde, na própria preparação do trabalho de campo. No fundo, era o problema tão comum mas incontornável do «como fazer». Colocava-se com especial pertinência o modo de chegar aos actores sociais (M. Ribeiro, 2002), situação sempre presente em investigação social mas neste caso bem sensível, atendendo ao objecto e aos indivíduos envolvidos. Mas não só, talvez ainda mais significativo eram os problemas do relacionamento entre aquele que investiga e aquele que é inquirido, como justamente sublinha Bourdieu (1993a: 1388 ss) na sua reflexão densa sobre o processo de compreensão dos outros no quadro de uma comunicação não violenta.

Admitindo que, como viríamos mais tarde a constatar largamente e como já foi acima referido, se tratava de um terreno fugidio, relativamente opaco e com particulares dificul-

dades de acesso, o desenho da metodologia de investigação assentou na articulação de diferentes métodos e técnicas usadas tradicionalmente pela história, pela sociologia e pela antropologia, quer dizer, a pesquisa documental, a inquirição e a observação participante (Olivier de Sardan, 1995). Assim, e seguindo de perto estratégias já largamente comprovadas nos mais diversos contextos sociais, pretendeu-se colocar em campo uma metodologia capaz de «superar (pseudo)dicotomias, oposições ou insuficiências de qualquer das dimensões tomada isoladamente» (Silva 1998b: 231-32). Ou seja, substituir a «fixação» numa única técnica ou metodologia por uma abordagem múltipla capaz de dar conta da variedade de lugares onde o trabalho de campo decorreria da diversidade de actores sociais envolvidos e da intrincada teia de relações sociais a escrutinar. Mas não só, esta articulação entre diferentes métodos e técnicas também maximiza as possibilidades de escapar à tradicional divisão entre análise macro/análise micro, a primeira alegadamente centrada nas estruturas e a segunda (quase) exclusivamente nos actores sociais (Bader, 1991; Silva, 1998). Só desta forma se entendia imaginável o trabalho de compreensão das estruturas, algumas de dimensão global, e das práticas metidas em acção pelos actores sociais para tirar partido das oportunidades, muito desiguais em termos de classe, nacionalidade e género.

A um outro nível, a dimensão da investigação colocava dificuldades de articulação entre as equipas que iriam actuar nas três áreas geográficas definidas pelo projecto. Composta por investigadores dos dois sexos, com formação na área das ciências sociais, nomeadamente em sociologia e em antropologia, a desigual experiência e disponibilidade para efectuar trabalho de terreno e, por outro lado, a separação geográfica que dificultava o contacto presencial regular tornou ainda mais relevante a definição suficientemente precisa de alguns instrumentos de recolha de dados, sem que tal limitasse a necessária flexibilidade metodológica e de acção no quotidiano do trabalho de campo, de forma a manter aberta a possibilidade de captação do imprevisto, do não planeado e, sobretudo, do improvável<sup>3</sup>. Nesse sentido não só as entrevistas realizadas foram guiadas por uma estruturação ligeira como se valorizaram as notas de campo e os diálogos informais mantidos com os actores sociais, em particular com as trabalhadoras sexuais. Procurando sempre salvaguardar o rigor metodológico, por via, entre outros, do recurso ao cruzamento de distintos procedimentos de pesquisa empírica e à correspondente triangulação dos dados, acima referidos, optámos deliberadamente por privilegiar a palavra dos sujeitos, muito em especial a das trabalhadoras sexuais, cujas vidas e modos de viver constituem o centro do nosso interesse. Esta opção, que aparece no texto sob a forma de abundantes citações de extractos dos discursos das mulheres, decorre em boa medida da constatação de que, salvo raras e recentes excepções, a vida das trabalhadoras sexuais, a sua história e sua versão do mundo são geralmente contadas por outros: agentes da polícia de segurança pública, da

(3) Como o texto tornará evidente, o trabalho de campo permitiu desconstruir diversos lugares-comuns e até ideias hegemónicas, que não deixam de ser incorporadas pelos próprios membros da equipa de investigação acerca deste complexo contexto social e que importava desconstruir.



polícia dos serviços de estrangeiros e fronteiras, assistentes sociais, voluntários das ONG, médicos, jornalistas e investigadores (Pisano, 2001).

A densidade do problema a estudar bem como os objectivos fixados a esta investigação exigiram que a recolha de dados se processasse por fases distintas e por recurso a uma grande diversidade de procedimentos metodológicos, de que daremos conta a seguir.

### 2.1. A abordagem exploratória às temáticas e ao terreno da pesquisa

A quase inexistência de estudos prévios e, por consequência, o escasso conhecimento disponível sobre a temática proposta, particularmente no que respeita ao território português em causa, conferem ao nosso projecto um carácter de certa forma pioneiro. Tal situação impôs a adopção de uma estratégia inicial de tipo exploratório, cujo desenvolvimento acabou por ocupar os primeiros meses do processo de investigação. Destinada fundamentalmente a reunir elementos capazes de apontar e fornecer pistas, contornos, sugestões, dimensões e referências orientadoras para a construção do plano metodológico inerente ao problema e aos objectivos constantes da proposta de pesquisa, esta necessidade de empreender uma abordagem exploratória decorre também de duas outras ordens de factores: (i) o reconhecimento de que a prostituição feminina na sua configuração actual nos territórios abrangidos pelo nosso estudo, muito particularmente do lado português, é um fenómeno relativamente recente, cujos desenvolvimentos mais significativos ocorreram nas duas últimas décadas; (ii) o reconhecimento da complexa e densa tecitura da prostituição, da opacidade social e legal que a envolve e da previsível dificuldade de entrar e progredir num terreno com estas características.

Tratou-se, assim, nesta fase inicial de realização do projecto de procurar e identificar fontes de informação, por um lado, e localizar e contactar instituições e actores sociais, por outro, de forma a reunir o máximo de informação possível sobre o contexto a estudar.

#### *Pesquisa documental*

A este nível foram basicamente accionados procedimentos de consulta e recolha de notícias e reportagens em meios de imprensa escrita, nacionais e regionais, subordinados a títulos compostos por vocábulos que explicita ou implicitamente remetessem para a prostituição feminina. Através de pesquisa na *internet* e por aquisição directa de dossiers foi constituído um pequeno banco de referências noticiosas sobre a prostituição feminina em geral e em especial sobre as áreas geográficas transfronteiriças do interior norte do país. A análise de conteúdo deste acervo noticioso revelou que a esmagadora maioria das notícias remetia para ocorrências policiais «espectaculares» tais como rugas a casas (ditas) de alterne ou clubes; actuações do foro administrativo-legal junto de mulheres, quase sempre estrangeiras, nomeadamente detenções, repatriamentos e similares; detenções e condenação judicial de «empresários» do sector, por crime de lenocínio.

Num muito distante segundo lugar aparecem as notícias e as reportagens que pretendem dar conta dos indícios reveladores da tendência expansionista das actividades de prostituição, quer de rua, quer abrangida. Ainda no plano da consulta documental, mais largamente accionada na fase exploratória da pesquisa, procedeu-se ainda à compilação de elementos de enquadramento legal de algumas das mais imediatamente relevantes dimensões que convergem no objecto de estudo, incluindo: (i) o enquadramento penal da actividade e dos diversos protagonistas que ela movimenta – prostitutas, empresários, proxenetes, clientes, entre outros; (ii) o enquadramento legal da imigração e da circulação de pessoas ao longo dos últimos anos, por ser certo que, tal como a pesquisa dos jornais, entre outros, claramente revelava, a grande maioria das mulheres a exercer prostituição nos territórios da nossa pesquisa era de origem estrangeira, mais precisamente de origem extracomunitária.

#### *Fontes e dados institucionais*

Neste âmbito foi desenvolvida uma multiplicidade de contactos, com particular incidência junto de organizações e instituições de carácter público e privado, de implantação e acção local e regional, de ambos os lados da fronteira. Privilegiou-se a abordagem de instituições ligadas, por um lado, aos sectores sociais – segurança social e saúde (Centros Regionais de Segurança Social, Serviço Social, Centros de Saúde/Hospitais, Instituições Religiosas, IPSS, ONG) – e, por outro, a instituições policiais e judiciais – PSP, GNR, tribunais e estabelecimentos prisionais. A recolha de informação junto destas instâncias fez-se por recurso a guíões-tipo, previamente elaborados. Para além da informação directamente apurada através dos guíões-tipo, realizaram-se também algumas entrevistas mais aprofundadas com alguns agentes especiais, como oficiais da polícia com conhecimento do terreno.

Paralelamente, sempre que possível, procedeu-se também junto destes serviços à recolha de dados documentais com interesse directo e indirecto para o objecto, como mostra o conteúdo de notas de campo, a seguir inseridas, com o objectivo de fundamentar e orientar a preparação e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa primária junto das populações-alvo, muito especialmente das mulheres:

Em relação a esta rusga [policial a um clube da região de Chaves] não tive acesso ao relatório da PSP pois a consulta do mesmo foi-me negada por parte do subcomissário [...], principal responsável pela operação, alegando que eram confidenciais. Por isso, as informações que vou transcrever são fruto da conversa informal que tive com este subcomissário. O motivo que levou ao desenrolar desta operação foi, segundo ele, o facto de este estabelecimento se encontrar junto a uma escola primária, o que causa mau ambiente. Já tinha havido denúncias, quer por parte das professoras, quer por parte dos vizinhos e foi por isso que a Polícia de Chaves decidiu intervir. Os meios mobilizados para esta rusga foram bastante numerosos com medo de poder haver retaliações. Mas nada resultou desta operação. Apenas se identificaram duas cidadãs estrangeiras de nacionalidade colombiana, mas estas estavam legais porque possuíam um contrato de trabalho com o estabelecimento como



empregadas de mesa. Foi feita uma revista geral ao estabelecimento que de dia funciona como café e nada foi encontrado que pudesse indicar a prática prostituição naquele local. O estabelecimento continua aberto (Chaves, 15/12/2001).

De acordo com as informações colhidas no posto da GNR, a segunda rusga [a um clube na zona de Montalegre] foi no dia 26 de Abril de 2001, levada a cabo também pelo comando da GNR de Chaves. Contou com a cooperação dos postos de Montalegre, Venda Nova e da Régua, este com a participação de um bi-elemento (soldado com um cão). Mais uma vez os meios mobilizados eram bastante numerosos e operacionais. Dela resultou a detenção e a presença a tribunal, em Montalegre, de quatro mulheres brasileiras que se encontravam em situação de permanência ilegal no país. Depois de presentes a tribunal saíram em liberdade condicional. Mais duas mulheres foram identificadas, mas estas encontravam-se legais. O motivo que levou ao desencadeamento desta operação foi a desconfiança por parte dos soldados do posto da Venda Nova sobre as actividades que ali se praticavam, a que se juntam as «provoações» por parte dos proprietários e dos empregados do estabelecimento. Também não houve a aplicação de qualquer multa. Este acontecimento foi noticiado pelos meios de comunicação locais e nacionais, concretamente no *Jornal de Notícias* de 27 de Abril de 2001, (N.º 330, Ano 113). O estabelecimento continua aberto (Montalegre, 28/01/2002).

### Informantes

Nesta etapa prévia do projecto foi também posta em prática a procura de pessoas que pudessem dar informações de qualquer tipo: localização de clubes, identificação de locais de habitação e de locais públicos frequentados habitualmente por trabalhadoras sexuais, tais como cafés, restaurantes, cabeleireiros, centros de saúde e outros, formas de funcionamento da prostituição de rua e de clube, em termos dos territórios locais. Neste sentido, contactámos e conversámos com inúmeras pessoas, entre outros, taxistas, empregados de café, proprietárias de salões de beleza, residentes locais vizinhos de clubes, segundo uma abordagem designada por «bola de neve», em que um informante nos passava para outro e assim sucessivamente. Foi, deste modo, que nos fomos aproximando, ficando cada vez mais dentro dos contextos prostitucionais a que pretendíamos chegar.

A dimensão exploratória não se esgotou na primeira fase da pesquisa. Bem pelo contrário, (re)emergiu ao longo de todo o trabalho de campo, numa espécie de diálogo, de vácuos permanentes entre *o que*, *o como*, *o onde*, *o com quem fazer?* e *o fazer/ir* fazendo, mais ou menos definitivo, com base em procedimentos sistematizados e estruturados, que a seguir se dá conta.

### 2.2. A observação directa dos contextos prostitucionais

O trabalho de campo iniciou-se em Março de 2001, abrangendo as três áreas geográficas de intervenção das equipas de investigação, conforme o previsto no projecto. Começou

com a observação dos contextos prostitucionais tendo como objectivo proceder a uma inventariação detalhada dos «clubes» e ao estabelecimento dos primeiros contactos exploratórios com os actores sociais envolvidos nestes meios, em especial trabalhadoras sexuais. Por vezes realizadas em simultâneo, estas tarefas permitiram encontrar, com algum custo, informantes-chave e mediadores – clientes, proprietários de clubes, porteiros, etc. – que abriram portas e romperam desconfianças, nomeadamente junto das mulheres e proprietários de lugares de prostituição<sup>4</sup>. Sem a sua colaboração e apoio, muitas vezes desinteressado, teria sido extremamente oneroso aceder ao contacto profundo e prolongado com as mulheres, sobretudo quando, como acima sublinhámos, nas áreas geográficas de incidência do estudo não existem estruturas organizacionais de apoio e enquadramento dos problemas das mulheres que exercem a prostituição e, menos ainda, de movimentos associativos de defesa dos interesses e das lutas das trabalhadoras sexuais<sup>5</sup>. Desta forma foi-se abrindo o caminho para o aprofundamento da observação e da recolha de dados, nomeadamente através da realização de entrevistas aprofundadas de exploração de histórias de vida e de aplicação de inquéritos a mulheres prestadoras de serviços de sexo mercantil.

Para se proceder à inventariação dos espaços de prostituição abrangida, os chamados clubes, diversos membros das equipas efectuaram um número avultado de saídas nocturnas com o intuito de os identificar e observar. De forma a organizar o nosso olhar e a facilitar a sistematização posterior das observações no terreno, nomeadamente para tratamento estatístico, elaborou-se uma ficha de identificação de locais de prostituição, quer de rua/estrada, quer de clubes. Através do seu preenchimento, cada local ficaria devidamente identificado, reunindo-se ainda alguns elementos de natureza socio geográfica relacionados com o tipo de inscrição no território (urbano ou rural, zona habitacional, de indústria ou serviços) e rodoviária (eixo rodoviário principal mais próximo). Com os dados recolhidos foi possível proceder ao mapeamento dos locais, a partir do qual foi possível uma maior aproximação aos processos de circulação de pessoas, nomeadamente pelas principais estradas que ligam Portugal a Espanha.

Concluída esta inventariação, passou-se para a fase de registo de observações relativas a processos e dinâmicas dos locais de prostituição. Para tal elaborou-se uma grelha muito detalhada, incluindo aspectos tão diversos como quantidade e tipo de automóveis estacionados, número de clientes no espaço público, formas de interacção destes com as trabalhadoras sexuais, etnias e idade mais frequentes. Esta tarefa foi repetida posteriormente, de forma a facilitar uma melhor aferição das principais dinâmicas neste meio, em especial no que diz respeito às mulheres. É de salientar que, ao longo dos três anos de duração do

(4) Note-se que em alguns casos a «ajuda» dos mediadores foi contraproducente. Por razões muito variáveis, nas quais se incluem a suspeita à polícia, algumas trabalhadoras sexuais recusaram os efeitos dos contactos com os membros das equipas de investigação, recusando mesmo o diálogo ou qualquer outra forma de interacção.

(5) Para o papel desempenhado na acomodação dos investigadores ao terreno pelos movimentos associativos de defesa e apoio aos homens e mulheres que vivem do sexo mercantil, cf. Deschamps (2003).

trabalho de campo, diversos membros da equipa de investigação efectuaram visitas regulares a diversos clubes, com o intuito de manter contactos regulares com os principais actores, desenvolver outros e actualizar as suas observações sobre as principais dinâmicas, nomeadamente as relativas ao movimento de clientes e de trabalhadoras sexuais.

A experiência de campo vivida em Verín foi muito interessante. Começámos pelo Gozo Infinito. Parecendo um castelo fortificado, ao abrigo de qualquer penetração indesejada, foram muitos os minutos consumidos até que alguém aparecesse. Procurávamos a P. Uma colega de trabalho disse-nos que ela não estava. Percebemos que não íamos mais longe. Passámos ao Luxo Asiático. Aí perguntámos pelas duas brasileiras «protegidas» pelo D. Acabámos por chegar ao diálogo com elas sem quaisquer resultados positivos em termos de entrevista ou inquérito. Recusaram qualquer encontro connosco. A nossa presença suscitou o interesse de algumas que, entre a desconfiança e a curiosidade, optaram por esta. Percebemos que a nossa relação com os vários actores sociais intervenientes pode dar lugar a interpretações desfavoráveis ao bom andamento da investigação. Por exemplo, a meio das «negociações» tivemos oportunidade de falar com o patrão e o seu adjunto. Esta relação, ao mesmo tempo que facilita o acesso, fecha a relação com as prostitutas devido à conflitualidade que nesta altura parece existir entre elas e o proprietário do clube, nomeadamente por razões de má alimentação e falta de aquecimento nos quartos. Aos seus olhos surgimos numa posição de forte ambiguidade: Quem são eles, afinal? Jornalistas ou agentes infiltrados do patrão? O sucesso do contacto acabou por se dever, certamente, à explicitação clara e inequívoca das razões do nosso trabalho e do desinteresse – uma espécie de choque sexual – em relação aos seus serviços. A conversa foi feita de pequenos piropos, em jeito de desafio, com elas a solicitar dinheiro, nós a argumentar com a nossa posição de estudantes/investigadores, altamente desqualificados em termos económicos. Para tal contámos com o «auxílio» manifesto do nosso ultrapassado Citroën AX, distinção forte da nossa fraca capacidade económica (Verín, 27/3/2002).

Nesta fase foi também tentada e nalguns poucos casos conseguida a realização de entrevistas com os próprios empresários dos clubes.

Para além dos espaços de trabalho – os clubes – os investigadores foram também paulatinamente tentando aceder aos locais de habitação das mulheres, sempre e quando estes se situavam fora dos próprios clubes. Em regra, a sinalização das residências – apartamentos e moradias – procedia da informação de terceiros – clientes, vizinhos e outros. Sempre que tal aconteceu, os elementos das equipas no terreno assumiram a iniciativa e a ousadia de ir directamente a tais locais, identificar-se como investigadores e solicitar directamente a colaboração das residentes. Esta *démarche* quase sempre resultou, tendo sido possível inquirir algumas mulheres. O acesso às residências fez-se algumas vezes por permissão directa dos próprios donos de clubes, quando estes eram também os donos dos espaços de residência, e, mais frequentemente, a convite das próprias mulheres, quer quando os apartamentos eram alugados por elas mesmas, quer quando instaladas em habitações cedidas pelos «patrões» dos clubes aonde trabalhavam. Os contactos estabelecidos em espaços residenciais revelaram-se muito frutuozos, dada a natureza do ambiente em

que decorreram, naturalmente propiciador de abordagens mais personalizadas, mais centradas nas pessoas do que na actividade, de atitudes e posturas mais descontraídas e mais espontâneas. As visitas aos locais de residência permitiam, para além da inquirição formal e da abundante informação recolhida por via das conversas informais, a observação de uma multiplicidade de aspectos, nomeadamente os relativos a: (i) tipo e qualidade da habitação; (ii) formas de apropriação individual e colectiva do espaço habitacional; (iii) composição, organização e funcionamento dos colectivos neles instalados, (iv) variação temporal na composição dos grupos; (v) fontes, formas e sentidos da conflitualidade e da cooperação e solidariedade entre coabitantes do mesmo espaço; (vi) conteúdos e formatos do viver quotidiano não laboral das mulheres.

Quase sempre repetidas ao longo do tempo, as visitas aos locais de residência acabaram, em muitos casos, por revestir um carácter de «visita de amigos», em que algumas vezes, para além da informação, se partilharam, a convite das visitadas, as refeições, em especial em dias de ementas mais autóctones. Franqueado o acesso, estabelecidas relações sociais significativas com os actores sociais que actuam no meio prostitucional, as dificuldades continuaram sempre presentes. Agora havia que tentar decifrar as meias palavras, a informação fragmentada, as permanentes dúvidas e incertezas sobre a fiabilidade das nossas observações, principalmente quando verificámos o modo exacerbado como os actores sociais manipulam as suas «fachadas», a apresentação do eu na vida quotidiana, conforme o sentido dado por Goffman (1993). Entre os aspectos mais manipulados temos a idade, quase sempre diminuída, e a posição social dos pais e irmãs, com alguma frequência sujeita a requalificação. Por outro lado, como sempre acontece no trabalho de campo com imersão prolongada no contexto social observado, aquele que observa é colocado sob vigiância pelos observados.

Estamos permanentemente sob observação. Qualquer passo, qualquer sítio onde vamos surge sempre alguém que nos observa. Julgamos que ninguém nos controla, pura ilusão. Como acontece noutros contextos, os observadores são observados por aqueles que pretendem observar. Para conseguir a integração foi fundamental a boa mediação de informantes-chave, com contactos e o enorme capital relacional que mobilizaram para influenciar as prostitutas a colaborar. Esta mediação foi fundamental. Ir a um clube na companhia do D. é uma experiência muito interessante. Ao contrário do que acontece quando vamos sozinhos, elas não se aproximam, a não ser que o D. as chame. Este, afirmando-se um protector das mulheres, mantém com elas uma relação de grande cordialidade. Praticamente conhece-as todas. Com alguma fez a nossa apresentação, incentivando-as a participar na nossa pesquisa. O principal obstáculo é o medo da polícia, a possível deportação que significa a ruína de todos os seus projectos de vida. Mais uma vez, como habitualmente, os nossos passos são alvo da curiosidade de alguns elementos ligados à noite. Vendo-nos a rondar a zona do Luxo Asiático/Gozo Infinito, o taxista do Mercedes, conhecido por ser um dos principais informadores dos donos dos clubes, tratou de sinalizar a nossa presença ao A. do Luxo Asiático, certamente informando-o do que estávamos a fazer com as prostitutas (Verín, 27/3/2002).

Nesta relação complexa e ambígua confrontámo-nos com as diferentes expectativas dos actores sociais envolvidos, em especial as trabalhadoras sexuais. Enquanto que alguns, sobretudo proprietários de clubes e mulheres mais esclarecidas perguntavam se o nosso trabalho tinha a ver com a legalização da prostituição, outros olhavam para nós com enorme desconfiança, muitas vezes confundindo-nos com polícias ou agentes ao serviço das forças policiais. Em regra, a colaboração nunca era desinteressada: todos tentavam tirar alguma coisa, um benefício, muitas vezes sob a forma de uma «copa» no bordel ou, inclusive, um auxílio num processo de legalização. Com os membros masculinos da equipa algumas trabalhadoras sexuais chegaram a alimentar, de forma muito subtil, eventuais perspectivas de relação amorosa e sexual não mercantil, repetindo uma estratégia muito comum neste meio. Mais frequentemente, os investigadores do sexo masculino confrontaram-se com os «convites», ora implícitos, não raro explícitos, para a prática de relações sexuais no clube e até fora dele, neste último caso, já numa base não directamente mercantil. Invertendo as posições, os próprios membros femininos das equipas viram-se enredados nesta teia de sugestões para a prática de sexo. Como propôs, numa sugestão oral acompanhada de gestos elucidativos, um empresário a três elementos masculinos de uma das equipas, ele estava totalmente disponível para explicar, num dos quartos do bordel, a um elemento feminino tudo o que pretendéssemos conhecer sobre prostituição.

Foi uma delícia ouvir um homem [colombiano, pequeno comerciante de bebidas e produtor de origem latino-americana] que nada sabe, do ponto de vista teórico, da observação participante, fazer a defesa vigorosa desta técnica como a melhor estratégia de investigação para a prostituição. Foi ao ponto de sugerir a *cover-research*, numa atitude que ilustra bem a ideia política de muitos sobre o nosso trabalho. Porém, não deixa de ter alguma pertinência os seus reparos acerca da necessidade de um maior envolvimento «participante» no contexto social, explorando diversas possibilidades, quer do lado do trabalho como *barman* ou «segurança», quer do lado da trabalhadora sexual. Por motivos variados, incluindo os metodológicos, não se avançou para soluções mais «agressivas» de observação participante. Caso o tivéssemos feito, provavelmente algumas das dúvidas suscitadas pela conversa do colombiano não teriam ocorrido. De facto, ao longo da conversa insisti muito na importância das redes de angariação e controlo das trabalhadoras sexuais, deixando-nos algo receosos. Será que ao fim de tantos meses de trabalho não estamos a ver nada? Talvez não. Temos já demasiada informação obtida pelos membros da equipa em diferentes contextos e momentos que nos permitem pensar, com razoável segurança, que as redes mafiosas não têm um lugar predominante na prostituição que temos observado. Se é certo, conforme já tivemos a oportunidade de o constatar que elas estão, por vezes, presentes na contratação e no envio das prostitutas para Espanha, o seu papel esgota-se, em regra, assim que a dívida é liquidada pela destinatária (Verín, 26/3/2002).

Apesar das lacunas e das dificuldades vividas, a observação directa do meio prostitucional revelou-se, sem prejuízo para o papel desempenhado pela inquirição por entrevista e por questionário, como um dos principais recursos metodológicos da equipa de investigação para aceder a uma compreensão não mutilada da densa teia de relações sociais e das razões que movem os actores sociais no meio prostitucional. Como argumenta Gil (2003:

111), ela facilita a descrição do meio prostitucional como um mosaico complexo de pessoas, com modos de olhar e práticas muito descoincidentes. Por outro lado, acabáramos por constatar, na esteira de Zonabend (1989), que aspectos tão importantes dos indivíduos e das vidas quotidianas, como as emoções, as paixões e as preferências mais íntimas escapam, quase que fatalmente, ao questionário rigorosamente planeado e meticulosamente aplicado, expressão superior da observação dita objectiva.

De igual modo, a activação e potenciação das relações sociais de investigação (Caria, 1999) junto dos clientes, à semelhança do que aconteceu com as trabalhadoras sexuais, foi um trabalho particularmente delicado e moroso, como facilmente se poderá constatar na generalidade dos trabalhos de pesquisa realizados sobre o fenómeno da prostituição (McLeod, 1982; Faugier, Hayes & Butterworth, 1992; Day, Ward & Perrotta, 1993; McKeganey 1994; McKeganey & Barnard, 1996; Campbell, 1998).

No decurso da nossa investigação, as dificuldades epistemo-metodológicas foram particularmente significativas não apenas no acesso aos informantes, algo que já esperávamos, como também na criação junto deles de disponibilidade e à-vontade suficientes para nos falarem abertamente de aspectos, directa ou indirectamente, relacionados com a sexualidade que o costume e a norma estabelecem como sendo muito pessoal e íntima. Os principais obstáculos que se nos colocaram numa fase mais inicial de (tentativa de) estabelecimento dos primeiros contactos junto dos clientes decorreram, sobretudo, (f) da desconfiança com que era encarado o nosso propósito de estudar a prostituição, quando eles próprios raramente se viam como parte integrante e central do fenómeno, e tenuemente vislumbravam a possibilidade de poderem constituir objecto de investigação (Hart, 1998) e (ii) do receio de que o nosso trabalho pudesse, de algum modo, implicar a revelação da sua identidade, o que, a acontecer, lhes poderia trazer graves consequências pessoais e familiares.

Para ultrapassarmos estes obstáculos, socorremo-nos de um procedimento de acesso (inter)mediado aos potenciais informantes, através de terceiras pessoas que integravam as suas redes de relações sociais mais imediatas. Deste modo, com alguém a fazer a «ponte», a introduzir-nos no meio, conseguimos conhecer e conquistar a confiança de alguns informantes e ultrapassar a (habitual) síndrome inicial de desadaptação (Hammersley e Atkinson, 1983). Através dos próprios informantes a que inicialmente acedemos foi possível, num efeito também aqui de «bola de neve» (Downes e Rock, 1982), expandir de forma gradual e consistente, ainda que lentamente, a nossa teia de relações sociais de investigação. Simultaneamente, fomo-nos apercebendo que as resistências e desconfianças iniciais se tornavam cada vez mais ténues, sinal de que a inserção social no contexto de estudo – condição essencial para se realizar um bom trabalho de campo – estava a ser conseguida. Nalguns casos, sobretudo junto daqueles clientes que acompanhávamos mais regularmente, poder-se-á mesmo dizer que passámos de estranhos a (quase) pares, ao ponto de muitos deles, esquecendo-se do principal propósito da nossa presença, se comportarem connosco como se fossemos apenas e só clientes. Era bastante frequente, por exemplo, questionarem, admirados, o facto de não *subirmos* com nenhuma mulher e nos dirigirem, por vezes, alguns comentários jocosos sobre a nossa alegada falta de virilidade. Esta pro-



ximidade e aceitação, como facilmente se depreende, foi indiscutivelmente facilitada pela homologia de género em relação aos elementos da equipa de pesquisa (todos eles homens) que, no terreno, trabalharam mais directamente sobre a vertente da procura da prostituição. Com efeito, tal como aconteceu na relação entre os elementos femininos da equipa e as mulheres substitutas, de que já demos conta, também na abordagem dos clientes o género foi uma variável altamente relevante.

Durante o período que decorreu entre a ida para o terreno e a aceitação (variável) junto dos vários grupos de clientes que fomos acompanhando, decidimos não fazer qualquer tipo de inquirição mais formal e sistematizada, por acharmos que o conhecimento sobre o objecto de estudo em causa e a empatia criada com os actores sociais ainda não eram suficientes para uma realização bem sucedida de entrevistas em profundidade. A este propósito, Burgess (2001: 113-114) destaca que

«[...] um conhecimento pormenorizado da situação é essencial antes que as questões possam ser formuladas e antes que as pessoas estejam preparadas para dar informações acerca do seu modo de vida. [...] é vital desenvolver um clima de confiança entre aqueles com quem as entrevistas se realizam».

Embora não utilizando nesta fase inicial instrumentos formais de pesquisa, o trabalho de campo não deixou, todavia, de se revelar bastante proveitoso na recolha de elementos empíricos. A postura metodológica etnográfica que adoptámos<sup>6</sup>, sustentada por um procedimento de observação participante que implica uma imersão (relativa)<sup>7</sup> do investigador no contexto em estudo, possibilitou-nos, praticamente desde o primeiro dia, o acesso a uma grande quantidade e diversidade de informações, que, no final de cada ida ao terreno, eram registadas, sob o formato de narrativa, num diário de campo.

#### As entrevistas

Em paralelo, à medida que se ia removendo as barreiras de desconfiança que dificultavam o contacto com as mulheres e outros actores a inquirir, deu-se início à realização de entrevistas, nomeadamente de exploração de narrativas de vida, tendo em vista a perscrutação das razões para a entrada neste meio social e, mais largamente, dos seus trajectos de vida, quer pré, quer durante o exercício da prostituição. Apesar da atenção e dos esforços colocados pelas equipas de investigação, apenas se conseguiram efectuar 25 histórias de

(6) Não é muito comum a utilização da metodologia etnográfica nos estudos sobre a prostituição, o que é estranho, se tivermos em consideração, como nota Hart (1998: 46), as suas inúmeras virtualidades na pesquisa sobre fenómenos sociais estigmatizados, bem como a sua eficácia na abordagem de temáticas no domínio da sexualidade (Bolton 1992, Schwarzenbach 1998). Os trabalhos de Arnold (1977), Ennew (1986), Nelson (1987) e Hart (1998) constituem algumas das poucas excepções.

(7) Alguns autores defendem mesmo uma imersão social completa do investigador, como é o caso de Hammerley e Atkinson (1989: 94): «[...] not simply 'passing' as a member but actually becoming a member».

vida. Ainda que os testemunhos tenham sido algo desiguais, eles forneceram informação muito aprofundada sobre as motivações e trajectos pessoais dos actores sociais inquiridos.

Tratou-se, provavelmente, da maior dificuldade encontrada durante o trabalho de campo. Contexto social fortemente estigmatizado, marcado não só pela incorporação dos principais estigmas na cabeça das trabalhadoras sexuais como por situações de forte marginalidade impostas em grande medida por força do direito que, mormente em Portugal, impede que as mulheres estrangeiras que praticam a actividade prostitucional se legalizem, as equipas que trabalharam no terreno tiveram de remover inúmeros obstáculos, incluindo os de natureza monetária. Num contexto marcado pelo predomínio extremo da troca mercantil, deparámo-nos amiúde com a exigência da cobrança de dinheiro em troca da participação na investigação, situação que não se restringiu apenas às trabalhadoras sexuais. De facto, em pelo menos um caso, um empresário exigiu uma retribuição monetária para falar: «*Tragam bilhetes que eu falo*».

Para contornar estas dificuldades, foi colocada em prática, de uma forma sistemática, uma estratégia de aproximação suave e progressiva, feita de pequenos avanços exploratórios e do estabelecimento de relações de confiança, mas também de fracassos estrondosos – contactos laboriosamente tecidos que acabaram por não ter continuidade, entrevistas e inquéritos nunca concluídos – que permitiram, pouco a pouco, chegar ao contacto profundo e empático com as trabalhadoras sexuais<sup>8</sup>.

Concluído o almoço, rumámos ao Patagônia. Eu transportei uma delas na moto, o que de imediato suscitou o interesse das outras, obrigando-me a assumir o compromisso de também as levar a dar uma volta. O D. emprestou um capacete *old fashion* e lá fomos. O futebol, o almoço e a moto funcionaram como elementos facilitadores da nossa imersão. Ao contrário do que é habitual, não levantaram quaisquer problemas ao uso da máquina fotográfica. No Patagônia, um bar onde se reúnem muitas das brasileiras, com algumas dominicanas, colombianas e outras pelo meio, a nossa imersão aprofundou-se, o que nos facilitou a obtenção de mais algumas fotos e o convívio com elas. Mas não só, também com o empregado português do Gozo *Infinito*, que se disponibilizou a conversar conosco, pudemos explorar este processo de interacção empática. Pudemos ainda verificar que se trata de um espaço muito aberto, de encontro de trabalhadoras sexuais, namorados e clientes, onde se ouve música, dança-se, bebe-se, conversa-se e joga-se bilhar (Verin, 26/6/2002).

(8) A empatia caracteriza um relacionamento humano afectivo e socialmente significativo, que supera largamente a mera transferência de informação ou saber (Martinelli, 2000: 53 ss). Em consonância com a origem etimológica para os gregos *empathia* significava afectado, comovido, apaixonado, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente ligada ao *pathos* – estado agitado de alma – possuía para eles, tal como nós também o entendemos hoje, um sentido mais forte do que o vocábulo simpatia. No século XIX os alemães reintroduziram-na no pensamento ocidental: a *Einfühlung* foi traduzida pelos ingleses por *empathy*, tendo dado origem à palavra francesa *empathie*. Desenvolvendo-se no interior do romantismo alemão, a empatia é para os alemães a possibilidade de sentir os batimentos do coração do povo, algo mais profundo do que se introduzir na «pele» do povo (Martinelli, 2000: 72-76).

Por vezes surpreendíamos-nos com a aparente rapidez com que estabelecíamos relações de certa cumplicidade, empáticas mesmo. Tal foi possível porque a postura adoptada pelos investigadores provocou como que um choque cultural nas inquiridas. Quer dizer, habituadas a sofrer as investidas grosseiras e machistas dos homens que, tal como elas, incorporam não só os estigmas como também as lógicas que lhes impõem um conjunto assaz formatado de práticas relacionais com as trabalhadoras sexuais, foi com uma certa incredulidade que muitas perceberam que nós não estávamos interessados nos seus serviços sexuais, mas antes em estabelecer um relacionamento social que deixava de fora o sexo. Foi o caso da R., da A. e da F., todas do *Luxo Asiático*. Ao fim de pouco tempo, conversávamos com elas como se já as conhecessemos desde longa data. Este relacionamento humano significativo, marcado por cumplicidades e conversas sobre projectos de vida, que nos transformaram de estranhos em amigos e confidentes, marcou profundamente o nosso olhar sobre este meio e as suas protagonistas, res-taurando nelas, aos nossos olhos, a dignidade humana que lhes havia sido retirada pela «ordem das coisas». Apesar da sexualidade à «flor da pele», chegámos ao ponto de ouvir uma mulher dizer que «*agora já não seria capaz de 'subir' convosco*» (Xinzo de Limia, 26/7/2002).

Como veremos mais à frente, foi este trabalho, nunca acabado, que permitiu aceder durante as entrevistas a dimensões de trajectos de vida e de expectativas das trabalhadoras sexuais muitas vezes mal ou nada conhecidas. Tratou-se de explorar um procedimento metodológico muito conhecido e corrente, o das histórias de vida ou, com maior rigor, as narrativas de vida<sup>9</sup>. Como é sabido, as histórias de vida estão associadas a uma «lógica inconsciente da memória colectiva [...] querem fazer falar os 'povos do silêncio' através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês bambara ou ao pastor peul» (Poirier *et al.*, 1995: 9-10). Como mostra M. Ribeiro (1995), assumem um lugar fundamental no escrutínio da vida dos inquiridos através da exploração das suas memórias. Para o contexto prostitucional, as potencialidades heurísticas deste procedimento metodológico têm sido largamente reconhecidas:

«[...] los relatos de vida de prostitutas son una excelente fuente tanto para desmontar, cuestionar y relativizar, según los casos, esas imágenes estereotipadas y denigrantes; como, además, para adquirir una comprensión más compleja y desprejuiciada sobre el mundo de la prostitución» (Ruiz, 2002).

Em termos metodológicos, a experiência de terreno tornou patente que uma história de vida pode produzir mais informação e com superior coerência do que numerosas res-

(9) A expressão *história de vida* é utilizada de uma forma generalizada na escrita em língua portuguesa nas ciências sociais. Porém, é muito pertinente a subtil distinção que Bertaux (1997: 6 e 32-34) estabelece entre a «história de vida» e a «narrativa (*récit*) de vida». Segundo ele, esta última expressão é mais adequada, uma vez que se refere precisamente à narrativa que um determinado actor social pode fazer, quando inquirido por um investigador, da sua história de vida nesse momento da sua existência.

postas a um questionário pré-estabelecido, como já Zonabend (1989) havia notado, num texto de defesa intransigente das metodologias qualitativas de investigação.

As entrevistas foram efectuadas nos mais diversos lugares e momentos, de acordo com a disponibilidade das inquiridas. Também aqui as dificuldades a remover foram inúmeras. Uma das mais importantes foi a da marcação da data e hora da sua realização. Recorrentemente agendaram-se encontros, muitas vezes com o apoio solícito de mediadores com capital simbólico no meio, que acabaram por se gorar. Se tal punha à prova a nossa paciência, estas ausências mostravam como a nossa presença estava permanentemente colocada sob o escrutínio da dúvida e da suspeita.

Estivemos durante a tarde no Comité Anti-Sida. Não apareceu nenhuma prostituta. Seguimos depois para vários clubes. Em todos eles o movimento é muito reduzido. A receptividade às nossas solicitações é razoável – o que não quer dizer que tal se concretize em entrevistas – em boa medida devido ao prestígio do Comité junto das mulheres. Todas elas se disponibilizaram a aparecer no Comité no dia seguinte. Como constatámos, nenhuma apareceu (Zamora, 16/1/2003).

Por outro lado, é de sublinhar os casos, apenas três, de mulheres que se disponibilizam a encontrar-se conosco no nosso gabinete da Universidade, para aí se proceder à realização do corpo central de uma longa entrevista em profundidade, recolhida por gravação áudio. Esta ida, por iniciativa e meios próprios, às nossas instalações, o contacto, mesmo fugaz, com várias pessoas de um meio diferente, o acolhimento que lhes dispensámos, levaram a que todas elas considerassem esta experiência como muito gratificante. Aliás, uma delas acabou repetindo a visita uma ou duas vezes mais, apenas e só para nos saudar e dar conta dos desenvolvimentos da sua vida. A este respeito vale a pena transcrever o comentário de uma das entrevistadas, que no fecho da entrevista acabou dizendo:

«*Vou dizer uma coisa pra você. Antes de vir para aqui, eu consultei meu signo para esta semana e lá falava assim: "uma pesquisa vai-te render mais do que uma espera". E não é que rendeu! Pela primeira vez, desde que cheguei aqui, eu me senti verdadeiramente como gente, tratada como gente. Como o signo falou, esta sua pesquisa rendeu para mim um conforto grande, talvez mesmo uma amizade, quem sabe? Valeu!*» (b25).

As respostas em entrevistas para (re)construção das histórias de vida representam inevitavelmente exercícios e momentos de reflexão sobre o vivido, o que algumas mulheres sublinharam como muito positivo, pela oportunidade que tiveram de, de forma sistemática e aprofundada, «olharem» para si mesmas e (re)laborarem o sentido e os significados dos trajectos que vêm dando forma às suas vidas.

Tratando-se de uma prática em que o género do inquiridor influencia de forma relevante as respostas e a postura geral da entrevistada, procurou-se que elas fossem realizadas por investigadores de ambos os sexos. Este factor não é, de modo algum, secundário. Como já foi dito, a todos os que participaram no trabalho de campo ficou claro que as tra-



balhadoras sexuais eram muito sensíveis ao sexo dos actores sociais inquiridores. De facto, num contexto em que o sexo está como que «à flor da pele», em que o homem é inevitavelmente visto como um potencial cliente ou, mais raramente, parceiro sexual – com tudo o que implica para a trabalhadora sexual em termos de projectos de vida, incluindo a saída da prostituição –, o tipo de diálogo e de confidências trocadas teriam fatalmente de variar com o género do inquiridor, mesmo nas situações em que conseguiu franquear as portas da empatia. Como declarou a dois membros da equipa do sexo masculino, de forma enfática, uma trabalhadora sexual quando da continuação de uma entrevista iniciada por uma colega, nada nos iria dizer sobre aquilo que considerava como mais íntimo. Não só já o havia revelado àquela colega, como sentia algum constrangimento em fazê-lo pelo facto de sermos homens. Invertendo os papéis, é provável admitir que muitas conversas, por exemplo as relacionadas com as preferências e práticas sexuais com os clientes, foram melhor abordadas e discutidas com os membros masculinos da equipa de investigação.

Foi com a inquirição, mais em particular com as entrevistas em profundidade, facilitadas muitas vezes pelas relações de empatia estabelecidas, que se explorou na plenitude a estratégia metodológica proposta e seguida por Bourdieu em *A miséria do mundo*: colocar o investigador, em pensamento, no lugar do inquirido, de forma a permitir àquele aceder a

«uma compreensão genérica e genética do que ele [observado] é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto; domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajectória particulares no espaço social» (Bourdieu, 1999: 700).

A inquirição formal constitui-se, em suma, num instrumento de investigação fundamental para permitir ao investigador colocar em prática os mecanismos que permitem aceder à compreensão do outro, substituindo o julgamento e o olhar reprovador, amiúde presente, por uma abertura reflexiva às lógicas e razões que explicam os comportamentos dos observados. Mas não só, como acima já foi afluído, foi em boa medida pela entrevista que o investigador colocou sob escrutínio as suas ideias mais inquestionadas sobre este meio social e os seus protagonistas, as trabalhadoras sexuais. Uns e outros, homens e mulheres, acabámos por evacuar alguns dos preconceitos que perturbavam a nossa capacidade de olhar para este meio social e sobretudo para as trabalhadoras sexuais vendo-as como quaisquer outras mulheres, capazes de desempenhar outros papéis sociais correntes como companheiras, esposas ou mães.

Relativamente aos clientes, depois de assegurada a ambientação, a integração social e um conhecimento mais detalhado do contexto de estudo, julgámos então estarem reunidas as condições de base para se iniciar a realização de entrevistas semidirigidas a alguns destes clientes-informantes participantes, segundo a tipologia dos informantes proposta por Schwarzenbach (1998), com quem estabelecemos uma relação privilegiada. A escolha da entrevista semidirigida enquanto técnica complementar da observação participante, em

detrimento de outras técnicas padronizadas e de feição mais quantitativa, como é o caso do inquérito por questionário, ficou a dever-se, essencialmente, às dimensões de análise que procurávamos explorar junto dos clientes, de entre as quais destacamos, a título de exemplo, o sentido que conferem aos seus comportamentos nos processos (inter)subjectivos de construção da identidade de género e as razões (geralmente veiculadas de forma meramente implícita) que estão por detrás da procura do sexo comercial. Trata-se de dimensões de análise para as quais a entrevista semidirigida, atendendo ao seu elevado potencial heurístico, está particularmente vocacionada.

Tendo em conta que o critério da representatividade não se coloca de forma tão taxativa como acontece com o inquérito, não definimos *a priori* o número de entrevistas que iria ser efectuado. Procurámos sim, desde logo, abranger um leque de clientes diversificado, em função de variáveis estruturantes como a idade, o estado civil, o grau de escolaridade e o estatuto socioeconómico, de forma a evitar-se um reducionismo epistemológico e um viés analítico no processo de pesquisa empírica. Julgámos suficiente o número de 15 entrevistas, uma vez que nos apercebemos de uma certa recorrência/saturação das informações a que fomos acedendo. Destas 15 entrevistas, duas delas foram feitas em grupo: num caso a dois clientes, noutra a três. No decurso das entrevistas, pese embora termos agendado previamente um conjunto de tópicos a explorar, com uma determinada sequência que nos parecia lógica, foi dado sempre grande espaço para os entrevistados desenvolverem o seu discurso, ainda que isso tenha implicado, em diversas ocasiões, a «subversão» da ordem do guião que havíamos esboçado. Procurámos, na medida do possível, intervir pouco, formular perguntas concisas, com um alcance facilmente perceptível e com uma linguagem que fosse familiar aos entrevistados.

Em algumas entrevistas individuais, os nossos interlocutores manifestaram algum nervosismo e uma certa inibição, situação para a qual muito terá contribuído o facto de terem de expor aspectos da sua intimidade, mormente aqueles mais relacionados com a sexualidade e a presença sempre incómoda do gravador. Em sentido oposto, nas entrevistas de grupo apercebemo-nos que os entrevistados estavam mais à vontade para falar e discutir entre si os vários assuntos que iam sendo lançados para debate. A dinâmica e a motivação geradas foi de tal ordem que, por vezes, quase que se esqueciam da presença do entrevistador e eles próprios se interpelavam entre si. A entrevista de grupo, como nota Burgess (2001: 129), «[...] dá-nos uma oportunidade para que tenha lugar um diálogo entre os participantes, tornando possível [...] examinar as relações entre os participantes e as perspectivas que têm».

Perante algumas das informações, em particular das directamente relacionadas com os aspectos mais íntimos da sexualidade que nos iam sendo reveladas pelos informantes entrevistados, adoptámos sempre uma atitude de reserva, pois as informações que os actores sociais prestam sobre a sua vida sexual são, frequentemente, manipuladas e enviesadas, estando, por isso, peçadas de mentiras e/ou encobrimentos sobre aquilo que fazem ou pensam. Assim, tivemos a preocupação, sempre que se proporcionava, de fazer, sub-repticiamente, algumas perguntas de controlo/afirmação da veracidade daquilo que nos ia sendo revelado no decurso da conversa, bem como tentar assegurar o cruzamento de informações junto

de outros clientes e das próprias prostitutas, salvaguardando sempre o anonimato dos entrevistados. O cruzamento de informações, sobretudo junto das mulheres que exercem a prostituição, conhecedoras da intimidade (quanto mais não seja a sexual) dos seus clientes, revelou-se fundamental enquanto estratégia metodológica que nos permitiu, em muitas circunstâncias, depurar e apurar os factos e interpretar o sentido da mentira ou da ocultação.

#### Os orçamentos-tempo

Durante o trabalho de campo foi também solicitado a algumas trabalhadoras sexuais o preenchimento de fichas de «orçamentos-tempo», para registo das suas actividades diárias. Como a sua própria designação sugere, os «orçamentos-tempo» visam apurar o uso que as pessoas fazem do tempo. Corroborando, em traços largos, a registos da distribuição do tempo dos indivíduos, por tarefas e actividades, e da duração do tempo gasto em cada uma delas (Cain, 1977). Nem sempre bem sucedido, por razões muito diversas — desinteresse, baixo capital social, abandono inopinado do local de trabalho e de residência, carácter gratuito da tarefa —, os elementos obtidos contribuíram, mesmo assim, para uma melhor visualização e compreensão dos quotidianos de trabalho e de lazer das trabalhadoras sexuais, mostrando as regularidades e diferenças, nomeadamente entre os dias de semana e os dias de fim-de-semana.

#### O inquérito por questionário

Composto por 165 questões organizadas em 15 grupos, o questionário procurava inquirir as trabalhadoras sexuais acerca das mais variadas dimensões dos seus trajectos e quotidianos de vida. Para o efeito, as questões abordavam aspectos como a infância e a adolescência, o percurso escolar, a iniciação sexual, o matrimónio, a maternidade, o trajecto profissional, incluindo a prostituição, a prestação de serviços sexuais e o relacionamento com os clientes, a saúde, as práticas religiosas e opções políticas, assim como as expectativas e projectos de vida.

Deu-se especial relevância aos seguintes itens (i) o local de trabalho: urbano central, (semi)urbano-periférico, rural; (ii) a composição, a posição e a situação da família de origem e eventuais conflitos intrafamiliares; (iii) a situação socioeconómica e jurídica da actual família de pertença designadamente do marido/companheiro ou (ex)amante e dos menores, se os houver; (iv) a idade, a profissão e os rendimentos da entrevistada, dos filhos e eventuais familiares co-residentes; (v) as relações e percepções das entrevistadas com os clientes, (para)médicos, assistentes sociais, polícia e, eventualmente, patrões; (vi) os transgimentos, os antecedentes e motivações do início da sua condição de prostitutas; (vii) o grau de escolaridade da entrevistada e dos seus familiares directos nomeadamente os ascendentes; (viii) condições habitacionais, rendimentos, poupanças e investimentos; (ix) suas opções políticas e religiosas e atitudes face à prostituição; (x) o modo do exercício e local da profissão. A aplicação do inquérito não decorreu de forma mecânica, pelo contrá-

rio, ela foi aproveitada para, sempre que possível, recolher toda a informação adicional, pertinente para a pesquisa, que o decorrer da inquirição trouxesse ao de cima. Por isso, as anotações e registos paralelos — de conversas, de narrativas, de comentários das respondentes e de observações feitas na hora pelos inquiridores — chegaram, em muitos casos, a superar em termos de relevância as respostas às questões colocadas no guião.

Com base nestes elementos apurados por inquirição formal e complementados pelos outros dados obtidos na pesquisa no terreno foi possível, nomeadamente, destilar uma caracterização das trabalhadoras sexuais de acordo com certos critérios: origem geográfica, remunerações, formas de maior ou menor dependência no exercício da actividade, idade e níveis de formação escolar, condições de trabalho e escalas de rendimento, tipo de clientes, normas e valores.

A realização do longo inquérito exigiu dos inquiridores um porfioso trabalho de convencimento das potenciais inquiridas que, ora alegando falta de tempo, ora temendo consequências nefastas, apesar da confidencialidade das respostas por nós assegurada, se eximiam muitas vezes a colaborar. Concorrendo para a complexificação da tarefa de preenchimento, durante a aplicação do questionário os inquiridores anotaram afirmações, observações e outros elementos por eles considerados úteis, facto que concorreu para tornar ainda mais demorada a sua execução. Não obstante estes constrangimentos, foi possível aplicar 200 inquéritos. O tratamento estatístico da informação registada permitiu organizar uma enorme quantidade de dados que contribuíram para um conhecimento mais preciso do meio prostitucional nas áreas abrangidas pelo estudo<sup>10</sup>.

Ainda que importante, tendo produzido dados muito significativos que permitiram através do tratamento estatístico a sistematização de muitos elementos caracterizadores das trabalhadoras sexuais, o inquérito por questionário nunca foi elevado à condição de instrumento metodológico primordial. De facto, rejeitando as abordagens de tipo «fetichista», tão próprias das sociologias positivistas que acreditam que a única forma de conhecer a realidade social é através da aplicação rigorosa de métodos e técnicas que permitam aceder a conhecimento organizado numa base estritamente quantitativa, o inquérito por questionário foi visto como mais um instrumento, aliás utilizado de forma crítica. Se possibilitou retirar e sistematizar dados de modo a caracterizar a amostra e retirar algumas ilações, reconhecem-se também os seus limites — por exemplo, ele está bem mais sujeito à manipulação grosseira por parte do inquirido do que outros instrumentos, como a entrevista —, sendo incapaz de permitir ao investigador o franquear das dimensões mais íntimas e secretas

(10) Sem deixar de sublinhar o notável trabalho de equipa, importa registar, no que concerne a elaboração e a redacção do relatório o estreito e intenso trabalho da responsável global do projecto e coordenadora da equipa de Trás-os-Montes, Manuela Ribeiro, do coordenador da equipa do Minho, Manuel Carlos Silva e dos dois principais membros colaboradores da equipa de Trás-os-Montes — Fernando B. Ribeiro e Octávio Sacramento — e, ainda que em tempos diferentes, os prestímosos contributos da coordenadora da equipa da Beira, Joana Schouten e, no que concerne à recolha de dados e à redacção de texto relativo à prostituição de rua, o Pedro Silveira, a Susana Silveira, e sobretudo o José Manuel Sá, enquadrados na equipa do Minho.

do inquirido. Acima de tudo revela-se incapaz de contribuir de modo decisivo e sustentado para a projecção do investigador, em pensamento, no lugar do observado (Bourdieu, 1993a). Assim, ele foi, como terá ficado claro, complementado por outros instrumentos, nomeadamente a entrevista e a observação directa prolongada dos contextos institucionais.

Em síntese, o trabalho de campo viveu muito da utilização «cruzada» de diversos instrumentos metodológicos – a triangulação, estratégia de utilização de diferentes modos de obtenção da informação, de certo modo com algumas similitudes com os procedimentos de navegação e orientação em alto mar (Hammersley e Atkinson, 1994) – que permitiram ir para além das evidências mais evidentes, as coisas que o corpo não mostra nem os sinais falam (Bourdieu, 1993b), quer dizer, inquirir o modo como as estruturas funcionam e são incorporadas nas cabeças dos sujeitos observados, ao mesmo tempo que são por eles manipuladas e transformadas.

### 3. O TRABALHO NO TERRENO: NOTAS DAS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO

#### 3.1. A equipa de Trás-os-Montes

A equipa da UTAD era constituída por cinco elementos, sendo três deles do sexo masculino. Em termos de formação académica, eram três antropólogos, uma socióloga, a quem cabia a coordenação geral do projecto, e um monitor da licenciatura em Recreação, Lazer e Turismo (Pólo de Chaves da UTAD). A participação dos diversos elementos no projecto, nomeadamente ao nível do trabalho de campo, foi muito desigual, por razões profissionais e outras. Um dos membros esteve ausente durante dois períodos, um deles com a duração de oito meses, um outro acabou por se afastar definitivamente, mais ou menos a meio do trabalho de campo, ficando a equipa reduzida a quatro elementos.

No trabalho de campo participaram de uma forma intensa os elementos masculinos e um dos elementos femininos da equipa. De certa forma esta fase ficou marcada pela divisão do trabalho com base nos constrangimentos impostos pelo género. Sabendo-se das enormes dificuldades colocadas à presença de mulheres nos lugares institucionais que não na posição de trabalhadora sexual, a observação destes contextos e as aproximações iniciais aos seus principais actores foram quase sempre realizadas pelos elementos masculinos da equipa. A eles coube o levantamento exaustivo dos lugares institucionais, a identificação dos seus protagonistas e a detecção de informantes-chave e de trabalhadoras sexuais disponíveis para colaborar na investigação. Esta tarefa foi feita predominantemente à noite, fazendo-se os membros da equipa acompanhar de clientes e outros actores sociais com acesso fácil e conhecimentos privilegiados nos contextos institucionais observados.

Em investigação social, sobretudo quando ela implica uma interacção demorada e íntima com os actores sociais, como a observação participante e as entrevistas, o género e a idade não são categorias neutras. Como notaram as outras equipas de investigação do projecto, género e idade influenciaram de modo decisivo o modo como cada um de nós era olhado,

abrindo algumas portas ao mesmo tempo que fechava outras. No caso dos homens, nunca se conseguiu escapar ao interesse sexual que a nossa presença suscitava junto das trabalhadoras sexuais, primeiro na abordagem inicial, nomeadamente nos «clubes», mais tarde no relacionamento mais alargado com algumas delas. Ainda que marcado por diferentes intuitos, sobretudo mercantil no contacto nos clubes, os elementos masculinos viram-se muitas vezes enredados nas teias do desejo e do discurso sexual com as mulheres observadas. A algumas terá, aliás, causado enorme estranheza, vivamente discutida connosco, as razões pelas quais nenhum de nós nunca «subiu» nos bordéis ou se tenha envolvido sexualmente com elas fora do contexto estrito da observação dos espaços do sexo mercantil.

Se, por um lado, ser homem facilitou a nossa aproximação às mulheres e, por motivos diversos, aos próprios empresários e clientes, esta condição não deixou de influenciar o tipo e a profundidade dos diálogos que mantivemos com as mulheres. As entrevistas realizadas mostraram, de forma inquestionável, que as mulheres confidenciavam aos elementos femininos da equipa aspectos das suas vivências que não partilhavam com os homens. É necessário todavia relevar que as mulheres mantinham com os homens conversas, nomeadamente em termos de práticas sexuais, que só a algum custo aceitavam empreendê-las com as investigadoras femininas. Articulando o trabalho de campo dos homens e das mulheres da equipa, acabáramos por incrementar a diversidade e a quantidade das informações recolhidas, com manifesta vantagem para a redacção do texto.

As dificuldades encontradas pela equipa da UTAD foram também significativas. Por razões diversas, em especial a inserção nos contextos institucionais observados, em boa medida facilitada pelos informantes-chave que nos apoiaram em momentos decisivos, coube a esta equipa a realização de cerca de metade dos inquéritos por questionário aplicados e, sobretudo, das entrevistas em profundidade mantidas com algumas trabalhadoras sexuais.

O relacionamento com os proprietários dos «clubes» raramente suscitou fricções ou desconfiâncias graves, como as que envolveram a equipa da Beira Interior. Talvez devido à colaboração preciosa concedida pelos referidos informantes-chave, um deles um conhecido e activo «empresário da noite», conseguimos sempre manter canais de diálogo com este importante grupo de actores dos meios institucionais. Para nós era fundamental que a nossa presença fosse correctamente reconhecida por aqueles e, sobretudo, por aquelas que observávamos: o de investigadores, completamente descomprometidos com as forças policiais, quer portuguesas, quer espanholas. Tratando-se de um aspecto decisivo para o sucesso do trabalho de campo, os informantes-chave prestaram-nos um auxílio precioso ao esclarecer os actores sociais mais desconfiados, patrões e trabalhadoras sexuais, das razões que justificavam o nosso interesse por aquele campo social. O relativamente cordial entrosamento que lográmos alcançar com bastantes dos protagonistas da prostituição de clubes pode ser ilustrado por uma reunião de carácter informal levada a cabo já a meio do trabalho de campo, num bar em território galego, em que, para além dos membros permanentes das equipas da UTAD e da UBI, conseguimos ter a participação simultânea de várias mulheres das mais distintas nacionalidades, de alguns clientes e de dois empresários, num total de cerca de 40 pessoas.

O objectivo deste encontro foi basicamente o de reforçar garantias sobre os fins do nosso trabalho, esclarecer dúvidas que subsistissem, mas, acima de tudo, confirmar junto daqueles agentes que o nosso principal interesse enquanto investigadores sociais era apelar-nos a ouvi-los, saber das suas razões, das suas perspectivas, da sua visão sobre o meio prostitucional e as relações entre este e o resto da sociedade. Mas, acima de tudo, o que nós pretendíamos era sedimentar pontes já estabelecidas dentro do meio e consolidar a aproximação a pessoas que, além de serem alvo directo dos objectivos deste projecto, fossem ou pudessem vir a ser agentes facilitadores da nossa abordagem ao meio.

Se muitos mantiveram até ao fim do nosso trabalho de campo algumas dúvidas, de certa forma compreensíveis, sobre a finalidade da nossa inquirição, raramente fomos hostilizados e tão pouco impedidos de manter contacto com as mulheres. O nosso trabalho de abordagem às pessoas do meio, em especial às mulheres, foi particularmente mais facilitado no lado espanhol, onde a situação jurídica é gerida socialmente de uma forma mais aberta, facilitando a penetração social daqueles que são estranhos aos contextos prostitucionais e pretendem relacionar-se com as trabalhadoras sexuais em outras esferas que não a do sexo mercantil.

Durante todo o trabalho de campo circulámos com relativo à-vontade pelos clubes de ambos os lados da fronteira, conversando com patrões, *camareros*, seguranças, clientes e trabalhadoras sexuais sem grandes constrangimentos. Depois de alguns meses já éramos perfeitamente conhecidos, sobretudo de muitas das mulheres com quem nos relacionávamos de uma forma empática, marcando encontro com elas nos «clubes» por onde iam rodando. Dizer que já éramos conhecidos implica admitir que a nossa presença nunca deixou de suscitar o interesse e, em alguns casos, a vigilância mais ou menos dissimulada por parte de alguns proprietários de bordéis, muitas vezes levada a cabo por taxistas que deles dependem em boa parte para fazer o seu rendimento mensal. Entre outras práticas, tentavam seguir os nossos movimentos, observando de modo mais ou menos dissimulado as nossas atitudes às portas dos bordéis e tentando formular uma opinião sobre aquilo que falávamos com eles.

A aplicação dos inquéritos colocou também problemas. Em primeiro lugar, havia que convencer as trabalhadoras sexuais a colaborar, tarefa que se revelou sempre difícil em contraste com a relativa afabilidade de relacionamento pessoal com a maior parte delas. De facto, à afabilidade com que a maioria acolheu a nossa abordagem e contactos iniciais, quase todas acabariam por contrapor alguma desconfiança sobre os intuítos visados pela inquirição formal. A esta resistência juntava-se ainda a grande extensão do inquérito, o que complicou bastante a concretização desta tarefa. Em alguns casos foi impossível concluir o inquérito, por falta de tempo e, quiçá, cansaço das respondentes. Por outro lado, tivemos de lutar, por vezes, contra a lógica mercantil extrema que domina este campo social, com algumas mulheres a solicitarem uma remuneração contra a sua resposta. Esclareça-se ainda, como já foi acima notado, que muitos encontros marcados para aplicação de inquéritos (e de entrevistas) se goraram, implicando novas deslocações que, não raro, acabariam por se revelar infrutíferas. Neste ponto, devemos salientar a colaboração e o apoio que nos foram disponibilizados pelos responsáveis do Comité Anti-Sida de Zamora,

através do qual se efectuaram uma boa parte dos contactos com mulheres levados a cabo no outro lado da fronteira.

Quanto às entrevistas, elas foram apenas aplicadas a mulheres com quem se conseguiu franquear o patamar da relação empática. Só nestas circunstâncias se revelou possível o uso assumido do gravador de voz, prova maior da confiança que a trabalhadora sexual colocava na relação com o inquiridor. Tal como aconteceu com o inquérito, muitas entrevistas marcadas e remarcadas ficaram por se realizar, apesar de confirmadas pelas mais diferentes formas.

Foi graças às circunstâncias particulares de realização da inquirição, ancorada em relações de confiança e de empatia com as trabalhadoras sexuais, que se obtiveram alguns dos melhores elementos etnográficos, aquilo que está para além da fachada metida em acção pelas mulheres que estão submetidas à força do estigma e de formas complexas de ilegalidade e marginalização. Com a inquirição formal, quase sempre em estreita articulação com as observações de campo, pudemos aceder a um outro patamar do discurso das trabalhadoras sexuais, muitas vezes em contrapé com aquele que se configura como o esperado e reproduzido nos momentos mais comuns. Rompendo os clichés retóricos dominantes no meio, com as entrevistas conseguimos ficar mais perto da «verdade», no sentido em que é colocada, mais à frente, pela equipa da Beira Interior e pela idêntica experiência de membros da equipa do Minho na interacção com as mulheres quer de rua/estrada, quer no ambiente dos clubes e das consultas das mulheres na *Auto-estima*. Foi nas entrevistas que mais nos acercámos dos aspectos inesperados da vida das trabalhadoras sexuais, da vida que está escondida na apresentação quotidiana do corpo e nos discursos por elas enunciados nos espaços da troca sexual mercantil.

Os principais desenvolvimentos mediáticos, policiais e judiciais decorrentes do chamado Movimento das Mães de Bragança», desencadeado em meados de 2003, vieram criar dificuldades e resistências por parte do meio prostitucional relativamente à curiosidade de estranhos, que só não foram mais nefastos para os objectivos do nosso projecto pelo facto do trabalho de campo se encontrar praticamente concluído quando eles ocorreram. Mesmo assim, pudemos confirmar, por mais de uma vez e de várias maneiras, que nada ficou ou voltará a ser como dantes e que os que voltarem a interessar-se pela prostituição feminina nestes territórios não irão, seguramente, usufruir do benefício da dúvida que alguns actores sociais, em especial empresários, clientes e outros informantes do terreno nos concederam. A não ser que, contra todas as expectativas, se assista a uma viragem nas políticas sobre o sexo mercantil no sentido do seu reconhecimento legal e social como um trabalho.

### 3.2. A equipa do Minho

A equipa de investigação do Minho compreendia no início seis elementos: dois do sexo feminino – uma socióloga e outra licenciada em educação – e quatro do sexo masculino – um mestrando em Sociologia da Infância e três sociólogos: um como co-responsável do projecto e coordenador da equipa da Universidade do Minho e que, para além de algum tra-



balho de terreno, se ocupou, juntamente com os demais membros atrás referidos, do tratamento de dados, da elaboração e redacção do relatório final; um segundo com formação específica em Métodos Quantitativos que, tendo colaborado na elaboração do inquérito e na construção e codificação da matriz do inquérito, não conseguiu disponibilizar tempo para o tratamento dos dados e colaborar na redacção do relatório, tendo-se contudo prestado a dar uma sessão de esclarecimento para o posterior tratamento dos dados quantitativos; por fim, um terceiro, recém-licenciado em Sociologia que, fazendo uma frutífera dupla com o elemento feminino no Alto Minho, fizeram um mapeamento dos bordéis no eixo Valença-Viana e sobretudo Viana-Barcelos, demarcando as áreas de prostituição de estradas nessas zonas, aplicaram 19 inquéritos – 12 a prostitutas de rua e 9 em contexto de prostituição abrangida.

A equipa do Minho incidiu portanto a sua pesquisa em dois tipos de prostituição: a de rua e a de clubes desde a fronteira à cidade de Braga, dando todavia maior enfoque ao primeiro tipo de prostituição. No projecto, não obstante terem sido realizados 53 inquéritos a mulheres de rua, acrescidos de 18 de cariz misto, no conjunto eles formam um segmento menor, em termos numéricos, comparativamente aos casos de prostituição abrangida. A prostituição de rua é exercida predominantemente por mulheres portuguesas e confinada aos territórios (semi)urbanos e, por vezes, rurais da região minhota. Assim, podemos verificar como, em contraposição às zonas de Trás-os-Montes e da Beira, este tipo de prostituição persistia e persiste ainda de modo considerável e, com a crescente pressão policial sobre os clubes, parece haver mesmo um pequeno incremento alimentado pelas mulheres estrangeiras ilegais.

A prostituição de rua e de estrada foi observada, primeiro, através da referida dupla em que por vezes, na prostituição de rua, o elemento masculino entretinha o proxeneta e, na prostituição de um clube condicionado com a presença do dono, o elemento masculino se permitia afastar-se algo mais para poder retirar informação das mulheres. Foi, porém, no ganho de confiança e empatia com as mulheres de rua que a referida dupla conseguiu extrair narrativas sintomáticas das relações tensas – de amor e ódio – das mulheres com os seus «protectores» proxenetas, vindo ao encontro daquelas situações difíceis. Mais, foi através de duas destas mulheres que acederam a entrevistadas mais aprofundadas e ao dono de um clube simultaneamente proxeneta de mulheres de estrada e, por outro lado a homens que funcionavam como companheiros protectores das respectivas mulheres que foi possível uma aproximação ao terreno.

A possibilidade de contacto com D., dono de clube, foi-nos proporcionada mediante uma «dica» de N., o «companheiro» de F. – uma das mulheres de prostituição de rua/estrada, a qual, por sua vez, tem uma amiga J., também prostituta – segundo o qual «J. era mulher de D.».

A J. teve no início como estratégia de contacto uma abordagem extremamente agressiva, tanto a nível gestual como verbal: é a prova de fogo, «o rito de passagem». Foi então a J. que nos serviu de intermediária com D. A nossa estratégia consistiu em, ao apostar numa relação de confiança, fornecer-lhe os nossos números de telemóvel, de forma a proporcionar um contacto fácil. Foi o que veio a acontecer. (Viana do Castelo, 23-10-2001).

Esta dupla do sociólogo e da licenciada em educação, nomeadamente no eixo Tui-Valença-Viana-Barcelos, após contactos institucionais, fez-se à estrada e conseguiu não só aplicar inquéritos como também, antes disso, estabelecer um considerável grau de confiança com meia dúzia de mulheres que entrevistaram – um trabalho realizado, ainda que intermitentemente, durante um ano. A referida socióloga recolheu alguns processos judiciais e realizou algum trabalho de campo na zona de Barcelos, em particular na estrada de Barcelos-Famalicão; mas, passados alguns meses, acabaria, por razões pessoais e profissionais (era também jornalista), por desistir de prosseguir a recolha de dados no terreno.

Não obstante estas vicissitudes, ao todo, nestas áreas foi possível inquirir 21 mulheres, as quais operavam em certos territórios por elas demarcados e, na maior parte dos casos, controlados pelos seus respectivos proxenetas, um dos quais era, simultaneamente, proprietário de um clube<sup>11</sup>. Além de serem exploradas algumas localidades urbanas tais como Tui, Valença e Viana do Castelo, os dois primeiros inquiridores «trilharam» estradas e outros pontos do eixo geográfico definido por estas três cidades e prosseguiram até Barcelos e arredores. Neste eixo foram sendo identificadas algumas mulheres já em final de carreira, além de algumas jovens e mesmo adolescentes.

Um quarto elemento da equipa no terreno focalizou os seus esforços e diligências de aproximação, observação e recolha num trabalho de campo na estrada de Braga-Guimarães e, mais em particular, em Guimarães e zonas envolventes, tendo conseguido, num processo difícil e longo, aplicar 41 inquéritos a mulheres. A suspeição de que ele fosse, como algumas diziam, um agente *da bôfia* (GNR ou PSP) ou colaborador de qualquer outra instância (Segurança Social, Finanças, Tribunal), acabou sendo superada, após algumas «juras» de que não estava ali *para chibar rinquém*, através do convencimento das mulheres na base de uma certa intuição e por formas de comprovação indirecta. Foi de tal modo bem sucedido neste processo de abordagem que com algumas delas entabulou mesmo uma relação empática, o que lhe permitiu realizar seis entrevistas em profundidade com material etno-sociológico muito rico. Dos membros da equipa no terreno, este último colaborador foi o único que permaneceu ao longo de todo o projecto, ainda que com algumas pequenas interrupções, e colaborou sobretudo na descrição e análise dos seis retratos de «mulheres de rua» no eixo Braga-Guimarães.

Com efeito, as contribuições diferenciadas, intermitentes e desiguais dos participantes no trabalho de campo foram uma das maiores dificuldades com que se confrontou a equipa do Minho que, feita uma importante recolha de dados quantitativos e qualitativos sobretudo pelos dois elementos a trabalhar no eixo Valença-Viana-Barcelos, registou a saída destes, o que obrigou a proceder à sua substituição<sup>12</sup>.

(11) Destes 21 inquéritos, nove foram aplicados a mulheres de clubes. Se os inquéritos e as entrevistas com as mulheres de rua foram relativamente bem conseguidos, seis responderam no próprio local de trabalho após solicitação ao dono que consentiu mas exerceu uma certa vigilância, inibindo de certo modo as inquiridas nas respostas destas, salvo duas que, entrevistadas pelo elemento masculino, se afastaram um pouco do olhar atento do dono da casa.

(12) Para esta zona foi feito trabalho e obtida informação suplementar através de um recém-licenciado

Em relação à prostituição de rua/estrada, pudemos observar que a distribuição das mulheres no espaço não se processa de forma aleatória. Bem ao contrário, ela aparece definida por demarcações territoriais que são, em regra, respeitadas, sendo que, como tivemos ocasião de observar directamente, sempre que se verifica a chegada de novas mulheres (*chavalas*) aos locais, aumentando a competição, isso desencadeia processos de negociação sobre a divisão de território. Estes processos são naturalmente comandados pelas mais antigas no local que reivindicam para si próprias os espaços preferenciais.

Na área de Viana-Barcelos foi possível constatar a existência de proxenetes, mesmo quando algumas mulheres a trabalhar na rua, por receio, o desmentiam. De um modo geral, eles acompanhavam, com o recurso a veículos de duas rodas, ou vigiando, de modo dissimulado, as respectivas mulheres e clientes. Por exemplo, quando inicialmente a R. (p40), uma mulher a exercer prostituição de estrada, foi questionada sobre a eventualidade de um homem, cuja presença tínhamos detectado, ser seu «protector», ela «corou», ficou algo «inquieta» e «nervosa». Com a R. viemos, no entanto, a desenvolver uma relação de grande confiança mútua. Por ela soubemos que o homem era, efectivamente, seu «protector» e que, simultaneamente, explorava uma casa onde jovens imigrantes exerciam prostituição apenas durante os primeiros três meses após a sua chegada a Portugal. Esta temporalidade era definida pelo próprio proprietário do clube, por considerar que durante esse tempo elas «*não seriam imigrantes, mas turistas e ali podiam estar durante três meses, findos os quais podiam ir-se embora*». Ainda de acordo com o que nos foi dito por aquela informante, durante a sua estadia neste clube as mulheres viveriam num regime de mais ou menos aperfeiçoado controlo por parte do patrão, um caso com contornos muito particulares e excepcionais em relação ao que mais recorrentemente pudemos apreciar. Além de responder ao questionário, esta mulher foi uma das nossas principais informantes-chave sobre a prostituição de rua e abrigada naquela zona, o que lhe terá valido algumas ameaças por parte do indivíduo que ela identificou como seu proxeneta, o qual, segundo ela, receava que os inquiridores desta pesquisa percebessem a verdadeira natureza da relação entre ambos:

*«Ele é meu chulo há dez anos. Ele tem feito pressões sobre mim para que eu não fale mais com vocês e não quer ver o nome dele relacionado comigo. Ficou fódido por eu ter falado com vocês e começou aos berros a dizer que eu tinha falado demais» (p40).*

Perante esta situação ficou acordada uma visita à casa dela: «*Venham quando quiserem*», dizia ela sem problemas. Deu-nos o seu número de telemóvel para contacto, o que achámos um bom sinal. Posteriormente intermediou junto do citado empresário no sentido de lograr que este nos autorizasse a fazer inquéritos junto das mulheres a trabalhar no seu clube. Para tanto entregámos-lhe um exemplar do questionário, que mereceu sérias reservas da sua parte, sobretudo o conjunto de perguntas sobre a situação legal ou ilegal

em Sociologia que, para além de algumas visitas a casas de alterne, completou o mapeamento e a descrição destas casas no Alto Minho.

das mulheres, pois, como ele se empenhava em fazer crer, «*as mulheres que estão aqui não são imigrantes, são turistas*». Ainda assim mantivemos contacto pessoal e telefónico com esta e outras mulheres que estão sob a alçada deste indivíduo, seja no clube, seja na rua, e a certa altura tivemos mesmo a percepção de que este estaria a par destes contactos, os quais não lhe agradariam particularmente e, por isso, acabámos por nos sentir também sob sua ameaça. Acabou, no entanto por aceitar que realizássemos alguns inquéritos no clube que dirige, os quais decorreram com ele por perto e sempre atento ao seu desenrolar:

Num clube da zona Viana-Barcelos foram-nos apresentadas nove mulheres, sendo a maioria brasileiras e algumas que falavam espanhol e que o dono dizia serem espanholas, mas que, pelo sotaque, nos parecerem sul-americanas, nomeadamente colombianas. Todas foram informadas, na presença do dono da casa, dos nossos objectivos, mas três delas, nomeadamente as sul-americanas que falavam espanhol ficaram tensas, nervosas e não se mostraram interessadas em responder. Porém, uma delas pediu mesmo ao elemento masculino da equipa para responder na zona da esplanada, de modo a evitar a proximidade do dono, «*para que ele não nos chateasse*», e assim pudéssemos ter uma conversa mais informal, com boa disposição e humor. Com a colega feminina que estava a inquirir, o dono da casa foi mais vigilante e veio duas ou três vezes perguntar-lhe como estava a decorrer o inquérito. Tínhamos acordado com ele que esta não seria a nossa única visita, mas no dia seguinte, quando voltámos, ele tinha mudado de ideias: «*se calhar, não se justifica outra vinda, a não ser para outros assuntos*», fosse lá o que fosse isso. O facto de as mulheres estarem sujeitas a um certo controlo e relativa vigilância representou uma situação constrangedora e, portanto, pouco frutífera do ponto de vista da recolha de dados qualitativos e até em relação à fiabilidade de algumas respostas a perguntas de opinião sobre a sua situação e, em particular, sobre os clientes e os donos do clube. Estas dificuldades só mais tarde viriam a ser contornadas porque algumas mulheres (não só de clube mas também de rua) sob alçada do mesmo indivíduo, acederam a deixar-se entrevisitar em contextos fora da observação e vigilância dele (Viana-Barcelos, 25/10/2001).

Para além da R., outras mulheres nesta área, nomeadamente a L. e a B., foram-se abrindo e ganhando confiança connosco, falando-nos, entre outros, dos seus problemas com os respectivos proxenetes, nomeadamente quando fomos almoçar com elas. Nesta ocasião, a L., uma portuguesa de 50 anos, aproximou-se da inquiridora, tocando-lhe e deitando-se tocar com um sentimento de cumplicidade, desvelando os problemas que tinha com o seu «chulo», no campo das relações sexuais, afectivas e profissionais, e concluindo que estava farta das «sacanicês» dele.

Entretanto, foi possível estabelecer um protocolo com a ARS-Norte no âmbito do projecto *Auto-estima*. Apesar de tardio, revelou-se muito fecundo, pois possibilitou ainda a aplicação mais de 28 inquéritos num Centro de Saúde de Braga, onde estava sediado um gabinete específico, composto por uma médica de clínica geral, co-responsável pelo referido projecto, uma ginecologista e uma enfermeira para apoio sanitário às mulheres-prostitutas que o procurassem. Com base na assinatura do referido protocolo e uma vez contacta-



dos estes profissionais de saúde — os quais representaram aos olhos das mulheres aval de garantia e de confiança face ao projecto —, estas foram abordadas por duas inquiridoras que conseguiram aplicar os inquéritos, além de seis entrevistas de uma elevada qualidade em termos etno-sociológicos. Para aplicar os inquéritos e realizar as entrevistas foi cedido neste Centro de Saúde um espaço em que, a pedido das responsáveis e das próprias mulheres, se fechavam as cortinas da janela para o exterior, segundo as próprias inquiridas, por receio de serem «apanhadas pela polícia ou pelo SEF».

No processo de inquirição destas mulheres, nas instalações do Projecto *Auto-estima*, a primeira assistente de investigação confrontou-se, de início, com uma certa resistência ou, mais exactamente, com atitudes pouco colaborantes ou de receio, por pensarem que as informações prestadas as viessem a prejudicar do ponto de vista da sua permanência no território português, pois a grande maioria delas encontrava-se ilegal no país. Apesar de serem informadas pela médica e enfermeiras de que não eram obrigadas a responder ao inquérito e que não corriam perigo de denúncia, só mais tarde se abriram à assistente inquiridora, depois de se certificarem quem ela era, qual o objectivo do inquérito e os seus responsáveis. Neste processo de aproximação foram importantes, por um lado, a palavra dada pelas médicas e sobretudo pela enfermeira em quem depositavam uma enorme confiança; e, por outro, o grande tacto e a sensibilidade da própria assistente de pesquisa. Segundo esta, foi também decisivo na aproximação às mulheres que queria entrevistar um encontro casual que teve com uma delas num supermercado, o que lhe terá propiciado uma abordagem mais personalizada e informal do seu trabalho. Após este encontro, a assistente de investigação notou uma mudança de atitude por parte das mulheres, facto que ela atribui à palavra de garantia dada por aquela com quem falou no supermercado, a qual terá funcionado como uma espécie de líder táctica do grupo, dando «luz verde» às demais. Tal permitiu que dez, e em particular seis, dos vinte e oito inquéritos realizados acabassem por assumir um carácter de quase narrativa biográfica ou história de vida.

Quanto à investigação sobre a prostituição abrangida na região do Minho, em especial dos seus locais de funcionamento, ela também foi objecto de pesquisa por parte da equipa do Minho, embora não tão extensa e aprofundadamente como a levada a cabo pela equipa de Trás-os-Montes. Em todo o caso, cabe realçar que no total foram feitas várias incursões e visitas a clubes e realizados inquéritos a mulheres que neles trabalhavam, o que foi possível graças à colaboração da *Auto-estima*.

### 3.3. A equipa da Beira Interior

A equipa da Universidade da Beira Interior era constituída por sociólogos de ambos os sexos. No início, os investigadores eram cinco: três mulheres e dois homens. Depois de algum tempo, juntou-se, por um breve período, outro elemento masculino, enquanto que na fase final mais uma jovem socióloga prestou colaboração. Quatro dos membros acompanharam o projecto desde o início até ao fim, no entanto, com largas intermitências e com

vários níveis de intensidade. De facto, houve uma grande instabilidade no que diz respeito à disponibilidade de todos. Problemas de foro pessoal e de saúde forçaram vários elementos da equipa a interromper o trabalho durante períodos de tempo bastante longos e revelou-se difícil, por vezes impossível, encontrar pessoas para a respectiva substituição. Este problema foi agravado pelo facto de a coordenação da equipa local ter sido, por razões de força maior, temporariamente suspensa, reflectindo-se numa certa ausência de orientação.

Na fase inicial do projecto efectuámos abordagens exploratórias junto de dezoito instituições de solidariedade social e de serviços de saúde. Embora tenhamos sido sempre bem acolhidos, estes encontros revelaram-se decepcionantes devido à escassez de informações específicas proporcionadas. As pessoas entrevistadas estavam conscientes da existência de prostituição feminina na zona, mas não adiantaram mais do que algumas generalidades. Quase todos declararam que eles ou a instituição onde trabalhavam não tinham conhecimento pessoal de trabalhadoras de sexo, ou seja, de mulheres das quais sabiam que tinham esta profissão. Como muitas vezes nos foi referido, mesmo que tivessem contacto com mulheres com este tipo de actividade, não no-lo diriam<sup>13</sup>. Numa fase posterior, contactámos algumas instituições similares na zona vizinha de Espanha com resultados semelhantes.

Estes contactos, embora não muito fecundos quanto ao objectivo principal, revelaram-se ainda assim importantes pela troca de impressões que propiciaram sobre as condições sociais na zona, pelas informações sobre outras instituições com eventual interesse para os nossos propósitos e, mais importante, pelas valiosas fontes documentais. As entrevistas com representantes de instituições também serviram para ajudar a confirmar a ideia inicial de praticamente não existir na nossa região outros tipos de prostituição para além da abrigada, a não ser dois ou três casos isolados e temporários de prostituição de rua/estrada.

Úteis foram também os contactos com a polícia, uma vez que tanto os agentes portugueses como os espanhóis nos deram informações preciosas acerca de uma temática tão real quanto camuflada. Assim, fizemos algumas entrevistas formais em esquadras. Por outro lado, nas nossas saídas nocturnas também nos cruzámos, por vezes, com agentes que, revelada a intenção da nossa presença, nos indicaram lugares ou até acontecimentos com eventual interesse para os nossos objectivos.

Ainda nesta fase iniciou-se também o trabalho de localização das casas, partindo dos nossos próprios conhecimentos e das indicações de outras pessoas. Estas explorações foram efectuadas pelos elementos masculinos do grupo, não sendo a palavra «exploração» um exagero porque a informação em que nós nos apoiávamos desactualizava-se rapidamente. Algumas casas que nos tinham sido indicadas tinham já fechado, enquanto outras tinham aberto entretanto. Houve casas que mudavam de nome, mudavam de dono, muda-

(13) Como já foi referido, por detrás desta desconfiança está o medo de estigma, o medo da polícia e o medo de outras pessoas envolvidas neste tipo de negócio, bem como os problemas relacionados com a semialienação e a imagem do sector. Mesmo num país onde a prostituição está legalizada, como a Holanda, os investigadores chocam com uma atitude de desconfiança e de pouca simpatia nos seus contactos com as pessoas nas suas pesquisas em estabelecimentos perfeitamente legais.

vam de actividade. Era assim nítido o alto grau de volatilidade deste negócio, e não apenas no que toca às mulheres envolvidas. E, mesmo quando as informações correspondiam à realidade, nem sempre era fácil de conferir:

Não vimos nenhuma casa que se assemelhasse ao que nós procurávamos. Apenas havia um bar que, no exterior, nada tinha que o indicasse como local de actividade prostitucional (nem luzes, nem anúncios, nem tampouco o eco de música brasileira), e mesmo o horário que tinha afixado indicava que fechava às duas horas.

Por volta da meia-noite decidimo-nos a entrar e assim que nos deram o cartão, onde se lia *Bar Delícia*, passámos directamente para o interior da casa. Ai vimos logo do que se tratava. Num televisor pequeno passava um filme do canal 18. Sentámo-nos num sofá junto a uma porta em que estava presa uma folha A4 impressa, que dizia «Proibida a entrada. Só em caso de emergência». Pouco depois de ali termos chegado, dessa porta saíram três homens e outras tantas mulheres (Vila Velha de Ródão, 26-01-2002).

As tarefas de localização significavam também os primeiros contactos directos com a realidade. As casas foram visitadas por várias vezes, visitas durante as quais se observou o espaço, bem como os principais hábitos e formas de comportamento dos presentes (clientes, alternadeiras/prostitutas e funcionários). Conseguiram-se informações elementares (como os preços, as regras explícitas e implícitas, o aparecimento das casas) por observação e por conversas com os empregados/gerentes e os clientes, mas principalmente com as mulheres. Neste ambiente, elas falavam também sobre as suas colegas, as suas famílias, as suas relações com clientes e muito mais, incluindo fragmentos de narrativas de vida. Estas conversas, sem dúvida informativas, foram também o meio para combinar contactos posteriores com vista à realização de entrevistas aprofundadas e de aplicação dos questionários. Assim, por várias vezes foram-nos dados números de telemóvel e marcados encontros, raramente realizados. Ter um contacto mais do que superficial com as mulheres foi um objectivo difícil de concretizar. Não obstante as simpatias e os relacionamentos amigáveis, nunca chegámos à tão desejada relação de empatia. A criatividade, a argumentação e a paciência dos investigadores não foram suficientes para motivar a colaboração das mulheres e para superar a resistência dos empresários e gerentes. Assim, nunca foi possível chegar a uma relação de confiança suficiente, que permitisse obter um retrato claro e fiável da «realidade». Lamentavelmente, nas raras ocasiões em que estivemos mais perto de chegar a esse ponto, circunstâncias pessoais dos elementos da equipa impediram de dar sequência imediata às oportunidades criadas, que assim acabaram por se perder.

Uma investigação sobre a prostituição abrangida pode parecer ter vantagens porque o objecto da pesquisa, ou seja, as pessoas visadas, encontra-se concentrado num espaço reduzido e bem demarcado. Porém, a realidade é mais complicada, já que implica dois objectivos de difícil concretização: primeiro deve-se conseguir a entrada na casa para fins diferentes do que é habitual no negócio que aí se opera e, depois, tem de se convencer as pessoas, num ambiente em que estão sempre a ser controladas, da confidencialidade das

informações prestadas, assegurando-lhes de que não serão utilizadas contra elas. Este segundo objectivo exige necessariamente que se consiga ultrapassar toda a enorme barreira de desconfiança própria das pessoas envolvidas nesta actividade, sendo extremamente difícil vencer as suas reacções imediatas de recusa. Quanto às entrevistas exploratórias iniciais com as trabalhadoras do sexo, foi difícil apurar a verdade. As tentativas que empreendemos para as abordar permitiram-nos constatar que, numa actividade em que a tarefa principal é agradar ao cliente (e evitar «chatices» com as autoridades), as mulheres facilmente alternavam o discurso e as informações prestadas conforme a finalidade percebida. Com efeito, pudemos verificar a existência de discrepâncias e contradições quando procurámos, por meio de questões mais directas, aferir as informações prestadas.

Também os empresários e outros responsáveis, nas poucas entrevistas que com eles lográmos realizar, visaram um branqueamento da prática. Uma afirmação como: «*Não meu estabelecimento não trabalham mulheres (a não ser aquela atrás do balcão), as outras mulheres presentes são frequentadoras da discoteca*» representa bem a atitude geral com que a nossa equipa se deparou. Um outro responsável, a dado momento, informou-nos que «*As mulheres estrangeiras aqui são todas legais... mulheres de leste não há...*», acrescentando, de forma evasiva, que «*em tempos, houve uma romena...*». No entanto, pouco antes, nós tínhamos ouvido uma das mulheres presentes a falar ao telemóvel, fora da casa, numa língua que nos pareceu ser eslava.

«*Como ter acesso às mulheres para aplicar os questionários e fazer entrevistas mais aprofundadas*» tornou-se, neste contexto, a questão metodológica mais premente, para não dizer obsessiva. O recurso à mediação de terceiras pessoas presumivelmente influentes no meio começou, assim, a afigurar-se-nos como estratégia incontornável. No entanto, o que acima deixámos dito em relação às instituições de acção social/sanitária abordadas levou-nos a concluir que as mesmas andariam longe de poderem funcionar como entidades facilitadoras do contacto com as mulheres para a aplicação dos inquéritos. Chegou-nos, entretanto, da parte de funcionários do aparelho policial português a sugestão de eles mesmos actuarem como intermediários entre a nossa equipa e o meio prostitucional. Esta ideia parecia revestir-se de algumas potencialidades, tendo em conta o exemplo de outras pesquisas sobre esta matéria. Todavia, não aceitámos logo a proposta que nos foi apresentada, dado o risco que a mesma comportava do estabelecimento de uma associação da nossa equipa e do nosso trabalho ao campo policial, o que traria resultados contraproducentes. As dificuldades sentidas para ultrapassar os sucessivos contratempos que se nos vinham deparando acabaram por nos deixar muito pouca margem para recusar a disponibilidade manifestada pela polícia. Os primeiros encontros em que os agentes policiais actuaram como facilitadores junto dos empresários das casas de prostituição decorreram muito bem, o que devolveu à equipa a confiança e o optimismo perdidos. Foi, por isso, com redobrada surpresa que, nas visitas seguintes feitas aos clubes, verificámos que os donos tinham mudado de opinião, passando a dar como certa a nossa ligação às forças policiais, o mesmo acontecendo com as mulheres.



Após conversa cordial com o empresário, na presença do nosso intermediário, nós [o polícia, a coordenadora e dois investigadores do sexo masculino] fomos convidados a entrar no espaço próprio da chamada discoteca. A noite ainda era jovem e a clientela pouca: uma dúzia de mulheres encontrava-se nos sofás no espaço central, junto à pista de dança. Na presença do proprietário do estabelecimento, a coordenadora apresentou-se a ela e aos seus colegas às mulheres, explicando, de seguida, o tipo do trabalho visado e os seus objectivos. A reacção das mulheres parecia positiva e elas até evidenciavam um certo desapego ao saber que as conversas mais extensas ainda não seriam para hoje, mas para os dias seguintes. Combinou-se então com o dono do clube que já no próximo dia estaríamos no seu estabelecimento, sendo apenas necessário um telefonema de confirmação. A coordenadora, ao executar tal chamada pouco antes da hora do encontro combinada, ouviu a resposta: «Ah, mesmo agora queria ligar para a senhora. É assim, tenho que ir a Lisboa e por isso não me convém a senhora visitar a minha discoteca». Após algumas insistências verificou-se bem a má-vontade do dono, embora ele sempre mantivesse uma postura educada. Conseguiu-se marcar um outro dia. Quando da confirmação desta nova data, o senhor mudou de registo: «Não acho boa ideia conversar com as mulheres que visitam o meu estabelecimento. Uns dias, há muitas, outros dias, poucas. Ainda ontem falei com elas e elas disseram-me que consideravam "um disparate" as entrevistas pretendidas». Já estava prestes a impedir a nossa equipa de entrar na discoteca. No entanto, após muita conversa, o senhor acabou por ceder e, assim, fomos de seguida falar com as mulheres (Fundão, 9-14 de Julho, 2002).

Parecia, assim, estarmos perante uma posição concertada entre os proprietários dos diferentes estabelecimentos. Dezenas de telefonemas e viagens foram realizados mas com poucos ou duvidosos resultados, em virtude da desconfiança que pairava em relação aos nossos objectivos. A associação com a polícia acabou assim por nos ser manifestamente adversa, dado o medo que esta inspira aos empresários e também às mulheres, nomeadamente às imigrantes de países onde ela é reputada pela sua actuação impiedosa. As rusgas policiais feitas com alguma regularidade, às vezes quase coincidindo com as nossas visitas aos mesmos locais ou logo depois delas, também tiveram um efeito negativo, pois embora a sobreposição fosse de facto casual, acabava por ser entendida como combinada, reforçando assim a percepção de uma ligação entre ambos os grupos, a polícia e nós. Ficou claro que as mulheres foram instruídas pelos empresários e, em pelo menos dois casos de aplicação dos questionários, ele só pôde ser feito dentro do clube, ficando o empresário à mesa, interferindo na conversa, que supostamente deveria ser particular e confidencial com a mulher em causa.

As muitas solicitações dos meios de comunicação para que concedéssemos entrevistas sobre o nosso projecto, especialmente durante o pico de publicidade do MMB, interferiram também com o nosso trabalho. É sabido que os *media* têm grande interesse por todos os temas que estão relacionados com «sexo» e têm tendência para salientar alguns aspectos em detrimento de outros. Isto tornou-se particularmente notório na generalidade das notícias vindas a público no período em que o MMB obteve muita e desmedida atenção até

a nível internacional. Ao transmitir uma imagem negativa das prostitutas, tais notícias contribuíram para que todas elas em geral, mesmo as não directamente visadas, se retraiam ainda mais de falar com estranhos, fossem eles jornalistas ou sociólogos (como se souberem distinguir!). Foi o que aconteceu na região da Beira Interior, pois se até aí as dificuldades para inquirir mulheres já eram, como dissemos, grandes, depois disso tornaram-se ainda maiores.

Aos obstáculos provocados pela suspeita geral dos donos dos estabelecimentos que foi bem inculcada e acabou generalizada em todo o ambiente prostitucional; à percepção de uma associação da equipa ao aparelho policial ou jurídico, ou então à comunicação social na sua vertente sensacionalista, ainda se juntaram problemas internos da equipa. Por tudo isto, o contributo para este estudo no que diz respeito aos depoimentos das pessoas mais envolvidas no meio prostitucional é magro. No entanto, as entrevistas que fomos fazendo, somadas aos muitos momentos de observação e conversa informal e de registo de informação e opinião de terceiras pessoas ajudaram muito a conhecer e a compreender melhor esta actividade, assim como os fenómenos e desenvolvimentos afins nesta zona.

# 3

CAPÍTULO

## Espaços e lugares de prostituição

### 1. TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: MODOS DE VIDA E CULTURA

Nas regiões onde desenvolvemos o nosso estudo a fronteira parece nunca ter constituído um obstáculo de monta à circulação de pessoas ou de bens. Até à livre movimentação de pessoas e mercadorias instaurada pela União Europeia (UE) as dinâmicas sociais transfronteiriças estavam sujeitas a maior controlo por parte dos aparelhos policiais e outros do Estado, caindo muitas vezes em práticas ilícitas como (i) o contrabando – o *trelo* –; (ii) a ajuda prestada pelas populações portuguesas raianas aos republicanos perseguidos pelas tropas franquistas durante a Guerra Civil em Espanha; e (iii) as redes de auxílio à emigração portuguesa para França, particularmente activas durante a década de sessenta do século XX.

Os espaços de fronteira evocam, em Portugal, a imagem de áreas distantes, pouco acessíveis, isoladas e marginais, rurais, despovoadas, envelhecidas e pobres (Cavaco, 1995); com cultura em que se iria reflectir a sua «*tierra fria e árida*» (Hily, 1997: 48). São também lugares de mobilidade, de trânsito mais ou menos intenso de trabalhadores sazonais e de deslocamentos para permanências não definitivas. Outra zona de passagem clandestinas de emigrantes e de mercadorias, as áreas de fronteira andaram muito associadas à ideia de práticas ilícitas. Um bom exemplo destas actividades praticadas pela população é, como ficou dito, o contrabando levado a cabo por sucessivas gerações, o qual moldou, em boa parte, o modo de ser dos habitantes destas zonas. Esta prática era, quase sempre, executada em grupo pela calada da noite, podendo envolver longos percursos a pé ou com o auxílio de animais de tracção.

O contrabando faz parte da história da raia por ter sido, durante muito tempo, especialmente na época da ditadura, o meio de subsistência principal de inúmeras famílias. Nas zonas raianas da Beira houve aldeias em que toda a população se dedicava, em maior ou menor medida, a esta prática. Como justamente refere Cabanas (2000: 4), ainda é muito comum dizer-se que «*só o padre é que lá não ia e, se calhar, até ele lá ia*». Atravessar a fron-

teira para efectuar trocas ilegais de mercadorias (*passar*) foi prática corrente até ao início da livre circulação em 1993. Devido aos estrangulamentos económicos provocados pelas ditaduras franquista e salazarista, os contrabandistas portugueses levavam certas mercadorias para o país vizinho, trazendo na volta para Portugal alguns artigos manufacturados em Espanha. A natureza dos produtos procurados dependia da época e dos objectivos do contrabandista, mas incidia particularmente sobre o tabaco, o café, o minério (volfrâmio) e o gado. Ser «passador de vacas» era considerado uma actividade aceitável e até louvável. O jogo de «passadores de vacas» era, muitas vezes, o preferido entre os rapazes da idade de escola primária, na raia do distrito da Guarda. Em toda a zona raiana persiste a memória dos tempos do contrabando, das trocas comerciais clandestinas e fraudulentas, à margem da fiscalização aduaneira. Ludibriar os guardas-fiscais<sup>1</sup>, atravessando a fronteira às escondidas, sem se ser descoberto, era tido como um enorme desafio e um acto de grande coragem. Por outro lado, as próprias autoridades aduaneiras, em especial os guardas-fiscais, eram algumas vezes coniventes neste jogo, já que, residindo mesmo que só temporariamente na zona, acabavam criando com os locais uma certa cumplicidade. Por isso é que, para um contrabandista, o perigo de ser apanhado era bastante reduzido. Caso ocorresse confrontos, talvez apenas se lançassem alguns tiros para o ar, sendo as detenções, quase sempre, de curta duração. Por exemplo, na fronteira da Madalena, no Lindoso (Alto Minho), com base em dados extraídos dos Registos dos Processos de Alfândega do Lindoso (RPAL) entre 1933 e 1941 por Silva (1998: 377) sobre os movimentos fronteiriços nesta zona, contabilizam-se 83 arguidos identificados e 96 não identificados. Quanto à natureza, objectivo e efeitos penais do contrabando, o mesmo autor conclui:

«Cerca de 76% das mercadorias transaccionadas eram de natureza alimentar, vestuário e calçado, cujas quantidades e valores respectivamente em 61.6% e 76.8% dos artigos não ultrapassavam a barreira das dez unidades (em quilogramas ou litros) e dos cinquenta escudos. Salvo alguns poucos casos de contrabando de maior valor, dos resultados se infere tratar-se, em regra, de pequeno contrabando de subsistência, em que, por outro lado, tão pouco é possível determinar com nitidez por que razões são apreendidas mercadorias, pagos direitos alfandegários e outras vezes não. Em todo o caso, foi possível apurar que entre 179 casos 25.1% – dos quais alguns portadores de insignificâncias – pagaram multas e/ou direitos alfandegários, 11.2% não pagaram e/ou foram processados e dos restantes 63.7% não foi registada qualquer pena pecuniária ou de prisão» (Silva, 1998: 377).

Tal como em Lindoso e noutras fronteiras do Alto Minho, inclusive as fluviais em Caminha ou Vila Nova de Cerveira, o contrabando era prática corrente, do mesmo modo que nas localidades fronteiriças raianas de toda a zona transmontana e beirã – para nos

(1) A Guarda Fiscal era um corpo militar profissional que, em consequência do estabelecimento da abolição das fronteiras internas da União Europeia em 1993, foi integrado na GNR.

cingirmos apenas às áreas sob estudo – tais trocas por contrabando eram constantes, recorrentes e mesmo seculares. O contrabando era praticado em quase todas as áreas fronteiriças. Embora objecto de perseguição pelo Estado, era uma actividade socialmente legitimada. Muito frequente durante o Estado Novo, especialmente nos anos 30 e 40 (Guerra Civil em Espanha, depois a Segunda Guerra Mundial), o contrabando continuou após a revolução de Abril de 1974, abrandando quando da adesão de Portugal à CEE em 1986.

O eclodir da emigração para os países da Europa, nos anos 60 e 70, introduziu alterações significativas no tipo de contrabando efectuado. A passagem de portugueses para fora do país, na sua maioria homens, e a consequente desertificação do território interior assinalam um período de transição com repercussões muito significativas, não só ao nível das práticas contrabandistas, como também na organização social, cultural e na demografia das regiões consideradas. O contrabando e a emigração foram, de facto, fenómenos sociais que tiveram uma grande incidência no interior rural português. Ressalvadas as devidas diferenças e contextos, pode-se afirmar que ambos foram responsáveis pela torrencial mobilidade demográfica que nas últimas décadas do século passado abalou todo o país e mais especialmente os territórios de fronteira. Ambos tiveram subjacente o quadro político-económico da altura, marcado por uma repressão ditatorial e por um forte condicionamento e controlo sociais, a par de uma relativa inércia e, até à década de 60, de travagem de desenvolvimento das forças produtivas e, comparativamente a outros países, de fraco investimento de capital em termos agro-industriais<sup>2</sup>. A ambos os fenómenos estavam associados o risco, a aventura e a incerteza do sucesso, o passar a fronteira às escondidas das autoridades, mas, acima de tudo, estava a determinação de uma população numerosa e destituída de recursos para a subsistência. Este *modus vivendi* do passado recente, desde o contrabando à passagem clandestina de emigrantes, representou o meio de sobrevivência de muitos habitantes. Associando a actividade a um certo grau de marginalidade, acabou por constituir uma referência central na configuração do imaginário das populações locais. Muito por causa destas circunstâncias, nestas zonas a desconfiança e até a oposição às autoridades e ao poder instuído central fazia-se sentir, sempre que este perturbasse o seu habitual modo de vida e controlo territorial, nomeadamente em torno, por exemplo, da florestação por parte dos Serviços Florestais (Hily, 1997; Cabanas, 2000; e, em Lindoso, Silva, 1998).

As fronteiras desde sempre sugeriram a procura «da novidade», «da diferença», daquilo que «não há do lado de cá». Embora sendo zonas de vigilância policial permanente, aqui a legalidade e a ilegalidade (con)fundem-se com frequência, alimentando o que em sentido lato podemos designar como uma «cultura de fronteira», caracterizada sobretudo pela convivência e pela familiaridade com a transgressão, o que torna as áreas de fronteira lugares únicos. Com a abolição das restrições alfandegárias entre os países membros da UE e a criação do espaço Schengen, as comunidades raianas ampliam e intensificam as suas

(2) Cf., a este respeito, entre outros, Godinho (1980) e Silva (1989), rebatendo este a tese de forte penetração do capitalismo nos campos portugueses inclusive até aos anos 70, tese esta defendida por Cunhal (1976).



relações, reforçando e recriando, sobretudo nos territórios mais próximos da fronteira, um contexto social muito particular.

## 2. CONTEXTOS TRANSFRONTEIRIÇOS E PROSTITUIÇÃO

Tendo em conta as ilegalidades que convergem nas actividades de prostituição, a sua emergência e progressão em zonas raianas parece, de algum modo, evocar e dar continuidade à já histórica e marcante «tradição de ilicitudes» fronteiriças. Na altura da inauguração da ponte em Barca D'Alva (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo) foi logo dito por um responsável da GNR local: «*Mais um eixo entre os dois países a nível de criminalidade*» (*Nova Guarda*, 14/06/2000). Para as autoridades a fronteira está, de facto, muito associada à imagem de práticas delituosas. Para as pessoas em geral, ela aparece também associada com o «vício» como, por exemplo, o do sexo mercantil. Enquanto pontos de desencano, de passagem, de encontros sem compromissos, da ideia de estar longe da casa, as zonas de fronteira são, no mundo inteiro, zonas privilegiadas de prostituição, com efeitos disfuncionais para uns e mormente o Estado, funcionais para outros/as para utilizar a terminologia mertoniana (cf. Merton, 1970).

No nosso estudo, delimitámos, para efeitos de pesquisa empírica, uma área com cerca de 50 km para cada um dos lados da fronteira, por considerarmos ser nela que se pode fazer sentir de forma mais imediata e notória aquilo que designamos por efeito-fronteira. Em sentido lato, este efeito corporiza-se na estruturação e na articulação de diversos fenómenos económicos e socioculturais em torno da fronteira, nomeadamente dos significados e das representações que esta comporta. É justamente neste quadro de pressupostos que nos parece legítimo admitir que as dinâmicas que a prostituição vem conhecendo nestas regiões andarão, de algum modo, influenciados pelo já referido efeito-fronteira. Optámos, por isso, e como já dissemos, por uma demarcação territorial transfronteiriça para evitar o erro metodológico de desmembrar um fenómeno que se desenrola estreitamente por referência à fronteira, por muito esbatida que, no plano económico e político, ela se tenha tornado na União Europeia. Considerar a prostituição apenas do lado português não permitiria captar o emaranhado transfronteiriço de trajectórias e estratégias postas em marcha pelos actores directamente envolvidos no fenómeno — mulheres, clientes e empresários —, nem tampouco vislumbrar os significados que eles constroem em torno das diferentes dimensões (económica, legal, simbólica, política) confluentes no elemento fronteira para legitimar e justificar muitas das suas práticas no meio prostitucional<sup>3</sup>.

A face mais imediatamente visível do efeito-fronteira no âmbito do fenómeno da prostituição é a elevada concentração de clubes na zona raiana de ambos os lados, entre os

quais circulam, de forma mais ou menos regular, as mulheres, se movimentam os empresários e deambulam os clientes. No que diz respeito à prostituição de rua, ela só tem expressividade na área de pesquisa da equipa da UM, em especial do lado português, ou seja, nos distritos de Viana do Castelo e Braga. Esta constatação pode tomar-se como um indicador suplementar da atracção que a fronteira exerce sobre a «prostituição abrigada» — que de resto também se verifica em zonas (peri)urbanas mais afastadas da fronteira.

Não será abusivo argumentar-se que a condição de excentricidade geográfica que caracteriza os espaços de fronteira terrestre, mormente os de localização mais remota, associada à eliminação recente dos meios de controlo administrativo e de policiamento dos mesmos, acaba, de algum modo, por propiciar uma relativa invisibilidade social e um menor controlo institucional dos fenómenos que aí se desenvolvem. Deste modo, ter-se-á criado também uma certa associação destes espaços com a ideia de «impunidade», à qual não será, seguramente, indiferente a escolha que neles tem vindo a recair para a instalação de estabelecimentos destinados a actividades de prostituição e negócios conexos. Por exemplo, na zona da fronteira de Valença-Tui não só as entidades eclesiásticas têm menor capacidade de dissuasão, por comparação com as de outras zonas mais afastadas da fronteira como Barcelos, como também as autoridades policiais (PSP e GNR) parecem ser mais condescendentes. Assim, em Valença, fomos informados do modo como um elemento da GNR no activo durante o dia, virava, por vezes, durante a noite, segurança numa das casas de alterne da zona. Para além disso, a familiaridade das comunidades raianas com práticas legalmente consideradas marginais e alegadamente criminosas poderá de algum modo favorecer a existência de um clima social menos hostil ou, pelo menos, mais indiferente à carga negativa, que, a vários títulos, as actividades de prostituição congregam, o que terá também vindo a pesar na decisão dos empresários deste segmento de actividade económica.

No caso espanhol estes estabelecimentos estão praticamente disseminados por todo o território nacional, beneficiando da interpretação menos restritiva da legislação em vigor neste país. Nas áreas adjacentes à linha de fronteira com Portugal, a densidade territorial dos «clubes» (*clubs*) aumenta de forma significativa, sobretudo quando a oferta do lado português é mais escassa. A implantação dos clubes nas imediações da fronteira visa, então, atrair clientela portuguesa. Esta situação é particularmente evidente em Fuentes de Oñoro (Castela e Leão), onde, como apurámos e na esteira do referido por Garcias (2001: 26-27), mais de 90% dos clientes são portugueses, assim como em Tui-Vigo e em Verín (Galiza), onde, segundo os nossos dados, a mesma percentagem rondará entre os 70 a 80%<sup>4</sup>. Na zona da Guarda, «*ir às meninas em Espanha*» é expressão bem conhecida e, não raramente, as festas/saídas de grupos masculinos têm o seu final na fronteira com a Espanha, mais precisamente duzentos metros para além dessa fronteira. Tal como acontece em Tui e em Fuentes de Oñoro, em Verín, o elevado número de clubes tem ainda a ver com o facto

(3) A propósito da dimensão simbólica das fronteiras, vejam-se, entre outros, Van Genneep (1977), Douglas (1976) e Turner (1974).

(4) A propósito das razões que estão na base desta grande afluência de clientes portugueses aos clubes espanhóis, veja-se o capítulo sobre os clientes.



de muitos empresários da noite portugueses terem aí instalado os seus negócios, «na *convicção de que ali o risco e a probabilidade de virem a ser incomodados pelas autoridades serão tendencialmente menores*» (Ribeiro e Sacramento, 2002: 224). Aliás, a notória presença de mulheres brasileiras nos clubes aí existentes é mesmo justificada pelo facto de a sua clientela ser maioritariamente portuguesa.

A maioria dos estabelecimentos de prostituição encontra-se no enfiamento dos grandes eixos rodoviários transfronteiriços que estabelecem a ligação entre os centros urbanos (e respectivos *hinterlands*) mais próximos da fronteira, como é o caso de Valença-Tui/Vigo, Montalegre-Xinzo de Límia, Chaves-Verín, Bragança-Alcanices-Zamora e Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro. Estes são eixos paradigmáticos do fenómeno substitucional transfronteiriço que registam uma circulação mais intensa de clientes, de mulheres e empresários, uma situação que ficará a dever-se à maior concentração dos estabelecimentos de prostituição e a um enraizamento histórico mais consistente em termos de dinâmicas transfronteiriças. Estes eixos constituem, assim, uma espécie de paradigma dos desenvolvimentos actuais do fenómeno da prostituição feminina em regiões de fronteira. De facto, a proximidade da grande maioria dos clubes, relativamente aos principais eixos rodoviários, é um factor que lhes confere, como notam Tizón *et al.* (1996: 60),

«un perfil diferente ó dos que están nos arredores dos pobos, pero distantes daquelas vías, tanto no referente á intensidade de rotación das mulleres, como ó tipo de cliente co que tratan ou a suma de ingresos que alcanzan. Os bordeis que están situados nas beiras das grandes vías de comunicación, en especial cando a densidade demográfica do entorno é baixa (caso da estrada nacional Madrid-Vigo, no tramo comprendido entre A Gudiña e Verín) son os que presentan as peores condicións [...], a clientela é esporádica – con presenza destacada de viaxantes e camioneros – e a rotación das mulleres moi frecuente [...]. Son locais de paso para todos, incluído o dono».

A prostituição feminina nas regiões de fronteira que temos vindo a considerar é um fenómeno antigo, ainda que até há cerca de 15 a 20 anos tenha tido uma visibilidade e dimensões incomparavelmente menores das que tem actualmente, sobretudo no que concerne aos territórios do lado português. Com efeito, deste lado, até àquela altura existia sobretudo prostituição de rua ou de estrada com alguma expressão (que ainda mantém) na região do Minho, sendo pouco relevante em Trás-os-Montes e nas Beiras. Simultaneamente, existia um ou outro estabelecimento onde algumas mulheres, quase sempre só portuguesas, se prostituíam. Em Bragança, por exemplo, durante a década de 70, havia dois estabelecimentos deste género, um dos quais ainda opera actualmente. Por seu lado, nas zonas raianas de Espanha, até à década de 1980, a prostituição encontrava-se essencialmente acantonada em bairros específicos das principais cidades, casos de Vigo, Orense, Zamora e Salamanca. Esses bairros, designados de *barrios chinos* ou *barrios bajos*, ainda hoje existem como tais, embora já sem a importância e a expressão que tiveram no passado. Geralmente estão situados

«en la parte más antigua y peor pavimentada de la urbe y están compuestos de una serie de bares rechamantes, prevaleciendo los colores rojo y violeta como si esto representase un reclamo erótico; en ellos mismos también se encuentran las casas donde se retiran para quedarse a solas la prostituta y el cliente» (Franco, 1977: 22).

Sensivelmente a partir da década de oitenta, como destacam Tizón *et al.* (1996), a prostituição começa, gradualmente, a abandonar estes bairros tradicionais e a estabelecer-se na periferia das cidades ou junto às vias de comunicação, mormente as de maior tráfego. Contudo, os *barrios chinos* não desaparecem por completo. O de Zamora, por exemplo, tem ainda cerca de 10 «bares», no conjunto dos quais, à data da nossa pesquisa de campo, trabalhavam aproximadamente 65 mulheres, na sua grande maioria dominicanas e colombianas. Enquanto que a actividade da prostituição nos *barrios chinos* decai de forma mais ou menos significativa, surge a partir dos anos 80 do século XX uma nova modalidade de prostituição, praticada em estabelecimentos localizados nos arredores das cidades, já expressamente construídos ou adaptados para o efeito. Este fenómeno corresponde a um processo de realocação da prática de prostituição, já que em muitos casos os clubes são propriedade de antigos donos de estabelecimentos nos *barrios chinos*<sup>5</sup>.

Do lado fronteiriço português os clubes começam a surgir, em finais da década de oitenta, como resultado de uma espécie de «contágio» da franca expansão que esta modalidade de prostituição já registava do lado de lá da fronteira. O seu *boom* dá-se por volta de meados da década de noventa, expressando claramente os efeitos da liberalização das fronteiras. Desde então o crescimento do sector foi significativo, ainda que por enquanto esteja longe de atingir as proporções e a «maturidade» que já tem em Espanha, onde já se encontram constituídas, em alguns casos, sociedades anónimas que controlam vários clubes e existe uma associação nacional desse tipo de estabelecimentos: Asociación Nacional de Empresarios de Locales de Alterne (ANELA). Estes novos desenvolvimentos do fenómeno da prostituição evidenciam uma crescente organização e profissionalização do sector, bem como um pendor para a concentração que não pode ser dissociada das tendências que marcam o modo de funcionamento actual do capitalismo global. Em Portugal, ainda que de forma ténue, também se começam a esboçar fenómenos semelhantes, numa conjuntura em que a recessão económica do país se repercute de forma negativa sobre a procura. Alguns proprietários de clubes, que já tinham alguma ascendência neste meio empresarial, aproveitaram as dificuldades que outros estavam a sentir para fazer face ao decréscimo da procura e adquiriram-lhes os respectivos estabelecimentos. Nalguns casos os clubes adquiridos estão do outro lado da fronteira, a menos de uma dezena de quilómetros de Portugal. Terá sido este ímpeto expansionista, a par da sirene da moralidade activada pelo chamado movimento das «Mães de Bragança», que

(5) Em Zamora, o proprietário de um dos maiores e mais luxuosos clubes que visitámos, aberto há cerca de uma década nos arredores da cidade, junto a uma via rodoviária de grande circulação, teve durante largos anos um bar no *barrio chino* local.

motivou as operações policiais levadas a cabo nas várias zonas fronteiriças, em especial no Nordeste Transmontano.

A par das práticas de prostituição, os clubes são também espaços de lazer e diversão, não sendo raros os homens que os frequentam, apenas para tomarem «*unas copas*», «*pasar un rato*», «*mirar las chicas*», conviver entre si e com as mulheres, assistir aos espectáculos e *shows* eróticos que alguns oferecem. Esta componente de lazer tem vindo a ser objecto de grande atenção e investimento por parte dos empresários, que assim procuram desligar a conotação social mais imediata destes estabelecimentos como «locais de vício» para os apresentar como «locais de diversão».

### 3. AMBIENTES DE ACÇÃO

Analisado o contexto e a importância do efeito-fronteira em vários fenómenos e, em especial, no da prostituição, torna-se relevante incidir a atenção nos lugares e espaços das práticas institucionais, tendo como referência os eixos geográficos transfronteiriços delimitados num raio de cerca de 50 quilómetros para cada um dos lados: espanhol – mais trabalhado pela equipa de Trás-os-Montes – e, em especial, português, sobre o qual nos debruçamos de modo mais incisivo nas vertentes descritiva e analítica. Se, por um lado, há pontos de convergência entre as três zonas estudadas, algumas singularidades e até idiosincrasias encontradas nas diversas regiões sob estudo justificam, neste capítulo, o seu tratamento por zonas, pelo que passamos a analisar os respectivos contextos espaciais em termos regionais e locais. Mais em concreto, abordaremos a localização, a organização e o funcionamento dos espaços e dos lugares onde a prostituição feminina é exercida, dentro dos limites geográficos que estipulámos para efeitos da pesquisa empírica: espaços de prostituição abrangida (os clubes) e de prostituição de rua, estes últimos, como já referimos, circunscritos à área do Minho.

#### 3.1. A zona de Trás-os-Montes

A geografia da investigação mais especificamente a cargo da equipa da UTAD circunscreveu-se a uma área delimitada por dois grandes eixos de circulação transfronteira: o eixo Montalegre/Xinzo de Limia e o eixo transfronteiriço Bragança/Zamora, na qual se insere o corredor Chaves-Verín. É, assim, abrangida a área raiana de Trás-os-Montes e, do lado espanhol, a franja sudeste da região da Galiza e, na continuação, um pequeno corredor do noroeste de Castilla-Léon.

Na problemática em que centrámos a pesquisa, o contexto geográfico assume uma especial importância. Quanto ao papel activo e significativo do referido contexto no fenómeno da prostituição no sul da Galiza, Tizón *et al.* (1996: 59) apresentam-no como:

«[...] un dos condicionantes máis importantes á hora de comprender moitas das manifestacións particulares das que se recobre [a prostituição], porque nel se resumen dun xeito visible e estadisticamente fiable, as variables que conforman o substantivo, tanto no plano social, como individual deste oficio. No plano simbólico a súa importancia non é menor. Cal sexa o lugar de traballo está intensamente relacionado coa súa connotación social».

Deve-se notar que a forma como o espaço é usado, mais concretamente, os processos de intervenção humana no território são inseparáveis das dinâmicas sociais nele verificadas, tal como o sustentaram vários autores, sendo de destacar Remy (1975). Também na perspectiva de Bourdieu, «*a noção de espaço contém, por si própria, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social*» (1997: 31). Os actores sociais percebem que o espaço não é socialmente homogéneo. Nele se constroem e exprimem as distinções, segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), que marcam vários outros aspectos da vida social.

Nesta zona, o relativamente grande número de estabelecimentos junto à linha de fronteira contrasta com a quase ausência de prostituição de rua. Só muito pontualmente e sem qualquer expressividade é que aparece um ou outro caso de uma mulher, por regra toxicodépendente, que usa a rua para angariar os clientes com quem se prostitui, quando não tem outro meio de obter dinheiro para satisfazer os seus consumos. Nestas circunstâncias, encontramos apenas uma mulher em Bragança e uma outra na cidade de Chaves. Esta última faz-se acompanhar pelo seu companheiro, também ele toxicodépendente, cuja dependência ela financia. Seria, portanto, abusivo, a partir de situações tão residuais como estas duas, considerar-se a existência de prostituição de rua propriamente dita. Admitindo embora a existência de novas formas de prostituição praticadas mediante o recurso a anúncios nos jornais ou através de contactos pessoais em círculos muito restritos, nesta área raiana, por agora, apenas é visível a existência de prostituição abrangida, praticada em estabelecimentos destinados especificamente a tal actividade. Assim sendo, reflectir-se-á sobre esta modalidade, sendo que os números aqui adiantados se reportam ao tempo em que decorreu o nosso trabalho de pesquisa empírica.

Na área delimitada, acima referida, foram identificados 39 estabelecimentos de prostituição, a maioria dos quais se encontra no enfiamento das vias rodoviárias que estabelecem a ligação entre os centros urbanos (e respectivas áreas de influência) mais próximos da fronteira. No eixo Montalegre/Xinzo de Limia<sup>6</sup> há sete estabelecimentos de prostituição: cinco do lado espanhol e dois do lado português. Localizam-se todos, sem excepção, adjacentes a estradas nacionais. Quatro deles apresentam uma localização claramente rural (três isolados e um integrado numa zona habitacional). Os outros três inserem-se em agregados de perfil mais urbano (dois em áreas residenciais e um numa área industrial). A distância em relação à fronteira mais próxima é, de um modo geral, considerável, variando entre um mínimo de 21 km e um máximo

(6) Partindo de Montalegre, segue-se pela EN 311 em direcção à fronteira e, já em Espanha, pela estrada até Xinzo de Limia. Este eixo prolonga-se ainda para oeste e para este, formando um «T», através da N 525, a antiga estrada Vigo-Madrid.

de 40 km. Com a construção relativamente recente da Autovia das Rias Baixas (A 52), que liga Vigo e Madrid, os clubes da zona de Xinzo de Limia, todos eles localizados na estrada nacional 525, até então a única a assegurar esta ligação, perderam muitos dos seus clientes de passagem/ocasionais. O «cliente-camionista» tornou-se numa categoria meramente residual.

No eixo Chaves/Verín<sup>7</sup> localizam-se nove casas de prostituição, das quais apenas três se encontram do lado português. Também aqui a berma das respectivas estradas nacionais figura como a localização mais escolhida. Seis dos estabelecimentos encontram-se em áreas de perfil rural (três isolados e três integrados em pequenos núcleos populacionais). Dos restantes, um localiza-se numa área residencial urbana, ao passo que os outros dois se encontram no limite do perímetro de um pequeno aglomerado urbano (um isolado e outro junto a algumas habitações). A distância em relação à fronteira é, no geral, bastante reduzida. O estabelecimento mais próximo está a escassos metros e o mais afastado a cerca de 30 km. Daqui resulta uma grande proximidade entre os estabelecimentos, o que potencia as possibilidades de circulação de clientes e de mulheres, conferindo-lhe uma maior, ainda que relativa, visibilidade social. Neste eixo, mas do lado espanhol, a distribuição espacial dos clubes é assim explicada por um cliente português: «A Pérola é para os *troilhas*, o Tropical é para os *encarregados*, o Luxo Asiático é para os *empresários* e os que *ficam nos montes isolados* são para a *alta burguesia*». Associa, deste modo, a localização, nomeadamente o binómio *acessibilidade/visibilidade*, a um determinado perfil de clientela, construindo o eixo estruturante de referência na hierarquização social dos clubes, implícita na sua avaliação. Tal como aconteceu na zona de Xinzo de Limia, também os clubes de Verín têm vindo, com a construção da Autovia das Rias Baixas, a perder clientela, sobretudo os clientes de passagem.

Por último, no eixo transfronteiriço Bragança/Zamora<sup>8</sup>, o mais longo de todos, com cerca de 125 Km<sup>9</sup>, existem 24 estabelecimentos: oito do lado português e 16 do espanhol. A proximidade em relação a rodovias nacionais continua a ser uma constante<sup>10</sup>, sendo que sete se localizam em espaços rurais (três isolados, um numa área de agro-indústrias e três junto a residências) e os restantes 15 em zonas de perfil urbano, praticamente todos eles inseridos em áreas habitacionais e de serviços. Apesar do grande número de estabelecimentos neste último eixo, as dinâmicas transfronteiriças, em virtude de um maior afastamento desses estabelecimentos da linha de fronteira (entre 30 a 50 Kms)<sup>11</sup>, ficam bastante aquém das que se verificam, por exemplo, no eixo Chaves/Verín.

(7) De Chaves até à fronteira de Vila Verde da Raia toma-se a EN 103-5, depois a estrada N 532 até Verín, de onde se segue para oeste e para este através da N 525.

(8) Entre Bragança e a fronteira de Quintanilha a ligação é feita pelo IP 4 e, no seguimento deste, pela EN 218. Do lado espanhol segue-se pela N 122 (E 82) até Zamora.

(9) Contudo, ambos os centros urbanos se encontram dentro do perímetro aproximado de 50 Km traçado a partir da fronteira. Acontece é que Zamora fica, consideravelmente, mais a sul que Bragança.

(10) Apenas num caso, nos arredores de Bragança, a localização não é junto a um eixo rodoviário nacional, mas sim a escassos metros de uma estrada municipal pouco movimentada.

(11) As fronteiras mais próximas são Quintanilha, para os bordéis de Bragança e do concelho de Alcañices (a cerca de 30 km), e Miranda do Douro, para os de Zamora e arredores (a cerca de 50 km).

Ainda no que diz respeito à localização dos estabelecimentos, em Bragança/Zamora, e contrariamente ao perfil predominantemente rural evidenciado pelos outros dois eixos transfronteiriços, ela recai, sobretudo, em áreas habitacionais urbanas: cinco no casco urbano de Bragança e 12 em Zamora, 11 dos quais concentrados no chamado *Barrio Chino* (Bairro de Santa Ana), em pleno centro histórico desta cidade. Este bairro, tal como muitos outros do mesmo género em Espanha, constitui, em muitos aspectos, uma excepção digna de registo. Com efeito, os *barrios chinos* ocupam os mesmos lugares que antes da proibição da prostituição em 1956, tal como o fez notar Cebrían Franco (1977: 22), acrescentando que «algunos de ellos ocupan esse puesto desde tiempo inmemorial», ao passo que a grande maioria dos clubes, em Espanha, surgiu apenas na década de 80 e já com a «designação social» de *club*. É a partir desta altura que

«...a prostitución abandona os barrios degradados, pero céntricos, nos que durante tanto tempo se levava a cabo a actividade e desprázase ó entorno das cidades ou ás proximidades das vías de comunicación. Certamente, aqueles non desaparecen, pero xa non supoñen o groso da actividade» (Tizón *et al.*, 1996: 59).

Uma outra particularidade do *Barrio Chino* de Zamora tem a ver com o facto de os seus bares funcionarem, com a excepção de três, todos na mesma rua. No passeio oposto aos dos bares não há edifícios, apenas a muralha que envolve o centro histórico, edificada sobre uma arribá com cerca de quatro metros de altura. Esta localização transforma o bairro numa espécie de enclave, o que, por si só, assegura aos que o frequentam uma certa invisibilidade, anonimato e privacidade, mau grado situar-se em pleno coração da cidade, rodeado por blocos habitacionais, áreas de comércio e locais de interesse histórico. Ainda em termos de particularidades, há a assinalar a significativa incidência de gestão/propriedade feminina dos bares deste *Barrio Chino*, por comparação com o que acontece com a generalidade dos clubes. Pudemos mesmo constatar o caso de uma ex-trabalhadora sexual dominicana que é proprietária de três estabelecimentos, sendo que dois deles são geridos pelas suas duas filhas. Como estão situados lado a lado, as mulheres circulam entre os três estabelecimentos, de acordo com a frequência da clientela.

Com uma localização mais ou menos excêntrica relativamente aos grandes eixos transfronteiriços que têm vindo a ser considerados, o nosso estudo inclui ainda mais quatro estabelecimentos, todos em território português, dispersos pelo espaço geográfico que medeia entre Chaves/Verín e Bragança/Zamora<sup>12</sup>, de certa forma a preencher um nicho de mercado que escapa à capacidade de atracção daqueles corredores. Estão todos eles inseridos em meios rurais, um isolado, a cerca de 500 metros de um itinerário principal, e os restantes três junto a estradas nacionais: um isolado e dois nas franjas de pequenos núcleos populacionais.

(12) Foram adoptadas referências vagas, de forma a salvaguardar o anonimato dos estabelecimentos.



De um modo geral, em Trás-os-Montes a localização das casas de prostituição parece orientada pela preocupação de conciliar acessibilidade com privacidade, ou seja, ficam situadas em locais onde seja fácil chegar mas que, tanto quanto possível, assegurem a ocultação da identidade dos frequentadores. Algumas casas ficam mais isoladas, enquanto outras ficam mais próximas de áreas habitacionais, ou, nalguns casos, até mesmo aí integradas. Estas diferenças no entorno reflectem-se, inevitavelmente, nas suas dinâmicas internas, sendo que, entre outros, o funcionamento das que se encontram integradas em núcleos populacionais é bastante mais condicionado por estrangulamentos impostos pelo meio, do que o das que estão isoladas. Pese embora este maior ou menor condicionamento do meio o certo é que todas elas, como destaca um agente da PSP que, a nosso pedido, nos acompanhou nalgumas saídas nocturnas iniciais, «*procuram não dar muito nas vistas*». De facto, deste modo poderá ser mantida alguma distância e discrição, preservando a actitude do olhar e da atenção da sociedade e assegurando para mulheres, empresários e, sobretudo, para clientes a necessária invisibilidade social. Só assim se conseguem manter em estado de latência os anticorpos sociais que continuam a rodear a prostituição.

Essa invisibilidade é, como veremos, um factor contextual fundamental na construção e/ou reformulação das identidades dos diferentes actores que protagonizam o fenómeno. Para além do anonimato, conferido pela localização, muitos estabelecimentos accionam ainda estratégias de reforço da sua invisibilidade física. Esta situação é particularmente evidente do lado português, já que do outro lado, nos clubes espanhóis, parece que, de um modo geral, a tentativa de ocultação se fica apenas pelo nível da localização. De facto, nos bordéis portugueses nem mesmo as características físicas exteriores denunciam a sua verdadeira natureza. Geralmente apresentam-se como simples prédios de habitação, de construção não muito recente, projectados com outras finalidades que não a prostituição<sup>13</sup>. O rés-do-chão, ou pelo menos parte dele, encontra-se ocupado por aquilo que, no exterior do edifício, é enganosamente identificado como café, cervejaria, bar, *pub*, discoteca, ou mesmo «vinhos e petiscos», designações comerciais que, quase sempre, correspondem às que foram atribuídas quando do licenciamento. Nalguns casos, tal como se constatou em cinco estabelecimentos, não é exibido qualquer tipo de designação comercial exterior. Contudo, dois deles têm afixado minúsculos reclusos, nos quais consta apenas o respectivo nome do local e, num outro, a designação *pub*, mas no seu interior. Nem mesmo a iluminação exterior contribui para atenuar o acentuado défice de identificação e, de alguma forma, indiciar a prática de prostituição. Somente encontramos quatro estabelecimentos com iluminação em néon, de onde lhes advém uma maior visibilidade física e, também, social. Em Espanha, pelo contrário, a visibilidade dos clubes é, indiscutivelmente, maior. Todos eles têm reclusos identificativos e apenas seis (quatro deles no *Barrio Chino*), além do respectivo nome, não têm exposta qualquer designação comercial no exterior. Os restantes ostentam as designações de *club* e *bar*, esta última apenas no *Barrio Chino*. Apesar de *club* ser a mais difun-

(13) Para funcionarem, por exemplo, como cafés ou como simples moradias.

dida, na realidade ela carece de reconhecimento legal e, por isso, os estabelecimentos assim publicamente designados são, oficialmente, licenciados como bares, bares especiais, *pubs*, *hostals* ou *whiskerías*. A iluminação é um factor que também contribui significativamente para a maior visibilidade dos locais de prostituição do lado espanhol. Enquanto que em Portugal prevalece a discrição, conquanto existam alguns casos manifestos de apresentação exuberante, em Espanha qualquer bordel marca a sua presença através de grandes painéis luminosos e iluminação complementar que se impõem na paisagem e trazem à existência de quem passa a natureza das actividades ali prestadas. De facto, salvo raras excepções no *Barrio Chino*, pode dizer-se que a grande imagem de marca dos clubes espanhóis é a abundante e apelativa iluminação em néon, através de pequenas tiras tubulares, de várias cores, instaladas no seu exterior (ver Figura 2). Nalguns casos, os reclusos utilizam também motivos figurativos, tais como mulheres nuas, palmeiras e copos de *cocktail*. Procura-se, assim, através de elementos indiciadores de erotismo, tropicalismo e euforia, também sugeridos pelos próprios nomes dos locais, apelar à dimensão dionisiaca dos (potenciais) clientes, geralmente recalçada nos papéis sociais do quotidiano. A esta estetização exótico-erótica pode ainda juntar-se um significante de clube constante dos reclusos identificativos, veiculado pela própria designação de clube constante dos reclusos identificativos exteriores. No *Barrio Chino* de Zamora, como já foi referido, continua ainda a utilizar-se a designação de *bar*, tal como há décadas atrás, muito antes de aparecer a expressão anglo-saxónica clube. Para além desta particularidade terminológica, é preciso também notar que os bares do *Barrio Chino* não evidenciam condições físicas que permitam uma equivalência aos clubes. Encontram-se no interior da cidade, alinhados «porta sim, porta sim» no mesmo bloco de miniprédios<sup>14</sup> de dois a três andares, já com sinais evidentes de degradação. Pelo contrário, os clubes encontram-se instalados em moradias situadas fora das localidades, isoladas e com condições razoáveis.

Os espaços institucionais observados são, a todos os títulos, muito variáveis. Desde o pequeno clube decadente, a funcionar numa moradia que em tempos terá servido de habitação familiar, passando por espaços mais ou menos dissimulados dos mais diversos perfis arquitectónicos, até ao edifício construído para a exploração hoteleira ou, inclusive, a pensar já na prestação de serviços de sexo mercantil, como acontece em alguns locais em Espanha, encontramos as mais diversas tipologias. De certa forma as diferenças observadas têm muito a ver com o desigual sucesso dos seus proprietários, o nível socioeconómico da zona onde se localizam, o segmento de clientes que pretendem ou podem captar e, por último, as disposições jurídicas vigentes em cada um dos países.

O tipo de espaço prostitucional influencia, ainda que de modo não determinante, as condições de trabalho das prostitutas. Elas estão estritamente relacionadas com aspectos como: (i) a disposição, iluminação (interior) e mobiliário do espaço público, o chamado *bar*, onde

(14) As suas respectivas áreas situam-se, aproximadamente, entre os 100 m<sup>2</sup> e os 150 m<sup>2</sup>, ao passo que nos clubes a área aumenta de forma considerável para valores, por regra geral, superiores a 200 m<sup>2</sup>.



Figura 2: Fotografias de espaços prostitutionais na zona raiana de Minho e Trás-os-Montes/Galiza



os clientes bebem, assistem, em alguns casos, a *shows* eróticos e estabelecem a interação com as trabalhadoras sexuais, incluindo a negociação para a eventual «subida»; (ii) o conforto dos quartos, incluindo as condições de higiene e de aquecimento por eles proporcionados; (iii) o tipo de alojamento e alimentação, quando elas são garantidas pelo estabelecimento.

Em regra os lugares prostitutionais possuem um espaço de conversa e interação: o bar. Para muitos clientes este é um espaço privilegiado e, não raro, o único por onde passam, conversam e bebem, ao mesmo tempo que pagam uma «copa» a alguma companheira do momento. A entrada para o bar faz-se usualmente através de um pequeno *hall*, que tem como principal função desencorajar a curiosidade de eventuais *mirones*. No *Barrio Chino*, como o espaço dos bares é muito exíguo, optou-se, nalguns casos, por uma «entrada directa» e, noutros, pela improvisação de um minúsculo *hall*, formado por duas cortinas amovíveis, sustentadas por uma estrutura de ferro fixada na parede por cima da porta. Na maioria dos estabelecimentos portugueses desta zona a entrada é regulada por porteiro e/ou segurança, que só abrem a porta exterior à medida que chegam os clientes. Estes, ou tocam a campainha, ou são previamente visualizados e identificados através de câmaras de vigilância exteriores instaladas nalguns clubes, o que permite evitar um ou outro cliente considerado indesejável e, acima de tudo, inviabilizar o efeito surpresa de eventuais rusgas policiais. Para além de vigiarem e controlarem as entradas, os porteiros e seguranças procedem também à entrega de cartões de consumo. Já em Espanha não é feito controlo das entradas, nem distribuído qualquer cartão de registo da bebida, ainda que os empregados de balcão estejam sempre muito atentos aos clientes que vão chegando e aos seus respectivos consumos<sup>15</sup>.

O espaço do bar dos clubes, amplo nalguns locais e acanhado noutros, apresenta configurações muito distintas. Contudo, podem reconhecer-se algumas tendências ou até mesmo padrões. A decoração é, de um modo geral, pouco apurada, resumindo-se, basicamente, a alguns quadros estampados, nos quais predominam figuras femininas numa estética com elevada carga sensual e erótica. Como elemento marcante do bar temos o balcão ou «barra», mais ou menos extenso. Aqui se fornecem as bebidas, aqui mulheres e clientes dialogam e goceiam eventuais subidas, aqui e daqui se controlam os movimentos e os comportamentos dos presentes, em especial das mulheres. O balcão encontra-se quase sempre disposto de forma a evitar, na medida do possível, que os clientes se apinhem para tomar as suas bebidas, o que iria causar alguma perturbação e dificultar o entabular de conversa por parte das mulheres. Num clube de Zamora, o balcão, enorme, apresenta uma configuração em círculo mesmo no centro do bar, estimulando assim uma convergência que propicia não só o consumo, como também uma distribuição mais uniforme de clientes e mulheres e uma maior visibilidade de parte a parte.

(15) Este zelo ficou bem ilustrado numa situação, presenciada durante o trabalho de campo, em que um empregado do bar, apesar de haver muito movimento nessa noite, chamou a atenção a um cliente que ia a sair para o facto de este ainda não ter feito o dito «consumo mínimo obrigatório», que de obrigatório tem muito pouco, dado não estar legalmente fixado.

Em muitos espaços institucionais predominam os bancos altos em detrimento das cadeiras ou sofás, contribuindo para chamar o corpo à ordem (Bourdieu, 1999), quer dizer, favorecem uma posição corporal onde o contacto físico entre a trabalhadora e o cliente é praticamente inevitável, permitindo assim que aquela coloque em prática determinados gestos e movimentos corporais que estimulam o desejo no seu interlocutor. O objectivo é abreviar o tempo de conversa entre eles, levando o cliente a não se demorar na tomada de decisão para «subir»<sup>16</sup>. No entanto, na maior parte dos clubes o restante espaço do bar é preenchido por vários conjuntos individuais de sofás, cada qual com uma mesa, alguns bancos dispersos, máquinas de jogos, de tabaco e, por vezes, de *snacks*. Muitos dos estabelecimentos portugueses evidenciam todas estas características, em termos de organização, «recheio» e iluminação do espaço interior, salientando-se, contudo, a excepção daquilo que pode ser considerada como uma constante nos clubes espanhóis – as máquinas de jogos. Mesmo os bares do *Barrio Chino* apresentam algumas semelhanças, se bem que, tendo em conta a exiguidade do espaço, em nenhum se encontram os tais núcleos de sofás. Os conjuntos de sofás parecem constituir-se como pólos de agregação grupal, propiciando uma interacção mais alargada e consistente entre os clientes e as mulheres. Além disso, asseguram privacidade e um maior anonimato, o qual é também favorecido por uma iluminação insuficiente. Contudo, alguns estabelecimentos, principalmente os mais recentes, além destas áreas de penumbra, ocupadas sobretudo por aqueles que estão mais interessados nos serviços sexuais, têm também zonas com uma iluminação aceitável, mais destinadas ao convívio de grupos de amigos que utilizam o local como mero espaço de convívio e lazer.

Como é habitual também em bares e discotecas não pertencentes ao meio prostitucional, a iluminação é assegurada por artefactos mais ou menos sofisticados, completada pela presença constante de música gravada. Em concordância com o tipo de serviços prestados e as expectativas dos clientes, a iluminação é difusa, marcada pela presença de lâmpadas «negras» e outras que podem alterar de forma considerável o julgamento que cada um faz dos rostos e dos corpos que observa, quase sempre no sentido da valorização estética e sobretudo erótica. O tipo de música varia, ainda que predominem os registos melódiosos mais suaves e adequados ao despertar de estímulos libidinosos e os sons latino-americanos, tão do agrado das trabalhadoras sexuais provenientes destas geografias. Alguns destes espaços, sobretudo os de maior dimensão e orientados para a captação de clientes com superiores recursos económicos, estão equipados com pequenas áreas para espectáculos eróticos ao vivo. O elemento central desta área é o poste, em torno do qual as mulheres executam as suas coreografias eróticas.

Estivemos no *Paris*, um clube isolado à beira da estrada nacional que liga Verín a Xinzo de Limia. Embora um pouco desviado da fronteira, os clientes são maioritariamente portugueses. As mulheres têm boa apresentação. O edifício, de construção recente e nitidamente

(16) Subir, equivalente ao francês *monter* com os seus dois significados. Subir neste caso refere-se à prática sexual com a prostituta.

vocacionado para a prática da prostituição, possui uma área contígua à «barra» para *shows* eróticos. Qualquer cliente disposto a pagar pode usufruir, apenas ele ou quem quiser, deste espectáculo, uma vez que possui umas cortinas que isolam este espaço do resto do bar (Xinzo de Limia, 15/02/2002).

Estivemos no *Pantera*. Propriedade de um português, há mais de duas décadas em Espanha, é um pequeno clube decadente, um «tasco» na expressão do seu proprietário, localizado na zona suburbana de uma pequena vila galega, onde meia dúzia de mulheres luta pela sobrevivência. Trata-se de uma antiga moradia adaptada para uso prostitucional. O bar é de pequena dimensão, de formato quadrado, com o balcão colocado num canto. Quase na penumbra, a decoração é pobre, em tons claros. Depois de bebermos um copo, despedimo-nos do seu proprietário e dirigimo-nos ao *Winston*. Menos imponente do que o *Éden* de Zamora, trata-se de um edifício construído para fins hoteleiros, perfeitamente adequado à prestação de serviços de sexo mercantil. Está classificado como hotel de duas estrelas. Dotado de um amplo parque de estacionamento próprio, onde a profusão de automóveis de prestígio denuncia a posição de classe dos principais frequentadores, o acesso é feito através de uma entrada muito semelhante à existente em bares e discotecas. Apesar de não ser muito grande, o interior é muito agradável, dominado por tons vermelhos e uma iluminação cuidada e abundante. O balcão do bar é o elemento arquitectónico mais marcante, estando disposto numa configuração de semicírculo, ao longo do qual se colocam os clientes e as trabalhadoras sexuais (Barco de Valdeorras, 30/06/2002).

Fomos ao *Lucky Luke*. Fica numa pequena aldeia do distrito de Bragança. É uma moradia de aldeia, de construção relativamente recente (20-30 anos), em fraco estado de conservação, algo decadente. Pelos sinais distintivos do parque automóvel e do vestuário utilizado, tudo parece apontar para clientes de baixos recursos, incluindo escolares, vivendo de pequenos salários na construção civil ou de actividades desqualificadas na agricultura e no pequeno comércio. Como em qualquer clube português, o acesso é sujeito a uma maior vigilância por parte dos responsáveis, sempre atentos a quem entra, num esforço de identificação e das motivações dos visitantes. O espaço é amplo, mal iluminado, com um pequeno balcão de apoio ao bar e numerosos sofás e cadeiras onde se sentam clientes e trabalhadoras sexuais em conversa (Mirandela, 20/3/2003).

Em quase todos os clubes, o acesso do bar para os quartos faz-se, geralmente, pelo interior do edifício. Quando este tem apenas um piso, o acesso das mulheres e dos clientes é feito através de uma porta que dá para um corredor onde se encontram os quartos. No caso de ter mais pisos é feito por escadas interiores que se iniciam num pequeno *hall* ao qual se acede através de uma saída discreta, ou mesmo camuflada, do bar<sup>17</sup>. Noutros casos, mais raros, a ligação bar-quartos é feita pelo exterior: os clientes e as mulheres saem para a rua e voltam a entrar no mesmo edifício ou num outro anexo, onde se encontram os quartos. Forja-se, assim, uma ima-

(17) Para tal são frequentemente utilizadas estruturas em madeira que se assemelham a biombos.



gem de independência entre o bar e o local de prestação dos serviços sexuais, constantemente reiterada no discurso dos proprietários-«empresários», procurando deste modo acautelar a identificação do seu envolvimento directo nos benefícios financeiros do negócio da prostituição. Tal como argumentou um deles: «O bar, estas quatro paredes, são da minha responsabilidade, agora, o que se passa lá em cima [quartos], já tem que ver com as mulheres... e com eles [clientes]. Isso já são coisas deles! Nem há ligação directa daqui para lá» (proprietário de clube, 42). Registámos ainda num pequeno número de clubes (três, todos do lado português) uma terceira «modalidade de acesso» aos quartos, que se constitui como uma espécie de híbrido das duas anteriores: as mulheres utilizam um acesso interno e os clientes um externo.

Os clubes situados do lado espanhol apresentam, em regra geral, muitos quartos, chegando mesmo a números consideravelmente elevados, não raro ultrapassando as duas dezenas. Os bares do *Barrio Chino* de Zamora constituem a excepção a esta tendência, pois o número de quartos não vai além de três a quatro, minúsculos e à beira da insalubridade<sup>18</sup>. No que diz respeito aos estabelecimentos portugueses, cinco deles também apresentam um número considerável de quartos, entre os oito e os 12, com condições razoáveis. No entanto, tendo em conta a sua arquitectura<sup>19</sup>, apenas um, com um perfil muito semelhante ao dos clubes espanhóis, parece ter sido construído para a finalidade que actualmente tem. Para além destes, que têm mais quartos, a maioria apenas tem três e quatro.

A qualidade dos espaços onde são prestados os serviços sexuais é muito desigual, mormente em termos de condições de higiene. De facto, a apresentação dos quartos, incluindo a sua decoração e iluminação, não obedece a um único padrão, conquanto possamos encontrar elementos comuns a todos eles. Ficam, na maior parte dos casos, situados nos andares superiores dos estabelecimentos. O seu conforto e estilo estão estreitamente relacionados com o nível geral das instalações. Em alguns casos podem funcionar como o apoio pessoal da trabalhadora sexual, situação que raramente é olhada com satisfação. Na sua configuração mais habitual cada quarto é composto por uma cama, mobiliário diverso de apoio, nomeadamente mesinhas de cabeceira e armários, de grande utilidade quando ele serve também de espaço de repouso da trabalhadora sexual, e lavabos. Estes são compostos por lavatório, bidé e, nalguns casos, chuveiro. Praticamente todos os quartos têm acesso a uma ou duas casas-de-banho de serventia geral<sup>20</sup>. Todos estão equipados com água quente e aquecimento, aspectos particularmente importantes quando se trata de lugares localizados em regiões com invernos rigorosos, com as temperaturas mínimas nocturnas a descerem com frequência abaixo de zero graus.

(18) Só dois bares, aqueles que situam nos maiores prédios do bairro, ultrapassam estes valores, um com nove e outro com 10 quartos.

(19) Uns estão instalados em prédios de três a quatro andares, em que não há um acesso interior do bar para os quartos. Nos outros, ao que tudo indica readaptados, vislumbra-se uma habitação inicial, em torno da qual foram sendo feitas ampliações e construídos anexos.

(20) Exceptuam-se cinco estabelecimentos, três espanhóis e dois portugueses, em que os quartos se encontram nas traseiras do espaço do bar, invariavelmente situado no rés-do-chão, juntamente com as respectivas casas-de-banho e alguns anexos para arrumações.

### 3.2. A zona da Beira Interior

A pesquisa da equipa da UBI incidiu sobre a faixa territorial fronteiriça que se estende pelos distritos da Guarda e de Castelo Branco (entre o Douro e o Tejo), bem como nas regiões imediatamente contíguas de Espanha: as comarcas de Ciudad Rodrigo, Vitigudino e Coria<sup>21</sup>. Nos referidos distritos portugueses, constituindo a «Beira Interior», há uma diferença clara entre a zona junto à fronteira – a chamada raia – e o resto, diferença que se nota em aspectos tão variados como a geografia e a cultura. Quanto mais perto da fronteira, mais inóspita a paisagem, mais o sentimento de ser periferia da periferia. Com efeito, em ambos os distritos a zona de fronteira é a mais deprimida<sup>22</sup>. Este quadro também se verifica em Espanha, de tal forma que cada uma das zonas dos dois lados da raia central é, segundo Poinard (1996: 55),

«más representativa de la tierra de nadie que separa España y Portugal [a lo largo de una frontera muerta a nivel de los dos Estados]: una población dispersa según las normas demográficas de éstos, sin una ciudad con un tamaño suficiente para dinamizar el espacio, ninguna carretera (ni puesto aduanero) que asegure las comunicaciones del tráfico rodado».

Ao longo das últimas duas décadas, o espaço eleito para observação tem sido palco, especialmente do lado português, de um processo muito dinâmico de desenvolvimento de uma oferta de estabelecimentos com animação erótica, onde se destacam as chamadas casas de alterne e as casas de prostituição ou bordéis. Tendo estes últimos como objectivo explícito a facilitação de prestação de serviços sexuais, nas casas de alterne as mulheres afirmam que a sua actividade consiste em «dançar, beber um copo, ser simpática, e mais nada». O objectivo real é incentivar os clientes a beber e a pedir bebidas, o que, devido aos elevados preços praticados, resulta altamente lucrativo para a casa. As mulheres é atribuída uma percentagem do preço das bebidas pedidas pelo cliente-acompanhante. Nestas casas os serviços sexuais não são prestados ou são-no apenas excepcionalmente, embora seja comum que nelas se estabeleçam os arranjos que viabilizam a sua concretização cá fora.

Os bordéis que observámos, para além do imprevisível balcão, em geral estão equipados com sofás e uma pista de dança. No espaço do bar há várias portas – uma para casa de banho, outra para «subir» e uma porta de saída, estas últimas às vezes disfarçadas. Alguns clubes, sobretudo implantados no lado espanhol, realizam também espectáculos, pelo que os «postes» ou os varões de metal, típicos deste género de *shows*, servem como um tipo de *ex-ibris*. Tal como se verifica nas outras zonas observadas, os espectáculos oferecidos variam da animação musical até *shows* eróticos ou mesmo explicitamente sexuais. Nas casas espanholas, para além das máquinas do tabaco, também há máquinas de jogo,

(21) Os dois primeiros na provincia de Salamanca (região de Castilla y León), a terceira na provincia de Cáceres, (região de Extremadura).

(22) Segundo vários autores, entre os quais Cavaco (1990, 1995).

do tipo das que em Portugal apenas são autorizadas nos casinos. Numa das casas, em Espanha, a pista de dança estava, numa determinada noite, ocupada por uma tela, onde era projectado um filme pornográfico. Nestas casas é comum, para os clientes habituais, reservar uma garrafa de champagne ou de *whisky* ao porteiro. Entre os vários códigos de conduta fixados, vale a pena destacar, por serem muito usuais tanto em Portugal como em Espanha, o isqueiro aceso para chamar o empregado de balcão e a colocação da garrafa de champagne, virada ao contrário, no balde de gelo, para indicar que se quer outra. O consumo de champagne, tão precioso nestas casas, é enorme. Para o rendimento das mulheres é importante que muitas bebidas sejam pedidas, embora a maior parte não esteja interessada em ingerir os líquidos. Existe, por isso, um leque de truques para não beberem, dos quais retivemos alguns: mexer muito no copo, fazer espuma que depois é absorvida pelo guardanapo, despejar nas flores, nos cinzeiros ou no chão.

Os clubes, como uma mulher expressamente referiu, são locais onde «só se bebe e fode». Estas casas têm um ambiente diferente do das casas de alterne, por exemplo e entre outros, pela roupa mais ousada das mulheres. Nas casas portuguesas deste género é normal que os clientes fiquem algum tempo no bar, bebendo, dançando e conversando com a(s) mulher(es), antes da «subida». Do outro lado da fronteira, porém, estas casas funcionam de forma um pouco diferente. Os clientes que vêm com a intenção de recorrer aos serviços sexuais não ficam por muito tempo no bar, até pelos elevados preços das bebidas. O cliente quando entra é muitas vezes directamente abordado pela mulher que pergunta: «*queres subir?*», ou, no caso de ser um *habitué*, não precisa sequer de perguntar: ele desapeça com a mulher da sua escolha pela porta indicada. Por isso, é bastante frequente o espaço do bar estar relativamente vazio, pois a clientela da casa encontra-se no andar superior ou nos gabinetes atrás do bar. Diferentes dos clubes em Portugal são também os preços praticados. O preço da «copa», em geral, é de 30 euros, o que não se afasta muito do preço dos serviços sexuais, que é de 30 ou de 35 euros por meia hora. Os preços da cerveja variam entre cinco e sete euros. A reserva de uma garrafa de *whisky* custa 100 euros.

O número de casas de alterne/prostituição em ambos os lados da fronteira variou bastante durante o período de estudo. Se, por um lado, abriram casas novas, outras fecharam portas por motivos financeiros, por erros de gestão ou por problemas com a justiça. Em Portugal esta volatilidade foi ainda mais notória depois das acções das «Mães de Bragança». Já em Espanha, por exemplo, em Fuentes de Oñoro chegaram a contar-se onze clubes, quando normalmente existem apenas seis ou sete (Rubio, 2002: 93). Ao todo, observámos do lado português 17 clubes, 13 dos quais de implantação rural, localizados na periferia de pequenos aglomerados populacionais ou completamente isolados e situados ao longo de estradas municipais. Os quatro de localização urbana distribuem-se por dois centros urbanos da área. Na zona espanhola, o ponto de maior importância para o nosso estudo foi Fuentes de Oñoro, pelo que o tomaremos como núcleo central da análise aqui desenvolvida. Nesta localidade, praticamente em cima da linha de fronteira, encontra-se um número considerável de clubes, onze à data do estudo, cujo funcionamento revela uma mistura de elementos espanhóis e portugueses.

Em larga medida, Fuentes de Oñoro é um produto da fronteira, propícia ao desenvolvimento de serviços administrativos e nomeadamente de comércio, legal e ilegal. Desde a adesão de Portugal e Espanha à CEE vários tipos de comércio entraram em recessão, mas há um cuja visibilidade aumentou: a prostituição. Chegar a Fuentes de Oñoro a partir de Portugal (a vila de Vilar Formoso) hoje em dia é simples. É verdade que se deve passar por uma zona administrativamente «de fronteira» onde a estrada se alarga e se ramifica em várias vias. Nela ainda existem as cabinas para os funcionários e está sinalizada a entrada num outro país. Na verdade, porém, é raro que as autoridades procedam a acções de fiscalização, nomeadamente de viaturas ligeiras. Deste modo, a passagem da fronteira é quase despercebida, até porque a zona habitacional da vila portuguesa tem a sua contiguidade quase imediata naquela vila castelhana. A beleza urbanística de Fuentes de Oñoro é diminuta. Passados mais ou menos 200 metros da fronteira chega-se a uma rotunda larga com alguns estabelecimentos comerciais à volta<sup>23</sup>. O ponto é dominado por uma igreja, sem grande valor arquitectónico. É precisamente frente a essa igreja que começa a zona mais concorrida da noite: o bairro dos bares. Estes estão instalados em edifícios que parecem ser construídos à pressa, sem plano, ao longo de ruas e largos mal arranjados e de terra batida, às vezes em travessas e becos sem saída. De dia esta pequena zona dá uma impressão pobre e decadente. Mas à noite regista-se uma grande diferença, tornando-se a zona movimentada e iluminada, graças aos *neóns* publicitários que indicam *dancing*, *disco*, ou, mais comumente, *night club*. À tardinha vêem-se mulheres a chegar da direcção da fronteira, normalmente em grupos, nos quais também se integram elementos masculinos. Os meios de transporte são táxis ou carros particulares, mas muitas das mulheres que residem em Vilar Formoso vêm a pé. Algumas são trazidas em automóvel até à fronteira e depois deslocam-se a pé.

Entre as zonas de residência destas mulheres destaca-se Viseu, cidade localizada junto ao IP5, com dimensões grandes para uma cidade do interior português. A vantagem desta cidade é, para além da centralidade, o anonimato que reduz a estigmatização, ou seja, segundo as mulheres, ali «*as pessoas não reparam em nós*». Também há algumas que têm o seu domicílio fixo em Lisboa, para onde se deslocam com regularidade. Como acontece com muitas pessoas de outros sectores de actividade em áreas de fronteira, também as ligadas à prostituição vivem muito «*com um pé cá e outro lá*», trabalhando num lado e residindo no outro, o que acaba naturalmente por significar que vivem, afinal, em ambos os lados, ou melhor, que para elas não há lados, apenas espaços de vida e de trabalho. Há, porém, um número considerável de mulheres que reside nos edifícios dos próprios clubes. Pagam a habitação e a comida e vêem os seus movimentos mais dificultados, especialmente as mulheres ilegais ou aquelas que se encontram em situação de dívida. Deduz-se que a vida actual das que residem nos «clubes», muitas delas seguramente recém-chega-

(23) Junto à rotunda, à noite, o controlo policial é mais apertado e, segundo a Guarda Civil, a maioria dos portugueses que eles controlam procuravam heroína ou casas de animação nocturna.



das à Europa, se passa praticamente dentro do edifício, ou, quanto muito, do perímetro da vila, já que encontrámos algumas que abertamente declararam que ainda não conheciam mais nada de Espanha nem de Portugal.

Os clubes em Fuentes de Oñoro dão a sensação de enclaves portugueses em território espanhol. No exterior, na rua, isso é visível em cartazes que anunciam, por exemplo, «Noite de Fados». Lá dentro fala-se português, as bebidas são portuguesas – não falta a cerveja «Sagres», vendida em embalagem destinada ao mercado português –, quase todos os proprietários são portugueses. Os clientes são também esmagadoramente portugueses. Entre as prostitutas, para além das sul-americanas, também se podem encontrar portuguesas, sendo raras as de nacionalidade espanhola.

A casa mais concorrida faz no exterior publicidade à «Noite de Fado», bem como à actuação de um jovem cantor. No espaço interior, enorme, encontram-se inúmeros sofás que, em diversas fileiras, se orientam para a pista de dança que fica junto à parede oposta do balcão. Esta é uma posição, decerto, «estratégica» porque permite a quem está no balcão o controlo de toda a casa, sem que os clientes reparem, uma vez que estão de costas. Por detrás da pista de dança encontra-se, a um nível mais elevado, o palco com o «poste». Atrás do palco vêem-se os instrumentos de orquestra assim como um pequeno gabinete que as dançarinas utilizam para se vestir. O programa dos espectáculos é variado e diferente conforme a noite, mas sempre com elementos musicais e outros com «carga» erótica. Numa determinada noite actuaram quatro artistas de *strip-tease*, um jovem cantor, supostamente de Lisboa – que cantou éxitos brasileiros – e, efectivamente, um fadista. Assim, após o tradicional (não fora o facto de se estar em Espanha), «silêncio que se vai cantar o fado», assitiu-se a um espectáculo de fados com mérito. Esta casa é considerada, pela maioria dos visitantes, como a melhor. Ainda assim, há clientes que se queixam que as mulheres não tomam iniciativas, não vão ter com eles. As *strippers* que actuam neste clube também sobrem com os clientes, pelo mesmo preço das outras mulheres (35 euros por cerca de 30 minutos). Existem, no entanto, tensões entre as duas categorias de mulheres. As *strippers* para as outras trabalhadoras do sexo «estragam o negócio», isto porque, dizem, muitas vezes «aquecem» os clientes e depois não sobrem com eles, impedindo a subida de outras. O número de mulheres, nesta casa, era de 35 a 40, embora nalguns dias (nos de menor movimento?) apenas lá tenhamos contado pouco mais de 15. As nacionalidades delas eram brasileiras (na maioria) e portuguesas. Entre o resto do pessoal (*barmen*, empregados de mesa e de balcão) encontravam-se brasileiros, espanhóis e portugueses. O dono é português e, ao que consta, já terá tido problemas com a justiça, por causa dos seus negócios, envolvendo mesmo um alegado rapto de mulheres portuguesas (Fuentes de Oñoro, 11/06/2002).

Registam-se também concentrações de actividade prostitucional noutras zonas agredadas à estrada espanhola E80 (EN 620), ou seja, no prolongamento do IP5 português. Existem alguns clubes em Ciudad Rodrigo e ainda em La Fuente de San Esteban, uma povoação a meio caminho entre Ciudad Rodrigo e Salamanca, perto do cruzamento com

a estrada que, na direcção norte, segue para Vitigudino. O(s) club(es) desta última vila raramente são frequentados por portugueses; os seus clientes são quase todos da zona envolvente. A casa de La Fuente de San Esteban teve problemas jurídicos, daí que durante o período da nossa pesquisa não estava em funcionamento.

Antes de nos debruçarmos sobre os casos específicos observados, interessam alguns reparos gerais sobre a prostituição organizada no que podemos considerar como a Espanha rural, especialmente na província de Salamanca. Aqui os lugares privilegiados para a prostituição feminina são os hotéis-clubes, registados como *hostales* ou hotéis. Segundo o estudo de Jimenez e Vallejo (1997/8), na Comunidade de Castela e Leão, as *whiskerías de carretera* (bares de estrada) têm recentemente cedido lugar a hotéis mais discretos e melhor equipados. O interessante é que estes hotéis estão sempre lotados quando aparecem eventuais viajantes que, na boa fé, desejam pernoitar. Na verdade, quem ocupa os quartos são as mulheres que lá trabalham, sendo a designação de hotel uma mera fachada. Alguns destes estabelecimentos oferecem serviços como de cabeleireira/esteticista, têm piscina, sauna e até lojas comerciais. Esta aparente vantagem é, na verdade, um meio de desincentivar as mulheres a residentes, na sua maioria estrangeiras, a saírem à rua à procura de tais serviços. As mulheres residentes num hotel deste tipo são previamente seleccionadas e segue-se o chamado «sistema de plazas». Os clientes podem pagar com cartão de crédito, tal como nos melhores clubes de Portugal. No talão aparece simplesmente o nome do empresário ou uma empresa, cuja identidade, no que diz respeito ao nome, tipo de negócios e endereço raramente coincidem. A verdade é que estes empresários normalmente têm outras actividades, legais, que servem para camuflar e, eventualmente, branquear os negócios mais duvidosos.

Quanto às mulheres que trabalham nos clubes na província de Salamanca, é certo que o seu número tem vindo a aumentar, embora a quantidade de clubes tenha permanecido sensivelmente a mesma. A percentagem de espanholas entre as trabalhadoras do sexo diminuiu e, actualmente, estima-se que representem menos de 20% do total. Entre as estrangeiras incluem-se algumas portuguesas, a trabalhar sobretudo nos clubes de Fuentes de Oñoro. É de notar, todavia, que a presença das mulheres portuguesas nos clubes espanhóis da raia, nomeadamente em Fuentes de Oñoro, já foi muito maior, encontrando-se hoje em franca retracção e substituída pela crescente chegada de imigrantes, em especial latino-americanas. Segundo um estudo recente (Rubio, 2002), as portuguesas que trabalham em Fuentes de Oñoro são, na sua maioria, originárias de Lisboa e distinguem-se das outras estrangeiras que por lá também se encontram pela sua idade mais avançada, em média em torno dos 40 anos, o que acaba por se traduzir em tarifas mais baixas pelos serviços que prestam. O estatuto legal das portuguesas a trabalhar nos clubes de Fuentes de Oñoro é mais favorável, desde logo porque não precisam de autorização de residência. Apesar disso, as mulheres portuguesas não têm estado a salvo das complicações e sujeições, incluindo maus-tratos ou enclausuramento, situações relativamente às quais, pontualmente, foram surgindo notícias ao longo da década de 90 por referência a um ou outro clube em concreto. Assim, em 1996, um clube em La Fuente de San Esteban ficou tristemente assinalado pelas violências infligidas às mulheres, entre elas uma portuguesa de 23 anos, proveniente de Águeda. Após dois

meses de maus-tratos ela conseguiu fugir para Vilar Formoso, denunciando o caso à GNR. Tal levou à libertação de mais 13 mulheres e à prisão de oito indivíduos, portugueses e espanhóis. Os dois protagonistas deste caso, ambos portugueses, foram condenados a penas de prisão pesadas. O processo em causa foi, à data, um golpe para os negócios não só deste bar mas também de outros agregados à mesma estrada: «Onde há bem pouco tempo se viam muitos e bons carros à porta, agora a clientela desses clubes é tão reduzida que os porteiros nem precisam de estar à porta» (A *Capital*, 8-10-96). No período 1993-1995 registou-se um caso semelhante e bastante publicitado num clube de Fuentes de Oñoro<sup>24</sup>.

Dos clubes observados em território português, apenas três funcionam em regime de porta aberta, com entrada não condicionada. Dos restantes, cinco funcionam à porta fechada, com acesso mediado por porteiro ou segurança; sete por campainha, porteiro ou segurança; um por campainha, porteiro e cartão de cliente; e um outro ainda por campainha, porteiro e detector de metais. Em contraste com os clubes espanhóis, são de apresentação externa quase sempre discreta, assegurando assim a invisibilidade social também já referida, para as zonas de Trás-os-Montes e do Minho. Para além disso, são de dimensão relativamente acanhada, com um interior modesto, e raramente com pista de dança. Devem-se aqui ressaltar algumas excepções, entre elas a de um clube instalado num edifício com dimensão e estilo majestosos, e uma discoteca reputada sobre a qual deixamos agora algumas notas pormenorizadas.

Registada como discoteca, esta casa está situada no centro de uma freguesia periurbana, junto ao seu centro histórico, e frente a um prédio de vários andares, construído muito recentemente. Após autorização da entrada pelo porteiro (que atende à campainha), de origem ucraniana, entra-se por uma porta, grossa e almofadada, para um corredor espelhado, onde se encontram várias portas. Passada a porta que dá para o bar tem-se à frente um espaço largo, com decoração clássica. No centro há uma pista de dança com uma barra no meio e à volta distribuem-se os sofás.

A discoteca tem um andar por cima e um anexo, lugar de residência de algumas das mulheres que trabalham na «discoteca». O proprietário teve o cuidado de registar este espaço como zona de habitação, assinando um contrato de arrendamento com as mulheres. Por isso, esta zona do complexo do clube não está sujeita a buscas policiais. O andar de cima tem um terraço onde às vezes, nas tardes de sol, estão as mulheres, na companhia ou não de um ou outro homem. Na própria vila nota-se pouco a sua presença. Foi referido, por alguns habitantes, que às vezes pequenos grupos passeiam pelos campos circundantes, como se fossem realmente turistas em férias, tirando fotografias da paisagem ou dos rebanhos que por lá costumam pastar. Nas raras vezes que as mulheres entram num café ou noutra estabelecimento comercial, elas não têm contacto com a clientela presente. A população diz estar pouco à vontade com elas, seja pelo trabalho que fazem, seja por serem estran-

(24) Sobre estes casos obteve-se bastante informação junto da Guarda Civil de Salamanca, bem como em vários artigos publicados na imprensa regional e até nacional (quer em Espanha, quer em Portugal).

geiras. Para as suas compras e actividades de lazer, as trabalhadoras do clube dirigem-se à cidade, ou mais além dessa. Para elas, o centro da vila não deve ser muito atraente: é uma zona envelhecida e empobrecida, em que os cafés são modestos. Os problemas sociais, entre os quais o desemprego, nesta freguesia são consideráveis: a população, se tem trabalho, está empregada na indústria têxtil ou dedica-se à pequena agricultura.

A casa foi concebida como bar/discoteca, de categoria e estilo elevados. Foi fundada no princípio dos anos 80 do século XX por um casal em que o homem era espanhol e a mulher portuguesa, tendo sido utilizado o terreno dos pais da mulher. Em consequência da separação dos cônjuges, iniciou-se um período de incertezas para a casa, já que vários donos se sucederam e registaram-se alguns incidentes nas imediações, caracterizados por rixas devido ao excesso de álcool. No início dos anos 90 foi entregue ao actual dono, evoluindo para uma casa onde se pratica a prostituição, mas onde, no entanto, as mulheres se apresentam como bailarinas. Diz-se que um médico, cliente do estabelecimento, se encarrega da vigilância do seu estado de saúde.

A casa é bastante conhecida na região e é, normalmente, aconselhada quando na cidade da Covilhã se pergunta por uma «casa de meninas». Uma equipa de futebol local, nas jornadas de 2001-2002 e 2002-2003, ostentava o nome do estabelecimento no equipamento, como publicidade, o que desgostaria alguns dos habitantes, dando origem a comentários do género: «Eles [os atletas] não jogam nada, porque passaram a noite lá [na casa]».

Os clientes, na sua maioria portugueses, vêm de todos os lados, também da própria vila. Os preços aqui praticados são bastante elevados. À data das nossas observações (finais de 2001 e durante 2002) estava estipulado um consumo mínimo obrigatório de 2 500 escudos. Com excepção da cerveja, o preço das bebidas varia de 3 000 até 25 000 escudos, enquanto que pelos serviços sexuais se cobram 10 000 escudos por meia hora e 20 000 escudos por uma hora. Deste dinheiro as mulheres devem devolver 20% à gerência.

As mulheres são de várias nacionalidades: para além das brasileiras, encontramos uma ou outra portuguesa e algumas oriundas da Jamaica e de outros países latino-americanos. Entre o resto do pessoal (porteiro, barman, segurança) destacam-se as nacionalidades do Leste Europeu e de Portugal. Há muito movimento, entre beber, dançar e subir. Aquando da subida, a mulher sai por uma porta oculta, existente no interior da sala, enquanto o cliente sai para entrar pela porta de fora da sala. O homem que serve as bebidas controla sempre o cliente, mesmo quando este vai ao WC, uma vez que este se encontra fora da sala, ficando perto da porta de subida. Este funcionário mostra especial zelo, verificando, ao contrário do que acontece noutros estabelecimentos, frequentemente se as pessoas já acabaram a sua bebida, numa atitude de «se não consumes, vai embora». É ele também que serve como intermediário para os contactos sexuais.

O funcionamento do bar oficialmente termina às quatro horas, quando se abrem as luzes e as mulheres todas se dirigem ao balcão, para fazerem contas. No entanto, depois dessa hora, ainda podem ficar clientes dentro da casa, para permanecer com as mulheres.

O dono actual, natural de fora do concelho, tem cerca de 50 anos. Homem forte, de barbas, com colares e medalhas ao pescoço, acolheu-nos jovialmente no seu gabinete, onde o cofre



tinha lugar central. O senhor, segundo consta, impõe respeito ao seu pessoal e à sua clientela, pois, foi-nos assegurado que «...quando há exageros pega pelo bracinho e põe lá fora». Já está há vários anos neste negócio, o que lhe permitiu adquirir uma quinta no interior do Brasil, que será um ponto central de contactos para mulheres que pretendem trabalhar em Portugal.

O proprietário tem sempre tentado evitar problemas, a nível jurídico mas também com a vizinhança. A casa está bem isolada e obras recentes melhoraram ainda esta condição. No entanto, nalgumas alturas houve queixas dos vizinhos sobre o barulho na rua provocado pelas vozes da clientela e pelos carros. As queixas mais recentes incidiram no estacionamento dos carros, impedindo a normal circulação de viaturas. Porém, muitos clientes estacionam o carro numa zona diferente da vila, como acontece noutras casas do género, tentando ocultar que recorrem a este estabelecimento e aos seus respectivos serviços. Pontualmente houve problemas com a população local – os operários do sector têxtil do turno da manhã (que tem início às 6.30h ou 7.00h), quando se dirigiam para o local de trabalho, eram incomodados pelos clientes embriagados que, àquela hora, estavam justamente saindo da referida casa.

No decorrer dos anos a casa esteve, por várias vezes, temporariamente encerrada, em resultado de problemas diversos. Rugas feitas em várias alturas evidenciaram factos ilícitos e levaram mesmo à prisão preventiva de várias pessoas. Por exemplo, em Novembro de 2003 o proprietário, a esposa e o porteiro (este alegadamente por actuar como intermediário na marcação de encontros sexuais) foram detidos pelo acto de lenocínio. No entanto, foram libertados e o encerramento da casa não durou mais do que um dia. Na mesma acção foram identificadas 23 mulheres, todas brasileiras, entre os 18 e os 40 anos de idade. Como já foi referido, este tipo de acontecimentos, às vezes quase coincidindo com a visita dos investigadores, reduziu bastante a confiança em nós (Concelho da Covilhã, 2001, 2002, 2003).

### 3.3. A zona do Minho

Na região do Minho, nomeadamente nos vales do Minho, do Lima e do Cávado, não existe um concelho onde não se registre prostituição, ora de rua, ora abrigada, ora ambas. Assim, a par das formas tradicionais que subsistem nalguns lugares menos iluminados ou até escuros, quer em centros de algumas cidades minhotas (Braga, Guimarães, Viana, Valença), quer em bermas de estradas da região, emergem novos locais e novas formas de prostituição, sobretudo ao longo dos principais eixos rodoviários em contextos (sub)urbano, periurbano ou (semi)rural.

Relativamente à prostituição abrigada, nesta região distinguem-se dois grandes eixos rodoviários: (i) Darque-Viana do Castelo-Caminha-Vila Nova de Cerveira-Valença na estrada EN13, prosseguindo, do lado espanhol, por Tui-Vigo, dos quais foram visitados seis clubes; (ii) Viana do Castelo-Ponte de Lima-Arcos de Valdevez-Ponte da Barca-Lindoso do lado português, sendo visitado um clube.

Nesta «circum-navegação» por estes espaços, com as incursões de campo nalguns locais de prostituição, pretendeu-se mapear as principais áreas de prática do sexo pago e

observar as dinâmicas sociais em torno da realidade em estudo nas suas múltiplas dimensões, para o que se impôs proceder à recolha de informação pela via enunciadas no capítulo sobre metodologia e técnicas de investigação.

Considerando o principal eixo vindo de Vigo, que se estende por 50 quilómetros até à fronteira, um percurso com a duração de meia hora, é esta a cidade que tem a maior oferta de mulheres a trabalhar em clubes e à qual afluem mais clientes não só galegos como portugueses, proporcionando a vantagem da circulação e da presença anónima na sua procura de satisfação erótica na compra de serviços sexuais com uma variedade maior de mulheres de diferentes nacionalidades e faixas etárias. Na região transfronteiriça do Minho, em particular no eixo Viana do Castelo-Caminha-Valença-Tui-Vigo, este negócio é também ele transnacional, onde as mulheres transitam entre os clubes portugueses e espanhóis, «tal como as jogadoras de futebol», no dizer de um cliente. Os proprietários das casas desta zona são, nalguns casos, donos e/ou sócios de empresas do sector em Portugal e em Espanha, embora estes arranjos empresariais tendam a ser mais visíveis e ostensivos no lado galego, pelas razões legais anteriormente mencionadas. Em todo o caso, há entre os empresários destes estabelecimentos acordos implícitos ou tácitos quanto à necessária e permanente circulação e rotatividade das mulheres de ambos os lados da fronteira. Quando tais acordos não são respeitados ou a troca de mulheres não é reciprocamente correspondida, tal pode dar lugar a retaliações que se podem manifestar em formas (semi)ocultas de revanchismo ou ajuste de contas. Esta foi, aliás, a hipótese de explicação avançada em relação a fogo-posto com pneu em duas casas desta zona. Estes incêndios, ateados em plena laboração das casas, acabaram por não ter um desenlace trágico como o de Amarante devido à intervenção atempada dos bombeiros.

Nesta zona transfronteiriça do Alto Minho é de relevar o facto de os proprietários terem outros negócios paralelos, como, por exemplo, no sector imobiliário e de restauração, relativamente aos quais muitas trabalhadoras sexuais estão ligadas como clientes. Com efeito, para além do negócio do sexo nos bordéis, vários empresários cobram às mulheres rendas de casas de que são senhoriais. As mulheres podem também ser obrigadas a ir ao cabeleireiro todos os dias, sendo o salão propriedade do empresário do clube onde trabalham. Por último, soubemos de um caso em que as mulheres eram induzidas a frequentar um ginásio pertencente ao dono de um clube. Outros possuem discotecas ou bares convencionais para onde enviam, durante o tempo livre ou de trabalho das mulheres, as suas mais recentes «aquisições». Estas mantêm-se tacticamente por algum tempo na respectiva discoteca, eventualmente acompanhadas, de forma discreta, por algum segurança do clube ou por algum cliente de maior confiança. Estas mulheres recém-chegadas, constituindo pela sua juventude, beleza e sensualidade autênticos «chamarizes» volantes, acabam por atrair homens. Quando estes tentam consumir a aproximação, elas replicam-lhes que poderão acompanhá-las ou visitá-las em determinado clube – justamente o do seu «patrão». Estes bares e discotecas funcionam, assim, como «montras» onde os donos expõem o «material» e as «novidades» que têm para oferecer nos respectivos bordéis. As mulheres, após a prestação dos serviços sexuais nos clubes, não excluem outros serviços fora desse âmbito, umas vezes com o consentimento dos donos, outras à revelia dos mesmos. Por exemplo,

em Valença, todos os dias, a partir das 4 ou 5 horas da manhã, dezenas de prostitutas, tendo terminado a sua jornada laboral, concentram-se no *self-service* de uma estação de serviço, aberta toda a noite, para comerem qualquer coisa e, eventualmente, seduzirem algum cliente mais «tardio».

Tal como nas outras áreas, também na da zona do Minho existem mais casas do lado espanhol do que do lado português. Foi possível detectar a existência de clubes e bares a partir de Tui em direcção a Vigo. Nos arredores de Tui, cidade contígua a Valença, e na estrada 550 para Vigo apenas encontramos dois clubes: um na beira da referida estrada, num local acessível e um outro em local mais afastado e discreto, a caminho de Baiona, aonde, segundo um informante-chave, acorrem clientes de camadas sociais com maior poder aquisitivo. Foi-nos ainda referido um terceiro clube no caminho para La Guardia.

Fui a um dos clubes com um amigo que costuma frequentar este tipo de casas. O clube é composto por um pátio com capacidade para uns oito carros, a casa tem um andar só e é bastante espaçosa: uma sala à entrada que serve de local de encontro com um pequeno bar ao fundo, do lado direito junto à porta que dá para uma pequena esplanada. O «bar» é só um pretexto para o que o pessoal vem cá fazer. No centro da sala há uma mesa larga, em vidro, com bancos, que permitem às pessoas sentar-se e falar um pouco, se desejarem. Mas, de um modo geral, a duração espartana da divisão não convida à permanência e cumpre bem a sua função de antecâmara para os quartos. Os quartos em si – duas suites e quatro quartos – são espaçosos, decorados de forma simples, com bom gosto (tons brancos, castanhos e creme). A higiene parece excelente. Todos os quartos estão equipados com casa de banho privativa, televisão e frigorífico. Com os clientes com quem falámos foi-nos assegurado que os lençóis das camas são mudados após cada relação. Existe também uma esplanada com algumas mesas, uma zona com uma piscina pequena com cerca de doze metros. Há toda uma área espaçosa para guardar e secar a roupa e uma cozinha para a confecção das refeições diárias bem equipada e muito limpa. Tudo isto pudemos confirmar porque um outro empresário já nos tinha descrito este clube. A única falha detectada foi a nível do controlo sanitário. Contrariamente ao que tinha sido dito pelo dono da casa, as mulheres com quem falei não tinham sido sujeitas a qualquer controlo médico. Mas todas confirmaram a obrigatoriedade do uso de preservativo (Tui, 15/12/2001).

Se, tal como referem Tizón *et al.* (1996), nas pequenas localidades não há tanta profusão de clubes, já porém nos centros e arredores de localidades mais densas eles começam a emergir, como acontece em Porriño e noutras localidades como Castelos, Moinhos e sobretudo em Vigo. Nestas localidades os clubes são visíveis e exibem vistosos reclamos em *néon* com signos e ícones eróticos (mulheres nuas, entre outros). Em Vigo, como dissemos, a proliferação de clubes designados «barras» americanas é enorme, sendo de realçar, em particular, a *Calle Xurruca* e o *Barrio Chino*, dois locais tradicionais e paradigmáticos da prostituição: outrora de rua e, hoje, em duas modalidades – a de rua e, num crescimento exponencial, a abrigada em diversos clubes ou bares.

Relativamente ao lado português, as visitas e observações efectuadas permitem traçar, *grasso modo*, o seguinte quadro de clubes a operar nos diferentes locais desta zona. Assim, e começando pela cidade de Valença, foram referenciadas duas casas, ambas do mesmo dono: numa trabalham entre sete a dez mulheres, todas brasileiras. Nesta casa, como nos relatou um informante, as mulheres abordam os homens sem tanta pressão de tempo, ou seja, podem estar com um homem durante mais de 15 minutos a convencê-lo a subir mas, na óptica do empresário, «sem abusar porque elas estão cá para ganhar dinheiro». Na outra trabalham normalmente seis mulheres, também elas brasileiras. É de notar que as mulheres circulam, de modo regular e nas mesmas condições de trabalho, entre ambas as casas. Nestas duas casas e suas imediações as mulheres exibem-se no exterior ou à janela, como que num esboço de «montra», numa falsa ou mal conseguida imitação de práticas correntes noutros países, nomeadamente nos designados *red lights districts* da Holanda. Numa das visitas a Valença, dois membros da equipa tiveram mesmo ocasião de observar que uma das mulheres exibia aos transeuntes, no peitoril da janela, as próprias mamas.

A oito quilómetros de Valença, na estrada nacional em direcção a Viana do Castelo, há a referir mais duas casas: uma, onde trabalham entre 15 a 20 prostitutas, sendo a maior parte delas brasileiras, para além de três a quatro colombianas. Nesta casa está estipulado um tempo máximo de 15 minutos de conversa entre as mulheres e os homens, findos os quais o homem decide se sobe ou não. Se não subir, a prostituta parte para outro cliente. As bebidas são a 5 euros (cerveja e refrigerantes), 25 euros (bebidas brancas) e 75 euros (garrafa de champanhe). A outra é uma casa que até 2003 era, sem dúvida, a maior de todo o vale do Minho. Porém, o envolvimento em algumas actividades subterrâneas, nomeadamente a droga, levou o proprietário à prisão, o que teve alguns efeitos negativos no negócio que, no entanto, nunca deixou de gerir, mesmo a partir da prisão. Actualmente esta casa tem sete mulheres, brasileiras e portuguesas, funcionando segundo o modelo corrente neste tipo de estabelecimentos.

Seguindo na mesma estrada encontramos, cerca de dois quilómetros mais adiante, uma outra casa onde trabalham 10 mulheres, portuguesas e brasileiras. Avançando uns quilómetros mais para sul, já em Vila Nova de Cerveira, situa-se uma outra casa, esta com uma história curiosa: até há bem pouco tempo foi um restaurante famoso na região pela sua qualidade gastronómica. Este estabelecimento tinha também uma pensão que oferecia dormidas a preços razoáveis. Um dia, e por razões que desconhecemos, este negócio fechou. Mais tarde, uma senhora quis explorar o negócio e comprou o imóvel, fez obras e adquiriu as respectivas licenças, acabando, contudo, por montar uma casa de prostituição com cinco mulheres, ao tempo todas portuguesas. Ainda neste eixo central, mas mais para o interior em direcção a Monção, identificaram-se três casas, em cada uma das quais trabalham entre seis a dez mulheres, latino-americanas e algumas portuguesas. Estas casas nos arredores de Monção inscrevem-se numa rota que é igualmente importante, dada a sua ligação directa a Vigo que, do lado galego, é, sem dúvida, o principal centro de prostituição.

Na zona de Monção abriu um clube, num espaço apalaçado, que acabou por fechar, após algum escândalo público, por influência do episcopado. Mais tarde e tendo um advogado



prestado a necessária assessoria jurídica, reabriu como Clube Recreativo de luxo, com instalações e decorações sobrias, mas com um requinte que as tornaram por si só um factor de triagem de clientela. O pagamento dos serviços não era feito directamente: os sócios pagavam uma jóia de entrada e quotas mensais, o que lhes permitia ter acesso ao que o clube tinha para oferecer. A entrada não estava vedada a acompanhantes do sexo feminino, já que os sócios eram exclusivamente homens. As visitas ocasionais eram desencorajadas. Tornava-se assim extremamente difícil uma intervenção por parte da polícia, até porque todo o contexto físico e relacional era o oposto do associado à imagem de bordel ou casa de alterne correntes. O estabelecimento acabou por encerrar devido a um erro grosseiro de estratégia por parte da gerência que tentou maximizar os lucros com a ajuda do comércio de estupefacientes, o que levou o referido advogado a comentar o assunto nos seguintes termos: «Esta gente não tem cabeça. Para além de terem tido uma vida dura e um nível cultural baixo, não compreendem que têm todas possibilidades de trabalhar neste negócio, que dá imenso dinheiro, mantendo-se uma capa legal praticamente inviolável. O meio nocturno é de uma concorrência feroz: contrariamente ao que mostram alguns filmes, não existe qualquer tipo de solidariedade. Se um deles tem uma casa com maior sucesso, mais bem decorada ou com um carro mais bonito, mais potente, instala-se a inveja e a ambição. Quando têm dez, querem logo cem e, se têm cem, querem logo mil. São gananciosos e não têm discernimento suficiente para chegarem de modo sustentado aos mil. Tudo tem que acontecer logo, rapidamente. E é por isso que, paralelamente ao negócio com mulheres, se associam ao narcotráfico ou ao tráfico de armas. E aí lixam-se todos» (Monção, 12/01/2003).

Uma segunda variante viária nesta zona do Alto Minho, ainda que com menor frequência, é a estrada que liga Viana do Castelo<sup>25</sup> à fronteira de Lindoso, passando por Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, prosseguindo do lado galego em direcção a Orense, um outro importante centro prostitucional em contexto urbano, ainda que sem a amplitude e a intensidade da cidade portuária de Vigo. Assim, indo de Viana no sentido do interior em

(25) Ainda no eixo transfronteiriço que liga Vigo ao Porto e, em particular, desde Caminha, passando por Esposende e Póvoa de Varzim até Vila do Conde – territórios contíguos mas já fora do raio geográfico de incidência deste estudo – constata-se, sobretudo desde a abertura da auto-estrada isenta de pagamento de portagem, que este tem sido alvo de particular atenção e interesse por parte dos empresários deste sector. Com efeito, estes têm aqui aberto diversos espaços de prostituição e recreação, com a vantagem de ter bons acessos e uma fácil circulação automóvel. Assim, neste eixo atlântico e, mais concretamente, nos concelhos de Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, tivemos ocasião de observar apenas três das casas aqui sediadas. Uma primeira, onde trabalham entre 15 a 20 mulheres, quase todas sul-americanas, sobretudo brasileiras, foi sinalizada por um empresário e um cliente como uma «boa casa de putas», com bom ambiente e «óptimos» serviços sexuais. A segunda, com 20 a 25 mulheres, e a terceira são estabelecimentos readaptados a partir de antigas instalações, num caso um armazém, no outro uma discoteca dos anos noventa. Esta última funciona, actualmente, de modo ininterrupto e emprega cerca de 40 trabalhadoras seleccionadas, segundo as nossas fontes, de forma assaz criteriosa, com base em atributos físicos. Observa-se nesta casa uma intensa profusão de mulheres originárias das mais dispares nacionalidades, cujo exotismo atrai, ainda segundo a mesma fonte, «numerosas hostes» de clientes das mais diversas paragens e faixas etárias, mas com forte poder aquisitivo, dado o elevado preço praticado nesta casa.

direcção a Ponte de Lima apenas conseguimos identificar uma casa, cujo espaço foi recriado para fim prostitucional a partir de um bar já existente e que dá trabalho a cerca de 15 mulheres de origem brasileira.

No eixo litoral minhoto à saída de Viana do Castelo e, um tanto para o interior, na estrada E103 de Viana do Castelo para Barcelos, ou seja, desde Amorosa/Darque a Forjães/Feitos, predomina a prostituição de rua ou estrada, combinando-se com uma ou outra «casa»-bordel, das quais um dos donos, D., será descrito sobretudo no Capítulo 5. Importante era, portanto, chegar ao contacto com D., o empresário de um bordel numa zona não muito afastada da EN103 Viana do Castelo-Barcelos, o que foi possível graças à mediação de J. (cf. Capítulo 2).

J. era uma ex-comerciante na zona de Braga, divorciada e com um filho toxicodependente, em forte stress emocional e com um discurso confuso e tradutor de experiências passadas por violência física e verbal, abrindo-se em particular com o elemento feminino da pesquisa de terreno, expressando certa cumplicidade «com a promessa de oferta, na época natalícia, de um quadro a cada um de vocês, que têm sido porreiros».

No dia seguinte J. telefona para G., lelemento do grupo de pesquisa no terreno, dizendo a chorar: «Fez um escândalo do caraças, porque eu falei-lhes a vocês demais sobre os meus contactos com ele». Receámos que algo de grave tivesse acontecido. Tornou-se para nós evidente que a agressão emocional foi grave: ouvir a J. a chorar é sinal de grande stress emocional, pois ela tem grande capacidade de encaixe... Afinal não houve agressão física: D. não lhe bateu, mas tirou-lhe as chaves do carro e da casa que, segundo ela, ele lhe estava a pagar. As represálias bateram no ponto fraco – a casa, que é o abrigo nocturno da J. Ela planeia arranjar uma casa em Braga, para que este tipo de situações – que já tinham acontecido antes – não se repita. Mas a relação obsessiva de D. com ela ficou mais uma vez clara: telefonou-lhe duas vezes, enquanto nós estávamos presentes no local de trabalho a inquiri-la e a entrevistá-la. Aliás a entrevista acabou por ser interrompida pelos constrangimentos do proxeneta que está constantemente a controlá-la: «Ele controla-me toda. Telefona-me inúmeras vezes por dia, revista-me o carro (o local onde ela pode esconder o dinheiro). Como ouvirem, no telefonema ele faz-me ameaças e eu tenho que lhe fazer frente por palavras, claro». Dois dias depois uma colega da J. confirmou-nos que D. lhe tirou as chaves do carro e do apartamento e quer até impedi-la de trabalhar «no monte» na estrada Viana-Barcelos, o que, na prática, é equivalente a impedi-la de trabalhar em tudo o que é sítio rentável nesta zona.

Muito do conteúdo das conversas tidas com J. é centrado no tipo de relação que mantém com o proxeneta D.: sexuais, afectivas, profissionais. São, nas próprias palavras dela, muito duras: ela, quando começou a exercer a prostituição na estrada da Amorosa, «calhou logo com ele» e tem sido «protegida», a partir daí, apenas por ele: «O homem fartou-se de me fazer sacanices». Conhece a mulher dele, mantém relações boas. A mulher de D. «atacou para ele» durante 18 anos (dos 18 aos 36) e, segundo J., só deixou de se prostituir quando teve um filho do marido, contra a vontade deste («senão, de certeza que ainda andava por aí»). O senti-

mento de J. em relação a D. é, presentemente, a raiva. Existe, igualmente, uma grande dose de ansiedade por parte de D., pois, como foi dito, telefona-lhe a todo o momento, revista-lhe o carro, confisca-lhe a chave de casa, ameaça-a com agressões físicas e, segundo J., teria chegado a vias de facto. Porém, o sentimento de dependência e ciúme é necessariamente exteriorizado de forma regular de modo bem visível, tal como ela narra, por exemplo: «Eu tenho ciúmes dele, quando ele vai para a cama com as gajas que chegam. Não tenho ciúmes da mulher dele, com quem me dou bem, já que ela é a mulher dele e se entende com ele. Sabe como é que mostro a minha raiva e ciúme com ele? Quando ele vai com uma gaja «nova» no carro dele, eu bato-lhe com o meu carro. Quem me abriu os olhos foi a B. (uma colega), eu era uma totó» (p50, estrada Viana-Barcelos, 24/10/2001).

Esta mulher tem sido para os nossos objectivos espantosa: já nos respondeu ao questionário, deu-nos informações suplementares importantes e tem resistido às pressões de D. para deixar de falar connosco. O homem não está interessado que o seu nome seja ligado ao dela, embora a relação entre os dois seja, no meio, do domínio público (já tivemos ocasiões, por inúmeras vezes, de constatar chamadas de D. para a J., através de telemóvel, em alturas em que estamos com ela): «Ficou fodido por eu ter falado com vocês, começou aos berros a dizer que eu tinha falado demais».

O encontro com D. teve lugar numa pastelaria de Viana, tendo-se D. feito acompanhar de um «capanga», que se sentou duas mesas ao lado, sobre o qual dizia: «Aquele rapaz é um pescador, estava comigo a tratar de umas coisas». A conversa decorreu de forma extremamente cordial durante mais de uma hora: compreendeu bastante bem quais os objectivos do estudo, levou um questionário para consulta e combinou connosco, de imediato, uma visita à «casa» na semana seguinte.

Durante a entrevista que teve connosco no café, D. quis deixar bem marcado: «Não tenho nada, rigorosamente nada, a ver com essa mulher J. que tem falado com vocês». Quanto às mulheres da sua «casa» explicou-nos, de forma clara segundo ele, como decorre o processo de trânsito das mulheres, todas elas de nacionalidade estrangeira (D., de momento, só «trabalha» com brasileiras e colombianas: vão buscá-las ao aeroporto Sá Carneiro – o que pressupõe, é evidente, toda uma rede de contactos internacionais – e levam-nas directamente para casa. São sujeitas a «um exame médico total por uma pessoa de confiança», «quem tiver doença não entra»<sup>26</sup>. É obrigatório e controlado – as mulheres têm que mostrar um número de preservativos gastos igual ao dos clientes que tiveram durante o dia, embora tal medida não assegure, como é evidente, que a relação foi efectivamente segura – o uso do preservativo.

Questionado se nos poderia pôr em contacto com outros «empresários» do mesmo ramo, respondeu-nos: «Conheço, mas não gosto de me misturar, de ir a esses sítios. Não

(26) Foi-nos confirmado nomeadamente por L. que D., após o exame e antes de elas terem relações com clientes, ele tem-nas com cada uma ou como diz L.: «ele arroga-se o direito de comer as gajas que quer, então de Verão parece que lhe dão os calores e nunca usa preservativo nas relações que mantém com as mulheres».

têm segurança (uso obrigatório de preservativos) e as condições de higiene que eu dou em minha casa». Ficou acordada uma visita à «casa» dele: «venham daí quando quiserem, sem problemas». Deu-nos o número de telefone pessoal para um contacto mais fácil. Entregamos-lhe um exemplar do questionário... Sobre a parte relativa às situações de imigração, replicou logo: «As mulheres que estão na minha casa não são, legalmente, imigrantes: são turistas» (Viana do Castelo, 27/10/2001).

Segundo J., D. teria acordado em que a carrinha da *Auto-estima* pudesse ir ao encontro das mulheres a trabalhar na sua «casa» – que se encontra a 50 metros da estrada em caminho íngreme – mas quando tal ocorreu e a equipa da *Auto-estima* não se dispôs a ir ao encontro do pátio da «casa», não restou às mulheres outra opção senão descerem até à estrada, o que levou J. a desabafar: «Que péssimo aspecto, aquilo ia parecer uma procissão. Então já viste as gajas todas terem que ir por ali abaixo? Nós não queremos dar nas vistas». Mas relatemos brevemente a visita à «casa» de D.

Conforme o combinado telefonicamente, chegámos ao local cerca das 15 horas. D. estava à nossa espera e fez as honras da casa, de forma cordial. O conjunto – todo ele murado – é composto por um pátio, com capacidade para umas 10 a 12 viaturas, uma casa de um andar só, bastante espaçosa e dividida em várias áreas (atendimento, quartos, parte de lavandaria...) e mais duas zonas descobertas, uma com esplanada e outra com piscina. Uma sala bastante grande, escassamente decorada e com um bar sumário ao fundo, do lado direito – a mensagem é bem clara: passar aos quartos o mais rapidamente possível. Para D. «o bar é só um pretexto para o que o pessoal vem cá fazer» – apresenta-se-nos logo de entrada. No centro da sala, uma mesa larga, local de convívio e conversas prévias, caso os clientes o desejem. Para o interior situam-se os quartos.

De seguida, procuramos fazer alguns inquéritos. Sendo dois, fomos fazendo as questões a dois grupos de mulheres que estavam condicionadas pela presença de D. Embora tenha um de nós – o elemento masculino – conseguido afastar-se um pouco mais de D. – o que permitiu respostas menos controladas –, a verdade é que estes inquéritos, contrariamente a outros aplicados noutros locais e livres da pressão do empresário, tiveram este condicionamento (estrada Viana-Barcelos, 28/10/2001).

Numa visita subsequente, D. referiu: «Sabe, sou empresário no ramo do lazer nocturno, o meu estabelecimento situa-se num local discreto, onde algumas senhoras gostam de receber os cavalheiros que as procuram» (Novembro, 2001). Apesar deste aparente discurso de prestação de serviços heterossexuais, este empresário que aparentemente denota atitudes homofóbicas, fá-lo-ia mais, segundo um informante, por uma estratégia no sentido de combinar com a oferta de serviços sexuais das mulheres o controlo de serviços para homossexuais. É voz corrente entre as mulheres que trabalham tanto na zona de Amorosa como na de Forjães-Feitos que o «D. já controlou três paneleiros que andavam a atacar para ele na estrada para Barcelos».

Para além das entrevistas a várias mulheres – como veremos no Capítulo 5 – foi também possível falar com dois «companheiros» de vigilância, com particular destaque para N., enquanto «protector» e companheiro de F., uma mulher casada mas separada, com um filho de 7 anos – que o marido reivindicava como seu, ainda que não queira sujeitar-se a teste de ADN –, mas que N. e F. declararam ser de ambos.

O senhor N. recebeu-nos no seu apartamento – onde vive com F., prostituta, ex-alcoólica e que exerce prostituição de rua. O acolhimento que nos foi dado no apartamento foi extremamente cordial. A entrevista desenrolou-se no quarto, única divisão da casa com condições para que tal acontecesse... O questionário foi aplicado por G., mas tanto eu como o senhor N., bem como o filho de ambos, estivemos permanentemente presentes, o que incluiu um tom extremamente informal a todo o processo (o N. toca concertina bastante bem, tendo-nos tocado algumas peças) e também teve como consequência o condicionamento, por parte dele, de algumas respostas da F. ao questionário, nomeadamente no que respeita aos rendimentos obtidos com a actividade da prostituição e aos investimentos que fazem desse dinheiro ou do recebido de outras fontes de rendimento que possam ter (N. dizia ainda exercer a actividade de mestre de barco de pesca).

A F. teve problemas de alcoolismo sérios (ela, na altura, ainda não se prostituía, segundo N.) até há cerca de dois anos. Conheceram-se há cerca de dez anos. Controla-a permanentemente ao nível do consumo de bebidas alcoólicas. Admite ter-lhe batido «por duas vezes», quando existiram descuidos de consumo por parte dela. Tanto a entrevistada como o companheiro são, aliás, extremamente críticos quanto a «desperdícios» do dinheiro ganho pelas mulheres, tanto no que respeita aos «copos» como ao consumo de pó: «o que é que elas vão fazer, se não conseguem guardar dinheiro?». Dinheiro esse que, segundo uma e outro, «nunca faltou nos três anos que F. leva desta vida»: asseguram-nos, por exemplo, que sempre que foi necessário, houve dinheiro para F. «ir a consultas particulares, ela não precisa de ir ao Centro de Saúde». Para que não nos restassem dúvidas N. fez questão de pedir à companheira para que fosse buscar a caderneta da CGD que tinha guardada, cujo saldo, orgulhosamente, nos mostrou (a conta estava em nome dos dois e o saldo era de 23 500 contos)... Tem um carro de 2700 contos, no nome dos dois, comprado com «as poupanças do produto do trabalho da F.». O objectivo primordial é o aforro da maior quantidade de dinheiro possível para contas de poupança. Ambos concordam que o futuro passa pela vida em comum na companhia do filho e têm vontade de comprar uma quinta num local sossegado, um bocadinho distante, para F. se poder entreter depois.

Quanto ao trabalho da F., ele é visto presentemente, tanto por ele como por ela, como uma coisa quase natural, embora ela confesse que, por vezes, se sente bastante cansada de ter que o fazer. Nem sempre foi assim. Reconhecem a importância de dois factores para que as suas atitudes perante a prática da prostituição se tenha modificado: o hábito («ao fim de algum tempo já conseguimos ver aquilo sem fazer impressão» – dizia N.) e, da parte dela, a ausência de desejo da F. relativamente aos clientes. O próprio N. confessou: «estive, uma vez, quase a dar uma facada num gajo», porque, segundo a F. admitiu, ela «teve prazer com eles». A ausência de prazer e de desejo (dela) são, assim, essenciais.

N. e F. consideram que os preservativos fornecidos pela Auto-estima são de má qualidade e em quantidade insuficiente. Têm um verdadeiro arsenal de caixas, que guardam debaixo da cama comum, no quarto: «Vocês já viram isto? Estes não rebentam nem magoam». A F. confirma. «Arranjo-os mais baratos do que nas farmácias por causa de um esquema que tenho» – adianta o N. Refere igualmente e de modo um pouco confuso alguns «esquemas» por parte de pessoal das farmácias para se aproveitarem<sup>27</sup>, a este nível, «da situação das mulheres» (Viana do Castelo, 9/11/2001).

Ainda nesta zona houve uma segunda série de encontros e marcação de entrevistas não só com as já conhecidas, como com outras também com histórias de vida semelhantes a alguns casos-tipo expostos mais adiante no Capítulo 5. É todavia de realçar certas narrativas onde, a par de estratégias habituais para «despachar o cliente, são relatados casos excepcionais de impacto e excitação na sua relação com o cliente.

Chegado o dia marcado para o almoço com a L. e a B., começámos com a aplicação do inquérito, mas este vinha a ser abundantemente interrompido para a troca de experiências pessoais. B., com 36 anos, mas muito mais marcada fisicamente que L., devia ter sido uma mulher bonita. O sorriso ilumina-lhe a cara. Segundo diz, foi toxicodependente, tendo deixado de consumir «pó» há cinco anos. Apesar de negar que nunca esteve encarcerada pela «oferta pública do corpo nem por actividades ligadas ao consumo do pó», não foi capaz de justificar a tatuagem com cinco pontos, uma marca distintiva comum em muitos que passam por estabelecimentos prisionais. B. não diz não ter «chulo», por isso não tem problemas em falar. O inquérito foi interrompido durante o almoço e retomado depois – em si mesmo um sinal de que a relação era de grande à vontade. Fomos brindados com a descrição de uma série de estratégias para «despachar o cliente»: posição do acto sexual – uso da cadeira e não no chão, por exemplo, despir um mínimo de roupa, despachá-los, se eles começam a demorar demasiado com carícias, «enfim, os esquemas do costume» – dizia. Porém, frisou que nem sempre é assim, havendo um ou outro cliente com quem até tem prazer, relatando um caso em concreto: «M. é um profissional, sabe o que está a fazer. Ele já me fez voltar de lá vermelha que nem um tomate e cheia de calores, ou seja, tive mais de um orgasmo com ele. O fulano faz uns minetes calmos que são uma delícia e qualquer dia, se quiser, vai mesmo de borta com todas as mulheres», relato este confirmado por L. (estrada Viana-Barcelos, 25/06/2002).

Ainda na estrada nacional EN103 de Viana do Castelo a Barcelos mas já nas imediações desta, num desvio secundário de estrada para um local mais ermo e isolado, encontra-se uma casa que, tanto quanto pudemos apurar, é de conhecimento restrito, atendendo tratar-se de um concelho fortemente conservador e de maior controlo eclesiástico que,

(27) Esse aproveitamento terá a ver, segundo entendemos, com a venda de caixas/amstras obtidas gratuitamente. Não tivemos, porém, qualquer oportunidade de verificar a autenticidade destas informações.



embora cada vez menos eficaz, ainda consegue travar a proliferação deste tipo de estabelecimentos, contrariamente à zona de Valença.

A partir de Barcelos e no quadrilátero urbano formado por esta e outras três cidades mais relevantes, do ponto de vista demográfico, económico e político, do distrito de Braga, a saber, Famalicão, Braga e Guimarães, foram sinalizadas algumas casas de prostituição situadas respectivamente nalgumas freguesias periurbanas, com acessos algo difíceis e discretos. Estes estabelecimentos foram instalados nuns casos em imóveis adquiridos directamente para este fim, e, noutros, em espaços remodelados a partir de lojas, garagens e outros. Replicando o padrão mais corrente neste sector, também nestas casas trabalham maioritariamente mulheres estrangeiras, nomeadamente sul-americanas e com particular predomínio de brasileiras.

A sul de Barcelos, e já um pouco nas margens da faixa territorial definida, encontramos no concelho de Vila Nova de Famalicão, na estrada nacional Famalicão-Trofa, uma casa que funciona aparentemente como «residencial», onde trabalham 23 mulheres provenientes de diversas paragens nacionais e estrangeiras. Não tanto em Famalicão, mas na área geográfica que se lhe segue em direcção a Guimarães e concelhos limítrofes mais a norte e nordeste, a saber, Vizela e Fafe, há vários estabelecimentos abertos sob a designação de bares, que identificámos mas não contabilizámos por se situarem já fora do raio de acção da nossa pesquisa. Aos clubes acrescem, nesta zona e com bastante incidência, outras modalidades de prostituição, designadamente de apartamentos e sobretudo de rua.

No próprio concelho de Guimarães e na estrada nacional EN14 em direcção a Braga situa-se uma casa localizada em contexto urbanizado, na qual trabalham entre 25 a 30 mulheres de diferentes nacionalidades, sendo também conhecida no meio prostitucional como uma casa com qualidade de atendimento. Uma outra casa a operar neste concelho foi remodelada a partir de uma antiga casa de espectáculos amadores e na qual trabalham actualmente cerca de 15 mulheres. Esta casa oferece também *shows de ballet* erótico, predominantemente assistidos por jovens adultos desafoçados do ponto de vista económico.

Na cidade de Braga e arredores contabilizam-se, com base em observações próprias e informações de terceiros, cerca de 20 casas e/ou apartamentos onde se exerce a prostituição, situando-se o conjunto de estabelecimentos em zonas centrais, suburbanas e (semi)periféricas à cidade de Braga. Das cerca de 20 casas destacamos e caracterizamos as seguintes, algumas das quais visitadas:

- (i) a *Esplendor da Noite*, localizada dentro do casco urbano da cidade, funciona aparentemente como *boîte* e foi adaptada para a prática prostitucional; nela trabalham cerca de 15 mulheres de nacionalidade estrangeira, oriundas sobretudo da América Latina, a maioria em situação irregular ou ilegal. Os clientes, provenientes sobretudo das zonas urbanas semiperiféricas, situam-se predominantemente na faixa etária dos 25 aos 40 anos. Do ponto de vista socioprofissional provêm de camadas assalariadas dos sectores secundário e terciário (fábricas, cafés, restaurantes, construção civil). Em termos higieno-sanitários esta casa apresenta condições medianamente razoáveis.

- (ii) a *Ilha do Fogo*, localizada na malha urbana central, funciona também como *boîte* e emprega cerca de 10 brasileiras. Este espaço é muito procurado devido à faixa etária das profissionais que aí trabalham que, em regra, oscila entre os 18 e os 25 anos.
- (iii) a *Minúcias de Prazer*, igualmente inserida em área central urbana bracaraense, começou por ser um dos primeiros espaços de diversão nocturna a funcionar na cidade e fecha o triângulo de oferta urbana de serviços sexuais nesta modalidade.

Já fora da cidade, mas dentro da sua área de influência, mais concretamente numa freguesia que dista de Braga em cerca de cinco quilómetros, pudemos comprovar a existência de uma casa que, tendo sido objecto de sucessivos trespasses, ainda se mantém em funcionamento. É um espaço que já se impôs no cenário prostitucional por estar localizada numa área discreta e reservada, junto a uma estrada nacional. Esta casa emprega cerca de 25 mulheres originárias principalmente da América Latina, mas também do continente africano, em particular, dos chamados PALOP, em especial de Cabo Verde. Os donos do estabelecimento conseguiram comprar uma moradia de dois pisos, funcionando o piso superior do edifício como área «privada» reservada para as «subidas» dos clientes e com capacidade para o trabalho de 15 mulheres. Os clientes são provenientes das áreas rurais do concelho e a sua faixa etária situa-se, predominantemente, entre os 20 e os 35 anos. Na mesma estrada situa-se um outro estabelecimento onde exercem a prostituição 25 mulheres de nacionalidades diferentes. Esta casa é apenas do conhecimento privado de determinados clientes, formando assim como que um círculo relativamente fechado mas que tem sido, apesar disso, alvo de sucessivas investidas das entidades policiais e por mandado das próprias entidades judiciais, cujas tentativas de encerramento não têm, contudo, surtido efeito.

Partindo de Braga, mas na estrada em direcção a Chaves, encontramos mais quatro casas:

- (i) a *Consolação* que, empregando actualmente entre 20 a 25 mulheres de diversas nacionalidades e diferentes faixas etárias, é uma das casas mais antigas do distrito de Braga, tendo fidelizado uma clientela oriunda das freguesias rurais limítrofes.
- (ii) a *Luz Púrpura*, situada num dos concelhos mais interiores do distrito de Braga, com uma estrada nacional razoavelmente boa e de relativo fácil acesso por automóvel, é procurada pela fama da beleza física e idade muito jovem das 15 a 20 mulheres que aí prestam serviços, também oriundas de países da América Latina, particularmente do Brasil, nomeadamente do nordeste brasileiro. Estando localizada numa área bastante discreta, a esta casa acorrem clientes com poder económico mais elevado, tais como pequenos empresários, comerciantes e profissionais qualificados assalariados ou a trabalhar por conta própria. A funcionar numa moradia rústica, o espaço interior deste clube apresenta boas condições, sendo esta casa reputada pela boa «qualidade de serviços», pela segurança, pela higiene das instalações e pela frequente renovação das mulheres em oferta.
- (iii) a *Cinco Estrelas* emprega cerca de 20 mulheres, na sua maior parte estrangeiras, de nacionalidades diversas. Uma particularidade a ressaltar deste clube é o ambiente de



grande familiaridade entre os proprietários, as mulheres e os clientes, para o que poderá contribuir o facto de a idade das mulheres se situar predominantemente acima dos 30 anos, algumas delas ultrapassando mesmo os 35 anos, o que se traduz numa maior maturidade e experiência e, por conseguinte, em posturas e capacidades relacionais mais apuradas. Na citação que se segue relatam-se alguns pormenores da visita efectuada a este clube, realizada por dois elementos masculinos.

Saimos em direcção ao *Cinco Estrelas*, na estrada para Chaves, já sabendo que iríamos encontrar algumas conhecidas, uma delas residente em Verín, onde tem desenvolvido o grosso da sua actividade prostitucional. Este estabelecimento está sinalizado com luzes e painéis luminosos identificativos. Não existem seguranças, apenas avisos colocados na porta da entrada informando os clientes sobre as restrições à entrada com arma e outros objectos perigosos. Propriedade de um português com cerca de 50 anos, é gerido por ele e pela compãheira, uma brasileira ex-prostituta. É uma antiga moradia, de dois pisos, com o bar localizado na parte inferior e os quartos no andar de cima e com estacionamento próprio fechado. A zona do bar é composta por duas divisões, uma disposição arquitectónica pouco frequente nesta actividade. O espaço mais pequeno, localizado logo na entrada aloja o balcão de fornecimento de bebidas, enquanto o espaço mais amplo se destina aos sofás e mesas de convívio dos clientes e das trabalhadoras sexuais. De recorte «provinciano», as mulheres são, no geral, mais idosas e desqualificadas, manifestamente em final de carreira. Durante as cerca de duas horas que aqui permanecemos à conversa, apenas entraram dois clientes (Braga, 2/07/2002).

(iv) o *Prazer Dourado* é um clube de entrada bastante condicionada. Apenas possui luzes vermelhas como sinal identificativo. Ocupa uma moradia de tipo familiar, cujo acesso é feito pelo portão do jardim, que abre por comando eléctrico do interior e é permanentemente monitorizado por câmaras de vídeo facilmente identificáveis. Para entrar no espaço de «convívio» é necessário passar pelo controlo do aparelho de detecção de metais do segurança de serviço. No espaço interior de recepção dos clientes abundam os sofás e os lugares sentados, num *décor* «clássico», manifestamente *old fashion*. Este espaço ocupa o que teria sido, em tempos passados, a sala de estar e de jantar da casa.

Relativamente à prostituição de rua, esta configura-se com características, perfis e matizes algo distintos e inclusive certas singularidades que a demarcam de outras modalidades prostitucionais. A própria designação «prostituição de rua» não é alheia a um entendimento diferente do fenómeno por contraste a outros mais abrigados ou relativamente mais invisíveis. Nesta rubrica específica em torno deste tipo de prostituição, procuramos caracterizar os seus ambientes com base na observação e, em particular, em entrevistas e testemunhos das próprias mulheres e de alguns poucos proxenetas recolhidos pelos investigadores-assistentes que operaram no eixo viário Viana-Barcelos e, em particular, em Guimarães.

Em Portugal, a prostituição de rua foi, até bem recentemente, a modalidade dominante.

Mas, sobretudo desde os anos oitenta do século XX, ela saiu do gueto escondido e simbolicamente marcado. Abandonou o bairro e o lugar marginal e espalhou-se a outros pontos centrais ou periféricos da cidade, misturando-se e, não raro, afrontando os quotidianos daqueles que por lá circulam ou residem. Alastrou também até à berma das estradas de uma forma tão visível que não deixa dúvidas a quem com ela se cruza. É nos espaços abertos, de rua e de estrada, que a prostituição adquire uma maior transparência e dimensão sociais, uma vez que, estando menos camuflada, permite o deslaminamento das tensões, desencontros, estigmas e marginalizações que a ela se encontram associados. Embora nalguns contextos sociogeográficos se venha verificando um decréscimo neste tipo prostitucional em detrimento de outros modelos de exercício da actividade, ele continua, como dissemos, a fazer-se nas estradas e nas ruas das cidades e vilas, nos pontos ora nucleares ora periféricos ou suburbanos, como acontece na região minhota.

Uma vez transposta para um contexto desabrigado, as mulheres que aí exercem a prostituição ficam, óbvio e inevitavelmente, expostas a todos os condicionalismos e agravantes desde a perda da privacidade, passando pela devassidão da imagem e a invasão da pessoa, até diversas formas de exploração, por vezes até com pormenores (in)imaginados. No contexto aberto, a prostituta expõe o seu corpo e a sua pessoa ao olhar predatório de quem passa, sujeitando-se a comentários e atitudes ostensivamente ofensivas e pondo em risco também a sua segurança e integridade física:

«Por vezes custa-me ir trabalhar porque sei que fico completamente exposta [...] aquele olhar que nos lançam dos carros é pior do que ficar por baixo de um cliente a chegar mal, porque há dias em que isso nos incomoda mais [...] por vezes gozam só pelo prazer de gozar, os camionistas são uns porcos, tenho pena das mulheres deles, porque eles têm mulheres» (p27).

As comparações entre contexto de trabalho desabrigado e o abrigado são frequentes e todas as mulheres reconhecem que a opção pelo território aberto, sendo, a vários títulos, mais arriscada, apresenta também algumas vantagens:

«Já trabalhei nos dois lados e sei o que é a prostituição dentro e fora de casa [...] trabalhar num bar ou numa boite tem as suas desvantagens, o horário é controlado, os clientes são controlados, o dinheiro é controlado, tudo é controlado..., mas trabalhar dentro de uma casa é diferente, sobretudo numa coisa, cá fora ninguém nos vê, ninguém faz pouco [...] já trabalhar na rua implica assumir alguns riscos e temos que estar sempre preparadas para eles, temos que nos saber defender, temos que parecer estútuas e não ouvir o que quem passa diz, quase só por gozo, as pessoas são cruéis [...]. Só trabalho na rua porque sei o que é trabalhar noutros sítios e pelo menos assim não tenho que dar satisfação a ninguém, sou eu que controlo o meu horário, sou eu que controlo o meu dinheiro, sou eu que faço os clientes» (p19).

Até ao início dos anos noventa a prostituição de rua era dominante nos territórios minhotos estudados. Na cidade de Braga continua a ser visível, quer nalgumas artérias centrais, em especial nas ruas adjacentes da Sé catedral, quer em espaços mais recatados na proximidade de áreas arborizadas ou de pequenos montes existentes ao longo das principais vias rodoviá-

rias que partem desta cidade, o mesmo acontecendo noutros centros urbanos médios ou pequenos da região. Dada a enorme difusão e atomização espacial desta forma de prostituição, optámos, por razões de ordem pragmática por concentrar a nossa observação em três pontos estratégicos: os centros urbanos de Braga e de Guimarães e respectivas áreas envolventes e, como referimos, a zona de Viana do Castelo-Barcelos. Neste tipo de prostituição as mulheres operam em territórios precisos por elas demarcados. Quando em determinados locais, como pudemos observar nos arredores de Viana do Castelo, Barcelos e Guimarães, várias mulheres competem pelo mesmo espaço, as demarcações decorrem de negociações mais ou menos complexas e difíceis, nas quais as mais antigas no local detêm a última palavra, reivindicando para si os espaços mais favoráveis e empurrando as mais novas para os menos atraentes.

Em termos numéricos, a prostituição de rua em zonas do Minho, ainda que expressiva, surge, porém, hoje em dia como minoritária e é exercida, quase só, por mulheres portuguesas, as quais tendem, no entanto, a apresentar perfis mais vincadamente diferenciados do que o que registámos em relação ao conjunto das que trabalham em clubes. Em termos gerais, neste tipo de prostituição podem distinguir-se vários subtipos, desde a que é empreendida a tempo inteiro por mulheres que actuam por sua conta e risco e, portanto, sem qualquer protecção de um proxeneta, passando por prostitutas em *part-time* e/ou sazonais ou em específicos contextos de toxicod dependência, até outras que, trabalhando sob a tutela de um proxeneta por razões de segurança, são deste dependentes em termos de poder e de gestão dos dinheiros ganhos. Entre os diversos subtipos ressaltam, porém, três segmentos muito específicos de mulheres que importa distinguir e caracterizar:

- (i) *mulheres com mais idade*, nomeadamente acima dos 40 anos, com ou sem proxeneta, com filhos mas com poucos recursos, inclusive escolares, encontrando-se mais desvalorizadas porque precocemente envelhecidas e, portanto, no declínio do seu ciclo de actividade substitucional, situação esta encontrada sobretudo no eixo Barcelos-Vila Nova de Famalicão.
- (ii) *jovens prostitutas*, sem filhos, vivendo com namorados ou companheiros numa base de relação afectiva, deles recebendo, quase todas, também segurança e protecção no exercício da sua actividade. Este segmento é o prevalente no eixo Guimarães-Braga.
- (iii) *mulheres toxicod dependentes*, sobretudo jovens, cujo envolvimento na prostituição de rua tem vindo nos últimos anos a tomar maiores proporções e repercussões. A razão básica da sua entrada na prostituição reside na necessidade de arrecadar dinheiro para satisfazer as necessidades de consumo de drogas. Ou seja, neste caso é a toxicod dependência que arrasta estas jovens para a prostituição, pois de outro modo a privação poderá conduzir a perpetrar pequenos delitos ou crimes tais como a venda de objectos valiosos de familiares e amigos, assaltos ou roubos a estranhos. Este subtipo de jovens toxicod dependentes a exercer a prostituição de rua ou estrada foi constatado predominantemente nos meios urbanos e nos eixos viários de Barcelos-Viana do Castelo-Valença, por um lado e, por outro, no de Braga-Guimarães.

## CAPÍTULO 4

### Perfis sociodemográficos, origens sociais e trajectos de vida das mulheres

Neste capítulo procuramos fazer uma caracterização sociodemográfica das mulheres que exercem a prostituição, incluindo no conjunto quer a abrangida quer a de rua, com base nos resultados da amostra, tendo em conta vários indicadores desde a nacionalidade, a idade, o meio de origem (rural ou urbano), o estado civil dos pais e os responsáveis dos seus/suas encarrgados(as) de educação na infância. Neste quadro e numa primeira parte, uma das dimensões importantes a tratar é a da sua origem social através da inquirição dos perfis socioprofissionais e recursos escolares dos pais, comparando, na medida do possível, os perfis destes com os das próprias mulheres, o que nos remete obviamente também para os seus percursos biográficos, em particular as vivências no quadro familiar e eventuais (des)estruturas, as primeiras experiências no campo sexual, os processos de (des)socialização na escola e no meio envolvente, as actividades exercidas antes de entrar na prostituição e, por fim, os traços sociodemográficos (idade, estado civil, tipo de agregado familiar) no início da prostituição, as suas relações com namorados, maridos ou companheiros, bem como as suas próprias percepções no momento da entrada na prostituição. Numa segunda parte deste capítulo abordar-se-ão os aspectos mais significativos da sua entrada na actividade prostitucional, nomeadamente as principais vertentes do(s) processo(s) que as conduziram à prostituição e dos contextos de enquadramento dos mesmos, com especial ênfase nos aspectos que elas próprias reconhecem e identificam como tendo sido as razões que lhe estiveram subjacentes, sem deixar de operar, na medida do possível, uma filtragem analítica dos seus próprios discursos.

#### 1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

A fim de caracterizarmos, do ponto de vista sociodemográfico, as mulheres inquiridas importa reter, descrever e analisar alguns aspectos e variáveis mais relevantes e susceptíveis de contribuir para melhor situar o contexto em que se moviam desde as suas origens,

passando pelas suas trajetórias, até à situação actual. Uma primeira questão a relevar para efeitos de contextualização é a nacionalidade das mulheres inquiridas:

Quadro 1: Distribuição das inquiridas segundo a nacionalidade

Nacionalidade	N.º	%
Portuguesa	67	35
Estrangeira	127	65
<b>Subtotal</b>	<b>194</b>	<b>100,0</b>
Não resposta	(6)	(3,0)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

Tal como o quadro mostra, predominam as mulheres estrangeiras (65%), seguidas das mulheres de nacionalidade portuguesa (35%) e, por fim, 3% de não respondidas, ignorando-se, portanto, a sua nacionalidade. O grande contingente de mulheres neste estudo é de origem estrangeira, sendo, na sua maioria, brasileiras, obviamente compreensível em função da afinidade linguística, do mesmo modo que em Espanha tendem a predominar as mulheres sul-americanas de países tendo como língua oficial o castelhano. Tal como mostraremos mais adiante, a entrada maciça de mulheres migrantes nos vários sectores de actividade, oriundas de situações sociais de privação ora absoluta ora relativa, também se reflectiu na prostituição devido à complexificação e à interdependência das relações económicas e dos diversos tipos de mercados laborais, quer em sectores de actividade formais (secundário e sobretudo terciário), quer muito especialmente em segmentos de mercados informais e (semi)subterrâneos como é o caso em estudo. Procurando saber a idade das mulheres ocupadas na actividade prostitucional, das respostas foi possível inferir a seguinte distribuição de escalões etários:

Quadro 2: Distribuição das inquiridas por intervalos de idades

Intervalo de idades	N.º	%
< 20	16	8,12
[20-30]	101	51,28
[31-40]	61	30,96
[41-50]	16	8,12
> 50	3	1,52
<b>Subtotal</b>	<b>197</b>	<b>100</b>
Não resposta	(3)	(1,5)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

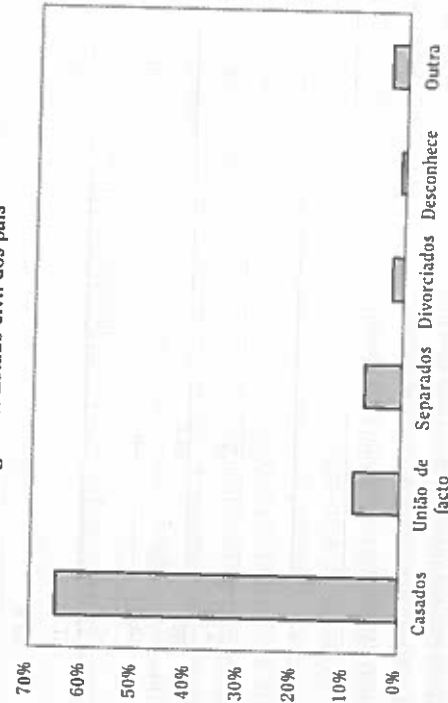
Deste quadro infere-se que 90% das mulheres inquiridas não ultrapassam os 40 anos e destas 59% concentram-se em idades até aos 30 anos, predominando as que têm entre 20 e 30 (51%), relacionando-se este dado com o facto de se tratar de uma actividade que valoriza a combinação dos recursos eróticos e de juventude. Quanto ao meio de origem de cariz mais geográfico, rural ou urbano, os dados recolhidos apontam para os seguintes resultados:

Quadro 3: Distribuição das inquiridas segundo o meio de origem

Meio de Origem	N.º	%
Rural	44	24,86
Urbano	132	74,58
Outro	1	0,56
<b>Subtotal</b>	<b>177</b>	<b>100,0</b>
Não resposta	(23)	(11,5)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

Aparte das não respostas somarem 11,5%, destaca-se, de longe, a percentagem de mulheres oriundas do meio urbano (75%), o que, embora seja um indicador importante, por si só não fornece o quadro social de origem em termos de classe e etnia, entre outros. Seguem-se, em segundo lugar, as mulheres originárias do meio rural (25%). Mais relevante, porém, que o próprio meio urbano ou rural no processo de socialização e educação são as características do contexto familiar a vários níveis: emocional-afectivo, económico, social e cultural. Começando por indagar o estado civil dos pais das mulheres exercendo hoje a actividade sexual remunerada, foi possível resumir os resultados no seguinte gráfico.

Figura 3: Estado civil dos pais





Deste gráfico se conclui que os pais de mais de 65% das inquiridas eram casados ou, pelo menos, foram casados no início da sua vida conjugal. Os restantes dividiam-se, em percentagens menos relevantes, por situações de união de facto, separação, divórcio e outras, englobando-se entre uniões de facto, como veremos, certas situações de cariz efémero ou ocasional. À partida, estes dados, ainda que reveladores de algumas situações aleatoriamente anómalas ou excepcionais em relação aos padrões de relações conjugais habituais, não diferem porém muito de outros universos mais amplos sobretudo em meio urbano. Ao nível do estatuto conjugal dos pais das mulheres inquiridas não se detectam, portanto, factores susceptíveis de, num primeiro relance, explicarem fenómenos específicos que sejam relevantes para compreender a origem e a incidência da maior parte destes casos de prostituição sob estudo. Sendo a prostituição, na linguagem estruturo-funcional, considerada como um fenómeno anónimo e alegadamente patológico, a sua associação com o estado civil dos membros do casal de progenitores (casados, separados, divorciados) não constituiria um factor causal, não se detectando sequer qualquer correlação significativa em relação ao fenómeno da prostituição.

Quanto à orientação da educação destas mulheres no seu período de criação e formação, embora ela não se afaste muito dos padrões correntes, já denota todavia alguma discrepância em relação aos padrões habituais ou dominantes, tal como se pode ver pelo quadro seguinte.

Quadro 4: Orientação/educação na infância

	N.º	%
Pelos pais	124	66,67
Só pelo pai	5	2,69
Só pela mãe	20	10,75
Pelo pai e madrastra	2	1,08
Pela mãe e padrastra	7	3,76
Pelos avós	15	8,06
Pelos tios	4	2,15
Por uma instituição (orfanato)	1	0,54
Por outros	(8)	(4,30)
<b>Subtotal</b>	<b>186</b>	<b>100</b>
Não resposta	(15)	(7,5)
Total	200	

Ressalvando 8% de não respostas, a grande maioria das mulheres inquiridas (67%) foi, pelo menos formalmente, orientada e educada pelos pais e, se estendermos este raciocínio ao papel dos padrastras e madrastras conjugado com o da mãe ou pai, tal perfaria a soma de

72%. Seguem-se 14% de casos de mulheres que foram educadas ou só pela mãe (11%) ou só pelo pai (3%). No patamar subsequente há a referir o papel não desprezável dos avós (8%) que, acrescido ao dos tios (2%), somam 10%. Por fim, no caso residual de «outros» (4%), os inquéritos especificavam, embora como excepcionais, os pais adoptivos (2%), amas ou madrinha, eventualmente em combinação com mãe ou avó, ou então orfanato (2% neste subgrupo). Das 37 inquiridas que responderam não ter sido educadas pelos pais, nem sequer apenas por qualquer um deles (pai ou mãe), 17 aduziram como justificação de tal facto a separação dos pais, 14 «outras razões», a saber: a falta de condições em quatro casos; o falecimento dos pais em seis; e a emigração dos pais em três e a inadaptação em um caso. Por fim, a resposta mais dramática neste campo foi a de oito mulheres que afirmaram não terem sequer conhecido os respectivos progenitores.

Do facto de, segundo a visão durkheimiana, serem relevantes o contexto familiar e os processos de socialização – de resto também destacados por autores de outras correntes – não se infere que sejam básica e/ou exclusivamente as orientações normativas e morais para com as filhas o que constitui factor específico e determinante para explicar o fenómeno prostitucional. Por isso, a explicação durkheimiana, mesmo quando expurgada de enviesamento por generalização abusiva e transposição mecânica, não colhe, ou seja, não obstante a petição do princípio sociológico durkheimiano de explicação do social pelo social, esta perspectiva acaba contudo por relevar neste caso, por um lado, a tipologia jurídica e, por outro, por resvalar para uma vertente valorativo-normativa e, em última instância, moral-ideológica. Por isso, contrariamente ao enquadramento estruturo-funcional que, para explicar o fenómeno da prostituição, remete básica ou exclusivamente para a estrutura valorativo-normativa e moral no processo de socialização, consideramos que as condições de vida material constituem o substrato básico de explicação que, ainda que não de modo exclusivo – porque articulável com os níveis organizacional e interactivo –, moldou ou condicionou a orientação de, pelo menos, grande parte das mulheres entradas na prostituição: umas desde uma fase precoce da sua vida adolescente e/ou juvenil, outras já numa fase de adultez num contexto de fortes constrangimentos.

## 2. PROFISSÕES E RECURSOS ESCOLARES DOS PAIS

Neste estudo sociológico, como em muitos outros, uma dimensão incontornável é, como referimos, a que concerne a origem social, cujo peso na emergência e no desenvolvimento do fenómeno da prostituição importa analisar. Daí que um primeiro dado a analisar se reporte à profissão dos pais e das mães das mulheres inquiridas, comparando, em termos diacrónicos, a principal profissão dos pais no passado, ou seja, ao tempo da sua infância e/ou adolescência e no presente.

Uma consideração prévia de cautela sobre estes dados terá que ser feita, pois a agregação das categorias por nós realizada, tendo a vantagem de subsumir e tipificar a miríade de profissões mencionadas pelas mulheres, perde de vista algumas especificidades e/ou singu-

Quadro 5: Profissão principal do pai, no passado e na actualidade

	Na infância		Actualmente	
	n.º	%	n.º	%
Criado/assalariado rural	4	2,55	0	0
Camponês/agricultor	27	17,20	10	8,40
Artesão	8	5,10	6	5,04
Operário	41	26,11	22	18,49
Funcionário/empregado/paramilitar	18	11,46	7	5,88
Profissional assalariado qualificado	3	1,91	5	4,20
Profissional liberal	7	4,46	0	0
Pequeno empresário industrial	22	14,01	5	4,20
Pequeno empresário serviços	16	10,19	12	10,08
Proprietário fundiário	10	6,37	8	6,72
Desempregado	1	0,64	3	2,52
Reformado	0	0	33	27,73
Falecido	0	0	8	6,72
<b>Subtotal</b>	<b>157</b>	<b>100</b>	<b>119</b>	<b>100</b>
Não resposta	43	(21,5)	(81)	(40,5)
Total	200		200	

laridades, de que procuraremos, todavia, dar conta em comentários adicionais. Em segundo lugar, as ocupações declaradas pelas mulheres inquiridas podem nem sempre coincidir com a definição sociológica das profissões e sobretudo com uma adequada conceptualização de classe na medida em que, não havendo critérios de aferição e controlo documental ou outro, inclui a autopercepção e a avaliação subjectiva das próprias inquiridas. No entanto, as denominações de profissões avançadas pelos próprios actores são indicativas de posições sociais, cuja categorização, em termos de grupos ou classes sociais, não andará longe da realidade objectiva que, por sua vez, se retraduz nas próprias percepções das inquiridas.

Dos resultados evidenciados no Quadro 5 importa reter, em termos de origens sociais das mulheres, o facto de, ao tempo da sua infância e/ou adolescência, os seus pais-homens pertencerem a classes economicamente desprovidas ou modestas, tendo em regra rendimentos que apenas permitiam a sobrevivência da família, tal como os diversos testemunhos das próprias mulheres aliás o ilustram. Assim, além de um caso de um desempregado (1%), a grande fatia de profissões dos pais das inquiridas era composta por criados, assalariados rurais, artesãos e operários (52%), os quais, se acrescidos dos trabalhadores assalariados de serviços, perfaziam 64%. A seguinte camada social, constituída por pequenos empresários, de tipo predominantemente familiar, somava 24%. Embora à partida estes grupos sociais detivessem uma relativa autonomia no processo produtivo e alguns recur-

sos próprios no sector da indústria ou comércio, (sobre)viviam também na base de força de trabalho familiar, sendo raros os que contavam com algum assalariado. Não é assim de estranhar que alguns destes profissionais por conta própria tivessem um grau de insegurança igual ou maior que o dos trabalhadores de serviços com contrato permanente. Em terceiro lugar, 6% dos pais pertenciam a profissões qualificadas, uns assalariados (2%), outros por conta própria, as chamadas profissões liberais (4%). Por fim, o único grupo que poderíamos assumir como economicamente mais provido seria composto por proprietários de terras (6%). Destes, a maioria não seria seguramente constituída por fazendeiros ou grandes agrários propriamente ditos, mas antes por pequenos agricultores, que, detendo meios fundiários próprios, são, em termos económicos e jurídicos, proprietários, mas que não pertencem necessariamente à classe terratenente ou latifundiária nem sequer à burguesia agrária.

Já numa fase mais recente ou actual e não tomando agora em linha de conta quem, ao longo de uma geração, tenha conhecido situações de reprodução social ou de deslocação social em sentido ascendente ou descendente, impõe-se concluir, em termos gerais, que se verificou uma reprodução de lugares, independentemente das oscilações desta ou daquela família. Ou seja, não só no passado mas também em tempo recente ou actual predominam entre os pais das mulheres inquiridas profissões mais desqualificadas, pior remuneradas e, portanto, indiciadoras de classes de pertença mais desprovidas de recursos. Para além do desaparecimento das ocupações de criado e/ou assalariado rural, muito plausivelmente induzido pelos processos de modernização agrária entretanto ocorridos, verifica-se uma ligeira descida, em números absolutos, de artesãos e sobretudo uma diminuição de indivíduos pertencentes à classe camponesa/agricultora, passando de 17% para 8% – um outro traço de sociedades agrárias em transição para sociedades industriais e semiperiféricas como são os casos de Portugal e do Brasil. Com este processo poderá também estar articulado o decréscimo da categoria de «pequenos empresários», ora na indústria ora no comércio e serviços, que conhece uma descida de 24% para 14%. Estes dados podem revelar ou um empolamento autoperceptivo da condição destes «empresários» no passado ou, eventualmente, processos de endividamento e/ou falência ou mesmo de proletarização e seguramente também de passagem à condição de reformados. Em todo o caso, estas observações deverão ser vistas com alguma prudência. Por outro lado, há a registar que, entretanto, 7% dos pais das inquiridas faleceram, 28% reformaram-se e 3% encontram-se desempregados.

Seria enviesada de patricentismo esta abordagem, se não contemplasse as profissões das mães das mulheres inquiridas, pelo que se dá também conta dos resultados a este respeito no quadro seguinte. Relativamente às profissões passadas das mães das mulheres inquiridas, o Quadro 6 evidencia também, para além de 21% de não respondidas, que uma parte considerável delas pertencia a grupos ou classes sociais pobres ou remediadas, com 26% de mães que eram empregadas domésticas, jornaleiras, agricultoras e artesãs. Se a estas categorias adicionarmos as que foram empregadas/funcionárias, temos um total de 31% de respondidas. O maior número, mais exactamente 53% do total, é, porém, constituído por domésticas. Esta designação recobre situações de precariedade e/ou actividades cir-



Quadro 6: Profissão principal da mãe na infância e actualmente

	Na infância		Actualmente	
	n.º	%	n.º	%
Criada/assalariada rural	5	3,14	0	0
Agricultora	7	4,40	4	2,88
Artêsã	12	7,55	7	5,04
Operária	17	10,69	7	5,04
Funcionária/empregada	8	5,03	6	4,32
Profissional qualificada (assalariada)	11	6,92	4	2,88
Profissional liberal	2	1,26	0	0
Pequena empresária industrial	0	0	2	1,44
Pequena empresária serviços	8	5,03	3	2,16
Proprietária fundiária	4	2,52	2	1,44
Doméstica	85	53,46	88	63,31
Reformada	0	0	13	9,35
Falecida	0	0	3	2,16
<b>Subtotal</b>	<b>159</b>	<b>100</b>	<b>139</b>	<b>100</b>
Não resposta	(41)	(20,5)	61	(30,5)
Total	200		200	

cundomésticas não remuneradas ou mal remuneradas, integrando, na sua maioria, classes mais desprovidas. É de notar que 5% das mães das mulheres inquiridas eram trabalhadoras autónomas, como pequenas «empresárias» ou, mais precisamente, trabalhadoras familiares autónomas no sector dos serviços (por exemplo, vendedoras). Por fim, é de registar 3% de mães referidas como proprietárias fundiárias e 8% com profissões qualificadas exercidas por conta própria ou por conta de outrem (profissionais liberais, enfermeiras, entre outras), o que, no cômputo geral, constitui todavia uma minoria.

Quando inquiridas acerca das actuais profissões das suas mães, as mulheres são ainda mais reservadas do que em relação às profissões das suas mães no passado. Não só aumentou o número de não respostas, passando de 21% para 31%, como se mantém o elevado denominador comum de «domésticas» com 63%, um termo, como dissemos, impreciso e equívoco porque englobante de situações diferentes ou até contrastantes, embora tudo indique tratar-se de mulheres com poucos recursos e dedicadas aos trabalhos domésticos e outros compatíveis com a sua função de mães, no sector agrícola ou de serviços. Das que responderam de modo mais preciso há a referir, em termos minoritários ou até residuais em relação ao total, 2% de mães já falecidas, 9% reformadas, 13% ainda ocupadas como agricultoras, artesãs ou operárias, 4% como empregadas/funcionárias, 4% como pequenas «empresárias» ou trabalhadoras familiares autónomas, 3% como profissionais qualificadas

por conta de outrem e, por fim, 1% como proprietárias fundiárias. Em suma, também a nível da origem sociais das mães das mulheres prostitutas, à excepção de 4% de mães com profissões qualificadas e/ou proprietárias, 94% das mães das prostitutas pertencem a classes sociais com poucos ou nenhuns recursos: umas, em menor número, em situação economicamente remediada, outras – a grande maioria – fazendo face e com muitas dificuldades a situações de pobreza relativa e, amiúde, pobreza absoluta na medida em que se encontram desituadas do mínimo vital em termos de satisfação das necessidades básicas.

Tomando outro indicador complementar de aferição da situação de classe – a instrução escolar –, os números recolhidos tornam-se reveladores de um notável défice de formação dos pais, tal como se pode concluir do Quadro 7.

O quadro mostra como, quer entre os pais, quer entre as mães das inquiridas, se verifica um baixo grau de instrução escolar. Em contraste com 8% de pais-homens e 10% de

Quadro 7: Grau de instrução dos pais

Grau de instrução	Do pai	%	Da mãe	%
Não sabe ler/escrever	18	13,85	24	17,52
Sabe ler/escrever, sem frequência escolar	11	8,46	9	6,57
4.ª classe	53	40,77	61	44,53
Antiga 6.ª classe	12	9,23	12	8,76
Antigo 5.º (9.º ano)	8	6,15	7	5,11
Antigo 7.º (12.º ano)	18	13,85	10	7,30
Curso médio	2	1,54	8	5,84
Licenciatura	8	6,15	6	4,38
<b>Subtotal</b>	<b>130</b>	<b>100</b>	<b>137</b>	<b>100</b>
Não respostas	(70)	(35)	(63)	(31,5)
Total	200		200	

mães que detinham um curso médio ou superior, situa-se uma parte considerável de pais (63%) e mães (69%) que ou eram analfabetos/as literais ou sabiam ler e escrever mas sem frequência escolar ou não ultrapassavam a escolaridade básica. Entre estes dois extremos situavam-se em escalões intermédios 14% de pais-homens e 7% de mães que alcançaram o 12.º ano ou equivalente, 15% de pais-homens e 14% de mães que obtiveram entre o 6.º e o 9.º ano de escolaridade. A este respeito importa referir que há mais mulheres analfabetas do que homens (18% versus 14%), não obstante haver mais mulheres que apresentam uma taxa ligeiramente maior de finalização da escolaridade básica (31% versus 27%). No entanto, salvo em relação ao 12.º ano em que há mais homens que mulheres bem sucedidos, nos demais escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais elevados predominam as mulheres no global, se bem que tal predomínio ocorra mais nos cursos médios, retomando a prevalência de homens sobre as mulheres na obtenção do grau de ensino superior.



Quer pelo critério da profissão, quer pelo do capital escolar, quer ainda, como foi referido por bastantes inquiridas, pelo reduzido grau de poder na organização social local da mãe, os resultados apurados mostram que a esmagadora maioria das mulheres prostitutas contactadas, inquiridas e entrevistadas provém de classes sociais detentoras de poucos recursos ou mesmo destituídas deles. Com efeito, a grande maioria delas confessa ter tido percursos de vida vincadamente marcados por situações de pobreza extrema em termos objectivos, de que os seus eloquentes testemunhos subjectivos, como veremos, dão conta. Seja em relação às trabalhadoras sexuais portuguesas, sobretudo de rua, seja em relação a mulheres oriundas de países e regiões periféricas, as carências familiares terão sido de várias ordens desde a habitação, a saúde e o ensino, passando por situações de desemprego, precariedade laboral com salários baixíssimos e/ou incertos, até à inexistência de qualquer forma de protecção social básica e inclusive falta de meios de subsistência mínimos, desembocando não raro em situações de fome e miséria. Estes são, com efeito, elementos integrantes e recorrentes das narrativas biográficas de uma parte substancial destas mulheres.

Há autores que desvalorizam os factores socioeconómicos de ordem estrutural considerando-os negligenciáveis em termos de explicação para a entrada na prostituição, na medida em que nem todas as mulheres em condições de idêntica precariedade extrema optam por tal via ou modo de vida. Se este argumento serve para evitar concepções economicistas de cariz linear e mecânico, ainda assim os constrangimentos e condições objectivas de vida não podem ser simplesmente eliminados do complexo pluricausal do fenómeno. Com o objectivo de secundarização e desvalorização dos factores objectivos, autores como Tizón *et al.* (1996: 19) aduzem ou duvidam incompreensivelmente que factores como a pobreza, a educação e a origem familiar e social sejam factores determinantes ou decisivos, devendo ser vistos como variáveis intermédias, o que é, do nosso ponto de vista, insustentável. Para além das especificidades da actividade que exercem, as mulheres prostitutas que advêm de meios e classes sociais desfavorecidas, não deixam de partilhar situações comuns com o resto dos membros desses mesmos meios.

### 3. PERCURSOS BIOGRÁFICOS, EXPERIÊNCIAS E DESESTRUTURAÇÕES FAMILIARES

As práticas dos actores sociais comportam certamente o selo das respectivas origens de classe mas estas, por si só, não bastam para as explicar. Relevantes para o efeito são também os trajectos biográficos dos actores, cujas experiências e modos de vida se vão retraduzindo em hábitos que são estruturados a partir das condições objectivas de vida, mas, simultaneamente, se apresentam como modeladores das práticas quotidianas. Neste sentido, comecemos por destacar as situações de vida em torno da infância e da adolescência no contexto familiar, seguindo-se a descrição e a análise dos processos de enamoramento, por um lado, e, por outro, de experiências sexuais destas mulheres na sua adoles-

cência, constituindo uma das variáveis a ter em conta mas não de modo isolado, uma vez que, em regra, surge articulado com outros.

#### 3.1. Infância e adolescência: o contexto familiar

Dos inúmeros relatos de histórias de vida das mulheres prostitutas com referência às suas fases de infância e adolescência infere-se como primeiras e mais impressivas as diversificadas narrativas em torno de experiências vividas em meio familiar. Algumas têm lembranças positivas e gratificantes: os carinhos dos pais e não raro dos avós e avós, os convívios com os irmãos e/ou as irmãs e outros familiares por ocasião das reuniões e festas de família: «*Demo-nos bem. Nunca foram uns pais que me proibissem. Diziam sempre que eu tinha de assumir as minhas decisões*» (p31). Situações de bom entendimento entre pais e filhos e inclusive entre filhos/as e padrastos foram relatadas por mulheres, quer originárias de famílias pobres ou modestas quer pertencentes a famílias mais providas de recursos:

«*Os meus pais separaram-se. A relação entre eles era boa. Eles diziam: "O que aconteceu entre nós não é entre nós e você". Depois de se separarem, ficaram amigos e dão-se muito bem. A mãe e o padrasto dão-se também muito bem. Ele é excepcional, maravilhoso. Tive de ambos muito carinho, amor, amizade» (b46).*

No caso concreto desta mulher é de sublinhar ainda a relativa unidade familiar e o bom relacionamento entre os irmãos, de resto todos eles com profissões qualificadas, nomeadamente advogado, escultor, professora e gestor de um banco. Este caso levanta, porém, uma questão relevante susceptível de ser enunciada do seguinte modo: como interpretar o trajecto aparentemente desviante desta mulher (e de outras em situação similar), em relação aos pais, irmãos e demais membros da família bem situados socialmente? Não sendo fácil a resposta, demos todavia e com base nos conteúdos de algumas das entrevistas realizadas, avançar como provável a hipótese de tratar-se de mulheres que, sendo filhas de famílias com certos recursos, fracassaram nos seus objectivos e aspirações nomeadamente quando instiladas e veiculadas sob pressão das próprias famílias de origem, assumindo, não raro, atitudes de dissidência e mesmo de algum desafio e provocação face ao meio familiar e social envolvente. Acresce, por outro lado, que, sendo esta actividade exercida em contextos não socialmente controláveis a partir dos seus locais de residência, ela possibilita, em termos de representações e até de realizações efectivas, uma via de ascensão social que proporciona acesso e gozo de determinados bens e um nível de vida mais desafogado financeiramente sem a contrapartida da dependência familiar, o que é aliás também comprovado por vários testemunhos das próprias inquiridas.

Outras, mesmo sem ter tido uma infância e adolescência muito agradáveis, tiveram delas contudo experiências normais ou até razoavelmente boas, recordando com afecto os carinhos e mimos não só das mães – as mães eram de longe as suas confidentes mais fre-

quentes, contrariamente à maioria dos seus respectivos pais-homens que ou eram descolhidos ou mantinham-se mais distantes – como, sobretudo nalguns casos e de modo exclusivo, os cuidados e afectos das avós, nomeadamente maternas. Realçam o facto de os seus pais terem «passado fome» e feito sacrifícios para as sustentar, criar e dar o máximo possível de formação escolar, lamentando amiúde que, se não foram mais longe, isso se deveu ao facto de não terem recursos para tal e/ou elas próprias serem obrigadas a trabalhar como indispensável contributo para a sobrevivência da família. Um grupo específico de mulheres, filhas de emigrantes e provindas sobretudo de meios rurais, relata ter tido, na sua maioria, os necessários apoios materiais dos pais mas lamenta a separação física que a emigração impôs ao agregado familiar. Algumas foram separadas, durante largos anos, do pai, outras do pai e da mãe e, por força deste afastamento ou distância, contaram sobretudo com o afecto dos avós. Não é, por isso, raro que dentro deste grupo sejam frequentemente invocados desentendimentos ou atritos com os pais, sendo realçados os choques de mentalidades:

«Não me dei bem com os meus pais, porque eles eram muito tradicionais e tudo tinha que ser à maneira deles. Eu acho que a relação com os meus pais era assim-assim. Eu acho que o meu pai não devia ter deixado a minha mãe sozinha. Ou saíam os dois para o estrangeiro ou ficavam cá os dois a trabalhar» (p38).

A maior parte, porém, tem das experiências e vivências em meio familiar amargas e sofridas recordações, algumas das quais são amiúde recalçadas ou evitadas como objecto de conversa e exposição, sobretudo quando tal fazia lembrar violências na família, maus-tratos e abusos sexuais na sua infância ou adolescência: «Não quero falar sobre isso... Acho que não tive infância... É que é que isto tem a ver com a prostituição?» (b20). Uma outra sintetizava as suas experiências da seguinte maneira: «A minha experiência de infância e adolescência foi dura, muito dura por razões familiares» (b34). Uma ou outra entrevistada, simplesmente, recusou responder e outras, quando relatavam as suas experiências de vida, pediam para interromper ou suspender a conversa ou mesmo adiar a entrevista por se sentirem «muito nervosas», «angustiadadas». Estas entrevistadas seriam retomadas num segundo ou terceiro momento, quando já se tinham referido do choque causado pelo reviver de semelhantes situações e quando lhes foi mostrado o interesse dos seus testemunhos.

O ambiente familiar, quando perpassado por recorrentes situações de animosidade e conflitualidade entre os pais, ensombrou as relações com os filhos. Um dos motivos de desavença e briga eram as «bebedeiras» ocorridas no seio da família por parte de ambos os cônjuges: o marido com mais frequência, mas por vezes também a própria mulher. Eram os problemas agudos de escassez, de doença e de desamparo que impeliam os membros do casal a embriagarem-se, tendo as entrevistadas hoje consciência que tal ocorria amiúde para esquecer certos problemas: «A minha mãe bebia para esquecer. Durante muitos anos punha-se o prato do falecido-irmão na mesa» (p31). Outro motivo de forte apreensão e ansiedade vivida por algumas das inquiridas foi a infidelidade conjugal entre os seus pais, praticada mais por parte do pai do que da mãe, o que levava algumas destas mulheres a identificarem-se com o

destino social de sofrimento da mãe: «A minha mãe era sempre caladinha e passava por tudo sozinha. Agora que se separaram é que o meu pai anda sempre bêbado» (b50).

A ausência de afectividade marcou muitas destas mulheres aquando da sua infância, por que, contrariamente a outras crianças sobretudo não carenciadas, não acediam a brinquedos, não tinham com quem brincar ou simplesmente eram vistas com desconfiança e discriminadas por serem pobres e, por isso, suspeitas de roubar: «Nunca tive uma boneca na infância, brincava com o sobrinho... Senti-me discriminada por família e conhecidos. Desconfiavam que roubava. Fui discriminada por causa da pobreza da família» (b37). Bastantes destas mulheres inquiridas, para além de situações de indiferença, falta de afectividade e maus-tratos, sofreram, quando crianças e adolescentes, agudos problemas de indigência e carência materiais, referindo várias delas situações de fome: «As amas comiam a comida que a minha mãe mandava» (b20). Outras foram vítimas de achagues na sequência de graves problemas de saúde, por exemplo, ataques de epilepsia: «Eu era magrinha... Desmaiei várias vezes e fui atropelada quatro vezes» (b24). Outras ainda relatam complicações de parto à nascença, mortes prematuras de irmãos antes de perfazerem os cinco anos e problemas de saúde tais como o raquitismo. Tal como foi referido, 4% das inquiridas nem sequer chegaram a conhecer o seu pai biológico, tal como o referiu uma delas:

«Não conheci o pai nem sei quem é. Fui criada entre os três e os nove anos por várias amas... Os avós e tios batiam-me. Abusaram de mim sexualmente. A mãe tinha (muitas) condições mas não podia cuidar de nós. Ela trabalhava em terra de garimpos (minério, diamantes) e não havia escola. O meu avô era estúpido e a minha mãe ficou igual a ele, autoritária» (b20).

Outras apenas conheceram o pai quando já adolescentes e raramente a relação entre ambos chegou a ser aceitável.

«A minha mãe divorciou-se quando eu tinha seis meses, não conheci o meu pai biológico até aos 12 anos. Tive uma relação muito má com ele. Ele não vale nada, vive nas mesas de jogo e vive da noite. Um homem 'boémio', 'safado', um 'sem-vergonha'. Hoje é um aleijado. Com a minha mãe tive uma relação muito boa, muito sincera e aberta. A minha mãe e o meu padraslo deram-se muito bem, tiveram um 'amor louco'. Foi muito bonito. Admiro muito o carácter do meu padraslo. Sempre me deu muito carinho e amor, mais do que aos próprios filhos» (b24).

Um aspecto frequente e marcante nas suas vidas de infância era o clima de violência em meio familiar, mais especificamente entre os membros do casal – pai/mãe; mãe/padraslo(s); pai/madrasta(s) – a qual incidia ou se repercutia sobre os próprios filhos e, no caso em estudo, sobre as filhas:

«Entre os meus pais havia espancamentos, torturas; ele mexia com os filhos. Com a mãe eu tinha uma relação muito boa, com o pai muito má: respeito, segundo ele, mas não tive relação de pai. Tive uma infância e adolescência péssimas. Tentei nem me lembrar, foi muito sofrida. Nem tive infância. Comecei a trabalhar aos sete anos» (b50).

Uma atitude muito corrente ainda agora entre as mulheres com semelhantes experiências familiares na infância é a de uma mais ou menos profunda reserva, desconfiança ou suspeição em relação aos homens: «*Eu e a minha irmã não acreditamos nos homens. Vimos tanta briga lá em casa. Eu sou muito reservada*» (b27). Embora menos comuns, registavam-se casos em que ocorria justamente o contrário: uma boa ou razoável relação com o pai e uma má ou mesmo péssima com a mãe. Entre outras, uma delas referiu os maus-tratos recebidos da mãe, embora hoje compreenda que o comportamento materno estava ligado à situação de pobreza:

«*A relação com o meu pai era razoável, nunca batia, falava connosco como amigos. Com a minha mãe era muito má – tudo pela miséria e pela vida que levava, batia-nos muito. Trabalhava só para sustentar seis filhos. Nunca me deu um beijo, mas hoje já mudou e é mais humilde*» (b31).

Esta entrevistada avançava a seguir a razão da mudança da atitude da mãe: os filhos já trabalhavam e ajudavam-na. As recordações retidas por esta mulher sobre o seu passado foram assim sintetizadas:

«*Na infância e na adolescência eu levava porrada, mas depois vinha para a rua brincar e esquecia-me de tudo. A minha mãe punha-me preta com as mãos. Era do álcool. Não me deixava sair. Batia-me quando me pintava com um batonzinho claro. Saí de casa aos 17 anos. O meu pai apoiou-me quando saí de casa. A minha mãe bebeu e disse que não queria falar mais comigo*» (b31).

Em casos de separação ou divórcio, ao lado de casos de aceitação e de criação de laços afectivos com os padrastos ou madrastas, verificavam-se casos de rejeição do novo elemento visto como um intruso, embora com o decorrer do tempo a situação pudesse amai-nar por ajustamento recíproco:

«*No início a minha ambição era ter a minha mãe só para mim e que ela largasse o padraço. Eu achava que a vida devia girar em torno de mim. Sempre fui muito mimada. O meu padraço tratava a minha mãe mais como filha. Obcecada pela minha mãe, eu não gostava que ele pusesse a mão nela. Ele retirou-se dois anos, mas acabou voltando*» (b24).

A separação ou divórcio entre os pais suscitava conflitos e desentendimentos com as filhas, o que, num ou noutro caso, a par ou em conjugação com as carências e até situações de fome, se afigurou como um factor decisivo para a própria entrada precoce na prostituição, tal como o confessava uma das mulheres portuguesas inquiridas, prostituta de rua desde os 11 anos: «*Méi-me risto aos 11 anos por problemas de fome em casa, não tinha trabalho e por 'embirrice' com o meu pai, que era pescador, por ele querer casar com a cunhada. Nessa altura eu disse-lhe: 'se você casar com ela, eu vou para a rua'*» (p33). Provavelmente a forte ligação com a mãe tornava impensável ou inimaginável para a então criança de 11 anos uma relação do pai com a tia. Uma outra dimensão relevante nas experiências de infância e adolescência é a construção das relações entre irmãos e/ou irmãs. Também neste aspecto não é possível fazer qualquer generalização: ao lado de situações de entreaajuda e solidariedade, constata-se também situações de

conflito não só entre pais e filhos, mas também entre os próprios filhos/irmãos. As duras condições de vida exigiam da parte de todos o esforço no sentido de manter a unidade familiar como uma das estratégias para fazer face aos problemas em torno da sobrevivência, o que se reforçava à medida que as iniciais situações de miséria iam sendo superadas: «*A relação com os irmãos é muito boa. Conversamos. Agora é melhor que antes. A miséria acabou e já não deixamos a mãe beber*» (b31). Outra confessa que, apesar das brigas e conflitos entre irmãos, hoje já qualificados (arquitecto, funcionária e finalista de curso superior), conseguia ter então um papel apaziguador entre eles: «*Fazia as pazes entre eles, por isso são meus amigos e damo-nos todos bem*» (b27). Já, porém, em famílias mais destituídas e desestruturadas, os problemas herdados do contexto familiar mantêm-se e, por vezes, até se agudizam, tal como um dos casos em que a trabalhadora sexual funciona como uma âncora da subsistência dos pais e de uma irmã «*pedinte, bêbeda e com três filhos portadores de SIDA*», para quem ela envia mensalmente cerca de 15 contos (75€) (b37). Embora muito poucas, houve também mulheres que referiram como marcantes nas suas relações com os pais a discriminação de que foram alvo por parte daqueles em relação aos demais irmãos ou irmãs, o que, por sua vez, viria a afectar as relações entre estes. Uma delas afirmou: «*Eu sentia que os meus pais tratavam-me de forma diferente... eram (mais) intransigentes comigo e com a minha irmã não*» (p38). Os défices de relação afectiva atravessam, de facto, famílias de vários grupos sociais. São, porém, os ambientes de carência e necessidade os que aparecem como mais susceptíveis de gerar animosidades, despiques e invejas entre irmãos, nomeadamente quando os destinos dos irmãos/irmãs começam a configurar-se em linhas e posições divergentes em termos de ganhos económicos ou de desemprego escolares: «*Em casa havia brigas eternas entre nós*» (b37). Mas também neste aspecto não é possível generalizar: estas mulheres referem ter boas relações com este ou aquele irmão ou irmã, mas má com este ou aquele outro/a (b24), o que, de resto, tal como o próprio senso comum permite entreter, ocorre também em famílias sem membros envolvidos na prostituição.

Vistas retrospectivamente, as experiências por parte das mulheres inquiridas, nas suas narrativas, denotam a posteriori como tónica dominante tratar-se de famílias desagrégadas ou desarticuladas e, conseqüentemente, para a maior parte delas, vidas complicadas e sofridas desde a sua infância e adolescência. A estas experiências negativas ou mesmo traumáticas acrescem, porém, determinados acontecimentos negativos durante a juventude e a adultez, em uniões de facto ou casamentos instáveis e desfeitos que, isolada ou cumulativamente, marcaram certamente as trajectórias de entrada, bem como a própria permanência na prostituição. Por fim, é de sublinhar uma estreita relação entre os desajustamentos e desequilíbrios familiares que lhes têm balizado a vida e a miséria económica a que as suas famílias de origem e elas próprias estavam sujeitas.

### 3.2. Primeiras experiências: paixões, práticas e (ab)usos sexuais

Diversos cientistas sociais, desde sociólogos de inspiração estruturo-funcional até psicólogos e, em particular, psicanalistas destacam com especial ênfase a influência dos processos



de socialização na formação da personalidade e, de modo especificamente negativo, eventuais traumas de infância ou adolescência. Tais experiências, negativas ou positivas, terão certamente o seu impacto na formação dos indivíduos, mas não poderão ser lidas de modo mecânico e em termos absolutos, pois elas terão de ser correlacionadas com outras variáveis que interferem num ou noutro sentido. Problemas e situações semelhantes, em termos de vivências e experiências, têm contudo resultados diferenciados, o que não pode ser explicado pelas designadas disfunções ou situações consideradas patológicas, mas exigem a articulação de outras variáveis. Do mesmo modo que algumas explicações de teor materialista centradas em variáveis de ordem económica e social nem sempre são suficientes para explicar fenómenos ditos desviantes como a prostituição, tão pouco explicações estruturo-funcionais focalizadas em factores de ordem cultural ou códigos morais se revelam heurísticamente satisfatórias. Trata-se de aferir e avaliar a importância dos valores e das normas sociais e sua eficácia sancionatória ou persuasiva no comportamento dos indivíduos. Começemos, pois, por analisar experiências de relacionamentos amorosos e sexuais que as mulheres inquiridas e entrevistadas tiveram na infância e na adolescência e procurar perceber e avaliar da eventual influência das mesmas no desembocar destas mulheres na vida prostitucional.

Em termos de relações sexuais, verificamos experiências muito diversificadas, inclusive no seio de mulheres pertencentes a grupos sociais semelhantes, sendo de relevar casos com recordações de experiências negativas ou até traumáticas. Em 70% dos casos estudados a primeira relação sexual ocorreu em idades abaixo dos 17 anos, concentrando-se, portanto, a maior parte em idades entre os 13 e os 17 anos. A iniciação sexual aparece, na grande parte das respostas, reportada a um quadro de namoro ou enamoramento com rapazes solteiros, colegas de escola e vizinhos, quase sempre mais velhos do que elas, embora num ou noutro caso com idades coincidentes. Parceiros acima dos 30 anos representam cerca de 13% do total das respostas. É precisamente neste segmento etário que incide a totalidade dos que eram casados e divorciados, casos estes mencionados por cerca de 10% das mulheres. Várias foram, porém, as mulheres que descreveram as suas primeiras experiências como «normais», «boas» e, nalguns casos, mesmo gratificantes ou, quando muito, sentidas como algo estranho, algo raro, que apenas lhes terá causado certo espanto: «*Achei estranho o sexo ser aquilo*» (b24). Trataram-se de experiências que, não obstante a sua novidade e experimentação, ocorreram na sequência de primeiros enamoramentos e namoros: «*Tive a minha primeira experiência sexual aos 17 anos com o companheiro de 24 anos, um pequeno empresário, com quem vim a viver durante 10 anos. Tive dores muito grandes, mas ele foi meiguinho e tudo*» (b31). Algumas reconheceram tê-lo feito pela «*vontade de experimentar*» em que, segundo uma delas, «*rapazinho até estava mais nervoso do que eu*» (p38). Tratou-se, nestes casos, de relações sexuais a não valorizar especialmente no quadro e nos termos da problemática aqui tratada:

«*Tive boa infância e adolescência, mas achava-me feia e não soube aproveitar algumas coisas e frequentar festas. Fechava-me no quarto a ler e a estudar. As irmãs eram mais bonitas. Mas não me senti discriminada. Eu era líder, falava pelos cotovelos, era meia revolucionária. A minha primeira experiência sexual foi aos 18 anos, quando estive diante, com companheiro de 24, engenheiro. No dia em que eu tivesse que me entregar,*

*faria com alguém por quem não sentisse nada para não sofrer desilusões. Se o fizesse por amor, eu iria sofrer. Esta relação durou um mês. Eu tinha repugnância dele. Eu nunca gostei dele! Mas não me afectou nada, nunca tive trauma»* (b46).

Há, porém, a realçar situações tipificáveis como abusos de menores, mesmo quando naturalizados pelas próprias mulheres nas suas narrativas. A declaração de envolvimento (auto)percebido como voluntário e/ou espontâneo das jovens nestas primeiras experiências sexuais é uma anotação frequente nas respostas apuradas e estende-se, inclusivamente, a alguns dos casos em que os parceiros eram homens bem mais velhos e já casados: «*Eu tinha 13 anos, ele 38 e era casado. Mas eu gostava dele. Não fui forçada a nada*» (b25), sendo frisado por algumas um processo de enamoramento e paixão: «*Eu tinha 16 anos e ele 28. Para ele eu era apenas mais uma aventura, mas eu tinha ele como o homem da minha vida, como o único. Por isso me entreguei a ele*» (b30).

Sem pretender ter uma visão linear e mecanicista com base na idade das então adolescentes ou jovens, poder-se-á contudo fazer a seguinte inferência: enquanto nos casos das primeiras experiências sexuais de moças com 15 ou mais anos que, em regra, se relacionaram com companheiros de idades ligeiramente superiores não foram constatados traumas marcantes, já, porém, o mesmo não ocorreu em vários casos de experiências sexuais muito precoces entre os 13 e 15 anos e, sobretudo, entre os 11 e 12 anos. Destoando do que é comum achar-se na literatura sobre o tema, no conjunto das mulheres com quem contactámos, os casos explícita ou implicitamente referenciados como de iniciação sexual forçada são pouco frequentes, sendo contabilizados cerca de 10 no total, não tendo ocorrido em nenhum deles situação de gravidez precoce e maternidade. Três das inquiridas foram violadas por indivíduos fora do seu grupo familiar, uma por um colega de trabalho: «*Aos 17 anos fui violada por um colega de trabalho. Fui embebedada e drogada, depois acordei no hotel sem me lembrar de nada*» (b34); as outras pelos próprios namorados: «*Eu tinha quinze anos e não queria ter relações sexuais com o meu namorado. Tinha muito medo de engravidar ou de os meus pais ficarem sabendo. Considero que fui praticamente violada*» (b26). Os restantes casos envolvem elementos do núcleo familiar da jovem tais como primos ou irmão, configurando-se neste último caso uma relação de incesto: «*Com 11 anos fui violada pelo meu irmão que tinha, então, 16*» (p34); e, por fim, a violação por padrastos, tal como o seguinte caso relatado por uma das mulheres: «*Quando tinha oito anos, o meu padasto levou-me a uma livraria e comprou-me o que eu precisava. A seguir violou-me e durante três anos abusou sexualmente de mim e da própria filha dele, que era mais nova que eu*» (b37). A situação de abuso sexual continuado foi-nos expressamente mencionada apenas por esta mulher, cujo caso surge mesmo como excepcionalmente dramático e traumatizante, pois, segundo relatou, terá sido novamente violada, mais tarde, desta vez pelo patrão: «*Depois de ter sido abusada aos oito anos pelo meu padasto, aos 15 anos fui abusada pelo meu patrão, de quem tive um filho*» (b37). Assim sendo, não causa espanto que tenha ficado profundamente marcada, ao ponto de confessar que: «*Só aos 20 anos é que descobri que uma mulher pode ter prazer na cama, ou seja, com o pai do meu segundo*

*filho*» (b37). Mas também algumas mulheres que reconhecem o carácter voluntário da sua iniciação sexual mencionaram que estas primeiras experiências lhes deixaram traumas, sobretudo de ordem psicológica, que associam entre outros ao desconhecimento e à despreparação de que eram portadoras: «*Fiquei traumatizada, eu não sabia o que estava fazendo, não sabia que doía tanto! No dia seguinte nem conseguia sentar-me. Aquilo doeu, foi chato, aquela merda doía*» (b34). A imaturidade física e psicológica é, de resto, a principal referência para que remetem as avaliações negativas que algumas guardam das suas primeiras incursões ao domínio das relações sexuais: «*A minha primeira experiência sexual foi negativa. Não senti orgasmo*» (b24), ou então: «*O meu tempo de namoro aos 13 anos com um rapaz de 14 foi uma noite e bastou... Foi uma experiência muito negativa. Não presta a primeira vez*» (b20). Mais eloquente ainda da ligeireza com que encetaram a sua vida sexual é seguramente o testemunho de uma outra que a descreve assim:

*«Eu tinha quinze anos e o meu namorado 18. Foi um negócio estranho! Tão estranho! Eu estava namorando junto da porta de casa. Estava usando uma saia curta. Foi só levantar a saia e ali, de pé mesmo, fizemos amor pela primeira vez. Mas foi uma coisa tão desinteressante! Só me lembro do sangue escorrendo pelas minhas pernas abaixo!»* (b24).

Por fim, algumas nem sequer guardam qualquer recordação do facto: «*Se a experiência fosse boa, eu tinha lembrança*» (b50). Estas citações são bem sintomáticas de recordações pouco ou nada agradáveis. Porém, a questão que se poderá colocar será a de saber em que medida tais experiências negativas poderão ter influenciado a entrada na prostituição, uma questão nada pacífica entre especialistas e estudiosos do fenómeno prostitucional, nem tão pouco a partir dos desabafos e testemunhos das próprias mulheres. Com efeito, no total das inquiridas apenas uma minoria deixa a ideia de que as suas primeiras experiências sexuais negativas as afectaram de tal modo que admitem alguma espécie de relação entre estes eventos na sua infância ou adolescência e o seu ingresso e manutenção na prostituição. Por exemplo, uma das mulheres inquiridas indicou, com uma pontuação de 7 numa escala de 0 a 10, o traumatismo psicológico que lhe ficou, salientando a grande instabilidade emocional de que sofre até hoje: «*Não conseguia ter um relacionamento estável. Hoje estou nisto, tento tomar uns copos e conhecer muitos homens – pode ser que calhe um*» (b34). Mas sobre a importância das experiências sexuais, mesmo quando avaliadas negativamente, a grande maioria das mulheres por nós abordadas, porém, não as relevou como factor determinante para a entrada na prostituição, sendo de ilustrar, entre vários testemunhos, a posição assertiva de uma das mulheres:

*«Isso não tem influência nenhuma... As pessoas entram pela sua cabeça ou por necessidade. Dizer que a culpa é dos pais, da infância etc., é uma maneira de se enganarem! Eu passei muito mal na minha vida, mas fui para a prostituição porque quis!»* (b20).

É certo que nesta afirmação, sem deixar de admitir a necessidade, há uma maior ênfase na dimensão opcional, volitiva. Tal como referimos no enquadramento teórico, este é de resto um dilema tradicional, cuja resolução num ou noutro sentido de modo exclusivo e

unicausal não é heurísticamente frutífera. A dicotomia entre necessidade e liberdade tem resquícios de uma longa discussão filosófica, amiúde colocada em termos metafísicos, já não defensável no presente estado de conhecimento nas ciências sociais. Primeiramente, a maior ou menor medida de constrangimento ou determinância estrutural e de margem de liberdade ou opção nos modos de vida não é generalizável a todas as situações e grupos sociais. Para além disso, a estruturação dos modos de vida e correlativas acções sociais não se compadece nem com abordagens estruturalistas e deterministas nem com visões voluntaristas, mas é resultante, como referimos, da articulação dos factores de ordem estrutural e organizacional, por um lado, e dos factores de ordem interactiva, por outro.

Reconduzindo e confrontando esta reconstituição sintética a partir do binómio constrangimentos-interacções estratégicas, os dados recolhidos nesta amostra, não obstante a sua diversidade, confirmam a hipótese lançada no início deste livro, ou seja, eles explicam-se por vários factores, em regra de modo cumulativo, uns mais relevantes nuns casos e outros noutros: as condições objectivas de vida, nomeadamente as situações de privação relativa, incluindo neste conceito a origem e a pertença de classe das mulheres prostitutas, os seus hábitos e estilos de vida, as suas memórias não só do passado mais remoto na infância e na adolescência, mas também na juventude e adulez sobretudo nas conjunturas de necessidade económica e social, de crise existencial, de desajustamento cultural e moral e, por fim mas não menos importante, a percepção das suas situações de privação relativa e as expectativas de vantagens comparativas em relação a casos conhecidos de sucesso por parte de outras mulheres já inseridas na vida prostitucional. Todos estes são factores que, em maior ou menor medida, surgem como estruturantes para o desenlace das suas vidas na prostituição. Na prática e nos casos concretos, certos níveis de análise e/ou factores são mais estruturantes que outros, mas, em regra, a entrada, a permanência ou a saída da prostituição não ocorrem, apenas na base de um nível ou de um factor mas da articulação de dois ou mais factores.

### 3.3. Socializações e vivências de bairro e de escola: as (des)integrações

Nos processos de socialização as vivências de bairro são também importantes, seja num sentido de reforço positivo, seja no de discriminação e marginalização. Algumas mulheres, mesmo sem terem tido uma infância e adolescência muito agradáveis, relembram, entre outros, os eventos, os convívios e as festas de proximidade familiar e comunitária a partir de relações entre grupos etários semelhantes ou próximos, embora não de modo exclusivo, uma vez que tal ocorria num âmbito comunitário mais alargado. Nestes contextos, apesar de relações mais próximas mas entre famílias de idêntico ou semelhante estatuto social, ocorriam casos de interconhecimento real ou aparentemente transclassista num primeiro momento através do papel das mães. Porém, na maior parte dos casos, não obstante a existência de relações interclassistas, sobretudo nos primeiros contactos entre adolescentes e jovens, num segundo momento ou na fase de decisão final sobre as escolhas de parceiros de namoro desfaziavam-se tais interconhecimentos em favor da subsequente e mais forte lógica classista corporizada pelos estatutos dos

pais do namorado/a, cujas estratégias de reprodução de classe acabavam, em regra, por sobrepor-se aos devaneios dos/as adolescentes/jovens, frustrando-se assim as enormes expectativas criadas junto de parceiras mais pobres, tal como relata uma das mulheres inquiridas:

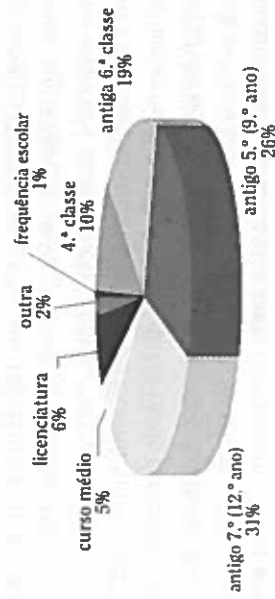
«*Todo o mundo me achava muito bonita, parecia uma índia. Era mimada por todo o mundo... A patroa da minha mãe dizia: 'eu ainda vou ver a negraíha casada com o meu filho'. E eu fui acreditando nisso. Ele dava-me prendas. Foi o amor mais inocente que tive na vida... Tive a primeira relação sexual com 15 anos e o meu primeiro namorado que era filho da patroa da minha mãe. Ele tinha 19 anos e era estudante de faculdade, era muito inteligente, foi o primeiro a saber da minha primeira menstruação. Foi normal. Quase todo o mundo pensava que eu já tinha transado com ele. Eu tinha muito carinho e amor por ele. Era quase uma obsessão. Mas o pai dele disse-lhe que ele não iria casar comigo» (b24).*

A vida de vizinhança, nomeadamente em meios pobres, conhece relações de entreatada e solidariedade, mas é também frequente ocorrerem situações de despique, competitividade e inveja. Uma das entrevistadas relatou o seguinte episódio, reflectindo a animosidade entre vizinhos, que a marcou e que, por sua vez, teria fisicamente marcado com um pau o próprio vizinho:

«*O meu pai aleijado pediu ajuda ao vizinho para subir as escadas para entrar em casa e ele disse-lhe: 'Ajudo-te o caralho!' Eu estava a chegar a casa do trabalho e ao ouvir a resposta do vizinho disse-lhe que não precisava de falar assim. Ele disse-me: 'Está calada, filha da puta! Eu não gostei e dei-lhe com um pau com a minha força! Ele ficou marcado e chamou a polícia. Eu fui à esquadra e quando cheguei a casa a minha mãe já estava bêbeda por minha causa!...'» (b31).*

Uma outra instância de socialização, aprendizagem e moldagem das personalidades das mulheres inquiridas foi a escola e o respectivo percurso escolar. Começando por analisar os perfis escolares das mulheres inquiridas, verificamos a seguinte distribuição pelos diversos escalões de instrução<sup>1</sup>:

Figura 4: Grau de instrução das mulheres inquiridas



(1) Estes dados devem ser lidos com a ressalva das dificuldades de avaliação correcta dos graus escolares das mulheres imigrantes, dadas as diferenças dos respectivos sistemas escolares e sobretudo de

É possível verificar discrepâncias consideráveis na formação escolar destas mulheres. Assim, ao lado de 6% de mulheres que se declararam como licenciadas e/ou como tendo frequentado cursos superiores, 5% com curso médio e 31% com o (equivalente ao) 12.º ano, a grande maioria apresenta graus de baixa escolaridade, distribuído pelas que não tiveram frequência escolar e/ou sabem ler e escrever (3%), as que se ficaram pela 4.ª classe ou 6.ª classe (29%) e obtiveram o 9.º ano (26%), perfazendo um total de 58%, incidindo a maior mancha em mulheres da 4.ª classe ao 9.º ano. Em todo caso, apesar de minoritária, as percentagens de mulheres com curso médio, com frequência e mesmo conclusão de cursos superiores alcança uma taxa não desprezável de 11% no total. Este último dado obriga a reflectir, como o fizemos na argumentação teórica, que nem sempre nem apenas é o factor económico o único determinante, pelo menos em termos de estratégia de sobrevivência, podendo ser movidas não só por falta de emprego e/ou alternativas de saída profissional mas por outro patamar de estratégias de ordem económica (poupança, enriquecimento rápido, investimento) que se prendem com estratégias de melhoria e mesmo de mobilidade ascendente, para além de outras motivações não estritamente económicas, como atrás referimos. Estas considerações, se nos exigem não cair em explicações unilaterais e economicistas, não nos permitem contudo deixar de reconhecer que há, em regra, uma fátia considerável e maioritária de escolarização média-baixa e sobretudo uma larga faixa de baixa escolarização entre as inquiridas.

São estas mulheres mais destituídas de recursos não só económicos como escolares que mais condicionadas estão na procura de uma ocupação que lhes ofereça as condições mínimas de sustento para si e para as suas famílias: «*O meu pai era pescador e a minha mãe doméstica, comecei esta actividade aos 11 anos, logo a seguir à 4.ª classe»* (p32). Para estas mulheres que saem de casa e se encontram sós mais preocupante se torna quando elas estão a brincar com a criação e a educação de filhos. Daí que para a grande maioria das mulheres, os factores de constrangimento pesem mais do que para outras, mais escolarizadas, as quais à partida tinham ou pelo menos estavam em condições de encontrar outras formas alternativas de sobrevivência que não a prostituição. Não só em casa, como no bairro e na escola, nomeadamente na escola primária, há bastantes referências de mulheres a situações em que se sentiam discriminadas, o que irá ter alguma influência nas suas relações no grupo de pares, percepções e sentimentos que as marcaram negativamente na fase da adolescência e, provavelmente, com algumas repercussões no processo comunicacional com os outros. Uma delas recorda:

«*Senti-me discriminada e desintegrada no grupo desde a adolescência e em várias situações concretas. Sempre tive um feitio difícil, não aguentava bocas, metia logo porrada. Fui expulsa três vezes dos colégios na infância, depois da primária. Era muito agressiva. Agora tento emendar isso e ser o mais educada possível»* (b34).

nomencatura dos graus académicos. Por outro lado, esta terá sido uma das áreas em que mais recorrentemente as mulheres tenderiam a manipular as respostas no sentido da sua valorização. Tomamos como indícios de tal estratégia de autopromoção o que considerámos serem discrepâncias flagrantes entre a formação escolar que diziam ter e os conhecimentos que noutras respostas, e sobretudo em conversas informais com elas mantidas, denotavam.



Como esta mulher, também outras referem que a escola não era um local agradável de aprendizagem e convívio, pois viviam a escola como um fardo e/ou local de exclusão e até mortificação corporal com castigos físicos infligidos a começar em alguns casos pela própria professora: «*A minha professora, que era freira, fodia-me o corpo quase todos os dias*» (p31). Estas vivências negativas, estigmatizantes em alguns casos e discriminatórias ao nível escolar e de bairro e/ou comunidade envolvente, sobretudo quando acumuladas às experienciadas no quadro familiar, tornam-se factores por vezes propícios e, neste sentido, decisivos na articulação com outros relacionados com a privação relativa.

#### 4. PROFISSÕES E PERFIS ESCOLARES ANTERIORES À PROSTITUIÇÃO

Uma outra dimensão relevante na caracterização das trajetórias das mulheres inquiridas é o das actividades e/ou profissões exercidas antes da entrada na prostituição, por um lado e, por outro, o grau de habilitações escolares, o que permite, por sua vez, cruzar estes dados de formação escolar com o das suas mães.

##### 4.1. Actividades e (in)existência de vínculos laborais

Passando em revista o registo das ocupações exercidas pelas mulheres inquiridas antes de entrar na prostituição, verificamos os seguintes resultados:

Quadro 8: Profissões das mulheres antes da entrada na prostituição

	1.ª profissão		2.ª profissão		3.ª profissão	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Amas/criadas/jornaleiras	12	7,64	1	1,04	0	0
Doméstica/empregada domésticas	20	12,74	6	6,25	2	4
Operárias+auxiliares de limpeza	25	15,92	14	14,58	6	12
Empregada (serviços)+secretárias	46	29,30	35	36,46	15	30
Assalariada (semi)qualificada	21	13,38	15	15,63	8	16
Comerciante/vendedora/peq. empresária	24	15,29	17	17,70	14	28
Artêsãs/artistas	5	3,18	4	4,17	3	6
Outra	1	0,64	4	4,17	2	4
Estudante	3	1,91	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>157</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>100</b>
Não aplicável	(43)	(21,5)	(104)	(52)	(150)	(75)
Total	200		200		200	0

A maior parte das mulheres inquiridas teve um trajecto de vida como estudante e trabalhadora nas mais diversas actividades nos sectores primário, secundário e sobretudo de serviços, tal como se pode verificar pelo quadro acima exposto. De longe predominam nos vários tipos de actividade ou profissão exercida aquelas que, indo a par de baixos níveis escolares, se traduziam em trabalhos indiferenciados e funções não qualificadas e/ou pouco qualificadas. No primeiro subconjunto de profissões indiferenciadas ou com baixa qualificação, 36% ocuparam-se em actividades de carácter manual como amas, empregadas domésticas, auxiliares de limpeza e outras mal remuneradas e com estatuto equivalente às de assalariadas operárias. Seguidamente, surgem num segundo subconjunto as trabalhadoras empregadas de serviços e com tarefas de cariz mais executivo com 29% (empregadas de bar, restaurante e similares). Embora sob forma de pequena empresa e/ou pequeno negócio relativamente autónomo, em termos de direcção e execução, verifica-se um terceiro subconjunto com uma razoável taxa de 19% de mulheres que, por necessidade ou iniciativa, eram artesãs ou se tornaram pequenas «empresárias» e/ou sobretudo pequenas vendedoras.

Noutros sectores e em condições menos desfavoráveis que as anteriores, há a salientar um quarto subconjunto com uma percentagem não negligenciável de 13% de mulheres que, embora minoritárias no conjunto total, exerciam antes da entrada na prostituição, actividades (semi)qualificadas sobretudo no sector dos serviços.

Situações semelhantes ocorreram no segundo tipo de trabalho referido pelas inquiridas que o tenham realizado: no primeiro subconjunto 22%, no segundo 37%, no terceiro 22% e no quarto 16%. Na terceira profissão declarada, certamente por um menor número de inquiridas, as percentagens, no quadro da mesma sequência de subconjuntos, são respectivamente 16%, 30%, 34% e 16%. Ora, tais resultados mostram que, salvo o primeiro subconjunto que conhece uma descida de 14% da primeira para a segunda e 6% da segunda para a terceira, totalizando uma descida global de 20% – situação compreensível pela tendência de procura de uma actividade melhor remunerada que a primeira e a terceira mais compensadora que a segunda – os segundos e terceiros subconjuntos denotam índices ligeiramente aproximados, ainda que mais acentuado na terceira profissão exercida. Quanto ao quarto subconjunto que indicia alguma capacidade de iniciativa e empreendedorismo, ainda que artesanal ou rudimentar, verifica-se justamente uma tendência de subida, ou seja, as mulheres com actividades, com pequenas empresas familiares sobretudo como vendedoras, sobem de 18.5% para 34%. Este dado, além de obedecer a algumas estratégias bem conhecidas e trabalhadas por vários teóricos de economias artesanais, camponesas<sup>2</sup> e de mulheres no sector de serviços (por exemplo, vendedoras) reve-

(2) A este respeito a bibliografia, quer a nível conceptual e teórico, quer a nível de comprovação em estudos de caso em vários países e épocas é largamente abundante, limitando-nos a este respeito a referir alguns clássicos de estudos camponeses como Chayanov (1966), Wolf (1966), Shanin (1979), Guzman (1979), Scott (1990). Sobre esta problemática e para remissão para importantes obras referidas, cf., entre outros e nomeadamente para o norte e centro de Portugal, O'Neill (1984), Geraldes (1986), Cabral (1989), Iturra (1983), Ribeiro (1997), Silva (1998), Wall (1998), Sobral (1999).

lam fortes estratégias não só de sobrevivência mas de melhoria e ou até mobilidade ascendente, ainda que limitada nos horizontes do seu próprio meio envolvente.

Destes dados é possível destilar alguns dos padrões mais correntes e habituais. As mulheres, provindas de classes desprovidas ou modestamente providas, ou estavam desempregadas ou começaram por exercer actividades indiferenciadas como «*baby sitters*», amas (*babás*) e/ou domésticas em casa ou por conta de outrem, trabalhadoras em artesanato e sobretudo na indústria como operárias. Praticamente todas as mulheres que referiram estes trabalhos, amiúde precários ou sem contrato, acrescentam que eram baixos ou míseros salários, não raro abaixo do próprio salário mínimo. Outras começaram a exercer trabalhos na área de serviços tais como telefonista, balconista e/ou «*garçonette*», cabeleireira, vendedora por conta de outrem, empregada de comércio ou funcionária, escriturária e/ou secretária de pequenas ou médias empresas. Embora algo melhor remuneradas do que as primeiras, consideram elas próprias terem também salários baixos. Algumas destas mulheres, já com um emprego regular, mas mal pago, começaram a tentar combinar o emprego principal com a substituição: «*Eu vendia o produto de uma multinacional e acabava por me vender eu própria. Todos os dias tinha clientes fixos, mas não deu para continuar*» (b24). Umhas poucas chegaram a ter profissões melhor remuneradas e até prestígio tais como técnica de laboratório, contabilista, gerente e controladora de *stocks* em restaurantes de luxo, entre outras. Outras, nomeadamente portuguesas, referem ter sido pequenas comerciantes e vendedoras por conta própria que, numa fase já avançada da vida, se viram a braços com dívidas que não conseguiram liquidar, recorrendo à substituição de rua já depois dos 40 anos. Estamos neste caso perante uma situação clara de mobilidade social descendente, insuportável, na sua óptica, face a familiares, vizinhos ou conhecidos.

Os salários baixos e até miseráveis ou as situações de insolvência económica e correlativa queda social constituem um primeiro ingrediente que permite perceber, em várias histórias de vida destas mulheres, a sua passagem para a substituição. Quase todas referem o argumento incontestável que, comparados tais salários ou ganhos com os actuais rendimentos como prostitutas, estes são muitíssimo superiores, tornando-os mesmo, como dizem, «*incomparavelmente melhores*»! Por exemplo, R., trabalhadora sexual em contexto de rua resume: «*Fui operária, trabalhei como mulher de limpeza de escadas num condomínio. Nestes trabalhos tive que aturar todo o tipo de pessoas chatas e não se ganhava para viver dignamente*» (p40).

Salvo casos muito excepcionais de mulheres que pioraram a sua situação económica após a entrada na substituição –, em parte explicada num caso concreto pela exploração extrema do proxeneta e pela idade já avançada de 48 anos quando iniciou a substituição – a grande maioria das mulheres confirma uma viragem considerável dos seus rendimentos. Mantém-se, porém, intrigante a questão de saber por que é que, contrariamente à maioria de mulheres em situações idênticas que recusaram liminarmente ou não ousaram sequer iniciar empreender o caminho em direcção à substituição, estas mulheres inquiridas o fizeram, embora com diferenciadas motivações adicionais ao baixo salário ou falência financeira.

Procurando saber qual o tipo de vínculo nos diversos trabalhos ou profissões realiza-

das, podemos inferir os seguintes tipos de contratos ou outras situações sem qualquer vínculo, cuja distribuição nos é dada no seguinte quadro:

Quadro 9: Tipo de vínculo de trabalho

	N.º	%
Efectivo p/ conta de outrem	15	21,43
Contrato anual	24	34,29
Contrato temporário / precário	12	17,14
Sem contrato	19	27,14
<b>Subtotal</b>	<b>70</b>	<b>100</b>
Não resposta	(130)	(65)
Total	200	

Como se pode ver por este quadro, pondo de parte o número assinalável de 65% de não repostas – o que não significa necessariamente que todas elas não tenham exercido qualquer tipo de trabalho –, uma parte considerável ou não tinha qualquer contrato (27%) ou tinha contratos temporários (17%), quando muito de um ano (34%), situações estas que, no seu conjunto, perfazem 79%, restando apenas 21% de contratos com vínculo efectivo. Ora, estas várias modalidades apontam para situações cuja dominante é a de precariedade laboral.

#### 4.2. Perfis escolares por geração e por nacionalidade

Tendo em conta os dados já expostos sobre os perfis escolares procuraremos agora comparar e avaliar os perfis escolares das mulheres com a iliteracia e/ou habilitações dos pais.

Há, com efeito, uma mudança considerável entre o grau escolar obtido pelas mulheres inquiridas e as (in)existentes por parte dos seus pais-homens e das suas mães. Enquanto 22% dos seus pais-homens e 24% das mães não tiveram frequência escolar e 41% e 45% não ultrapassaram a 4.ª classe (ou 50% e 53% respectivamente se alargada à 6.ª classe), das mulheres inquiridas, salvo uma sem frequência escolar, 10% tinham obtido a 4.ª classe e 19% a 6.ª classe, entre as quais há que referir as mulheres que, sem ser analfabetas literais, são contudo analfabetas funcionais.

A partir destes dados regista-se todavia um avanço positivo em termos de instrução entre ambas as gerações em favor das mulheres por comparação com a dos seus pais, o que se prende com a obrigatoriedade da frequência escolar, para o caso português e em parte para outros países da América Latina, primeiramente até ao 6.º ano e, posteriormente, até ao 9.º ano incluído. Mesmo dentro do conjunto das mulheres inquiridas havia que diferenciar as mais velhas das mais novas, para o que seria também relevante correlacionar os graus de estudo com os escalões de idade das mulheres inquiridas. Esta deslocação para cima no per-

Quadro 10: Cruzamento dos graus de instrução da mãe e do pai

	Grau de instrução da mãe							Total
	Não sabe ler/escrever	4.ª classe	Antiga 6.ª classe	Antigo 5.º (9.º ano)	Antigo 7.º (12.º)	Curso médio	Licenciatura	
Não sabe ler/escrever	12	0	4	1	0	0	1	18
Não frequentou a escola								
- sabe ler/escrever	4	5	2	0	0	0	0	11
4.ª classe	4	1	42	1	1	0	0	50
Antiga 6.ª classe	1	0	5	5	1	0	0	12
Antigo 5.º (9.º ano)	1	0	0	2	3	1	0	7
Antigo 7.º (12.º)	0	0	5	0	1	5	3	18
Curso médio	0	0	0	0	0	0	2	2
Licenciatura	0	1	0	2	0	2	2	8
Total	22	7	58	11	6	8	8	126

fil escolar não pode ser desligada das mudanças estruturais das sociedades contemporâneas, sobretudo a partir dos anos 60 e 70 do século XX, o que virá a redefinir e a reconfigurar o papel das mulheres em diversos sectores de actividade e possibilitar o acesso aos diversos tipos de mercado laboral. Esta mudança certamente repercutiu-se também na esfera específica da prostituição e nos perfis de mulheres aí ocupadas, abrindo novos horizontes de entrada e criando, de acordo com a teoria de Merton (1970), «expectativas crescentes» para determinar as mulheres que, em situações de necessidade e/ou forte motivação de melhoria ou até ascensão social, procuraram potenciar os seus recursos educacionais e conexões sociais. Desta numa percentagem minoritária, alguns recursos educacionais e conexões sociais. Desta ligeira ou até, nalguns casos, razoável alteração de perfil escolar não é, porém, curial inferir-se estarmos necessariamente perante uma mobilidade social ascendente ou que os factores de ordem socioeconómica deixem de ser estruturantes para cederem espaço ou margem às variáveis de ordem estratégica e/ou volitiva. Sem negar que com esta actividade uma parte das mulheres conheça ou venha a conhecer melhorias sociais na sua vida ou até uma trajectória social ascendente, a maior parte contudo reproduz a posição de classe de origem, tendo em linha de conta que, ao mudar a estrutura social e os mercados de emprego, também as exigências e o mercado prostitucional se alteram sem modificar a própria estrutura social básica.

Esta constatação não obsta a que sejam retiradas ilações do diferente capital escolar das mulheres, sobretudo das medianamente qualificadas numa perspectiva de futuro em relação

ao abandono ou não da profissão. Os dados e testemunhos, em particular das mulheres estrangeiras com mais recursos escolares, indiciam terem «optado» por este modo de vida de maneira temporária ou transitória para resolverem certos problemas, necessidades ou alcançarem certos objectivos sem, no entanto, prescindirem de retornar a sua anterior actividade profissional ou outra semelhante com base nas suas qualificações. Também neste sector de actividade, como noutros, nomeadamente em estratégias migratórias, os projectos de curta-média duração podem ou não concretizar-se dependendo de vários factores estruturais e conjunturais, nomeadamente familiares e, em particular, as preocupações com os filhos, tal como veremos noutro capítulo. Procurando agora deslindar o grau de instrução escolar por nacionalidade, apuramos os seguintes resultados, primeiro numa comparação entre estrangeiras e portuguesas.

Quadro 11: Comparação da escolaridade das inquiridas: portuguesas e estrangeiras

Nacionalidade	Grau de instrução escolar							Total
	Não frequentou a escola	4.ª classe	Antiga 6.ª classe	Antigo 5.º (9.º ano)	Antigo 7.º (12.º)	Curso médio	Licenciatura	
Portuguesa	1	11	11	30	13	0	0	66
Outra	0	7	24	19	43	9	11	117
Total	1	18	35	49	56	9	11	183

Deste quadro no qual se diferenciam os níveis de escolaridade em função de serem ou não portuguesas infere-se que quer entre as portuguesas, quer entre as estrangeiras há uma distribuição desigual, sendo, tal como vimos, minoritárias as mulheres com formação média ou superior. No entanto, é relevante reter que, enquanto entre as 66 mulheres portuguesas que responderam só 13 (20%) obtiveram o 12.º ano e 24 possuíam cursos médios ou superiores, perfazendo estrangeiras 56 obtiveram o 12.º ano e 30 não ultrapassaram o 9.º ano, entre as 117 estrangeiras 80 (42%). Estes dados indiciam claramente que as inquiridas estrangeiras apresentam perfis escolares consideravelmente superiores aos das portuguesas, um dado aliás consistente com o facto de uma grande parte das mulheres portuguesas inquiridas serem trabalhadoras sexuais de rua e as estrangeiras trabalharem em contextos e locais de prostituição abrangida. Se, além disso, pretendermos diferenciar, por nacionalidade, os níveis de escolaridade de todas as estrangeiras respondentes, deparamos com os resultados explícitos no Quadro 12.

Do conjunto das 117 mulheres estrangeiras que responderam a esta questão ressalta a elevadíssima predominância das mulheres brasileiras com 79% seguidas das colombianas com 9% e uma grande dispersão atomística e residual de mulheres das restantes nacionalidades. Porém, também neste gráfico mais especificado por nacionalidade estrangeira se verifica entre



Quadro 12: Escolaridade das inquiridas estrangeiras por nacionalidade

País	Grau de instrução escolar							Total
	Não frequentou a escola - sabe ler/escrever	4.ª classe	Antiga 6.ª classe	Antigo 5.º (9.º ano)	Antigo 7.º (12.º)	Curso médio	Licenciatura	
Angola	0	0	1	0	0	0	0	1
Brasil	0	6	18	14	39	7	6	93
Colômbia	0	1	3	1	2	0	3	10
Rep. Dominicana	0	0	0	2	0	0	0	2
Dupla	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	1	0	1	2
Espanhol	0	0	1	0	0	0	0	1
França/Portugal	0	0	0	1	0	0	0	1
Hungria	0	0	0	0	0	1	0	1
Marrocos	0	0	0	0	1	0	0	1
Nigéria	0	0	1	0	0	0	0	1
Ucrânia	0	0	0	1	0	0	0	1
Uruguai	0	0	0	0	0	0	1	1
Venezuela	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>43</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>117</b>

Quadro 13: Escolaridade das inquiridas por tipo/local de prostituição

	Estrada			Clube	Misto	Total
	N/sabe ler/escrever	4.ª classe	Antiga 6.ª classe			
N/sabe ler/escrever	0	0	0	1	0	1
4.ª classe	7	0	0	11	0	18
Antiga 6.ª classe	3	0	0	29	3	35
Antigo 5.º (9.º ano)	26	0	0	23	0	49
Antigo 7.º (12.º ano)	10	0	0	38	7	55
Curso médio	0	0	0	7	1	8
Licenciatura	0	0	0	9	2	11
Outro	0	0	0	4	0	4
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>148</b>	<b>13</b>	<b>181</b>

as sul-americanas, nomeadamente entre as brasileiras, graus de instrução mais elevados que entre as portuguesas. Por fim, o Quadro 13 mostra que, embora não seja possível correlacionar de maneira precisa os perfis escolares com o tipo de prostituição na medida em que a questão admitia outra hipótese (por exemplo, «outro local»), para além da elevada percentagem acima dos 80% que exerciam em contexto de bordel ou clube, as restantes praticavam-no na rua, das quais 11% no que podemos considerar regime misto, ou seja, trabalhavam predominantemente em casa, em regime quase sempre autónomo, mas, de vez em quando, podem vir à rua arranjar clientes. Enquanto que nas mulheres a trabalhar em clubes há uma tendência mais marcada para graus de instrução ligeiramente superiores, as outras raramente excedem o 9.º ano de escolaridade. Estes dados confirmam a tendência explorada no parágrafo anterior, sobre a mais elevada qualificação académica das estrangeiras, comparativamente às mulheres portuguesas, pois aquelas trabalham praticamente todas em clubes.

### 5. O CAMINHO DA PROSTITUIÇÃO: RAZÕES E MOTIVAÇÕES

A grande maioria das mulheres inquiridas foi tecendo considerações sobre as razões ou motivos da sua entrada na prostituição, o que nos permitiu subsumir as mais variadas fórmulas concretas utilizadas pelas próprias nas seguintes respostas, de resto estandardizadas no próprio inquérito, embora com abertura para respostas não tipificadas. Embora já tenhamos oferecido um gráfico geral sobre as principais razões de entrada na prostituição, porque, regra geral, este processo é de natureza pluricausal, nos Quadros 14 e 15 passamos a dar conta, de modo mais específico e preciso, das primeiras e das segundas razões invocadas ou manifestadas:

Quadro 14: Entrada na prostituição: primeira razão

	N.º	%
Ganhar mais dinheiro	98	52,1
Não conseguir arranjar emprego	17	9,0
Dar melhor educação aos filhos	14	7,5
Pagar dívidas/hipotecas	13	6,9
Ajudar pais/família	13	6,9
Consumir droga	8	4,3
Ter tido desgosto amoroso	7	3,7
Conseguir casa/carro	7	3,7
Outro motivo	4	2,1
Influência de terceiros	3	1,6
Estabelecer-se por conta própria	2	1,1
Enriquecer em pouco tempo	2	1,1
<b>Subtotal</b>	<b>188</b>	<b>100</b>
Não resposta	(12)	(6)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

De longe entre a ampla diversidade de respostas ressaltam 52% que aduzem como motivo primeiro o «ganhar mais dinheiro», seguido de 9% por dificuldade de arranjar trabalho, 8% por preocupações com a educação dos filhos, 7% para pagamento de dívidas ou cancelamento de hipotecas e 7% para ajudar os pais e demais familiares, sendo apontados ainda, em percentagens menores ou residuais, outros vários primeiros motivos. Relativamente às segundas razões e reforçando as primeiras que foram avançadas, encontra-se uma estreita proximidade do valor atribuído a cada *item* na resposta:

Quadro 15: Entrada na prostituição: segunda razão

	N.º	%
Ganhar mais dinheiro	39	24,4
Dar melhor educação aos filhos	20	12,5
Não ter conseguido emprego	17	10,6
Ajudar pais/família	16	10,0
Conseguir casa/carro	15	9,4
Pagar dívidas/hipotecas	10	6,2
Estabelecer-se por conta própria	10	6,2
Desgosto amoroso	7	4,4
Enriquecer em pouco tempo	7	4,4
Por influência de terceiros	6	3,8
Por gozo	3	1,9
Consumir droga	1	0,6
Outro motivo	9	5,6
<b>Subtotal</b>	<b>160</b>	<b>100</b>
Não resposta	(40)	(20)
Total	200	

Como segundo motivo mantêm-se os mesmos, embora, em termos percentuais, o objectivo de «ganhar mais dinheiro» diminua de importância e aumentem as razões aduzidas em torno do problema do (des)emprego e da preocupação com a educação dos filhos, bem como com as necessidades da família, particularmente dos pais. Em todo o caso, juntando as respostas do primeiro e segundo motivos, a resposta que maior taxa obteve foi a de pretender «ganhar mais dinheiro»: 52% e 24% respectivamente como primeira e segunda razão, as quais somadas perfazem 77%. Pelos dados já avançados sobre as origens sociais e as condições materiais de existência da grande maioria das inquiridas, não se pode associar a este tipo de resposta – ganhar mais dinheiro – a ideia de que se trata de mulheres que ganham o suficiente e razoável e, como tal, estariam estrategicamente orientadas para «ganhar mais dinheiro» com intuito de enriquecer, investir e estabelecer-se por conta própria e, deste modo, ascender de classe social.

A partida, é difícil deslindar os diversos tipos de situações e de objectivos estratégicos subjacentes a este denominador comum à maioria delas – «ganhar mais dinheiro» –, de modo a poder quantificá-los e a contextualizá-los. Com efeito, a referida expressão alberga diferenciadas situações e projectos de vida. Além disso, haverá sempre que distinguir entre as realidades e os desejos ou aspirações. Mesmo partindo das opiniões emitidas e dos desejos manifestados e analisando todas as respostas dadas, só em 10,6% dos casos foi possível inferir, de modo mais ou menos seguro, estarmos perante uma estratégia declarada de ascender na classe social considerada superior, porque portadora de maiores ganhos e maior autonomia. Para a maior parte, contudo, é evidente que «ganhar mais dinheiro» terá como base de referência a necessidade de dar resposta às situações de vulnerabilidade material mais ou menos pronunciada em que elas e os seus familiares se achavam. Tudo o que venha para além desse patamar mínimo de sobrevivência poderá obviamente ser englobado no objectivo de «ganhar mais dinheiro». Aliás, o grande objectivo que seguramente será comum a todas as que assim responderam, é o que uma mulher entrevistada condensou na seguinte fórmula: «*Entrei, porque queria ter uma vida melhor*» (b28).

Uma preocupação central e de primeira ordem situa-se, de facto, ao nível da subsistência da família e/ou das próprias mulheres, sobretudo quando sós e com filhos, na sequência de uma mudança brusca e drástica das suas vidas ocasionadas, tal como referimos, pela falta absoluta de rendimentos, pelo desemprego ou pelo abandono do marido e/ou ruptura conjugal que representa a perda do sustento da casa. É com base nesta realidade que respectivamente como primeiro motivo em 1.ª e em 2.ª opção 7% e 10% de mulheres referiram a necessidade de «ajudar a família», incluindo os pais, que 9% e 11% respectivamente aduziram o problema do emprego, melhor dito, a dificuldade ou até a impossibilidade de obtê-lo. É evidente que a falta de condições de sobrevivência se agudiza quando a mulher, sem quaisquer fontes de rendimento nem ajudas familiares ou prestações sociais, como é nomeadamente o caso em países latino-americanos, se encontra desempregada e sem perspectiva de emprego, levando-a a assumir a prostituição como uma solução desesperada, extrema «*Fui para a prostituição aos 40 anos por não conseguir arranjar emprego. [Espero assim vir] depois a me estabelecer por conta própria*» (b45).

Em semelhantes contextos, os problemas e as carências socioeconómicas das suas famílias de origem e as delas próprias forçam-nas a imaginar todas as estratégias possíveis de sobrevivência ou, pelo menos, a de não descida do nível de vida até então alcançado ou de maior degradação do mesmo. Por outro lado, tendo bastantes destas mulheres casado muito cedo e sofrido a superveniência do abandono dos parceiros, vêem-se a braços com a criação e a educação dos filhos – um outro motivo central da sua entrada na prostituição, tal como o mostram as respostas ao inquérito que surgem respectivamente como segundas e terceiras motivações da entrada na prostituição: respectivamente 8% e 13%. Na amostra de mulheres por nós estudadas, a pobreza anda, na maior parte dos casos, fortemente relacionada com a sua condição de mães, mais precisamente com a sua condição de mães sozinhas, como veremos noutra capitulação. Todos os dados até aqui analisados comprovam a nossa hipótese de partida de que os factores de ordem económica, de maior ou menor pre-

mência, atravessam a maior parte das razões e/ou motivações de entrada na prostituição, por outras palavras, de que a pobreza ou a necessidade económica constitui uma pré-condição ou pré-requisito estruturante da prostituição. Uma outra razão invocada é a emergência de situações de insolvência e, com mais frequência, a pendência dos mais variados tipos de dívidas e/ou hipotecas por parte das próprias mulheres, de familiares, nomeadamente os pais, ou as dos maridos ou companheiros, contabilizando respectivamente 6.9% e 6.2% dos casos, mulheres estas situadas sobretudo entre os 27 e 40 anos. Estas dívidas são uma outra face da mesma carência material que tratámos nos parágrafos anteriores e andam, em muitos casos, estritamente ligadas à ocorrência do que algumas designam de «desgraças» familiares, como acidentes, doenças, falências. Absolutamente inoportáveis pelas já de si débeis disponibilidades financeiras da família, estes acontecimentos obrigam a procurar uma alternativa de saída, que viabilize a realização de activos no mais curto espaço de tempo para, assim, fazer face a tais adversidades.

Estas situações são ainda mais graves, quando, como se verifica na generalidade dos países do terceiro mundo, para além do desemprego e da incerteza inerente a empregos precários, não há subsídios e auxílios estatais ou outros que permitam olhar para o futuro com alguma tranquilidade. Esta realidade não deixa contudo de ser visível e palpável também na sociedade portuguesa, que, perante um débil Estado-providência, está sofrendo uma acentuada erosão nos próprios esquemas de solidariedade tradicional a nível familiar e comunitário, tal como o têm salientado, entre outros, Silva (1995, 1999, 2002a), Wall (1998), Torres (2001), Almeida (2001), que têm contestado a tese da sociedade-providência forte defendida por Santos (1994). Também nesta esfera de actividades se constatam, a par de ajudas familiares entre as prostitutas e suas famílias e vice-versa, e que são ainda a nota dominante destas relações, algumas notas de individualismo, referidas por uma ou outra das inquiridas, nomeadamente uma trabalhadora sexual de rua que confessou:

*«Os meus pais nunca mostraram interesse em ajudar... Sabia que tinha que pagar dívidas que durariam uma vida se eu não tivesse mais dinheiro e o meu salário não era suficiente, quase que não chegava para nada, uma pessoa trabalha, trabalha que se farta numa fábrica e o dinheiro quase que não dá para nada, e eu precisava de ganhar dinheiro, não queria ficar a dever nada a ninguém, senão como é que seria respeitada?! Custou-me mas teve que ser, pois sabia que se me fizesse à vida podia ganhar muito dinheiro... na altura não tive outra alternativa, ninguém me emprestava dinheiro» (p24).*

Com as situações de carência ou contratempos económicos reforçaram-se e acumularam-se, em muitos casos, como deixámos dito, desencontros afectivos e relacionais e subseqüentes tensões e/ou problemas conjugais não resolvidos. Não se pense, porém, que para a «opção» destas mulheres na entrada na prostituição esteja (quase) sempre presente aquilo que Merton (1970) denomina de «disfunção» relacional ou familiar, pois também pudemos detectar um ou outro caso em que a decisão de ingressar na prostituição, por parte da mulher, representou uma genuína prova de amor ao namorado ou companheiro, e demonstrou o empenho posto na relação de ambos, tal como se deduz das palavras de

uma das mulheres: *«Eu era operária e o meu companheiro tinha uma oficina de peças de metal. O sócio dele deixou-o com muitas despesas. E entrei na prostituição para o ajudar. Ele não queria. Ele chorou quando eu entrei para esta vida» (p31).* O preço a pagar pela entrega desta mulher ao seu companheiro foi de tal modo elevado que ela própria, analisando retrospectivamente e de modo mais distanciada a sua decisão, admite que terá sido excessiva, pondo mesmo em risco a sua segurança, embora, por outro lado, não deixe de sublinhar também as contrapartidas positivas que o gesto lhe tem rendido, como sejam o carinho e a protecção que tem recebido do seu companheiro:

*«Hoje não fazia isso. Na altura era muito amor. Já passei muito e hoje não o fazia por ninguém. Já fui ameaçada com armas. Já estive uma hora quieta com uma foice apontada e o homem fez tudo o que queria... Depois trabalhei em casas para ter segurança mas ninguém se preocupou comigo. Agora a relação com o meu companheiro é muito boa. É muito meigo, dá-me boas palavras, protege-me, nunca vai sozinho para lado nenhum sem mim. Conta-me tudo do trabalho. A família dele é impecável para mim. Gostava muito de ter um filho, mas enquanto estiver nesta vida, não. Toda a mulher sonha ter um filho» (p31).*

Uma terceira ordem de razões próxima e compulsiva a partir de certo momento é a toxicodependência, independentemente do estatuto social e do próprio estado civil que detenham, pois foi possível constatar casos de toxicodependentes não só entre adolescentes e jovens solteiras, mas também entre mulheres adultas casadas. Há, no entanto, que ressaltar que nem todas as que declararam já ter tido contactos ou usado drogas em algum momento das suas vidas associam, directa ou indirectamente, a sua entrada na prostituição a tais factos. Algumas referiram que o contacto e o uso de drogas, sobretudo mais leves, não as terá tornado dependentes nem viciadas, incluindo-se neste grupo algumas experiências ocorridas logo na própria adolescência, em casa ou noutros locais, através de amigos e/ou familiares (por exemplo, sobrinhos já drogados) mas sem habitualização e dependência subsequente. O mesmo se terá passado com outras que declararam ter tido experiências de consumo de drogas na fase de juventude, a partir do 18 anos, sem que por isso tenham ficado enleadas: *«Comecei a ter contacto com droga na Faculdade, quando estudava Psicologia, através de colegas, mas fiquei com aversão ao mundo da droga» (b34).*

No entanto, recolhemos ainda 4% de respostas que invocam o consumo de opiáceos como primeiro motivo de entrada na prostituição e 1% como segundo. Presas a estas substâncias aditivas, para fazerem face ao estado de carência ou necessidade, viram-se obrigadas a encetar a vida da prostituição, como meio de financiar a compra da dose regular, nomeadamente de heroína e/ou cocaína. Para quase todas, tais situações provocaram ou reforçaram o afastamento ou o próprio abandono da casa dos pais e induziram a separação no caso de algumas que já eram casadas ou viviam em união de facto. Em geral, para estas mulheres a entrada na prostituição culmina um percurso de vida descendente, recheado de percalços, incluindo para algumas a passagem pela prisão, delas e/ou dos respectivos companheiros; problemas de subsistência e aumento de dívidas; instabilidade emocional,



quebra de confiança e, subsequentemente, a ruptura na união de facto ou no casamento: «*As coisas nunca seriam as mesmas – imaginava eu com medo de tudo*» – confessa uma mulher portuguesa exercendo a prostituição de rua. Algumas destas mulheres, já sem namorado ou marido, com dívidas, sem qualquer perspectiva de trabalho e com crianças de tenra idade acabaram por não ver outra saída do labirinto senão a prostituição como o recurso mais simples e directo: «*Pensei em me fazer à vida, sabia de muitas histórias e de outras pessoas que começaram assim, era a maneira mais fácil de fazer dinheiro rapidamente*» (p28). Nalguns casos, a toxicodependência e a não prevenção da gravidez provocaram situações de elevado risco, como a de uma mulher inquirida, portuguesa de 39 anos que, sendo dependente de heroína, engravidou seis vezes tendo abortado espontaneamente de todas elas, somando deste modo seis abortos consecutivos!

Aparte dos casos de necessidade extrema, por vezes em circunstâncias de forte constrangimento e coerção externa, há nos processos iniciais de entrada momentos típicos de indecisão: «*No início senti-me muito mal. Num ano só trabalhei 15 dias por mês*» (b46), confessando contudo ter-se «resignado» ao «destino» social da prostituição. Outras interromperam a actividade sexual durante alguns meses, mas acabaram por voltar por inadaptação ou por efeito das vantagens comparativas entre actividade prostitucional e as alternativas pouco aliciantes no mercado de trabalho: «*Interrompi a actividade de prostituição, fui trabalhar durante 6 meses para uma empresa de construção, mas não deu certo, não consigo adaptar-me a esta cultura*» (b34).

Quer em relação às respostas dadas como primeira motivação, quer nas respostas dadas no concernente à segunda motivação, surge a resposta «outro» motivo, que exigiria uma maior explicitação, o que foi possível através da análise de respostas mais concretas e específicas avançadas pelas inquiridas. Assim, na primeira motivação foram aduzidas e especificadas razões tais como «briga», «curiosidade», «pagar passagem». Na segunda motivação «outro motivo» incluía respostas tais como: «conhecer o mundo», «curiosidade», «futuro tranquilo», «o visto turístico estar a terminar», «conhecer algo diferente», «perseguir o ex-namorado», «poder estudar», «poupar», «rivalidades com irmãos», «veio enganada», «viu que não era arriscado».

As causas, razões e motivos que subjazem à entrada na prostituição são transversais aos principais tipos de prostituição que tratamos neste estudo, a de rua e a de clube, respectivamente, e, por isso, não há qualquer correlação linear entre estes e determinados factores ou razões particulares da entrada na prostituição. De resto, as modalidades de prostituição avançadas, não constituem mundos ou compartimentos fechados, até porque muitas prostitutas conheceram e conhecem estes distintos meios prostitucionais e circulam entre eles por determinados períodos ou fases da sua «carreira» como trabalhadoras sexuais. Há, por assim dizer, elementos de convergência ou unidade no seio da ampla e plural diversidade do fenómeno prostitucional. Tal não obsta a que caracterizemos, para além dos traços gerais, os respectivos ambientes, especificidades e dinâmicas de cada tipo, tal como o veremos na última rubrica deste capítulo. Para já importa reter que se, num primeiro momento, para a maior parte das mulheres inquiridas preside como principal motivação a obtenção de meios para a

sobrevivência, para outras desde o primeiro momento e/ou na fase subsequente acrescem estratégias adicionais mais relevantes e, nalguns casos, centrais: umas para colmatar as carências de estados aditivos, outras, com uma forte vontade de subir socialmente, para alcançar uma melhoria social ou mesmo mobilidade social ascendente na medida em que visam ganhar «mais dinheiro», de modo a comprar carro e, logo que possível, casa e, nalguns casos excepcionais, fazer investimento em pequenos negócios por conta própria. Outras, porém, denotam outros objectivos e interesses, nomeadamente no campo da formação, do conhecimento e da obtenção de diploma. E, por fim, mas não menos importante em grande parte das mulheres com filhos, uma motivação forte e bem presente nas suas vidas é, como veremos noutro capítulo, um forte empenho estratégico na criação e na educação dos filhos, investindo em formação, se possível universitária.

### 5.1. O processo de decisão: necessidade e/ou opção?

Uma questão que com maior pertinência se coloca é a de saber em que medida é que a mulher, no processo de tomada de decisão de entrada na prostituição, é coagida por terceiros ou, pelo contrário, o faz por iniciativa própria, ainda que influenciada por outros agentes ou actores sociais e, em particular, pelos efeitos visíveis de sucesso por parte de outras mulheres que já exerce(ra)m a actividade. Embora a opinião das próprias mulheres nem sempre reflecta a consciência dos factores e mecanismos estruturais, aliás sempre presentes, não pode ser omitida a sua própria percepção, mesmo dando o devido desconto também a algumas respostas nem sempre sinceras. Neste âmbito foram as mulheres questionadas no sentido de pronunciarem sobre se em determinado momento do processo sofreram ou não formas de pressão para a entrada na prostituição. A ideia de pressão no sentido da entrada pressupõe que o processo de decisão foi condicionado não só por razões objectivas, já acima explanadas, mas que nele intervieram, com maior ou menor grau de eficácia, entidades ou agentes externos. Torna-se relevante distinguir o tipo de agentes e os seus objectivos estratégicos, dado que as intervenções com intuítos de obtenção de lucro no negócio da prostituição são de ordem diferente daquelas em que o realismo das situações de necessidade e as relações de interconhecimento por via de parentes, amigas/os, conhecidos ou outros proporcionam ou favorecem.

Quadro 16: Intervenção de terceiros no processo de decisão de entrada na prostituição

	N.º	%
Sim	88	57,14
Não	66	42,86
<b>Subtotal</b>	<b>154</b>	<b>100</b>
Não resposta	(46)	(23)
Total	200	

Segundo este quadro, 43% de mulheres afirmam não ter sido influenciadas, o que aponta para casos em que, mesmo quando mais ou menos condicionadas em termos económicos ou outros nomeadamente familiares, elas próprias denotam ter retido alguma margem, maior ou menor, de iniciativa e acção estratégica no quadro das suas condições, perspectivas e horizontes de vida, por vezes combinadas com companheiro ou outro familiar: «*Sinto-me realizada com a vida que levo. Fui eu que escolhi, ninguém me obrigou*» (p42). Por outro lado, importa registar, para além de uma considerável percentagem de não respostas (23%), 57% de casos que remetem para situações em que se reconhece ter havido a intervenção da influência de terceiros na entrada da prostituição.

Estes dados exigem, contudo, uma leitura mais fina que se torna difícil fazer na medida em que na elaboração do inquérito não foi acautelada a distinção dos tipos de influência, a qual acabou sendo expressa nas respostas por referência quer ao que pode ser considerado como «pressão» quer como «facilitismo» e, por isso, a subsumção dos dois casos no mesmo *item* de resposta deve ser lida com alguma prudência. Até porque o próprio termo pressão aparece associado a motivações e objectivos diferenciados, como o conceito de facilitismo se presta a várias interpretações e até mesmo equívocos. Assim, a pressão aponta para alguma forma de coacção, pelo menos psicossocial, e pode ela própria ter sentidos divergentes, como assinalam as respostas obtidas sobre este assunto, ou seja, encontrámos um número reduzido de mulheres que admitiram ter sofrido alguma forma de pressão para entrarem na prostituição, mas encontrámos muitas mais que disseram ter sido pressionadas justamente em sentido contrário, ou seja, para não entrarem nela. Já o que apelidamos de facilitismo remete para a acção e a intervenção de pessoas que funcionaram como mediadores, como agentes facilitadores da concretização da chegada ao meio prostitucional, mormente em situações que envolvem deslocamentos para países e continentes diferentes, sem estar sempre e necessariamente subjacente a ideia de lucro, o que de resto aconteceu com a maior parte das mulheres imigrantes que inquirimos. Reparando no Quadro 17 relativo à distribuição dos diversos tipos de agentes heterónomos por parte das mulheres que responderam afirmativamente terem sofrido influência de terceiros na construção da sua decisão, terem sido de alguma forma estimuladas ou aliciadas ou simplesmente conhecerem um processo de facilitação na entrada para a prostituição, elas identificaram os tipos de pessoas ou entidades explícitos no Quadro 17.

O elevado número de não respostas (58%), estando relacionado com a considerável percentagem de respostas negativas à pergunta anterior, pode também, nalguns casos, resultar de compreensões cautelosas e reservas na prestação deste tipo de informações pelo medo das consequências da denúncia de situações de recorte criminal, que eventualmente as intervenções identificadas possam eventualmente envolver. Os amigos e, muito especialmente, as amigas constituem o principal grupo de influenciadores (57%) seguida de familiares, colegas ou companheiros (39%), totalizando estas pessoas do círculo relacional mais próximo das inquiridas cerca de 95% das respostas válidas. De acordo com os resultados apurados, na introdução de jovens debutantes nesta actividade é de facto de relevar o papel importante e até decisivo – e não só para as mulheres estrangeiras, como veremos,

Quadro 17: Agentes intervenientes/influentes no processo de decisão

	N.º	%
Amigas	34	40,00
Amigos	14	16,47
Irmãs e outros familiares	7	8,24
Conhecidos	8	9,41
Patrões/donos de clube	8	9,41
Colegas	5	5,88
Companheiros	5	5,88
Ex-prostitutas	1	1,18
Outros/as	3	3,53
<b>Subtotal</b>	<b>85</b>	<b>100</b>
Não respostas	(115)	(57,5)
Total	200	

mas também para as mulheres portuguesas – das amigas, quer na prostituição em bordéis: «*Um dia conversámos sobre isso e eu pedi-lhe que me levasse com ela porque queria experimentar*» (p20); quer na prostituição de rua: «*(A minha amiga) já andava na rua, eu pedi-lhe para me dizer como era, quanto é que ganhava, se havia perigos, mas como ela me disse que tinha um companheiro que a protegia, eu fui com ela, pois ele também me ia proteger a mim*» (p22). Das 85 respostas a esta questão apenas 9% referiram o papel dos patrões ou donos do clube como incitadores da entrada na prostituição. De resto, em relação aos designados «outros», apenas uma mencionou «ter sido vendida», outra que foi «enganada por um anúncio» e uma outra que foi transferida para a Europa através de «uma rede de cocaína». Portanto, para o processo de decisão concorreram, e talvez decisivamente, não tanto organizações pessoais, mas, na sua grande maioria, pessoas bem próximas: amigas, familiares, colegas ou companheiros. Quanto a outras figuras, foi também referida em cinco respostas a influência dos companheiros sentimentais, uma referência que configura relações e situações que parecem andar perto do que é convencionalmente designado como proxenetismo:

«*O meu companheiro foi segurança nalguns bares de alterne, falou comigo e apresentou-me ao dono de um bar de alterne e comecei lá... Mas logo ele me foi arranjando novos contactos e deixei a casa de alterne e passei a trabalhar na rua. Acho que ele foi o único que se preocupou verdadeiramente comigo*» (p23).

Neste, como noutros casos, o trabalho inicial em casa de alterne e/ou bordel representou uma espécie de estágio e local de criação de sociabilidades com certos agentes como, por exemplo, os seguranças, para recrutamento de clientes próprios, verificando-se, por

analogia, a passagem de uma trabalhadora assalariada dependente para o de trabalhadora autónoma por conta própria ou de criação de pequena empresa familiar com a colaboração activa do companheiro.

## 6. TRAÇOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PERCEÇÕES DAS MULHERES AO INÍCIO DA PROSTITUIÇÃO

Passando dos antecedentes e da caracterização das mulheres antes da prostituição para o início da sua actividade prostitucional como parte integrante do seu trajecto de vida enunciado neste capítulo, consideraremos a idade de entrada, o estado civil e a composição e tipos de agregados familiares, as relações com ex-companheiros, maridos e a existência ou não de apoios destes na criação e educação dos filhos destas mulheres, sendo todavia este último tema desenvolvido num outro capítulo específico.

### 6.1. Idade de entrada na prostituição: um choque inicial?

Procurando agora saber, em termos gerais, com que idade as mulheres inquiridas iniciaram a sua actividade, os inquéritos fornecem-nos os seguintes resultados:

Quadro 18: Idade ao início da prostituição

	N.º	%
[11-14 anos]	1	0,53
[15-17 anos]	13	6,91
[18-21 anos]	55	29,26
[22-24 anos]	35	18,62
[25-29 anos]	36	19,15
[30-35 anos]	33	17,55
[36-40 anos]	4	2,13
> 40 anos	11	5,85
<b>Subtotal</b>	<b>188</b>	<b>100</b>
Não resposta	(12)	(6)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

Uma parte, ainda que menor, das mulheres inquiridas entrou na prostituição desde a sua adolescência e, num caso inclusive, numa adolescência precoce na sequência de experiências traumatizantes em abusos sexuais sofridos. Praticamente todas foram encaminhadas para esta actividade ou por necessidade económica das suas famílias ou, eventual-

mente de modo cumulativo, por motivos de toxicodependência e/ou ainda incitadas por familiares. Pelo quadro se conclui que, embora em percentagem reduzida, 7% das inquiridas iniciaram a actividade prostitucional com idade igual ou inferior a 17 anos, situando-se a maior desta faixa etária entre os 15 e 17 anos, a que acresce o caso referido da adolescente de 11 anos. Porém, a grande maioria das mulheres inquiridas iniciou a sua actividade na prostituição entre os 18 e os 29 anos (67%) e, se estendermos até aos 35 anos, elas totalizam 94%. A partir dos 36 anos a percentagem é bem menor (8%), se bem que, de entre estas, 6% tinham mais de 40 anos quando começaram esta actividade, situação esta já indiciadora de grandes reveses da sua trajectória de vida.

Um dos temas mais frequentes em estudos antropológicos é o atinente ao binómio cultural da honra-vergonha, o qual, embora tenha exercido uma pressão considerável nas sociedades tradicionais, nomeadamente em países mediterrânicos, ainda hoje é detectável e não só no contexto da prostituição, como já foi referido por vários autores<sup>3</sup>. Poder-se-á pressupor que a presença deste código normativo e cultural em torno da honra-vergonha seja compreensivelmente mais forte no início da actividade prostitucional. Todavia será relevante questionar até que ponto e em que medida as mulheres sentiriam no início da sua actividade prostitucional o peso dessa carga normativa e moral nomeadamente nas suas primeiras experiências. A este respeito convirá fazer uma distinção que, ainda que não devendo ser abusivamente generalizada, poderá neste contexto ter uma certa relevância devido ao maior peso da tradição judaico-cristã entre as mulheres portuguesas do que entre as brasileiras. Do trabalho de campo foi possível inferir que as brasileiras, de modo geral, denotam uma atitude mais relativizante face ao binómio da honra-vergonha do que as mulheres portuguesas – a que não serão estranhos processos de socialização mais repressivos e culpabilizadores mediante o «sentimento de pecado» inculcado na tradição judaico-cristã do que nas suas congéneres brasileiras menos afectadas e mais desinibidas nesses processos. Por outro lado, há que ter em linha de conta que as brasileiras estão longe das suas terras de origem ou residência e, portanto, menos sujeitas a situações de controlo social. Porém, à medida que a actividade se torna um *habitus* nos termos de Bourdieu (1979) e se vai incorporando na sua vida quotidiana subsequente, vão-se esbatendo, ainda que só parcialmente, certas concepções moralizantes de interiorização das normas dominantes e de autoculpabilização pela sua situação, havendo mesmo um número não desprezável de mulheres que, com o decurso do tempo, assumem a sua nova condição social como uma profissão como qualquer outra, como veremos noutra capítulo.

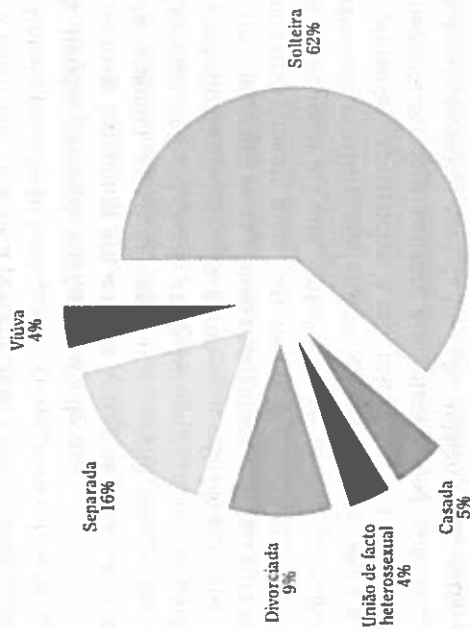
(3) Cf. a este respeito, diversos estudos realizados, sendo de salientar os estudos clássicos de Cambell (1964), Peristiany (1988), Pitt-Rivers (1961) numa perspectiva mais moral e culturalista; Cutileiro (1988) e Blok (1981) numa perspectiva simbólica e de poder e J. Schneider (1971) e Cole (1991) numa abordagem de cariz materialista na explicação do fenómeno. Para uma posição crítica e de síntese, cf. Silva (2002a, 2004).



## 6.2. Estado civil e tipos de agregados familiares

Em relação ao seu estado civil por altura da entrada na prostituição, os resultados mostram-nos uma diversidade de situações expressas na figura seguinte.

Figura 5: Estado civil quando se começou a prostituir



Como se pode ver, aquando da entrada na prostituição, a grande maioria encontra-se no estado de solteiras (62%). Em segundo lugar, surge um grupo considerável de mulheres separadas (16%) que, se adicionadas às divorciadas (9%), perfazem o total de 25% de situações conjugais em processo de ruptura ou mesmo já desestruturadas. Intrigante poderia ser, à primeira vista, o grupo bem minoritário de mulheres casadas a entrar na prostituição, podendo contudo nestas distinguir-se situações diferenciadas desde aquelas que, estando já separadas de facto, não iniciaram ou concluíram ainda o processo de separação formal ou divórcio, até outras que o fazem simplesmente por razões económicas e com a cumplicidade do marido. Operando no seio desta mesma lógica encontram-se os casos de uniões de facto heterossexuais, não se registando qualquer caso de união de facto homossexual. Por fim, a percentagem residual de viúvas (4%) poder-se-á enquadrar na necessidade de sobrevivência ou na urgência de resolver situações de insolvência ou como resultado de uma relativa autonomia que lhe permitisse fazer essa opção sem ter que prestar satisfações a ninguém, o que, de qualquer um destes prismas, se assemelharia às situações das solteiras e, adicionando-se a estas o conjunto de ambas condições, em termos de agregado, tal perfaria o total de 66%.

Incidindo agora a análise nas respostas à pergunta com quem viviam na altura em que se iniciaram nesta profissão, pudemos comprovar os seguintes tipos de agregados familiares ou arranjos de residência ou coabitação.

Quadro 19: Tipo de agregado familiar ao início da prostituição

	N.º	%
Sozinha	53	35,81
Com os filhos	6	4,05
Com o marido/companheiro	15	10,14
Com marido/companheiro e filhos	3	2,03
Com os pais/sogros (= avós)	41	27,70
Com outros familiares (irmãos, tias)	6	4,05
Com amigas/colegas	16	10,81
Com amigas e filhos	2	1,35
Na casa do pai/mãe/olho do clube	5	3,38
Com outros especificados	1	0,68
<b>Subtotal</b>	<b>148</b>	<b>100</b>
Não resposta	(52)	(26)
Total	200	

Ressalvando 52 mulheres que não responderam a esta questão, das restantes 148, uma parte considerável, mais exactamente 36% das respondentes declararam que viviam sozinhas, as quais, se acrescidas das que viviam com os filhos (4%), sobem a 40%. De ressaltar que viver sozinhas, significa para quase todas as que assim responderam, viver sem qualquer elemento da respectiva família, incluindo os filhos. É isto é válido desde logo para as que são estrangeiras, mas também para a maioria das portuguesas, por ser certo que, por questões de ocultação da actividade a que se dedicam, muitas optaram por ir prostituir-se longe dos seus meios de origem, deixando os filhos aos cuidados de terceiros. Mas na realidade, nenhuma viveria só, no sentido literal do termo, por ser muito corrente nestas circunstâncias a partilha de locais de residência com colegas de ofício, quer sejam apartamentos alugados por elas ou pelos donos dos clubes onde trabalham, quer sejam as instalações do próprio clube, como veremos mais à frente. Uma menor percentagem de 10% vivia com maridos ou companheiros que funcionam real ou formalmente como protectores e, por vezes, como cúmplices.

Algumas mulheres começaram a prostituir-se cedo, ao tempo da sua estadia na casa materna ou da sogra e aí vivendo com o seu companheiro. Nestes casos o ambiente familiar não só propicia como, por vezes, estimula, por razões de necessidade, a entrada na prostituição, tornando-se os pais, familiares ou companheiros solidários e/ou cúmplices destas situações:

*«Vivia com o meu companheiro em casa da sogra, comecei a prostituir-me desde os 15 anos. Sentia-me bem no início, era menina, ganhava muito dinheiro fácil; depois*

*comecei a sentir nojo da profissão. Depois fui levada por uma amiga para um bordel. Hoje vivo com a minha mãe e ela acha muito bem esta minha actividade»* (b20).

Nalguns casos a entrada na prostituição, embora em regra tal não transpareça de modo explícito, configura-se como um empreendimento estratégico gizado, concertado ou, pelo menos, consentido pela própria candidata e pela família, nomeadamente quando numerosa e com algum(s) desempregado(s) ou deficiente(s): «*Somos cinco irmãos, sei que se os meus pais pudessem, davam-nos mais, só que a vida é muito difícil. Os meus pais até concordaram*» (p22). É de salientar, em particular, o papel cúmplice de companheiros na entrada da prostituição, transcrevendo-se a este propósito, o seguinte comentário de uma das mulheres: «*Tenho uma relação boa com o meu homem, fica-me com algum dinheiro, mas tem uma atitude correcta comigo, protege-me e não intervém na minha vida diária*» (p42). Estamos, assim, perante situações denotativas de uma estratégia que, embora assente basicamente numa decisão individual da própria mulher, reveste também um cunho familiar, seja pelo consentimento tácito ou explícito, seja pelo incentivo directo ou indirecto, por parte de parentes próximos, os quais acabarão por se beneficiar dos proventos da actividade prostitucional.

### 6.3. As relações com namorados, maridos e companheiros

Seguindo as trajectórias destas mulheres antes do processo de entrada na prostituição, nomeadamente em torno das rubricas da socialização, desestruturas familiares e escolares e, em particular, sobre as primeiras experiências sexuais e/ou passionais, convém dar conta do lado emocional e afectivo destas mulheres. A este respeito, alguns trabalhos alegadamente científicos têm feito generalizações abusivas. Uns afirmam que as mulheres prostitutas constituiriam basicamente agentes portadores de doenças sexualmente transmissíveis, entre as quais a SIDA, representando uma ameaça para a saúde pública. Nesta fixação pre-conceituosa e essencialista, é negada às prostitutas qualquer capacidade de manter uma relação amorosa com um companheiro ou marido (Nahmias *in* Pheterson, 1996: 32 ss), degrando assim a sua imagem<sup>4</sup>. Outros, no pólo oposto, sustentam que as trabalhadoras sexuais, além de manterem relações amorosas, experimentam mais prazer nas suas múltiplas relações sexuais, idealizando mesmo o seu modo de vida (Savitz e Rosen *in* Pheterson, 1996: 35 ss).

(4) Veja-se, a este respeito, algumas subtilezas de declarações de responsáveis ou dirigentes ligados nomeadamente à Igreja Católica que insinuam serem as mulheres prostitutas uma ameaça à saúde pública sem referirem o papel e a possível origem de doenças provinda pela via dos próprios clientes que, como mostraremos, não se abstêm de procurar práticas sexuais envolvendo comportamentos de elevado risco, ao contrário das mulheres que, na sua quase totalidade, denotam e declaram uma grande preocupação com o problema da SIDA. Por exemplo, o dirigente das «Famílias de Braga», dizia: «*Como é que se pode lutar contra a SIDA, a hepatite e outras doenças sendo a prostituição legal?*» (cf. *Público* 11/12/2002: 43).

Se a primeira concepção representa uma ideologia preconceituada, conservadora e sexista, a segunda enferma um reducionismo e um simplismo unilateral, na medida em que da eventual existência de alguns casos de prostitutas com esse perfil não é pertinente fazer uma generalização, se nos ativermos não só às experiências e representações das mulheres face aos seus clientes como às suas próprias histórias e trajectórias de vida. Os dados deste estudo permitem-nos não só desfazer a primeira tese, como contestar o alcance generalizante e deformado da segunda. Recorrentemente, as narrativas de vida das mulheres incluíram relatos de primeiras e subsequentes experiências sexuais no contexto de processos de enamoramento, em que a componente paixão aparece, amiúde, associada ora à construção de sonhos e planos para o futuro com os homens por quem se foram apaixonando ora simplesmente ao prazer de se lhes entregar:

*«Não sei explicar, mas sempre gostei da companhia dos homens, talvez por protecção, mas também pelo prazer. Não tenho vergonha nenhuma em dizer, apesar daquilo que os outros pensam, de que eu sou uma maluca, não tenho juízo, sou uma perdida, gosto do prazer que os homens me dão. Eu não ia com todos, eu ficava apaixonada e gostava de namorar, mas sempre tive muito azar em escolher os meus namorados. A minha mãe costumava dizer que os homens ainda iam ser a minha perdição, não sei se isso é verdade ou mentira, mas sei que todas as voltas que a minha vida deu para pior, foi sempre por causa de um homem»* (p26).

Um traço recorrente nos percursos biográficos que precedem a entrada destas mulheres na prostituição, em especial das estrangeiras, é a sucessão de diversos casos de relações ditas de namoro, uma sucessão que, como veremos mais à frente, muitas continuam a acumular até agora. Quando interpeladas sobre este assunto, é rara a que reconhece que não teve diversos namoros antes da actividade prostitucional: «*Entre os 12 e os 14 anos tive 59 'paqueras'. Virei a maior galinha!*» (b19). A maior parte destas relações foi de natureza quase casual e inconsequente, como elas mesmas admitem: «*Eu tive muitos namorados. Até bandido eu namorei. Mas não era bem namoro. No Brasil não se namora. É só 'ficar'*» (b20); A ligeireza da relação parece, de facto, ter sido tónica dominante de muitos destes relacionamentos: «*Tive muitos namorados e morei junta com praticamente todos. Mas era paixão rápida*» (b28). No mesmo sentido vai o relato de uma outra que disse ter tido cerca de nove namorados durante três anos, os quais, segundo ela «*achavam-me maravilhosa [na cama] mas não me amavam*» (b46). Nestas trajectórias de namoros e uniões de facto sucessivas com procriação de filhos algumas histórias de vida são paradigmáticas:

*«Tive um namoro e foi bom ser mãe com um filho aos 15 anos. Depois tive duas uniões de facto: uma primeira entre os 20 e 24 anos com o pai do meu segundo filho, com 42 anos, operário e depois vendedor; uma segunda, eu com 29 anos e ele com 33 anos, de quem tive uma filha. Já com 33 anos, casei por um dia com um sergente de 21 anos, que ganhou 20 milhões na Roda dos Milhões, comprou casa, carro e gastou o resto em mulheres. Por fim, com 35 anos comecei a viver com um homem de 53 que me pressionava para não ir para a noite»* (b37).

Ao lado de algumas experiências positivas, elas narram outras negativas e marcantes das dificuldades da sua vida, superadas com o início de nova relação bem sucedida:

*«Tive três namoros. Casei-me aos 21 anos com um advogado e divorci-me aos 22. Com 22 anos casei-me de novo com um empresário com fábrica de móveis. Do primeiro fiquei grávida e tomei nojo do homem. Era muito mau, tinha medo dele, era ciumento, me batia às vezes. Separei-me antes do filho nascer. Como ele era advogado e tinha muito dinheiro e eu era pobre, a mãe dele disse-me que o melhor era não reconhecer a criança ou o pai (advogado) ia em tribunal ficar com ele. Por isso não registei o primeiro filho com o nome do pai, fazendo-o mais tarde com o nome do meu segundo marido. O segundo casamento correu bem: ele era maravilhoso para mim e para ambos os filhos, mas muito mulherengo. Morreu. Os filhos vivem com a avó paterna desde 13 anos. Agora encaro muito mal a ideia de unir-me ou casar-me. Eu prezo muito a liberdade, a minha independência. Tenho uma pessoa mas é muito ciumento, como os portugueses em geral.» (b50).*

Uma parte não negligenciável das mulheres inquiridas iniciou a actividade profissional quando de separações ou rupturas com companheiros ou maridos e já com filhos, sendo referidas diversas razões tais como desentendimentos e desajustamentos nas relações conjugais, relações de poder não resolvidas e, por vezes, situações de alcoolismo em geral do companheiro ou marido, sobretudo quando desempregado: *«ele era muito ciumento e controlava tudo o que eu fazia» (b20)*. Apesar das insistentes promessas de recuperação, a reincidência no alcoolismo era frequente.

## Mulheres na noite, mulheres na rua

### CAPÍTULO 5

#### 1. O TRABALHO SEXUAL COMO UM «DESTINO» SOCIAL NÃO SONHADO

Tal como pudemos comprovar no capítulo anterior, indisponibilidades financeiras, endividamentos ou até falências de pequenos negócios, designadamente na esfera comercial ou de serviços, e sobretudo os salários baixos e até miseráveis nas actividades exercidas antes da entrada na prostituição e/ou as situações de insolvência económica e correlativa queda social constituem um primeiro e co-estrutante ingrediente que permite perceber a passagem de uma mulher para a condição de trabalhadora sexual, o que é aliás inférível não só em termos quantitativos mas também a partir de várias histórias e trajetórias de vida das mulheres e das suas vivências nos quadros sociais e familiares, nas suas diversas fases de vida desde a infância, passando pela adolescência e juventude até à idade adulta e correspondentes experiências amorosas de crise, ruptura ou abandono.

Salvo casos excepcionais de mulheres que pioraram a sua situação económica após a entrada na prostituição – em parte explicada pela exploração extrema do proxeneta e pela idade já avançada quando iniciaram a prostituição –, as mulheres, na sua grande maioria, constatarem de modo incontestável que, comparados os salários ou proventos antes da prostituição com os actuais rendimentos, estes são melhores ou até *«incomparavelmente melhores!»* Com base nos valores declarados pelas próprias, ainda que não controláveis – podendo nalguns casos ser sobrestimados – estas referências confirmam assim uma considerável viragem nos seus rendimentos, ainda que diferenciados, como veremos.

Mesmo admitindo, como referimos, diferentes e adicionais razões e motivações nesta «opção», mantém-se, porém, intrigante a questão de saber por que é que, contrariamente à maioria de mulheres que, em situações idênticas, recusaram liminarmente ou não ousaram encetar estratégias em direcção à prostituição, as mulheres por nós inquiridas e entrevistadas empreenderam este modo de vida alternativo face a outros mais correntes. Se a entrada na prostituição está, para a maioria das inquiridas, indissoluvelmente ligada a causas económicas relacionadas com a pobreza e o desemprego, elas são muitas vezes



reforçadas, tal como podemos comprovar noutros capítulos, por situações de divórcio ou abandono do lar por parte do marido ou companheiro. Com efeito, para bastantes mulheres das classes populares dos países periféricos, vivendo com baixos recursos económicos, a prostituição como «opção» de trabalho e de rendimento só se colocou em situação de necessidade, de privação e, não raro, de ruptura familiar, na qual elas se viram na contingência de terem de prover ao sustento dos filhos apenas com o seu próprio salário. Nestas circunstâncias, em que a própria reprodução da célula familiar está em risco, a emigração para a Europa, para trabalharem na noite, transforma-se numa solução quase imperativa para garantir a sobrevivência. De resto, o que a este respeito observámos e apurámos, nomeadamente através dos dados recolhidos com a inquirição por questionário, vai largamente no mesmo sentido de outros estudos, realizados por exemplo na Galiza (CAG 2004), quer mesmo em Portugal (Manita e Oliveira, 2002: 72-74; Varandas e Alves, 2002). Os dados recolhidos pelos inquéritos e pelas entrevistas e narrativas biográficas relevam alguns casos paradigmáticos:

S., uma trabalhadora sexual marroquina, com 37 anos de idade, cujo pai é polícia e vendedor de ouro e a mãe doméstica. Trabalha na noite há seis anos. Tem duas filhas, uma de dezassete e outra de catorze, vivendo esta em Casablanca com a avó materna, e a mais velha com ela própria em Verin. A S. tinha uma loja de roupa em Casablanca com o marido. Separaram-se e o marido ficou com tudo, excepto a loja que já pertencia aos pais dela. Tendo que sustentar a família, incluindo a mãe, decidiu dar um outro rumo à sua vida. Alugou a loja e foi alternar para a Suíça. Conseguiu o contacto através de uma amiga que já lá trabalhava na actividade. Após alguns meses, por sugestão de outras amigas, passou para Espanha onde julgava poder manter-se em casas de alterne. Passado algum tempo, passaria à prestação de serviços sexuais (Verin, 08/02/2002).

O crescimento do salariedade precário e mal remunerado, incluindo em países da União Europeia, deixa às mulheres imigrantes pouco qualificadas, sobretudo às que se encontram em situação irregular, escassa margem ou até nenhuma outra alternativa economicamente razoável que não seja a prostituição para constituir, em relativamente pouco tempo, um «pé de meia» suficiente para melhorarem a sua situação social e auxiliarem aqueles que estão na sua dependência, nomeadamente os filhos:

*«Vim trabalhar para a prostituição durante dois anos para ganhar dinheiro e voltar para a Colômbia, para comprar um táxi que o meu irmão vai conduzir, porque é um negócio que dá dinheiro na Colômbia. Mas para isso não pretendo, durante estes dois anos, apaixonar-me por ninguém nem manter nenhuma relação amorosa. Venho ganhar o meu dinheiro e ir-me embora outra vez» (c27).*

Pelo que podemos constatar não só pelos dados de ordem quantitativa como sobretudo de ordem qualitativa recolhidos nas entrevistas e nos relatos de histórias de vida, a entrada na prostituição não foi nem é uma «escolha» sonhada. Como sublinha Bourdieu (1999: 14-15),

a estigmatização do comércio do sexo, tanto na consciência comum como na letra do Direito, impede que as mulheres se possam entregar à prostituição como um trabalho<sup>1</sup>. Porém, é necessário relevar que a prostituição era já uma realidade social conhecida de forma muito evidente e próxima de algumas das mulheres inquiridas antes mesmo de terem iniciado qualquer relação sexual. De facto, nas suas narrativas encontramos referências, como vimos no Capítulo 4, a uma presença muito precoce da prostituição nas suas vidas, situação ora amiúde objectivamente provocada pela situação socioeconómica e socioeducacional da família ou ambiente de origem, ora até, por vezes, sancionada pelo exemplo dos próprios pais-homens, também eles clientes do mercado prostitucional com as consequências daí resultantes, em termos económicos, para a família, tal como o exprimia uma das mulheres inquiridas: «O meu pai procurava demais as mulheres da noite. A vida toda procurou... por isso quando faleceu já não tinha mais nada. As mulheres tomaram tudo dele!» (b48). Se os exemplos de procura por parte de familiares e, em especial, dos pais-homens e as narrativas destes sobre as condições e ambientes prostitucionais pobres que frequentavam, por um lado, desimbiam, desculpabilizavam ou até legitimavam a entrada de algumas destas mulheres na actividade, por outro, levaram-nas a desde cedo a procurar outros meios e locais em que a ameaça de reprodução da pobreza não fosse tão evidente:

*«Meu pai sempre falou à gente de tudo. Ele contava das mulheres da noite, das casas que havia, mas sabe, o que ele conhecia era tudo muito pobre. Casinhas de beira da estrada, muito pobres. Então aí... quando uma amiga me falou que eu podia ir trabalhar na noite, eu lembrei das histórias do meu pai e disse: «nossa, para essa miséria de lugares não quero ir» (b28).*

Ainda que em menor número, encontramos também mulheres que referem vivências marcadas pela mãe que se prostituía:

*«Eu nunca tive a intenção de vir para essa vida, mas como eu trabalhava, ganhava pouco, a minha mãe estava doente, eu vim. A minha mãe trabalhou nessa vida, a minha mãe criou três filhas nessa vida. Então eu já tinha a noção do que era essa vida, porque a minha mãe foi uma pessoa que levava homens para casa. Eu sabia, as minhas irmãs sabiam que ela fazia isso. Então a gente tinha noção» (b25).*

A par de casos em que as mulheres que entraram para a prostituição conheciam de perto histórias e vivências a ela associadas, a maior parte, tal como foi referido, jamais imaginou

(1) Esta tomada de posição, ancorada no seu método de trazer à existência as estruturas económicas e sociais que nos dominam, ao mesmo tempo que procura conjugar estas com outros factores que cerceiam a liberdade dos indivíduos e a sua justa aspiração à felicidade (Bourdieu 1993: 1453), inscreve-se numa leitura de grande espessura histórica marcada pelos mecanismos e as práticas da dominação masculina que remetem as mulheres para uma posição subordinada e dependente face aos homens. Sobre esta questão, cf. também Foucault (1994), Goody (1983), Flandrin (1983) e, em Portugal, do ponto de vista antropológico, psicológico e sociológico, Iturra (1983), Geraides (1987), Amâncio (1994), Silva (1991, 1998b, 2003), S. Silva (2001), Silva *et al.* (2002).

nas suas vidas uma tal saída «profissional» e, muito menos, como um sonho almejado: «Antes de entrar não imaginava que isso pudesse acontecer» (p38), ou mais forte ainda: «Não era de todo, esta a vida que eu queria seguir! Ainda mais, que eu sempre fui contra [a prostituição!]» (a26). A forte estigmatização social de que a actividade prostitucional continha a ser objecto, a condenação moral de quem a pratica tornam-na, à partida, dificilmente concebível como um destino ambicionado por e para qualquer mulher. É, de facto, com o sentido e a consciência de «destino social» não sonhado mas pouco a pouco digerido em situações e num quadro de valores adversos que, tal como o desenvolveremos de seguida a respeito do estigma, estas mulheres, na sua maior parte, ao encetarem a actividade prostitucional, interiorizavam elas próprias, pelo menos na fase inicial, as normas dominantes e ficaram de certo modo presas às mesmas. Várias foram as que desabafaram ter sentido no início da actividade uma espécie de vertigem ou sensação de queda existencial: «Comecei na prostituição aos 15 anos. Vivia com os meus pais. Trabalhei em vários locais. Porém, aquela sensação de ir ao fundo, foi no putedo» (b24). Passados, porém, os primeiros embates e insensuras no meio, muitas das mulheres acabaram por «conformar-se» e assumir atitudes mais pragmáticas, como teremos ocasião de desenvolver em capítulo subsequente.

## 2. CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA E SINAIS DE INCIDÊNCIA DO ESTIGMA PUTA

Em termos sociais, comunicacionais e políticos, a divisão entre mulheres «honradas» e mulheres «desonradas» é, na opinião de Pheterson (1996: 12), provavelmente a mais insidiosa função política do estigma de puta. Não apenas isola as trabalhadoras sexuais das outras mulheres como condiciona a liberdade da mulher ao estreito espaço daquilo que a dominação masculina considera compatível com a honorabilidade feminina. Como salienta Gil (2003: 112), no quadro cultural moderno hegemónico, qualquer troca sexual deve comportar um elemento afectivo e amoroso, sustentado num contrato de duração temporal mais ou menos prolongado que contém em si mesmo uma promessa de fidelidade. Tudo o que sai fora desta norma é visto como um desvio, uma prática que exclui a dimensão humana da relação sexual. Retomando Pheterson (1996: 12), embora o estigma puta classifique um determinado tipo de mulheres – aquelas que se dedicam à prestação de serviços sexuais –, ele acaba por colocar sob suspeita todas as mulheres. Brandes (1981: 227) relata como homens de uma vila em Andaluzia, onde efectuava trabalho de campo, costumavam afirmar com grande insistência entre eles: «Todas las mujeres son putas... todas», sendo inúmeras vezes, segundo o mesmo autor, enunciada iterativamente a insinuação: «será que ela é puta?». Esta violência verbal (Gil, 2003: 114 ss) atinge todas as mulheres. Porém, é sobre as trabalhadoras sexuais que o estigma mais se faz sentir, transformando-as em «mais putas» do que as demais, mesmo quando o relacionamento sexual destas possa também envolver uma componente de ganho ou interesse, tal como diversos autores o têm demonstrado (Bourdieu, 1980; Medick e Sabeau, 1984) e, em Portugal, Silva (1998: 211-229). Procuremos, porém, delimitar e reflectir sobre os processos de estigmatização em vários

campos: social, comunicacional, político e jurídico-judicial, aliando à reflexão teórica e à desconstrução ideológica a análise contextualizada nas áreas de investigação empírica.

### 2.1. A estigmatização no meio social, comunicacional e político

Tal como referimos no segundo capítulo, o trabalho de terreno que desenvolvemos ao longo de quase dois anos teve, a par do inquérito, como principal suporte, uma abordagem metodológica de ordem qualitativa, com a observação-participante a constituir a principal técnica de base da pesquisa empírica. A investigação foi decorrendo, em simultâneo, no contexto específico do meio prostitucional e, ainda que de forma não tão intensa e sistemática, nos contextos sociais com os quais aquele mais imediatamente se articula. Foi-nos possível, deste modo, no âmbito dos diversos eixos de análise, explorar também os discursos, as projecções e representações recíprocas e cruzadas que se produzem a um e outro nível neste espaço social de intersecção, ou seja, num espaço onde ocorrem interacções sociais e simbólicas não só simétricas como assimétricas e, de forma acentuada, processos de rebaixamento e desclassificação social que configuram o estigma puta.

Tal como referimos no capítulo sobre a metodologia e a estratégia de pesquisa, foi nalguns dos contextos da esfera pública que pudemos observar atitudes preconceituosas ou comportamentos de desdém ou descrédito, em que as mulheres eram «apontadas a dedo», olhadas fixamente, alvos de abanos desdenhosos de cabeça, entre outros. Por mais de uma vez ouvimos e registámos comentários feitos «à boca pequena», por cidadãos anónimos, em particular do sexo feminino, claramente indiciadores dos preconceitos que informam o estigma que é projectado sobre a prática da prostituição: «Que pouca vergonha! O que é que estas putas andam para aqui a fazer?», ou indicando de modo mais específico: «Olha, estas são as brasileiras do clube X... Que escandalosas!». Esta percepção das mulheres como «objectos» de rotulagem estigmatizante foi-nos muitas vezes transmitida pelas próprias, algumas das quais evitavam o seu aparecimento em público, pelo menos nos locais mais centrais ou notórios da cidade ou vila, ou mais próximos dos clubes: «Sinto que me apontam o dedo, sinto que todo o mundo está a olhar para mim, me censurando!» (b26) ou, no desabafo por parte de uma outra: «Quando saio à rua, parece que as pessoas me olham de maneira diferente! Prefiro ficar em casa» (b29).

Várias outras situações, igualmente reveladoras de um tratamento social discriminatório, foram-nos relatadas pelas próprias mulheres e mesmo por terceiras pessoas que presenciaram a sua ocorrência. Pudemos, por exemplo, constatar que o dono de uma pastelaria se recusou a atendê-las e um outro «disparou» o seguinte comentário: «Eu não gosto de ter por cá esse produto [mulheres que se prostituem]. Isso só me faz perder a clientela». Por altura do campeonato do mundo de futebol de 2002, num jogo do Brasil, o dono de um café não permitiu a permanência de um grupo de mulheres brasileiras, alegando que «elas eram muito ruidosas». Num salão de cabeleireiro, a proprietária disse-nos ter sido advertida por várias clientes que, se continuasse a atender putas, elas não voltariam

ali, tendo até destacado o comentário de uma cliente: «*Ai Maria* [nome fictício], *no outro dia não gostei nada do ambiente! Tinha cá muitas pombinhas!*».

Comentários depreciativos eram e são também feitos por alguns clientes e donos de clubes. Em conversas quotidianas espontâneas, mormente com pessoas que não tinham conhecimento da nossa pesquisa, pudemos depreender a agressividade simbólica do discurso que recai sobre quem se prostitui. Todos estes exemplos de comportamentos e discursos representam a dimensão mais imediata de um processo social de estigmatização que decorre, largamente, da incorporação dos estereótipos que permeiam bastantes dos discursos sociais institucionais hegemónicos (religiosos, jornalísticos, políticos, governamentais, jurídicos) sobre a prostituição, sendo ainda assaz minoritários outros olhares contextualizados, compreensivos e críticos das visões e representações dominantes. Nalgumas situações, os discursos e comportamentos de actores e grupos sociais são acompanhados, por vezes, por estratégias mais concertadas, inclusive a nível institucional, de repressão das mulheres que exercem a prostituição, tais como abaixo-assinados e queixas junto das autoridades ou inclusive, como foi propagandeado, «movimentos públicos» de protesto. O exemplo mais virulento e com maior impacto mediático eclodiu no início de Maio de 2003 sob a designação de «Movimento das Mães de Bragança» (MMB), que nos foi descrito por um jornalista local como uma espécie de «inventona televisiva». Volvido algum tempo, o movimento propriamente dito, que não as suas consequências, parece ter-se esfumado quase por completo. E nem mesmo o bombástico e sensacionalista artigo da *Time-Europe Magazine*, no qual Bragança era, absurdamente, apresentada como o novo *red light district* da Europa, contribuiu para a sua reanimação. As razões da curta duração deste alegado «movimento» — que pelos vistos nem chegou a sê-lo — decorrem do facto de estar associado a situações pontuais que foram alvo de um excessivo empolamento por parte da máquina mediática, como de resto nos foi apontado por um jornalista local conhecedor dos meandros televisivos:

«*Lá se soube de um ou de outro caso de tipos casados que andavam metidos com mulheres da noite e a televisão aproveitou logo para criar um caso, para o espectáculo! A jornalista da televisão X ensinou bem às mulheres [«Mães de Bragança»] o que haviam de fazer, principalmente a uma delas. Mas alguém pensa que o manifesto que foi enviado para a comunicação social é mesmo das mulheres?»*

Este pretenso movimento a que a comunicação social deu eco e «explorou» até aos limites do razoável, misturando realidade e ficção e, desse modo, criando um discurso mediático hiper-real sobre a prostituição, acabou por funcionar como rastilho para a eclosão de outras manifestações embrionárias de protesto antiprostituição, ainda que efémeras, em diferentes pontos do país (por exemplo, o «Movimento das Mães de Chaves» ou o posicionamento, ainda que mais durável, da «Associação Famílias de Braga»). Estas manifestações, ora mais esporádicas e incidentais, ora mais permanentes e organizadas, em vários locais no norte do país, são sintomáticas dos preconceitos morais veiculados por arautos nomeadamente eclesiásticos, condizentes com certos valores impregnados em

Figura 6: Capa da edição europeia da revista *Time* sobre o caso de Bragança (Outubro de 2003)



economias e comunidades tradicionais. Elas são reforçadas, de resto, por razões económicas na vida das famílias actuais em meio (semi)urbano, na medida em que uma parte, maior ou menor, dos rendimentos familiares acaba por ser «desbaratada» por certos homens-clientes. Tal comportamento afecta obviamente as economias familiares, geridas, em regra, pelas mulheres que, além de se verem economicamente penalizadas pelos seus «perdulários» maridos, também se sentem atingidas no seu estatuto e no seu capital simbólico-erótico. Em meios restritos, com uma considerável dose de controlo social, inclusive em pequenas cidades de dominante conservadora como Bragança ou Chaves, em cidades minhotas como Braga e sobretudo Barcelos, beirãs como Covilhã ou Fundão, os factos descritos são obviamente mais divulgados e ampliados, o que cria e/ou reforça anticorpos, aliás já preexistentes na sociedade, contra a prática da prostituição.

O eco, quer nacional, quer internacional, deste caso permite-nos depreender o peso que os meios de comunicação (jornais, rádios e, sobretudo, televisão) e líderes de opinião têm na construção dos quadros simbólico-valorativo-normativos que acompanham certas interpretações da realidade e a própria interacção entre os diversos protagonistas, *insiders* e *outsiders*. Mais preocupante, no nosso entender, é o facto de esses agentes, na sua maioria, falarem com base em suposições e ao sabor dos seus (pre)conceitos morais sem a preocupação de obterem um conhecimento objectivo e adequado da realidade em causa<sup>2</sup>. A partir deste complexo ideológico a nível comunicacional não só são enviesados os factos como reforçadas atitudes estigmatizantes. Para além das instituições, nomeadamente responsáveis dos corpos (para)policiais — de que falaremos em seguida —, certos protagonistas e agentes nacionais ou locais dos meios de comunicação social acabam assim por artificial-

(2) Num jornal regional, por exemplo, é afirmado «[...] que só entre Bragança e Vila Real se poderão contar por mais de uma centena as casas de diversão, que não deveriam ser de prostituição» (Pereira, 2003: 9). Ora, a partir do trabalho de terreno, sabemos que o número destes estabelecimentos ligados à prática da prostituição nem chega às três dezenas.



mente criar certo «alarme» e inclusive gerar, conforme a agenda mediática, uma desmesurada instabilidade social em torno do fenómeno da prostituição, deixando todavia a salvo, quer os clientes, quer os donos dos clubes.

Na senda de autores como Ericsson (1997), Leite (1998), Pons e Serra (1998) e Pheterson (1999), também nós entendemos que a estigmatização a que as trabalhadoras sexuais estão sujeitas é por certo um dos factores que maiores transtornos causa em todos os domínios das suas vidas quotidianas. No caso específico de Bragança, a estigmatização e a «contestação» social têm incidido somente sobre as prostitutas de nacionalidade brasileira que, como já mencionámos, constituem, de facto, o grupo largamente maioritário nos clubes locais. Não obstante haver mulheres de outras nacionalidades, inclusive uma ou outra portuguesa, o certo é que, socialmente, se construiu uma equivalência simbólica cerrada e estereotipada entre prostituta e brasileira, ao ponto de já nem se falar das prostitutas de Bragança, mas sim das «brasileiras de Bragança»<sup>3</sup>. Certo imaginário social utiliza como recursos na construção da imagem da mulher prostituta determinados atributos, associados de modo preconcebido e directo às mulheres prostitutas brasileiras. Em termos representacionais, tais atributos são entendidos como que por uma espécie de prolongamento simbólico, de teor osmético ou contagiante, a outras mulheres brasileiras, mesmo quando não exercem a prostituição<sup>4</sup>. Neste quadro, pese embora a evidência do facto de haver brasileiras, nomeadamente nas áreas geográficas desta investigação que não trabalham na prostituição, foi possível constatar serem elas amiúde presumidas de putas, tal como o refere um cliente: «Essas apanham por tabela! Não escapam à fama [estigma]. Mesmo que as pessoas tenham a certeza que trabalham noutra coisa qualquer, se calhar ficam sempre a desconfiar que elas já andaram na noite!» (cliente, 32 anos). Tais representações e preconceitos são com frequência elaborados com base nalguns elementos físicos e socioculturais aos quais os indivíduos, a partir de certos quadros normativos e axiológicos, atribuem uma determinada conotação simbólica, tomando-os como referências centrais no processo de etiquetagem e (des)qualificação social. O eixo da etnicidade, povoado por aquilo que Goffman (1963) designa de «estigmas tribais» é, deste modo, o grande vector de incidência e projecção social do estigma puta; primeiramente em relação

(3) Com impactos no senso comum de pessoas, já preconceituadas e/ou desinformadas, também na região do Minho alguns meios de comunicação social a nível regional e local, nomeadamente nos anos 2002-2003 em cidades como Braga e Barcelos, de vez em quando, sobretudo por altura de rusgas policiais, é frequente ser feita a esquizofrénica associação de «brasileira» e «prostituta» ou vice-versa!

(4) Tal como apontámos noutro capítulo, também nos seus locais de origem, no Brasil, o crescimento da emigração de mulheres jovens para a Europa tem feito disparar o mesmo tipo de processo e as mulheres já dificilmente escapam à suspeição, à «deterioração» da sua identidade e à «fama» de prostitutas, mesmo que venham fazer qualquer outra actividade. No entanto, o contexto cultural e histórico do Brasil não comporta uma carga moralista tão forte da tradição judaico-cristã e, por isso, a dicotomia mulheres-mães «virtuosas» e «honradas» versus mulheres-«putas», «depravadas» e «desonradas» não tem uma intensidade tão censória e ostracizante como o tem em Portugal. O contraste entre Portugal e o Brasil, neste sentido, já é de longa data: em 1768 o marquês de Lavradio escrevia em Bahia que «este país é ardentíssimo, as mulheres têm infinita liberdade, todas saem à noite sós, andam quase nuas» (Stols, 1996: 421).

às brasileiras e, embora em muito menor medida, a outras mulheres sul-americanas, emergindo também, ainda que muito embrionariamente em relação a mulheres vindas de África e da Europa do Leste.

No que concerne às mulheres brasileiras, os aspectos étnicos de cariz físico e sociopsicológico mais relevantes e instrumentalizadas no processo de estigmatização são a cor da pele, a pronúncia, o vestuário e o comportamento extrovertido, expressivo e desinibido, atributos de cujos efeitos as próprias mulheres brasileiras são cientes: «Ah meu filho, essa gente aí mal vê a nossa cor de café com leite e nos ouve falando brasileiro, vira logo: «Essas aí são putas!» (b32). Porém, os mesmos traços ou aspectos que, em certos contextos não estigmatizantes, são até aceites e valorizados<sup>5</sup>, quando se tornam objecto de censura, exclusão e etiquetagem, representam para elas uma forma de discriminação e desclassificação difíceis de aceitar:

«Porque quando as pessoas me olham, antes mesmo de elas me olharem, só de me olhar no espelho eu já se... sabe, e então me incomoda o olhar das pessoas, porque pelo facto de eu ser brasileira já é uma questão para eles ficarem me olhando e sabendo que brasileira vem para cá exactamente para se prostituir» (b27).

Na realidade, porém, estes preconceitos e imagens estereotipadas acerca da mulher brasileira, alegadamente assentes nos atributos referidos ou em traços decorrentes do contexto étnico de origem, remetem para este mesmo contexto, o qual obviamente não está, nem necessariamente nem na maior parte dos casos, associado à prática da prostituição. O próprio vestuário, que de início e no senso comum é inadequadamente atribuível à actividade que exercem, não difere significativamente do vestuário que a generalidade das mulheres brasileiras da mesma idade e da mesma pertença social utilizam no seu dia a dia:

«Eh pá, agora quando estive no Brasil no congresso é que me apercebi que elas, as mulheres, lá, no dia-a-dia, também se vestem assim. O tipo de vestuário que elas usam cá é praticamente o mesmo que já usavam no Brasil antes de virem» (docente universitário, 37 anos)<sup>6</sup>.

(5) Neste sentido e considerando alguns testemunhos não só de clientes em contexto prostitucional mas também destes e de outros homens que, fora desse contexto, tiveram relações sexuais, ocasionais ou não, com mulheres brasileiras, todos eles relatam que algumas destas mulheres, no auge de paroxismo orgânico, não se importam de que as tratem por «putas», não tendo neste contexto o ferrete do estigma, o que, não sendo obviamente específico de mulheres brasileiras, pode ocorrer com mais frequência pela menor carga da moral judaico-cristã, como referimos.

(6) Destes modos de falar, vestir e exprimir-se mais desinibidos das mulheres brasileiras estão cientes e conscientes também várias pessoas com quem conversámos durante a realização do trabalho de campo, em particular alguns informantes mais esclarecidos e, simultaneamente, bons conhecedores dos meios rurais e (semi)urbanos do interior onde se movem, tal como, por exemplo, um jornalista de 63 anos que nos comentou o seguinte: «Sabe, em Bragança as pessoas não estavam habituadas a ver miúdas com dois palmos de saia».

Embora as características a que nos vimos referindo sejam, basicamente, de cariz étnico, elas são porém tomadas como sinais aos quais se faz corresponder a categoria social *puta*, uma projecção social enviesada, estereotipada, funcionando, portanto, como um poderoso indutor de estigma. Só assim se explica a estigmatização que, por vezes, recai sob mulheres que não trabalham na prostituição, mas evidenciam os traços étnicos em causa (que atraem o estigma) e a menor incidência do estigma em relação às mulheres prostitutas (ligado, neste caso, à origem brasileira) aponta, por dar mais nas vistas, logo para o estigma de carácter «individual» (neste caso, o estatuto de prostituta-puta) que, segundo o autor, relacionar-se-ia com condições tais como o alcoolismo, o encarceramento, a homossexualidade e o desemprego. Deste modo, consideramos que o processo de estigmatização em causa também deriva da condição de alteridade na sua qualidade de mulheres «*estrangeras*» e «*estranhas*» com as quais nem sempre se interage imediata e directamente mas sobre as quais se projecta determinada identidade. Enquanto projecção e demarcação de uma «identidade marginal», o estigma *puta* emerge do fantasma do contágio identitário que assombra os discursos mais recorrentes de pendor moralista sobre a prostituição, conjunta e cumulativamente com os preconceitos e as relações de género, também já elas próprias, em regra, assimétricas a nível interactivo e de longa data enraizadas a nível institucional e societal. Este processo, fortemente influenciado pela mencionada situação de alteridade, de mulheres «exóticas», tal como, num imaginário mais longínquo, «*as mouras encantadas*» referidas em Vaz (2003: 2), não pode ser desligado da interacção e do próprio olhar dos autóctones, dos estabelecidos, dos seus discursos e representações. Ou seja, não pode ser desfocado das formas sociais e interacções sociais entre os «autóctones» e os «estranhos» ou «forasteiros» (*Wandernder*), a que se referia Simmel (1908: 685-1987) e, posteriormente, Goffman (1963). Neste sentido, deve-se ter em conta os respectivos códigos e normas de cada um dos grupos nos seus contactos mútuos, neste caso entre géneros e, em particular, entre os homens-clientes e as mulheres prostitutas, sobre as quais directa e imediatamente é representada e projectada uma determinada identidade etno-social. Por fim, e já em ligeira descolagem da perspectiva interaccionista e numa réplica confirmativa do nosso posicionamento teórico no primeiro capítulo, tais comportamentos, atitudes e representações não podem de modo nenhum ser separados nem das instituições nem das organizações presentes na sociedade e, por seu turno, as interacções e as instituições também não podem ser desligadas das próprias estruturas sociais e tendências de longa duração.

A configuração desta identidade foi-nos sendo desvelada à medida que fomos conhecendo melhor os contextos socioculturais mais amplos em que estão inseridos os clubes e a ter acesso a informantes «próximos» em relação ao fenómeno da prostituição: donos de clubes, clientes, proprietários e empregados de estabelecimentos comerciais frequentados por mulheres que se prostituem, responsáveis institucionais, jornalistas, homens que não frequentam clubes e, por fim mas não menos importante, as próprias mulheres que exercem a actividade como trabalhadoras sexuais. Nos discursos de uma boa parte destes actores, inclusivamente de alguns clientes e empresários, ainda que com diferentes graus de

intensidade, pudemos aperceber-nos dos preconceitos, em muitos casos ambivalentes, que concorrem para a construção social de uma identidade estereotipada e deteriorada das mulheres que se prostituem. Neste processo, o modelo normativo de referência por oposição é o da mulher-esposa-mãe, uma figura mais associada à esfera privada, à vida em família, cuja sexualidade se pauta, predominantemente, pelo evitamento da assunção, pelo menos em termos de conversa em público, do prazer sexual e por uma associação estrita à afectividade e ao objectivo da procriação, distinção esta provinda da tradição católica, tão secularmente difundida em Portugal<sup>7</sup>. É o caso, no presente, de Barroso da Fonte que, num artigo de opinião sobre as «Mães de Bragança» publicado no jornal *Mensagem de Bragança* (2003: 8), afirma:

Sempre as mulheres transmontanas foram dignas da sua função matrimonial e maternal, dando à sociedade portuguesa filhos ilustres que brilharam na honradez, na competência e no civismo», «virtudes» estas que legitimamente entenderam algumas dessas Mulheres Transmontanas [ao...] denunciar a 'onda de loucura' que chusmas de jovens brasileiras semearam pela região.

Nesta breve citação está bem patente a distinção binária entre a «mulher-esposa-mãe honrada» e a «mulher sedutora-depravada-puta» a que se referiam autores como Roberts (1996), Parent (2001) e Silva (1998a, 2002a), entre outros. Este mesmo fenómeno foi constatado quer na área do Minho por S. Silva (2001), Machado (2002), Silva *et al.* (2002), quer na área de Trás-os-Montes por Ribeiro (2003, 2004), esta última ao relevar a desconstrução deste binómio dicotómico de que mães são não só as «Mães de Bragança» exaltadas por Barroso da Fonte, mas também o são, em condições quase sempre bem mais difíceis, as 'prostitutas'-mães que, enquanto trabalhadoras sexuais, constituem a maioria das inquiridas e entrevistadas nesta pesquisa.

Nos discursos sociais mais recorrentes, por contraposição à identidade social da mulher-esposa-mãe, as mulheres que se prostituem são apresentadas, de forma mais ou menos explícita, como «mulheres da noite, mulheres de vida fácil», dionisiacas, com apetência natural para a actividade sexual, autênticas «predadores de homens», libidinosas, hedonistas, «preguiçosas», «desleixadas», «interesseiras», «mentirosas», «com muita lábia», «ladras», «materialistas», «sem vergonha» ao «vender» o próprio corpo, «públicas», «drogadas» e «alcoólicas», «porcas», «doentes», desprovidas de afectos, incapazes de estabelecer laços afectivos estáveis e, social e moralmente, desregradas. Em suma, uma «[...] praga que invadiu a sociedade portuguesa» (Fonte, 2003: 8). Estas são características pelas quais as mulheres que exercem a prostituição são diabolizadas e é corroída a sua identidade, imputando-lhes uma carga simbólica que as transmuta em seres «perigosos» ou mesmo

(7) Este processo tem sido objecto da atenção e amplamente desconstruído por inúmeros cientistas sociais. Cf., entre outros, os trabalhos de Foucault (1994), Flandrin (1983), Bourdieu (1999). Em Portugal, cf. Almeida (1995), Silva (1998a, 2003), S. Silva (2001), Silva *et al.* (2002), Machado (2002).

focos «malignos» de poluição social. Qualquer pessoa que se exponha ao contacto sexual e social com essas mulheres corre o risco de ser «contagiada» e de ver a sua identidade também manchada. Daí não ser raro, como foi referido em relação a espaços públicos – restaurantes, cafés, cabeleireiros –, haver pessoas que se sentem desconfortáveis e afrontadas com a sua presença e consequente proximidade. Assim, verificam-se manifestações de evitamento e exclusão social, tal como perpassa na prosa de um articulista de um jornal local: «*Agora em Bragança, quase não se pode sair à noite para beber um copo, visto que as prostitutas estão por todo o lado*» (*A Voz do Nordeste*, 13/05/2003: 7).

Esta preocupação e comportamento de evasão, misturada com alguma dose de vergonha, é assumida, em maior ou menor grau, pelos próprios clientes, designadamente por aqueles que não querem, de modo algum, que seja do conhecimento público a sua proximidade e convivência com estas mulheres e a sua frequência dos clubes: «*Eu mesmo, às vezes, tinha vergonha de acompanhar com eles [irmão e respectiva companheira, a trabalhar na prostituição], porque a gaja não é uma mulher que se apresenta. Ele deixou uma mulher trabalhadora para se juntar a um traste destes!*» (cliente, 26 anos). Este receio das pessoas serem encontradas e/ou vistas com mulheres publicamente associadas ao exercício da prostituição decorre do funcionamento que é típico do estigma: a imagem identitária deteriorada destas mulheres, projectada também sobre quem as acompanha ou lhes está próximo, acaba por produzir a sua exclusão e/ou desclassificação social. Nós próprios, investigadores, fomos por diversas vezes tomados por clientes, *chúulos* ou prostitutas, conforme o género, e sentimos na pele os olhares, as reacções e os comentários discriminatórios. Numa saída ao terreno, uma colega da equipa de investigação foi tomada por *puta* por um taxista que a foi buscar junto à residência onde moravam algumas mulheres prostitutas de um clube de Bragança. O peso do estigma foi de tal forma intenso que ela própria se sentiu quase obrigada a revelar a sua identidade.

Os fantasmas sociais que decorrem do medo do «contágio identitário» e da subsequente poluição social, aliados a argumentos que apontam a prostituição como um «perigoso» foco de contágio epidemiológico e criminológico, constituem, em boa medida, o lastro motivacional e ideológico, impulsionador, alegadamente legitimador, nem sempre auto-racionalizado, dos processos de estigmatização, marginalização e ostracismo social, por um lado e, do imperativo, nem sempre contido, do apelo à repressão institucional sobre as mulheres que trabalham na prostituição, por forma a proteger e «salvar» as suas vítimas mais directas: os clientes e respectivos lares.

Em sentido inverso ou de sinal contrário às projecções sociais alicerçadas nas ideologias conservadoras do perigo e da poluição, vislumbra-se, tal como referimos no primeiro capítulo, narrativas de orientação crítica e inclusive em certos discursos de inspiração ora alegadamente marxista mas de recorte tradicional e dogmático, ora de algumas correntes feministas, em que há a tendência a um empolamento generalizado de vitimização das mulheres que exercem a prostituição. Neste registo as mulheres aparecem retratadas como «vítimas indefesas» de abuso e exploração por parte ora de proprietários de clubes agressivos e sem escrúpulos, que as mantêm sequestradas e lhes vedam qualquer

liberdade de circulação, sujeitando-as ao mais apertado dos controlos; ora de clientes e proxenetas invariavelmente violentos; ora, pior ainda, de redes mafiosas internacionais através das quais são traficadas e sujeitas a todo o tipo de vilanias. No entanto e como havemos de ver, podemos desde já afirmar que a realidade é bem mais matizada e complexa e, como tal, irredutível a uma ou outra das visões acima sintetizadas.

O que a realidade etnográfica nos mostrou é que, de um modo geral, as mulheres que trabalham nos clubes não são sempre e só, como as visões mais conservadoras e preconceituosas querem fazer crer, as «vilãs» da relação prostitucional. Tão pouco são, ou dito de forma talvez mais ajustada, não são sempre e apenas as «vítimas» ludibriadas e manipuladas, na perspectiva de *partis pris* apriorísticos, seja por parte de um certo (pseudo)marxismo dogmático e *déjà vu*, seja de um certo feminismo preguiçoso que recusa o terreno, a investigação-acção e a identificação social e política com o «destino social» destas mulheres. Entre cada um dos dois tipos-ideais na linguagem weberiana («vilãs» *versus* «vítimas»), haveria que reinventar outros destilados e/ou construídos com base numa maior variedade de situações que decorrem de especificidades ou traços de cariz subjectivo e objectivo que configuram a situação relativa de cada grupo de mulheres sem esquecer as singularidades de cada caso: variáveis inerentes à história de vida pessoal, idade, atratividade, percurso na prática da actividade, situação jurídica, «competências relacionais», características dos clientes dos clubes onde trabalham, apoio institucional, entre outros (Ribeiro e Sacramento, 2002).

A reacção das visadas à imagem identitária estigmatizante assinala um processo de construção da identidade pessoal como forma de desconstrução da identidade social que lhes é atribuída, procurando assim contrariar as tentativas de deterioração do seu papel e descredibilização da sua identidade por parte dos *outsiders* e revalorizando os seus atributos nomeadamente face aos seus clientes:

«*Ah, os homens nos procuram porque nós somos cheirosinhas. Nós nos perfumamos, não é como as mulheres que eles têm lá em casa! Os homens que vêm a essas casas são mal-amados em casa*» (b32).

Utilizando a metáfora do espelho na referência aos processos de estigmatização e contra-estigmatização, Chaves (1999: 289) destaca que os estigmatizados desenvolvem «atitudes e comportamentos reactivos por relação à natureza da imagem que vêem reflectida e [...] acerca da justeza e fidelidade do próprio espelho em questão». Nos contextos de interacção social exteriores ao da prostituição, as mulheres que exercem essa actividade procuram, quase sempre, manipular e rebater os julgamentos sociais de que são ou pensam ser alvo e, desse modo, promover o seu enquadramento naquilo que supõem ser as expectativas normativas socialmente valorizadas. As mulheres imigrantes, pelas suas especificidades socioculturais, sentem bastantes dificuldades nesta tentativa de adequação social, situação que contribui para uma intensificação dos processos de estigmatização. Enquanto que para os de fora as trabalhadoras sexuais procuram ocultar, justificar ou legitimar tudo o que julgam poder suscitar reprovação social, no contexto específico da prática da prostituição têm



uma actuação diferente. Aqui elas desenvolvem, frequentemente, uma «minstrelização»<sup>8</sup>, ou seja, sublinham, de forma estratégica e selectiva, algumas características que integram o estigma que sobre elas recai. Praticamente todas essas características estão associadas às suas alegadas competências em termos de sedução e de *performance* sexual. O objectivo é, portanto, corresponder àquilo que crêem ser as expectativas dos seus clientes, dizendo, por exemplo: «*Eu sou muito escandalosa, faço muita 'película', teatro, grito... falo um montão de bobagens!*» (b33).

Perante estas situações julgamos poder falar de uma manipulação contextual do estigma *puta*, assente, por um lado, numa estratégia de encobrimento para fora do meio prostitucional e, por outro, numa assunção exacerbada de alguns traços desse estigma, nomeadamente daqueles que se referem aos alegados atributos ou «propensões» sexuais das mulheres prostitutas. Neste último caso, o estigma é instrumentalizado sobretudo com o objectivo de conquistar e fidelizar a clientela. Em muitos casos, porém, a reacção ao estigma passa pela tentativa de justificação do exercício da prostituição e, inclusivamente, pela devolução do próprio estigma aos seus alegados produtores: «*Só faço isto porque preciso e prefiro fazer isto do que roubar, pois assim sei que só me prejudico a mim e a mais ninguém*» (c53). Porém, a razão suprema e considerada por elas como mais digna, tal como demonstraremos nos Capítulos 8 e 9, reside na necessidade de manter os filhos e de lhes proporcionar um melhor futuro, razão que, a seu ver, reabilita e legitima a actividade prostitucional e até minoria a carga negativa do estigma lançado contra elas: «*Eu sou mãe de duas filhas, por isso eu faço o que faço, para que elas não tenham necessidade de, no futuro, seguirem esta vida!*» (b30). A lógica subjacente a estes argumentos é esta: «ao fazer o que fazemos, não prejudicamos ninguém; estamos aqui simplesmente para trabalhar, para poder sustentar e educar os nossos filhos». Nalgumas mulheres, porém, o seu apurado sentido de interpeção da hipocrisia da sociedade e de comportamentos sexuais desviantes dos padrões dominantes por parte de outras mulheres sem que lhes seja atribuído ou fixado o labéu de *putas* leva mais longe a contestação destes estereótipos considerados por elas infundados:

«*Nós somos putas, é o que as pessoas dizem, não é? Nós estamos aqui, nos puteiros para trabalhar, para podermos dar alimentos e uma melhor educação para nossos filhos! Isto é um sacrifício pelos nossos filhos. E aquelas mulheres, e há tantas meu Deus, que transam com este, com aquele, com o outro? Essas não é por necessidade! Essas são o quê?*» (b35).

Neste discurso há claramente uma tentativa de ampliar o alvo do estigma por uma inclusão alargada de outras mulheres, cujos comportamentos, embora não permitam que

(8) Termo que deriva da designação *minstrel shows* que era dada às teatralizações baseadas na imitação de canções e bailes de escravos negros, nas quais os participantes se pintavam de negro para melhor personificar o papel. Foi utilizado por Broyard (*in* Goffman, 1970) para se referir à tentativa deliberada de execução plena do papel social expectável.

elas possam ser formalmente classificadas como *prostitutas* (cf. Capítulo 1), caem dentro do significado que comumente é atribuído à palavra *puta*. Outra estratégia implícita neste fragmento discursivo é a rejeição da identificação como *puta*, o que, em última instância, reverte para uma banalização de práticas a não serem valorizadas, incluindo as de mulheres como esta que diz ter de fazê-lo por necessidade ou com o objectivo de educar os filhos – um objectivo legítimo, digno e mais aceitável do que de outras que «transam» com vários homens mas não por necessidade económica. O sentido que lhe é subjacente é, em suma, o seguinte: *putas* não somos apenas nós, há outras que ainda são mais *putas* do que nós, porque não têm necessidade de ser *putas*; apenas o são porque «gostam de o ser».

## 2.2. A repressão e a estigmatização por forças institucionais estatais e eclesiásticas

Mais relevante que os processos de estigmatização levados a cabo por diversos actores sociais a título individual ou de grupo são as forças institucionais, a começar por parte das forças de segurança (para)policiais, agentes do poder judicial, enfim, das próprias instâncias estatais que, em nome do interesse e bem públicos em termos de saúde pública ou mesmo alegadamente morais, se têm inibido e recusado a reconhecer como legal esta actividade. Ou seja, embora não se considere crime a prática da prostituição, a ambiguidade das instituições estatais, ao resistirem à legalização da actividade, acaba por considerá-la não desejável e, como veremos pela persistência de certos regulamentos policiais, ameaçadora da ordem pública, reforçando, assim, os estigmas e veiculando a ideia de uma actividade (para)criminal. As instituições estatais, nomeadamente as judiciais, limitam-se a não criminalizar à luz da letra da lei, mas reclamam autoridade e intervenção nesta esfera, reprovando esta actividade como atentatória de instituições legalmente constituídas como é o caso da família «legítima». A prostituição continua a ser entendida não só como uma ameaça à saúde pública mas também como um fenómeno de promiscuidade e poluição sociais, o que faz convergir para este campo a atenção e a acção de várias instituições de controlo sobre as mulheres, enquanto trabalhadoras sexuais, em especial das estrangeiras. Por seu turno, responsáveis eclesiásticos a nível diocesano e sobretudo locais que, não obstante fazerem a subtil distinção entre a prostituta como pessoa e a prostituição como actividade «pecaminosa», socialmente «degenerativa» e corruptora dos bons costumes, validam pela suas atitudes paternalistas e moralistas o preconceito face às mulheres que a exercem.

Retomando o caso do MMB e o eco mediático que lhe foi dado, por sua vez aproveitado pelos discursos institucionais dominantes, reforçando a carga normativo-ideológica, procurou-se conferir-lhe uma alegada «legitimidade» que, no fundo, funciona como justificação não só moral como jurídico-político com contornos repressivos em direcção às próprias mulheres. Isto permite-nos passar aos processos de estigmatização nos meios (para)policiais, cujos regulamentos são mais repressivos que as próprias ambiguidades ou omissões da lei. Não terá sido por acaso que, nos tempos subsequentes à difusão mediática do MMB, o SEF, a GNR e a PSP levaram a cabo diversas acções de fiscalização em estabe-

lecimentos de diversão nocturna um pouco por todo o país, em especial no nordeste transmontano e no noroeste minhoto, sobretudo em zonas de pendor conservador e de maior influência eclesiástica. Desta acção concertada resultou, nomeadamente no distrito de Bragança, o encerramento da grande maioria dos clubes desse distrito, a detenção preventiva de alguns dos seus proprietários, acusados de lenocínio, e a ordem de deportação de algumas dezenas de mulheres que se encontravam ilegais. Situações idênticas verificaram-se também na Beira Interior. Um bar de alterne muito procurado na zona da Guarda foi alvo de acções policiais neste período, acabando por fechar. Numa aldeia do distrito, a abertura de um bar em Junho de 2003 provocou uma onda de protesto entre a população, com referência às queixas das «Mães de Bragança». Por sua vez, na região do Minho, a GNR e/ou PSP, sozinhas ou em articulação com o SEF, desenvolveram, em 2002 e 2003 e, em particular, ao longo dos meses de Julho e Agosto de 2002, incursões em diversos clubes ou casas de alterne, algumas das quais viriam a ser encerradas. Nestas operações teriam sido detidas e levadas a tribunal, respectivamente 30 mulheres estrangeiras na Póvoa de Lanhoso e 16 em Braga, todas ilegais, oriundas da Colômbia, Brasil, Venezuela, Roménia e Moçambique, algumas das quais sem qualquer documento de identificação. Rusgas policiais feitas naquele período na zona de Valença foram, em parte, presenciadas por um dos investigadores deste projecto. Numa delas, a GNR levou ao Tribunal uma mulher brasileira e uma búlgara, respectivamente de 24 e 25 anos, por não possuírem autorização de permanência em Portugal. Segundo o *Diário do Minho*, com base em fontes policiais, destas e de outras operações levadas a cabo no distrito de Braga, naquela altura, estariam em curso 140 processos de expulsão de imigrantes dados como ilegais, dos quais cerca de 100 ligados à prostituição (*Diário do Minho*, 1/8/2002: 6).

Fui ao próprio Tribunal. A brasileira mantém-se silenciosa. Tem um ar de abatimento e cansaço profundos. Senta-se sozinha. É fácil de ver que não quer falar com nenhum dos presentes nem sequer conosco. Já, porém, a búlgara aguenta-se melhor. Embora esteja visivelmente à beira das lágrimas, tem ainda presença de espírito suficiente para manter um diálogo num tom tranquilo com um dos agentes que efectuou as prisões e não parece importar-se quando eu me junto ao grupo. Falamos entre nós: onde vivia na Bulgária, que faziam os pais, dizendo-me que eram camponeses, que as condições de vida no seu país eram péssimas, que a grande maioria das pessoas ganha uma miséria, que já estava nesta zona há cerca de dois anos, já falava razoavelmente espanhol, devido à convivência com o «noivo» espanhol que era um dos donos do clube e veio com ela acompanhá-la a tribunal e que afirmou perante a GNR: «Ela só está lá com problemas por causa dos documentos, é tudo. Não trabalha em bar nenhum». Quando perguntei à mulher búlgara por que é que ela não solicitava a nacionalidade espanhola, ela responde: «Claro, vou fazer isso depois de casar com ele. Ele quer casar e – sorrindo – ele quer um bebé». Um pouco depois em conversa com o agente este diz-me: «Eu não a conhecia, a ele sim, ele já teve problemas de toxicod dependência, mas não é mau rapaz. De facto, o que diz é verdade: eles andam os dois juntos». E, quando o questiono sobre o que pensa deste tipo de situações, o agente desabafo: «Olhe, eu tenho é pena desta gente.

isto é uma miséria. Agora estas mulheres vão ter que ir embora, sabe-se lá o que vão passar até conseguirem os papéis outra vez. Eu acho que esta actividade devia ser legalizada, era a única maneira de moças como estas escaparem à influência desses malandros que as controlam». Entretanto chega o advogado das duas mulheres presas e depois a delegada do Ministério Público. Dizem-me que não podem dizer se posso ou não assistir à audiência. Aproximo-me do advogado, explico-lhe a razão da minha presença, que achou muito interessante. Vamos tomar café juntos. Diz-me que representa com regularidade mulheres que têm este tipo de problemas e, à medida que trocamos impressões, fala-me de uma série de relatos e histórias de alguns bares/clubes que foram abrindo e fechando ali na zona ao longo dos últimos quinze anos. Trocamos telefones e propusemos conversar em entrevista futura. A delegada não pôe entrave à minha presença na audiência. O advogado fica espantado por as duas mulheres estarem já constituídas como arguidas e relaciona com outros factos: «Isto tem a ver com certeza com o que se passou em Ponte do Lima, coitadas, agora vão apañhar por tudo» (Valença, 1/2/2003).

Ainda de acordo com o relato do acima referido *Diário do Minho*, não haveria no seio das próprias instituições, incluindo as policiais, um entendimento convergente sobre o fenómeno. Segundo um elemento da autoridade local, referido por este jornal, mas não identificado:

É tempo de pensar e debater o fenómeno sem tabus, para ser discutido, não como um caso de polícia, mas como um fenómeno social e conjugal. Se não houvesse clientela o negócio não prosperava, isto é, há cada vez mais gente à procura destas casas e, na maior parte das vezes, não é gente nova e solteira (*Diário do Minho*, 1/8/2002: 6).

Esta posição aparece partilhada por um grupo de cerca de 50 proprietários de casas (ditas) de alterne de Braga e do Porto que consideraram a clandestinidade da actividade prostitucional como uma atitude «hipócrita», pelo que estavam encetando esforços no sentido da sua legalização através da recolha de assinaturas de donos, clientes e mulheres profissionais desta actividade, a fim de formular uma petição às autoridades políticas (*Público*, 10-12-2002). Já as autoridades eclesiásticas da Diocese de Braga pela voz do seu próprio Arcebispo, D. Jorge Ortiga, se insurgiram contra a legalização da prostituição, por que, no seu entender, tal atentaria contra «a dignidade da pessoa humana», razão pela qual a Igreja não pode aceitá-la:

Distinguimos a pessoa humana da actividade, mas não concordamos com ela...; a [prostituição seria] a profissão velha de séculos... mas seria preferível que se criassem condições de reinserção social e profissional e a Igreja está disposta a colaborar nisso.

Muito próxima desta opinião anda a *Associação das Famílias de Braga* que, sem deixar de sublinhar a necessidade de compreender e explicar o fenómeno a partir das razões e motivações dos diversos agentes envolvidos, reconhece, pela voz de um seu dirigente, de modo

algo ambíguo que «não podemos nem assobiar para o lado como se nada fosse, nem agir de ânimo leve, legalizando a prostituição sem mais nem menos» (cf. *Pública*, 11/12/2002).

O objectivo que presidiu às diversas acções policiais nas áreas sob estudo parece-nos óbvio: satisfazer as expectativas subjacentes a uma boa parte de apelos sociais locais, regionais e mesmo nacionais que clamam por uma política de repressão das mulheres que se prostituem, o que, em parte, foi conseguido. Os ânimos parecem ter sossegado. Contudo, a prostituição não se extinguiu. Quando muito, em resposta à intensificação das investidas policiais, ela estará a passar por um processo de reconfiguração. Agora, com muitos clubes forçados ao encerramento, a prostituição feminina não só na região de Trás-os-Montes, como no Minho e na Beira Interior, parece estar a ser cada vez mais praticada em apartamentos, como pudemos inferir, a partir de alguns, poucos, inquéritos e entrevistas<sup>9</sup>. Por isso, a repressão jurídica e policial de modo algum poderá ser o caminho a seguir para fazer face ao problema social da prostituição, tal como o assinalamos no enquadramento teórico e nas próprias conclusões e recomendações. A prosseguir tal estratégia repressiva, o fenómeno da prostituição poder-se-á encaminhar para uma reconfiguração mais evasiva e subterrânea, sem que os fantasmas sociais, preconceitos e estigmas que lhe andam associados desapareçam, podendo mesmo intensificar-se.

A visão ora retrógrada e reaccionária, ora mais moralista e paternalista das diversas instituições e, bem assim, a actuação das forças policiais contribuem para reforçar o estigma e, não raro, induzir e justificar a repressão e a perseguição das mulheres-prostitutas. Na prática, as trabalhadoras sexuais, sobretudo as de rua ou de estrada, não são de modo algum protegidas pelas forças policiais. Aliás, alguns regulamentos distritais da PSP fixam aos agentes a missão de combaterem a actividade das mulheres prostitutas, a pretexto de elas perturbarem a moral pública e aliciarem os clientes, o que lhes pode custar o pagamento de coimas de montantes da ordem das várias dezenas de euros. No caso concreto da região do Minho, são de assinalar o Regulamento n.º 529/2000 do Comando Distrital da PSP de Viana do Castelo e o Regulamento n.º 527/2000 do Comando Distrital de Braga. Estes regulamentos viriam a ser considerados inconstitucionais pelo Acórdão 83/2001 do Tribunal Constitucional, pelo que diversos responsáveis policiais e, em particular, os próprios polícias no terreno assumem atitudes diferenciadas: enquanto alguns tendem a admoestar e até reprimir as mulheres, obrigando-as a retirarem-se de determinados locais, outros são mais tolerantes ou procuram não se confrontar com a situação, fazendo «vista grossa». Apesar da interpretação do Tribunal Constitucional condenatória destes regulamentos retrógrados e ultrapassados mesmo à luz da própria Constituição, importa sublinhar, em termos históricos e ainda actuais, o papel do Direito na produção

(9) O aumento desta modalidade de prostituição feminina nos territórios de referência deste estudo, na sequência principalmente do chamado MMB, pode conferir-se, também, através do incremento de anúncios nas chamadas páginas de *relax*, dos jornais nacionais, regionais e locais, incluindo os de referência e de maior tiragem na região norte, anúncios que, sendo pagos a dobrar relativamente aos de outras páginas, constituem actualmente uma apreciável fonte de receitas destes meios de comunicação.

social do estigma. Ele não só legitima como reforça os estigmas que recaem sobre a prostituição e as mulheres que prestam serviços sexuais<sup>10</sup>. Não nos referimos apenas à letra da lei que considera a prostituição como um «erro», uma espécie de «anomia social», em termos durkheimianos, a qual deveria ser erradicada através da inclusão social dos homens e mulheres que fazem da venda de serviços sexuais a sua actividade profissional, mas à própria incorporação dos estigmas no corpo da lei e na mente dos que têm o direito de a aplicar e zelar pelo seu cumprimento<sup>11</sup>. A questão concreta e mais sensível, que inquieta as mulheres prostitutas que também são (e actuam como) mães, é justamente a tutela dos filhos. Na esteira de outros estudos, entre os quais em Portugal há que referir o de Machado (2002), também encontramos neste estudo e de acordo com alguns relatos das mulheres, juízes que, agindo com a legitimidade que lhe é conferida pela sua função judicial, agem com despudor ao reforçarem a estigmatização socialmente naturalizada em torno das prostitutas-mulheres-mães. Ou seja, determinados juízes e demais agentes do Estado com poder nesta matéria decretam que as prostitutas são «inaptas», ou seja, «impróprias» para educar as suas crianças. S. Silva (2001) e sobretudo Machado (2002) demonstraram à saciedade os preconceitos existentes entre parte considerável de magistrados que, em processos de reconhecimento de paternidade de filhos de prostitutas mães solteiras, rejeitam investigar a indicação, por parte destas mulheres, do putativo ou presumido pai biológico. A indicação dada pela mulher não é tida em conta nem sequer para investigação susceptível de conduzir à comprovação do alegado ou presumido pai. Para tal é frequentemente aduzida a impossibilidade de conclusão acerca da paternidade dos filhos destas mulheres por estas entabularem relações de promiscuidade com vários homens – o que, no seu entender, tornaria improvável a determinação do verdadeiro pai biológico –, não se prestando tão pouco, em caso de dúvida e em última instância, a requerer o exame fiável de ADN. Na óptica destes agentes institucionais, dificilmente a mulher prostituta poderá ser boa mãe ou, sendo-lhe atribuída a guarda dos filhos, ela terá de ficar sob apertada vigilância dos agentes judiciais, sendo assim obrigada a demonstrar continuamente que não é uma «má mãe» e que poderá desenvolver as suas competências e res-

(10) Cf. Iacub (2000) sobre a influência do Direito na produção da divisão jurídica do género, em especial no que se reporta à reprodução; e, em Portugal, cf. Machado (2002).

(11) A própria Lei de Promoção e Protecção de Crianças em Perigo, Lei n.º 147 de 1999, proporciona um terreno fértil na arbitrariedade da interpretação e aplicação de medidas de protecção a crianças que, por serem filhas de mulheres que desenvolvem actividade prostitucional, são consideradas automaticamente crianças em risco, ficando sujeitas ao efeito obsessivo deste quadro normativo. Em nossa opinião, esta orientação, vinculada nos discursos institucionais, decorrente da própria lei, obstaculiza seriamente não só o exercício livre dos papéis parentais, como origina também a reampliação de sentimentos e imagens de discriminação, suspeição e incompetência interiorizadas em silêncio pela mulher prostituta que reconhece a possibilidade de ser mãe no futuro. Ou seja, a actividade profissional da mulher prostituta é, neste caso, ao contrário do que acontece com as demais profissões, mesmo as consideradas como as mais humildes, miseráveis e precárias, elevada à condição de princípio absoluto que define e regula toda a vida social do indivíduo, privando-o, se necessário for, de direitos básicos de cidadania.



ponsabilidades parentais, sem acotovelar ou comprometer qualquer direito ou interesse do descendente.

Em relação a esta questão, algumas mulheres, designadamente portuguesas, manifestam o seu desacordo ou até se sentem discriminadas como mães, uma vez que pretendem gerir por si ou em articulação com seus companheiros, maridos ou outros familiares os cuidados dos seus próprios filhos, alegando capacidade para educarem os filhos, socorrendo-se não só de familiares como também de instituições específicas de permanência das crianças durante certos períodos do dia (creches, jardins de infância) ou durante a noite junto de familiares. Tais situações deveriam ser objecto de estudo, caso a caso, retirando eventualmente o poder maternal ou paternal sobre os filhos só em casos devidamente fundamentados, norma de resto aplicada, em nome da protecção de crianças, a outras situações e cidadãos/ãs não envolvidas no fenómeno prostitucional. Assim, o próprio Direito e os seus agentes judiciais e policiais, ao tratarem por igual casos diferenciados de mulheres que se dedicam ao trabalho sexual – o primeiro estádio no processo de estigmatização – (re)produzem e legitimam jurídica e judicialmente os estigmas já presentes na sociedade, confundindo e, obviamente, obnubilando a enorme diversidade de situações e de diferenças que se encontram no meio prostitucional, nomeadamente em termos de origens e trajectórias de classe, idade, nacionalidade, etnia e culturas (Gil, 2003: 112).

### 3. TRABALHADORAS SEXUAIS: POR UM ESBOÇO TIPOLÓGICO DE SÍNTESE

Se as origens sociais, os tipos de família e suas (des)estruturas são diferenciadas e até contrastantes, também os tipos de trabalhadoras sexuais que pudemos inferir a partir da amostra constituem um outro instrumento lógico de análise para compreender e explicar os principais comportamentos e modos de operar das mulheres na economia do sexo. Esta dimensão prende-se com outros factores já referidos tais como as origens sociais destas mulheres, as razões e motivações na entrada e no percurso das suas vidas como prostitutas, sendo de destacar o diferenciado grau, seja nos factores de constrangimento, seja nos de margem de opção para os diferentes tipos de actividade prostitucional.

Há autores como Benjamin e Masters (*in* Flowers, 1998: 16) que destacam uma dicotomia entre prostitutas voluntárias e prostitutas compulsivas. Enquanto as primeiras entram de modo racional e livre no mundo da prostituição, as segundas fá-lo-iam sob diversas formas de coerção psicossocial devido a problemas psiconeuróticos ou de toxicodependência. Outros, como Goldstein (*in* Flowers, 1998: 16-17), a fim de classificar as prostitutas, assumem e combinam o critério do desempenho ocupacional temporal (*occupational commitment*) e o meio ocupacional (*occupational milieu*). Segundo o primeiro critério, Goldstein distingue entre a *prostituta temporária*, realizando um acto discreto por um período não superior a seis meses; a *prostituta ocasional*, praticante de dois ou mais actos discretos, cada um por um período não superior a seis meses; e a *prostituta contínua* em base regular e por períodos superiores a seis meses. Esta classificação parece pouco realista.

De maior utilidade será o critério do meio ocupacional da prostituição, segundo o qual o mesmo autor distingue sete tipos de prostitutas: (i) a de rua, que solicita abertamente homens para relações sexuais em troca de pagamento monetário; (ii) a *call girl*, mulher que chama ou é chamada por via telefónica a prestar favores sexuais em hotéis ou apartamentos a troco de dinheiro; (iii) a *massage parlor*, a mulher que, num espaço de prestação de massagens, não se limita a estas mas oferece também, por si e/ou através de outras, serviços sexuais; (iv) a prostituta em bordel (*house prostitute*), que trabalha num estabelecimento criado especificamente, de modo tácito ou explícito, para a prestação de serviços sexuais a clientes; (v) a *madam*, a mulher que fornece outras mulheres a clientes habituais a troco de um pagamento; (vi) a amante (*mistress*), a mulher, cujos favores sexuais contínuos são pagos por um único homem; (vii) a *barterer*, mulher que oferece favores sexuais em troca de outros serviços profissionais ou por determinados bens materiais (roupa, drogas).

Na classificação dos tipos de prostituição poderíamos apontar uma certa hierarquia de lugares, desde o mais baixo ocupado pelas prostitutas de rua até outros mais elevados e considerados de elite, como é o caso das mulheres trabalhando em *massage parlors* ou das *call girls*. Numa posição intermédia situar-se-iam as prostitutas de bordel ou clube, como são agora correntemente designadas. Considerando o universo das prostitutas em Portugal, em particular na região norte do país, poderemos encontrar estes diversos tipos de prostitutas. Sem excluir que em pesquisas futuras se possa incidir a análise noutros tipos de prostituição mais refinada e de elite (por exemplo, as *call girls*, as do *massage parlor* e as mulheres exercendo a prostituição em apartamentos em auto ou heterogestão), centramos, como já foi referido nos capítulos iniciais, este estudo em dois tipos de prostituição: a de bordel e/ou clubes, também designada de prostituição abrangida e a de rua, por antonomásia, a prostituição desabrígada.

Antes de abordar estes dois tipos de trabalho sexual, dedicamos algumas palavras à prostituição em apartamentos, que tem, como dissemos, uma expressão reduzida no conjunto da observação que realizámos. Este tipo de trabalho sexual aparece como um caso intermédio que procura superar as desvantagens quer da prostituição dita abrangida, quer da prostituição desabrígada. A prostituição em moradias ou apartamentos é de cariz aparentemente mais privado e mais invisível e parece conhecer um incremento cada vez mais marcado por razões quer de evitamento das autoridades policiais, em especial por parte das mulheres estrangeiras ilegais, quer de protecção e privacidade dos próprios clientes, interessados em manter o máximo possível de anonimato. Constitui, assim, um tipo especial de prostituição abrangida, cujos traços também nos foi possível detectar a partir de cerca de uma dezena de inquéritos e de outras fontes de informação. No início do nosso trabalho de campo, a sua existência nos meios geográficos observados era relativamente incipiente, sobretudo nos territórios de Trás-os-Montes e da Beira Interior, embora já com alguma incidência na região do Minho. Nos últimos tempos, porém, tem vindo a expandir-se, em resposta, como acima dissemos, à mais apertada e efectiva repressão policial sobre os clubes. Numa rua do centro de uma cidade da Beira Interior, por exemplo, têm-se instalado algumas mulheres, de origem brasileira, cujas actividades efectivamente não são apenas as de «costureiras», o modo como elas se apresentam para o exterior.

A partir dos dados recolhidos no terreno e da sua análise passamos então a caracterizar sob formas de tipologias os dois tipos principais de prostituição observados: (i) a abrigada em bordéis ou clubes – cujos diversos aspectos são detalhadamente neste e noutros capítulos, procurando agora apenas relevar alguns dos seus traços nucleares –; (ii) a desabrigada, de rua ou estrada, a qual, além de reter a atenção e análise da equipa do Minho, aquando do tratamento dos espaços e locais da prostituição nestas zonas, será também um pouco mais desenvolvida neste capítulo, na base dos dados obtidos por inquéritos e de entrevistas e narrativas biográficas das próprias mulheres que passamos a denominar, neste âmbito, de «mulheres de rua». Estas são geralmente trabalhadoras diurnas em contraponto às que exercem a actividade em clubes, que são praticamente todas trabalhadoras nocturnas.

### 3.1. A prostituição abrigada em clubes

A prostituição abrigada em clubes tem constituído, nas últimas décadas, a modalidade cada vez mais dominante nas áreas geográficas onde centrámos a nossa pesquisa. A prostituição de clubes constitui um tipo de prestação de serviços sexuais diferente da prostituição de rua em termos de espaço, protagonistas do negócio (patrões e mediadores), perfis de trabalhadoras sexuais e tipos de clientes. Embora formalmente licenciados como estabelecimentos de restauração ou diversão corrente, o objectivo central do negócio de clubes é a prestação de serviços sexuais remunerados. Os clubes que funcionam nos territórios transfronteiriços do norte interior do país têm ao seu serviço quase só mulheres imigrantes, sem qualquer vínculo formal aos respectivos empresários ou proprietários. Aparentemente muito próximas da condição de trabalhadoras independentes, em especial no que respeita aos aspectos remuneratórios, as trabalhadoras sexuais em clubes, não sendo obviamente contratadas pelos empresários e, portanto, não trabalhando por conta deles, submetem-se contudo às condições que eles definem e, muito frequentemente, concertam com eles os mais diversos aspectos da actividade: desde os horários, passando pelas regras gerais de trabalho, até aos preços dos serviços, incluindo os sexuais. Neste quadro de tão evidente e ampla ambiguidade, as contrapartidas financeiras que as trabalhadoras sexuais dão a ganhar aos donos dos clubes aparecem justificadas como retribuição de serviços que estes lhes prestam tais como, por exemplo, o aluguer de quartos, o fornecimento de refeições e outros, um estratagema ilibatório da prática de lenocínio. A mesma ambiguidade permite ainda aos empresários – que realmente vão fazendo fortuna à custa da actividade prostitucional – eximir-se às mais elementares obrigações patronais, nomeadamente em termos de segurança social e de outras garantias devidas a quem trabalha. É seguramente também esta completa ausência de compromissos patronais, que tem feito «medrar» o negócio de clubes. Para além dos serviços sexuais, as mulheres que trabalham em clubes recebem uma percentagem das despesas feitas por clientes em bebidas, pelo que é do seu interesse, e acima de tudo do interesse do «patrão» da casa, fazê-los beber e pedir mais e mais bebidas. Por isso, durante uma parte do tempo, elas não «sobem», mas entre-

têm o cliente, bebendo (ou fingindo beber) com ele, tarefas que, apesar de aparentemente ligeiras e amenas, exigem alguma concentração e comportam algum *stress*.

As mulheres procuram apresentar-se de modo mais eroticamente apelativo e ousado em termos de visual e vestuário. O intuito é atrair e seduzir os homens, ou seja, fazê-los «subir», um termo equivalente ao francês «*monter*» que remete para um duplo sentido: o físico-espacial de deslocar-se e ascender ao quarto e o erótico-sexual de fazer sexo com a trabalhadora sexual, «montá-la» em linguagem vulgar, para não dizer brejeira. Antes disso, os homens conversam, bebem e dançam com as mulheres no bar, funcionando este como antecâmara e prévia etapa de animação e excitação erótica dos clientes. Segundo alguns empresários, as mulheres são livres de «subir» com quem quiserem e mesmo depois, já no quarto, podem recusar o cliente, seja por as práticas sexuais que este eventualmente exija não serem aceitáveis, seja até por desagradado físico. Para ilustrar a autonomia das mulheres nestas matérias, um dos empresários deixou mesmo escapar um este-reótipo racista: «*Por exemplo, se elas não gostarem de ir com pretos, não vão*».

Uma característica marcante da prostituição de clubes é a relativamente frequente renovação das mulheres que ali prestam serviços sexuais. Embora seja comum em muitos clubes, sobretudo do lado espanhol, a fixação prévia dos períodos de permanência das mulheres, em geral 21 dias, na maior parte dos casos estudados as temporalidades de estadia são muito variáveis. Mas o que verdadeiramente releva é, de facto, a rotatividade das mulheres, que vão sucessivamente passando de um clube a outro e, assim, circulando também de uma região a outra, de um país a outro, numa itinerância que constitui um factor co-estruturante desta modalidade de prostituição e, por conseguinte, dos quotidianos de vida e de trabalho de quem a pratica. Assim, salvo casos excepcionais, as mulheres não se fixam num determinado local ou mesmo numa região e conhecem uma considerável mobilidade geográfica, alternando de uma para outra casa e prestando os seus serviços às múltiplas solicitações de comércio sexual em diversos locais e com variados tipos de clientes. A este propósito vários autores têm defendido estarmos perante uma alteração do perfil de prostitutas, passando da prostituta fixa e estável, do ponto de vista geográfico, e com um rosto personalizado para os seus habituais e fidelizados clientes, para uma outra tida por exótica mas sem nome ou anónima, móvel e circulante no espaço e transitória ou rotativa nos clubes. Ou seja, a actividade das mulheres é menos condicionada pelo espaço físico e social envolvente. A nossa observação no terreno confirmou também esta tendência, reforçando conclusões semelhantes de outros estudos (Tizón *et al.*, 1996: 62; Bruckner e Finkielkraut, 1989). No entanto, não partilhamos com estes autores a velha e rígida dicotomia entre o tradicional e o moderno, aplicado a este fenómeno<sup>12</sup>. Mesmo admitindo um

(12) Aliás, como réplica e na senda de outras dicotomias clássicas, como a de rural-urbano, dicotomias que atravessam, como referimos no segundo capítulo, várias correntes e autores desde os estruturo-funcionalistas como Durkheim (1977), Parsons (1988), passando por Simmel (1987/1908), até aos autores da Escola de Chicago como Park (1987) e Wirth (1987).

relativo declínio dos velhos modos de prostituição de rua, esta não desapareceu, mas assume novas formas e, por outro lado, as relações quer nos espaços de clubes e casas de alterne, quer em prostituição em apartamentos, mesmo quando os contactos são fugazes ou curtos, não são apenas conexões secundárias, imensoais ou fragmentárias. Por vezes, as relações no mundo prostitucional readquirem um novo fôlego e reconfiguram relacionamentos em termos de prostituta-amante numa base mais preferencial e consciente, ainda que não necessariamente monogâmica.

Por razões que são evidentes, os clubes são reconhecidamente locais de trabalho mais seguros para as mulheres. Por comparação com a de rua, nos clubes os riscos diminuem consideravelmente, desde logo os riscos de roubo, de agressão física e/ou verbal. Para além de mais seguros, são também assinalados pelas mulheres como ambientes mais confortáveis em termos físicos e mesmo psicológicos, embora as condições de higiene nalguns sejam más ou, por vezes, péssimas. A casa preserva-as dos destemperos climáticos e sociais a que a rua as expõe.

### 3.2. Contornos da prostituição desabrugada

Este tipo de prostituição que até ao início dos anos noventa era ainda a modalidade dominante, visível nalgumas artérias centrais de grandes cidades como Lisboa ou Porto, também o era, como referimos, nalgumas ruas centrais ou suburbanas de cidades médias minhotas. Também designada como «desabrugada», esta modalidade de prostituição podia e, embora em menor medida, pode ainda visualizar-se em certos sítios estratégicos nas beiras das estradas e nos seus cruzamentos ou, saindo da estradas nacionais, em sítios mais discretos, recatados e de menor circulação. Enraizada de longa data era e, embora em menor medida, continua a ser, socialmente mais desconsiderada, sendo as prostitutas de rua objecto de maior e mais explícita marginalização, ostracismo e opróbrio social.

A prostituição de rua ou de estrada observada e estudada na região minhota é exercida por mulheres que se posicionam em certos locais específicos das cidades ou nas estradas, procurando através de sinais ou gestos «convidar» ou seduzir homens para relações sexuais a troco de um pagamento monetário. A mulher presta serviços sexuais por preços diferenciados, conforme as situações, os contextos e tipos de clientes. Pouco se regateia, para além do facto de as mulheres-prostitutas de rua, à excepção das toxicodependentes, terem estratégias tacitamente concertadas de não rebaixamento dos preços. No conjunto, a nossa pesquisa incluiu a realização de 12 inquéritos na zona de Viana do Castelo-Barcelos e mulheres, na zona de Braga e sobretudo Guimarães, 41 inquéritos na zona de Braga-Guimarães, quase todas portuguesas, que exercem exclusivamente na rua ou na estrada. Para além destes inquéritos, foi possível ainda fazer entrevistas em profundidade a 11 mulheres – cinco na zona de Amorosa-Darque junto de Viana do Castelo já atrás referidas – e, na área de Braga e sobretudo Guimarães, a seis mulheres (cinco portuguesas e uma colombiana, que, por sinal, juntamente com uma espanhola na zona de Viana do Castelo,

foram as duas estrangeiras que encontramos na prostituição de rua). A par da prostituição exclusivamente de rua e sem entrar em linha de conta com 28 inquéritos aplicados em Viana do Castelo e sobretudo em Braga em contexto de atendimento de consulta da *Auto-Estima*, com 10 entrevistas a mulheres sobretudo estrangeiras a trabalhar em clubes, pudemos ainda contactar e inquirir 18 mulheres (treze portuguesas e cinco imigrantes) que, à data do nosso trabalho de campo, desenvolviam o que podemos designar como uma modalidade mista, ou seja, atendiam em casa quem directamente ou por telefone as procurasse, mas que, quando tal não acontecia, desciam à rua para angariar os clientes que levavam depois para os apartamentos em que residiam/residem.

O cliente procura uma satisfação, armado de certo poder económico, além do um real poder patriarcal ou do imaginado poder fálico que, com frequência, o conduz a atitudes e comportamentos de tipo predatório. Na estrada ou na rua, porém, a mulher, embora por um lado vulnerável, condiciona, não raro com imposição física insinuante, o custo da satisfação de qualquer desejo imaginado. Mas, para além dos casos excepcionais, as visões e actividades androcéntricas são denotativas de relação de forças desiguais que, tal como Bourdieu (1999) acentua, são também neste aspecto continuamente legitimadas pelas práticas práticas entre géneros, em que certas (pre)disposições são produto da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino que é instituído na ordem das coisas, ou seja, as mulheres acabam por confirmar constantemente bastantes dos preconceitos prevalecentes. O cliente, depois de definir o território, escolhe a protagonista da sua encenação. Pode ocorrer alguma hesitação e geralmente acontece, quando a experiência é a primeira e a vergonha reminiscente de uma moral vigilante marca o momento da iniciação sexual. Por algumas dezenas de euros e através do aluguer ou compra dos serviços sexuais daquela que seleccionou para satisfazer o seu desejo libidinal, o cliente representa-se como o «dominador» que, pela via do pagamento monetário, se imagina comprar tudo, quase tudo: o sexo, a fantasia, a liberdade, até a própria realidade! Se, às vezes, ocorre alguma insistência para o embaratecimento do serviço, por regra, contudo, o cliente aceita o preço que lhe é pedido pela mulher que aborda. De resto, a profissional raramente cede no preço, pois sabe que o seu ganha-pão é mesmo assim, não se faz saldo:

*«Não podemos estar aqui para fazer todas as vontades ao cliente, porque se baixarmos o preço uma vez temos que baixar o preço outras vezes e isso não é bom para o negócio (...) já temos que aguentar a concorrência das toxicodependentes que fazem tudo e a qualquer preço para matar a ressaca, já vi mulheres dessas a «fazer os três pratos» para depois irem a correr comprar um pacote de castanha (...) eu não estou aqui para matar a ressaca nem o vício, já que estou aqui tenho que ganhar a vida bem ganha» (p33).*

É a partir do acto de pagamento, frequentemente avançado, que se inverte bruscamente a ordem neste tipo de relação efémera. Ontem como hoje, ainda que em moldes algo diferentes conforme os contextos e recursos, o homem passa (ou pensa que passa) a mandar na mulher, impondo a sua vontade porque pagou, ainda que mudo ou contrariado.



Se a prostituição abrangida é «distintivamente» um espaço feito de curiosidade, já a prostituição de rua é um lugar de descoberta e de maior risco, onde aquilo que o homem-cliente procura poderá estar à mostra e ao seu alcance, mas onde nem tudo é desvendado pela mulher-prestadora de serviços sexuais:

«Quando vou trabalhar, estou à espera de fazer um cliente, imagino a minha vida mas não naquele sítio, imagino o meu futuro, a minha vida porque também eu tenho sonhos (...) o cliente o que compra é aquele momento, compra o sexo e a satisfação de uma tara qualquer, não me compra a mim... não compra mais nada, porque se eu desse mais do que o corpo, a um e a outro, como é que podia trabalhar depois?» (p23).

Apesar de ser sabido e comprovado que quem exerce a prostituição em espaço aberto está muito mais exposto a perigos diversos e à ocorrência de situações de risco, ainda assim algumas das mulheres que já trabalharam antes em bordéis de cariz tradicional não hesitam em considerar que preferem o trabalho na rua, reconhecendo-lhe algumas vantagens comparativas, concretamente sobretudo ao que dizem ser a sua maior capacidade de manobra quanto ao trabalho propriamente dito e ao controlo dos proventos que dele auferem. Como relatou a R., nesta profissão há nove anos, no bordel onde começou e trabalhou durante dois anos, as condições higiénicas eram muito precárias e, além disso, ela foi muito explorada pelo dono:

«Nesses dois anos aquilo era uma vergonha: ficavam-nos com uma data de dinheiro e as condições higiénicas... um horror! Depois passei a trabalhar sozinha na estrada a seguir a Viana. Trabalho sozinha, a mais de um quilómetro das outras mulheres. Tenho bastantes clientes certos que vêm de fora para estar comigo, talvez porque eu me apresse mais bem do que as outras» (p40).

De igual modo, uma outra portuguesa, com de 26 anos e ex-toxicodependente a operar na estrada Viana-Valença, a qual já tinha trabalhado em clubes da noite, diz que prefere o trabalho da rua relativamente ao dos bordéis pela maior autonomia que o primeiro lhe permite:

«Trabalhar em casas ou clubes é cem vezes pior que trabalhar na rua. A noite é muito pior. Uma gaja anda com os sonos todos trocados. Depois apanha um gajo bêbedo e temos que ir com ele. Temos que fazer tudo o que os gajos querem e, depois, vem o outro paneleiro (o dono da casa) e fica-nos com o dinheiro! Ainda por cima, era na altura em que andava a ressacar. Depois chorava... chegava às quatro horas da manhã e ainda tinha que ir buscar o pacote e, quando não havia, perdia a cabeça. Era fodido! Agora tenho bastantes clientes, porque me sinto em plena forma e atraente, creto, não achas? Olha lá, se tivesses que foder com uma das mulheres que trabalham aqui na zona, com quem ias, era comigo, não achas? Ainda tenho tinta para ganhar dinheiro durante muitos anos» (p26).

A estas vantagens de maior autonomia laboral e financeira, contrapõem todavia a maior dureza física do trabalho da rua – as longas horas em pé, o frio, a chuva, o calor, entre outros – e a maior penosidade psicológica do mesmo – a maior exposição física e, por

conseqüente, a maior desprotecção face a agressões de natureza física e verbal, a ameaças de roubo e violação, a investidas policiais, o que as obriga a um permanente estado de alerta e vigilância, que necessariamente lhes provoca cansaço e stress.

«Claro que há coisas chatas, por exemplo, quando chego a casa, não tenho paciência para cozinhar e até para fazer amor com o meu amigo, fico toda partida das costas de passar o dia a andar e a foder com aqueles gajos. Psicologicamente também cansa. É que nós fodemos não só com o corpo mas também com a cabeça» (p26).

Fica assim patente não apenas o stress do trabalho, mas também a diferença de relacionamento com os homens nos campos profissional e doméstico. Se, em relação ao seu amigo, fala em «fazer amor», no que toca «àqueles gajos» já se trata de «foder». O carácter mais desfavorável das condições de trabalho na rua apela, como condição de sobrevivência de cada uma, a uma maior entreatada, solidariedade e até cumplicidade entre as mulheres. Tal não obsta todavia que o dia a dia de trabalho e a convivência diária entre as mesmas não andem, como tivemos ocasião de registar, condicionadas por uma conflitualidade sempre latente e, pontualmente, manifesta devido sobretudo a situações de concorrência, pelos clientes em primeiro lugar, mas também pela ocupação do espaço.

Na zona de Amorosa-Darque tivemos ocasião de entrevistar várias mulheres, cujos espaços são também hierarquizados em função da idade e do tempo de prática prostitucional nos respectivos locais. No início não foi fácil o acesso, como vimos: por exemplo, a E., pensando que fôssemos da Segurança Social, teria dito antes «*cá vêm mais dois chatear-nos os outros*». E, teria sido abusada aos 11-12 anos por alguém que vivia em casa; por outro lado, negava que tivesse por ali um «chulo» – o que teria sido desmentido por M., uma outra colega espanhola. Mantinha uma atitude agressiva: «*Os homens são todos um nojo, são todos iguais*». Já, porém, M., viúva e com dois filhos, narrou a sua trajetória e, como não tinha controlo social próximo por ser espanhola, não se inibia de dar conta de aspectos da situação dela e de outras colegas naquela zona mas apenas salvaguardava: «*Não quero que os meus filhos saibam o que eu ando a fazer*»; a T., consumidora de cocaína e, segundo outras, já grávida de 5 meses, com dealer certo, mas poiso incerto: «*ela dorme muitas vezes na rua, faz-se aos gajos que têm pó e depois desatira*» e, ainda segundo uma outra, «*rouba clientes, o que é uma vergonha, pois afasta os clientes, dá mau nome a todas e os clientes depois tornam-se violentos*». Além da T., foram entrevistadas mais duas a C. e a P., com traços de trajectos e perfis ora semelhantes ora singulares. Também inquirimos e entrevistámos algumas mulheres que operam na estrada Viana do Castelo em direcção a Valença, sendo peritine transcrever algumas notas de campo da observação e das conversas conseguidas.

Nos arredores de Viana mas em direcção a Valença, fomos encontrar-nos e falar com a X. e a G. A primeira, ciosa dos seus atributos físicos e mais solicitada pelos clientes, dizia em relação à segunda com menos clientes: «*Aquela gaja é bruta, berra muito. Ela tem uma deficiência qualquer, não sabe falar com as pessoas*». Quando lhe perguntámos os motivos da sua reduzida solidariedade para com a G, a X replicou: «*Eu já estou cá há mais tempo.*

Comecei a trabalhar aqui há cinco anos, ela veio depois para o pé de mim, mas o melhor que ela fazia era mudar de sítio dentro desta zona, sozinha ou com outra como ela. Ela não tem cuidado com ela, não se lava, usa quase sempre a mesma roupa». Porém, logo de seguida a X mostrou para com a G um sentimento de pena: «Vocês não podem fazer nada por ela? Eu até acabo por ter pena dela, ela está a precisar de um psicólogo. Aquela agressividade não ajuda nada».

Seguidamente, fomos entrevistar a G. Falou que não vem regularmente para a rua e que tem pouca procura. Adiantou-nos ainda que está a ser alvo de perseguição e que lhe cortaram o rendimento mínimo garantido para ela e para os filhos, porque alguém foi denunciá-la à assistente social por se dedicar à prostituição e por «ter um telemóvel». Confirmámos estas informações com a X que, apesar da concorrência no local, se mostrou revoltada com a situação da colega: «Se isso for verdade e se alguma vez fizerem isso comigo, vou lá e faço um escândalo do carraças. Como é que podem dizer que eu me dedico à prostituição se nunca me apanharam em flagrante? A G. não se sabe defender... Já viste o estado em que ela tem os dentes? Eu também tinha os meus todos fofidos, mas estou dada como desempregada e o hospital tratou-os de borla. Ela, se calhar, podia fazer o mesmo» (Viana do Castelo, 22/1/2002).

### 3.2.1. O proxeneta: um elemento (ainda) significativo na prostituição de rua

Ainda que em certo declínio, uma figura associada à actividade prostitucional de rua é a do proxeneta, sobre cuja posição e funções o nosso estudo revela situações bem diferenciadas. Verificam-se casos em que a figura do proxeneta, ainda que existente, já não é de modo algum central na actividade nem sequer na própria gestão do trabalho e do dinheiro, sendo apenas mais um parasita que tem vivido e vive a expensas da mulher. Com efeito, hoje em dia, bastantes das mulheres que trabalham na rua partilham a sua vida e os seus ganhos com o respectivo «namorado» ou «companheiro» que, por situações de desemprego ou mais frequentemente por comodismo e facilitismo, não se esforça por ter um trabalho regular autónomo ou assalariado, preferindo viver à sombra dos ganhos da mulher. Este facto aproxima a figura deste tipo de «namorado» de uma «mulher de rua» do estato clássico do proxeneta, afastando-o da figura do «namorado» mencionado por várias mulheres de clubes, as quais, como veremos mais adiante, em vez de o sustentarem ou repartirem com ele o que ganham, recebem respectivamente deles uma série de contrapartidas materiais e financeiras.

Na prostituição de rua registam-se alguns casos de proxenetismo nos moldes convencionais, ou seja, o proxeneta gere directamente os dinheiros das mulheres, apropria-se de uma quota parte dos seus ganhos e exerce sobre ela represálias ou ameaças e formas de intimidação e coerção, seja nos casos em que a introduz na prostituição, «a trabalhar para ele», seja posteriormente quando, à base de chantagem ou de medo, a mantém presa à actividade e à sua pessoa. Nestes casos, as mulheres não controlam os seus próprios ren-

dimentos, mas estão dependentes do arbítrio discricionário do proxeneta, do qual só se poderão libertar se e quando conseguirem um outro. Além de lhes «pagarem» a protecção que dele supostamente recebem, com favores sexuais regulares gratuitos, elas sentem-se, não raro, desrespeitadas e objecto de maus-tratos ou de chantagens emocionais. De facto, em alguns contactos tidos com mulheres que exerciam a prostituição na área Viana-Barcelos pudemos constatar, para além de uma grande ansiedade por parte do proxeneta D., uma enorme dose de raiva e de ciúmes por parte, por exemplo, de J.

Segundo J., ela dá a D. 10 contos por dia, 300 contos por mês para poder trabalhar no monte – o local na estrada de Viana-Barcelos onde costuma estar e onde todos os clientes habituais sabem que a podem encontrar. D. tem influência e informadores(as) e «prende» por coacção e chantagem. Segundo a R., colega da J., o problema está no tipo de relação afectiva que J. tem com D. J. é extremamente ciumenta e, por isso, segundo a R., que parece ser muito emocionalmente equilibrada e dá conta dos mecanismos de chantagem, comenta: «O problema é que ela gosta dele e ele não está habituado a ouvir bocas e que mandem vir com ele. E, por isso, castiga-a assim». A relação entre J. e D. é descrita, desde sempre, como de permanente conflito. E a R. acrescenta: «Tenho pena de J. porque ela tem hoje 50 anos, não tem nada dela e quando tiver 60 ou 70 anos vai andar aí desgraçada pela rua. Eu já lhe ofereci guarida para o caso de não ter onde dormir. Por mim ela devia deixá-lo, pois o carro que ela tem é dele, ela comprava um carro em segunda mão, ia-se embora e ele já não a chateava mais» (Viana do Castelo, 23/10/2002).

Por estes e outros registos na área observada, nomeadamente na estrada Viana-Barcelos, é assim constatável a vinculação e a tensão existentes entre a trabalhadora sexual e o respectivo proxeneta-«protector», do qual provavelmente aquela só se libertará se mudar de área geográfica. No caso da protagonista central do último relato acima inserido, o medo e o risco de represálias eram de tal modo evidentes, que acabámos por marcar entrevista com J. e R. num local longe da observação do sujeito que a vigiava. Com carácter algo excepcional, detectámos mesmo um caso em que o proxeneta era o próprio marido da prostituta. Nem esse laço formal entre ambos terá de alguma forma atenuado a violência e a exigência que ele punha no desempenho desse papel:

«Depois do casamento nada de relevante a não ser a minha desgraça (a prostituição). Nem sei por que é que me casei. Tive uma filha desse homem. Casámos quando a menina tinha 2 meses. O que de melhor me aconteceu foi a separação há três meses. Fiquei sem chulo, sem proxeneta. A nossa relação deteriorou-se. Cansei-me de ganhar para um homem que não sabia dar valor à mulher que tinha. Vivi primeiro dois anos com ele e depois sete anos de casada. Casei por causa da minha família. Por mim não casava, sabia o que ele era. Já sabia que ele era 'aleijadinho' [chulo], era a profissão dele. Tenho uma filha de sete anos. Roubou-me da casa da minha mãe. Hoje vivo sozinha, mas tenho um namorado» (p31).

Na informação dada infere-se, por um lado, que a separação representou para esta mulher um sentimento de libertação de um proxeneta e, por outro, a possibilidade de construção de uma nova relação, quiçá mais simétrica e afectiva, servindo simultaneamente como sua defesa ou protecção face às arbitrariedades da anterior relação parasita e despótica. Outras referem a necessidade de protecção, dado haver por vezes clientes que são violentos, tal como pudemos constatar num outro caso. Por exemplo, N. mantém um controlo constante sobre o trabalho de C. e, por isso, anda armado (em conversa posterior ele admitiu, expressamente, andar sempre com uma navalha, outras mulheres referiram, igualmente, a posse de arma de fogo). A C. encara este tipo de controlo como «necessário e protector» devido às «tendências violentas» de alguns dos clientes: «há gajos nisto com quem é preciso ter cuidado, a gente nunca sabe». Relata-nos, inclusivamente, uma série de incidentes violentos ocorridos nos três anos que ela leva desta profissão...

O proxeneta convencional tende a subsistir quase só por referência a mulheres mais velhas, sendo já várias, entre as mais novas, as que nem sequer querem ouvir falar de tal figura, uma posição que é igualmente perflhada e expressa por todas as que trabalham no que acima chamámos de fórmula mista, ou seja, na rua/casa ou apartamento. Nesta, a autonomia das mulheres é, por regra, muito mais ampla, sobretudo nos casos, bastante comuns, em que todas as componentes da oferta desde as infra-estruturas logísticas à definição dos horários e de outras condições laborais são por elas definidas e geridas. Sublinhe-se ainda que algumas mulheres a trabalhar na rua confessaram ter um parceiro que as conquistou na base da sedução, da persuasão e da criação de dependência afectiva, compensando o seu sentimento de isolamento quando sós ou entregues a si mesmas. Algumas declararam que os namorados/companheiros procuram dar-lhes certas atenções em bens ou gratificações afectivas, de modo a proporcionar-lhes um ambiente de vida mais ameno ou, pelo menos, mais suportável. Boa parte destas relações configura quadros de vida familiar correntes, isto é, com residência comum e filhos de ambos, numa situação substancialmente distante do que pode rotular-se de proxenetismo.

#### 4. SEIS RETRATOS BREVES DE MULHERES-PROSTITUTAS DE RUA

Para compreender e explicar a situação da mulher na prostituição de rua é imprescindível a análise das determinações do meio envolvente, quer no início, quer na permanência na actividade, quer mesmo na sua interrupção temporária ou definitiva. Para tanto, optámos neste relatório por tratar estas temáticas através da exploração e apresentação de sínteses das histórias de vida de algumas das mulheres que entrevistámos. Para além das já narradas, trata-se de histórias que consideramos ilustrativas, quer da diversidade, quer das regularidades que definem os traços fundamentais do retrato das mulheres que encontramos a exercer prostituição em espaços abertos na região do Minho, mais especificamente na zona de Braga e sobretudo Guimarães. Com efeito, pretendemos captar, numa abordagem descritiva e analítica, diferentes narrativas e episódios significativos da vida das

mulheres que, para além de elementos comuns, apresentam contudo conteúdos e formas distintivas ou particulares, sobretudo no que diz respeito aos caminhos e às razões que as trouxeram e as mantêm na prostituição.

A obtenção desta informação por um dos membros da equipa de investigação a trabalhar nesta zona geográfica foi levada a cabo durante meses. Foi a partir da acumulação das observações e diálogos estabelecidos que pouco a pouco as mulheres acabaram por narrar as suas histórias de vida, o que só veio a acontecer depois de expurgado qualquer tipo de imagem ou receio, que pudesse criar sensibilidade ou fragilidades na plataforma de segurança que o investigador foi conseguindo estabelecer com elas. Não foram raras as vezes que lhe perguntavam se ele tinha alguma relação com as instituições do poder (Tribunais Judiciais, Segurança Social, PSP, CNR ou PJ). Os relatos, as descrições e as próprias interpretações e caracterizações psicossociais são feitas na primeira pessoa do investigador-narrador, já vencidas e ultrapassadas as reservas da abordagem inicial<sup>13</sup>.

#### (i) «As pessoas pensam que esta vida é fácil.» (p24, divorciada, um filho)

Não foi difícil abordar a S. e sensibilizá-la para aquilo que eu andava por ali a fazer. Ao contrário de muitas outras mulheres, a primeira impressão intuitiva da S. não foi de desconfiança, mas antes de curiosidade... uma curiosidade crítica e cuidada, pois media com rigor e cautela qualquer palavra que posteriormente pensasse dizer.

A S. é uma mulher com uns olhos que falavam mais do que tudo o resto. Era através dessa linguagem que ela dizia tudo o que pode ser imaginado com uma margem de segurança capaz de surpreender a incredulidade boçal de quem julga saber tudo sobre todos os tipos de mulheres e, ao mesmo tempo, determinar que aquele tipo de mulher é um sujeito menor. Esta é uma das características ainda muito presente nos redutos androcéntricos. Não era difícil sentir uma empatia imediata e uma simpatia racionalizada por esta jovem com ar de mulher adulta e, se é possível especificar, com convencionais traços de uma «mulher minhota». Este sentimento inteligível e intersubjectivo – do qual se foi construindo uma relação não só instrumental mas também como uma nova fonte informativa privilegiada – assentava num conjunto de atributos relacionais a que o sorriso desenhado por esta figura muito contribuía: olhar calmo, humildade serena, discurso curto e pausado e uma vontade sempre pronta para colaborar: «Aquilo que eu puder fazer eu faço, se é que eu posso ajudar alguma coisa, não me importo nada em ajudar» – era uma frase construída com frequência e dita com uma certeza insuspeita.

(13) Estas narrativas, embora retrabalhadas na sua redacção final pelo co-responsável da pesquisa na região do Minho, foram, em primeira instância, obra de recolha e transcrição por José Manuel Oliveira e Sá, mestrando em Sociologia da Infância pelo Instituto de Estudos da Criança, as quais são apresentadas pelo mestrando na primeira pessoa, dando a palavra, sempre que necessário e relevante, às próprias mulheres entrevistadas.



Apesar das aparências, S. é uma mulher nova, conta com apenas vinte e quatro anos e muitos deles amarrados a lembranças amargas. Nasceu numa freguesia de Famalicão. Quando a escola deixou de a interessar – o que aconteceu por volta do sexto ano do ensino preparatório – começou a trabalhar. Acreditava que essa era a melhor forma de começar a construir o seu mundo (...). Como todos os jovens, o enamoramento intenso fantasiou-lhe a vida e empurrou-a para um casamento que acreditava ser para toda a vida. Pouco depois, ainda não acostumada à nova vida, nasce o primeiro filho. Nasce também contratemplos, cada vez mais difíceis de controlar e que rapidamente se convertem em «nós-cegos», difíceis de desatar por quem a vida ainda não tinha ensinado muito. O marido prendera-se, sem ela saber bem como, irresistivelmente a uma companhia «infidel», «madrastra» e que nunca mais iria largar: a droga. Mudava a vida. Alterava-se tudo com a rapidez fulminante do inexplicável e incontrolável. Veio o medo, a insegurança, o pensamento fatal: «porquê eu?». Multiplicavam-se os problemas sérios e sempre presentes como sombras fantasmagóricas, que nem com o apelo à família, à fé e às promessas divinas conseguiram afastar e romper com um «destino social» que começava a ameaçar-lhe o futuro sem piedade. A inconstância conjugal arrastava a infelicidade que atropelava o quotidiano com uma violência crescente. As discussões, as zangas enleavam-se com as dívidas, que cresciam ao ritmo da descrença num final feliz. O casamento, que vivera durante algum tempo por um fio, não resistira à pior das privações: a falta de confiança e de diálogo. O projecto de vida a dois ruiu e o futuro ficou incerto, desconhecido, imprevisível:

*«As coisas nunca mais voltariam a ser as mesmas – imaginava eu com medo de tudo! Não me sentia preparada para nada, (...) se as coisas a dois já são difíceis, uma mulher, estando sozinha, é muito pior, tudo parece meter medo, parece que toda a gente fica com pena e deixa de acreditar, (...) senti que em situações destas as mulheres têm que se desenterrar sozinhas».*

Para S., sem marido, sem casamento, sem perspectivas, com uma criança muito pequena nos braços, as dívidas a perturbarem-lhe o pensamento e a tranquilidade, tudo isso acumulado lhe minava o optimismo que poderia apontar para uma saída do labirinto. Foi aí que surgiu a solução que lhe parecia mais simples: *«Pensei em me fazer à vida, sabia de muitas histórias e de outras pessoas que começavam assim, (...) era a maneira mais fácil de fazer dinheiro rapidamente, (...) já que eu não podia contar com ninguém tinha que contar comigo».* Foi assim que começou o desafio de recorrer à prostituição. Mais difícil do que suportar a ideia de que teria que se submeter a uma humilhação, era a pensamento de que tinha dívidas para honrar, um filho para criar, sem avistar qualquer tipo de ajuda no horizonte:

*«Os meus pais nunca mostraram muito interesse em ajudar e sentia que não podia fazer quase nada, aliás quase que nem conseguia pensar, (...) sabia que tinha que pagar dívidas que durariam uma vida, se eu não tivesse mais dinheiro e o meu salário não era suficiente, quase que não chegava para nada, uma pessoa trabalha, trabalha, trabalha que se farta numa fábrica e o dinheiro quase que não dá para nada, foi aí que eu me*

*senti explorada, foi aí que eu senti o que é ser pobre e não ter dinheiro para aquilo que precisava, (...) eu precisava de ganhar muito dinheiro, não queria ficar a dever nada a ninguém, sei lá como é que eu seria respeitada, (...) custou-me mas teve que ser, pois sabia que, se me fizesse à vida, podia ganhar muito dinheiro, (...) na altura não tive outra alternativa, ninguém me emprestava dinheiro».*

Embora esta forma de ganhar a vida e de dar resposta às dívidas que lhe perturbavam a honra e o bom nome tenha começado há pouco mais de um ano, o calendário parecia estar a pregar uma partida de mau gosto à S., pois tudo parecia ter começado há muito mais tempo:

*«Não ando na vida há muito tempo, mas parece-me que já passaram alguns anos e às vezes só tenho a noção do tempo quando penso na minha idade, não importa muito os dias da semana porque no fundo acabam por ser muito parecidos, (...) eu defini as minhas metas, os meus objectivos e, enquanto não conseguir arrumar a minha vida, acho que não conseguirei andar bem e isso para mim é pior do que qualquer coisa. Para mim o que está errado é eu não ter dinheiro para criar o meu filho, (...) para mim o que está errado é não haver nenhum tipo de ajuda para as mulheres que ficam com problemas assim na vida. O que está errado não é andar na prostituição mas sim as razões que eu não consigo resolver sem ir para a prostituição».*

É certo que muitas coisas mudaram entretanto. O trabalho tem intensificado de ritmo, a procura tem sido cada vez maior: *«Chega-se a uma altura que quase parece que se está a picar ponto. Parece que se tem um horário e tudo e se não se for trabalhar, para além de não se ganhar, perde-se a clientela para as outras».* O dinheiro torna-se de facto mais fácil de ganhar e as dívidas mais simples de liquidar, o pior é sempre o resto, que nunca é só o resto, pois é sempre a parte mais importante da vida, e no caso da S. isto está fortemente relacionado com o filho que teve que deixar para trás. Acreditava na altura que, deixando o filho com os pais, estes zelariam para que tudo corresse bem no seu processo educativo. Porém, este cuidado dos avós pela educação do neto rapidamente deixava revelar um excesso de zelo, pois não demorou muito a que se colocassem muros intransponíveis entre mãe e o próprio filho. Barreiras que eram cimentadas pela discriminação familiar. Desta vez não era o vulto anónimo que esticava o dedo acusador, era a própria família, o pai. A mãe mais não guardava do que o segredo de uma tristeza escondida, ganhava um neto mas perdia a filha. O fosso crescia: do lado de lá, um mundo que lhe tinha sido negado, do lado de cá, uma vida onde muito estava para descobrir, ultrapassar e sobreviver.

*«Eu nunca tive ilusões, sabia que não ia ser fácil... mas precisava de dinheiro e tinha que o conseguir. Ninguém me ajudou, eu também não andava por aí a mendigar, a minha vida é a minha vida e ninguém tinha nada com isso. Não queria que tivessem pena de mim, isso é que me deixava muito zangada, porque lá por o meu casamento não ter corrido bem não queria dizer que eu não podia mais endireitar a minha vida. Eu tinha pessoas que sabiam muito bem o que eu estava a passar, por isso eu não tinha que*

*estar sempre a pedir, mas como não me ajudaram, eu tinha que encontrar uma solução. Eu tinha que conseguir endireitar a minha vida, fosse como fosse!»*

As dificuldades da S. não encontraram resposta no território familiar e, se calhar, por isso tinha decidido procurar o desenlace para os seus problemas noutros terrenos, ainda por desbravar, e que nunca pensara que os haveria de trilhar. Afinal o sonho que a tinha conduzido ao casamento era o de ser feliz, mas a sorte tinha ficado para trás, agora deparava-se com a realidade de uma situação que não controlava. Uma situação que a amoldava porque não a conseguia contrariar.

*«Eu, se calhar, podia ter continuado a trabalhar numa fábrica, ou ter dois empregos, mas perguntava a mim mesma se iria tanto trabalhar adiantar para alguma coisa. Quer-se dizer, eu tinha que trabalhar todo o dia numa fábrica, de pé, das oito da manhã até às seis da tarde, a matar-me porque os patrões não querem saber de mais nada a não ser da produção e, depois, ao fim do dia, ir fazer limpeza para ganhar mais uns contos?! Fazia as contas e as coisas não me davam mais do que 100 a 120 contos por mês! Isso era uma decepção, porque quem tem vontade de trabalhar devia ter direito a ganhar mais e eu só pensava no dinheiro porque tinha muitas dívidas, o meu marido tinha empenhado tudo, quase que não tinha ficado com nada e devia a todo o mundo! Sentia-me perdida! Sabia que os meus pais também não tinham condições para me ajudar, e se me ajudassem seria a emprestar dinheiro que eu depois tinha que dar outra vez. Isso para mim também era uma dívida e a ganhar 100 contos por mês, nunca mais eu a pagava. Pensei em ir para esta vida porque ouvia dizer que se ganhava muito dinheiro, se tivesse sorte. Sabia que não devia ser fácil, porque pensava depois na vergonha e no meu filho e só tinha vontade de começar tudo de novo, mas não podia. Eu tinha mesmo era que mudar a minha vida, sabia que não ia ser fácil, já não tinha ilusões, depois de tudo o que eu tinha pensado no casamento».*

Ao longo dos diálogos era possível verificar que para a S. a substituição não representava o problema maior da sua vida, mas a forma de a fazer ultrapassar os obstáculos que a fizeram desacreditar nas outras vias para resolver os problemas que surgiram sem ela contar, ou estar preparada para lhes fazer frente.

**(ii) «A vida dá muitas voltas, e ninguém adivinha...» (p36, separada, 3 filhos)**

A M. é uma mulher com 36 anos de idade. Aparenta mais, muito mais. As expressões faciais estão verdadeiramente sulcadas no rosto: *«Já passei por muita coisa na vida»*, assérgura com a voz embargada e o olhar descaído, para que não se pense que a sua imagem é fruto de um desleixo consciente, voluntário ou presa ao arrependimento de ser a mulher que se vê no reflexo do espelho logo pela manhã.

Veio de Lisboa e lá deixou outra vida. Uma vida feita de encontros e desencontros como se fosse uma fotonovela das antigas, daquelas que se lembra desfolhar na juventude. M. nasceu num bairro típico da capital. Aprendeu a dar os primeiros passos entre as sete colí-

nas e assim foi crescendo. Lembra-se com nostalgia de andar pela cidade de eléctrico e ir comprar roupa à praça de Espanha. Memórias que agora não se repetem, porque a grande cidade mudou muito: *«Eléctricos já há muito poucos, o metro veio substituí-los, mas não é a mesma coisa e na Praça de Espanha já se vende mais droga do que roupa!»*. M. passou a infância e a adolescência a coleccionar amigos, lembranças e objectivos para alcançar quando chegasse a sua vez de ser adulta. A juventude corria como muitas outras, de casa para a escola, da escola para casa na companhia de amigos. Ajudava em casa, estudava, saía com os amigos vizinhos, namorava, ia aos pastéis a Belém, à Feira Popular e ao «Zoo». Tornou-se mulher: *«Eu era uma rapariga bonita, namorados não me faltavam se eu quisesse (...) sim, eu acho que era feliz, acreditava no futuro, acreditava no amor, acreditava nas oportunidades (...) não casei logo nem com o primeiro que me apareceu»*.

O tempo foi passando. Casou e para trás ficava a escola e o sonho de ser tradutora. O homem, que conhecera numa relação que durava há três anos, tinha conseguido convencê-la de que o momento para assumir o compromisso tinha chegado e a oportunidade de casar não se podia perder, apesar da sua mocidade: *«Afinal os meus pais também eram novos quando se casaram, eu tinha 21 anos quando achei que era a minha vez (...) eu podia estar casada e conseguir na mesma aquilo que eu queria porque pensava que ele me ia ajudar»*. Depois do casamento veio a primeira gravidez, naturalmente, com o incentivo e o regozijo dos pais. Não foi uma gravidez planeada, mas foi desejada com todas as forças. As «coisas» mudaram subitamente logo a seguir aos primeiros sinais de atraso do período menstrual. A realidade e os sonhos alimentados desde a infância já não podiam parar a mudança: *«Quando dei pelo atraso primeiro fiquei com medo, não sabia se estava preparada (...) eu tinha vontade de ser muita coisa, achava que era capaz (...) e sonhava, sonhava muito»*. A família estava contente, ia crescer, ia ficar mais numerosa. As crianças são sempre bem vindas, pois são o futuro e a possibilidade alternativa que permite aos adultos reviverem ou projectarem um futuro que fica por realizar devido a circunstâncias várias. Os pais do casal imaginavam já o primeiro neto. A família ia crescer e a promessa de ajuda ao jovem casal fazia com que as dificuldades não ocupassem muito espaço no seu pensamento.

*«Não foi nada planeado, estávamos casados só há quatro meses, mas os meus pais deram-me uma grande força, eu sabia que podia contar com eles (...), as condições não eram as que nós desejávamos, eu estava desempregada, vivíamos numa casa emprestada por uns tios do meu marido, porque o salário dele não dava para comprar uma casa, isso tinha que ficar para mais tarde, ele tinha começado a ser vendedor e, apesar das coisas lhe estarem a correr bem, tínhamos que ir com calma».*

O tempo continuou a passar depressa. Depois do primeiro filho a realidade permanecia na mesma. M. era uma mãe empenhada, mas continuava desempregada, a viver numa casa emprestada. O marido garantia a carreira de vendedor, cada vez com mais experiência e os negócios auguravam, possivelmente, um futuro farto. Porém, a M. ficava por casa, tomava conta do filho, pois assim sempre se evitava a despesa do infantiário. A vida doméstica tinha-se tornado a sua realidade. Veio a segunda gravidez. Mais um filho, mais um neto, a

família crescia uma vez mais. Aumentava também o volume de negócios do marido e o tempo fora de casa. A M. continuava a viver, agora com dois filhos, em casa emprestada. A situação de desemprego involuntário persistia e a vida doméstica prendia-a cada vez mais ao dia-a-dia rotineiro, afastando para longe a possibilidade de trabalhar ou retomar os estudos. Ser tradutora já não era sonho, não era nada. A vida prendia-a aos cuidados atentos dos dois filhos, às responsabilidades de uma dona de casa e à saúde financeira do marido, que a cada dia que passava se tornava numa figura mais ausente, mais distante. O tempo corria e as «coisas» à sua volta começavam a não ser suficientes:

*«Eu amava os meus filhos, sei que não digo nada de especial porque, se calhar, todas as mães dizem isto, mas eu tenho que dizer assim para que não se pense que os filhos não me preenchião. Não... eu sentia-me realizada com os meus filhos, mas não me sentia feliz com o resto das coisas. Sentia-me sozinha, não por causa dos meus filhos porque eles não tinham culpa, mas eu queria mais, achava que podia ter mais, não me satisfazia estar sempre em casa e estar dependente do meu marido para tudo. Eu queria ser uma boa mãe, mas também gostava de ser mais coisas».*

Percebia-se que o desejo que germinava dentro da M. não floria, porque o marido acreditava que não havia condições para que ela pudesse trabalhar. Surgiu o terceiro filho, com o mesmo desejo, depois sentido com a mesma alegria de quem sente uma coisa sua a crescer. Mas era uma gravidez que vinha afastar ainda mais a experimentação de outros papéis, noutros palcos, como era o anseio profundo de M. Dizia que já sabia ser mãe, pois já tinha concebido três crianças perfeitas. Já sabia ser esposa, porque as vontades do marido eram respeitadas. No entanto, sentia que ainda não sabia ser mulher, porque tudo na vida dela se resumia a um micro-universo: o lar. Faltava conhecer ainda outros mundos que pareciam muito sedutores. O mundo do trabalho. O mundo das relações. O mundo da independência. O mundo exterior... O «pequeno mundo» doméstico de M. começava a asse-  
melhar-se, inconscientemente, a um campo entrincheirado:

*«Eu começava a ficar cansada das rotinas, já não me satisfazia os pequenos passeios até casa da família ou ir às compras, não compreendia a atitude do meu marido, ele andava sempre fora, está bem que ele dizia que era a trabalhar e, se calhar, era mesmo, mas começava a ficar desconfiada porque estava todo dia fora, às vezes até chegava tarde, nunca estava presente quando era preciso, tinha que ser eu a fazer tudo, e ele não compreendia que eu estava a levar uma vida muito aborrecida. Não compreendia a razão de tanta protecção, não tinham sido assim os nossos planos e sentia que isso estava a fazer mal, não só a mim, mas também, ao nosso casamento. Eu começava a ficar farta!».*

Contraditoriamente M. sentia-se perdida num espaço tão pequeno. A relação conjugal começava a estremeecer, a fraquejar. M. encarava com temor os primeiros sinais. A monotonia fazia crescer a insatisfação, a insatisfação provocava o mal-estar, o mal-estar revelava a infelicidade e este sentimento foi o terreno fértil para o crescimento do ciúme, da falta de

diálogo, da incompreensão e a discussão tornava-se na forma corrente de protesto. A M. não deu conta da rapidez com tudo estava a acontecer, mas perdeu o controlo da situação:

*«A primeira vez que ele me bateu eu fiquei em pânico, nem sequer tinha havido um motivo para que aquilo tivesse acontecido, mas ele bateu-me, dizia que quem mandava era ele, ele é que era o chefe de família e ganhava o dinheiro, ele é que não deixava que algo faltasse aos filhos, era tudo ele e eu tinha que fazer como ele queria».*

Aquele tinha sido o primeiro sinal de que era o homem que mandava — era esse o peso da educação e de uma cultura familiar que silenciosamente amordaçava o ímpeto de uma igualdade merecida. Foi um indício que trouxe um sentimento novo a M. — o sentimento da insegurança e que, segundo ela, era um sentimento estranho, porque sentir-se insegura fora de portas é uma coisa para que toda a gente tem que estar preparada, mas sentir-se insegura dentro da própria casa era algo que ela não podia imaginar que pudesse acontecer, nem estava preparada para lhe fazer frente: *«Tinha medo, não sabia o que fazer, nem o que pensar, porque o meu marido era sempre bem recebido por todos, até parecia que era ele que era o filho!»*. E, tentando perceber como é que ela se iniciou na prostituição, prossegue:

*«... não sei como é que aconteceu, acho que nunca ninguém está à espera, ninguém imagina quando é nova que vai ser assim, que um dia vai trabalhar como uma prostituta (...) acho que ninguém tem como objectivo quando é nova que vai querer ser prostituta. Eu acho que todas as mulheres desejariam ser outra coisa qualquer, mas prostituta não!».*

A vida de M. teimava em não querer mudar, pelo menos as mudanças não eram aquelas que ela tanto aguardava. As coisas realmente aconteciam e muitas delas até as tinha imaginado no começo da vida, mas com o passar dos anos e o desmoronar de expectativas como se fossem castelos de areia, provocavam um desgaste que acentuava ainda mais o correr dos tempos:

*«Eu pensava que ia ser diferente, não sei bem, mas acreditava que... afinal nós quando namorávamos, conversávamos muito sobre o futuro... quando tivéssemos condições, podíamos fazer outras coisas, mas não. As coisas quase que continuaram a ser iguais aquando casámos e aí as condições não eram tão boas, é certo que não tinhamos filhos, mas também ele não ganhava tão bem (...) comecei a ficar cansada, e não foi ficar só cansada, foi ficar decepcionada e frustrada com o andamento da vida (...); eu sabia que era uma boa mãe, porque era eu que assumia as responsabilidades todas e nunca ninguém me disse que os meus filhos andavam assim ou assado, como se estivessem mal estimados, mas eu também gostava de ser mais independente, e se o dinheiro começava a ser mais para umas coisas, não compreendia como nunca chegava para outras como, por exemplo, colocar os meninos num colégio».*

Ao longo das conversas, em que a M. ia fazendo desfilar os momentos que continuavam a ferver na sua memória, foi possível observar, através dos sinais estampados indelevel-



mente nas expressões do rosto e do corpo, quer expressões físicas – o franzir as sobrancelhas como que a pronunciar ainda mais o sentido de algumas palavras; a água que inundava o globo ocular para que não ficassem dúvidas da dor denunciada no diálogo ou mesmo o ritmo frenético com que coçava os braços como se estivesse incomodada por uma alergia presa ao seu passado –, quer expressões emocionais, quer ainda o silêncio profundo que intervalava as frases mais difíceis, ou o sorriso que desenhava espontaneamente quando descrevia os filhos. Estes foram durante muitos anos para a M. uma das poucas razões da sua existência. Ela era tanto melhor mãe, quanto menos conseguia ser outra coisa qualquer e se afastava involuntariamente desses desejos. Eram os filhos que coloriam os seus dias, eram eles que a faziam sentir como única e especial, pois o marido, o seu homem, dia atrás de dia, semana após semana ia-se afastando do lar:

*«As vezes pensava mesmo que vivia sozinha com os meus filhos (...) ele pouco tempo passava em casa, mesmo quando não viajava para visitar os clientes, estava pouco tempo em casa, ou porque ia ao café, ou ao clube, depois era um jantar de amigos ou uma ida ao futebol, tanto fazia porque chegava sempre tarde a casa, a maior parte das vezes ainda queria fazer «amor» – dizia que era para me mostrar como me amava (...) eu começava a não acreditar nele, chegava mesmo a desconfiar, mas não lho podia mostrar porque tinha medo e não queria que houvesse mau ambiente, porque senão eram os meus filhos que iam ser prejudicados».*

A M. viveu assim durante tempos que lhe pareciam infinitos. Sentia o passar dos anos observando o crescimento dos filhos. Aguentava tudo em nome deles: a dependência económica e material, o receio de não conseguir lidar com a impulsividade do marido, maníaco nos dias em que as contrariedades lhe marcavam o quotidiano, a monotonia de uma festa passada atrás de uma porta de uma casa emprestada, o desejo egoísta do seu homem de a fazer suportar uma penetração sexual a altas horas da noite como se isso bastasse para manter uma relação conjugal. As vezes acreditava que tudo ia mudar, outras vezes ficava assustada com o que um pensamento mais reflexivo acerca da sua vida lhe mostrava:

*«Eu ainda acreditei durante uns tempos que as coisas podiam mudar, também não sabia muito bem o que fazer, a nossa família pensava que tudo corria bem, viam que os nossos filhos eram bonitos, não lhes faltava nada, tinham tudo o que queriam, o pai mimava-os com presentes, sempre que ele chegava a casa depois de alguns dias fora trazia surpresas para eles e, claro, uma criança gosta disso (...) mas, se eu quisesse mudar a minha vida, como é que eu podia fazer? As pessoas iam pensar que eu era maluca, porque tinha tudo o que eu queria e sem sequer precisar de trabalhar! Só que elas esqueciam-se de algumas coisas e nunca souberam que às vezes eu levava porrada, nunca fiquei marcada, ele nunca me bateu muito, nunca me bateu até eu ficar marcada, não sei se não fazia isso de propósito para que a família não soubesse ou se não tinha coragem (...) para a maioria das pessoas eu era feliz, porque se calhar tinha a vida que muita gente gostava de ter: não fazer nada nem trabalhar, ficar em casa a cuidar dos filhos e esperar que o marido trouxesse tudo para que nunca faltasse nada em casa. Porque é que as coisas tinham que ser assim?»*

Os filhos continuavam a crescer, eram três, mas à noite, na hora da refeição ou a assistir a um qualquer programa da televisão, eram quase sempre quatro pessoas, raramente eram cinco, faltava a figura do costume: o pai ou o marido, quase sempre estava ausente, não vinha um nem outro:

*«Se ao menos ele pensasse mais nos filhos e passasse mais tempo com eles, eu já não me importava tanto, afinal de contas ele só era meu marido algumas noites e eu só era esposa dele porque era a mãe dos filhos dele (...) eu sei que ele gostava muito dos filhos, aliás eu a determinada altura achava que ele só gostava dos filhos, porque deixou de me procurar, nem quando ele vinha tarde como era costume ele me acordava».*

Os sinais de que a relação estava presa por um fio começavam a ser muitos e cada vez mais incómodos. A M. não sabia o que fazer nem o que pensar, assustava-lhe pensar no futuro porque não via futuro nenhum. O futuro para a M. tinha ficado há muito tempo amarrado lá atrás no passado, no tempo em que namorava ainda com o homem que dividia consigo os sonhos de uma vida a dois. Um futuro a dois com muitos planos: uma casa, uma família, férias, se calhar um carro para cada um e, talvez, um negócio que poderia ser gerido pelos dois, se tudo corresse bem. Ainda hoje não se lembra muito bem como foi, nem o que a levou a questionar o marido. Recordava que deixou o receio para trás e avançou com perguntas que sentia ser urgente conhecer a resposta.

*«Eu ao início estava com um bocadinho de medo porque não sabia como é que ele ia receber a minha atitude. Não sabia se ele ia imaginar alguma coisa ou ia fazer alguma cena de ciúme, eu sabia que, se isso acontecesse, ia ser uma grande discussão, ele podia-me bater, já tinha feito isso por muito menos. Mas não conseguia aguentar mais aquela vida, aquele casamento e numa noite em que ele chegou a casa mais bem disposto, sabia que não era eu a causa daquela boa disposição, perguntei-lhe se ele gostava de mim. Perguntei-lhe se ele estava feliz com o nosso casamento. Perguntei-lhe por que era a vida que ele tinha imaginado, quando éramos namorados. Perguntei-lhe por que é que as coisas não mudavam. Fiz tantas perguntas que já nem sei quantas foram, eu precisava de ouvir o que ele achava, mas a resposta foi muito curta, foi uma resposta que fechou a conversa, foi uma resposta que me deixou com medo – Quem não está bem, põe-se! – eu não sabia o que pensar ou, se calhar, era eu que não queria pensar».*

Depois desta «conversa», que não chegou a ser conversa, nada mudou. Tudo ficou na mesma: a casa continuava a ser emprestada. O dinheiro só tinha uma fonte: o marido, e a ele tudo tinha que ser solicitado, quer fosse a «compra do mês», quer fosse algum dinheiro para satisfazer algum gosto pessoal mais feminino. A escola reclamava diariamente a M. a sua única companhia, os filhos. O tempo passava vagarosamente, ao contrário do sentimento de inutilidade que crescia com o passar dos dias:

*«Sentia-me uma inútil, nunca tinha imaginado que a minha vida fosse ser assim (...) não tinha sonhos, não tinha objectivos, não me sentia capaz de nada, a única importância eram os meus filhos, eram eles que tornavam a minha vida suportável».*

M. pensava que nada de pior podia acontecer, mas mais uma vez estava enganada, porque realmente aconteceu. Descobriu por linhas travessas que o marido tinha uma amante. Ficou triste, naturalmente triste. Pensava que a vida dela era como uma daquelas histórias em revistas antigas que folheava em casa dos pais: «*Eu já desconfiava! Ele já não me procurava, nem se importava muito comigo (...)* quase que vinha a casa só por causa dos filhos (...) saíamos muito raramente, estava sempre com desculpas». Mas as coisas, tal como nessas revistas, iam piorar ainda mais. O pouco tempo que o marido passava em casa fazia com que o fosso entre os dois se cavasse cada vez mais. Quando não era a indiferença a separá-los, a violência verbal, e com mais frequência a física, cumpria a mesma tarefa: mostrar a M. que o casamento já não poderia sobreviver. M. sabia que tinha que mudar a sua vida, não poderia esperar mais.

(iii) «*Estou cansada de confiar nos homens, agora sou eu que me aproveito...*» (p27, divorciada, 4 filhos)

A vida de A. quase parecia fácil de descrever. Apesar de ser nova e de ter ainda muito pouco para ensinar, dizia: «*A minha vida já dava uma novela! (...)* apesar de só ter 27 anos, já passei por coisas que pouca gente sabia (...) já tinha passado as passas do Algarve». Tudo parecia ser preferível para evitar um contacto visual, adivinhava-se ali uma vergonha que muito dificilmente se deixa ocultar, mesmo por sorrisos insípidos e inconsequentes. Muitas vezes este tipo de olhar escondido, furtivo, escoregado deixava transparecer uma vergonha interiorizada, transportada diariamente para todo o lado, um sentimento que muitas vezes se pretende apagar através de um registo verbal forte e determinado. Esta estratégia deve ter sido seguramente treinada na solidão até à exaustão, pois ouvindo a A., parece que aquela frase, aquela dor ou vergonha não era sua e que, só por sorte madrastra, é que a tinha que transportar no pensamento e revelá-la a confidentes desconhecidos.

Percebi com convicção, tal como defendem Lessard *et al.* (1994), que o acto simples, o não deixar revelar, inicialmente, a dúvida ao emissor é uma das formas mais simples da minha parte, como receptor, de estimular uma conversa, que se transfigurará, imediatamente, de um curto relato, para uma forma de partilha, quase confidência não circunstancial. Compreendi que, ao não vincar tão mecanicamente as diferenças, pelo contrário, estabeleci plataformas de uma (quase)paridade entre emissor e receptor não só proporcionava a abertura da boca do palco para que o recital progredisse, como se prestava ao melhor dos contributos: desmistificar o «ogre». Isto é, ambos os protagonistas no diálogo, o emissor que narra e apresenta o seu mundo e o receptor que ouve, seduz e estimula e, depois, o descreve e interpreta, entram num jogo interactivo, uma vez que ambos desconstroem aquilo que se apresentava como desconhecido, diferente e suspeito, dando-se depois o salto para o conhecimento da realidade encapotada. Cumprindo regrada e metodicamente este jogo, o trabalho prosseguiu sempre como se de uma descoberta nova se tratasse. Aquele rosto com um sorriso sempre pronto e estampado deixava transparecer, mesmo sem querer, sinais que faziam adivinhar histórias que não são comuns a quem tem

uma vida nas mãos, já que a vida da A. desde muito cedo tinha ficado entregue às mãos de outros que não as suas. Revelou que sempre tinha entregue sonhos e planos a mãos fortes, mãos de homens e que, desde cedo, se apaixonara e se sentia hipnoticamente atraída:

«*Não sei explicar, mas sempre gostei muito da companhia dos homens, talvez para ter a protecção deles, mas também pelo prazer. Não tenho vergonha nenhuma de dizer, apesar daquilo que os outros pensam, de que eu sou uma máluca, não tenho juízo, sou uma perdida, que gosto do prazer que os homens me dão. Eu não ia com todos, não sou nenhuma máluca nem nenhuma perdida (...)* eu ficava apaixonada e gostava de namorar, mas sempre tive muito azar em escolher os meus namorados. A minha mãe costumava dizer que os homens ainda iam ser a minha perdição, não sei se isso é verdade ou mentira, mas sei que todas as voltas que a minha vida deu para pior foi sempre por causa de um homem».

Nesta altura, de visita a recordações fortemente impregnadas no passado e no presente da A., o seu tom era vivo, quase para garantir a atenção de quem ouve e mostrar com firmeza que aquilo que confidencia sem temer não é fruto de uma maluqueira, mas antes uma verdade. Uma verdade tão presente que mais não resta do que prestar atenção às palavras que desfilam com cores que pintam imagens repletas de emoções, emoções que não escondem o pudor, esse sentimento frágil que fica quase inerte à medida que a narrativa evolui.

«*Não tenho que ter nenhuma vergonha, não faço mal nenhum a ninguém, se fizer é só a mim, não obrigo ninguém (...)* estou nisto por causa dos meus filhos, eles, em primeiro lugar, ... sempre, é por eles que eu faço tudo, mesmo o não estar à beira deles. Sei que eles estão bem e, mesmo não estando com eles, o que eu ganho é para lhes poder dar tudo aquilo que eles precisam».

A A. fala dos filhos, são quatro, com uma lisura transparente.

«*Sabe o que me disse a mais nova quando eu estive com ela na última vez?! – eu estou com eles quase todas as semanas –, a minha mais pequenina disse: – Ó mãe, eu gosto tanto de ti como de um carro. – Ó filha, um carro?! – disse eu. – Sim, mãe, os carros são tão bonitos e, quando eu for grande, quero ter um!*»

A curta historinha provocara risos, «*um carro?! – nunca tal me tinha lembrado! A minha outra mais velha diz que gosta de mim como o sol, e eu acho que um carro deve ser tão bom para ser comparada como o sol, afinal são duas coisas de que toda gente gosta*», rematara com mais um sorriso rasgado e envaidecido, reflexos de um sentimento maternal escondido e bem guardado.

(iv) «*Não pareço assim muito nova, pois não? Pois é...!*» (p18, solteira, 1 filho)

Quando vi pela primeira vez a V. fiquei intrigado. Aquele corpo pequeno, de rosto escondido pelo cabelo liso comprido, fazia projectar uma imagem ainda adolescente. Comentei

em silêncio repetitivo e preso num pensamento interior – «*Tu deves ser muito nova, como podes estar aqui? Será filha de alguma destas mulheres?*» – e deixei escapar um juízo vio-lento. Tentava encontrar a resposta, fazendo malabarismos com a imaginação. Porém, a verdadeira resposta só a iria conhecer uns dias depois, após ter conseguido arranjar forma de ser apresentado como alguém que não tinha a ver nada com a «bófia» e depois de jurar que não iria «*chibar ninguém*». Os percalços podiam ser tudo menos excentricidades ou fugas de vontade, se tivermos o cuidado de perceber que amiúde a experiência passada destas mulheres aconselha o futuro e, quando isto acontece, o *alter-ego* pede cautela e muita atenção para com estranhos, como elas mesmas dizem, «*nunca se sabe, há sempre vontades que se escondem*». Sentia em muitos destes momentos que as questões que procurava saber levantavam dúvidas sobre modos de abordagem, perpassados com uma postura mais reservada e pouco acutilante. Com a V. foi algo diferente. As perguntas que procuravam explorar a minha idoneidade eram projectadas com uma frontalidade crua. O seu olhar, neste exercício de medição, nunca se desviava do meu olhar, acreditado que usava esta estratégia com uma dupla intencionalidade. Em primeiro lugar, queria com certeza intimidar e deixar muito transparente, que não era uma *chavalá*, mas sim uma mulher atenta e perspicaz. A segunda intenção prendia-se, inevitavelmente, com a procura de qualquer sinal que pudesse indicar um qualquer desejo face à sua pessoa como trabalhadora sexual. Ficou claro para mim que, apesar da aparência algo jovial, a V. revelava uma capacidade invulgar de testar as pessoas. Seguramente esta competência foi sendo aperfeiçoada com o tempo. Aquela seria a forma de permitir um processo de triagem de clientes, uma espécie de afastar o trigo do joio – só assim se sobrevive num ambiente hostil, onde os mecanismos de controlo são parcos e insuficientes para contornar hostilidades.

Nas conversas longas e, posteriormente, «animadas», a V. confessava como tinha sido a sua ainda curta vida de mulher – vinha para ali do Porto, tinha somente dezoito anos, ser-penteado por um conjunto de histórias que «até parece mentira», mas rematava sempre com muito bem colocado e convincente: «*acredite que eu não sou uma de dar grupos... bem só quando os clientes obrigam*». Começava sempre por perguntar «*quantos anos me dá?*», depois acrescentava, com alguma vaidade, «*tenho dezoito anos, mas eu sei que não pareço, julgam que eu sou mais velha, mas já ando nesta vida desde os catorze anos*». Embora não demonstrasse, pois não era conveniente exibir a minha suspeita, eu não par-tilhava muito desta opinião. Continuava a julgar que aquele rosto, que escondia um per-curso acidentado, não era capaz de disfarçar o ar ainda muito pouco adulto... era de facto uma adolescente. Uma adolescente, talvez, diferente das outras, porque não se julgava como uma adolescente, «*já não sou como essas chavalas*», nem se comportava daquela maneira, muito pelo contrário, adultizava a sua postura de forma a conquistar outro res-peito, outro estatuto, pois a profissão assim o exigia e assim o determinou.

Contava histórias, todas com um elemento comum: a rebeldia com que condimentava o seu comportamento. Teve que ser assim desde muito cedo. Os pais – a mãe era viva mas o pai tinha já falecido quando a V. começou a compreender algumas coisas sobre a vida – eram pobres e, por isso, dividir a pobreza entre alguns irmãos, todos homens, fazia com que

não calhasse grande coisa a cada um. «*Tinha que se fazer pela vida*» e, assim, começou a trabalhar na altura em que a escola deixou de representar qualquer tipo de companhia ou passaporte para outras paragens mais elevadas. Depois, garante que não sabe muito bem, podia ter sido a necessidade ou o galanteio de um homem mais velho. Começou a trabalhar com o corpo de uma outra maneira e dizia que eram muitos os «*interessados em experi-mentar*». Tinha sido assim o início, primeiro um, depois outro, no começo tudo se passava nas ruas mais escondidas da cidade do Porto, depois o salto para os locais da procura, mudava de local, mudava-se de cidade: Braga, Famalicão, Guimarães e agora Vizela. Aban-donada a escola que nunca a tinha «namorado» verdadeiramente ou feito promessas de uma vida melhor, para trás diz ter deixado também outras vontades: a vontade de casar, ter uma família a quem pudesse dar tudo o que tivesse vontade de oferecer, a vontade de ir bus-car a mãe e o filho pequenino que aguardam por um sinal de união.

A V. demonstrava firmeza nas palavras e seriedade no olhar. Dizia sem contornos «*como ainda sou nova, vou conseguir trabalhar mais uns anos para ganhar dinheiro e, se as coisas correrem bem, não vou ter que trabalhar muitos anos para deixar a vida (...)* Medo?! Não tenho medo! Conto com uma coisa para afastar o medo...». Só compreendi a sua segurança inabalável, quando me mostrou com ar de triunfo uma arma de fogo<sup>14</sup>. Era verdadeira, tal e qual uma pistola como o meu imaginário me desenhava! Aquela arma era por certo a responsável não só pelo sentimento de segurança inquebrável, mas tam-bém por uma postura que se afastava, como dizia no início, de uma imagem de adoles-cente. «*Uma 'chavalá' não anda com uma destas, pois não?! Está a ver, pareço uma rapa-riga, mas não sou uma rapariga... já sei muita coisa e eu não papo grupos*». Acredito que a V. não tinha aquele ar guerreiro, só porque empunhava uma arma ou a transportava con-sigo durante o dia como um militar de carreira. A V. tinha aquele olhar... firme e distante da sua idade verdadeira, porque, de facto, já vivera mais do que aquilo que parecia. Os anos pouco importam, quando para as pessoas não representam mais do que um número que marca o dia em que teve que nascer. Depois de ter visto aquele pedaço de ferro trabalhado nas mãos da V., como se fosse um *baton* para a tornar mais bonita, como usam as cole-giais, soube nesse instante que a vida de uma rapariguinha, que trabalha à beira de uma estrada e que, por acaso, até parece uma adolescente, pode ter por trás daquele sorriso um longo enredo, cujo fim é ainda pouco previsível.

(v) «... Também é a pensar no filho que faço isto» (p42, separada, 1 filho)

Reparei na L. quando a vi pela primeira vez. Ela aguardava pela oportunidade de ser atendida pelo Serviço de Saúde disponibilizado pelo Projecto *Auto-estima*, no âmbito das

(14) Embora o uso da arma seja um meio excepcional de protecção, outro motivo importante é a pre-venção de assaltos. Na maior parte dos casos, estas mulheres, por iniciativa própria ou por sugestão ou imposição do proxeneta, não utilizam nem trazem consigo, por precaução e segurança, cartões de crédito, sobretudo quando estão em serviço.



estratégias de intervenção socio-sanitária (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, abordagens profiláticas, planeamento familiar, triagem e diagnóstico de problemáticas familiares). Vinha pela primeira vez àquele Centro de Saúde e, se calhar, por essa razão exibiu discretamente algum nervosismo e timidez que faziam lembrar a primeira ida de uma criança ao médico dentista.

Parecia uma mulher diferente das outras que ali estavam há mais tempo, aguardando também a sua vez na sala de espera, espaço que antecede o consultório de atendimento da equipa multidisciplinar constituída por uma médica da especialidade de ginecologia, uma assistente social e uma enfermeira. Enquanto a maioria do grupo conversava entusiasticamente, acompanhando o diálogo, em alta voz numa mistura de sotaques e pronúncias de língua diferentes, a L., com um cigarro na ponta dos dedos, mantinha-se em silêncio, permanecendo atenta e observadora, quase fazendo adivinhar o pensamento íntimo de que ela não seria igual às outras e, se calhar, não deveria estar ali. Também na aparência a L. era desigual. Não se vestia de um modo exuberante ou chamativo, mais parecia uma vulgar dona de casa que se tinha ausentado do lar para ir ao supermercado ou à frutaria. Não usava sapatos altos nem botas de cano em pele sintética. Não trazia decote, nem unhas pintadas de uma qualquer cor quente, não trazia anéis espalhados em todos os dedos das mãos, nem mochila atulhada de coisas.

L. era uma mulher discreta e, por essa razão, prendera a minha atenção. Perguntei à Assistente Social quem era ela, o que estava ali a fazer, quantos anos tinha, se era uma utente nova, onde é que trabalhava, se tinha filhos. Perguntas que me poderiam ajudar a conhecê-la um pouco melhor. Não tive qualquer tipo de resposta, porque tudo era ainda uma incógnita, realmente era a primeira vez que viam a L. no Centro de Saúde a recorrer aos serviços divulgados pelo serviço ambulatório da *Auto-estima*. Não se perdeu mais tempo e, por iniciativa minha, pedi à assistente social que fizesse a minha apresentação para que a minha presença não fosse considerada estranha, invasiva ou inoportuna. Depois de eu esclarecer a razão da minha presença naquele lugar, frequentado só por mulheres que trabalham como prostitutas, iniciámos uma pequena conversa. À primeira, L. falava com a cautela que é comum quando se conversa com um estranho. Começou por dizer o nome, a idade, contou que estava separada e, só quando se alcançou um ambiente de maior proximidade e confiança, é que disse de onde era natural, onde é que morava, o que estava ali a fazer, como tinha ido ali parar, onde é que trabalhava... e que tinha um filho. Senti outro alívio depois de ter deixado cair a «máscara» e revelar-se:

*«Eu soube disto por intermédio de uma conhecida minha, que conheci no mesmo sítio onde trabalhava e que vinha cá quando precisava de ajuda ou um conselho (...)*  
*disse-me que eu aqui podia ter consultas de graça e que ninguém me ia fazer perguntas a que eu não quisesse responder (...)* eu não sou daqui de Guimarães, por isso é que não conhecia isto, nem nunca vi o carro que faz as rondas, porque eu não trabalho nestes lados, eu trabalho em Amarante, eu sei que é longe, mas vale a pena porque é muito mais seguro e eu não posso arriscar por causa do meu filho (...) eu por ele faço tudo».

Pela minha parte disse-lhe e de modo convicto que não havia razões para se sentir exposta, controlada ou, como é muito comum, moralmente julgada. A conversa era relaxada após pequenos silêncios. Mais do que conhecer os contornos do seu percurso, procurei saber que posição ocupava o filho na sua hierarquia de prioridades, mesmo tendo presente que este é um dos aspectos mais sensíveis para ser abordado, uma vez que os medos que estão por trás são vários e intensamente intimidadores. Qualquer mulher com o trajecto comum ao da L., já se terá confrontado com ameaças desvalorizadas, que se perfilam desde a retirada do descendente até ao «enlameamento» do nome em praça pública. Tudo serve de mote para atirar uma qualquer mulher, que da prostituição faça uma opção, para uma cave escura e miserável, fechando-a lá dentro e, de seguida, atirar para longe a chave, para satisfazer a vontade de assim se terminar com aquele tipo de espécie.

(vi) *«Yo no tengo miedo, soy una mujer como tu eres un hombre» (c26, solteira)*

A D. era uma mulher colombiana, igual a muitas outras que saem do seu país rumo a um outro, com a função, depois de contactos e contratos, enganos e desenganos, de tornarem mais exóticas as noites de alguns clubes e dos muitos homens que frequentam esses lugares iluminados por uma áurea de fantasia. Era uma mulher com os traços marcadamente latino-americanos, nisso não enganava, nem deixava ninguém na mais nervosa das dúvidas. Acertar na origem e na nacionalidade da D. não era um jogo, mas sim um simples gesto de perspicácia. Marcavam a fisionomia desta mulher uns olhos escuros, recortados por linhas agudas, uns lábios carnudos e, mais que tudo, uma postura enigmática, quase esfíngica. Tenho a certeza que a D. teria sido uma mulher bonita em tempos recuados; agora, apesar de ter só 26 anos, o rosto crestado pelo sol revelava experiências... outras experiências, e a «inocência» vai ficando cada vez mais distante e ausente.

A D., ao contrário de outras mulheres, que eu tivera já a oportunidade de conhecer, não confienciava histórias intermináveis de um modo habilidoso ou repentino. Gostava, antes, de observar primeiro e, sobretudo, de escutar... só depois é que assumia o seu lugar de relatora experiente, cuja vida deixara de ter surpresas... Embora não fosse difícil ou inédito ouvir as suas palavras, estas eram contudo muito bem medidas, pensadas, talhadas com emotividade, e só depois é que eram ecoadas. Frases ditas sempre com firmeza: *«yo soy una mujer como tú eres un hombre, no tengo miedo de los hombres»*. Era claramente uma mulher experimentada na vida de usar o corpo e de satisfazer, como uma boa profissional, os desejos que se incendiam depois de um copo bem bebido, ou então provocados por um qualquer estímulo visual provocatório, que por certo é a estratégia mais usada para fazer salivar a *libido* de quem tem dinheiro e se assume como mais um cliente, *«los clientes son muchos, pero es necesario tener suerte»*.

A D. estava em Portugal fazia já um ano e meio. Muita coisa terá passado já pelo seu quotidiano: vários clubes, relações ora «platónicas», ora efectivas com clientes, uma experiência que rondou a exploração e, por vezes, a agressão física: *«fue la única vez que un hombre me ha batido, pero yo también me defendi, ningun hombre me hace mal sin yo*

*responder con la misma moneda*). Agora estava na rua. Uma das poucas imigrantes que por aqui se podem encontrar a trabalhar nesta modalidade de prostituição. Porém, mais difícil que o trabalho que faz – diz – são as saudades de quem deixou para trás. A D. veio para «cá» através de um contacto que tinha arranjado com uma outra mulher que já cá estava e a promessa de que ganhar bom dinheiro não era difícil para quem «*trabajar bien*» fez com que a coragem, misturada com um pouco de espírito de aventura, tornasse mais suportável a ideia de deixar para trás os pais, os irmãos e o namorado que já não é «*seguro que se quede esperando por mi*». Mas para a D. a vida tem destas exigências: «*Si no eres muy rico, con padres ricos, tienes que ganar mucho dinero para haceres aquello que de otra manera era mas difícil*».

Quando questionada sobre o trabalho que faz, a D., embora transparente, não era fértil no número de palavras ou nas ilustrações sobre a sua vida profissional, mas sempre se ficava a saber de que aquela actividade, na sua opinião «*muy pessoal*», era um *trabajo* como outro qualquer, quer fosse mais consensual a sua aceitação ou não. Julga acreditar que as pessoas criticam muito, porque não conhecem, ou fazem para não conhecer ou compreender. Mas acrescentou que aquele trabalho acabou por acontecer por acaso e por necessidade. A D. já tivera a oportunidade de se retirar e trabalhar noutra área, mas esta decisão continua a ser adiada, esclarecendo que «*aún soy muy nueva, no quiero acabar en esta profesión, pero voy aprovechar ahora que voy ganando algun dinero para ayudar mi familia y después luego se ve*». Ficava claro que os horizontes temporais da D. obedecem a critérios que, por vezes, não coincidem com o conceito de temporalidade mais convencional, ou então regido por um simples desfilir de meses do calendário. O tempo para a D. tem outra função que não a de medir a vida. Não quer isto significar que, no horizonte temporal desta colombiana de vinte e seis anos, não caibam os projectos, os sonhos, as ilusões, mas isso por enquanto fará parte de um futuro que poderá acontecer no dia de amanhã: «*Hoy yo quiero me sentir bien, trabajar bien para ayudar mi familia*». Tudo o resto na vida da D. não desalinha muito da vida das outras pessoas. Tirando o facto de trabalhar de noite, «*pero divertíndome*», mas também na rua o seu *hábitus* aproxima-se da vida quotidiana de outras pessoas.

«*Lo resto es normal, vivo con mas tres colegas, como lo hacen los estudiantes, salimos como las otras personas, nadie nos halla diferente, yo lo creo, vamos al cinema, hacemos compras, enamoramos, conversamos, tentamos vivir una vida normal, porque yo soy normal, ó no soy?*»

Esta questão ficou sem resposta, não por dificuldade de opinar ou manifestar uma imagem mais pessoal, mas porque tinha desejado que a pergunta pudesse abrir espaço para uma curta auto-análise... mas tal não aconteceu, eram horas e alguém estaria à espera, «*tengo que irme, pero gusté de hablar contigo*». No entanto, a ponte relacional estendida com a primeira conversação tinha por certo aproximado o seu mundo... ao meu, pelo menos ficara menos distante e desconhecido.

Estes seis retratos de mulheres a exercerem prostituição de rua apontam para várias razões ou conjuntos de razões para o seu percurso. Fundamentais são os factores econó-

micos, tal como se reflecte na trajetória da S. que, proveniente de um meio desfavorecido, se viu confrontada com uma multiplicação de dívidas, em grande parte resultante do abuso de drogas pelo marido. No caso da M. nota-se a falta de autonomia económica que implicava um acesso limitado a recursos, não suficientes para dar aos filhos a educação que considerava adequada. Os graves conflitos que se verificavam na relação conjugal eram tanto piores porque a M. se tinha dedicado completamente à vida doméstica. Depois, mudou a sua vida, num sentido nunca esperado: «*Acho que ninguém tem como *objectivo* quando é *nova ser prostituta**».

Elas exercem um tipo de prostituição chamado «desabrigado», por decorrer ao ar livre, mas é «desabrigado» também num outro sentido, porque os perigos são muitos. A figura do proxeneta justificava-se precisamente pela protecção que ele podia fornecer às mulheres, embora provavelmente fosse mais ilusão do que protecção. Mas há outras formas de dar um sentido de segurança, como mostra *in extremis* o caso de V.: ela anda armada. A prostituição *desabrigada* é (em oposição à *abrigada*) exercida quase só por mulheres portuguesas – a colombiana do último caso é claramente uma excepção. Em vários destes retratos estão patentes a importância dos sentimentos de afectividade para com os filhos, um tema a ser desenvolvido nos Capítulos 8 e, particularmente, 9.

Todos estes casos assinalam uma forte correlação entre pobreza ou necessidade económica, entre origens e condições sociais desprovidas das mulheres e o caminho da prostituição. Tal correlação ocorre com maior acuidade com as mulheres que exercem a prostituição de rua. Correlação forte não significa contudo linearidade nem monocausalidade. Importa, a respeito das trabalhadoras sexuais de rua, realçar com particular incidência a referida correlação entre estas mulheres e as suas origens sociais pobres, pertencentes, na sua grande maioria, a famílias carentes e destituídas de recursos económicos e culturais: «*O meu pai tinha falecido, éramos pobres e, na divisão da pobreza entre os irmãos, fazia com que não calhasse muito a cada um e, por isso, tive que fazer pela vida*» (p18). De longe predominam as mulheres cujas situações eram/são de necessidade económica e/ou financeira. Trata-se, em primeiro lugar, de famílias com necessidades económicas de diversa ordem (alimentação, roupa, habitação) ou simplesmente vítimas de situações de fome e miséria, relativamente às quais se sentiam revoltadas, nervosas e inconformadas face ao «destino social» que a vida lhes reservava. Além disso, provêm, nalguns casos, como vimos, de famílias desestruturadas emocional e afectivamente, tal como nos dão conta alguns testemunhos: «*Fui criada só pela mãe, porque os meus pais separaram-se quando eu tinha cinco anos. Ela era cozinheira, ele empregueiro. A minha mãe teve um filho aos 16 anos. Era solteira, foi um primo que abusou dela*» (p31).

Outras sentem-se de tal modo chocadas que nem sequer se prestaram a relatar as suas amargas vivências: «*Não quero falar sobre isso*» – disse uma delas (b20), deixando entrever ter conhecido experiências de vida muito duras. Associadas ou não a estas situações de fome e miséria social, importa referir – ainda que não de modo exclusivo –, por parte de algumas mulheres exercendo prostituição de rua, experiências de vida traumatizantes na infância e na adolescência, nomeadamente circunstâncias de negligência, abandono e, nal-

guns casos, de abuso sexual. Por fim, mas não menos importante, há a referir as situações de toxicod dependência, donde provém hoje em dia o maior contingente de mulheres a trabalhar na rua. No segmento de mulheres, geralmente mais jovens, que exercem prostituição de rua porque são toxicod dependentes, algumas há que são seropositivas – umas entre-gues a si mesmas, outras acompanhadas pelo respectivo CAT da área, conforme pudemos confirmar na zona de Caminha-Viana, onde uma profissional de saúde nos informou o seguinte sobre uma das mulheres que entrevistámos: «*A situação está estabilizada, ela toma regularmente 17 comprimidos por dia, tem cumprido a medicação e com o programa da metadona*». De modo geral, estas mulheres toxicod dependentes não têm por objectivo acumular dinheiro, «fazer o máximo de clientes», mas apenas conseguir o dinheiro necessário para as doses diárias ou, tal como dizia uma mulher, com 35 anos, mas já com um ar mais cansado e pesado que a sua idade real: «*Eu não faço tantos homens quanto possível, isso mete-me nojo. Faço só o que me é necessário para o dia-a-dia*».

Se uma parte considerável das mulheres prostitutas a trabalhar nos clubes são ori-gí-nárias de classes sociais pobres e remediadas, no caso da prostituição de rua, com excepção das toxicod dependentes, a correlação entre pobreza e prostituição aparece ainda mais acentuada e constável, sendo de relevar as origens sociais destas mulheres em famílias de pescadores, operários(as), camponeses(as). Várias delas, antes de entrar na prostituição, tiveram experiências de trabalho como operárias com baixos salários e algumas mantive-ram ou mantêm, a par da prostituição a tempo parcial, outras actividades também a tempo parcial, como seja trabalhos de limpeza de escadas, escritórios, hotéis.

## Entre os dois lados do mundo: mulheres migrantes no contexto da prostituição

Na amostra da nossa pesquisa constatou-se a prevalência de mulheres imigrantes. No conjunto das mulheres formalmente inquiridas, 64% são imigrantes, procedentes das mais diversas latitudes. Analisar e reflectir sobre algumas das regularidades e particularidades que o nosso estudo detectou como fundamentais e mais decisivas na configuração dos tra-jectos e processos migratórios destas mulheres, ou seja, o que Casas (2000: 3) define como as suas «estratégias migratórias»<sup>1</sup>, é o que propomos como finalidade deste capítulo e nele trataremos exclusivamente da prostituição em clubes.

### 1. O CARÁCTER INTERÉTNICO E SUPRA-ESTATAL DA PROSTITUIÇÃO

Embora ultimamente reforçado, o carácter interétnico e supra-estatal da prostituição e das actividades afins já é muito antigo. Na Antiguidade, a origem étnica das prostitutas nas cidades da Grécia e do Império Romano era já bastante diversificada (Salles, 1982). Também na Idade Média, elas raramente desenvolviam a sua actividade na zona de origem (Dürr, 1990: 307-310, 522-523). Na terra inglesa de Southwark, no fim da Idade Média, as prostitutas eram, regra geral, oriundas dos Países Baixos: Flandres, Holanda e Brabant. Assim, na Inglaterra, a expressão «Flämin» ou «Flemin» (do «Flemish») tornou-se sinó-nimo de «prostituta» (Dürr, 1990: 309). É um exemplo de como, em muitas línguas, nomes de povos estrangeiros adquirem outros significados, nomeadamente com uma conotação pejorativa. Em português, curiosamente, «Chim» ou «China» pode significar

(1) Segundo esta autora, as estratégias migratórias envolvem todas as práticas colocadas em acção pelos indivíduos para concretizar os seus objectivos de mudança de país de residência, tais como investi-mento inicial, documentação, contactos com redes de entreajudada, incluindo as ilegais, e modos de con-tornar os controlos policiais.



«porco» ou, em relação às mulheres, «prostituta» (Vaquinhas, 1992: 482), reflectindo a atitude de desprezo por estas mulheres.

Na Holanda, no século XVII, as meretrizes oriundas das províncias do sul (a actual Bélgica) eram muito apreciadas (Volmuller, 1965: 8). O meio prostitucional das cidades holandesas era sempre constituído por mulheres de diversas nacionalidades, provenientes em particular de zonas que mantinham contactos comerciais com a Holanda, como as da região do Báltico. As regiões fronteiriças da Holanda contavam com muitas prostitutas alemãs e belgas. Nos finais do século XIX, os bordéis mais luxuosos e exclusivos nas principais cidades deviam o seu prestígio em larga medida ao número considerável de francesas e belgas francófonas que lá exerciam a sua profissão. O desenvolvimento industrial dos Países Baixos naquele período atraiu também muitas mulheres alemãs. Numa fase inicial, estas fixavam-se na região fronteiriça, para posteriormente progredirem, seguindo o percurso do rio Reno, em direcção a Roterdão. Esta cidade, em plena expansão económica, acolhia milhares de operários, muitos deles jovens sem companhia feminina. Jornais alemães publicavam avisos, dirigidos às jovens raparigas à procura de serviço doméstico na Holanda, sobre o trabalho encontrado, que na realidade podia ser de um outro tipo (Bossenbroek e Compagnie, 1998: 165).

Na França do século XIX, a procura de mulheres regia-se também, e em grande medida, pela sua variedade. Adler (1993: 72, 82) deixa entender que nos bordéis franceses de luxo era bastante frequente encontrar belgas e suíças. Presume-se que estas mulheres deviam a sua popularidade ao facto de conciliarem o «ser estrangeira, portanto exclusiva» a uma certa «familiaridade», motivada pela existência de uma língua comum. A articulação de proximidade e distância são factores que, como veremos, hoje em dia também se verifica nos clubes de Portugal, onde as brasileiras estão em maioria, e de Espanha, com a sua grande presença de mulheres de outros países latino-americanos.

Em Lisboa, nos anos finais do século XIX, encontravam-se as «loiras francesas das docas de Bordéus e de Marselha» (Pais, 1983: 953). O número de prostitutas oriundas de Espanha era enorme naquela época, rondando, segundo uma fonte espanhola, umas 6000 mulheres (Pais, 1983: 1386), um número que depois viria a diminuir dramaticamente. Em 1926 foram contabilizadas apenas 44 espanholas no Porto e em Lisboa, enquanto as francesas nestas cidades atingiam as 45<sup>2</sup>.

Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX, registaram-se em toda a Europa Ocidental mudanças na constituição da população prostitucional, sendo que cada vez mais mulheres provinham de países longínquos. Houve vários fluxos de migração: às mulheres asiáticas seguiram-se as latino-americanas, em seguida chegaram as africanas (especialmente da África ocidental) e a vaga mais recente é a das «Natasjas» de Europa de Leste.

Na indústria do sexo, como referido, as mulheres estrangeiras normalmente têm maior procura. Para os clientes pode ser aliciante ou excitante ter acesso a mulheres estrangei-

(2) Liberato (2002: 233, 234). Estes são os números das mulheres oficialmente registadas.

ras, já que muitos procuram «alguma coisa diferente» ou são movidos pelo exotismo. Um sortido de mulheres, não apenas variado no seu aspecto físico mas também no que toca à nacionalidade, é considerado uma mais-valia para uma casa, atraindo clientela e incrementando a procura. Porém, não se trata apenas de motivações em torno do exótico que fazem com que os homens se sintam atraídos pelas mulheres estrangeiras. Como parece ser o caso holandês, para muitos homens, a preferência por mulheres de uma certa nacionalidade está também inspirada no cálculo económico<sup>3</sup>. A popularidade, hoje em dia, das mulheres do Leste deve-se precisamente a isso: elas disponibilizam-se a prestar os mais variados serviços a um preço baixo. A resposta de um cliente, quando recentemente foi interrogado, na televisão neerlandesa acerca da sua preferência por certas nacionalidades é rotundamente concludente a este respeito: «*Para mim, são as dominicanas. Elas são muito meigas; veja só, elas fazem mais algumas coisas sem pedir logo dinheiro extra*».

## 2. MIGRAÇÕES: ENTRE O TRÁFICO E A PROSTITUIÇÃO NÃO FORÇADA

Em geral, as mulheres saem do país de origem por razões económicas. Como foi registado no Capítulo 4 e será tratado com maior detalhe mais à frente, em particular no Capítulo 8, o objectivo é reunir dinheiro para obter uma vida melhor, ou para ajudar financeiramente os pais, os irmãos ou os próprios filhos. Há casos em que elas emigraram à procura de qualquer emprego, ou mesmo sob a garantia de emprego noutros sectores, acabando todavia por trabalhar na prostituição. Há, porém, que assinalar que a entrada na prostituição nem sempre obedece apenas a razões de ordem económica e, por outro lado, mulheres há que partiram do seu país com este objectivo. Num outro extremo situam-se as trabalhadoras sexuais vítimas de tráfico. Como já foi referido, persiste uma «zona cinzenta» na qual é extremamente difícil delimitar as fronteiras entre prostituição «voluntária» — que implica uma considerável margem do elemento volitivo, opcional — e «não voluntária» que pressupõe uma componente coerciva no sentido de ser forçada ou conduzida a prostituir-se, tal como ocorre em termos extremados no fenómeno do tráfico de mulheres. Daí, tal como o explanámos no Capítulo 2, haverá que distinguir esta situação coercitiva de outras que têm por pano de fundo situações em que as mulheres manifestam «*uma certa autonomia para serem elas próprias a definir o seu ingresso e trajectos no meio prostitucional*» (Ribeiro e Sacramento, 2002). Ou seja, importa distinguir entre «*trabalhadoras sexuais migrantes*» com um relativo grau de autonomia e «*mulheres objectos de tráfico*», em cujos casos outros decidem relativamente à entrada, ao seu percurso e destino social de vida.

Embora o tráfico de mulheres e de seres humanos em geral possa ocorrer a nível global, regional ou local (Levenkron e Dahan, 2003: 12), não estando, portanto, confinado a deslocamentos de pessoas para fora das fronteiras do seu país de origem, é no âmbito global que o con-

(3) Altink (1993: 136-137); entrevista a Marieke van Doorninck, Amesterdão, 22/8/2003.

ceito e a prática de tráfico têm ganho maior visibilidade e, por conseguinte, concitado maior atenção e clamor sociais. O fenómeno de mulheres que deixam o seu país de forma forçada está fortemente associado à guerra e à escravatura. Ao longo da história, prisioneiras de guerra e escravas constituíam parte considerável das prostitutas, por exemplo na Antiguidade. Salles (1982), no seu livro sobre essa época histórica, refere o grau de lucratividade deste negócio e a grande escala em que tal ocorria. Hoje em dia o tráfico de seres humanos é tido como o segundo negócio mais lucrativo do mundo, depois do tráfico de droga, mas antes do tráfico de armas<sup>4</sup>. Os países e as zonas onde a população tem os maiores problemas económicos são as áreas tristemente privilegiadas para o recrutamento de pessoas para a prostituição forçada. Os indivíduos que controlam as redes de tráfico são, muitas vezes, originários dos mesmos países. É o caso de chineses, nigerianos, russos ou colombianos.

Sem descurar a importância e o volume de mulheres que são deslocadas, chegam e são mantidas na prostituição no âmbito de grupos organizados e de redes que traficam com seres humanos, o tráfico de mulheres nem sempre é efectuado visando apenas ou, em primeiro lugar, a prostituição. Há trabalho de vários tipos que elas devem realizar, eventualmente alternando com serviços sexuais. Lembremos, por exemplo, as escravas transportadas da África para América, ou as mulheres asiáticas que, desde o século XIX, são levadas para a costa oeste dos Estados Unidos para trabalharem em fábricas de têxteis (*sweatshops*) num regime de clausura. Entre elas houve algumas que foram forçadas a alternar entre o trabalho nos *sweatshops* e a prostituição (Paul, 1997: 15). Também houve e há muitas mulheres transportadas para efectuar trabalho doméstico, em condições que podem ser denominadas de escravatura. Para todos ou alguns dos fins mencionados, também homens, crianças e adolescentes são traficados.

O tráfico de mulheres começou a ser fonte de preocupação no mundo ocidental nos finais do século XIX, quando eram divulgados relatos diversos sobre mulheres europeias e também americanas que eram encaminhadas para outras zonas do mundo, nomeadamente os haréns do mundo árabe. Foram principalmente os indícios da existência deste negócio de «escravas brancas» que inspiraram os movimentos contra o tráfico de mulheres e os primeiros tratados internacionais para acabar com este fenómeno. No entanto, este parece ter sido um problema de dimensão reduzida<sup>5</sup>. Por certo o facto de que os brancos aqui deviam ceder aos não-brancos, e ainda por cima no que concerne a uma questão tão delicada e tão valorizada como é o domínio sobre as mulheres, deve ter sido fonte de grande indignação e inquietação, contribuindo para a veemência do movimento de protesto. Mas caracterizar este movimento como «racista», como por vezes é sugerido, não faz sentido e, desde logo, todo o tráfico de pessoas merece condenação e protesto, seja qual for a sua proveniência, origem ou características das pessoas envolvidas, independentemente do sexo, da classe, da etnia ou da «raça». Nos anos 50 do século XX houve uma revi-

(4) Dados sobre 1999 fornecidos por Rocío Mendoza in Skrobaneck et al. (1999: 11).

(5) De Vries (1997: 244-256), Van der Vleuten (1991: 40), Bossenbroek e Kompagnie (1998).

talização deste negócio: mulheres europeias (belgas, britânicas, francesas e holandesas) foram, via Chipre, transportadas para o Médio Oriente (De Stoop, 2003a: 84). No entanto, a expressão *traite des blanches* ou *trata de blancas* tem-se mantido, podendo encontrar-se em publicações bem recentes, numa época em que as mulheres transportadas já são, na sua maioria, não brancas<sup>6</sup>. O diário português *Correio da Manhã* refere-se mesmo a «tráfico de carne branca»<sup>7</sup>. Como já mencionado, a partir dos anos 80 houve uma mobilidade crescente de mulheres de países do chamado Terceiro Mundo. A raiz destas deslocações está no empobrecimento destes países e na evolução dos transportes e das comunicações. A legislação e o controlo mais apertados nos países ricos quanto à entrada e permanência de estrangeiros obriga muitas mulheres a recorrer a intermediários que, em parte, pertencem a organizações criminosas (De Stoop, 2003a: 106-107). As condições em que estas mulheres em geral, e muito especialmente as que são destinadas a actividades no sector da prostituição, têm que trabalhar, os maus tratos de que são vítimas e a perda da sua liberdade são expressões de um dos grandes dramas globais dos nossos dias<sup>8</sup>.

No entanto, devemos reiterar o argumento de que nem todas as mulheres que trabalham nos negócios de sexo são vítimas de tráfico humano, facto que tem sido desconsiderado pela ONU nas suas convenções, por exemplo a «Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outrem», aprovada pela Assembleia Geral da ONU, Resolução 317 IV 195, mas não subscrita pelos Países Baixos e pela Alemanha. A posição diferente da Holanda neste sentido continua a trazer-lhe problemas nos encontros internacionais ligados à temática, nomeadamente na Comissão sobre o Estatuto das Mulheres das Nações Unidas<sup>9</sup>, mas também no Parlamento Europeu. Com efeito e como tem sido sistematicamente apontado, «*Los diferentes tratados de las Naciones Unidas sostienen que toda prostitución es forzada*» (Fernandez, 2001: 5) e estabelecem, conseqüentemente, um vínculo automático entre prostituição e tráfico de mulheres. Segundo esta abordagem, o aliciamento, o engano, a coação, a força e a extorsão, em suma, as vertentes que definem o tráfico levado a cabo por redes e organizações criminosas internacionais configuram invariavelmente a entrada e a permanência das mulheres na prostituição. Compartilhada por muitos analistas, decisores políticos e agentes no terreno, esta leitura monolítica e unilateral reduz todas as mulheres envolvidas na prostituição à condição de vítimas e produz efeitos gravosos, a vários níveis, como enfatizam os autores do texto que passamos a citar:

La tendencia a asociar prostitución, tráfico de mujeres, mujeres inmigrantes, mafias y delincuencia, sin realizar distinción, sin analizar cuales son los factores que motivan a las mujeres a ejercer la prostitución, ni cuales son las formas de violencia o abuso que las obli-

(6) Exemplo em *La Gaceta*, 21-3-1997.

(7) *Correio da Manhã*, 21-9-96.

(8) De Stoop (2003a, 2003b), Pisano (2002), [www.stophumantrafficking.org](http://www.stophumantrafficking.org); Skrobaneck (1999).

(9) Van den Schoor (2003). A OMS, organização no seio da ONU, efectivamente faz a distinção entre prostituição voluntária e forçada, atitude inspirada pelo interesse prático de prevenção da SIDA (Petersson, 2000: 23).

gan a ejercerlo, ni las circunstancias en las que se da, no sólo no diagnostica bien el problema y, por lo tanto, impide una actuación correcta, sino que se vuelve contra las propias mujeres reforzando los factores de exclusión que les llevan, en muchos casos, a realizar la elección de la prostitución como medio de vida. Esa tendencia ignora factores en muchos casos determinantes e inhibe de sus responsabilidades a las autoridades en la medida que obvia aspectos como las leyes de inmigración, las políticas de control de fronteras, la ausencia de medidas de inserción y protección de la gente más excluida. Pero, sobre todo, ese tipo de asociación de ideas ignora la opinión de las personas afectadas, no se tienen en cuenta sus experiencias ni permiten atender sus necesidades inmediatas (APDHA, 2003: 34).

De igual modo, os resultados da nossa pesquisa em áreas fronteiriças do interior Norte de Portugal e territórios espanhóis afins mostram que a prostituição forçada, embora existente, é menos frequente do que é geralmente sugerido em vários meios, nomeadamente os de comunicação social (Casas, 2004).

### 3. EMIGRAR PARA CONTINUAR A VIVER: A FORÇA DOS CONSTRANGIMENTOS ECONÓMICOS

A presença de mulheres imigrantes constitui, seguramente, um dos traços mais distintivos do actual panorama da prostituição feminina nos países mais desenvolvidos, incluindo Portugal, como de resto vem sendo sublinhado pelos poucos estudos e investigações sobre estas temáticas, realizadas nos últimos anos, e sobretudo pelas notícias e reportagens difundidas pelos meios de comunicação social. Tendo como moldura de referência geral «a internacionalização das relações económicas a nível mundial e as desigualdades cada vez mais profundas» (Jáudenes, 2001: 19), «o crescente abismo económico» (Juliano, 2002: 120) entre os países do Norte e os do Sul, esta imigração de mulheres que tem ou acaba tendo a prostituição como destino insere-se no fluxo crescente de pessoas oriundas das regiões do globo menos desenvolvidas ou mais fustigadas por situações de crise do mais variado tipo, em direcção aos países mais ricos, sobretudo da Europa e da América do Norte. Anda, em regra, informada pela lógica e pelas expectativas que animam a generalidade dos que integram esta mole imensa de deslocações do Sul para o Norte, ou seja, a premente e urgente necessidade de encontrar respostas à penúria material mais ou menos extrema, ao deserto de alternativas, às incertezas e insuficiências do presente e à falta de futuro, que marcam os seus contextos de origem.

Num tempo em que a economia-mundo capitalista continua a avançar «nos seus caris já bem gastos», para usar a provocante expressão de Wallerstein (1998: 120), as pressões económicas e outras para o aumento da circulação são enormes mas desiguais. Enquanto os bens económicos e financeiros são estimulados pelos Estados e pelas instituições internacionais a circular a intensidade e distâncias crescentes, já os indivíduos vêem constrangida, por força dos mais variados mecanismos legais e repressivos colocados em prática pelos governos, a liberdade de circulação pelos diversos espaços nacionais. Ao

mesmo tempo que celebram a liberdade de circulação para as mercadorias e os capitais, os Estados centrais e as instituições do «Consenso de Washington» fazem tudo para limitar e controlar a circulação internacional de pessoas para atenuar as pressões e os riscos de desestabilização da economia e dos sistemas sociais edificados pelo «Estado-providência», hoje também de baixo do fogo intenso das políticas neoliberais.

Esta marginalização forçada de milhares de milhões de indivíduos é desafiada por eles próprios. Golpeados com severidade pelo neoliberalismo colocado em prática nos seus países pelos governos obedientes ao Consenso de Washington, empobrecidos pela combinação letal do controlo da extracção e da formação dos preços das matérias-primas por parte das multinacionais com a diminuição progressiva da dependência das indústrias e dos mercados em relação aos países pobres (Chesnais, 1994: 190-191), as massas populares respondem com os pés, quer dizer, colocam-se em marcha em direcção aos países mais afluentes em busca de oportunidades para melhorar as suas condições de existência material.

Para as mulheres pobres dos países periféricos, estas oportunidades passam também pelo trabalho sexual. Inseparável muitas vezes das formas mais extremas de exclusão social, a «opção» por esta actividade é, em regra, imposta pela força dos determinantes económicos que emanam das estruturas que configuram o capitalismo. Com efeito, como vimos no capítulo 4 e como mais adiante desenvolveremos, algumas das mulheres inquiridas e entrevistadas no âmbito desta investigação exerciam já esta actividade nos seus países de origem, tendo optado pela vinda para a Europa pelas mesmas razões que as outras optaram: a procura de maiores ganhos monetários. A pobreza, o desemprego e os baixos salários praticados nesses países constituem «estímulos» muito fortes para a emigração em direcção aos países centrais, mormente aos da Europa ocidental, onde o Estado-providência, apesar de severamente fenestrado pelo neoliberalismo, garante ainda às suas cidadãs, se bem que muitas vezes de forma insuficiente, condições e perspectivas de vida que vêm poupando muitas mulheres do mergulho em actividades marginalizadas e estigmatizadas. Convém, todavia, ressaltar que as mulheres que acabam a trabalhar na prostituição representam certamente, ainda que tal seja difícil de medir, apenas uma pequena fracção das que actualmente integram os movimentos migratórios dos países pobres em direcção aos países ricos. Aliás, é necessário sublinhar que, tal como descortinámos nalguma evidência empírica no Capítulo 5 e no próprio senso comum, vem prevalecendo e mesmo ganhando terreno no domínio das representações sociais a ideia de «mulher migrante igual a prostituta» (Fernández, 2001), uma associação que, no seu evidente reducionismo, destila e alimenta todo um conjunto de atitudes e sentimentos por parte das sociedades de acolhimento ainda mais hostis e discriminatórias em relação ao colectivo das mulheres imigradas.

### 4. VINDAS DO OUTRO LADO DO MUNDO

Nos clubes implantados no território transfronteiriço definidos para efeitos de pesquisa empírica, a presença de mulheres portuguesas e espanholas tem um carácter residual,



podendo aliviar-se, na base de diversos testemunhos, que grande parte das poucas existentes estará em «fim de carreira». Pertencem ao grupo etário mais avançado em idade, sendo várias delas certamente «resistentes» de um tempo, ainda não muito longínquo, em que elas dominavam estes ambientes e, mais em especial, em que as mulheres portuguesas representavam a maior parte da oferta de bordéis nos territórios espanhóis adjacentes à linha de fronteira com Portugal. Tal como vimos no Capítulo 4, à data da realização do trabalho de campo eram residuais mulheres de outros países comunitários; e inclusive da Europa de Leste foram poucas as detectadas nas regiões sob estudo, tendo nós inquirido apenas duas: uma ucraniana e uma húngara. A esmagadora maioria das mulheres que encontramos a trabalhar nestes clubes provém de países do chamado Terceiro Mundo: algumas, poucas, de Angola, da Nigéria, de Marrocos, mas fundamentalmente de países latino-americanos com particular incidência do Brasil com 79% e 12% de mulheres doutros países sul-americanos, entre os quais 9% de colombianas (cf. Quadro 12).

Se as colombianas, equatorianas e dominicanas se destacam mais do lado espanhol, as brasileiras predominam no lado português. No terreno, esta marcada sobre-representatividade de mulheres sul-americanas aparece correntemente justificada por referência à procura, mais em concreto, a um conjunto de factores que a mesma parece identificar como vantagens comparativas destas mulheres, desde logo as afinidades linguísticas e as «mais-valias» que elas representam em termos comunicacionais. Os clientes reconhecem nelas toda uma série de predicados relacionais específicos, quando as avaliam como sendo «mais carinhosas», «mais permissivas», «mais comunicativas», «mais desinibidas» «mais expressivas», «mais abertas», «mais calorosas» e «mais meigas», para citar algumas das expressões mais frequentemente citadas (Ribeiro e Sacramento, 2002).

A chegada e a presença das mulheres estrangeiras no contexto prostitucional que observámos configuram-se e concretizam-se dentro de processos migratórios que, não obstante os diversos particularismos que os atravessam, remetem para um quadro de notórias regularidades, associadas, primeiro, aos já referidos estrangulamentos económicos nos quais se imbricam ou acrescem as motivações à hora da partida, as condições em que o fazem, o formato das viagens e os desenvolvimentos que a sua estadia e permanência em Portugal e em Espanha suscitam.

#### 4.1. Partir por necessidade e sabendo ao que vêm

Um dos resultados que mais claramente se destaca da nossa pesquisa é a pertença da esmagadora maioria das mulheres prostitutas que contactámos e que entrevistámos a grupos sociais de baixa e muito baixa condição social, tal como ficou evidenciado no Capítulo 4. Com efeito, quase todas exibem percursos de vida vincadamente marcados e conformados por situações de pobreza estrutural mais ou menos extrema. Pertencentes aos grupos sociais mais destituídos das regiões e dos Estados mais pobres e menos desenvolvidos dos respectivos países de origem, a fome, a falta de meios de subsistência mais elementar, as

carências materiais, a precariedade laboral, o desemprego, os salários de miséria, e ainda assim quase sempre incertos, a ausência de qualquer forma de protecção social básica – todos estes são, entre outros, elementos integrantes e recorrentes de quase todos os relatos de histórias de vida destas mulheres. Para a maior parte delas a experiência de viver com a sobrevivência quotidiana permanentemente em questão e sobretudo em défice acompanha-as desde a família de origem e reproduz-se na que elas próprias constituíram.

Neste processo de degradação socioeconómica, imposto pelas políticas neoliberais como foi acima referido, as mulheres aparecem como as primeiras e mais numerosas vítimas, como comprovam os dados estatísticos que suportam a construção do conceito de *feminização da pobreza*. A pobreza das mulheres anda, em regra, fortemente correlacionada com a sua condição de «chefes de família» e de mães, mais precisamente com a sua condição de *mães sozinhas* e, portanto, de titulares de agregados familiares monoparentais, tal como veremos no Capítulo 9. A extensa e enorme precariedade económica que domina os seus quotidianos, o leque extremamente restrito de oportunidades de vida que lhes são acessíveis nos seus contextos de origem, as muitas e insuperáveis dificuldades para, sozinhas, afrontarem a criação dos filhos aparecem, directa e indirectamente, apontados como o primeiro e o principal factor que as terá levado a perspectivar a vinda para «o mundo dos ricos», para «o mundo da abundância material» que conhecem da televisão, como a mais imediatamente acessível e efectiva forma de achar respostas para os múltiplos e prementes problemas de sobrevivência material com que elas e as suas famílias, em especial os seus filhos, se defrontam e confrontam. Como Fernández (2001) assinala «*la feminización de la pobreza en el planeta ha derivado en la feminización de la emigración transnacional*». Assim, para muitas delas, a ideia de emigrarem à procura de melhor vida supõe, desde logo, a ideia da substituição como via para a alcançarem. As evidências, localmente observáveis, do (relativo) sucesso de mulheres vizinhas ou conhecidas que as precederam na partida, ou seja, o clássico efeito de demonstração, aparecem muito frequentemente mencionados como um poderoso reforço à construção da ideia de viajar também para o outro lado do Atlântico. Este sucesso é visível, desde logo, no interior da família:

«Uma prima do marido da minha irmã veio para Portugal, para trabalhar na noite e ganhou bom dinheiro. Passado algum tempo de ter vindo, já comprou um apartamento lá na nossa cidade e quando foi pela primeira vez de férias ao Brasil via-se que estava bem de vida» (b24).

De igual modo, ninguém fica indiferente ao êxito de amigos e conhecidos:

«A ideia de vir surgiu-me quando uma amiga minha veio e começou a ganhar dinheiro. Ela veio, ficou três anos e comprou seis casas no Brasil. Eu fiquei a trabalhar lá e não comprei nenhuma. Fiquei a trabalhar duro, até às onze da noite e nada!» (b42).

Tal como se constatou nos dados expostos nos Quadros 14 e 15 do Capítulo 4 relativos à amostra geral, também especificamente em relação às mulheres estrangeiras «dar melhor

vida/educação aos filhos», «ganhar mais dinheiro» «pagar dívidas/hipotecas» e «ajudar a família» foram as respostas mais frequentes das mulheres, em especial por parte das que são mães, sobre as principais razões que as fizeram decidir-se a rumar até ao outro lado do mundo, sabendo, praticamente todas, ao que vinham, tal como se pode ver no Quadro 20:

Quadro 20: Motivo principal da vinda para Portugal/Espanha

	N.º	%
Trabalhar na prostituição	75	59,0
Trabalhar noutra actividade	25	19,7
Férias	4	3,2
Outro objectivo	9	7,1
Não resposta	14	11,0
Total	127	100

Com efeito e em dessintonia com o que certa literatura retórica e discurso político dominante proclamam e inclusive ideias feitas no seio de certas forças de esquerda, salvo 27% que declararam como motivação o «trabalhar noutra actividade», 3% por férias e 7% por outro objectivo, 59% das mulheres estrangeiras que responderam ao nosso inquérito declararam que «o objectivo, a motivação primeira da sua viagem até Portugal/Espanha» foi expressamente para «trabalhar na prostituição», valor este que subiria para 67%, se não incluirmos as não respostas (11%).

O conhecimento e a intenção prévia sobre o que vinham fazer aparece, porém, mais claramente definido nas respostas à pergunta de confirmação sobre «como chegou à prostituição em Portugal/Espanha?», das quais 70% recaíram nas formulações «já vinha com essa intenção» e «já tinha estabelecido contactos anteriores». Estas respostas não iludem os verdadeiros motivos da sua vinda, o do exercício da prostituição, tomando a iniciativa ou agarrando a oportunidade a partir de informações de sucesso ou conexões de outras mulheres já instaladas na profissão, tal como algumas peremptoriamente admitem: «*não vem ninguém enganado*» (b31). Entre as entrevistadas, a grande maioria assume a decisão de ter vindo para trabalhar na prostituição: «*Vim ciente de tudo. Lá, [no Brasil] ela [a amiga] me explicou tudo. Eu vim e ela me arranhou onde ficar e trabalho*» (b29).

Estes dados vão na mesma linha das conclusões apuradas por um estudo da OIT (cf. *Trabajo*, n.º 26, 1998), nas quais se salienta «*que muchas de las personas que trabajan en este sector [prostituição] entraron en él por razones prácticas y con cierta conciencia de lo que implicaba, en líneas generales, la elección que estaban haciendo*». Aliás, e como algumas das nossas entrevistadas reconheceram, a saída maciça para a Europa de mulheres mais ou menos jovens, pobres ou muito pobres, com baixos níveis de instrução e sem qualificação profissional, que nos últimos anos se vem produzindo a partir dos sítios mais recônditos do Brasil profundo e de outros países pobres, é hoje publicamente identificada e presumida

como tendo por destino a prostituição. Assim o exprimia uma delas: «*Não há como enganar os outros, nem muito menos como enganar-se ou deixar-se enganar a si mesma*» (b38). A mesma ideia perpassa no comentário elucidativo de uma outra, quando admite o seguinte: «*Eu até que pensava que vinha trabalhar num restaurante. Mas era apenas eu me enganando a mim mesma, pois eu cansei de ouvir relatos no Brasil do que se passava*» (b29).

Visto o fenómeno a partir da perspectiva dos próprios conterrâneos e vizinhos, a associação entre a condição de emigrante e a de prostituta generalizou-se, automatizou-se de tal forma que nenhuma mulher lhe escapa, independentemente do que venha realmente fazer: «*[para os vizinhos, lá no Brasil] brasileira em Portugal é prostituta, não adianta*» (b31); «*As vizinhas dizem para a minha mãe que se a filha dela foi para a Europa, só pode ter ido para puta*» (b26). Por vezes, a família vai tentando encobrir a situação, avançando subterfúgios mas sem pouco ou nenhum efeito de convencimento:

«*No Brasil nem precisa dizer o que está fazendo aqui na Europa! No começo, o meu pai dizia às pessoas que eu vim trabalhar num restaurante. Quando eu voltei lá, as pessoas insistiam comigo: "Olha, é mesmo verdade o que seu pai diz, que você está trabalhando num restaurante?" E eu respondia: "Pô! Se você sabe que não, porque é que está perguntando?"*» (b28).

As 20% do Quadro 20 referem que partiram com o propósito de trabalhar e algumas começaram mesmo por trabalhar noutros sectores de actividade, em regra sectores subalternos e/ou de economia dita subterrânea – serviços domésticos, em limpezas, como amas e *babysitters* e similares, empregadas de mesa ou ajudantes de cozinha –, quase sempre mal remunerados, propiciadores de rendimentos muito abaixo das expectativas, dos comissos e dos encargos destas mulheres e sem garantia de quaisquer direitos laborais. A prostituição aparece, então, equacionada já a jusante dos insucessos que acumularam naqueles outros sectores de actividade, como a única *chance* que lhes é acessível para alcançarem as metas que as fizeram vir até este lado do mundo:

«*Vim do Brasil para Espanha com os patrões da minha mãe para trabalhar como babá dos filhos deles. Entretanto casei e separei e o dinheiro que ganhava começou a ser pouco para as despesas que tinha. Neste trabalho [prostituição] ganho muito mais e assim fica mais fácil enviar mais dinheiro para a família, ajudá-los e também é mais fácil ser independente*» (b23).

Outras ainda, não tendo vindo directa e expressamente para a prostituição, face aos constrangimentos financeiros e legais que se lhes depararam, tomaram, porém, a decisão de nela entrar.

«*Vim para Espanha, para junto de uma amiga, na expectativa de poder trabalhar como empregada de balcão. Como não consegui arranjar este nem qualquer outro emprego, porque a nós, os ilegais, não nos dão trabalho, enveredei pela prostituição*» (c25).

«*Vim com um irmão meu para trabalharmos em Portugal. Ainda arranjei trabalho como empregada de um restaurante, num shopping de Braga, mas o salário não dava sequer para sobreviver. Tive que me virar*» (b32).

Apenas um número reduzido de mulheres reconhece ter sido vítima de engano, tendo viajado com a expectativa de um emprego ou de uma ocupação regulares e acabado por se ver envolvidas na prostituição. As que dizem que vieram enganadas para Espanha são sobretudo provenientes de países latino-americanos de língua castelhana: «*Vim para Espanha com uma cunhada minha, com a promessa de que vinha trabalhar como camareira num hotel. Mas fui enganada*» (c24); «*Uma amiga que veio antes [para Espanha] desafiou-me para vir que me arranjava trabalho. Mas enganou-me, pois nunca me disse que estava na noite*» (c48).

Em situação similar de engano também houve algumas brasileiras que o frisaram: «*Vim por intermédio de uma prima da minha vizinha. Ela disse-me que eu poderia vir trabalhar para Portugal num café. Não me disse a verdade, com receio de que eu pudesse contar à família dela o que ela ia fazer em Portugal*» (b27); «*Ela [uma amiga que lhe arranjou a vinda] disse-me que eu vinha para Portugal para trabalhar num restaurante. No próprio dia que cheguei, ela levou-me para uma casa de alterne [em Famalicao] e disse-me que eu tinha de começar a trabalhar ali, logo nessa mesma noite, até pagar os 300 contos da passagem*» (b50).

Em suma, entre as que não tencionavam nem pensavam vir trabalhar para a prostituição, constata-se situações diferenciadas: enquanto umas vieram para outras actividades mas «redireccionaram-se» para a prostituição numa lógica de maximização de ganhos, outras foram induzidas num engano com eventuais marcas negativas do ponto de vista psicológico e mesmo material, nomeadamente no último relato transcrito.

## 5. OS ARRANJOS QUE DÃO CORPO À VIAGEM: PARCEIROS E ARTIMANHAS

A complexidade da «aventura» de se fazer à travessia de meio mundo, de sair directamente de um qualquer microcosmo perdido algures nos estados do Piauí, de Goiás, ou do Pará no Brasil, de uma favela de Cáli na Colômbia ou de uma aldeia da selva equatoriana, directamente para a Europa, para o outro lado do Atlântico, está obviamente muito para além das capacidades e recursos exclusivamente individuais destas mulheres. Para todas as inquiridas a viagem para a Europa inscreve-se no quadro de múltiplos e complexos arranjos, em que confluem diversos tipos de protagonistas e de contributos, desde contactos e informações, disponibilização de recursos financeiros, passando por suportes organizativos e logísticos, ou sejam, os meios necessários à viabilização da viagem. Mais uma vez, contrariamente ao que certa literatura e retórica dominantes têm sustentado, estes arranjos, na sua grande maioria, ter-se-ão concretizado mediante «pequenas redes informais», ou como Fernández (2001) as designa, «*cademas migratorias comuni-*

*tarias*»<sup>10</sup>, baseadas em laços de vizinhança, amizade e parentesco: a irmã, a prima, a vizinha, a conhecida, a amiga ou a comadre que veio à frente. Estas, por sua vez, sem negar que sejam recrutadas novas «caras» a pedido ou por representação de algum empresário, «chamam» outras por si próprias ou actuam, amíúde, a pedido de outras interessadas no seu país de origem. Ou seja, também neste estudo se conjugam «elos migratórios»<sup>11</sup> (Massey et al., 1998) – que correspondem a esquemas accionados e desenvolvidos a partir de situações de interconhecimento, mediadas por terceiras mulheres, quase sempre amigas, parentes e conhecidas que, do lado de lá, podem ou estão em condições de partir para trabalhar na prostituição – com estratégias de mulheres já instaladas que, do lado de cá, trabalha(ra)m e/ou são amigas, conhecidas ou mesmo namoradas e companheiras de empresários que investem ou de mediadores que gerem os negócios da prostituição em Portugal.

Só num número consideravelmente mais reduzido de casos constatámos que a viagem terá ocorrido no âmbito de arranjos mais formalizados, isto é, de formas mais estruturadas de agenciamento, recrutamento e financiamento de mulheres para a prostituição. Para além dos diversos modos e tipos de constrangimentos económicos, nomeadamente a pressão das restrições materiais que lhes balizam o quotidiano, na grande maioria dos casos há, segundo os seus próprios testemunhos, na sua decisão de viajar um acto de relativa liberdade e de modo nenhum contra a sua vontade. Ou seja, o principal constrangimento para partirem, e que transparece nas narrativas que escutámos, é o da pobreza e da falta de meios materiais.

Em termos muito genéricos, e para efeitos analíticos, podemos distribuir os arranjos por diferentes etapas ou andamentos que compõem o processo que as traz dos seus lugares de origem até ao destino, neste caso até Portugal e Espanha e, mais especificamente, até aos clubes da área raiana que estudámos.

### 1.º Passo: saber informar-se sobre a possibilidade de vir

A informação sobre a possibilidade de vir, isto é, a garantia de condições mínimas de recepção e de enquadramento no destino constitui o ponto de partida da generalidade dos processos migratórios. A grande maioria das mulheres que constitui a base de referência empírica deste texto reconheceu que essa informação lhes chegou por intermédio de pessoas próximas, amigas e colegas e, não raro mesmo, através de familiares – irmãs, primas, coma-

(10) Embora a autora citada as referencie expressamente ao caso de mulheres que emigram para fins prostitucionais, este tipo de redes e elos são comuns em processos quer de migrações internas (A. F. da Costa, 1984), quer em processos de emigração em geral: cf., a propósito do caso português, entre outros, Rocha-Trindade (1976), Ribeiro (1997), Silva (1998).

(11) Segundo os autores, tratam-se de «conjuntos de vínculos interpersonales que conectan a migrantes, antiguos migrantes y no migrantes en su área de origen y de destino a través de los lazos de parentesco, amistad y comunidad de origen compartida. Se sostiene como hipótesis que la existencia de estos lazos aumentan la verosimilitud de la emigración al bajar los costes, elevar los beneficios y mitigar los riesgos del movimiento internacional. Las conexiones de la red constituyen una forma útil de capital social que la gente utiliza» (Massey et al., 1998: 229).



dres – que, tendo partido antes delas, com elas partilharam os conhecimentos sobre o meio, sobre a actividade e a avaliação que faziam de um e outra: «Tenho mais duas irmãs trabalhando na prostituição. Fui eu que chamei elas para virem para a Europa. Elas também tinham muitos problemas financeiros» (b30); «Depois de já cá estar há algum tempo, mandei vir a minha irmã mais nova. Paguei a viagem dela e arranjei aqui lugar para ela trabalhar. Chegámos a trabalhar juntas na mesma casa» (b28); «Em Janeiro de 2003, minha prima, que estava então no Brasil, me ligou e perguntou se eu queria vir trabalhar em Portugal, na prostituição» (b21).

Estas «chamadas» ou convites de familiares tão próximas, sendo muito comuns na generalidade dos processos migratórios, quando expressamente ligados à prostituição, suscitam alguma perplexidade, mesmo entre pessoas do meio, como é o caso do gerente de um clube sediado em Bragança que, instado a falar do que sabia sobre a vinda das mulheres estrangeiras, diz a dado passo: «O que eu acho mais difícil de entender é que sejam as irmãs a chamarem-se umas às outras, para virem trabalhar na prostituição!»

A procura da informação sobre a vinda partiu, em muitos casos, da própria interessada, que por iniciativa própria a solicitou: «Uma prima do marido da minha irmã, que veio para Portugal para a noite, foi de férias ao Brasil em 2002. Eu é que a fui procurar para lhe pedir para arranjar para eu também vir» (b24). Este é um assunto de conversas correntes nalguns locais como, por exemplo, na cabeleireira, que acabam por servir de estimulantes: «Eu escutava a mulherada, algumas delas antigas prostitutas, que eu sabia, ... falar no salão [de cabeleireiro] onde eu trabalhava, sobre a facilidade com que arranjarão dinheiro em Espanha... e tratei de me informar sobre as possibilidades de eu vir também» (b32).

Os pedidos de informação dirigidos às amigas e familiares vão, quase sempre, no sentido de que elas intermediem junto dos empresários, donos de clubes que já conhecem e para quem já trabalham ou trabalharam, no sentido da admissão da interessada nos respectivos estabelecimentos, o que, a acontecer, implica, por norma, que eles disponibilizem também os meios financeiros necessários para a concretização da vinda: «Eu é que procurei uma amiga e ela informou gente do meio sobre o meu interesse [de vir trabalhar para a prostituição, Europa]» (b35). Todavia, e segundo o que pudemos apurar, o sentido predominante do fluxo desta informação terá ido da fonte à eventual interessada, assumindo por isso e em larga medida o carácter de sondagem, de proposta, de oferta de trabalho ou mesmo de agenciamento.

Na maioria dos casos, estas abordagens aparecem explicitamente formatadas como tentativas, por parte de quem dá a informação, de ajudar na resolução de situações problemáticas que as destinatárias da mesma enfrentam, sobretudo no campo financeiro: «Uma colega, minha amiga de infância, me ligou dizendo: – ‘Olha, você fica morrendo de trabalhar aí no Brasil. Vem para cá, que aqui é melhor’» (b32); «Uma amiga, que estava cá em Portugal, falou comigo no Brasil, porque ela sabia que a minha situação financeira estava mal» (b27). Muitas vezes, as amigas e parentes apresentam como principal suporte da sua disponibilidade para ajudar o recurso relacional, ou seja, as conexões que detêm no meio prostitucional, nomeadamente no que respeita aos donos dos clubes: «Uma amiga que

conhecia muito bem a ‘patroa’ do clube para onde vim perguntou-me se eu queria vir para a Europa ganhar muito dinheiro» (b23); «Em Novembro de 2002, uma amiga no Brasil disse-me que conhecia a esposa do dono de um clube em Portugal e que poderia falar com ela para eu ir trabalhar para lá» (b28); «Em 2002, uma colega que já trabalhava na prostituição em Portugal, aconselhou-me a vir também e falou com o dono de um clube para eu vir» (b25). O contacto por iniciativa de amigas, colegas e familiares corporiza, quase sempre, actos de intermediação em nome dos empresários e donos de clubes que, através destas pequenas redes informais, procuram assegurar o recrutamento de mulheres e renovar a oferta dos respectivos estabelecimentos, ao mesmo tempo que assim se poupam custos mais elevados – comissões, luvas – cobrados por organizações que especificamente desenvolvem tal finalidade, resguardando-se também de riscos acrescidos de virem a ser associados com crimes de lenocínio e outros, mais facilmente detectáveis em contextos de actuação mais organizada em redes com outras componentes eventualmente criminosas.

Seja na modalidade de procura activa pelas interessadas, seja na de prestação por parte de terceiros, as designadas «pequenas redes informais» são, de longe, as vias mais frequentemente mencionadas e accionadas para aceder à informação sobre possibilidades e formas de concretização da viagem para a Europa: «É o boca-a-boca mesmo. Uma colega vem e passa para outra...» (b31). A preponderância destas redes informais, construídas através do interconhecimento e da proximidade relacional – laços de família, de amizade, de vizinhança – entre as «mulheres que se chamam umas às outras», acha-se mesmo reflectida na composição dos grupos que, num determinado momento, compõem a oferta dos clubes: «As que aqui trabalham actualmente, [cerca de 25] são quase todas do estado do Espírito Santo» (gerente de um clube sediado no distrito de Bragança); «A maior parte, nove das mulheres que trabalham neste clube, se conheciam já no Brasil» (b25). Constatamos também que, como já dissemos, para um grupo claramente minoritário de casos a viagem se enquadrou dentro de formas mais estruturadas de agenciamento, recrutamento e financiamento de mulheres para a prostituição, entre as quais nos foram expressamente referidas as seguintes:

(i) **Agentes locais de recrutamento**, situações operadas, na maioria dos casos, por ex-prostitutas na Europa que, regressadas ao país de origem, aplicaram as poupanças e os conhecimentos adquiridos em negócios associados à prostituição, incluindo a angariação e o encaminhamento de mulheres para trabalhar no exterior. O funcionamento destes negócios, mormente no que respeita às actividades de «exportação» de mulheres, assenta, por sua vez, numa muito estreita, actualizada e muito bem «oleada» articulação com os donos de clubes e bordéis europeus, portugueses e espanhóis nos casos estudados, uma articulação que é fortemente tributária das novas tecnologias de comunicação e de transporte.

«Eu já trabalhava há três meses numa casa de programa, em Goiânia, cuja dona já trabalhou antes em Portugal na prostituição. Ela tem contactos com donos de clubes aqui e foi por intermédio dela que eu vim» (b19).

«*Eu vim em Maio de 2002, por meio de uma colega da minha tia que já foi prostituta em Portugal e agora recruta mulheres no Brasil. Ela contactou o dono de um clube em Bragança, no sentido de saber se eu poderia vir trabalhar com ele*» (b21).

Neste negócio há também casos de mulheres namoradas de empresários que assumem um papel activo no recrutamento, integrando assim a própria estratégia do empresário, tal como relata uma das mulheres recrutadas deste modo: «*Vim por meio da namorada do proprietário de um clube. Ela é brasileira e já trabalhou na noite e agora ela vai, de vez em quando, ao Brasil arranjar mulheres*» (b24).

Trata-se de uma actividade eminentemente comercial em que, por regra, os angariadores locais, de um ou de outro lado do Atlântico, recebem uma comissão por cada mulher que, por seu intermédio, chega a um determinado clube na Europa:

«*Em finais de Agosto de 2002, eu estava procurando trabalho e no cabeleireiro uma mulher que lá estava viu-me e falou assim para a minha cabeleireira: "Ela precisa ir para Portugal". Era uma ex-prostituta que agora virou empregadora e que recebe algum dinheiro dos donos dos clubes por cada mulher que manda*» (b26).

A propósito do funcionamento e do alcance de actuação destas agências, soubemos pelo dono de um clube local da existência de representantes dessas agências no terreno, alguém que ele próprio identificou pelo designativo «cafetina», uma mulher que age como angariadora de «encomendas» para a agência e que regularmente contacta alguns dos empresários do sector a oferecer mulheres, a sondar sobre os tipos pretendidos, num esquema em tudo similar aos fornecedores de mercadorias.

(ii) **Angariadores individuais:** é uma modalidade que recobre apenas alguns casos e de alguma forma atípicos, que nos foram relatados por duas entrevistadas, que afirmaram ter viajado dentro de um grupo trazido e controlado por uma mulher, textualmente identificada por ambas como «proxeneta». Trata-se de uma mulher que é homossexual, cuja ligação à prostituição se limita à gestão e ao controlo do grupo de quatro mulheres que trouxe do Brasil. Aliás, a realização das entrevistas com aquelas duas mulheres só foi possível depois de obtido o consentimento expresso e prévio da «proxeneta», que ainda assim se manteve sempre por perto a vigiar o decurso da conversa.

(iii) «**Passadores**» internacionais, ou seja, indivíduos que, por via fraudulenta, proporcionam os requisitos legais para a entrada nos países de destino, entre outros, passaportes e vistos: «*Vim, em 1999, por intermédio de um argentino que se dedicava a trazer brasileiras para Espanha, a troco de somas muito elevadas. A mim pediu, na altura, 700.000 pesetas*» (b40).

(iv) **Redes internacionais,** algumas traficando simultaneamente em diversos sectores de alto teor criminal, nomeadamente drogas, armas e pessoas:

«*Vim para Espanha, em 2000, por intermédio de pessoas que trabalhavam com a 'branca' (cocaína). Era uma rede organizada que enviava mulheres para a prostituição na Europa*» (b32).

«*Eu já vim em Fevereiro de 1996. Através de uma amiga, cheguei ao conhecimento de um indivíduo que 'arranjava' a vinda de mulheres brasileiras para a prostituição em Espanha. Esse indivíduo trabalhava para uma rede e recebia, na altura, cerca de 200 reais de comissão por cada mulher que arranjasse*» (b28).

A viagem para a Europa integralmente concretizada por iniciativa e meios próprios, isto é, sem a intervenção de terceiros, foi referida apenas por duas mulheres, ambas com perfis sociodemográficos específicos e invocando razões para estar na prostituição que escapam ao padrão da generalidade das inquiridas: «*Vim para Portugal em 2000 com a intenção de trabalhar na prostituição, mas sem saber para onde vinha. Eu vim, aí estudei o meio, arranjei contactos e comecei a trabalhar*» (b47).

O padrão migratório que o nosso estudo permitiu identificar como predominante entre as mulheres que entrevistámos e que são, como temos repetido, maioritariamente latino-americanas, tem sido igualmente ressaltado por outros autores, em estudos em diversos países europeus, nomeadamente por Corso (2003: 6) que, a propósito de Itália, diz textualmente o seguinte:

He querido dejar para el final a las mujeres latinoamericanas, ya que sus modalidades de llegada a Europa son completamente distintas de las de las otras mujeres. Raramente son víctimas de traficantes y representan las primeras en llegar a Europa, hacia los años ochenta. Parten por voluntad propia para huir de países mal gobernados y corruptos, a la búsqueda de un destino mejor y no se contentan con sobrevivir sin sueños ni futuro. Emigran sin garantías ni derechos: su única riqueza es su gran fuerza de voluntad. Este grupo de mujeres no es víctima de trata, pero se mantiene mediante una economía sumergida, hecha de favores y servicios que una compatriota ya emigrada les proporciona al llegar a Italia. No se trata de una explotación real, aunque existe un interés económico de base y todo se hace a cambio de dinero.

Recorrente, de facto, entre as mulheres latino-americanas exercendo este ofício em clubes da área geográfica sob estudo no norte de Portugal-Espanha, este padrão de recrutamento, viagem e inserção no meio, mais abaixo detalhado, confirma a tese de que o vínculo entre as migrações internacionais e a prostituição feminina não se vem desenvolvendo unicamente em resultado de práticas de coacção e de ludibriação, exercidas sobre mulheres, nem decorre nem principal nem, muito menos, exclusivamente sob a alçada de redes de organizações criminosas internacionais (cf. OIT, 1998; Agustín, 2000 e 2002; Garzábal, 2002; Stella, 2002; Robinson, 2002). Esta constatação, cingida aos territórios e casos concretos que o nosso estudo abrangeu, não implica, obviamente, obnubilizar a importância que as duas últimas formas e situações referenciadas continuam a ter no contexto mundial actual.

## 2.º Passo: Aceder aos meios materiais para viajar

A quase totalidade das mulheres viaja a crédito, ou seja, por recurso a meios financeiros proporcionados por terceiros, o que significa que, ao partirem, elas são já portadoras de dívidas mais ou menos elevadas a somar eventualmente a outras, como se constatou no Capítulo 4 sobre as razões da vinda<sup>12</sup>. De entre estes terceiros destacam-se notoriamente os empresários de clubes que, directamente ou através de algum intermediário, adiantam o dinheiro para cobrir as despesas relacionadas com a viagem, desde os gastos com os preparativos, os custos do bilhete e para tudo o mais que acresce, incluindo as comissões devidas aos angariadores, se for o caso. Algumas mulheres receberam mesmo uma espécie de «pacote» que inclui o bilhete do avião, o passaporte, visado quando necessário, e dinheiro para despesas extra, como aquisição de roupas e outros bens e para exibir no controlo dos aeroportos de chegada como prova de que dispõem de meios de subsistência para se manterem no respectivo país durante o período de duração do visto de turista: «Foi o patrão da casa para onde vim que pagou o bilhete e me mandou dinheiro para eu poder provar que tinha recursos económicos para me sustentar durante a minha estadia em Portugal» (b25); «O indivíduo que me arranjou para vir [em 1996, para Espanha] deu-me 2000 dólares para os preparativos da viagem e para apresentar no aeroporto à chegada. Tive também o bilhete pago» (b28).

Estes adiantamentos podem, porém, ser também disponibilizados pelas amigas e colegas que arranjarão para elas virem: «Saí da Colômbia em 1997, com a ajuda de uma amiga que me mandou o bilhete de avião e dinheiro em dólares para o resto» (c24). Familiares próximos e amigos foram igualmente mencionados como fonte dos empréstimos contraídos para financiar a viagem: «O meu irmão, que já cá se encontrava a trabalhar na construção civil, é que pagou a minha viagem para Espanha» (n23).

Por fim, importa ainda mencionar os casos em que tal ocorre por iniciativa da própria mulher que giza estratégias para arrecadar o dinheiro necessário através de empréstimos ou ajudas parcelares de amigos e conhecidos: «Para vir para a Europa, da primeira vez, em 2000, eu fiz uma vaquinha, sabe o que é uma vaquinha? Pedir daqui, pedir dali. Pedi emprestado de um, de outro, de outro...» (b28).

Das várias modalidades relatadas certo é que a viagem para fora do país é, assim, por regra, motivo de endividamento das mulheres que partem e, à excepção dos casos em que o dinheiro é obtido junto de familiares directos e próximos, a cobrança dos empréstimos e dos adiantamentos é sempre objecto de mais ou menos pronunciada extorsão, nomeadamente pelos (futuros) empresários. Com efeito, às mulheres que viajam segundo este esquema, aliás a grande maioria, acabam sendo exigidas como reembolso da dívida quantias que podem ascender a duas, três ou mais vezes as somas realmente dispendidas ou avançadas pelos

(12) É de referir que a percentagem de mulheres inquiridas que afirmaram terem viajado e ter vindo às suas próprias custas é residual. Normalmente, a viagem nestas condições implica a venda dos poucos e poucos bens de que dispunham: «Vendi a casa e uma moto que tinha para poder vir para Portugal» (b27).

empresários, financiadores ou credores: «Vim em Setembro de 2002, com viagem paga pelo patrão de uma casa e a conta que ele me apresentou para eu pagar são 2600 euros» (b22); «Cheguei em Agosto de 2002. Tive viagem paga pelo patrão, mas ele chulou a gente. Nos cobrou o triplo do dinheiro» (b20); «O que me cobraram da passagem foi um absurdo! Paguei 830 contos!» (b36). É, de facto, ampla e abertamente constatada e reconhecida a prática de cobrança abusiva às mulheres de importâncias muito para além dos montantes realmente dispendidos no financiamento das respectivas viagens, uma prática que uma das nosas inquiridas retratou na seguinte conclusão: «Os caras [os empresários que financiam a vinda] chulam mesmo» (b50). Não são, porém os únicos, pois, segundo alguns depoimentos recolhidos, esta prática extorsionista tem sido igualmente adoptada por outros agentes financeiros, incluindo até algumas «amigas» que adiantaram as verbas necessárias para a concretização da vinda, numa demonstração de que as intenções de ajuda não são sempre desinteressadas: «Vim em 1995 para Espanha. Uma amiga, que arranjou para eu vir, pagou-me a viagem e depois de trabalhar algum tempo tive que pagar-lhe 285 000 pesetas» (b29). Estas dívidas da viagem tendem a fazer-se tanto maiores quanto maiores forem as dificuldades e complicações burocrático-administrativas a vencer para poderem entrar nos países de destino: «Como da primeira vez fui logo deportada, quando vim da segunda vez tive que pagar duas viagens ao patrão» (b24). Devedoras à chegada, os proventos do trabalho destas mulheres não reverter integralmente para a amortização da dívida inflacionada que lhes é atribuída. A sua liquidação pode exigir alguns meses de trabalho praticamente dedicados a esta finalidade numa acentuada dependência, sendo-lhe fornecida apenas comida para sobreviver: «Quando cheguei a Espanha, em Junho 2001, a dívida era de 1 500 000 pesetas. Enquanto não paguei essa dívida, o único dinheiro que tinha era para comer» (b24). Noutros casos, dependendo da maleabilidade do patrão, algum dinheiro pode ser emprestado na condição de que a dívida seja paga com a continuação dos serviços: «Cheguei há apenas dois meses. E, por enquanto, todo o dinheiro que estou ganhando fica com o patrão para pagamento da passagem. Contudo, quando necessário, o patrão me empresta algum dinheiro» (b23).

Enquanto estas dívidas não são totalmente saldadas, as mulheres ficam, em regra, sujeitas a um controlo mais apertado, por parte dos empresários, que passa quase sempre por restrições da mobilidade, não raro incluindo também a retenção dos passaportes como garantia do pagamento. Reféns deste compromisso de dívida, as mulheres acabam, enquanto o mesmo não é resgatado, enredadas em situações de enorme vulnerabilidade social. Estas situações podem ser terreno fértil para as mais variadas formas e práticas de exploração, como de resto têm apontado autores como Leidholdt (1998), Richard (1999), Kelly e Regan (2000) e Lazaridis (2001).

## 3.º Passo: dos trópicos ao coração da Europa como turistas

Viajam praticamente todas até à Europa com o estatuto de turistas, que foi, de resto, o estatuto declarado por 75% das nosas inquiridas perante as autoridades aduaneiras dos países onde aterraram, contando desde logo à chegada com um rol imenso de dificuldades para



transporem as fronteiras que lhes permitam aceder ao espaço europeu. A fiscalização e o controlo policiais nos aeroportos vêm tecendo malhas cada vez mais finas para a permissão de entrada de estrangeiros, de verificação da validade dos documentos e de exigência ao cidadão estrangeiro da apresentação de provas necessárias para confirmar o objectivo declarado da vinda e as condições de estada. Neste contexto, várias mulheres têm sido logo à chegada imediatamente deportadas, tal como directa ou indirectamente puderam comprovar algumas das nossas entrevistadas: «*Viájei com outra colega. A chegada ao aeroporto de Lisboa, eu não tive problema, mas a minha amiga foi logo deportada*» (b18). Uma outra relata o seu próprio caso de deportada numa primeira tentativa, que a obrigou a entrar por outro país e aeroporto: «*A primeira tentativa de vir para a Europa foi pelo aeroporto de Madrid. Fui detida à chegada e deportada. Quinze dias depois, volto a tentar, mas desta vez por Paris, e consegui*» (b24).

Por tudo isto, a mera posse dos documentos de viagem que a lei fixa como obrigatórios, incluindo, em muitos casos, os vistos de entrada, não bastam já para neutralizar suspeitas e desconfiâncias que têm vindo a crescer no terreno das autoridades das fronteiras. Para potenciar as probabilidades de sucesso, ao cumprimento dos requisitos legalmente estipulados, há agora e cada vez mais que adicionar outros procedimentos e ardis, como os que a seguir apresentamos e que são, segundo Shulke (2001), do Serviço Galego para a Igualdade, dos mais correntemente postos em marcha: (i) evitar os aeroportos que se têm vindo a tornar conhecidos como particularmente «difíceis» (casos de Lisboa para as provenientes do Brasil e o de Barajas, em Madrid, para as dos restantes países sul-americanos); (ii) escolher percursos com várias escalas; (iii) disfarçar-se, o mais possível, de turista, mas sem cair no exagero denunciador (por exemplo, vestindo-se como turista, exibindo máquinas de fotografar e filmar, mapas, pastas); (iv) viajar com bilhete de primeira classe; (v) fazer-se portadora de cartas, de convites e de endereços de residentes nacionais que supostamente virão visitar; (vi) fazer-se portadora da quantia de dinheiro, legalmente estipulada como necessária para assegurar as despesas da estadia; (vii) fazer-se portadora do bilhete de regresso.

Trazer pouca bagagem, pouca roupa, para «confirmar» a intenção de ficar por aqui apenas um curto espaço de tempo, costuma, segundo algumas das nossas entrevistadas, ser também uma recomendação muito comumente feita pelos «arranjadores» das vindas. Estes estratagemas acabam sempre por se reflectir negativamente na situação destas mulheres, entre outras razões, porque lhes dilatam consideravelmente as dívidas da viagem. Do conjunto de mulheres estrangeiras formalmente inquiridas, a maioria declarou ter viajado sozinha.

Quadro 21: Forma da viagem

	N.º	%
Sozinha	70	55,1
Com outra(s) pessoa(s)	51	40,2
Não resposta	6	4,7
Total	127	100,0

A sucessão de escalas, pelas relativas complicações logísticas que envolve, pode chegar a transformar a viagem numa experiência traumatizante, num grande «susto», para muitas das mulheres que viajam pela primeira vez para a Europa, especialmente para as que o fazem sozinhas. Projectadas directamente dos seus lugares de origem no interior remoto dos países de procedência para a confusão multitudinária dos aeroportos internacionais de capitais europeias, destituídas de meios informativos e de recursos formativos para lidar com a complexidade e a novidade das situações, algumas destas mulheres passaram, nesta sua primeira viagem, por momentos de grande tensão e angústia.

«*Viájei assim: Goiânia-São Paulo; São Paulo-Bruxelas; Bruxelas-Madrid. Vim sozinha e nunca tinha saído da minha cidade. O avião para Bruxelas atrasou e, quando chegou, já tinha saído o meu voo de ligação para Madrid. Fiquei perdida! Valeu-me um argentino que encontrei e me encaminhou dentro do aeroporto e me ajudou a resolver o negócio de vir para Madrid. Quando finalmente cheguei a Madrid, já não havia ninguém à minha espera. Fiquei cheia de medo. Eu pouco tinha ouvido antes falar espanhol. Por sorte, a certa altura apareceu um brasileiro e com a ajuda dele liquei para o Brasil, para o cara que tinha arranjado para eu vir, que me deu instruções sobre o que eu devia fazer. Mandou-me ir para um determinado hotel e aguardar aí que os espanhóis para quem eu vinha trabalhar me fossem buscar. Vieram ao outro dia e levaram-me, de carro, para Burgos*» (b28).

Já para o caso da viagem acompanhada, ela é feita em pequenos grupos, normalmente compostos por duas a três mulheres, destinados ao mesmo clube. Apesar de potenciar o risco da suspeição junto das autoridades dos aeroportos, as viagens em grupo apresentam uma diminuição dos custos para os empresários, mormente no que respeita às despesas de transporte entre os aeroportos e os locais de residência e trabalho, como veremos mais adiante. A viagem em grupo permite ainda diluir os medos e as angústias que normalmente assaltam quem pela primeira vez na vida se dispõe a entrar num avião para se fazer ao desconhecido, quase absoluto, no outro lado do mundo.

«*Vim directamente de uma cidadezinha do estado de Minas Gerais. Nem sequer o Rio de Janeiro conheço. Fiz escala em São Paulo, que também não conhecia. Quando entrei no Boeing, eu entrei em pânico, que eu imaginei: Meu Deus, o que vai ser de mim daqui para a frente? Cheguei na Suíça, tensa, preocupada que só Deus sabe!*» (b48).

Dos aeroportos de chegada até aos locais de trabalho para onde vêm destinadas, os percursos são feitos por estrada, dentro de esquemas mais ou menos complicados, previamente montados e arranjados pelas pessoas implicadas na concretização da viagem, mais em especial pelos empresários com quem vêm trabalhar e que lhes financiam a vinda. Esses esquemas incluem entre outros:

(i) **A presença nos aeroportos de chegada de alguém a receber as mulheres**, uma situação que foi reportada em 75% das respostas. Com efeito, à chegada as mulhe-

res tinham à sua espera quase sempre as amigas ou familiares que intervieram na vinda; algumas vezes os próprios empresários dos clubes ou um emissário dos mesmos, emissário que costuma ser também o motorista da viatura que as há-de levar até ao destino final previsto;

**(ii) A disponibilização de meios para efectuar o resto da viagem.** Quando a viagem é feita para os aeroportos do país a que as mulheres vêm destinadas, o resto de percurso, isto é, de Lisboa ou do Porto a Mirandela, Bragança, Vinhais, Covilhã, Montalegre, Viana ou Braga ou mesmo qualquer aldeia raiana com clube instalado, ou de Madrid a Zamora, Alcañices, Verín, Fuentes de Oñoro ou Xinzo de Límia, é feito de automóvel, em táxi contratado e pago pelo dono do clube para onde vêm encaminhadas e, nalguns casos, em viatura do próprio empresário. Quando o desembarque na Europa é feito em aeroportos de países terceiros, uma prática muito usual para gerir a incidência dos controlos policiais e escapar ao maior rigor que a suspeição instalada em aeroportos portugueses e espanhóis sobre a chegada de mulheres turistas provenientes de determinados países, como o Brasil ou a Colômbia, o táxi, nos moldes que acabámos de indicar, costuma ser também o meio de transporte directo até ao local para onde vêm. Os relatos das corridas de táxi de Paris, de Madrid, e mesmo de Bruxelas, directamente para um qualquer sítio da geografia raiana de Portugal e Espanha são recorrentes nas entrevistas que recolhemos e indiciam a existência de um negócio financeiramente interessante para os industriais de automóveis de transporte de passageiros destas regiões: «*Desembarquei em Madrid, e lá tinha à minha espera um táxi enviado pelo dono do clube para me trazer para Portugal*» (b23); «*Em 2 de Maio de 2002 aterrei no aeroporto de Paris. Fiz a viagem para Portugal num táxi enviado pelo dono do clube*» (b21).

Quando os trajectos são mais longos, a prática mais corrente é, porém, a viagem de autocarro desde o aeroporto de chegada aos locais de destino: «*Ceguei em 2001 com mais duas amigas. Aterrei em Paris e de lá vim para Braga de autocarro*» (b26). Sempre que necessário, o usual é que a viagem de autocarro seja na parte final complementada por viagem suplementar de táxi: «*Fiz a viagem em 22 de Setembro de 2002. Aterrei em Paris e segui logo de autocarro para Bragança. Quando aqui cheguei, tinha um táxi à espera para me levar ao clube*» (b25).

De uma ou de outra forma, o objectivo é contornar as dificuldades de viagem e despistar as próprias autoridades de modo a chegar ao local de destino para o efeito visado.

## 6. DE «TURISTAS» À CHEGADA A IMIGRANTES ILEGAIS: ESTADIAS E DEAMBULAÇÕES

As mulheres que conseguem entrar como «turistas» – condição que, como é sabido, se tem vindo a tornar cada vez mais difícil – têm pela frente uma autorização de permanên-

cia que não excede os três meses. Esta é a situação em que se encontravam cerca de 35% das mulheres que inquirimos. Esta percentagem consideravelmente elevada de mulheres recém-chegadas, ou seja, de mulheres que na altura em que responderam ao nosso inquérito se encontravam em Portugal e/ou em Espanha há menos de três meses, constitui, por si só, um claro indicador da dimensão da chegada de mulheres dos países pobres aos países afluentes da Europa. Deve, todavia, notar-se que neste número de mulheres em situação legal garantida pela condição de «turista» se encontravam algumas que fizeram retiradas tácticas, através do regresso à origem ou a um país terceiro, fora do espaço Schengen – Suíça, por exemplo –, para tentarem voltar mais tarde para usufruírem de novo da autorização de permanência como turista:

«*Da primeira vez entrei por Espanha. Estive lá oito meses e ao fim desse tempo fui para o Brasil para poder voltar, desta vez entrando por Portugal*» (b28).

«*Eu vim do Brasil trabalhar para a Suíça [na prostituição]. Estive lá 2 meses e 23 dias. Agora vim para Portugal, porque o período do visto de turista lá estava a esgotar-se*» (b29).

A maior parte delas, no entanto, arrisca permanecer para além do prazo fixado pelas autoridades policiais. Algumas conseguem aceder a um estatuto de legalidade por via de situações forjadas ou fraudulentas, construídas, em regra, com o apoio e a cumplicidade de pessoas ligadas ao meio em que trabalham, patrões, mas sobretudo clientes, em especial os que acabam convertidos em namorados. Os vistos de residência e/ou de permanência temporária de que algumas, mais exactamente 19% das nossas entrevistadas, eram detentoras, à data da entrevista, remetiam basicamente para três tipos de situações: (i) contratos de trabalho celebrados no âmbito de actividades que exerceram já na Europa, antes de entrarem na prostituição; (ii) pseudo-empregos como empregadas domésticas, de balcão, administrativas e outros; (iii) casamentos «fictícios».

A primeira foi mencionada por apenas três mulheres que, na altura das entrevistas, gozavam da permissão de permanência em Espanha, obtida com base em contratos de trabalho, respectivamente como trabalhadoras domésticas e como empregada de restaurante que chegaram a ocupar depois de virem para este país. A segunda e mais corrente consistia-se através da celebração de contratos de trabalho simulados, visando a obtenção de permissão de permanência no país, que no caso da legislação portuguesa é concedida por um ano, prorrogável por iguais períodos até ao máximo de cinco anos. A celebração destes contratos de trabalho remete, basicamente, para uma das seguintes configurações: (i) os empresários dos clubes contratam, segundo condições e termos da sua conveniência, as mulheres prostitutas como empregadas de mesa, bailarinas, empregadas de balcão ou mesmo como empregadas domésticas; (ii) o contrato é feito por terceiros pessoas, na maior parte das vezes por «clientes-namorados» actuando como pseudo-empregadores de mulheres estrangeiras, convertidas, por sua vez, em pseudo-empregadas domésticas, ajudantes de cabeleireira, vendedoras, empregadas de limpeza,

copeiras, estagiárias, empregadas de mesa e de balcão e até mesmo limpadoras de matas e florestas<sup>13</sup>.

No primeiro caso, a maioria destes contratos é feita *a posteriori*, isto é, depois de as mulheres já cá estarem há algum tempo, surgindo muitas vezes na sequência de um tipo de relacionamento mais próximo entretanto desenvolvido entre o empresário e a(s) mulher(es) em causa. Em geral, os contratos deste tipo tendem a selar a conversão de uma mulher prostituta em «namorada» do patrão, e, num ou noutro caso, em «mulher de confiança» do mesmo, ou seja, a mulher que o auxilia na gestão corrente do negócio, incluindo a gestão das outras mulheres. Como refere uma trabalhadora sexual, «*tenho autorização de permanência por um ano, graças a um contrato de trabalho como empregada de bar. Foi o patrão [da casa onde trabalhou anteriormente e seu actual companheiro] que tratou de todo o processo*» (b29). Em alguns casos, estes contratos de trabalho são parte integrante de esquemas mais organizados de recrutamento de mulheres para a prostituição. É de frisar que as mulheres que os referiram como tal vieram todas directamente para Espanha:

«*De Espanha enviaram-me um contrato de trabalho de empregada doméstica que, depois de assinar, apresentei no consulado espanhol. Foi-me, então, concedido visto de trabalho. O contrato foi-me enviado pela dona de um clube, através de uma ex-vizinha minha que serviu de elo de ligação entre mim e a proprietária do clube. O contrato serviu apenas de fachada para eu poder vir para Espanha trabalhar na prostituição*» (d48).

No segundo tipo de contrato os discursos das mulheres envolvidas deixam antever situações que, não raro, implicam relações de amor romântico:

«*O meu 'namorado' é empresário, tem uma fábrica de têxteis e fez-me um contrato de trabalho, através do qual tenho agora autorização de permanência por um ano*» (b29).

«*O meu namorado falou assim para mim: 'Não quero que você volte mais para o Brasil. Eu mesmo vou fazer um contrato para você'. Ai, me botou como empregada doméstica dele e assim eu pude, por agora, regularizar minha situação aqui, pois meu visto turístico vence dia 3 de Julho e dia 5 eu peguei o visto de permanência de um ano*» (b33).

Outros, mesmo independentemente de haver ou não relação amorosa ou estar em curso, saem em sua defesa, quando a sua situação irregular se complica, tal como a narrada por uma mulher em processo de enamoramento:

(13) São, com efeito, estas as categorias profissionais que têm predominado na maior parte dos contratos de trabalho apresentados, ao longo destes últimos anos, por mulheres de nacionalidade brasileira, nos serviços transmontanos do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com a finalidade de obterem junto do SEF uma autorização de permanência, no âmbito dos processos extraordinários de regularização dos imigrantes ilegais que se encontram já no país. Esta informação é apenas considerada a título de eventual indício do argumento que desenvolvemos, dado que, como é sabido, muitas das mulheres brasileiras que trabalham na região não o fazem no sector da prostituição.

«*O meu namorado, que é dono de uma empresa de construção civil, é que me fez um contrato de trabalho, como se eu fosse funcionária dele. Mas eu é que pago a Segurança Social. Ele fez isto porque eu fui 'pega' pela polícia como ilegal e presente ao juiz. Quando a carta do juiz chegou ao SEF, já eu estava com o contrato na mão para tratar de ficar legal*» (b34).

A obtenção destes contratos é sempre feita a troco de contrapartidas de vária ordem, nomeadamente:

(i) **ganhos pecuniários**, correspondendo, portanto, a situações efectivas de compra e venda de falsos contratos de trabalho, como as que, há tempos, foram denunciadas pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho de Bragança, respeitantes à detecção de um empresário local que, a troco de algumas centenas de contos, «*tentou legalizar como empregadas domésticas sete mulheres estrangeiras que presumivelmente trabalham em casas de alferne*» (Fragoso, 2001: 39). Como referiu uma inquirida: «*Fiz um contrato de trabalho para tentar me legalizar. Paguei 2000 euros*» (b47).

(ii) **favores sexuais** e/ou de arranjos do mesmo tipo, que as mulheres providenciavam aos contratadores.

«*Ao cliente que me arranjou o contrato como empregada doméstica dele, eu passei a pagar comida, o quarto e tinha relações sexuais com ele de graça. Era como se fosse um chulo. Durante seis meses, ele viveu de borla, à minha custa. A gente, quando chega cá, é mesmo boba de todo*» (b37).

«*Ele arranjou meu contrato de trabalho e agora eu estou legal. Eu aceitei namorar com ele. É uma troca de favor. É assim que as coisas funcionam na noite!*» (b34).

As narrativas citadas são denotativas da dependência e da vulnerabilidade a que as mulheres são sujeitas para aceder à autorização de permanência com base nestes contratos simulados, sobretudo quando apenas garantem a permanência por um ano, findo o qual é necessário renová-lo. Nalguns destes casos, pouco tempo depois de ter sido conseguida a autorização de permanência, o contrato que esteve na base da sua concessão é rescindido, normalmente por iniciativa do empregador, invocando justa causa. Tal não acarreta qualquer implicação para a mulher que dele beneficiou, pois a autorização de residência mantém-se em vigor pelo prazo definido.

Apesar de comportar riscos para as partes envolvidas, bem como consideráveis custos financeiros e outros para as interessadas, o recurso a estas alternativas tem vindo a ser tido de forma crescente, tanto mais que, embora fáceis de intuir, as ilicitudes inerentes a estes processos são, por regra, difíceis de provar. Sublinhe-se que a situação de legalidade que as mulheres exibiam aquando da realização do inquérito anda muito longe de ser definitiva. Pelo contrário, ela é para quase todas precária, pois poucas têm garantida a renovação dos respectivos contratos de trabalho, sem a qual estão, obviamente, impedidas de



pedir a renovação do visto de permanência. Com efeito, e atendendo sobretudo à natureza especial das relações em que estes contratos assentam, não é difícil prever que os contratadores cedam à tentação de usar a ameaça de rescisão como instrumento de controlo e de chantagem sobre as mulheres beneficiárias e/ou a sua concretização como meio de punição das mesmas. A legalidade será, assim, para a maioria destas mulheres um estado transitório, ao fim do qual retornarão à situação de imigrantes ilegais. Outros casos existem em que o fim da permanência legal resultou, não tanto de problemas com os contratos de trabalho, mas da decisão das próprias mulheres face ao peso dos encargos financeiros advindos dos processos inerentes à legalização:

«Eu até que já tive autorização de permanência, mas não renovei porque as despesas com o contrato, a segurança social e tudo isso me custavam à roda de 3 000 euros por ano» (b27).

O reconhecimento dos elevados custos que estes processos de legalização impõem às mulheres perpassa abundantemente nas respostas que recolhemos e constitui seguramente um dos primeiros factores explicativos do baixo número – apenas seis, três em Portugal e três em Espanha – de mulheres que, sobre este assunto, referiu estar «em vias de legalização».

Os «caminhos» da legalização não se esgotam nos acima descritos. Embora sem grande expressão na amostra da nossa inquirição, os casamentos com nacionais dos países de recepção são outra das vias concretizadas e procuradas para superar a condição de imigrante ilegal:

«Tenho autorização de residência, porque casei com um português, um homem que conheci através de um anúncio da revista Maria. Ainda morei com ele, ano e meio. Tinha tudo para dar certo, mas infelizmente não deu» (b30).

A esmagadora maioria das mulheres permanece, como já foi mencionado, ilegal, uma situação aliás sobejamente documentada nos comunicados de imprensa das diferentes autoridades policiais sobre os resultados das intervenções que realizam junto destes estabelecimentos, bem como nos títulos da imprensa e conteúdos noticiosos que se lhes referem. Decididas a continuarem, entram em situação irregular de imigrantes ilegais, como acontece com 45% das nossas inquiridas, uma condição difícil, senão praticamente impossível, de superar nos contextos legais actualmente prevalectes, quer no que respeita à imigração, quer à prostituição. O carácter ilegal da prostituição enquanto trabalho retira aos que a ela se dedicam qualquer possibilidade de celebração de um contrato formal que, por sua vez, é, à luz das requisitos fixados pelas leis de imigração vigentes, uma peça-chave na instrução dos processos de pedido de regularização de imigrantes, nomeadamente a autorização de permanência. Assim sendo, depois de expirado o prazo correspondente à permanência como «turistas», à imensa maioria das mulheres estrangeiras que pretendem continuar a trabalhar por cá como prostitutas não resta outra alternativa se não a de se converterem em imigrantes clandestinas, uma condição que as coloca numa posição de

grande fragilidade social e jurídica, em permanente sobressalto de serem apanhadas pela fiscalização e de sofrerem as penalizações que a lei prevê para estes casos.

«Sempre que a polícia chegava, eu corria para me esconder. Sempre abaixo da cama. Mas era sempre pega. Em Novembro de 1996, quando fui pega por segunda vez, numa rusga policial, em Espanha, fui deportada para o Brasil. Passei lá o Natal e depois do Ano Novo, regresssei, por Paris. De Paris, vim directo, com um amigo camioneiro, para Verín. Agora estou outra vez com ordem de deportação, mas como entretanto tive a minha filha que ficou registada em Portugal, o processo está suspenso» (b28).

Pior ainda, a ilegalidade deixa-as à mercê dos mais diversos tipos de eventuais riscos de chantagem e de exploração:

«[Se a gente reclama de alguma coisa], os donos das casas dizem: "Mas você vai recorrer a quem? A polícia? Você não é ninguém! Você é só uma prostituta!"» (b27).

Apesar disso, um grande número de mulheres inquiridas referiu não ter tomado qualquer iniciativa, não ter sequer ensaiado qualquer tentativa de regularização da situação, nem tão pouco estar a pensar fazê-lo. Umhas por medo: «Não tenho feito nada [para me legalizar]. Nunca fui, nem vou [ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras], porque eles me mandam embora, mandam-me de volta para o Brasil» (b50); «Tenho até medo de ir na Estrangeira! [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Espanha]» (b32). A maioria por convicção de que não há nada que se possa fazer: algumas desmotivadas pela burocracia, outras simplesmente porque tencionam regressar em breve ao país de origem: «Lá [ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] eu não vou. Você está doído?!» (b33); «[Porque] não pretendo estar muito mais tempo em Portugal. Tenho passagem de regresso para 15/01/03» (b24); «Nunca fiz nada, porque quero é ir embora» (b39).

Em suma, a sua sobrevivência como imigrantes irregulares passa a depender, como de resto acontece com todos os «imigrantes sem papéis», quase exclusivamente da adopção de estratégias para camuflar e gerir o mais favoravelmente possível tal situação, nomeadamente através da despistagem da vigilância policial, o que comporta dois tipos de procedimentos, largamente complementares entre si, abaixo descritos.

### 6.1. Uma constante mudança de lugar

Mudar regularmente de local, circular entre um clube e outro, entre um e outro lado da fronteira e mesmo entre os vários países europeus de acesso não vigiado constituem para estas mulheres estratégias para contornar e iludir a vigilância das autoridades, de forma a reduzir as probabilidades de serem detectadas e, conseqüentemente, potenciarem a sua sobrevivência como imigrantes irregulares. A sua passagem pelos lugares é, em regra, de tempo limitado e nalguns casos por períodos previamente fixados, como acon-

tece na maioria dos clubes espanhóis em que cada estadia – *plaza* na designação local – corresponde a 21 dias (cf. Capítulo 3). Esta mobilidade das mulheres, induzida, em primeiro lugar, pela necessidade de camuflagem da situação de imigrantes ilegais, serve também os interesses das mulheres nessas condições e os dos empresários para quem trabalham, sendo que a estes últimos a rotação das mulheres concorre para a boa gestão dos respectivos negócios, tendo em vista não só atender à variedade da procura – os gostos, as motivações e as expectativas diferenciadas dos clientes –, mas também responder às suas exigências de caras novas e diferentes (cf. Capítulo 5).

A circulação de mulheres, aparecendo algumas vezes enquadrada dentro de acertos estabelecidos entre empresários – situação que se verifica sobretudo em Espanha – aparece muito mais frequentemente como resultado da livre iniciativa e decisão das próprias mulheres. Com efeito, saldados os compromissos financeiros da viagem que as trouxe até à Europa, as mulheres recuperam, em regra, uma considerável autonomia de movimentos, pondo em prática esquemas caracterizados por mudanças regulares de local de trabalho, pautadas, como já dissemos, pela procura de despistagem das autoridades policiais e da imigração, mas também, entre outras razões, pela busca de melhores condições de trabalho. Esta deambulação converte as mulheres substituídas em permanentes migrantes, pessoas que estão em constante movimento (Agustin, 2002; Van der Helm, 2002) e, como tal, deixam simplesmente de ter um lugar para viver, seja uma casa, uma cidade, ou um país, embarcando num modo de vida desenraizado, quase nómada, feito de sucessivos períodos de apenas algumas semanas de estadia em diferentes alojamentos e clubes. Nesta sucessão de tempos curtos, quebrados e alternados, os únicos elementos permanentes são as suas malas que, como nos dizia uma das entrevistadas, «*nunca se desfazem. Estão sempre feitas, prontas para a próxima partida*». Neste modo de vida, o sentido de pertença e a identificação pessoal com um contexto específico de vida e de trabalho ficam suspensos e tendem a ser substituídos por um sentimento de transitoriedade, de provisório, de «estar apenas de passagem», um sentimento que, no discurso das mulheres entrevistadas, invariavelmente ecoa associado também à formulação de intenções em relação à sua própria estadia na Europa e ao exercício da prostituição.

## 6.2. Ficar escondidas

Tendo em vista reduzir a visibilidade da sua presença, ocultar-se e preservar o mais possível do *olhar* das autoridades policiais a sua condição e o seu estatuto de imigrantes ilegais e, assim, fazer diminuir as probabilidades de serem descobertas, muitas destas mulheres optam ou, nalguns casos, são mesmo aconselhadas ou obrigadas pelos donos dos clubes a passar a maior parte do seu tempo livre dentro das casas onde temporariamente se alojam. Muitas das mulheres estrangeiras que encontramos no terreno vivem, por isso, quotidianos significativamente reclusos e confinados ao interior das habitações. Esta reclusão a que muitas se sujeitam deve-se também ao facto de procurarem evitar mani-

festações de censura social, práticas discriminatórias e atitudes preconceituosas de que são vítimas por parte da sociedade local, em consequência do estigma que recai sobre elas quando são reconhecidas como prostitutas:

«*Eu aqui não vivo, vegetal. Tenho medo e vergonha de sair à rua. As pessoas todas parecem olhar-me de lado. Com um ar reprovador. É só ouvirem-me falar brasileiro e logo me olham como quem diz: "Olha, mais uma puta!" Isso é o pior que pode passar comigo. Por isso, eu quase não saio. Prefiro ficar aqui, em casa. Não é que o patrão não deixe sair a gente. Ele até que é muito boa gente. Eu é que não tenho coragem de enfrentar essa turma me olhando como se eu não fosse gente*» (b24).

Para finalizar, queremos sublinhar que, apesar de relativamente extenso, este capítulo está, contudo, ainda muito longe de ter esgotado a complexidade e a extensão das questões que a migração de mulheres no contexto da prostituição envolve.

# 7

## CAPÍTULO

### Quotidianos de vida e de trabalho das mulheres

Neste capítulo procuraremos apresentar alguns dos aspectos mais relevantes da vida das mulheres observadas e inquiridas. Focaremos especialmente os quotidianos das que trabalham em clubes, não só pelo seu peso numérico no quadro deste estudo mas também pelos elementos que as distinguem: estrangeiras, imigrantes, muitas delas ilegais, acerca das quais estão implicados factores que marcam, diferenciam e condicionam os seus quotidianos. Por se tratar de uma área menos conhecida, daremos particular atenção aos quotidianos de não-trabalho, procurando discutir os seus aspectos mais salientes, bem como os constrangimentos que as sujeitam, de forma a revelar o que, com alguma surpresa, fomos confirmando ao longo do trabalho de campo, ou seja, que os tempos e contextos fora do trabalho são também terreno onde se produzem e se reproduzem formas de violência contra as mulheres que se substituem.

#### 1. «VAMOS SUBIR?» ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NO QUOTIDIANO DO TRABALHO SEXUAL EM CLUBES

O tempo de trabalho das mulheres é vivido entre o bar, o espaço público de interacção com os clientes, e os quartos, onde prestam os serviços sexuais. A «subida», quer dizer, o serviço sexual é precedido de um diálogo preparatório com o cliente, o qual, habitualmente, não excede os 20 minutos. A iniciativa deste contacto inicial parte, por norma, da trabalhadora sexual e será tanto mais dela quanto maior for a competição a que se encontre sujeita. Feita a apresentação, quase sempre através da indicação do nome e da troca de dois beijos na face, a mulher inicia o ritual erótico de sensibilização do cliente para o acto sexual. Conhecedora dos interesses e dos desejos dos clientes, mais ou menos treinada na arte da sedução, a trabalhadora sexual combina de forma hábil palavras, olhares e gestos, incluindo carícias e contactos corporais que funcionam como um mecanismo poderoso de estímulo sexual do cliente. Embora muito frequentes, nem todas apreciam as carícias físicas, considerando, como referiu uma delas, demasiado vulgar «passar a mão neles ou eles em mim» (b27).



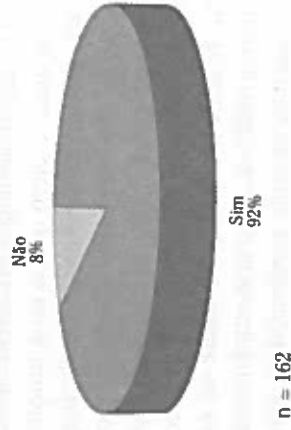
Neste jogo os papéis estão claramente definidos, ainda que nada impeça, do ponto de vista formal e de facto, a ocorrência de inversões. À trabalhadora sexual compete, como dissemos, tomar a iniciativa da abordagem, dirigindo-se ao cliente, abordagem essa que é, em regra, precedida de uma avaliação genérica do mesmo, em termos de aspectos visualmente apreensíveis – entre outros, aparência física, idade aproximada, eventual estado de embriaguez –, de que resulta o que pode ser considerado como um primeiro exercício de triagem. A trabalhadora sexual aproveita ainda os primeiros momentos da abordagem para, de forma discreta, confirmar se os clientes reúnem as condições consideradas adequadas para elas lhes prestarem serviços sexuais. De facto, muitas delas escolhem o tipo de clientes com quem sobem. De modo assaz recorrente, a maioria delas recusa-se a prestar serviços sexuais indiscriminadamente, ou seja, a qualquer tipo de cliente. Entre as principais razões para as recusas encontramos a falta de higiene, a idade avançada e o estado de embriaguez. Enquanto algumas recusam sobretudo os mais sujos e idosos – «*Eu escolho os clientes. Muito sujos ou velhinhos não atendo*» (p28) –, outras não vendem prazer sexual aos alcoolizados ou drogados, nomeadamente por razões de tranqüilidade pessoal: «*Por álcool e por droga eu rejeito. Mais para não ter briga. Quando rejeito alguém, eu já não subo com mais ninguém. Eu prefiro ficar sem trabalhar do que arrastar briga*» (b48).

Nesta fase de interconhecimento inicial – para o que contribuem as bebidas solicitadas pelos clientes e/ou pelas mulheres –, umas seduzem pelo lado erótico, outras pela atitude de audição maternal e/ou (quase) terapêutica dos problemas dos homens. Mas estas mesmas mulheres, sobretudo na fase mais avançada da conversa, não excluem apelar à imaginação e excitar o *eros* masculino – «*Fato palavras picantes ao ouvido deles*» (b37) –, muitas vezes apoiadas por carícias: «*Esfrego a mão na barriga deles ou ponho a mão na parte inferior das coxas*» (p22). Por vezes, esta fase é marcada por alguma tensão, quase sempre relacionada com desejos do cliente aos quais a trabalhadora sexual não se mostra receptiva. De facto, se a penetração vaginal, o *fellatio* e o *cumilingus* são considerados práticas rotineiras, não se traduzindo na sua rejeição por parte da mulher, já a penetração anal e outros serviços sexuais mais exóticos tais como a manipulação anal do cliente através do recurso a artefactos sexuais (pénis artificiais, esferas e outros objectos com aptidão erótica e/ou sado-masoquista) suscitam alguma discussão e reserva. Não estando por regra e por costume obrigadas a prestá-los, são muitas as mulheres que a eles se escusam. Quando acedem, tais práticas implicam por norma o pagamento de uma importância adicional que vai directamente para o seu próprio bolso.

Conhecemos no *Luxo Asiático* uma brasileira, L., que está na noite há dois anos e meio. Falámos de clientes e das suas preferências. Acha que os portugueses são mais machos. São raros aqueles que gostam de ser penetrados, talvez por pudor. Pelo contrário, holandeses, franceses e italianos são quase todos «veados». Para prestar estes serviços, que incluem vibrador e bolas chinesas, cobra um adicional. Presta todos os serviços com preservativo. Só não presta sexo anal. Nunca experimentou nem quer. Tem amigas que gostam, outras que tiveram problemas que exigiram intervenções cirúrgicas (Verín, 26/6/2002).

Ao contrário de algumas leituras moralistas e ortodoxas, nomeadamente de inspiração religiosa, elas detêm recursos que lhes permitem negar o desejo do cliente, incluindo a recusa em prestar serviços sexuais, fazendo com que a relação entre as trabalhadoras sexuais e os clientes constitua «um complexo jogo de poderes e controlos ainda mal estudados» (Manita e Oliveira, 2002: 80).

Figura 7: Recusa em prestar algum tipo de serviço sexual



As mulheres mais receptivas a estas práticas sexuais menos convencionais parecem ser as brasileiras por razões que possivelmente se prendem com os «valores dominantes relativos à sexualidade» (Manita e Oliveira, 2002: 80)<sup>1</sup>. Isto é, estas mulheres têm com a sexualidade um relacionamento mais livre e menos recalcado, que se traduz numa menor interiorização dos estigmas de filiação judaico-cristã que condenam o sexo pago e, num plano mais alargado, a própria sexualidade sob a forma da repressão do desejo e do estabelecimento de normas e proibições do mais variado tipo, quase sempre centradas na mulher. Com esta anotação não é curial inferir que as brasileiras denotem uma menor adesão aos princípios do cristianismo, nomeadamente do catolicismo. Com efeito, elas são, na esmagadora maioria, cristãs, sobretudo de fé católica, embora incorporando nesta pertença religiosa elementos provenientes de outros azimutes religiosos. A fé é, aliás, vivida com intensidade por numerosas mulheres. Por exemplo, algumas admitem mesmo que pagam a pessoas amigas e vizinhas no seu país de origem para rezarem em seu favor e da sua família. O objectivo é, como sempre acontece, atenuar os eventuais efeitos provocados pelos «pecados cometidos na Europa» e agradecer «a Deus a ajuda e a saúde». Outras acendem velas a santos que têm na mesa-de-cabeceira, para que a noite lhes corra bem, sem problemas e com muitas «subidas» e «copas», numa relação directa com o divino<sup>2</sup>:

(1) Sublinhe-se, todavia, que no contexto da luta pela definição das posições no interior do universo prostitucional, as brasileiras produzem, por vezes, discursos em que classificam as colombianas como «as *topa tudo*», quer dizer, as mulheres que estão disponíveis para todas as práticas sexuais.

(2) Não é, porém, excluída uma relação com Deus pela mediação da Virgem e dos santos. Em qualquer dos casos trata-se de um ritual que visa prevenir o mal e obter segurança mínima com uma forte componente instrumental na relação com o divino que, aliás, já fora conceptualizada por diversos autores, a

«Rezo todos os dias. É mais uma conversa com Deus do que reza. Na conversa eu sempre peço perdão. Eu peço por todas e por todos. Deus sabe a minha necessidade. Na Bíblia diz que não é preciso estar repetindo o que se está precisando, porque Deus sabe. Ele sabe que, no fundo do meu coração, eu não gostaria de estar aqui. Então peço perdão e não deixo de conversar com ele» (b25).

Esta relação com o sagrado constitui uma expressão concreta da autogestão da religião, através do culto individual ou mediado por leigos em detrimento das formas mais ritualizadas e institucionalizadas, nas quais o clero ocupa uma função central. Como mostra Fortuna (1999) para o caso dos peregrinos a Fátima, a secularização das práticas religiosas, inseparável da secularização geral provocada pela modernização, não implica a eliminação da religião mas sim uma mudança na forma como ela é vivida e praticada, o que remete para formas diferenciadas de vivência religiosa, ora em confronto ora em coexistência com a religião oficial, seja ela católica, protestante ou outra (cf. Sanchis, 1983; Badone, 1990; Silva, 1998; Sobral, 1999). É certo que esta forma de vivência religiosa não deixa de influenciar, como se verifica noutras paragens, o modo como o corpo é usado, inclusive a nível sexual. Porém, parece interferir de forma menos vinculativa na interiorização de ordens morais sexuais repressivas, nomeadamente a ocidental (Foucault, 1994), ancorada num conjunto amplo de impurezas ainda presentes até tempos bem recentes nas zonas rurais do norte de Portugal (Silva, 2002a: 134-135). As trabalhadoras sexuais marroquinas constituem um exemplo concreto da incorporação estigmatizante da moral sexual repressiva. Estas mulheres encaram a sua actividade de um modo bastante mais negativo do que as brasileiras. A influência da religião conjugada com uma infância e adolescência vividas numa sociedade equipada de uma moral sexual repressiva dificultam a relação das mulheres com os clientes, ao ponto de perturbar o seu próprio desempenho. Como recorrentemente observámos nas nossas saídas de campo, os clientes parecem preferir as brasileiras e, em geral, as latino-americanas.

«Às vezes, quando acabo é que digo: Não devia ter ido, não devia ter gasto o dinheiro [risos]. Isto porque há mulheres que não valem nada na cama. Já uma ocasião tive uma marroquina, fui para o quarto com ela, sentou-se na cama a fumar o cigarro, e eu digo: Então como é, vim para aqui para estares a fumar, vamos lá embora atirar com o cigarro [risos]. Cheguei cá baixo lixado. A maior parte das marroquinas não presta pra cama, as marroquinas são muito fracas. Não se interessam muito pelo cliente, nem se interessam muito pelo dinheiro, são frias (cliente, Alcañices, 06/09/2001).

começar por Weber (1978: 470), evocando o axioma latino *do ut des* para realçar a vertente do interesse nas estratégias de entreatada no contexto da economia doméstica camponesa, ideia esta que viria a ser retomada por Boissevain (1966:30-31) no tocante ao patrocinato religioso no quadro das promessas aos santos, aliás à semelhança, *mutatis mutandis*, do patrocinato civil e político (cf., em Portugal, Cutileiro, 1977; Silva, 1998: 352 ss).

Esta avaliação das marroquinas – que evidentemente terá de ser contextualizada num espaço de concorrência – é partilhada pelas mulheres brasileiras. Uma delas, que viria a revelar-se como uma das nossas principais informantes, quando inquirida sobre estes aspectos, afirmou:

«Para nós, brasileiras, fazer amor faz parte da vida. Somos livres, [enquanto que] as marroquinas não sabem foder. Os clientes só vão com elas uma vez. Cheiram mal e não se lavam. Não têm espontaneidade, não sabem despir-se, estão sempre a lamentar-se» (b41).

Retomando a análise da conflitualidade entre trabalhadora sexual e cliente, um outro foco de perturbação gira em torno do preservativo. Recurso essencial para uma prática sexual segura e mecanismo de limitação da intimidade entre quem vende e quem compra prazer sexual, funciona também como instrumento de concorrência e de discórdia entre as trabalhadoras sexuais. Se todas elas declararam que se trata de um objecto de uso inquestionável no relacionamento sexual com os clientes, muitos destes insistem em não o utilizar, numa ostensiva violação das elementares regras de segurança sexual. Numa sociedade em que as pessoas parecem obcecadas pela preservação e pelo prolongamento da sua própria vida, surgem comportamentos de indivíduos que, paradoxalmente, acabam por lhe «trocar as voltas». Atentemos, por exemplo, no seguinte testemunho de uma prostituta com comportamento «irresponsável» num quadro de toxicodependência:

«Devem ser às centenas os homens que infectei [com HIV] aqui em Zamora. Eles queriam fazer sem preservativo e eu estava tão rascada que não queria saber. Se não fizesse, perdia o cliente. O problema era deles, não estavam preocupados, o pior era que iam para casa e estavam com as mulheres deles. Mas eu naquela altura só pensava no dinheiro para sustentar o vício» (b42).

Estes comportamentos de risco, não fazendo parte dos perigos globais que podem levar à destruição colectiva da humanidade, segundo a formulação de Beck (1992), ao envolverem, todavia, uma parte significativa de homens, colocam problemas, nomeadamente médicos e sociais, cuja discussão pode ser iluminada pelas propostas sobre a «sociedade de risco» (*risk society*) no âmbito da prevenção, minimização e distribuição dos riscos produzidos pela modernidade. Estas práticas de sexo desprotegido contribuem para a busca da excitação, muito condicionada nas sociedades contemporâneas por múltiplas formas de controlo social e autodomínio (Elias, 1992: 101). Longe de ser um fenómeno isolado, ele ocorre noutras práticas quotidianas da vida social, como o motociclismo e o consumo de drogas, nas quais está muitas vezes presente o desejo de transgressão das normas sociais (F. Ribeiro, 2003). Isso aplica-se, em primeiro lugar, aos homens e, entre estes, sobretudo aos jovens<sup>3</sup>. Em aberta contraposição ao conteúdo da última citação acima transcrita, a resposta ao sexo sem pre-

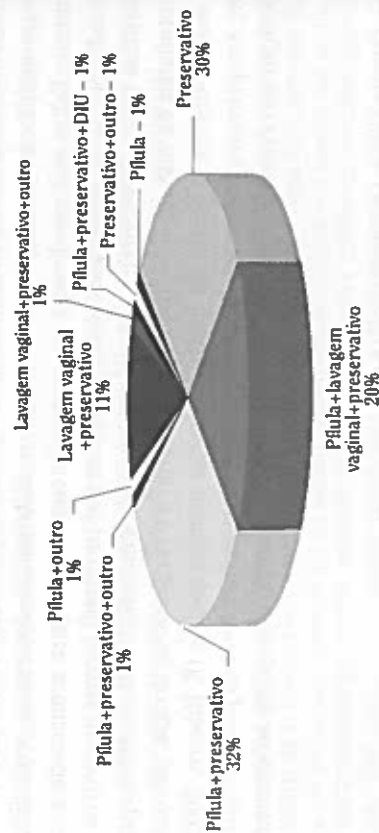
(3) Cf. Ferreira (2003), Laranjeira (2004) e sobretudo Santos (2004).

servativo é, em regra e cada vez mais, negativa, nomeadamente para as modalidades de penetração vaginal e anal. Já para o *fellatio* é possível encontrar mulheres que aceitam fazê-lo sem preservativo, não sendo tal prática encarada, no meio, como desleal. Praticadas sem protecção, a penetração vaginal e anal são consideradas como práticas arriscadas em termos de saúde física, sendo considerada pela generalidade das mulheres como concorrência desleal. Desta forma, tais comportamentos são ocasião e razão de um dos principais focos de conflitualidade entre as mulheres.

Após o almoço levou-se a C. a Valpaços para fazer compras no supermercado. Pelo caminho foi falando dos riscos que a A. [trabalhadora sexual com mais idade que as demais] corre, subindo com clientes sem preservativo. Em conversa recente, questionada, ela foi dizendo que «sempre se tem de morrer de alguma coisa». Face à forte desqualificação, cada vez mais sujeita à concorrência insuperável das mais jovens, a A. vai caindo no recurso a práticas de concorrência «desleal» e perigosas. Por outro lado, revela um certo cansaço e desilusão com a vida pessoal, de que o alcoolismo é certamente uma expressão nítida, relacionada com a impossibilidade de encontrar um companheiro, cujo interesse primeiro seja o amor e não o dinheiro ou qualquer outro recurso (Valpaços, 21/02/2003).

Os resultados apurados no inquérito aplicado às trabalhadoras sexuais mostram que o preservativo constitui um elemento presente em quase todas as práticas sexuais, ainda que, em muitos casos, combinado com outros recursos, nomeadamente a pílula. Esta combinação de diferentes métodos contraceptivos torna evidente que as trabalhadoras sexuais estão preocupadas não só em reduzir riscos inerentes ao relacionamento sexual com múltiplos parceiros como em limitar as eventuais falhas que possam resultar da utilização de um único método contraceptivo. Daí que o preservativo, utilizado sobretudo por razões de protecção sexual, apareça associado ou conjugado com a pílula, usada por razões de segurança contraceptiva.

Figura 8: Métodos contraceptivos utilizados regularmente



Acordado com o cliente o tipo de serviços a prestar, este é pago adiantadamente, após o que a mulher e o parceiro se dirigem ao quarto. Por estar habitualmente situado na parte superior do estabelecimento, «vamos subir» é uma das expressões mais usadas no diálogo estabelecido no bar com os clientes, sendo esta a fórmula preferida em detrimento de outras, também correntes, algumas mais directas, com forte conteúdo sexual e, não raro, provocantes e de recorte reconhecidamente grosseiro. Cada «subida» tem uma duração máxima estipulada entre 25 a 30 minutos, com uma tolerância de cinco minutos, «para ambos se vestirem». Segundo relatos de algumas mulheres nos clubes, «*todos os quartos têm luz vermelha, todos, todos*» (p28). Trata-se de uma estratégia tendente, fundamentalmente, a facilitar a ludibriação do cliente, sempre que esta se justifique:

«Quando se está com o período, usa-se uma esponja dentro, enquanto se está a ter uma relação, que é para o sangue não sair. Mas se calha a sair, com a luz vermelha o cliente nem vê. Aquela luz disfarça. Até há mulheres com marcas no corpo e isso e, ao estar a luz vermelha nos quartos, não se vê. Sei lá, coisas assim» (p28).

A prestação do serviço começa sempre pela lavagem do cliente, com especial incidência sobre a sua parte genital, tarefa, em regra, levada a cabo pela mulher. De seguida, inicia-se a relação sexual, prestada de acordo com os gostos e os desejos, previamente combinados, do cliente, na qual a penetração vaginal constitui normalmente a fase derradeira a culminar com o subsequente orgasmo. Apesar de a duração prevista ser, por norma, de 30 minutos, o serviço quase nunca esgota o tempo pago, terminando logo que se consuma a relação com o orgasmo do cliente:

«A maior parte [dos clientes] fazem o que têm a fazer e vão embora. Pagam meia hora, quer dizer, eles não pagam a meia hora, eles pagam é a relação. A meia hora é o tempo que os clubes dão. Eles pagam é a relação... porque há clientes que dizem assim: vamos para o quarto meia hora, mas depois acabam o serviço, e aí tenho ainda mais um quarto de hora, às vezes dizem: Vamos fazer outra vez. E eu digo: Não senhora, pagas a relação e, se queres fazer outra vez, pagas mais» (p28).

Aliás, «despachar» o cliente é altamente valorizado pela generalidade das mulheres. Por isso, algumas dizem preferir «*homens mais maduros [porque] fazem o serviço mais depressa e, portanto, saís mais depressa do quarto*» (p28). Gastando menos tempo com cada cliente, significa, no plano das probabilidades, poder atender e facturar mais por noite, porque, e continuando a citar a mesma entrevistada, «*é assim mesmo, as mulheres que estão no clube é para trabalhar. E tempo é dinheiro*» (p28). Quando, por qualquer razão, o tempo regulamentar é excedido, as implicações financeiras são variáveis. Por vezes, o cliente terá de pagar o equivalente à nova subida, outras vezes a mulher paga ao proprietário do clube a fracção que lhe pertence pela disponibilização do quarto, podendo o cliente ficar isento de qualquer encargo adicional. Nalguns clubes, os melhores clientes podem beneficiar de uma certa tolerância. Aliás, neste contexto de «fazer jeitos ou agra-



dos» a clientes, também não parece ser raro que os donos de clubes, como dois deles nos confidenciaram, providenciem um tratamento personalizado a alguns clientes «especiais», tais como bancários, funcionários públicos, agentes da GNR e da PSP na medida em que (i) os orientam e aconselham sobre a escolha das parceiras; (ii) os avisam quando têm «caras novas», de modo a serem os primeiros clientes a «prová-las»; (iii) os isentam do pagamento da utilização do quarto, quando o tempo é excedido, cobrando apenas a fracção que cabe às mulheres. Esta é, obviamente, uma forma de granjear conhecimentos e simpatias para melhor se movimentarem em determinados círculos e, eventualmente, serem prevenidos de alguma «rusga».

Como dissemos, os serviços prestados aos clientes são cobrados antecipadamente. Depois de concluídas as negociações sobre o(s) serviço(s) sexual(ais) a prestar, os clientes têm, obrigatoriamente, de efectuar a liquidação antecipada do custo da *subida*. Sem este sistema de pré-pagamento, poderia acontecer que alguns deles, alegadamente por não terem ficado satisfeitos, se recusassem a pagar. Criar-se-iam, deste modo, situações sobremaneira problemáticas para os lesados – as mulheres e os donos dos clubes –, «impedidos» que estão de apelar à intervenção das autoridades policiais e judiciais: as primeiras pela sua quase sempre condição de imigrantes ilegais; os segundos, porque isso seria uma forma de se auto-identificarem como beneficiários da prática organizada de prostituição e, consequentemente, de se auto-incriminarem por crime de lenocínio.

Por norma, há uma certa discrição, dissimulação ou ocultação do pagamento da *subida*. Ele não é efectuado à frente de todos, mas sim numa área mais reservada, normalmente um pequeno *hall*, exterior ao espaço do bar, que dá acesso para os quartos. Alguns clubes têm aqui um empregado que, além de recolher os pagamentos e anotar os passes de cada mulher, também lhes faculta a chave do quarto e o *kit* para a prestação do serviço sexual, composto por um lençol descartável (*sábana*), preservativos e, por vezes, toalhetes de papel. Noutros clubes, porém, é à própria mulher que o cliente efectua o pagamento, após o qual ela volta a entrar (*sozinha*) no bar para, discretamente, entregar o dinheiro ao empregado de balcão (*camareiro*) que, por sua vez, lhe entrega uma bolsa com o *kit* de higiene e regista a respectiva *subida*. Dado o enorme potencial de denúncia de lenocínio que os registos de *subidas* envolvem, em caso de fiscalização policial, é bem provável que, nalguns clubes, se opte por fazê-los de forma codificada ou disfarçada. No final da noite, é feito o acerto de contas, entregando-se a cada mulher a parte que lhe corresponde.

As possibilidades de obtenção de ganhos, por parte das mulheres, não se esgotam na prestação de serviços sexuais durante o período ordinário de trabalho no «clubes». De facto, para a composição final dos seus rendimentos concorrem também as remunerações auferidas pelo consumo de bebidas oferecidas pelos clientes, nomeadamente espumantes e bebidas brancas e a prestação de serviços sexuais fora do horário de serviço, nos seus apartamentos, caso não habitem no bordel, ou em motéis e outros alojamentos hoteleiros, neste caso muitas vezes por conta do clube. Em suma, as condições remuneratórias obedecem a um padrão normativo bastante generalizado neste tipo de estabelecimentos. Trata-se de um trabalho flexível à tarefa, quer dizer, à «subida», complementado com os

ganhos proporcionados pelo pagamento de bebidas por parte dos clientes angariados, em regra 50% do seu valor de venda, e de alguns serviços adicionais e relativamente ocasionais. Todas elas aceitam, sem grande desconforto, as regras estabelecidas, sabendo que o seu rendimento depende do bom uso dos seus recursos, nomeadamente físicos e comunicacionais, no angariamento de clientes.

Aquando da nossa deslocação vespertina ao *Luxo Asiático* para novos contactos, tivemos a oportunidade de observar o que muitas vezes nos foi dito: os clientes com «papel» preferem os encontros fora das horas normais de serviço, isto é, durante o dia. Assistimos à negociação de um serviço entre a F. (equatoriana) e um cliente que se fazia transportar num BMW série 5 recente e em bom estado (Verín, 9/4/2002).

Independentemente do local onde se alojam (no clube ou no exterior), todas as trabalhadoras sexuais estão sujeitas a um conjunto de regras, muitas vezes sob a forma de regulamento interno, que define as condições remuneratórias, horários, períodos de descanso, comportamentos e modos de relacionamento com os clientes. De uma forma geral, elas estão sujeitas a períodos de trabalho semanal de seis dias, com direito a um dia de folga, a ser gozado obrigatoriamente fora das noites de maior afluência de clientes (sexta, sábado e domingo). Há excepções a este padrão, com clubes a concederem folgas noutros moldes, por exemplo, só de quinze em quinze dias ou, em casos mais raros, quando a mulher quiser, desde que avise com antecedência. Exceptuando as folgas autorizadas e as ausências por motivo comprovado de doença, as faltas ao serviço são, na generalidade dos clubes, punidas com multas que podem variar entre os 40 e os 200 euros diários, consoante as razões que as justificam.

O período de trabalho começa entre as 20.30h e as 21.00h, podendo prolongar-se até às 5.00h do dia seguinte. Somente detectámos uma única excepção a este horário, o caso de um estabelecimento que se encontra licenciado como casa de pasto, isto é, «*casa de comes e bebes*». Trata-se do bordel mais antigo em funcionamento em toda a área delimitada do lado português, sendo propriedade de uma mulher, também responsável pela gestão do negócio. Este estabelecimento funciona em regime diurno, das 9.00h às 19.00h, de acordo com o previsto no licenciamento. Este horário é muito valorizado pela proprietária da casa, desde logo por razões de maior segurança, pois, segundo nos disse, «*a noite está muito complicada*». Considera-o, para além disso, como uma mais-valia em termos competitivos, porquanto lhe possibilita, nas suas próprias palavras, «*já ter o dia ganho, quando os outros ainda só estão a abrir*». Por outro lado, este horário parece ser o que melhor serve certos segmentos da procura, nos quais, e continuando a citar a dona, se incluem aldeões idosos, «*velhotes*» de fracos recursos financeiros e, portanto, sem meios alternativos aos transportes públicos para se deslocarem – o que lhes dificulta ou inviabiliza saídas nocturnas –, e «*homens de meia idade*» que pretendem, a todo o custo, manter as aparências de «*maridos bem comportados e direitos*», e que, aproveitando a deslocação à cidade em dias de feira ou outros, «*enquanto as esposas vão cortar o cabelo ou fazer alguma compra, dão uma escapadela até aqui*», ou então «*vão directamente*

*deixá-las à feira e dizem-lhes assim: – Olha, eu vou arrumar o carro e depois já venho aqui ter contigo». Tais casos ou situações são também confirmados e descritos pelas próprias trabalhadoras sexuais: «E vêm é para cá, todos guichos!! Eles nem se despem, não dão muito trabalho, só metem a coisa de fora e já está!». De volta à companhia da mulher que o ficou a aguardar nas compras, se esta estranha a demora, uns dizem: «Sabes, foi difícil encontrar lugar de estacionamento», outros argumentam que «o trânsito estava complicado!».*

À parte estes casos excepcionais, é o regime nocturno que vigora nos clubes. Para as mulheres que neles trabalham trata-se de um período laboral relativamente longo, quase nunca inferior a seis horas, sobretudo nas noites de maior movimento, no qual o tempo ocupado com a prestação de serviços sexuais raramente excede a metade do período de trabalho. Quer dizer, as mulheres passam a maior parte do tempo no bar, circulando por este espaço, em busca de clientes interessados, abordando-os e dialogando apenas o suficiente para se certificarem do interesse destes em *subir*.

Os comportamentos e modos de vestir e de apresentação estão regulados pelo costume e, em muitos casos, por normas escritas que prescrevem, com detalhe, o que cada uma pode ou deve fazer (ver Quadro 22). Em termos de vestuário, a maioria das mulheres opta ou é mesmo obrigada a usar peças de roupa que permitam realçar os seus atributos físicos, com destaque para as partes corporais sexualmente valorizadas como os seios, as nádegas e as coxas<sup>4</sup>. Embora muito variável, são frequentes os «top», as saias e os calções de dimensões muito reduzidas que contribuem para estimular o desejo e excitar os clientes. A maquilhagem dos rostos, nomeadamente dos lábios<sup>5</sup>, a pintura das unhas e os cabelos cuidados e penteados são aspectos fundamentais na apresentação das mulheres. Trata-se de meter em campo as acções adequadas à produção da «fachada» esperada no meio prostitucional, no sentido dado por Goffman (1993), colocada em prática em todos os momentos do quotidiano de trabalho da mulher que se prostitui, mesmo nos mais inesperados. Esta apresentação reflecte não só, por um lado, as suas preferências pessoais, estreitamente relacionadas com as suas origens de classe; como, por outro, as expectativas e os gostos dos clientes, também elementos constitutivos da classe. Quer dizer, a classe social não é, como justamente escreve Bourdieu (1979: 433-434), definida apenas pela posição do indivíduo na estrutura produtiva mas também pelo *habitus*, como mecanismo

(4) Sobre o poder de atracção destas partes corporais, cf. Kaufmann (1998).

(5) A boca, e em especial o seu elemento mais marcante, os lábios, merece uma atenção especial por parte das mulheres na sua apresentação. Considerada por Morin como um elemento fabuloso, pois é simultaneamente «o órgão da palavra, do comer, do respirar, do beijo» (1973: 153), a sua função erótico-sexual tem suscitado interessantes reflexões. Como escreve Morris (1967: 74-76), os lábios funcionam como um importante estímulo sexual, sobretudo quando são destacados por aplicação de *bátors* de cor vermelha ou outras de forte intensidade. É interessante notar que o beijo na boca constitui um campo reservado da vida sexual da trabalhadora sexual, raramente praticado com os clientes, como constataram também Handman e Mossuz-Lavau (2005) para o caso de Paris, podendo ser entendido como um mecanismo de «distanciamento afectivo» (Manita e Oliveira, 2002: 80).

associado àquela e mediador entre a estrutura e a acção. Tal implica um estilo de vida e a formação de um gosto que encontra no meio prostitucional uma certa homologia entre a mulher que se prostitui e o cliente que se envolve em práticas de sexo mercantil.

**Quadro 22:** Regulamento interno afixado num clube da zona de Verín (versão traduzida)

- As «chicas» devem cobrar, como mínimo, 30€;
- Cada subida é de 30 minutos. O que for acima, é da responsabilidade da «chica». A casa cobrará 5€ por cada meia hora adicional;
- As sábanas são de uso obrigatório;
- Após cada utilização, o quarto e os lavabos devem ser limpos pela «chica». Caso contrário, esta será sancionada em 10€;
- As «chicas» que habitam no 1.º andar do clube devem estar no bar até às 20H15;
- As «chicas» que habitam no 2.º andar do clube devem estar no bar até às 20H30;
- Os atrasos serão penalizados em 5€ por cada meia hora;
- As «chicas» que habitam fora do clube têm como dia livre a segunda ou a terça;
- As «chicas» que habitam no clube têm como dia livre a quarta ou a quinta;
- Salvo justificação médica, as «chicas» que faltarem ao trabalho nas noites de sexta, sábado ou domingo serão multadas em 40€ por noite;
- As «chicas» não podem abandonar o trabalho durante a noite. Se o fizerem, serão multadas em 40€;
- É proibido trabalhar com calças largas;
- Em caso de necessidade de deslocação ao quarto, deve solicitar autorização ao encarregado e só se pode fazê-lo até às 24H00;
- Não pode dormir nem estar sentada de costas para os clientes;
- O clube oferece duas bebidas (com ou sem álcool) às «chicas» para consumo próprio. Em caso de oferta, será cobrado o valor da bebida;
- O clube não tolera «borracheiras» ou zaraçadas nas suas instalações;
- Neste clube todas as «chicas» são iguais.

Ao contrário do que é julgado pelo senso comum, que tende a ver na relação sexual de cariz mercantil uma relação exclusivamente mecânica, esvaziada de outras dimensões, incluindo o afecto e a paixão, o relacionamento entre muitos clientes e as mulheres que vendem prazer sexual é bastante sofisticado. Toldados pelo desejo e por vezes também pela paixão – sentimentos que podem também condicionar as mulheres –, alguns clientes investem numa relação sentimental que proporciona às mulheres envolvidas vantagens instrumentais. São conhecidas na noite, em qualquer lugar ou contexto, as narrativas sobre clientes-namorados que, não raro em regime de vida dupla, consomem largas somas de dinheiro na sua relação com a prostituta-namorada, uma situação que é analisada noutros

capítulos com maior detalhe. Outras ainda mantêm relações sexuais com amigos, em que elas, apesar de receberem deles dinheiro, não os consideram, em sentido estrito, clientes, o que comporta em si alguma indefinição, ambiguidade, senão mesmo oportunismo: «*Além dos clientes, tenho os amigos. Eles pagam-me para ter relações sexuais, mas não os considero clientes, mas amigos*» (b46). Estas situações estão, no entanto, longe de se constituírem em regra. O mais frequente é, porém, a prostituta nunca chegar à condição de companheira, mantendo com os clientes relações sociais no espaço habitual de prestações dos serviços sexuais. Tal não deixa de introduzir um elemento de perturbação emocional, no quadro de um aparente paradoxo. Como nos dizia uma trabalhadora sexual brasileira, «*temos muitos homens e não temos nenhum*», de certa forma lamentando as implicações relacionais da vida que levava, pois, apesar de passar a noite na companhia de muitos homens — o que ela valorizava —, acabava a noite sempre sozinha.

## 2. A ITINERÂNCIA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DOS QUOTIDIANOS

O trabalho das mulheres em clubes de prostituição caracteriza-se por uma marcada rotatividade, ou seja, as mulheres, em geral, circulam de forma mais ou menos intensa entre os diversos estabelecimentos e, conseqüentemente, entre diferentes territórios. A sua ligação aos estabelecimentos e aos lugares tem, por norma, um carácter temporário e, na maior parte dos casos, recorrente, tal como se pode ver pela breve duração de estadia em cada clube ou local.

Quadro 23: Frequência na mudança de lugar da prática da prostituição

	N.º	%
Semana a semana	2	1,4
De mês a mês	21	14,2
Entre um mês e três meses	5	3,4
Entre três e seis meses	11	7,4
De ano a ano	10	6,8
Frequência não especificada	19	12,8
Quando lhe apetece	28	18,9
Não mudou nunca de local	52	35,1
<b>Subtotal</b>	<b>148</b>	<b>100</b>
Não resposta	52	(26%)
<b>Total</b>	<b>200</b>	

É certo que 35% de mulheres responderam «*nunca ter mudado de lugar*», sendo que esta resposta não corresponde liminarmente a situações de não-mobilidade e de fixação

definitiva a um determinado sítio. Ao contrário, ela pode subsumir várias situações: (i) mulheres estrangeiras recém-chegadas e que, portanto, ainda se encontram «presas» ao compromisso de amortização de eventuais dívidas de viagem perante o empresário do clube; (ii) mulheres que exercem a prostituição de rua, que raramente mudam de localidade; (iii) mulheres portuguesas a trabalharem em clubes que, beneficiando do estatuto de cidadãs nacionais ou comunitárias e, não raro, com raízes no lugar onde exercem a sua actividade, se fixam por mais tempo num mesmo estabelecimento do que as estrangeiras; (iv) mulheres que acabaram convertidas em «namoradas» e/ou «pessoas de confiança» do patrão; (v) acomodação ou até relativa satisfação face ao local e ao dono do clube, situação pouco comum. Somando, porém, o conjunto de mulheres que declaram mover-se com frequência, isto é, com uma temporalidade abaixo de um ano, ele perfaz um total de 52% que, se acrescido pelo conjunto de 13% de mulheres que não especificaram a frequência da mobilidade geográfica, temos 65% de mulheres que mantêm uma relativa mas notável mobilidade geográfica na sua actividade.

Esta mobilidade e itinerância decorre, basicamente, da necessidade de os clubes, por razões de competitividade, terem de renovar periodicamente a oferta e, com isso, prevenir situações de saturação por parte dos clientes, estimulando, antes, a sua curiosidade e a sua reconhecida apetência por «novidades»: «*Quando [se fica muito tempo num clube] os clientes já nos conhecem, a gente trabalha menos. Porque, aí, chega gente nova e eles querem é novidades!*» (b27)<sup>6</sup>. As mulheres portuguesas a trabalhar em clubes quando inquiridas tendem, como dissemos, a apresentar um padrão de mudança muito mais espalhada, confinada a circuitos mais curtos e circunscrita, na generalidade dos casos, ao território nacional<sup>7</sup>. Já, porém, a mudança de lugar dilui os riscos de as imigrantes ilegais serem encontradas e localizadas e, conseqüentemente, reduz a probabilidade de serem capturadas e deportadas. Por tudo isto o vínculo das mulheres aos clubes tem, por regra, uma duração temporal limitada, previamente fixada nuns casos, dependente noutros de decisões e avaliações pontuais por parte quer dos patrões, quer sobretudo das próprias mulheres. De duração quase sempre irregular, a permanência e o trabalho das mulheres nos clubes são, por via de regra, de temporalidade reduzida, produzindo situações de «rodagem», mais ou menos sistemática e frequente entre estabelecimentos de ambos os lados da fronteira, podendo mesmo estender-se a espaços bem mais alargados, de outros países e de outras regiões de Portugal e de Espanha. Não foi, por isso, raro que, ao longo do nosso trabalho de campo, uma ou outra mulher nos (re)aparecesse em contextos espaciais distintos: em Verín e em Braga, em Zamora e em Chaves.

Como já várias vezes deixámos referido, na fase imediatamente a seguir à sua chegada à

(6) Como na canção famosa de Jacques Brel, Jef: «*Et si t'es encore triste // on ira voir les filles // chez la madame Andréé //, parait qu'y en a de nouvelles*».

(7) A grande excepção detectada durante o trabalho de campo é constituída por Fuentes de Oñoro, onde a presença de mulheres portuguesas em clubes é ainda relativamente expressiva. Trata-se, todavia, de uma situação muito peculiar, por razões discutidas noutros capítulos.



Europa, a esmagadora maioria das mulheres viaja financiada por terceiros, em regra proprietários dos clubes para onde vêm trabalhar. Por isso ficam sujeitas a toda uma série de restrições à sua liberdade e, sobretudo, à sua mobilidade. Trata-se, como repetidamente nos foi dito, de assegurar o cumprimento integral das dívidas que os financiadores das suas viagens lhes apresentam, e não tanto, como aliás pode parecer e é comumente presumido, de assegurar a disponibilidade de «mão-de-obra» para o negócio, um argumento que alguns dos empresários com quem falámos rebatem com base na constatação do elevado número de mulheres que vêm e, mais significativo ainda, das que estão dispostas a vir trabalhar neste lado do mundo, ainda que seja para a prostituição. Assim, dizem, não vale a pena prendê-las para obrigá-las a trabalhar neste ou naquele clube, pois, normalmente, «quando uma se vai embora, há logo três ou quatro para o lugar dela» (empresário da zona de Zamora), um argumento que aparece replicado nas palavras das próprias mulheres: «*nadie nos engaña ni nos obliga a venir. Desgraciadamente nuestros países son pobres y hay cola de voluntarias*» (mulher latino-americana in *La Vanguardia*, de 5/3/2000 citado in Navarro et al., 2001: 68).

Ultrapassado o «acerto de contas» – em que a dívida é duplicada ou triplicada, implicando, portanto, exploração ou, no mínimo, um abuso na base de um contrato oral leonino –, as mulheres e outros agentes do meio igualmente inquiridos coincidem, largamente, em afirmar que nada impede a sua circulação, com base na qual constroem e concretizam as suas escolhas de trabalho, tal como refere um gerente de clube da zona de Bragança:

«Cá [do lado português da fronteira] acontece o seguinte: se a mulher tem de pagar uma passagem, vem para aquele clube e, enquanto não pagar a passagem, não sai de lá... o patrão preocupa-se que ela vá embora sem pagar... A partir daí [depois de ter pago], cada um é livre».

Esta é também a percepção por parte das mulheres: «A gente não é obrigada a estar num lugar em que não ganha dinheiro! Por isso...» (b29), ou seja, elas deslocam-se sempre que o ambiente não é favorável. Embora a mudança seja, pelas razões acima indicadas, uma dimensão estruturante da substituição de clubes que observámos, a frequência com que as mulheres mudam, assim como as motivações ou razões imediatas que orientam as decisões de mudança e a escolha de um novo clube, são muito diversificadas. Na maioria dos casos, a circulação entre clubes, nomeadamente das mulheres latino-americanas, é feita por sua conta e risco, tendo em vista a realização de objectivos pessoais diversos, entre os quais se destacam:

[...] a busca de melhores condições materiais de trabalho; a aproximação a uma ou outra colega a quem se sentem mais ligadas, seja por simples laços de nacionalidade comum, seja por companheirismo e amizade; e, mais raramente, mas nem por isso menos importante, meras razões de curiosidade, vontade de conhecer novos ambientes e espírito de aventura (Ribeiro e Sacramento, 2002: 210).

O núcleo duro das motivações imediatas subjacentes à mudança de clube e de lugar é, efectivamente, constituído pela perspectiva de melhorias laborais, antes de mais pela perspectiva de encontrar mais clientes e, conseqüentemente, maior rendimento: «Se a casa trabalha bem, a gente fica mais tempo. Agora, se a casa não trabalha bem, a gente fica apenas uma ou duas semanas» (b30). A expressão «uma casa trabalhar bem» remete, em primeiro lugar, para o facto de um clube ter um nível elevado de frequência por parte dos clientes, mas estão aí subentendidos também outras vertentes que, genericamente, aparecem referenciadas como o «ambiente da casa». Este recobre, entre outros factores, as condições materiais de trabalho, a qualidade e o conforto das instalações, a alimentação, aspectos do ambiente relacional predominante com patrões, com funcionários e entre as próprias mulheres, como o refere uma delas: «A frequência com que mudo de casa é muito variável. Tudo depende do 'ambiente' do estabelecimento» (a26). Um factor importante também focalizado é o da segurança: «A única exigência que ponho é sentir-me em segurança. Procuro sempre sítios onde me sinta segura» (c53). Aliás, esta necessidade de segurança aparece como uma das mais decisivas justificações para as estadias mais dilatadas em determinados clubes e em determinados lugares: «Não gosto muito de aventuras. Acho muito arriscado. Por isso, quando estou bem...» (b35).

Numa minoria de casos, a itinerância é ditada pelo simples desejo de «mudar por mudar», seja para prevenção da saturação e da rotina, seja para conhecer meios e pessoas diferentes: «Adoro mudar! Gosto de fugir! Ainda agora vim de Faro para Chaves e, daqui, estou a pensar ir para Espanha!» (b29). Este gosto pela mudança constante ocorre sobretudo entre as mais jovens, as que estão em início de «carreira». As mais velhas e com mais anos de trabalho no sexo mercantil têm outras perspectivas: «Agora já nem tanto. Já não gosto muito de andar aos trambolhões. Mas primeiro gostava muito de mudar de sítio» (p25). Quase sempre e sobretudo nos clubes sediados nos espaços fronteiriços do lado português, a circulação das mulheres é feita de uma forma relativamente autónoma, por decisão das próprias e tendo como referência um quadro informativo actualizado por via telefónica, mais exactamente por telemóvel, a partir de várias fontes, de que há a destacar as próprias colegas: «É assim: eu estou num lugar que não está trabalhando bem. Aí uma amiga já liga [e diz]: "Olha vem para cá, que aqui está trabalhando bem". E a gente vai» (b48). Esta circulação também é confirmada por outros agentes, nomeadamente empresários, empregados e outros, tal como, a este propósito, nos dizia um gerente de um clube da zona de Bragança: «A mulher normalmente salta de clube em clube. Ou porque é uma amiga, ou porque é alguém que lhe diz que ali está melhor, prontos... nunca está muito tempo no mesmo sítio». O telefone é realmente um elemento central em todo o processo de troca. É por ele que se pedem e chegam as informações para planear a próxima mudança de clube. É, em regra, também por ele que se contactam os responsáveis do clube escolhido a pedir para lá ser aceite:

«É tudo na base do telefone, o contacto com a casa, tudo... [por exemplo] eu trabalho hoje numa casa e aí eu conheço uma menina que não conhecia. Aí já uma menina

*dá o telefone para a outra. Quando ela ou eu vai trabalhar numa outra casa, a gente sempre se liga e diz: "Como é que estás? Estás trabalhando bem?. Aqui estou trabalhando muito bem". Ai, se na casa onde você está, não está trabalhando bem, você... [pergunta] "Posso ir para aí?"*» (b25).

Neste processo de circulação de mulheres relevam a flexibilidade e a recorrência de saída e retorno aos mesmos lugares:

*«Lá lá estive de outras vezes, mas [da última] sai de lá brigada [do clube de onde saiu há cerca de meio ano e para onde vai voltar a trabalhar]. E agora até pensei: Como é que eu vou telefonar a dizer que vou voltar?! Mas telefonei! "Olá. E ela [a gerente do clube]: "Oi G..., como é que você tá? Tudo bem?... " E pronto, hoje vou para lá outra vez»* (b28).

Esta relativa autonomia das mulheres na definição dos seus itinerários laborais é amplamente reconhecida pelos patrões do sector, os quais, por outro lado, também reconhecem que dessa autonomia pode resultar alguma instabilidade para o curso normal do negócio, pois, embora algumas vezes as mulheres comuniquem a saída com alguma antecedência, não é contido raro que elas abandonem a casa de forma mais ou menos inesperada, podendo com isso criar situações pontuais de falta de oferta nos clubes, tal como desabafa um empresário de um clube na zona de Chaves:

*«Agora, com a mania da independência, hoje estão aqui, amanhã uma amiga telefona-lhes e lá vão sem dar cavaco. Andam assim, de sítio para sítio, sem darem contas a ninguém. Eu, presentemente, estou com falta de meninas. Olhe, estou aqui à espera [com dois telemóveis na mão] que duas me telefonem, a dizerem se vêm ou não. Elas dizem que vêm, mas depois, em calhando, não aparecem».*

As «ordens» de despedimento de mulheres, por parte dos patrões dos clubes, parecem ser pouco frequentes, talvez porque face às situações que os passam justificar sejam as próprias a tomar a decisão de partir sem esperarem que as despeçam: «[A saída de um clube] não é uma questão de o patrão mandar embora. É muito difícil a um patrão mandar você embora. A questão é que [por uma razão ou outra] você já não está trabalhando bem» (b25). Segundo pudemos apurar, do lado espanhol a circulação das mulheres entre clubes andará mais controlada pelos patrões, sendo muitos os clubes que exigem uma espécie de inscrição prévia das mulheres a solicitar entrada (*plaza*), e estando a permanência fixada num tempo certo de 21 dias<sup>8</sup>. Também recolhemos alguns indícios de que em Espanha os patrões, sobretudo os de zonas de maior relevo e incidência do negócio de clubes, poderão ter um papel mais interventivo nas mudanças das mulheres, podendo mesmo «negociar» trocas entre eles:

(8) Esta duração tem a ver, ao que nos foi dito, com os ciclos menstruais das mulheres.

*«Em Espanha acontece isso. Os donos, os gerentes, quem está à frente, é que muitas vezes fazem trocas, quer dizer, é que combinam mudar as caras... Mesmo que as mulheres tenham dívidas ao clube, elas são cobertas pelos outros»* (gerente de um clube da zona de Bragança).

Em Portugal, assim como em muitos clubes da área raiana espanhola observada, a entrada e a saída das mulheres dos clubes continua, porém, a suceder-se de forma consideravelmente aleatória, em função das avaliações conjunturais que elas próprias ou os patrões vão fazendo.

### 3. CONFLITOS E SOLIDARIEDADES NO TRABALHO: PATRÕES E COLEGAS

O relacionamento com patrões e colegas é diferenciado e até bastante variável, pelo que se justifica um tratamento diferenciado: por um lado, as relações com os patrões e, por outro, as relações entre colegas.

#### 3.1. Trabalhadoras sexuais e patrões

O relacionamento entre patrões e trabalhadoras sexuais não obedece a um único padrão. Em alguns casos prevalece a figura do patrão paternalista, atento e procurando satisfazer as necessidades das mulheres, numa relação não muito distante das conhecidas relações de patrocínio, ou seja, na expressão de Silva (1998), «servindo para servir-se», muito comuns nas sociedades tradicionais mas também presentes noutros casos em que domina a relação distanciada e «profissional», típica das grandes organizações guiadas pelas lógicas presentes em contextos empresariais e outros tipos de instituições de carácter político-partidário e estando que, conquanto não exista entre ambos uma relação formalmente definível como de assalariamento, ou seja, de «patrão-empregada», ainda assim a mesma comporta elementos de dependência e de poder que se aproximam daquelas que subordinam os trabalhadores aos detentores do capital. Esta dependência pode, nalguns casos extremos, assumir a forma de relacionamento sexual das mulheres com os patrões para quem trabalham, no contexto do que deve ser entendido por situações de assédio sexual. A ocorrência destas situações mostra, com efeito, a complexidade e as particularidades que conformam a relação entre os donos de clubes e as trabalhadoras sexuais, sendo bastante comum que estes acabem elegendo alguma delas como amante, ou elevando-a à categoria de «mulher de confiança» e entregando-lhe funções de gestão e coordenação das casas e das mulheres:

*«Eu percebi logo que ela era ótima para lidar com as brasileiras. [Então] pu-la a controlar o trabalho das mulheres. Passou a ser a que vivia e dormia comigo. Ela é que*

*mandava ali [no clube]. Eu não sabia de nada. Eu só contei o dinheiro no primeiro dia... depois passou a contá-lo ela»* (empresário da zona de Verín).

A conflitualidade entre trabalhadoras sexuais e patrões gira em torno das condições de trabalho, incluindo aspectos como a pontualidade, a assiduidade, a alimentação fornecida e as condições de higiene e conforto, para além das questões de controlo e de disciplina que alguns, poucos, tentam impor sobre as mulheres, sobre as suas rotinas e quotidianos não laborais. A contestação raramente se faz sentir em terreno aberto, antes ocorre sob o que Scott (1990) designa de «registos ocultos», quer dizer, sob formas mais ou menos latentes e, muitas vezes, silenciosas, de dissidência e, por vezes, de censura que produzem e fazem circular entre elas, incidindo especialmente sobre a qualidade da alimentação e o conforto dos quartos, muito especialmente no que respeita ao aquecimento nos meses de inverno. Mesmo quando, pontualmente, acontecem situações de rareficação de oferta de trabalhadoras sexuais, devido às práticas mais severas e sistemáticas de controlo da imigração proveniente dos países pobres e uma intensificação da vigilância policial sobre os sectores prostitucionais, os proprietários dos clubes não deixam de pôr em prática formas mais ou menos explícitas de vinculação das mulheres ao clube onde prestam serviço, contrapostas por estas com acções mais ou menos encobertas de resistência e oposição. As práticas dos patrões podem passar pelo controlo do quotidiano das mulheres, incluindo os espaços e tempos extralaborais, largamente facilitado quando elas residem no próprio clube, e pela retenção dos passaportes, prática frequente quando elas possuem dívidas para com o dono do clube, quase sempre relacionada com a viagem para a Europa. Daqui não decorre, porém, que o controlo chegue até ao tipo de serviço prestado. É de referir, por exemplo, a forma enfática como uma trabalhadora sexual marroquina, a trabalhar num clube propriedade de um empresário conhecido pela sua postura arrogante e autoritária, teria replicado num momento de inquirição: «*Com a minha cona faço o que quero*». As condições remuneratórias não parecem constituir um campo de confronto entre patrões e trabalhadoras sexuais. Estas raramente colocam em causa as receitas arrecadadas pelo clube, tão-pouco discutem o valor cobrado aos clientes, admitindo que são preços adequados aos tipos de serviço prestados, nomeadamente os de natureza sexual: «*Dou contos ao dono do bar que não é chulo: copos são a meias. Em relação às quecas, é diferente. A minha relação com o dono do bar é boa, com base no acordo oral*» (b34).

O comportamento e as atitudes das mulheres nos espaços de recepção dos clientes são, em todos os clubes, objecto de observação e vigilância por parte dos respectivos patrões e/ou seus mandatários, o que converte este campo de trabalho numa área de significativa tensão entre patrões e mulheres. Embora não possam ser tomados como norma, alguns proprietários de clubes colocam em acção determinadas práticas de repressão verbal e violência simbólica no que toca às obrigações das mulheres enquanto prostitutas:

*«Isso claro... de eu as mandar: "Ó menina, olha aquela mesa lá em baixo; ó meninas, mas vocês estão a dormir aí?! Isto aqui não é uma igreja! É uma casa de putas, é para se trabalhar..." As vezes quando estão lá, assim, meia dúzia delas sentadas e estão dois ou*

*três clientes sem ninguém, digo-lhes: "Aqueles homens vieram aqui pra me ver a mim, é? Vou eu fazer de paneleiro, é? Vamos lá a ver! Isto aqui é como um restaurante, nós sois a carta, a emental! Vamos lá dançar um bocadinho p'rá pista!"»* (empresário da zona raiana).

Os desempenhos junto dos clientes, medidos sobretudo pela capacidade de lhes proporcionar um ambiente que os cativa, e, de alguma forma, os faça sentir a gosto e os atraia ao clube – o que no meio é designado como «trabalar bem», por um lado, e por outro como uma postura de *low profile* da mulher face às instâncias de administração do clube –, aparecem, de resto, amiúde apontados como factores decisivos para o bom relacionamento que muitas delas dizem ter com os patrões: «*Eles [os donos de clubes] gostam muito de mim. Eu sou muito bem educadinha. E eu sempre trabalhei bem*» (b34). Nos julgamentos que as nossas entrevistadas fazem dos patrões assinalam os factores de ordem subjectiva – as qualidades pessoais destes, as características de personalidade e a natureza do «temperamento». É com base nestes critérios que afirmam que a generalidade dos patrões que conhecem não lhes têm dado razões de queixa maior, são «gente boa», «caras legais», sentindo-se bem tratadas por eles. É também a partir do mesmo tipo de parâmetros que sobre outros, em número bem mais reduzido, profere testemunhos consideravelmente diferentes. Em regra, os patrões tidos como mais duros, mais exigentes e mais agressivos, logo como mais temidos, eram, à data do inquérito, alguns dos mais «poderosos» no meio, isto é, os que directa e indirectamente controlavam mais casas, com maior volume de negócio e ligações e que, por isso, pareciam ser também temidos por alguns dos seus pares. Foi essencialmente em referência a este último tipo de patrões que algumas mulheres manifestaram a sua discordância e revolta quanto a esquemas e mecanismos de exploração da sua força de trabalho e serviços sexuais, enfatizando a necessidade de implementar modalidades alternativas em que elas próprias se organizem e possam apropriar-se, na íntegra, dos ganhos dos serviços sexuais prestados:

*«As mulheres deviam juntar-se, pois estas casas ficam ricas. Cada filho do patrão tem um BMW. Nós somos exploradas. A mulher que trabalha nesta vida devia de ficar com o dinheiro todo. Nós é que temos de trabalhar e somos maltratadas. Nós trabalhamos e eles ganham tanto como a gente. Se a gente quer água, eles cobram; um compal, eles pagam-se... Até os aquecedores nós pagamos, cinco euros por dia»* (p31).

Cientes dos factores de constrangimento face aos patrões e seus mediadores, muitas das mulheres mantêm com estes uma atitude operacional e pragmática de coexistência: «*Não me dou nem bem nem mal. Ele na dele e eu na minha*» (b20). Por outro lado, são extremamente cautelosas em conversas de proximidade ou intimidade, quer com mediadores do patrão quer com estranhos que não lhes inspirem confiança: «*Temos de ter cuidado para não dar trela aos mafiosos. Podem explorar as mulheres*» (b27). Esta última observação parece indiciar a existência de casos de redes de mercantilização do sexo temidas pelas mulheres e sobre as quais evitam mesmo falar, e muito menos denunciar por medo de retaliações ou represálias.



As condições de alojamento podem também funcionar como um factor adicional de conflitualidade entre as trabalhadoras sexuais e os patrões, por ser certo e corrente que muitas residem em espaços que são providenciados por estes últimos, seja nas instalações dos próprios clubes, seja no exterior, em apartamentos e moradias. As que são constrangidas ou optam pela solução de se deixar albergar por conta do próprio patrão fazem-no, evidentemente, por razões variadas: contenção de despesas, proximidade e facilidade de acesso; resguardo em relação aos controlos policiais, dependência em relação ao proprietário do clube, em especial por motivo da dívida contraída com este. O alojamento, em particular o que se situa fora do clube, tende a apresentar níveis de conforto relativamente baixos, nomeadamente em termos de aquecimento, situação reconhecida como mais gravosa nos clubes instalados em território português. Ora, considerando as temperaturas médias dos invernos, em especial na raia transmontana e beirã, e a proveniência tropical da quase totalidade das mulheres, as deficientes condições de aquecimento do alojamento tornam o seu dia-a-dia particularmente difícil e penoso. São, por isso, um foco permanente de desconforto e descontentamento, podendo, no limite, levá-las a optar por residir em alojamento arranjado por sua própria conta em apartamentos alugados, quase sempre partilhados com mais colegas.

#### Alojamento das mulheres na N (distrito de Bragança) Habitação disponibilizada pelo proprietário do clube

Edifício situado a cerca de dois quilómetros da cidade, num entroncamento de duas estradas de alguma importância. O custo da deslocação em táxi desde o centro urbano ronda os cinco euros. Trata-se de uma habitação de dois pisos (r/c e 1.º andar), de construção relativamente recente, fria, mal isolada e com acabamentos medíocres. Não tem praticamente outras casas de habitação na vizinhança imediata. No rés-do-chão, de frente para a estrada, está instalado um comércio misto (materiais de construção e outros).

O alojamento das mulheres situa-se no primeiro andar, com entrada por uma escada exterior, localizada nas traseiras do edifício. A entrada é directa para uma cozinha, que parece ser o centro da vida da casa. O mobiliário da cozinha é de fraca qualidade: armários de cozinha de contraplacado castanho, mesa redonda e cadeiras do mesmo material, um sofá já muito usado, um armário-louceiro, muito danificado, sem portas, um televisor, um fogão e um frigorífico. Tem ainda uma lareira. Por cima do sofá amontoa-se uma colecção de revistas populares e de «coração» (tipo *Maria*). O interior é constituído por uma série de quartos que se distribuem de ambos os lados de um longo corredor, que termina num espaço ocupado por uma casa de banho (única) que faz frente para um quarto. O chão de toda a casa é em tijoleta, incluindo os quartos. As janelas são de vidro simples e não têm qualquer resguardo — persianas, portadas ou cortinas. Os vidros das janelas nos quartos são forrados de papel autocollante, que pretensamente substituem as cortinas, e fazem «escuro».

Os dois quartos visitados são de dimensões reduzidas. Cada um tem duas camas individuais, junto às respectivas paredes, separadas por uma mesa-de-cabeceira, num caso, e um banco de cozinha, noutro. O mobiliário é pobre, feito de peças soltas, cada cama diferente da outra. Nenhum quarto tem armários ou roupeiros (também não têm espaço para isso). Numas mes-

tas de fraca qualidade alinham-se as malas de viagem das ocupantes, onde elas guardam as coisas pessoais (as malas estavam abertas e cheias, dando ideia de que estão aparentemente sempre feitas). Por debaixo das camas arrumam-se outras malas, as do calçado. Em pregos e cabides de parede alinham-se carteiras de mão, blusões, casacos, as peças de vestuário que estão a ser usadas no dia, bem como as toalhas de rosto. As camas estão quase sempre desfeitas, deixando ver roupas de pouca qualidade, como lençóis desemparelhados e cobertores, estes em número apreciável. Num dos quartos, uma das ocupantes instalou um pequeno televisor de sua propriedade. Em prateleiras improvisadas dispõem-se colecções de frascos e de boiões de produtos de higiene e de beleza. Não há quadros nem fotos à vista. Num dos quartos uma ocupante mantém uma jarra com flores perto da cabeceira da cama. O reduzido espaço dos quartos está praticamente atravancado com as camas e as malas das ocupantes. Ficou-nos a ideia de que os quartos, e mais em concreto as camas, serão espaços sobreutilizados pelas mulheres durante o tempo em que não trabalham, sobretudo quando faz mais frio.

A higiene geral é relativamente superficial, não se registando, no entanto, a existência de lixo acumulado. Enquanto se conversava com uma das mulheres, surgiu, debaixo da cama onde me sentava, um «bicharoco» preto, parecido com uma minhoca, que ia subindo pela parede e que se associou ao excesso de humidade que se sentia no quarto. A casa de banho é espaçosa, tem uma máquina de lavar, e está mobilada com peças soltas e algo danificadas, como por exemplo espelhos. Não estava suja, apenas desarrumada, com peças de roupa pelo chão, perto da máquina de lavar, e toalhas fora do sítio. Havia bastante água no chão. Mais do que a falta de limpeza, é a relativa desarrumação dos espaços que salta à vista. Talvez o número elevado de ocupantes da casa explique esta relativa desordem.

Resumindo, trata-se de instalações do tipo *casa que é de todos, come-a o lobo*, com nítida aparência de casa de «passagem», sem grande conforto, com o mínimo de requisitos para a finalidade a que se destina, mas que para muitas das mulheres que por lá se alojam deve, mesmo assim, estar uns pontos consideráveis acima relativamente às casas onde têm vivido nos seus países de origem (observações feitas nos dias 12 e 19 de Outubro de 2002).

Quando residentes no local de trabalho, como foi acima afluído, as mulheres ora ocupam os quartos onde prestam os serviços sexuais, ora possuem espaços habitacionais distintos daqueles. Em qualquer dos casos, o quarto para dormir, quando não a própria cama, é quase sempre partilhado por duas ou três mulheres. Trata-se do principal espaço de lazer, onde elas convivem e passam uma boa parte do tempo de não-trabalho. Quanto à alimentação, cabe geralmente à gerência do clube a aquisição de géneros e outros produtos necessários à manutensão quotidiana das mulheres. Ela é normalmente confeccionada por uma empregada especialmente contratada para o efeito, muitas vezes uma antiga trabalhadora sexual, retirada por razões de idade, desqualificação ou cansaço em relação ao exercício da profissão. É de salientar que a qualidade da alimentação servida e, sobretudo, a avaliação da relação qualidade-preço constituem, muitas vezes, aspectos decisivos para a escolha e a permanência da mulher em determinado clube. Quando de má qualidade ou em quantidade insuficiente, torna-se motivo de conversa e críticas mais ou menos encapotadas à administração do estabelecimento e, não raro, razão principal para a partida da trabalhadora sexual para outro sítio.

Para além da A., encontramos também a G. Está há 45 dias em Portugal, tendo trabalhado também no *Prazer Dourado*. Em ambos avaliou positivamente a relação com os patrões. No *Prazer Dourado* os clientes sobem para os quartos habitados pela prostituta. No *Cinco Estrelas*, as principais queixas relacionam-se com a falta de água durante o dia. A A. está a viver em condições inferiores àquelas que usufruiu em Verín. Mas decidiu mudar-se para se afastar um pouco do ambiente em que estava mergulhada, tentando quebrar um pouco as rotinas ligadas ao elevado consumo de álcool. Embora sem reconhecer, certamente tenta locais mais rendíveis, fugindo à crise que se faz sentir na zona de Chaves e Verín (Braga, 2/07/2002).

Quando residem fora dos clubes, a alimentação é confeccionada pelas próprias mulheres, que para tanto se organizam em esquemas de distribuição rotativa de tarefas: fazer as compras, elaborar as ementas, cozinhar, lavar a loiça e arrumar a cozinha. Difícil de implementar e gerir, a organização interna das residentes é, por isso mesmo, amplamente reconhecida como fonte permanente de tensão e conflitualidade, ora latente, ora aberta, tal como textualmente ouvimos de uma mulher sobre a distribuição das tarefas em casa: «... *essa é a droga, essa é a confusão. Quem limpa? Quem faz? Confusão geral!*» (b33). Todavia, a confecção das próprias refeições é vista pela generalidade das mulheres como benéfica, pois permite a elaboração de ementas mais próximas e ajustadas aos seus hábitos e preferências culturais. Em suma, a relação entre as prostitutas e os patrões – quase sempre pequenos empresários conservadores e munidos de uma dupla moral que os impede de objectivarem o que efectivamente são – não deixa de ser atravessada pelas relações de poder que se estabelecem noutros espaços de produção ou distribuição, incluindo aqueles em que a relação salarial está, por vezes, disfarçada sob um falso trabalho autónomo. Como acontece neste «regime salarial», ao qual estão em parte sujeitas as trabalhadoras sexuais, elevado pelo neoliberalismo a uma condição generalizada, as remunerações estão dependentes da prestação efectiva de trabalho. Extremamente flexível, implicando um elevado nível de incerteza em termos de rendimento, ela é agravada pela dificuldade, por vezes absoluta, de acesso a mecanismos públicos de saúde e segurança social.

Sobre as trabalhadoras sexuais incide uma dupla dominação: de classe (também de exploração) e de género, ao qual se junta, quando estrangeiras e ilegais, uma dominação com base na nacionalidade, fundada na imposição legal da ausência de direitos, moralmente de trabalho. Trata-se, neste caso, de uma evidente consequência da desigual repartição dos bens e recursos económicos, inerente à natureza do capitalismo. Enquanto a moeda, as mercadorias e os serviços estão protegidos pela letra do Direito internacional e nacional, circulando sem restrições por todos os espaços estatais, mesmo que daí resultem prejuízos graves para ecossistemas e seres humanos, estes últimos continuam atados a um conjunto de regras e mecanismos restritivos de circulação que mais não fazem do que consolidar a dominação com base na classe, acrescida da exclusão pela nacionalidade – tudo na mira de não colocar em causa a ordem estatal de que depende a boa circulação dos bens e serviços. A atomização e a precariedade a que normalmente sujeitam as mulheres que se prostituem, associadas ao peso dos estigmas que carregam, concorrem

para dificultar o estabelecimento de formas colectivas de organização e de defesa de interesses. Por isso, as únicas formas que, quase sempre, lhes restam para gerir e atenuar o desequilíbrio de poder e de outros meios face aos patrões são, por um lado, a activação de relações de solidariedade grupal, em especial as inspiradas na nacionalidade comum, e por outro a mobilização dos seus parcos recursos, incluindo os atributos físicos e a *performance* sexual.

### 3.2. As colegas

O relacionamento com as colegas de trabalho é atravessado por tensões e conflitos mas também por solidariedades e complicitades, o que concorre para a negação da ideia, interiorizada e recorrentemente invocada pelas próprias mulheres, sobre a raridade ou mesmo a ausência completa de relações de afecto, solidariedade e entejada no seio do colectivo de colegas de trabalho, tão bem expressa sob a fórmula muito ouvida de que «*no mundo da putaria não existe amizade*». Ora, e para citar apenas dois exemplos, tanto a entrada na profissão como a rotação das mulheres entre bordéis dependem, em boa medida, das redes de entejada e solidariedade de tipo informal por elas postas em prática. No mesmo registo inscrevem-se igualmente as expressões e as práticas de solidariedade interpares, as quais, em regra, se desencadeiam na sequência e em resposta a agressões ou despropósitos de maior gravidade por parte de clientes ou de patrões sobre alguma delas. A doença ou qualquer episódio igualmente dramático que se abata sobre qualquer das mulheres são também reportados pelas nossas entrevistadas como momentos altos de trocas de apoio entre colegas: «*Eu tive uma queda, a cadeira quebrou e eu caí. Machuquei o meu joelho. Ai, fiquei uns dias na casa de umas amigas em Verín, que me receberam e me cuidaram. São também brasileiras*» (b48). Estas formas de solidariedade entre as trabalhadoras sexuais manifestam-se noutros planos, como reconhecem os próprios empresários: «*A brasileira pode estar a dizer que mata e esfoia outra. Entre elas é uma guerra pegada! Mas, se você der um 'chapo' numa delas, é logo tudo contra si! Juntam-se logo todas! São muito unidas e baírristas*» (empresário da zona de Verín). É de ressaltar que o carácter ilegal da permanência de muitas das mulheres estrangeiras foi algumas vezes mencionado como constituindo um factor que pode atrapalhar este tipo de práticas de solidariedade, ou seja, da solidariedade ditada pela necessidade de enfrentar terceiros – especialmente patrões e clientes – em plena posse de direitos de cidadania e, portanto, em flagrante superioridade legal e social. Comentando um episódio de violência física e verbal de um patrão sobre uma brasileira, uma das nossas entrevistadas, que foi como várias outras testemunha do incidente, acabou por se referir ao facto nestes termos:

«As outras... lá... todo o mundo sem se mexer... Nada, ninguém se metia... pois tinha só uma brasileira que estava legal. O resto era tudo ilegal. Infelizmente ficou difícil de agir pelo facto de todo o mundo estar com medo de ele mesmo chamar a polícia,

porque ele é português, está legal no país dele. Eles iam acreditar nele. Nós estamos ilegais e aí fica mais difícil para tudo» (b25)<sup>9</sup>.

A constatação de relações de apoio mútuo e de companheirismo entre as mulheres não implica, porém, obnubilamento das rivalidades e a concorrência presentes nestes contextos. Tal como acontece também em outros contextos laborais, o meio profissional é marcado por lutas permanentes que exprimem situações de atomização e de concorrência cerrada entre os indivíduos, em boa medida impostos pelo regime remuneratório baseado no rendimento ao serviço e pela extrema precariedade da relação estabelecida com a entidade proprietária do clube. Elas são particularmente intensas em períodos de crise e desequilíbrio entre a oferta e a procura. Mas não só. Muitas vezes, e de forma assaz intensa, há a considerar os problemas das suas vidas pessoais:

«São muito fofoqueiras, puta que as pariu. Falam muito umas com as outras. Eu não me misturo muito com elas. Eu estou num quarto sozinha. Mas tem um quarto com três. Mas são amigas, não querem separar-se. Nós subimos para os nossos quartos, não é muito bom, não. O mal das garotas é que todas têm problemas. Todas estão devendo, todas têm de pagar isto e aquilo, é o filho que tem este problema... Elas não sabem viver a vida delas e deixar os problemas um pouco para trás. É que para trabalhar em putaria primeiro é necessário esquecer os problemas pessoais para trás para lidar com as pessoas. Se não se deixa os problemas pessoais para trás como é que se pode ir num homem? Não é verdade?» (b46).

É evidente que os conflitos são uma dimensão, quicá mesmo a mais visível, das relações entre colegas de ofício. A prevalência da conflitualidade entre as mulheres é, aliás, muito sublinhada pelos próprios empresários do sector. Apesar de as mulheres serem a fonte dos grandes proveitos monetários que arrecadam, e bem assim da situação de inequívoca vantagem que detêm face a elas, alguns, numa postura de evidente falsa vitimização, e seguramente também como forma de autolegitimação das derivas autoritárias que praticam, chegam até a eleger a gestão das relações entre elas como um dos aspectos mais negativos do seu negócio: «Ter uma casa de prostituição é a profissão mais difícil do mundo! Pode acreditar que é! Aturar as mulheres é cá um petisco!» (empresário da zona de Bragança). Os conflitos dentro do grupo das mulheres têm muito a ver com a disputa de clientes, não raro atravessada por suspeitas e acusações de práticas desleais tais como a não utilização de preservativo; a abordagem agressiva do cliente, não deixando margem de manobra às outras mulheres; a captação de um cliente que outra considera ter fidealizado; a intriga e/ou desvalorização desta ou daquela colega, sobretudo no que diz respeito às suas «competências profissionais». A um outro nível, a conflitualidade está, como mais

(9) Deve-se, porém, considerar que o empresário não chamaria de ânimo leve a polícia, pois poderia ver-se envolvido em problemas decorrentes do carácter ilegal da actividade.

abaixo voltaremos a abordar, relacionada com as quezílias resultantes da vida em comum, num meio relativamente fechado, sendo muitas vezes reflexo do *mal de inveja* gerado pelo desigual sucesso das mulheres e consequentes diferenças nas remunerações auferidas<sup>10</sup>.

O empresário disse-nos que não aceita mulheres a trabalhar sem preservativo. Entende tal prática como concorrência desleal, indutora de enorme conflitualidade e geradora de prejuízos para a casa. Segundo ele, a concentração de clientes naquela(s) que prestar(m) serviços desprotegidos poderá acabar por forçar as outras a abandonar a casa, que se vai, desta forma, esvaziando de mulheres (Bragança, 15/10/2002).

Estivemos com a L. e uma outra brasileira. A L. era trabalhadora numa loja de decorações. Ganhava 250 euros por mês. Falámos das relações com os clientes e com as colegas colombianas. Acusaram os espanhóis de serem rudes e pouco limpos. Preferem os portugueses. Dizem que são mais cordiais, respeitam as mulheres, raramente são agressivos. Voltaram a referir que os portugueses têm uma grande preferência pelo sexo anal. Muitos gostam também de inverter os «papéis», serem penetrados pelos dedos das prostitutas e, eventualmente, recorrer a vibradores e outros acessórios. A conflitualidade entre colegas gira muito em torno do «mal de inveja». As colombianas encaram mal o maior sucesso das brasileiras com os homens. Estas, por sua vez, consideram-nas muito agressivas e quezilentas, mesmo entre elas. A L. disse que nunca faz sem preservativo. Desde que está na noite, apenas uma vez ele rebentou (Xinzo de Límia, 22/7/2002).

Analisando os resultados apurados no inquérito, a maioria (85%) considera ter boas relações com as colegas, em termos tanto estritamente profissionais como pessoais, incluindo amizade e companheirismo: «Vivemos umas com as outras, acordamos, brincamos para esquecer o trabalho. Às vezes temos uma 'rasouile' [discussão], mas não lhe ligamos» (b50). Esta elevada percentagem de respostas classificando como positivo o relacionamento geral com as colegas é, contudo e como veremos, grandemente questionado pelas apreciações qualitativas que acabam desenvolvendo sobre o mesmo assunto.

As mulheres que trabalham na estrada ou na rua, embora possam sentir alguma competitividade na partilha de certo território e nas formas de captar os clientes, manifestam, na maior parte das vezes, algum sentido de coexistência pacífica e, não raro, também alguma forma de entreatada e solidariedade pelo facto de operarem em locais desabridos e menos protegidos: «Temos que nos respeitar mutuamente para não haver problemas» (p38); «Tentamos, sempre que possível, ajudar-nos umas às outras ou a protegermo-nos ou a tomar conta do sítio» (p30). Todavia, há que ressaltar que, mesmo admitindo como boas as relações com colegas de trabalho, são muitas as que igualmente reconhecem a convivência com as outras mulheres como sendo um terreno com elevado potencial de conflitualidade, em

(10) Como esclarece Silva (2002b), a inveja funciona como um mecanismo de luta pela classificação social, em especial neste caso no que se relaciona com a posse de capital simbólico.



virtude de uma multiplicidade de factores, os mais detonadores, como referimos, ligados à captação de clientes e a outros temas laborais. Mas como vimos e veremos, há outros factores susceptíveis de minar este terreno, incluindo a diferença fundada na nacionalidade e na raça. Recorrentemente, fomos confrontados com comentários depreciativos de índole racista ou xenófoba produzidos por trabalhadoras sexuais, nomeadamente brasileiras brancas:

*«Elas vão demais nos homens. Nem dão tempo da gente chegar nos homens. Você tem que ir logo, senão as prelas vão na sua frente. Dizem que são da Jamaica mas são da Nigéria. Dizem que são da Jamaica porque na Nigéria tem muita SIDA. Falam muito umas com as outras. Eu não me misturo muito com elas. Eu estou num quarto sozinha. Mas tem um quarto com três. Mas são amigas, não querem separar-se»* (b53).

A linha de clivagem com base na nacionalidade marca fortemente a relação entre as brasileiras e as mulheres de outros países latino-americanos, em que as primeiras são «acusadas» por parte destas últimas de «subirem» mais. Se, para os contextos de trabalho, a nacionalidade, a raça e a etnia são ou podem ser factores adicionais de conflito e de separação, implicam também, e com alguma frequência, a escolha de diferentes lugares de lazer. No terreno, encontramos bares e discotecas mais frequentados ora por brasileiras, ora mais por colombianas e outras latino-americanas, ora mais por africanas. Uma e outras afirmam que, no geral, o relacionamento entre si se esgota na mera saudação, raramente saindo juntas. O tempo de lazer acaba, assim, por reproduzir também as diferenças, distanciamentos e, eventualmente, discriminações de base rática e/ou de nacionalidade.

Por vezes, incompatibilidades, conflitos e inclusive brigas mais acesas fazem deslocar algumas mulheres de um local para outro, a fim de amainar o ambiente, o que se verifica por iniciativa própria ou por interferência dos próprios donos das casas. Vários depoimentos reforçam a ideia de que, em bastantes casos, a competitividade e a rivalidade prevalecem sobre as relações de entreajuda e solidariedade, o que denota o predomínio das estratégias individualistas sobre as colectivas, tal como decorre do conteúdo de alguns testemunhos: *«Entre as colegas a relação é má. Eu não tenho aqui amizades... Dizem que há muita inveja entre as mulheres, mas o que eu tenho é inveja de pessoas como a S. [referia-se à entrevistadora] que têm um diploma, uma família, um pai e uma mãe»* (b27). Há também entre as nossas inquiridas algumas que dizem cultivar, em relação às colegas, uma postura de indiferença e de algum distanciamento como forma de se preservarem e se defenderem do envolvimento em quezílias desgastantes e problemas adicionais: *«Não cagam nem cheiram. São-me indiferentes. Trato bem por educação mas sem vínculos»* (b46).

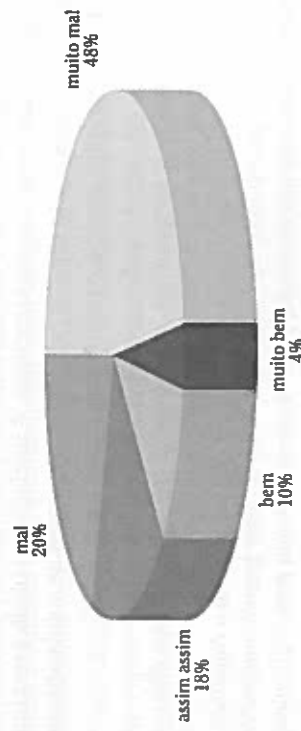
O retrato dominante das relações entre colegas é sintomático do escasso nível de organização das mulheres no quadro da defesa dos seus direitos laborais como trabalhadoras do sexo. Mesmo quando elas, maioritariamente, se manifestam favoravelmente à necessidade de organização através da existência de uma associação ou sindicato para defesa dos seus interesses, a constatação dos sentimentos e atitudes acima expressos não é propícia à emergência de processos e esquemas organizativos. A pressão social e a força dos precon-

ceitos funcionam como inibidores de manifestação no espaço público, sobretudo para as trabalhadoras sexuais portuguesas, na medida em que a probabilidade de visibilidade social é maior do que em relação às estrangeiras. Por seu turno, para estas, não obstante sofrem um menor grau de pressão em relação à exposição pública e à publicidade do seu estaluto, a sua condição de imigrantes com autorização de residência precária ou, sobretudo, o facto de estarem em situação ilegal impede-as de assumir uma posição pública. Mas não só. Também a falta de experiência em movimentos associativos, mormente sindicais, nos seus trajectos profissionais e, por outro lado, a disposição transitória com que perspectivavam a sua presença na economia do sexo concorrem para o desinteresse geral em participar em formas organizadas de acção colectiva. Com efeito, a grande maioria delas está ou, melhor dito, assume estar apenas de passagem pela prostituição (e pela Europa), o que as leva a eleger como de seu único interesse e proveito a actividade laboral propriamente dita, desconsiderando como relevante para si mesmas, enquanto «passantes», qualquer envolvimento em projectos de médio ou longo prazo.

#### 4. APRENDER A FAZER, APRENDER A ESTAR: A INICIAÇÃO AO TRABALHO SEXUAL

Como já referimos, a entrada na prostituição não resultou de uma escolha sonhada. Os primeiros dias na noite são, em regra, muito difíceis para todas as mulheres. De forma recorrente, deparámo-nos com testemunhos que revelam o sofrimento psicológico e os dilemas que se lhes colocaram, independentemente da origem e trajetória de vida. Se para uma colombiana a iniciação foi *«fatal! Muy horrible!! En mi país yo no hacia esto! Estar allí con los hombres y pedirles para subir e follar es mui pesado! Y entonces cobrarles?!»* (c33); já para uma brasileira *«foi um sufoco, nunca tinha trabalhado antes no puteiro. Quando cheguei no primeiro clube, fui trabalhar de blusinha de alça, e os homens apalpavam-me as mamas. E eu sem saber se era para deixar ou não!! Foi ruim!»* (b24). De igual modo, os resultados apurados no inquérito revelam que a larga maioria das mulheres encarou com grande incómodo e desconforto o início da sua actividade na economia do sexo mercantil (Figura 9).

Figura 9: Percepções sobre o exercício da prostituição à entrada na actividade



Várias mulheres, quando retroprojectam o seu percurso no meio prostitucional, e em particular o início da actividade, chegam a ficar perplexas e interrogam-se como é que tal aconteceu: «*Antes de entrar, não imaginava que isso pudesse acontecer*» (p38). Não obstante um maior ou menor grau de distanciamento ou estranheza, o impacto do início da actividade foi diferentemente sentido pelas mulheres inquiridas. Não contando com os 23% de não respostas, só uma percentagem de 10% assume que se sentiu «bem», tal como uma das mulheres refere: «*No primeiro dia trabalhei até muito bem. Não me senti mal, não! Sabe, eu me dou bem com os homens. É tendência! No início eu ainda pensei: 'eu não queria isto para mim, mas já que cá estou... Ajoelhou, tem que rezar!'*» (b25). Outras, ainda que em menor medida (4%), dizem até ter-se sentido «muito bem»: «*Cai no puteiro com 20 anos. E me senti no céu! Tinha sempre cinco ou seis homens esperando para poder comigo! E, em cima, era só dólares!*» (b32). Para 18% de mulheres, porém, o começo da prostituição foi vista de modo pragmático e aparentemente indiferente com uma resposta de «nem bem nem mal»: «*Acho que no início ninguém se sente bem! Mas foi uma escolha que fiz, porque sabia que aqui se ganhava muito dinheiro e as coisas boas pesaram mais do que as ruins*» (p34). Mais relevante e bem mais significativa e sintomática é a revelação de grande parte das mulheres inquiridas de que se sentiu «mal» e sobretudo «muito mal» no início da prática da prostituição. Essa experiência terá sido vivida e percebida como algo de dramático no decurso das suas existências, aparecendo marcada por sentimentos ora de desmoral, e, conseqüentemente, a fortes sentimentos de culpa e vergonha, de nojo e de medo, para citar apenas os mais frequentemente invocados em inúmeros testemunhos. Por outras palavras, trata-se fundamentalmente de um problema de dissonância entre as normas e códigos correntes e dominantes na sociedade, dos quais elas próprias são portadoras, e as práticas que dão corpo ao negócio em que passam a operar.

Nesta fase inicial de que vimos falando, as mulheres devem também aprender as regras do ofício, incluindo o saber-estar e o saber-fazer, adquirir a «cultura do méter», «*especializar-se, aprender el oficio, saber enfrentar sus riesgos, peligros y contratiempos, hacerse con un acervo de trucos y estrategias para salir de situaciones embarazosas*», como escreve Ruiz (2002). A entrada na prostituição é feita de situações de tensão e incerteza, que são ultrapassadas normalmente com o apoio e a ajuda de colegas já experientes e, eventualmente, de clientes mais perspicazes e atenciosos. A iniciação no ofício e nos lugares é, aliás, amplamente referenciada como um dos principais momentos de solidariedade e cumplicidade entre mulheres, entre noviças e profissionais mais experientes:

«*Como era a primeira vez que estava a trabalhar, muitas delas apoiaram-me, porque eu era uma 'chavala'. E ajudaram-me muito. Tive uma brasileira, que ainda trabalha por aqui [na área de Verín]... foi ela que me ensinou a trabalhar, que me ensinou como é que eu tinha de fazer, o que tinha de fazer quando andava com o perfido, como é que tinha que fazer para poder ir com os clientes para o quarto*» (p28).

Não estamos muito longe dos modos principais de aprendizagem dos ofícios definidos por Bourdieu (1989: 22): escuta do trabalho realizado e assimilação das instruções e das acções postas em prática pelas colegas mais experientes e equipadas de maior conhecimento. Ou seja, a aprendizagem do trabalho sexual é feita através da reprodução dos saberes de prática para prática, baseados no contacto quotidiano entre as mais experientes e aquelas que se iniciam, sendo o seu modo de transmissão utilizado nas sociedades sem escrita e sem escola, mas também aplicado em sociedades com escrita e escola<sup>11</sup>. A aprendizagem não se circunscreve, porém, ao domínio dos serviços sexuais a prestar aos clientes, quer dizer, à aquisição de competências técnicas necessárias à boa execução das tarefas. Ela implica uma outra dimensão relacionada com os modos de estar e de agir no clube: a aprendizagem e o conhecimento preciso do que é permitido fazer, dos discursos e das posturas a adoptar, as aceites pelo poder instituído e, em especial, as encorajadas pelos próprios donos dos clubes e as esperadas pelos clientes. Enfim, uma postura corporal adequada que contribui para a integração e a socialização das trabalhadoras sexuais nos espaços de trabalho. Tal implica, desde logo, um vestuário, uma maquilhagem, uma mímica corporal e uma linguagem que remete para a erotização do corpo da trabalhadora sexual e para o estímulo do desejo dos clientes. Focando a atenção no vestuário, Bourdieu (1999) explica-nos que uma das suas funções é chamar o corpo à ordem, dando como exemplos a saia nas mulheres ou a sotaína nos padres. No contexto acima descrito, podemos encontrar uma outra forma, certamente inesperada, da chamada dos corpos à ordem que prevalece nos espaços do sexo mercantil por parte do vestuário.

Vencidos os primeiros tempos, sujeitado o corpo e adquiridos os elementos culturais básicos deste campo social, muitas das mulheres observadas, ainda que sem se desfazerem de estigmas incorporados, admitem que acabaram por se «acostumar» e avaliam agora, a uma maior ou menor distância temporal, o trabalho sexual de um modo que acaba por não se distinguir de forma significativa de outras formas de trabalho, o que nos é possível ilustrar com uma série de testemunhos e vivências. Por exemplo, uma brasileira afirma que «*é como se fosse um emprego! Já acostumei!*» (b29); uma dominicana não hesita em considerar que «*hoy lo encaro como una cosa normal!*». (d34); algo muito semelhante ao ponto de vista de uma colombiana, quando diz que «*después de tantos años a trabajar, ya estoy habituada, ya no me preocupa!*» (c24).

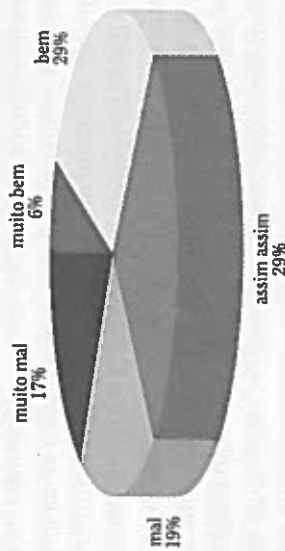
Estes testemunhos vão no mesmo sentido daquilo que outros autores também destacam, mormente D'Andrea que, a certo passo, conclui que são «... *muchas las mujeres, quienes generalmente manifiestan que el primero mes de trabajo les resultó difícil y penoso, pero que después se adaptaron*» (2003: 6). Embora se sintam socialmente desvalorizadas e moralmente desacreditadas porque *outsiders*, desviantes e até transgressoras das normas dominantes, designadamente nas primeiras fases da sua «carreira», gradual-

(11) Cf. Goody (1977) para uma análise comparativa dos processos de aprendizagem em sociedades com e sem escola.

mente e em contacto com ambientes e actores não negativamente sancionatórios, elas vão reequacionando o seu papel social numa perspectiva com menor grau de interiorização do estigma, por vezes até mesmo assumido e valorizado positivamente. Por outro lado, é bom não perder de vista que para esta evolução da avaliação positiva da actividade a que se dedica muito parecem contribuir as contrapartidas financeiras que dela auferem: «[Hoje em dia encaro bem], porque ganho muitos euros!» (b20); bem como as realizações que estas lhes proporcionam, embora reproduzindo lugares comuns sobre a profissão: «[Para mim] isto é uma coisa normal, que existe desde que o mundo é mundo. E o que interessa é que a gente vale o que tem!» (b29). Aliás, algumas parecem até ter perdido a noção da possibilidade de viverem com menos dinheiro: «Hoje conformo-me. Não consigo emprego, [por isso] só posso sair se casar com um milionário» (b46).

Em termos quantitativos a inquirição revelou uma divisão quase simétrica entre as mulheres que, com o correr do tempo, continuam a encarar negativamente o trabalho sexual e as que o encararam de modo mais positivo (Figura 10). Apesar de todos os anátemas e do repúdio social que pesam sobre o trabalho sexual, algumas mulheres reconhecem, como vimos, que foram sendo capazes de encontrar nele satisfações e recompensas suficientes, de natureza material e, por via destas, também psicológicas, a partir das quais foram construindo novos olhares e avaliações, consideravelmente diferentes das assumidas quando se iniciaram, tal como se pode ver pela seguinte figura.

Figura 10: Percepções sobre o exercício da prostituição à data do inquérito



Apesar de, como foi acima explicitado, se ter verificado uma progressão no número de mulheres que passaram a encarar de uma forma mais positiva a actividade, muitas são também as que declaram nunca se terem libertado dos estigmas que as amarram a uma certa ambivalência posicional. Esta situação exprime-se através de uma conflitualidade psicológica interna, uma clara ambiguidade de sentimentos em que as recompensas e satisfações, em particular as de ordem material, aparecem embaraçadas e, de alguma forma, contrariadas ou até anuladas por estigmas e uma moral social que condena o sexo mercantil: «Tem dias que encaro normal e tem dias em que me sinto sufocada!» (b30). Aquelas para quem o trabalho sexual nunca deixou de suscitar sentimentos negativos afirmam que jamais conseguiram ou conseguirão ultrapassar as reservas, sobretudo as de

ordem moral, com que encaram a actividade e adiantam como justificações para a resposta a persistência das razões quer de ordem económica, que as levaram a entrar nela, quer posteriormente, o fascínio pelos ganhos auferidos: «Só faço porque preciso e prefiro fazer isto do que roubar, pois assim sei que só me prejudica a mim mesma e a mais ninguém» (c53). Como quase todas já tiveram ocasião de confirmar, a prostituição é o único lugar onde, realmente, podem ganhar dinheiro. Por isso, as trabalhadoras sexuais, incluindo aquelas «a quienes no les gusta lo que hacen, a menudo dicen que es mejor que muchas otras opciones que tampoco les gustan» (D'Andrea, 2003: 7).

No difícil processo de incorporação neste meio laboral e da cultura que lhe está associada, as trabalhadoras sexuais não têm apenas de contrariar os processos de estigmatização, aliás quase nunca totalmente superados. Muitas vivem numa certa duplicidade, construindo uma «fachada» para a família, amigos, conhecidos e vizinhos, perante os quais o trabalho sexual é ocultado em favor de uma outra (pseudo)actividade, quase sempre nas áreas da restauração, hotelaria e limpeza doméstica. Esta estratégia de ocultação da realidade acaba por funcionar como um mecanismo de preservação das «fachadas» e da apresentação do indivíduo nos meios sociais frequentados. Trata-se, a bem dizer, e como noutro ponto deste livro é referido, de uma estratégia consentida por todos os envolvidos, justamente porque as famílias e os outros que se pretendem enganar não podem deixar de perceber, mesmo pensando na Europa como um *eldorado*, que o capital escolar e profissional de que são portadoras as mulheres emigradas não lhes deixa, nos contextos laborais que se lhes deparam nos destinos, grande margem de manobra na escolha do tipo de trabalho a realizar.

## 5. DANDO VOLTAS PELA CIDADE, FALANDO AO TELEFONE: PRÁTICAS DE LAZER (E DE TRABALHO) NO MEIO PROSTITUCIONAL

As práticas quotidianas de lazer das mulheres no meio prostitucional estão estreitamente articuladas, como acontece noutros contextos socioprofissionais, com o tipo de actividade laboral desenvolvida. Esta vinculação tem implicações no tempo, espaços de consumo e actividades de lazer. Porém, as preferências de práticas de lazer prendem-se, sem excluir as trajectórias e os actuais estilos de vida, com a posição de classe de origem (antes da entrada na prostituição), o tipo e a importância dos recursos possuídos, nomeadamente escolar e cultural.

Neste contexto social complexo encontramos processos de construção das relações sociais que reproduzem o que, em regra, se verifica noutros campos bem distintos. Conquanto se deva reconhecer a centralidade do trabalho na construção das sociabilidades e das identidades, elas são produzidas também através dos espaços de lazer. É de destacar que as actividades de trabalho e de lazer neste contexto social estão muito mais intrinsecas que noutros sectores. Com efeito, as relações sociais mais densas que se estabelecem com alguma frequência entre clientes e mulheres encontram amiúde a sua origem no trabalho, pelo lado destas, e no lazer, pelo lado daqueles. Este aspecto é fundamental para a



estilização das vidas das trabalhadoras sexuais, em especial das suas práticas de consumo. Fortemente influenciadas pelas lógicas consumistas que dominam a nossa sociedade, a maioria destas mulheres denota formas e preferências de consumo que as aproximam, nalguns aspectos, dos padrões das designadas classes médias.

No meio prostitucional as práticas de lazer não deixam, apesar do que acima foi referido, de ser reguladas também pelo tempo horário. Neste sentido, a separação do tempo do trabalho do tempo do lazer, imposta pela chamada organização científica do trabalho (OCT), formulada por Taylor (1998) no contexto da consolidação do capitalismo, está também de certo modo presente no meio prostitucional. O quotidiano está dividido, e é assim percebido pelos actores sociais envolvidos, entre um tempo de trabalho – a presença no clube – e um tempo de lazer, que corresponde *grossa modo* ao tempo que está para além do horário definido pela direcção do estabelecimento.

Aqui chegados, passemos então à descrição etnográfica dos quotidianos de lazer das trabalhadoras sexuais nos contextos observados<sup>12</sup>. Acabada a noite de trabalho, por volta das cinco da manhã, recebida a parte que lhes cabe pelas «subidas» efectuadas e bebidas consumidas pelos clientes, as mulheres têm livre todo o tempo que se abre à sua frente. As que vivem nos clubes têm apenas de percorrer escassos metros para entrarem nos seus quartos, algumas vezes os mesmos onde prestaram os seus serviços sexuais. As outras abandonam as instalações, em táxis, ou viaturas do clube, de clientes, amigos ou namorados, para umas horas de sono e de actividade marcadamente não produtiva, em suma, para disfrutar do respectivo tempo livre.

O tempo de vida não produtivo é ocupado com tarefas tão comuns como a arrumação dos seus aposentos, a alimentação e a limpeza da roupa. Para quase todas as mulheres o tempo dedicado a ver televisão e a conversar é significativo. Por sua vez, o tempo consuído a falar ao telefone com os filhos e outros elementos próximos do seu círculo familiar, quase sempre residentes noutros continentes, é sempre um momento alto, sendo vivido com especial intensidade e emoção, ainda que ocupe, em termos cronométricos, um espaço relativamente curto. Embora difícil de medir, trata-se muito provavelmente da principal despesa mensal, como bem enuncia a expressão, muitas vezes repetida, «*o telemóvel é o meu chulo*» (b35)<sup>13</sup>. Estes conteúdos da vida quotidiana e respectiva sequência

(12) É necessário sublinhar que muitos dos nossos relacionamentos e interações com as trabalhadoras sexuais foram iniciadas e consolidadas no espaço do lazer.

(13) É graças aos laços de amizade e às relações sociais existentes entre muitas mulheres que a circulação pelos clubes se faz. Quase sempre com o recurso ao telemóvel, o tempo livre é utilizado para fazerem contactos e combinarem possíveis mudanças de clubes. Através deste recurso comunicacional de forte intensidade tecnológica, as trabalhadoras sexuais lutam para se manterem competitivas no meio, ao mesmo tempo que interagem com aqueles que lhes são mais próximos. Mas não só. O telemóvel serve também para marcar encontros com namorados e companheiros ou, meramente, para combinar serviços sexuais ocasionais com clientes conhecidos. Longe de liquidar instituições como a família, as mutações económicas e tecnológicas e as decorrentes ou concomitantes interações entre os seres humanos estão a produzir novas formas de relacionamento. No meio prostitucional o telefone móvel é o artefacto central

podem, aliás, visualizar-se no exemplar de orçamento-tempo abaixo inserido (cf. Quadro 24), apurado junto de uma mulher colombiana a residir nas instalações do próprio clube.

De forma assaz habitual as mulheres também se deslocam, quase sempre em pequenos grupos de duas ou três, ao centro urbano mais próximo do clube ou do sítio de residência para fazerem compras, passarem pelo salão de beleza ou simplesmente para recreação. Estas saídas são comuns sobretudo para aquelas que têm a sua situação de permanência na

Quadro 24: Descrição de um dia de trabalho

Data:	Dia da semana:	Respondente:
02/04/2002	Terça-feira	Bela
Horário	Descrição das actividades	Observações
14.00	Levanta-se. Higiene pessoal	
14.30	Pequeno-almoço	Muito ligeiro
14.50	Vê TV, conversa com outras colegas	Numa espécie de <i>hall</i> que dá para os quartos
15.30	Preparação do almoço	Juntamente com as colegas
15.55	Almoço	Juntamente com as colegas
16.45	Vê TV, conversa com outras colegas	
17.00	Arruma o quarto	
17.20	Vê TV	Sozinha
18.00	Telefona para a família (na Colômbia)	Vai à rua e utiliza uma cabine telefónica que fica nas imediações do clube
18.30	Ouve música	Sozinha, deitada na cama
19.35	Vê TV e conversa com outras colegas	
20.30	Jantar	Preparado e servido por trabalhadoras do clube a todas as mulheres
21.20	Arranja-se para o trabalho	No seu quarto
22.00	Pega ao trabalho	
04.00	Fim do trabalho	Acerta as contas da noite com o patrão
004-20	Ceia	Na companhia das colegas. Comida ligeira: sandes, iogurte e café
04.45	Toma banho, higiene pessoal	
05.00	Deita-se para dormir	
		Total de subidas (n.º clientes atendidos)
		4

no desenho de novas formas de sociabilidade, de construção e concretização de estratégias laborais e no enraizamento das suas redes sociais.

União Europeia regularizada. Quando tal não acontece, situação muito frequente por razões já discutidas, as mulheres, quando saem, fazem-no sempre com as maiores cautelas.

A. A. disse que tinha estudado até ao sexto ano (preparatória). Parecia uma pessoa muito simples, de origens muito humildes. É a mulher que mais cedo acorda no clube, todos os dias por volta das nove e meia, dez da manhã. Como não consegue dormir muito bem, aproveita para arumar o quarto e ver as telenovelas. Nos tempos livres gosta de passear, se possível sozinha, mas tem algum receio. Tem medo de andar na rua sozinha em Verín, porque a sua situação ainda não está legalizada e os polícias podem pedir-lhe a identificação. Já por duas vezes as autoridades fizeram rusgas ao clube onde trabalha, mas conseguiu sempre escapar, escondeu-se no quarto de baixo da cama com a porta trancada (Verín, 9/4/2002).

Durante as noites de fim-de-semana, o ritmo do quotidiano altera-se de forma significativa. Muitas delas, terminada a sua longa jornada de trabalho, optam por se dirigir a discotecas e bares, com o intuito de beber, dançar e conviver com amigos, clientes, namorados e companheiros. Com efeito, e como pudemos observar, na maior parte das cidades e até nalgumas vilas dentro do perímetro territorial de incidência da nossa pesquisa, existem dois ou três espaços onde se tendem a concentrar as trabalhadoras sexuais fora dos seus ambientes laborais. Semelhantes a muitos outros que se podem encontrar nesses e noutros lugares, o facto de uma boa parte das pessoas com quem convivem ser constituída por mulheres que trabalham na prostituição colhe explicação numa variedade de razões, as quais terão, muito provavelmente, a ver com a maior receptividade das gerências a este tipo de clientela e com a frequência dos mesmos pelos clientes e por outros indivíduos dos círculos de relacionamento profissional das mulheres. Em suma, são razões que concorrem para criar um ambiente mais livre de preconceitos e com baixa carga de hostilidade, proporcionando-lhes oportunidades reais de lazer e descontração.

A escolha dos lugares não deixa de ser ditada pela posição ocupada pelas trabalhadoras sexuais na economia do sexo mercantil, que, por sua vez, se prende com o perfil sociológico dos clientes. No caso dos contextos prostitutionais observados, este perfil é definido por uma prevalência de assalariados do sector dos serviços e da indústria, com destaque para os da construção civil, por pequenos empresários industriais e de negócios de porta aberta dos mais variados tipos e por agricultores. Ainda que detentores, nalguns casos, de capital económico relativamente significativo, a maioria tem baixos recursos escolares e culturais que acabam por não ser muito diferentes daqueles que são possuídos pelas trabalhadoras sexuais. É, em parte, devido a esta equivalência que a frequência dos mesmos lugares e modos de consumo do tempo livre assume o carácter «natural» de vivências que dificilmente podem ser imaginadas como diferentes. Estas saídas para bares, discotecas ou festas constituem também boas ocasiões para as mulheres conhecerem homens com quem poderão desenvolver um relacionamento numa base não mercantil. Não ignorando que o interesse económico está presente em todas as relações, não sendo contudo exclusivo deste meio, são relativamente frequentes os casos de relações

articuladas ou mesmo ancoradas em dimensões relacionadas com a amizade e até mesmo com o amor e a paixão.

A teia de cumplicidades que se estabelecem entre trabalhadoras sexuais e clientes é, por vezes, muito densa. De um modo algo recorrente estabelecem-se relações que superam, em muito, a mera troca comercial relativa a um serviço prestado. Como é manifesto no caso do C. e da M.J., existe entre eles uma relação de amizade que nasceu do relacionamento cliente/fornecedora de serviços sexuais. O primeiro encontro ocorreu em meados dos anos 90. Recordaram com grande precisão os pormenores desse encontro. Ele, com outros amigos emigrantes, estava de viagem para a Suíça, para mais uma temporada de trabalho. Decidiram terminar as suas férias em Portugal com uma ida às «putas». Narrando os detalhes, o C. recorda que foi o único que ficou no bar. Enquanto os outros subiram, a ele coube pagar as bebidas e as copas com as prostitutas. Como se a despesa não bastasse, alguns quilómetros mais adiante foi multado em 50.000 pesetas por excesso de velocidade com o seu BMW preto. A partir deste primeiro encontro voltou de novo para, desta vez, gozar os serviços sexuais da M.J. Desta relação «comercial» nasceu uma sólida amizade que contribuiu fortemente para ajudar a M.J. a abandonar o macarra (chulo). Segundo ela, se não fosse o apoio do C., sobretudo a nível emocional, não teria sido capaz de romper com ele (Chaves, 26/06/2002).

As actividades de lazer implicam amiúde deslocações em transporte automóvel. Raramente proprietárias de veículos pessoais, as trabalhadoras sexuais utilizam muito os transportes públicos, sobretudo táxis e autocarros. Muitas vezes viajam, como já referimos, à boleia de clientes, amigos e principalmente de namorados: «*Para vir à cidade sempre há um amigo que nos traz, que passa pelo clube e nos dá boleia*» (b41). O táxi é, apesar de tudo, o meio de transporte mais utilizado. Deslocando-se quase sempre com taxistas habitados a prestar serviços no meio prostitucional, há mulheres que chegam a utilizar este tipo de transporte para percorrerem distâncias da ordem das centenas de quilómetros por motivo de mudança de local de trabalho ou simplesmente para passear<sup>14</sup>. Os tempos de lazer são também pontuados por momentos festivos. A partilha da festa e a confraternização assinalam sobretudo marcos importantes como aniversários ou acontecimentos, por exemplo desportivos, de âmbito internacional.

Estivemos com uma brasileira no Luxo Asiático. Falámos com ela demoradamente. Disse-nos que no dia seguinte partia para uns dias de férias na Nazaré, na companhia de uma colega da noite. Ia de táxi, mas não com o M., pois recusa-se a andar com ele. É um

(14) Na maioria dos casos, cada clube tem mesmo um taxista a quem costuma solicitar os serviços de transporte das trabalhadoras sexuais. Por vezes, este taxista aproveita ainda para, de forma paralela à sua actividade principal, comercializar junto das mulheres artigos vários, nomeadamente produtos de higiene e beleza. É de notar que nos meios mais pequenos e com forte concentração de clubes, como acontece com Verín, localizada na zona raiana espanhola, as «corridas» prestadas às trabalhadoras sexuais representam para muitos taxistas a sua principal fonte de receitas.

outro taxista que faz também habitualmente serviços para o Luxo Asiático. A seguir vai para Huelva e, talvez, Alicante. Disse-nos que tem de aproveitar as férias para trabalhar no Sul de Espanha, altura do ano em que a afluência de clientes é mais intensa. A mudança de clube é sempre por sua iniciativa, através de contacto directo com os proprietários. A informação passa de boca em boca entre as amigas da noite (Verín, 26/6/2002).

Fomos ao bar do D. almoçar e assistir à final do campeonato do mundo de futebol. Estavam presentes sete brasileiras, uma dominicana e uma polaca. São todas do Luxo Asiático. O gerente do Luxo Asiático, ao contrário do que faz o gerente da Cova Azul, não pressiona as mulheres, concedendo-lhes total liberdade. A B. (consumidora de cocaína) e uma outra estavam acompanhadas de «namorados» portugueses. Não se trata de «chulos», pelo menos na concepção clássica, mas antes de indivíduos que mantêm com elas uma relação social que configura, em muitos aspectos, a relação de namorado/cônjuge. Os «namorados» contribuem de forma relevante para o bem-estar psicológico das mulheres, dando-lhes apoio emocional, afecto e amizade, dimensões em regra não presentes na relação com os clientes. Assim, a dimensão sexual, também presente, é secundária quando vista do lado das mulheres. Estes namorados eram portugueses, da zona de Chaves. A final entre o Brasil e a Alemanha prende as atenções de todas. Vibrando intensamente, no intervalo aproveitaram para colocar música e dançar. Os golos do Brasil na segunda parte provocaram uma explosão de contentamento. Uma delas ficou muito emocionada, entrando praticamente num choro convulsivo. Nesse momento de êxtase colectivo foi-lhe difícil, conforme nos confidenciou, estar tão longe da família, em especial do filho e dos pais (Verín, 30/06/2002).

A A. fez anos em meados de Julho. Prepararam uma festa bem simpática de comemoração do aniversário. O lugar escolhido foi junto ao Rio Tâmega, nos arredores, a sul de Verín. Fizeram um churrasco de carne bem brasileiro, regado com cerveja. A música foi, para nós, uma desilusão. Em lugar dos grandes nomes da música popular brasileira, escolheram os sons «pimba» que por lá se fazem. Chamam-lhe «música de cornu». O calor apertava, foi uma tarde bem agradável. As duas irmãs que estão com ela em Espanha marcaram pre-



Figura 11: Final do campeonato do mundo de futebol (2002) num bar de Verín

sença. A meio da tarde apareceram dois clientes/amigos. Praticamente não falaram. A sua especialidade não será, certamente, a conversa... (Verín, 5/07/2002).

O que fica dito, embora concorra para desconstruir a imagem da atomização da prostituta, despida de interesses lúdicos e de amizades, deixa bem claro que a expressão de uns e de outras se confina, sobretudo no caso das mulheres imigrantes, ao interior ou em forte conexão com os contextos institucionais e os seus principais actores. Este confinamento decorre, em primeiro lugar, do estigma social que as persegue, mas também da condição de estrangeiras da maioria delas e da ilegalidade de permanência em que muitas se encontram. Podemos assim considerar que os seus quotidianos de não-trabalho e os seus estilos de vida se caracterizam e são enformados por uma certa «insularização» social, para a qual remetem, em boa parte, as manifestações de violência, incrustadas nas mais diversas esferas do seu viver diário. Trata-se, como o trabalho de campo revelou e como a seguir daremos conta, de uma violência muito peculiar, difusa e distinta na forma e nas circunstâncias em que se gera e se concretiza.

## 6. VIOLÊNCIA EM TEMPOS E CONTEXTOS DE NÃO-TRABALHO

De entre as múltiplas dimensões que a prostituição envolve, a violência é, geralmente, assumida como uma problemática central. Tomamos aqui este conceito no sentido mais abrangente de acto, ocorrência, dispositivo ou processo, por vezes de natureza simbólica, tal como o entendeu Bourdieu (1998), susceptível de impor condicionamentos largamente res- tritivos ao pleno desenvolvimento e à integridade física, psicológica, intelectual e afectiva de uma pessoa. Nem sempre aqueles que são alvo de violência a percebem como coarctora da sua autodeterminação ou se apercebem dos danos pessoais que ela lhes causa. Isto é especialmente evidente no que diz respeito à violência simbólica, «aquela que, no essencial, é exercida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do des- conhecimento, do reconhecimento ou, no limite, do sentimento» (Bourdieu, 1998: 7). Esta forma específica de violência, que no domínio da prostituição se manifesta basicamente por via da estigmatização social, encontra-se reforçada em sistemas de percepção, apreciação e acção, socialmente legitimados como inevitáveis, naturalizados e essencializados. Trata-se, portanto, daquilo que Bourdieu (1998: 29) designa de «construção social naturalizada».

A situação das mulheres prostitutas é particularmente fértil em manifestações de violência, que decorrem sobretudo da precariedade estrutural (económica, legal, familiar) em que a maior parte delas se encontra e da carga negativa inerente às representações sociais dominantes sobre elas e o seu modo de vida. A violência nos contextos de trabalho das mulheres que se prosti- tuem tem sido abundantemente analisada e debatida. Ao contrário, nos contextos de *não-tra- balho*, ou seja, nos tempos e vivências situadas fora dos seus horários, compromissos e ambien- tes laborais, a ocorrência de violência e as correspondentes manifestações têm sido objecto de escasso interesse e atenção. A pesquisa que desenvolvemos no terreno foi, no entanto, forne- cendo indícios claros sobre a extensa permeabilidade destes últimos a situações de violência,



reconhecidamente variadas e singulares nas suas causas, formas e manifestações. Forjada num estilo de vida desenquadrado em termos de referenciais identitários do seu contexto de origem<sup>15</sup>, muito limitado à frágil e repetitiva teia de relações que se desenvolvem no exercício da prostituição, e, por consequência, em grande medida desprovido de relações sociais mais alargadas, a violência a este nível reveste-se de um carácter predominantemente intimista e eminentemente existencial. Daí que, ao contrário do que acontece nos contextos de trabalho, seja de sublinhar o facto de ter, tendencialmente, uma visibilidade social mais esbatida.

Ao deslocarmos o debate sobre a questão da violência para outros contextos que não aqueles que estão directamente relacionados com a prestação dos serviços sexuais, procuramos, acima de tudo, alargar os horizontes de análise e, desse modo, descortinar novos contornos da problemática em causa. Esta ampliação de análise é tanto mais pertinente quanto os discursos mais frequentes, em especial os veiculados pelos meios de comunicação social e inclusive alguns discursos alegadamente científicos, reflectem uma concepção redutora e estereotipada da violência neste meio e uma visão maniqueísta sobre perpetradores e vítimas da mesma<sup>16</sup>. Com efeito, as representações subjacentes a estes discursos reduzem quase sempre a violência na prostituição à opressão da mulher pelo homem, projectando-a como expressão paradigmática da violência de género. Acentuando, sobretudo, a agressão física e o abuso sexual a que as mulheres estão sujeitas nos seus ambientes de trabalho, os discursos dominantes a que nos estamos referindo tendem, amiúde, a adoptar uma perspectiva unidimensional e unicontextual da violência associada à prostituição. Ora, embora tais factos e representações sociais recubram situações várias em contexto de prostituição abrangida e, em especial, de prostituição de rua ou de estrada, não podem ser generalizadas e muito menos perspectivadas em termos unidireccionais. Negligenciam-se, deste modo, as causas estruturais da violência, assim como outras fontes e contextos, configurações e manifestações de violência, provavelmente uma violência mais subtil, mas igualmente recorrente e de contornos também preocupantes, além de serem descuradas formas de violência em sentido inverso, ainda que menos expressivas, das quais podem ser também ser alvo os próprios clientes.

Assim, e partindo do pressuposto de que a «violência na prostituição é mais complexa que a simples expressão da opressão do homem sobre a mulher» (Hart, 1998: 143), podemos constatar que ela é também uma dimensão omnipresente nos contextos e nos tempos fora-do-trabalho. Trata-se, porém e geralmente, de uma violência mais difusa e, em grande parte, impessoal, *sem rosto*, ou seja, sem agentes directa e imediatamente identificáveis. A sua configuração não assume tanto uma manifestação física (maus tratos corporais) ou sexual (abuso, violação), mas enraíza-se em pilares de natureza marcadamente estrutural

(15) Relembremos que a maioria das trabalhadoras sexuais são estrangeiras em situação de permanência ilegal.

(16) Relativamente à comunicação social tivemos acesso a estes discursos mediante a análise de conteúdos noticiosos sobre a prostituição, em especial os publicados por jornais nacionais e regionais. Em termos científicos, cf. Falcón, 1967; Brownmiller, 1975; Barry, 1979, 1995; Heyl, 1979; Perkins e Bennett, 1985; Lopez-Jones, 1988; Hoigard e Finstad, 1992.

e revela-se, em termos existenciais, em formas de dominação política, psicossocial e simbólica. É uma violência que extravasa as fronteiras da prestação dos serviços sexuais, emergindo nos estilos de vida, nas práticas, nas relações e nos interstícios sociais do quotidiano extralaboral destas mulheres, em suma, em contextos que, embora exteriores àqueles em que tais serviços têm lugar, são, em grande parte, por eles condicionados.

### 6.1. Formas e expressões de violência em quotidianos de não-trabalho

Abundantemente referenciada e documentada (Farley *et al.*, 1998; Alexander, 2001; Kinnell, 2001; Pisano, 2002), a violência, sob as mais variadas formas, nos mais diversos graus e materializada em distintos domínios, é, como já referimos, uma dimensão integrante de todo o tipo de relações que as trabalhadoras sexuais desenvolvem nos seus tempos e espaços de trabalho – com os clientes, com os patrões, com as autoridades policiais, com os *chulos* e proxenetas, quando os têm, e com as próprias colegas. Menos reconhecida, diferente na sua configuração e nas expressões que pode assumir, mas igualmente presente, a violência estende-se também e em grande medida aos tempos e às vivências de não-trabalho destas mulheres. Baseados em dados recolhidos por observação directa, por entrevistas em profundidade e sobretudo pelos chamados «orçamentos-tempo», consideramos como principais expressões visíveis dessa violência o que designamos como a vacuidade, a monotonia e a claustrofobia que permeiam os quotidianos da grande maioria das mulheres contactadas, nomeadamente dos das estrangeiras e, mais especial ainda, de todas aquelas para quem o bordel, o clube funciona, simultaneamente, como local de trabalho e de residência.

Embora o exercício da prostituição abrangida seja, comprovadamente, mais seguro, apresentando níveis de risco e de ocorrência de violência bastante mais baixos do que a de rua (Farley *et al.*, 1998; Carrington e Betts, 2001; Price, 2001; Kinnell, 2001), é nosso argumento que a violência, embora de características, conformação e efeitos distintos e muito peculiares, constitui uma referência in(en)formadora de grande alcance das vivências, fora dos espaços e dos tempos de trabalho, da imensa maioria das prostitutas de clube. Falamos, a este nível, de uma violência surda, insidiosa e larvar, e que, portanto, só raras vezes aparece percebida e verbalizada pelas próprias como tal. Actuando, sobretudo, no plano psicossocial, ela é seguramente responsável por boa parte dos desequilíbrios comportamentais que detectámos em várias das mulheres que entrevistámos. É nosso entendimento que a violência dos quotidianos de não-trabalho destas mulheres passa e prende-se, entre outros, com os aspectos que a seguir desenvolvemos.

#### 6.1.1. Viver entre um clube e outro: com a casa às costas, vidas errantes e desenraizadas

A grande maioria das mulheres que exercem a actividade de prostituição nas áreas transfronteiriças que elegemos como territórios de observação fá-lo, como já dissemos, em

clubes. Como verificámos nas respostas das mulheres, a chegada e o início da actividade em Portugal ou em Espanha são, para quase todas, e de forma muito especial para as que chegam de países e culturas mais distantes dos países ibéricos, tempos de mudanças traumáticas, pelo gigantismo da sua amplitude e pelo desmesurado esforço de adaptação que exigem – das diferenças linguísticas à severidade do clima, da estranheza dos hábitos alimentares ao desamparo de afectos e à ausência do respaldo de familiares e amigos:

*«Quando eu cheguei aqui estranhei muito a comida, o jeito de vocês falarem. No começo, eu não entendia nada, pedia às pessoas para falarem espaçadamente. O jeito de viver daqui é totalmente diferente do Brasil. Vocês são mais, assim, fechados. O brasileiro é mais aberto...»* (b25).

A permanência e o trabalho das mulheres nos clubes são, por via de regra, de duração quase sempre irregular, logo temporários, produzindo situações de «rodagem», mais ou menos frequente, entre estabelecimentos de ambos os lados da fronteira. Esta experiência de contínua errância dificulta seriamente o desenvolvimento e a sedimentação de laços de convivência e de relações afectivas, entre elas e com terceiras pessoas, reduzindo-lhes assim grande parte do viver diário a uma sequência constantemente renovada de contactos mais ou menos superficiais, pontuais e fugazes.

A inevitável rotatividade entre locais de trabalho produz uma actualização permanente da composição e da dimensão do colectivo de mulheres que partilham os mesmos espaços de habitação, o que leva à formação de ambientes «domésticos», marcadamente mecânicos, muito permeados pela tensão e pela desconfiança mútua e, por consequência, predominantemente vividos em função de estratégias individuais defensivas. Pelas suas características, finalidades e funcionamento, as habitações que, de uma forma ou de outra, são forçadas a partilhar aparecem aos olhos da generalidade das mulheres como meros locais de passagem – «as nossas malas, a gente nem chega nunca a desfazer!» (b34) –, destituídas de qualquer reconhecimento como espaços identitários, quer em termos relacionais quer históricos. Constituem, por tudo isto, uma das faces mais visíveis do desenraizamento social e afectivo que atravessa os seus quotidianos. Por outro lado, a itinerância entre diferentes clubes e entre diferentes territórios expõe-nas a um intenso confronto com o desconhecido, de que resultam medos, expectativas e ansiedades, mencionadas como particularmente perturbadoras nos primeiros tempos de actividade.

### 6.1.2. A indiferenciação dos espaços: trabalhar e viver sem sair do sítio

Como deixámos referido, são quase sempre os patrões dos clubes que proporcionam residência às mulheres que neles trabalham, seja nos próprios estabelecimentos, seja, mais raramente, em apartamentos e vivendas de sua propriedade ou por eles arrendados para o efeito. Em ambas as situações, sobretudo quando as mulheres moram no mesmo edifício onde prestam serviços sexuais, o espaço de residência acaba por não lhes

assegurar o distanciamento necessário para dele fazerem um lugar de refúgio e se «libertarem» temporariamente do cenário e da teia de relações inerentes ao exercício da prostituição. Pelo contrário, ele entronca, em larga medida, numa linha de continuidade que traz para os tempos e os espaços de não-trabalho possibilidades ou oportunidades de interferência e de invasão de privacidade, frequentemente aproveitadas para o exercício de controlo e vigilância por parte dos patrões e/ou dos seus mandantes. Na maior parte dos casos é mesmo imposta às mulheres a condição de morarem onde trabalham, até que reembolsem a pessoa que lhes adiantou o dinheiro para a viagem. O objectivo é impedir que, uma vez chegadas a Portugal ou Espanha, fiquem «soltas e à vontade para irem para a concorrência, sem pagarem o que devem» (proprietário de clube, zona de Bragança).

A situação de viver e trabalhar em espaços sob a alçada dos patrões influencia, como é evidente, a liberdade e a autonomia das mulheres, impondo-lhes quotidianos mais regulados, em que as transgressões e as ousadias são rapidamente descobertas e punidas:

*«Há clubes onde sempre que precisamos de sair, ir ao cabeleireiro, às compras, ao médico, temos que pedir licença ao patrão. Eu já estive num onde o patrão por duas vezes me cobrou multas em dinheiro – dez contos de cada vez – só por ter descoberto que parei na rua a cumprimentar e a falar com um conhecido. Não sei explicar como as coisas aconteciam, mas a verdade é que mal eu regressava a casa, já ele estava sabendo de tudo o que eu fazia enquanto estava fora!»* (b21).

O exercício deste controlo implica, em casos mais extremos mas menos frequentes, uma ampla sujeição das mulheres às determinações dos patrões, desde o médico que devem consultar<sup>17</sup>, aos táxis em que se podem deslocar. Desta imediata vinculação da residência ao local de trabalho e à esfera de interferência dos donos dos estabelecimentos pode resultar a ocorrência de quotidianos significativamente reclusos e confinados ao interior das habitações. Um confinamento que, para a maioria das mulheres estrangeiras, aparece substancialmente reforçado pela necessidade de ocultar e preservar, o mais possível, a sua condição e o seu estatuto de imigrantes ilegais do «olhar» das autoridades policiais. Embora esta necessidade seja recorrentemente utilizada como argumento justificativo por patrões que sobre elas exercem uma vigilância mais estrita, não é raro ela ser também tomada pelas próprias como razão mais do que suficiente para se auto-imporem situações de reclusão de igual modo severas:

*«Eu cheguei há dois meses a esta cidade, mas não conheço ainda nada. Como estou sem papéis, tenho muito medo de ser apanhada. Moro com outras meninas, num apar-*

(17) A este propósito, no texto de Anderson, uma ex-prostituta de bordel, reportando-se à sua própria experiência nos Estados Unidos, afirma textualmente: «The houses discourage and in many cases forbid prostitutes to see doctors of their own choosing» (<http://www.bayswan.org/Laura.html>, em 15/04/2002).

*tamento que o patrão tem, do outro lado do rio, mas nunca passei pela cidade. Passo os dias em casa: durmo, vejo televisão, muita televisão, leio horóscopos, telefono para a minha mãe... e espero até à hora do carro me vir buscar para ir trabalhar. Nem ao cabeleireiro vou. Terho sorte que meu cabelo é assim, naturalmente bonito. É só lavar e já fica bom!» (b22).*

A simultaneidade e as extensões directas entre locais de trabalho e locais de residência, que são muito comuns no campo da prostituição feminina de clubes, impõem também a partilha dos espaços e dos tempos de *não-trabalho* com as colegas de actividade. Isto dá, naturalmente, azo à formação de circuitos fechados de comunicação entre uma esfera e outra, indutores, entre outros, da circulação linear, ininterrupta e, por consequência, auto-reforçadora de conflitos, agravos e disputas pessoais. Por razões que, como já referimos, se prendem fundamentalmente com a competição em torno dos clientes, estas relações andam frequentemente imbuídas de doses apreciáveis de tensão e crispção, o que leva alguns observadores a argumentarem que «*geralmente, as 'mulheres da noite' vêem-se umas às outras como inimigas*» (Oliveira et al., 2001: 27).

Pese embora a sua relevância, não devemos tomar a competição e os atritos que ela projecta no relacionamento intersubjectivo como uma singularidade ou um traço caracterizador específico do meio prostitucional. Ambos têm, com efeito, vindo a estender-se como um denominador mais ou menos comum a outros sectores de actividade e a outros contextos sociais, progressivamente (des)regulados pelas políticas neoliberais que caracterizam a fase actual do capitalismo. No caso concreto da prostituição, a competição e a conflitualidade adquirem contornos mais acentuados. A ausência clara de descontinuidades, de «áreas de escapatória», de demarcação entre territórios de trabalho e de não-trabalho, que possam propiciar a diluição e a descompressão de ocorrências interpersonais problemáticas mais agudas, alimenta e potencia a propensão para um desenvolvimento em espiral de conflitualidade e desentendimentos. Propicia, também, a tendência para a sobrevalorização de factores desencadeantes de uma e de outros, sendo óbvio o reforço que o confinamento físico a que muitas são sujeitas ou se sujeitam acaba, inexoravelmente, por aportar a estas situações. A elevada rotatividade das mulheres entre clubes, interrompendo a coabitação, suspende, pelo menos temporariamente, as «hostilidades» e contribui para travar o seu desenvolvimento.

A violência, ao nível do convívio e das relações quotidianas entre as mulheres que repartem espaços de habitação tutelados pelos patrões é, de resto, um assunto repetidamente mencionado nas conversas tidas, quer com umas quer com outros. Das primeiras colhe-se, entre outras, a ideia, já aflorada anteriormente, de que esta incrustação da conflitualidade nos seus tempos e espaços quotidianos de não-trabalho segue, muito de perto, delimitações de matriz étnica. Os segundos, os patrões, também a invocam com alguma frequência, sobretudo para destacar e ilustrar o que consideram, de forma pre-conceituadamente machista, como incapacidade «inata» da grande maioria das mulheres que se constituem para desenvolverem uma convivência social «civilizada» e assim justi-

ficarem a imperiosa necessidade de, para benefício e protecção delas mesmas, serem «governadas por mão de ferro».

### 6.1.3. Ser trabalhadora sexual num clube: viver às avessas e à espera da noite

A prostituição em geral, e em especial a abrigada, é um fenómeno que, em termos de enquadramento temporal, se desenvolve essencialmente em regime nocturno. Esta associação da actividade à noite está bem patente na designação corrente da prostituição como *vida da noite* e das trabalhadoras sexuais como *mulheres da noite*. Aliás, as referências à noite são permanentes no discurso das próprias, muitas das quais se autodefinem mesmo como *trabalhadoras da noite*. De um modo geral, e como acima explicitámos, o horário de funcionamento dos estabelecimentos onde se pratica prostituição decorre entre as 21/22 horas até às 4/5 horas da madrugada nos dias de semana, prolongando-se até por volta das 5/6 horas nos fins-de-semana<sup>18</sup>. Trata-se de um horário seguido, isto é, um horário que, em princípio, não contempla quaisquer pausas, a não ser, obviamente, as que resultam da ausência de clientes. De uma forma geral, as mulheres têm de o cumprir com rigor: «*Se llego atrasada, el dueño empieza luego a gritar!*» (e29).

A grande abrangência do horário obrigatório de trabalho e o facto de este decorrer de noite estão na base de um evidente e profundo desenquadramento social das quotidianidades das mulheres que o exercem. O seu dia-a-dia, tendo em conta aquilo que é o estilo de vida diário da maioria das pessoas, é vivido em claro *contracíclo*, trabalhando praticamente toda a noite, dormindo durante a maior parte do dia e sem nunca poderem usufruir de um fim-de-semana livre. Numa sociedade basicamente estruturada para dar respostas específicas e diferenciadas a um período diurno de trabalho e a um período nocturno e a fins-de-semana de descanso e de lazer, o quotidiano destas mulheres, como de resto o de todas as pessoas que noutros sectores e por outras razões trabalham também de noite, acaba por se revelar excêntrico, em grande medida ao revés e do avesso relativamente à ocupação de tempos e espaços. Este viver em *contramão* acaba, quase sempre, por produzir efeitos perniciosos, quer do ponto de vista mental quer físico, como explicitamente confirmam algumas das mulheres que temos entrevistado: «*Mesmo depois de dormir, quando me levanto, passo o tempo meio-zonza. Nunca ando bem acordada, totalmente desperta. É como se andasse sempre meio-anestesiada*» (b35).

De certa forma, trata-se portanto de um quotidiano vivido do avesso, trabalhando de noite e fruindo o tempo livre de dia, um formato, aliás, partilhado e vivido, por obrigação ou por escolha, por profissionais de muitos outros sectores. É o caso da restauração e da

(18) Este horário apresenta algumas variações, não muito significativas, entre os estabelecimentos portugueses e espanhóis e entre o período de Outono/Inverno e o período de Primavera/Verão.



hotelaria em que se trabalha no tempo livre dos clientes. Mas não só, pois é necessário interrogarmo-nos sobre se não estaremos a carimho de tempos de trabalho e quotidianos cada vez mais atípicos, impostos, em boa medida, pela lógica da flexibilidade laboral do neoliberalismo dominante no actual capitalismo tardio ou «novo capitalismo», nos termos de Sennet (2001). Ou seja, em nome da competitividade e na mira das mais-valias, vive-se a crescente generalização do trabalho à noite, ao fim-de-semana, em *part-time*, em *full-time*, muitas vezes implicando longas e duplas jornadas de trabalho diário. Aliás, no entender de Castells (1996: 547-548), a «sociedade em rede» implica a ruptura em relação a todos os ritmos que caracterizaram a vida humana, estreitamente ligados, em termos históricos, à natureza e à biologia. As transformações impostas por aquilo que é convencionalmente designado por revolução informacional e tecnológica têm implicações aos mais diversos níveis, incluindo o da organização dos tempos de trabalho ao longo da vida e dos próprios ciclos de vida. Elas são tão profundas que, no limite, estão a conduzir a «sociedade em rede» à arritmia social.

A análise dos dados recolhidos por «orçamentos-tempo», autopreenchidos ou consultados por inquirição, mostram que o tempo de *não-trabalho* das trabalhadoras sexuais nos clubes, *grosso modo* o tempo que medeia entre o fim da noite de trabalho<sup>19</sup> e a saída até ao bar, por volta das 20.00/21.00 horas do dia seguinte, é, no geral, um tempo de vivências muito rotineiras, pobre em conteúdos, declaradamente ocioso, muito orientado para a preparação da noite, em suma, *mal-vivido*, indutor do embotamento espiritual e social de quem o vive dias, meses e anos a fio.

O sono preenche-lhes as manhãs e o início das tardes. Levantam-se, na maior parte dos casos, por volta das 14 horas, ocupando-se de seguida com as rotinas que correspondem à saída do sono: higiene pessoal, pequeno-almoço, em geral muito ligeiro, arrumação e limpeza dos quartos. Almoçam, quase sempre, já depois das 15.00 horas, e em muitos casos nem almoçam, reportando como única refeição quente a do jantar. De acordo com os dados apurados, uma grande parte do resto do dia é passado no interior das habitações, sem fazer nada, a descansar como muitas dizem, ou a ver televisão, muita televisão, sobretudo as telenovelas brasileiras e mexicanas que as estações espanholas e portuguesas passam em «doses industriais» e que, de certo modo, lhes proporcionam breves *viagens de volta a casa*. Algumas ocupam-se também a ouvir música, com a leitura de «revistas de coração» e similares ou, simplesmente, «*batendo papo com alguma companheira*» (b35). É também, como já referimos acima, durante a tarde que lavam e passam roupa, que algumas pintam e tratam do cabelo ou «fazem as unhas». É ainda pela tarde que, praticamente todas elas, algumas quase todos os dias, outras mais espaçadamente, aproveitam para telefonar à fami-

(19) Antes de se deitarem, geralmente, ainda comem uma ceia ligeira e tomam banho, cuidado higiénico no qual também se pode vislumbrar uma dimensão simbólico-ritual, bastante evidente no discurso de algumas mulheres, sobretudo naquelas que incorporaram mais profundamente os estigmas sociais: «*Eu não consigo dormir sem tomar o meu banho de chuveiro. Tenho de me esfregar toadina. Fico com a sensação que estou lavando minha alma!*» (b26).

lia que se encontra nos respectivos países de origem. Esta necessidade imperiosa de contacto directo e constante com a família, para além de corporizar responsabilidades e preocupações com o viver de entes que, sendo muito próximos, tiveram que deixar para trás – filhos e pais, principalmente –, indicia muito especialmente as carências e os vazios de relações afectivas, solidárias e cúmplices, que lhes esteiem as dores, os fracassos, as conquistas e as alegrias com que vão tecendo o seu dia-a-dia: «[Quando tenho algum problema] não recorro a ninguém. Me fecho no meu quarto e choro, ou ligo para a minha mãe...» (b31).

O tempo de que dispõem entre o almoço e o jantar pode ser igualmente preenchido com incursões ao exterior, quase sempre em grupo, para ir ao cabeleireiro, para ir no *shopping*, ou simplesmente para tomar um café ou qualquer outra bebida num bar ou café das redondezas. Por vezes, e como pudemos constatar em diversas ocasiões durante o nosso trabalho de campo, algumas destinam a tarde para saírem na companhia de algum cliente, com quem estabelecem uma relação mais próxima, nalguns casos de (pseudo)namoro. Outras, ainda, ocupam-na a trabalhar, a fazer uns *extras*, como elas lhes chamam, ou seja, a atender clientes fora do espaço e horário formais de serviço. Vão aos locais designados pelos clientes – *molés*, residências ou sítios particulares – ou recebem-nos nos apartamentos que partilham com uma ou mais colegas. A prestação destes *extras* corresponde, nomeadamente, à procura de rendimentos adicionais que possam compensar conjunturas *mais fracas*, quando, por qualquer razão, os clientes acodem em menor número aos clubes onde trabalham.

Para todas, o tempo de não-trabalho termina com o jantar que, nos dias normais de trabalho, tem lugar sensivelmente entre as 19.00 e as 20.00 horas. Tomada esta refeição, preparam-se para mais uma longa jornada de trabalho, de produzir as metamorfoses do visual que a actividade requer e, nalguns casos, de cumprir rituais de pedido de amparo espiritual em relação aos inúmeros riscos que a noite encerra, que todas conhecem por experiência própria e/ou alheia: «*Rezar e acender vela a N.ª Sr.ª de Fátima para que me proteja e a noite me corra bem*» (b35). A análise dos «orçamentos-tempo» recolhidos e a observação directa realizada mostram que os quotidianos de não-trabalho das mulheres prostitutas de clubes apresentam, no geral, uma clara pobreza ocupacional, constituindo-se como contextos de letargia e de algum torpor existencial. Dizer isto não significa deixar de reconhecer que as práticas de lazer dominantes no meio prostitucional observado estão longe de possuir um carácter excepcional. Pelo contrário, quando se comparam com outros contextos sociais facilmente se encontram similitudes. Ou seja, a eventual prevalência de formas de lazer apáticas e culturalmente pouco exigentes não são um fenómeno exclusivo do meio prostitucional, antes estão presentes noutros contextos sociais de cariz popular, do proletariado e de outras classes sociais mais despossuídas, nos quais os quotidianos, e não apenas as práticas de lazer, dos homens e das mulheres estão marcados por rotinas monótonas e um acesso difícil, por restrições económicas e por força dos *habitus*, aos bens culturais e de lazer usufruídos pelas classes mais privilegiadas.

Nos seus quotidianos de não-trabalho, as mulheres que contactámos mantêm, ainda que de forma mais esbatida e com outras *nuanças*, a mesma teia de relações dos tempos de trabalho. Com efeito, as pessoas com quem, nestes tempos de não-trabalho, se relacio-

nam de forma mais directa são fundamentalmente as mesmas que encontram nos seus tempos de trabalho, não existindo hiatos significativos que, de alguma forma, possam potenciar a libertação de tensões, de rancores e agravos e propiciar modulações vivenciais diferenciadas e geradoras de (re)equilíbrio(s): «Aqui [apartamento alugado pelo dono de um clube] vivem muitas meninas. Umas melhores, outras piores. Mas todo o dia há discussão! Há muita 'fofoca'! O pessoal passa o tempo desocupado e dá no que dá!» (b24).

Fortemente acentuada e agudizada pela compressão espacial, social e existencial a que as mulheres prostitutas se encontram remetidas por força sobretudo das múltiplas formas de exclusão de que são alvo, a excessiva padronização, a sedentarização e a banalização em termos de ocupação destes quotidianos e das relações que aí se desenvolvem é algo que elas parecem sentir como penoso, como violento e claustrofóbico, tanto física como mentalmente: «Não me sinto à vontade para me expandir» (b20); «A gente não vive igual a ser humano normal, a gente vegetal. [...] Não sou animal, quero abandonar isto!» (b27). Nalguns casos tentam contornar esta rotina, e principalmente o extenso vazio de conteúdos e de sentidos que as percorre, acelerando o ritmo das mudanças de lugar, na ilusão de que as novidades do novo destino façam passar para segundo plano, mesmo que por pouco tempo, a monotonia que acaba por lhes invadir o dia-a-dia: «Agora já nem tanto, mas primeiro gostava de mudar de sítio. Irritava-me ficar no mesmo sítio muito tempo» (p25). Outras refugiavam-se no álcool<sup>20</sup>, tal como o ilustram não só opiniões dos donos dos clubes – «O dia-a-dia é difícil para as mulheres. É aí que se viram para o álcool» (empresário português de 50 anos) –, como também os desabaços das próprias mulheres:

«Há dias que me desespero tanto por estar aqui que não me aguento mais. Há tempos, numa crise dessas, bebi demais, fiquei bêbeda e parti para a agressão. Bati no meu 'patrão', rasguei-lhe a camisa. Parti copos e garrafas. Parece que foi horrível! Depois disso, passei a controlar-me mais na bebida, porque até aí era frequente embebedar-me. E olhe só a ironia, ficava como papai! É muito duro reconhecer isto, mas é a verdade»<sup>21</sup> (b24).

Do que fica dito facilmente se infere que o tempo não preenchido pela actividade profissional acaba, contudo, por ser profunda e decisivamente moldado por ela.

#### 6.1.4. Predominantemente vistas como putas

Nos quotidianos de não-trabalho das mulheres que se prostituem em clubes registam-se ainda muitas outras fontes e manifestações de violência, corporizadas em práticas de

(20) «... el alcohol puede funcionar[...] como un modo de superación del estrés o del aburrimiento (en prostitutas, por ejemplo)...» (Montalvo e Echeburúa, 2001).

(21) A entrevistada fez, ao longo da narração da sua história de vida, repetidas referências à violência e à agressividade de que ela e os irmãos, mas sobretudo a mãe, tinham sido vítimas por parte do pai em virtude de este ser um alcoólico inveterado.

exclusão e marginalização social, associadas, em regra, ao estigma da prostituição. De facto, como Garabaizal, presidente do colectivo Hetaira<sup>22</sup>, em Espanha, afirma em entrevista a Briz (2002: 10), «el estigma que recae sobre ellas abarca el conjunto de su vida. El hecho de vender sexo las enmarca en la categoría de 'ser prostitutas' en las 24 horas del día». Assim, a actividade sexual comercial é tomada como a referência central em torno da qual a sociedade define a identidade e a existência pessoal destas mulheres. Daí que a líder do movimento das trabalhadoras sexuais do Rio de Janeiro e presidente da ONG DaVida, Gabriela Leite, não tenha hesitado em reconhecer, em Abril de 1998<sup>23</sup>, que «a maior violência sofrida pela prostituta é a do preconceito contra a sua actividade e o estigma que daí advém».

A maioria das que nos adiantaram terem sido vítimas de práticas discriminatórias identifica a humilhação pessoal como o efeito mais imediato das mesmas e admite, abertamente, tê-la sentido e percebido como fortemente erosivas da sua auto-estima e como muito danosa para a formação da sua auto-imagem. No âmbito deste tipo de afloramentos de violência, em segmentos não laborais do seu dia-a-dia, as mulheres prostitutas incluem, entre outros comportamentos: (i) as reacções de ostracismo e de rejeição por parte dos vizinhos dos apartamentos onde se alojam, quer por conta dos patrões quer por conta própria, reacções que vão da simples recusa em compartilhar viagens de elevador à recusa de abaixo-assinados para apoiar exigências de despejo dos apartamentos em questão, invocando como razão mais substancial a natureza da ocupação das suas localatárias; (ii) as atitudes preconceituosas por parte das populações locais, de alguns utilizadores, em especial do sexo feminino, de certos espaços públicos que as mulheres esporadicamente frequentam – pastelarias, cafés, lojas, salões de cabeleireiro, entre outros locais –, tal como refere uma delas: «Nesta cidade as pessoas são muito preconceituosas. Basta que se apercebam que falamos brasileiro e olham-nos logo de lado! Escolhem mesas longe da nossa, como se tivéssemos algum mal contagioso!» (b27).

Para se pouparem ao confronto com atitudes desta ordem, não são poucas as que, a nível das pequenas cidades e vilas da raia transfronteiriça, cujas características favorecem o exercício de um controlo social ainda mais actuante e apertado, acabam por optar por estabelecimentos, cafés e restaurantes sobretudo de localização menos central e de estatuto mais modesto. Estes locais são frequentados por clientes, aparentemente pouco afluentes, onde a presença destas mulheres é, em regra, tolerada e até mesmo bem aceite, quer pelos donos quer pelos próprios fregueses. Pela maior segurança que proporcionam, estes lugares tornam-se então espaços de rotina, de fixação, onde as mulheres retomam sistematicamente, enquanto não mudam de clube. Esta situação contribui significativamente para encurtar, ainda mais, o seu já de si curto raio de interacção, fechando-as em círculos reduzidos e com grandes manchas de sobreposição, «claustrofobizando-lhes» o quotidiano e, em última instância, o viver.

(22) Uma organização que trabalha na defesa dos direitos das prostitutas.  
(23) <http://www.bayswan.org/stals.html> (em 02.05.02).

Ainda a propósito da rejeição social de que são objecto, algumas mulheres apontam a mais ou menos ostensiva indiferença a que a grande maioria dos clientes as vota quando calha cruzarem-se em locais e tempos desligados da relação prostituta-cliente: «*Eu até os compreendo! Têm família, têm esposa! Mas, mesmo assim, eu sinto quando um cliente faz de tudo para me ignorar cá fora, para fazer de conta que não me conhece de lado nenhum. Muda de passeio, vira a cara... E muitas vezes calha até de ser um cliente que, lá dentro, me trata com simpatia!*» (b22). Note-se, contudo, que uma boa parte das mulheres prostitutas compreende as razões deste tipo de atitudes e encara com naturalidade a indiferença de alguns clientes, em especial dos casados ou comprometidos, não a interiorizando prioritariamente como uma manifestação de discriminação ou de estigmatização.

O peso e a extensão das atitudes e reacções hostis com que, comumente, se deparam em meios sociais de não-trabalho justificam a conclusão expressa por M. Carreras<sup>24</sup>, uma prostituta de Barcelona, de que «*lo más duro de este trabajo es la incomprensión, la intolerancia y los insultos de la gente*», uma afirmação perfeitada, de resto, por grande parte das mulheres que encontramos. A este respeito deve relembra-se que a substituição em geral, e em particular a substituição de clubes, tem registado, nos espaços geográficos seleccionados para o nosso estudo, um manifesto crescimento, e que este se tem vindo a fazer fundamentalmente por via da importação de mulheres latino-americanas, brasileiras sobretudo. Tais desenvolvimentos têm vindo a gerar manifestações locais de resistência e de oposição, a mais emblemática e paradigmática das quais foi a que se corporizou nos protestos do auto-intitulado «movimento das mães de Bragança» (MMB) que, ao longo de 2003, foi objecto de uma enorme e excepcional cobertura mediática, a nível nacional e internacional. Iniciado e liderado por um pequeno grupo de mulheres casadas locais, que alegavam que os clubes de prostituição a funcionar na região, e mais concretamente as mulheres que neles trabalhavam, eram a causa directa da ruína afectiva e económica das suas famílias, o movimento contou desde os seus alvares com o apoio e a cumplicidade das autoridades civis e religiosas regionais. Mais, as «mães de Bragança» elegeram especialmente as brasileiras como o «inimigo número um», centrando nelas os seus protestos, identificando-as como principais, se não mesmo as únicas responsáveis pelas «anormalidades» comportamentais dos seus maridos e, consequentemente, pelo fim dos seus casamentos.

Os numerosos comunicados públicos e declarações produzidos por este «movimento» encontram-se cheios de referências e alegações aos poderes e meios irresistíveis empregues pelas brasileiras, desde os seus atractivos físicos, o seu alto nível de depravação sexual, até alegados recursos a magia e feitiçaria, para explicar como é que os homens de Bragança têm sido atraídos, desviados do bom caminho e, em última instância, convertidos em «vítimas indefesas». Em face disto, as «mães de Bragança» exigiram a expulsão das brasileiras e um mais apertado controlo policial sobre os locais onde as trabalhadoras sexuais operam.

(24) Em <http://www.gara.net/orriak/P19102002/art37069.htm> (11.11.02).

Esta acção colectiva é exemplar na forma como reflecte, reproduz e reconstrói todos os estereótipos e mitos mais convencionais que dominam a percepção e as visões da sociedade acerca da prostituição, das prostitutas e do lugar e papel destas na sociedade. Neles perpassam eloquentemente os julgamentos morais diferenciados sobre prostitutas, por um lado, e seus clientes, por outro, demonizando, porque depravadas e malignas, as primeiras e lastimando e absolvendo, porque vítimas, os segundos. Neles perpassa igualmente a «distinção binária» (Roberts, 1996; Parent, 2001) entre «boas mulheres» (as esposas/mães de Bragança) e as «más mulheres» (as prostitutas brasileiras). Por tudo isto, o MMB acabou por fornecer um forte estímulo aos diferentes tipos de violência que afligem a vida diária das prostitutas imigrantes manifestadas particularmente nas formas de violência que tratámos nesta secção.

Em síntese, cabe sublinhar que a substituição encerra, transversalmente, diferentes expressões de violência que atingem sobretudo as mulheres que se substituem, sujeitas a quotidianos «excêntricos» e, na maior parte das vezes, fragilizadas do ponto de vista social, legal e económico. Essa violência não decorre exclusivamente da «dominação masculina», que aqui alcançaria, supostamente, o seu expoente máximo e condição de paradigma. As assimetrias de género no contexto específico da substituição, embora tenham de ser consideradas, não devem ser tomadas como o único factor explicativo da violência que aí se constata. Ainda que estruturantes, elas não podem ser personalizadas ou apenas directamente identificáveis com os clientes e os *patrões*. Trata-se bem mais de uma «violência sem rosto» e de contornos pouco definidos que se manifesta não tanto a nível físico, mas sobretudo psicossocial, e que extravasa os contextos específicos de prestação dos serviços sexuais, permeando extensivamente espaços e tempos de *não trabalho* das mulheres prostitutas. Neles se inscrevem manifestações diversas e difusas de violência (desenraizamento social, confinamento espacial, sedentarização, banalização ocupacional do *tempo-fora-do-trabalho*, ostracismo, estigmatização), que emergem do estilo de vida que o exercício da prostituição, directa e indirectamente, configura.



# 8

## CAPÍTULO

### Sustentadoras de famílias

Os conteúdos deste capítulo foram desenvolvidos tendo por referência dois aspectos geradores de limitações, quer ao nível do processo de apuramento dos dados sobre rendimentos auferidos pelas mulheres observadas quer à própria credibilidade dos mesmos. O primeiro prende-se com a dificuldade, amplamente comprovada, de recolha de dados relativos a rendimentos pessoais. Sendo uma matéria de grande sensibilidade e melindre, a generalidade das pessoas tende a mostrar-se muito relutante e, não poucas vezes, a escusar-se a dar informação precisa sobre ela, mais ainda considerando tratar-se de rendimentos provenientes de actividades socialmente tidas por marginais e ilícitas, como é o caso dos ganhos da prostituição. A sonegação e/ou a manipulação da informação são, por isso, táticas correntemente adoptadas por inquiridos sobre este assunto. O segundo diz respeito à estreita correlação dos ganhos do trabalho sexual à procura, o que determina que os mesmos sejam muito variáveis e incertos, dependentes de uma série de factores que vão desde as diferentes modalidades de prostituição, à qualidade dos clubes, às oscilações conjunturais do nível da procura e aos atributos de cada mulher para atrair e fidelizar clientes. O carácter incerto e a irregularidade dos ganhos foram, de resto, repetidamente apontados pelas mulheres como dificuldades maiores para poderem estimar com precisão os respectivos rendimentos.

#### 1. OS PROVENTOS MONETÁRIOS PROPORCIONADOS PELO TRABALHO SEXUAL

Colocadas estas reservas, começamos por recordar, mais uma vez, que as mulheres inquiridas, na sua quase totalidade, entraram e estão na prostituição «por dinheiro». Esta motivação central e comum corporiza, porém, uma diferenciada procura de respostas, oscilando entre a busca de decompressão de carências materiais constringedoras da mera sobrevivência quotidiana, que no caso do nosso estudo representa a maioria das situações observadas, e a realização da possibilidade de manter e/ou ascender a padrões de consumo de nível elevado, vistos

como mais desejáveis e socialmente apreciados. Se «ganhar dinheiro» é, de facto, um denominador comum das mulheres que contactámos, o mesmo se verifica em relação ao entendimento que exprimem sobre a actividade prostitucional, que, em termos genéricos, classificam como um «modo de ganhar dinheiro» com duas particularidades que fazem toda a diferença, ou seja, um «modo de ganhar mais dinheiro, mais depressa», uma ideia que aflora repetidamente no discurso das mulheres: «*Para mim isto aqui é uma estratégia para ter dinheiro rápido*» (b47). Em relação ao dinheiro, há ainda a registar, como a seguir veremos, dois outros traços no conjunto das respostas das mulheres inquiridas. São eles, por um lado, uma certa dificuldade de harmonizarem as intenções principais que projectam sobre estes ganhos, ou seja, poder gastar no presente e economizar para o futuro, e por outro, este com elevada incidência, o destino que priorizam na aplicação do mesmo, ou seja, assegurar a manutenção e a melhoria das suas condições de vida e das dos elementos dos seus agregados familiares mais próximos.

Superado o processo de aprendizagem e de incorporação no campo social do trabalho sexual, uma boa parte das mulheres acaba, como já foi referido, por encará-lo como uma actividade laboral «normal». Do ponto de vista social, ele traduz-se em mudanças concretas, nomeadamente a nível financeiro e de acesso a bens materiais e serviços até então inacessíveis, em virtude de o trabalho sexual proporcionar às mulheres rendimentos mensais que, embora sujeitos às «flutuações imprevisíveis» referidas por Day (1994: 103) em relação a outros contextos, tendem a atingir montantes bastante razoáveis. Estes superam, por norma, as médias salariais auferidas quer em Portugal quer em Espanha e são incomparavelmente superiores às que se registam nos seus países de origem e muito para além do que elas, com as habilitações profissionais de que dispõem, lograriam, em qualquer lugar, alcançar fora da prostituição. A prestação de serviços de sexo mercantil assegura à trabalhadora sexual o essencial do seu rendimento mensal. Muito variável, o seu valor depende da sua capacidade de desempenho, dos recursos que pode acionar, do tipo de clube em que trabalha e do período do ano. De acordo com as respostas das mulheres que inquirimos, o seu rendimento mensal raramente é inferior a 2000 euros, ultrapassando algumas delas os 4000 euros. Embora muito desigual, o rendimento médio mensal, calculado a partir das respostas ao nosso inquérito, é de facto superior a 2000 euros. Talvez ainda mais significativo, cerca de 75% das trabalhadoras sexuais declararam auferir mais de 1500 euros por mês.

Como dissemos mais acima, o nível de rendimentos mensais obtidos multiplica várias vezes o que a generalidade destas mulheres poderia ganhar noutros sectores de actividade, mesmo trabalhando em países europeus. Esta vantagem comparativa de ganhos é, aos olhos da quase totalidade das mulheres, o maior atractivo da actividade<sup>1</sup> e o principal motivo para

(1) Algumas mulheres, poucas na realidade, descobrem-lhe outros atractivos ligados quer à própria actividade sexual quer à possibilidade de «conhecer outras pessoas e de conhecer o mundo» (b25), havendo mesmo uma que, quando inquirida sobre o que gostava menos na actividade que exerce, não hesitou em responder que «...eu não sei, porque eu acho que gosto de tudo. Gosto de conhecer clientes, de conversar com eles, gosto de 'subir' ...» (b33).

a sua entrada na prostituição. Por outro lado, e de acordo com alguns dos relatos que recolhemos, esta relativa abundância de ganhos acaba também por ter um carácter de certa forma perverso, ao constituir-se num dos mais decisivos obstáculos à saída das mulheres da actividade prostitucional, mesmo quando essa tivesse sido eventualmente a estratégia pensada inicialmente. Deparando-se-lhes outras oportunidades de vida menos onerosas em termos sociais, legais e psicológicos, é tentadora a ideia de se manterem nesta situação que, no limite, responderá ao que Medeiros (2000) designa com a eloquente expressão de «el morbo del diñero». Algumas das mulheres declararam, com efeito, que desde a sua entrada e estadia em Portugal e/ou Espanha assumiram projectos de abandono da prostituição, previsível como definitivo, chegando a aceitar, inclusive, ofertas laborais em cafés, restaurantes, ou mesmo através da criação de pequenos negócios (*snack-bars*, por exemplo). Depressa, porém, retornaram à prostituição, tal como o confessou uma delas:

«Ao fim de alguns meses de cá estar, saí da noite e pensei mesmo que nunca mais na minha vida voltaria. E tanto é que fui trabalhar num restaurante. Do trabalho em si eu gostava. Mas Jesus, não recebia quase nada. Trabalhava feito uma condenada e o que lá ganhava num mês fazia-o em duas ou três noites» (b29)?

Mesmo em casos de abandono e reconversão a outras actividades, a comparação dos ganhos continua a impor-se como referência para manter em aberto a possibilidade de retornar à actividade:

«Eu neste momento já não estou na noite. Mas não coloco de parte a hipótese de voltar, porque é assim, uma pessoa quando se habitua a ganhar muito dinheiro é difícil desabituar-se, porque tu trabalhas na noite, ganhas muito dinheiro... tu estás a trabalhar na noite e fazes 20, 30, ou 40 contos diários. Vais trabalhar durante o dia [numa actividade convencional] e ganhas 60 ou 70 por mês e tu sabes que na noite, em três ou quatro dias, fazes esse dinheiro. É uma vida muito difícil, muito fodida, que é a palavra certa, só que, lá está, é o dinheiro. E dinheiro puxa dinheiro... quanto mais ganhas, mais queres ganhar» (p28).

Muitas trabalhadoras sexuais procuram, ainda, oportunidades e formas de ampliar os ganhos directos da sua actividade normal, ou seja, os proventos auferidos durante o horário fixado nos clubes ou o que regularmente adoptam para trabalhar na rua. Assim, são muitas as que se referem à realização de ganhos extra, quase sempre provenientes do atendimento de clientes fora do horário e do contexto habitual de trabalho, como referimos no Capítulo 7. Acontece com clientes ditos especiais, frequentadores dos clubes ou da rua onde elas trabalham, com os quais acabam por estabelecer uma relação mais personalizada

(2) Refira-se que esta mesma mulher voltou, mais recentemente, a sair da actividade prostitucional, trabalhando por conta própria, num pequeno *snack-bar* instalado com a ajuda financeira de um namorado, numa cidade capital de distrito, empreendimento que falhou ao fim de pouco mais de três meses, tendo mais uma vez a mulher regressado às lides da prostituição.

e que, dependendo dos casos, podem, sob combinação prévia, quase sempre feita por via telefónica, ir atender num motel, pensão, apartamento ou mesmo nos próprios locais em que elas residem. Esta alternativa laboral estará vedada ou pelo menos mais dificultada às que trabalham e residem nas instalações do próprio clube, por ser certo que alguns patrões consideram concorrência desleal a prática desses «biscates». É também por isso que muitas mulheres preferem alojamentos mais autónomos, como os apartamentos que elas próprias, quase sempre em grupo, alugam ou lhes são disponibilizados pelos patrões dos clubes, já que esta situação lhes permite maior autonomia de movimentos e as poupa a uma vigilância mais apertada. É de ressaltar, todavia, que muitos patrões não opõem qualquer resistência à prática destes «extras» fora do horário de serviço estipulado.

Fora da esfera da prestação de serviços sexuais, as mulheres procuram ainda, através dos mais variados meios, captar junto dos clientes outros proventos materiais, de natureza monetária ou qualquer outra. Assim, dentro dos clubes parece estarem atentas a ocasiões e pretextos para arrecadarem algum dinheiro junto dos frequentadores com quem entabulam conversação, mesmo quando os montantes em causa são irrisórios:

Recebemos o troco do dinheiro pago pelas bebidas [um euro]. A J. que, sem eu ter dado conta tinha permanecido junto a mim, retirou primeiro do que eu a moeda do pires... Eu obviamente deixei.

Alguns dias depois por volta da 1h00, acabámos de beber as nossas cervejas, despedimo-nos das mulheres e preparávamo-nos para pagar, quando as mulheres nos perguntaram se lhes dávamos uma moeda de euro para jogarem na máquina [de sorte/azar, que pululam um pouco por toda a parte nas casas nocturnas de Espanha e só são legais nos casinos em Portugal]. Como não tínhamos duas moedas de euro, acabámos por dar dois euros a cada uma. Elas aceitaram dizendo se não nos importávamos que fossem jogar mais tarde (Fuentes de Oñoro, Junho de 2002).

Estas estratégias de obtenção de rendimentos complementares adquire, todavia, contornos muito diversos, quase sempre mais significativos quando se trata de clientes de verdade e não de investigadores sociais convertidos em frequentadores de clubes por força do trabalho de recolha de dados. Aliás, o engenho e o sucesso de algumas mulheres para levarem clientes a prodigalizar-lhes benefícios materiais são correntemente comentados entre as colegas:

«[...] não sei o que elas [colegas] faziam com eles [clientes] lá em cima, que bastava..., elas ligavam e diziam "coloca tanto no meu telemóvel; hoje eu preciso de mandar um dinheiro para o Brasil e não tenho, você me arranja?". "Não, não, eu te dou, te dou". E já vinham com dinheiro, já davam para elas. [...] Olha, tudo... compras, elas vestem, calçam, comem, bebem, tudo à conta dos clientes. E quando eles vão na casa têm de pagar para subir com elas [...]» (b34).

Num ou noutro caso, a generosidade de certos clientes adquire mesmo o tom de uma certa regularidade: «Saiu várias vezes a jantar fora com um cliente muito simpático que,

entre outras coisas, me tem oferecido jóias» (b25). Para um bom número de mulheres entrevistadas, porém, a sua principal fonte de complemento de rendimentos são, tal como declararam, os namorados ou *novios* como lhe chamam no lado espanhol e, mais raramente, os companheiros, os primeiros referidos sobretudo pelas prostitutas de clube, os segundos pelas de rua. Conquanto a maioria das mulheres, como era de esperar, diga que não cobra remuneração pelas relações sexuais que mantêm com os seus respectivos *namorados*<sup>3</sup>, estes não deixam contudo de lhes proporcionar vários outros tipos de auxílio e ganhos materiais. De entre os mais comuns e significativos destacam-se a oferta de roupa e jóias, o pagamento da renda de casa, o empréstimo de dinheiro (muitas vezes a fundo perdido), o carregamento de telemóveis, a ajuda na resolução de burocracias<sup>4</sup>, o pagamento de contas de supermercado, de transportes, entre outras despesas. O namorado representa, assim, aquela «*pessoa que ajuda por fora*» (b35). Ajuda nas mais diversas situações da vida quotidiana de mulheres que se encontram numa terra que lhes é estranha; ajuda nas despesas diárias e como fonte complementar de rendimento, como o confirma uma delas: «*O meu namorado vai-me dando algum [dinheiro] e assim eu poupo o meu*» (b26).

Para além do suporte material, os *namorados* são ainda uma figura que as mulheres invocam para sua própria protecção. No passado, a protecção era, justamente, o principal argumento que o tradicional *namorado* das prostitutas – o *chulo* ou *proxeneta* – utilizava para viver à custa dos proventos da(s) sua(s) «protegida(s)». Agora, sobretudo no que diz respeito às mulheres sul-americanas, a situação é claramente distinta, como denunciavam os próprios donos dos clubes: «*A vinda de colombianas e brasileiras veio lixar a vida dos chulos. Agora, elas não têm, nem querem chulos! São fodidas! Todo o dinheiro que ganham, querem-no para elas!*» (proprietário de clube da zona de Bragança). Esta constatação não invalida, porém, que algumas mulheres estrangeiras que chegam a Portugal ou a Espanha, confrontadas com o desconhecimento da nova situação e com as múltiplas incertezas que dele resultam, procurem e/ou aceitem, numa óptica instrumental, a ajuda de um homem para poderem contar com alguma segurança. Trata-se, porém, mais de uma estratégia consciente do que de um acto de desespero e rendição, como transparece no depoimento de uma mulher brasileira:

«No segundo dia depois de ter chegado a Zamora, comecei a namorar com ele [um cliente]... Eu estava apavorada, sozinha, e eu tinha de ter alguém para me proteger. Foi mais uma procura de retaguarda, de um guarda-costas. Não foi paixão. Mas não é um cafelão [chulo]» (b28).

(3) Como veremos no Capítulo 10, algumas, todavia, não abrem mão desta remuneração nem mesmo com os pretensos namorados ou *novios*.

(4) Durante o período extraordinário de legalização de estrangeiros, que decorreu entre 10 de Janeiro e 30 de Novembro de 2001, soubemos de alguns que aceitaram realizar contratos de trabalho doméstico para as suas *namoradas*, de forma a garantir-lhes a possibilidade de regularizar a sua situação jurídica no país.



Do que fica dito não parece abusivo deduzir-se que, actualmente, a poder falar-se, de facto, em predação económica na relação entre mulheres prostitutas e homens clientes/namorados, ela vem ocorrendo mais em benefício das primeiras do que dos segundos. Esta relativa inversão de papéis é reconhecida em bastantes casos tanto pelas próprias mulheres, como por outros protagonistas do sector (clientes, empresários e empregados de clubes):

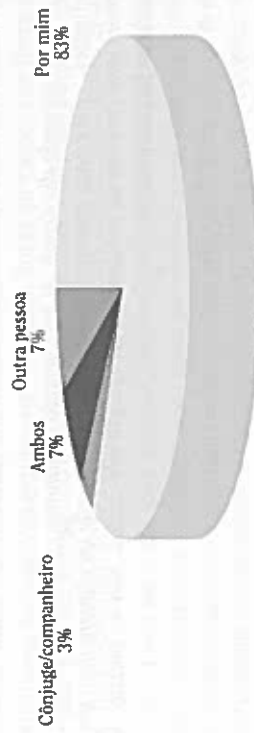
*«Agora as mulheres já não têm chulo. Elas é que são as chulas. Têm um noivo, um namorado, um espanhol ou um português, que leva uma vida normal, na maior parte dos casos são casados, e são elas que lhes sacam o dinheiro. Principalmente as colombianas que... só pensam no dinheiro e não são capazes de manter uma relação de amizade com um homem. Só mantêm relações com os homens por interesse»* (segurança de um clube galego).

Sendo este o olhar masculino, mais adequadamente machista, em torno da relação prostituta *versus* «chulo», «namorado» ou *noivo*, não deixa de ser surpreendente serem algumas delas próprias a reconhecer o aproveitamento que fazem de alguns homens clientes:

*«Eu ando nisto há muitos anos. Até há quatro anos atrás eu tinha um 'macarrá'. Mas agora é ele que me chama 'macarrá' a mim, porque agora eu tenho um espanholito, um 'mongolinho' que trabalha para mim. Entrega-me o dinheiro todinho. Ele está perdidinho por mim. Coitadinho, nunca teve nada e agora vê assim uma mulher que ele considera 'sua'. Mas eu sou-lhe sincera, eu digo mesmo que sou injusta e que um dia vou para o inferno à conta disto»* (p31).

Os resultados do inquérito aplicado confirmam, de resto, que a autonomia das mulheres no tocante ao controlo dos seus rendimentos é bastante significativa. Com efeito, a maioria, muito em particular as estrangeiras que trabalham em clubes, declara gozar de liberdade pessoal nesse sentido, tal como se pode ver pelos resultados apurados na Figura 12.

Figura 12: Administração dos rendimentos



Como se pode ler, 83% das inquiridas afirmam-se como primeiras, e muito frequentemente únicas, gestoras e administradoras dos seus rendimentos. Apenas 3% do total das respostas reportam uma gestão exclusivamente a cargo do que as mulheres identificaram

como cônjuges ou companheiros, os quais aparecem ainda mencionados, em 7% das respostas das mulheres, como co-gestores do rendimento que elas auferem. Estes casos de co-gestão foram declarados, na sua maior parte, por mulheres nacionais e correspondem a situações de relacionamentos já relativamente estabilizados, com coabitação e muitas vezes filhos em comum. Os restantes casos de gestão partilhada de ganhos, por norma sob a forma de conta conjunta, abrangem familiares muito próximos – o pai, a mãe ou algum irmão – e destinam-se, na maior parte das vezes, a agilizar o processo de chegada do dinheiro que as mulheres enviam aos que dele beneficiam. As situações de tutela directa dos ganhos por parte de terceiros são muito raras e, entre os detectados, foram relatados por mulheres muito jovens que dizem ter delegado num parente, em regra o pai, a gestão das remessas enviadas. Estes resultados, mais uma vez, contrariam a imagem tradicional da mulher prostituta totalmente submetida e sobreexplorada pelo proxeneta que a extorque e lhe controla os ganhos, sem negar que tal ocorra em determinadas situações, minoritárias, que são mais frequentes no caso das trabalhadoras sexuais em contexto de rua, como foi possível constatar na região do Minho. Porém, mesmo entre estas, a sua representatividade tem vindo a tornar-se cada vez menor, em termos numéricos, e mais restrita a mulheres de mais idade. As afirmações de autonomia e de subtracção crescente das mulheres à figura e à acção do «chulo» são, aliás, largamente corroboradas por empresários e gerentes de clubes:

*«A figura do chulo desapareceu muito e desapareceu muito porque é assim: as mulheres também abrem os olhos. Agora acontece mais com as portuguesas... Com as brasileiras praticamente não há... As estrangeiras dizem assim: "Eu vou pra lá [Europa] quero governar a minha vida" ... O objectivo delas é unicamente ganhar dinheiro para fazerem casa, isto e aquilo, pronto, para voltarem para o seu país. Elas vêm com esse objectivo e não dão abertura para os chulos... pois sabem que com um chulo vai tudo ao ar»* (gerente de clube, Bragança).

Alguns empresários, atendendo às implicações que esta maior autonomia das mulheres tem no seu negócio, referem estes desenvolvimentos em tom manifestamente crítico, até com um saudosismo indistigável dos tempos em que as relações de poder entre homem e mulher pareciam ser mais claramente definidas, e se necessário ainda sublinhadas pelo uso de força física:

*«Dantes, trabalhar com mulheres era mais seguro. Todas tinham um chulo que mandava nelas e elas só faziam o que ele mandava. E quanto mais porrada o chulo lhes desse, mais elas gostavam de trabalhar e com mais vontade trabalhavam. Agora, com a mania da independência, hoje estão aqui, amanhã uma amiga telefona-lhes e lá vão sem dar cavaco... Se estivessem por conta de um chulo, dificilmente isto acontecia!»* (empresário de um clube, zona de Chaves).

A propósito do progressivo desaparecimento da velha figura de proxeneta e da relativa inversão dos papéis de género no quadro de diversas situações aqui referidas, são as mulheres que controlam a situação. É neste sentido curioso o aparecimento do verbo «chular», tendo

como sujeitos activos as mulheres e como queixosos certos clientes: «*Elas chulam dinheiro a torto e a direito: é para a subida, para a bebida, para o telemóvel, para o jantar, para a música [na jukebox], para a renda de casa, para mandar para os filhos*» (cliente, 35 anos).

O facto de estarem, na maioria dos casos, numa condição de imigrantes não regularizadas, a rejeição social de que são objecto por serem reconhecidas ou suspeitas de se dedicarem à prostituição e a itinerância a que estão sujeitas as que trabalham em clubes deixam-lhes poucas ou mesmo nenhuma outras oportunidades de exercer qualquer actividade remuneratória suplementar, para além das que foram referidas, todas elas directa ou indirectamente ligadas, como vimos, à venda de serviços sexuais. Com efeito, apenas cinco declararam a prestação casual de outros serviços – de limpeza, de manicura e de cabeleireira – a patrões e a colegas, como fonte extraordinária de receitas, quase sempre modestas e irregulares: «*Limpo o salão da casa* [clubel. *Faço também manicura às colegas. É um extra*» (b27); «*Faço manicura*» (b37). Quase sempre em simultâneo com algumas das possibilidades até aqui enunciadas de complementarem e dilatarem os proventos que auferem através da actividade regular que exercem, certas mulheres adoptam também como estratégia o que se pode designar de sobretrabalho. A intensificação laboral concretiza-se, entre outras formas, numa prática de trabalho continuado que, no caso específico dos clubes, implica a renúncia às próprias folgas semanais a que têm direito: «*Podia ter um dia livre entre 2.ª e 4.ª feira. Mas nunca tiro. Para ficar dentro de casa? A fazer o quê? Eu não vim cá para passear. Eu vim para trabalhar e ganhar dinheiro. Então, não vou parar...*» (b24). Esta intensificação laboral traduz-se, para muitas das que declaram tê-la adoptado, também pela não suspensão do trabalho mesmo quando estão menstruadas<sup>5</sup>.

A generalidade das mulheres faz convergir basicamente duas finalidades nos proventos do seu trabalho, satisfazer encargos e necessidades no presente e poupar para o futuro, finalidades que a prática e a experiência de muitas delas têm mostrado serem difíceis de compatibilizar.

## 2. OS ENCARGOS NO PRESENTE

Replicando conclusões que estudos similares têm revelado (Fernández, 2001; Gil e Fernandez, 2001; CIMTM, 2002; D'Andrea, 2003; Howell, 2003), também o que desenvolvemos faz ressaltar a manutenção material dos agregados familiares mais directos e imediatos – filhos, pais e irmãos – como um dos principais, senão mesmo o principal móbil e factor estruturante de todo o processo de envolvimento das mulheres na prostituição. A grande maioria identifica-se, de facto, como a principal, e frequentemente exclusiva, suporte material de grupos familiares mais ou menos alargados. A extensão e a pressão destes compromissos ficam, de resto, sobejamente documentados nas respostas à pergunta

(5) Existem várias maneiras de dissimular esta condição, por exemplo, com esponjas especiais.

sobre os encargos fixos mensais que têm, entre os quais se contam, desde logo, as despesas inerentes à sua própria manutenção quotidiana, basicamente o pagamento da diária – alimentação e alojamento – aos donos dos clubes que as albergam, ou as rendas e outras despesas em apartamentos que compartilham com colegas. Para além destas, as mulheres que trabalham na prostituição, e de forma mais evidente as que o fazem em clubes, referem ainda como incontornáveis e com carácter regular as despesas decorrentes dos requisitos de apresentação física, sobretudo cabeleireiro, maquilhagem e vestuário, «*exigidos*» pela actividade a que se dedicam ou, como uma delas textualmente lhes chamou, «*despesas relacionadas com a profissão*» (b22). O «trabalho na noite» requer, como pudemos comprovar e como nos foi relatado por diversas entrevistadas, detalhes de apresentação física que concorram para fazer destacar os atributos de *sex appealing* das mulheres. A maquilhagem, o vestuário, o penteado, os adereços mais especificamente adequados a tais propósitos são, por isso, elementos e preocupações centrais no quotidiano de quem exerce a prostituição e podem absorver uma fatia considerável dos ganhos auferidos:

«*Temos muita despesa com cabeleireiro, produtos de beleza e com a roupa da noite. Roupa especial. Saias curtas, decotes grandes. É difícil aqui nesta região* [Chaves-Mirandela] *encontrar esta roupa. Quando alguma amiga vai ao Brasil, a gente encomenda. Agora há uma brasileira que abriu no Porto uma loja com roupa deste tipo*» (b28).

Nesta afirmação transpira uma diferença assinalável nos modos de vestir entre portuguesas e brasileiras, mesmo na noite, uma diferença já referida no Capítulo 5 e que, por certo, constituirá, no meio em causa, uma «*mais-valia*» para estas últimas. Por outro lado, parece existir uma relação entre o «estatuto» do clube e a forma como as mulheres se apresentam: quanto «*melhores*» as casas, maiores os proventos, mas também maiores as exigências colocadas pelos donos e pelos clientes (além dos requintes produzidos pelas próprias mulheres), neste sentido:

«*Há casas, assim, mais 'mixurucas' aonde pode ir trabalhar como você quiser... coisa que eu acho errado, porque eu acho que roupa de ganga, isso é coisa do dia-a-dia, assim, roupa de rua. Para o trabalho deve ser uma calça mais fina, uma calça social, um vestidinho, uma saíinha. Ir mais produzida, entende?*» (b33).

Das crescentes exigências de certas casas e da interiorização da necessidade de se «*produzir*» eroticamente por parte das próprias mulheres, nomeadamente brasileiras, entre os testemunhos obtidos ressaltamos ainda o seguinte:

«*Já trabalhei numa casa em que eles não pediam para usar roupas peladas... mas agora, na última onde trabalhei, era obrigatório. Então, eu sempre assim, eu jogo uma blusa decotada com uma calça, uma calça de tecido justa, porque de ganga não pode trabalhar. Quando eu uso saia, eu já uso uma blusa mais comportada, porque eu não sou muito chegada mesmo a roupa pelada. Mas tenho amigas que compram cada modelinho de roupinhal... Maquilhagem, já gosto. Comprro muito 'bator', muito lápis, porque... tem que usar... tem que aparentar*» (b25).



Fora das despesas pessoais obrigatórias, 78% das despesas obtidas sobre encargos fixos mensais incidem em dois grandes domínios, (i) a criação dos filhos e (ii) a ajuda aos pais e outros familiares, sendo estes encargos simultâneos para a maior parte das mulheres que também são mães. A responsabilidade pela manutenção material dos filhos e outros familiares constitui, assim, o referente central das grandes decisões que estas mulheres vão construindo em torno da prostituição, um argumento que se replica nos discursos que ouvimos e registámos e que inteiramente se contém no extracto a seguir reproduzido, no qual se condensa o que, de diversas formas e feitios, muitas mulheres quiseram deixar claro: «*Estou aqui [na prostituição] apenas por eles [os filhos] e pelo resto da minha família*» (c34). A amortização de dívidas reúne uma frequência de 6% de respostas. Os compromissos relativos a dívidas não são independentes dos anteriores, já que, para algumas, estas andam, total ou parcialmente, associadas à satisfação de necessidades de reprodução material dos grupos familiares mais próximos: «*Atrás de mim deixei uma dívida de 250 000 pesetas. Tive o meu filho e não tinha emprego, nem dinheiro. Devia dinheiro a prestamistas. Pagava mais de 10% de juros*» (c23); «*Trouxe dívidas de 13 000 reais. Estive pagando e agora já está tudo liquidado*» (b35). Torna-se evidente, pela análise dos relatos de vida recolhidos, que contribuir para o sustento material dos respectivos núcleos familiares é uma obrigação que desde muito cedo se impôs à maioria destas mulheres. «*Não tive infância. Sempre trabalhei, para me sustentar e ajudar a família...*» (b30). A precariedade material que lhes ameaçava a sobrevivência quotidiana tornava imperativa a multiplicação de esforços para achar soluções. Tal como foi sobejamente comprovado no Capítulo 4, nessa busca muitas viram-se compelidas a abandonar a escola, privadas de brincar e atiradas precocemente para o mundo do trabalho subterrâneo, mal remunerado e sujeito a todo o tipo de exploração: serviços domésticos (*faxineiras, babás*), empregadas de restaurante, de cabeleireiros, copeiras e similares:

«*Comecei a trabalhar muito jovem... Com doze anos. Comecei como 'babá' na casa de uma ex-professora minha. Só trabalhava da parte da tarde, porque ia para a escola de manhã e à tarde é que eu ia trabalhar. O primeiro mês que eu recebi o meu pagamento - foi, se lembro bem, mil cruzeiros - eu fiquei tão feliz, mas tão feliz...! Como o meu pai era muito irresponsável... eu tive que trabalhar para sustentar a família, que era eu, minha mãe e meu pai...*» (b28).

«*Eu até que era boa aluna. Mas começava o ano e eu já tinha de sair da escola pelo facto de ter que trabalhar. Comecei a trabalhar muito cedo. Com catorze anos, cheguei a trabalhar em dois empregos. Era na casa de uma pessoa amiga e numa 'lanchonette' que só abria à noite. Ia dormir às três da manhã e acordava às sete e meia*» (b25).

Também entre as portuguesas são recorrentes as memórias de uma infância pobre, na qual os compromissos laborais apareceram cedo demais:

«*Meu pai ficou aleijado [na sequência de uma atropelamento] e era só a minha mãe a trabalhar para sustentar seis filhos. Com nove anos, deixei a escola. Fui trabalhar de 'baby-sitter'. O meu ordenado era de quatro contos por mês, e com o primeiro que recebi*

*comprei uma televisão para casa da minha mãe. Uma televisão a preto e branco, já usada*» (p31).

«*Da minha infância recordei duas fases: uma com os meus pais que foi muito má, por causa da fome que passávamos. A segunda fase foi quando eu fui viver para casa da minha professora. Ai tinha que comer. Foi bom. Mas quando tinha 12 anos, os meus pais foram-me lá buscar e puseram-me a trabalhar numa fábrica*» (p32).

Com a progressão na idade e a formação de compromissos familiares novos, mais directos, e em muitos casos mesmo exclusivos, decorrentes do casamento ou união de facto, esta responsabilidade de prover aos encargos familiares foi-se acentuando para quase todas.

«*Antes de casar comigo, ele trabalhava no garimpo... na Serra Pelada. Só que depois de casado, ele não quis mais trabalhar. Para poder comprar o pão, comprar o arroz, eu é que trabalhava... Fui fazer bicos. Lavei até buchada de porco num matadouro...*» (b28).

É, porém, o nascimento dos filhos que definitiva e mais poderosamente lhes viria a impor o papel de ganha-pão da família<sup>6</sup>, um papel assumido com dificuldade não porque não sejam capazes, tal como os homens, mas por serem escassos os recursos - académicos, materiais, relacionais e outros -, sendo, por isso, aproveitadas as exíguas e precárias oportunidades que lhes vão sendo proporcionadas. É neste quadro que a substituição representa um novo modo de vida susceptível de fazer face ao enorme peso que os encargos familiares assumiam e assumem na vida da maioria das mulheres inquiridas e entrevistadas. Avaliado nesta óptica, o caminho da substituição introduz inquestionáveis ganhos de eficiência e rentabilidade no sentido de satisfazer os seus encargos por comparação com outras vias já trilhadas e/ou perspectiváveis para o futuro: «*Já passei muitas dificuldades, mas agora, desde que entrei na putaria, as coisas melhoraram*» (b29). Generalizadamente reconhecido pelas próprias mulheres como «*modo de ganhar dinheiro*», mais em concreto, como modo de ganhar mais e mais rapidamente dinheiro, o exercício da actividade prostitucional habilita-as a responder de forma mais adequada às múltiplas solicitações a que se acham submetidas por força das responsabilidades familiares que sobre elas pesam:

«*Quando perguntam para mim, eu sempre falo: tudo bem, não é fácil de ganhar, mas ganha-se em muito menos tempo! Uma pessoa às vezes trabalha o dia inteiro ou mesmo dois dias para ganhar 30 euros, e eu, em meia hora, consigo eles!*» (b25).

Para a maior parte destas mulheres as responsabilidades familiares, para além de pesadas e exigentes, andam, em regra, longe de ter fim à vista, não só porque os filhos, na sua

(6) Este papel desempenhado pela mulher, como aliás noutros sectores e sobretudo em famílias de classes destituídas ou com poucas posses (pescadores, camponeses), representa uma derrogação claríssima do modelo de família parsoniano (cf. Parsons, 1956), em que o homem representaria a função instrumental de sustento e a mulher a vertente expressiva, emocional-afectiva, aliás um modelo que, além de conservador e anacrónico, reflectiria o sonho de certas classes burguesas apresentadas como ideal das ditas classes médias.



maioria, são ainda crianças e adolescentes e vão, portanto, continuar por muitos anos a depender das mães, mas também pelo âmbito alargado a que estendem o sentido das responsabilidades familiares: «*Ainda agora [que o pai morreu], tenho de continuar a mandar dinheiro para a minha madrastra, que ficou sozinha com as crianças. O mais novo dos meus [meio-irmãos só tem cinco anos!]*» (b28). Tais encargos são também pesados e exigentes, por não ser raro que estas mulheres acabem sendo a principal fonte de meios de subsistência de filhos, pais, irmãos, e mesmo, nalguns casos, de maridos e ex-maridos:

«*A minha família é muito pobre. Praticamente todos dependem de mim. Para piorar, a minha mãe é muito doente. Eu é que tenho de mandar-lhe dinheiro para os medicamentos e para os exames médicos*» (b24).

Pelo volume tendencialmente elevado que atingem, os encargos a que hão-de dar resposta podem chegar a tornar-se o sorvedouro de todos os seus ganhos e constituir uma carga dura, excessiva, para muitas delas:

«*A mim aflige-me muito, até me tira o sono, pensar aonde hei-de ir todo o mês arranjar dinheiro para tudo: para mandar para o Brasil, para a família que lá ficou e para pagar as dívidas que o meu pai deixou, para mandar para a minha filha [que está a ser criada em Espanha]... Para além disso, tenho dívidas... feitas quase todas para poder cumprir com o que me é pedido...*» (b28).

Mesmo depois de pagas as dívidas iniciais, sentem por vezes a necessidade de pedir dinheiro emprestado ao patrão/patroa: «*... eu até estou a ver se peço à patroa para me emprestar [dinheiro] para mandar segunda-feira para o Brasil, para pagar [despesas da filha mais nova]*» (b48). Para melhor vincar a dimensão dos ganhos que se lhes escoam para acudir às necessidades dos familiares que deixaram no país de origem, algumas, com certo espírito de humor, recorrem mesmo à metáfora do proxeneta:

«*Já tive homem que se ofereceu para ser meu chulo, como dizem aqui. Mas eu fui logo falando: "Eu já tenho a minha mãe, eu já tenho um 'gigoló', que está no Brasil"; porque eu só penso nela e no meu sobrinho, que a minha irmã é muito irresponsável. Então eu pago para o meu sobrinho ficar em casa, pago os estudos dele...*» (b25).

Estes e outros depoimentos revelam indícios plausíveis da ocorrência de atitudes de abuso, quiçá inconsciente ou inadvertido, destas mulheres por parte de familiares que passaram a ser sustentados por elas, muitos dos quais, tomando por adquirida a «fatura» e a «inesgotabilidade» dos ganhos da parente emigrada na Europa, se mostram pouco ou nada cuidadosos nem criteriosos no momento de gastarem ou mesmo «estafarem» o que recebem. A ideia em torno do comportamento dos familiares da trabalhadora sexual aflora também várias vezes no discurso dos empresários que ouvimos:

«*... elas mandam muito dinheiro... porque eles [a família] estão com dificuldades. Mas depois há um desgoverno, pessoas que nunca tiveram nada, que estiveram sempre ali, naquelas favelas ou o carças, apanham o dinheiro, aquilo cai-lhes todos os meses e,*

*pronto, dizem assim: está lá a minha filha, ganha muito dinheiro e ela vai [continuar a] ajudar-nos. E, assim, o dinheiro vai-se, esbanja-se...*» (gerente de clube, Bragança).

A melhoria acentuada na qualidade de vida material, especialmente em termos de alimentação, cuidados de saúde, vestuário, educação e condições de habitação e conforto, constitui um dos efeitos mais imediatamente visíveis do dinheiro que, com mais ou menos sacrifício, muitas destas mulheres fazem reverter para as suas famílias.

«*Vir para aqui [para a prostituição, na Europa] já tornou possível eu realizar um grande sonho da minha mãe. Fazer um banheiro na casa dela, que era a coisa que mamãe nunca teve na vida. Tinha que fazer tudo num balde e despejar todo o dia, num canto. Agora, graças a Deus, eu pude dar essa felicidade para ela!*» (b24).

Estas remessas podem ajudar a mitigar muito ou mesmo a anular a censura sobre o tipo de trabalho que a parente desenvolve. Apesar da prevalência de uma atitude diferente da portuguesa, em relação à sexualidade, como já se indicou no Capítulo 5, o trabalho sexual continua a não ser considerado um trabalho «honrado», o que leva muitas mulheres a esforçar-se por esconder dos familiares a sua ocupação. Mas nem sempre conseguem, até porque não só em Portugal como mesmo no Brasil já é generalizada a ideia, como foi referido, de que trabalhar na Europa para as mulheres é sinónimo de trabalho na prostituição. No entanto, o dinheiro ganho à custa do trabalho na prostituição e entregue, enviado ou de qualquer forma aplicado em proveito dos parentes mais chegados tende, frequentemente, a constituir-se em veículo de promoção e, não raro, de reabilitação da posição e de melhoria estatutária destas mulheres junto dos familiares adultos. Os pais, mães, irmãos e outros, em face dos benefícios que tal dinheiro lhes proporciona, pragmaticamente abrandam ou abandonam atitudes e posturas mais ou menos condenatórias da filha, da irmã ou da parente que faz do comércio de sexo o seu modo de vida.

«*O meu pai, no princípio, dizia que nem ia querer o dinheiro que eu lhe mandasse por ser ganho na putaria. Mas depois, era só mandar-lho e ele logo o gastava. A toa, como eu! Então quando ele ficou doente [cancro] e com os tratamentos que tinha de fazer, eu tinha mesmo que lhe mandar muito dinheiro. Todo o mês, eu mandava em torno de 80 contos*» (b28).

O reconhecimento do papel-chave que passaram a deter na economia das suas famílias é, seguramente, o argumento decisivo para que se esvazie de sentido e legitimidade toda e qualquer censura ou crítica a este respeito: «*A minha família não tem que tomar posição [a propósito da sua actividade prostitucional]. Beneficiam todos da minha ajuda!*» (b40); «*Os meus pais, ao princípio, reagiram mal. Mas depois aceitaram. Eu é que tenho que ralar pra eles, né? Vai fazer o quê?*» (b28)<sup>7</sup>. Do que fica dito sobre o destino mais imediato dos ganhos

(7) Trata-se de uma situação comum noutras geografias. Por exemplo, nas regiões mais pobres da Tailândia é normal entre as classes mais desituidas que as «filhas dedicadas» procurem trabalho na pros-



monetários destas mulheres, claramente se infere o domínio do que designamos como a orientação familista do mesmo, ou seja, a afectação prioritária de tais proventos à satisfação das necessidades de terceiros – filhos, pais, irmãos e outros parentes – sem que considerações ou preconceitos moralistas se venham a sobrepor a esta estratégia e objectivo.

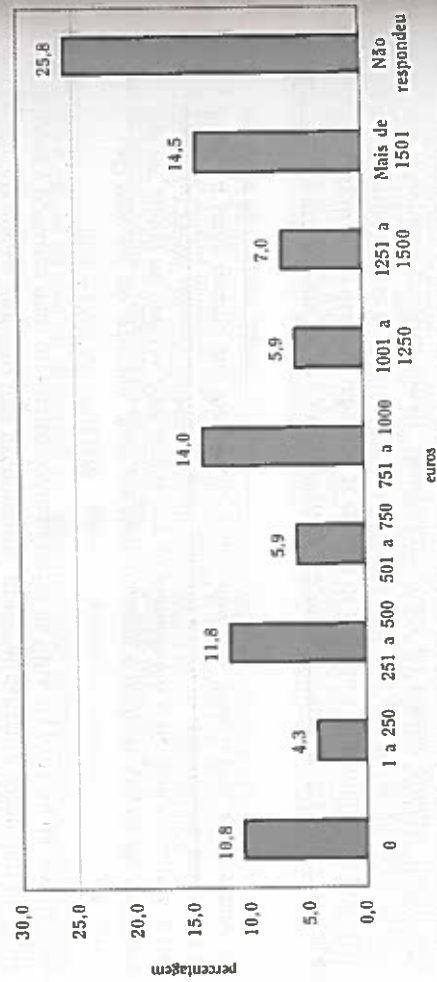
### 3. AS POUPANÇAS E AS PREOCUPAÇÕES COM O FUTURO

Se o apoio aos filhos e a outros familiares próximos é, de facto, a orientação predominante no que se refere à satisfação das necessidades e aos encargos relativos ao presente, continua igualmente a sê-lo quando a possibilidade de poupança permite equacionar perspectivas e projectos para o futuro.

#### 3.1. A poupança como meta

A realização de poupanças é apresentada pela grande maioria das mulheres inquiridas como meta a perseguir. O desejo, a intenção de realizar poupanças, isto é, acumular rendimentos são directa ou indirectamente mencionados na maioria das respostas recolhidas sobre este assunto, através das quais passam igualmente claros indicadores do empenho posto em torno da concretização de tal desejo. Quando questionadas sobre a quantia que conseguiram poupar por mês, foi possível apurar uma distribuição, tal como se evidencia na Figura 13.

Figura 13: Aforro médio mensal



tuição, facultando assim recursos materiais e a melhoria do estatuto político e ritual à sua família. As decorações abundantes dos templos locais devem-se em grande parte ao trabalho sexual das filhas. A aceitação desta forma de procurar ajuda para os pais e a opinião de que a escolha dessas raparigas é «honourable, virtuous» (Rigg, 1997:134) não significa a ausência de estigma. Fala-se sobre elas em eufemismos: «Elas foram para o Sul» (Rigg, 1997: 133-135; Lin, 1998: 12-13).

Quase 11% das inquiridas declararam não conseguir aforrar absolutamente nada. Neste grupo incluem-se, desde logo, as mulheres recém-chegadas, que se encontram ainda a ganhar para pagar a dívida da viagem. Há ainda a sublinhar a relativamente elevada incidência de não-respostas a esta questão, numa evidente demonstração das considerações que tecemos a abrir este capítulo no concernente às dificuldades de apuramento de informação relativa a questões em torno dos rendimentos. No entanto, a maioria afirma que consegue realizar aforros mensais, ainda que os montantes declarados sejam relativamente diferenciados. Assim, temos 16% de respostas que situam a poupança obtida em quantitativo igual ou inferior a 500 euros; 33% distribuem-no por um amplo leque entre os 500 e os 1500 euros; e, finalmente, um conjunto de cerca de 15% que declararem montantes acima dos 1500 euros, percentagens estas que subiriam proporcionalmente se não fossem incluídos nas percentagem global os não respondentes. Devemos, porém, ressaltar que os números adiantados como tal não se reportam em todos os casos a poupança líquida, isto é, ao remanescente depois de deduzidos todos os encargos fixos. Muitas mulheres consideram como poupança todo o dinheiro que vai além das suas próprias despesas mensais. Neste entendimento, acabam muitas vezes por incluir no cálculo das poupanças o dinheiro que conseguem remeter às suas famílias para satisfação de necessidades correntes, mas há outras que fazem uma distinção, o que exige que estes dados sejam lidos com certas reservas.

Para lograr a concretização do seu desejo de aforrar, muitas mulheres obrigam-se a esforços de vária ordem, nomeadamente a contenção de consumos, mencionados por um número relativamente considerável de inquiridas e entrevistadas. A referência a procedimentos deste tipo é feita sobretudo por mulheres estrangeiras com compromissos familiares mais directos, como os que se prendem com os filhos, e com planos relativamente claros e, comparativamente, menos ambiciosos, logo, quase sempre mais realistas, quanto a metas a atingir com esta passagem pela prostituição na Europa e aos prazos que fixam para as concretizarem. Dão corpo a estes propósitos através da manutenção do seu nível de despesas pessoais dentro dos limites do estritamente indispensável: «Só compro o necessário, aquilo que preciso mesmo, porque eu não trabalho para mim, trabalho para o meu filho» (c23). Mesmo relativamente aos gastos necessários para o exercício do seu trabalho, como são os cuidados com a apresentação física, há bastantes mulheres que afirmam conseguir fazer uma gestão bem apertada dos mesmos: «Gasto só mesmo o essencial. Não vou ao cabeleireiro para não gastar dinheiro» (b27); «Só tiro dinheiro para o essencial. Quase não compro roupa, não saio de casa, porque quero poupar para ir para o Brasil» (b27). Algumas chegam a auto-impor-se uma disciplina e contenção relativamente severas para impedir que tentações consumistas, alimentadas pelo maior desafogo monetário que a actividade prostitucional lhes proporciona e pelo apelo que lhes chega dos contextos e locais em que se movimentam – supermercados, lojas, agências de viagem, cidades e vilas por onde transitam e onde vão vivendo –, lhes venham atrapalhar ou mesmo malograr os planos de poupança e a sua aplicação no futuro a médio prazo.



«Quando vim para cá, eu coloquei esse objectivo na minha vida. E o objectivo é uma casa para a minha mãe, só isso, não tenho objectivo de comprar carro para mim, não tenho esse negócio de luxos, nada... Então, eu estou fazendo uma média de 1750 euros por mês e eu anoto tudo o que ganho e tudo o que eu gasto. Se eu gastar 50 centimos, 10 centimos, eu anoto. Porque é assim... eu quero sempre quando chegar o final do mês conferir o que ganhei, para ver o que eu poupei, se está valendo a pena eu continuar aqui e acertar para mim uma data para ir embora. E se tudo continuar correndo como tem corrido, eu acho que até Maio do ano que vem eu consigo» (b25).

Aliás, os exemplos de uma gestão «contabilística» bem pensada e devidamente controlada dos proventos do trabalho não são raros e chegam até a ser surpreendentes pelo rigor e pela exigência que revelam:

«Tenho aí um caderno, aonde todo o dia faço o registo do que ganhei, de quantos clientes atendi e de cada centavo que gasto. É que eu não vim para ficar muito tempo. Vim para ganhar bastante, para poder ir logo embora. E já tenho bilhete de regresso para 15 de Janeiro do próximo ano. Só não vou antes, porque quero ainda aproveitar o mês de Dezembro, que é um dos meses melhores para trabalhar» (b24).

Numa certa analogia às horas de trabalho consideradas necessárias para a subsistência e o excedente para efeitos de ganhos com vista ao aforro sustentado, no raciocínio de algumas tal é convertido em número de clientes necessários e excedentários: «As minhas contas são assim: toda a noite procuro fazer pelo menos um mínimo de cinco clientes. Três para mim para poupar e mais dois que é para eu gastar» (b31). A vontade de acumular poupanças é, como vimos, assumida pela maior parte das mulheres, que se mostram altamente empenhadas na realização de tal objectivo. No entanto, a possibilidade de aforro e, por conseguinte, a afectação de parte dos ganhos à construção de planos e projectos de futuro é, segundo as próprias mulheres, condicionada por uma série de factores limitativos. Em primeiro lugar, é por elas evidenciado que a dimensão dos encargos relativos ao presente pode comprometer, como vimos acima, toda e qualquer possibilidade de aforro para o futuro: «Não sobra nada. As despesas, lá no Brasil, são muitas» (b28); «Mando tudo para o Brasil. De meu, só meu, tenho no banco 200 reais. Foi o que poupei até hoje só para mim!» (b, 24). Por sua vez, os sintomas da crise provocada pela estagnação económica começava, à data da realização do nosso trabalho de campo, a fazer-se sentir também no negócio da prostituição, uma crise que, sendo embora o reflexo da situação económica negativa – diminuição do poder de compra ou mesmo perda de empregos –, prender-se-á também, por certo, com o crescimento disparado da oferta de serviços sexuais nos últimos anos: «No início ganhava mais. Dantes não parava um minuto. Agora chego a estar à espera uma, duas horas que apareça um [cliente]» (p31); «Agora, isto está muito fraco. Nossa! O pessoal não aparece» (b24). Os efeitos da conjuntura desfavorável aparecem várias vezes invocados nas avaliações que as mulheres fazem das suas realizações financeiras, que algumas admitem ter já conhecido melhores dias: «A casa [onde tem traba-

lhado ultimamente] é boa, tem muito cliente. Só que, de há uns tempos para cá, está caindo» (b25); «Agora só de vez em quando eu mando [dinheiro para as filhas], porque está ruim, o trabalho está bem ruim» (b48). Todavia, para um outro grupo de mulheres, especialmente as mais jovens e sem filhos, o que parece estar inviabilizando o aforro é justamente a abundância de dinheiro de que passaram a dispor e o acesso rápido que passaram a ter ao mesmo: «O dinheiro é fácil de gastar! E quanto mais se tem, mais se gasta. E como este é fácil de ganhar... É fácil de ganhar, mas é muito difícil não o gastar» (p27). Aparentemente deslumbradas com um poder aquisitivo ampliado a uma escala que não lhes era de todo familiar, reconhecem ter-se enredado numa espécie de vertigem consumista que, por agora, não sabem como controlar: «Não poupo nada! O dinheiro é só para mim. Gasto-o todo. Falando claro, o que eu pretendo disto tudo é dinheiro... ter muito dinheiro. Ter, não. Poder gastar muito! Poupar, poupar, devia ser às vezes o corpo!» (p25). Esta fixação na realização de impulsos consumistas de tipo imediato e consequente esbanjamento do que ganham é confessada por algumas: «Tudo o que ganho, gasto» (p20). A satisfação em gozar e levar uma «boa vida» disfrutando dos prazeres no dia-a-dia sobrepe-se a qualquer sentido de poupança, invocando a própria «natureza» do seu modo de ser esbanjador: «Sou péssima para poupar. Sou uma gastadeira nata. Nem sei em quê! Gasto à toa! Gosto de beber um bom vinho, de ir no restaurante. Coisas assim!» (b28). Algumas das nossas entrevistadas referiram, de modo ora implícito ora explícito, ter inscritos na sua vida objectivos de afirmação pessoal e um desejo ou sentimento de inclusão social, em termos de um razoável ou bom nível de vida. Num aparente paradoxo, a prostituição que estigmatiza estas mulheres acaba por constituir, por obra dos proventos financeiros nela obtidos, o meio a partir do qual se libertam de muitas das peias que as amarram ou amarraram à pobreza. Mais, a ordem económica e moral que as estigmatiza, empurrando-as para a exclusão social, também as «integra», ainda que apenas por via do acesso, da fruição e do consumo de bens e serviços, alcançados pela ideologia dominante da actual sociedade à categoria de principais marcadores simbólicos de estatuto e prestígio elevados. Ou seja, a capacidade de consumo, essencial para a estilização da vida, influencia e co-estrutura o lugar de cada um na sociedade e funciona, também neste caso, como um mecanismo de acesso a bens e recompensas e de interiorização de um sentimento de pertença e inclusão social. Nesta como noutras situações, a fruição de bens de consumo fascina sempre, e cada vez mais, sobretudo a quem deles está ou tem estado privado. É neste contexto que ganham sentido as declarações relativas a sentimentos novos de auto-estima, promoção pessoal e de segurança que muitas mulheres, em especial as oriundas de meios sociais mais carenciados, dizem retirar da capacidade outorgada pelo exercício da prostituição, de «poder comprar o que se quer», ou de «ter dinheiro e gastá-lo como lhe apetece»: «[Quando se me depara algum problema] recorro ao meu livro de cheques. Ele resolve. O dinheiro resolve tudo» (b47). O binómio «ganhar depressa, (para)/gastar depressa» parece também constituir um dos mais fortes incentivos para a entrada na prostituição de mulheres que, à partida, não estão propriamente em situação de privação material. Mas pode também funcionar como um factor inibidor da concretização do abandono da actividade, como tem sido reconhecido



quer por algumas das próprias mulheres entrevistadas quer por outros investigadores, entre os quais Day (1994: 100).

### 3.2. Destinos e planos para as poupanças

Independentemente das limitações dos dados obtidos, tal como foi apontado no início deste capítulo, bem como da fórmula de cálculo, o importante na apreciação dos dados apurados sobre poupança é que eles interpellam uma ideia do senso comum, que faz inclusivamente vencimento nos contextos prostitutionais, a da «*chapa ganha, chapa gasta*». Pelo contrário, da maioria das mulheres entrevistadas se infere que apostam e conseguem, de facto, aforrar, mostrando que têm um projecto de vida que inclui a compra de bens duráveis como a habitação, ou de elevado valor e de investimento como a educação dos filhos. O destino declarado das poupanças que com mais ou menos esforço logram realizar é, em regra, múltiplo e simultâneo e as frequências mais significativas de respostas concentram-se de forma esmagadora em quatro áreas, a saber e pela seguinte ordem: (i) «ajudar familiares», (ii) «dar melhor educação aos filhos», (iii) «depositar no banco», (iv) «comprar/construir casa».

Objectivos de natureza mais pessoal, isto é, centrados na satisfação de interesses mais estritamente individuais, recobrem, em primeiro lugar, a «*aquisição de carro*», seguindo-se o de «*estudar*» – um objectivo expresso apenas por mulheres muito jovens, abaixo dos 25 anos – e, por fim, o «*investir num projecto/numa empresa*». Mencionado por cerca de dezena e meia de respondentes, este último objectivo abrange projectos de criação e a manutenção de pequenos negócios – *lanchonettes*, loja de *lingerie*, táxi, aquisição de terras para instalação de empresa pecuária e outros –, sendo de destacar que quase todos estes projectos incluem ou prevêem a participação e o envolvimento de outros familiares, por exemplo, irmãos, cunhados. O aforro declaradamente destinado a outros propósitos de cariz pessoal tais como «*vestuário e acessórios*», «*festas e diversão*» e «*passar*» tem uma expressão, em termos de respostas, muito residual.

A constituição de contas bancárias de poupança aparece mencionada por um número significativo de mulheres, sobretudo pelas que estão há mais tempo na actividade. Algumas referem mesmo os juros correspondentes como fonte adicional de rendimentos. No entanto, são ainda pouco nítidas, em geral, as intenções de uso que associam ao dinheiro que têm conseguido amalhar e depositar. A única nota de certeza que perpassa nas menções a estas poupanças guardadas em bancos é a sua ligação ao futuro. «*Prevenir*», «*melhorar*», «*pensar*», «*preparar*» «*assegurar*» são os verbos que mais recorrentemente aparecem a fazer esta ligação entre as contas bancárias de poupança e o futuro, sendo todavia as mulheres portuguesas as que com mais frequência respondem neste sentido: «*Para construir o futuro dos meus filhos e o meu*» (p42); «*ter dinheiro para alguma emergência*» (p29); «*preparar o meu futuro*» (p38). Partindo desta preocupação com o futuro, o próprio e o dos que lhes são próximos, emana a consciência acerca da absoluta desprotecção social que rodeia a actividade a que se dedicam, das inseguranças e dos riscos que a caracterizam

e do desgaste rápido inerente ao seu exercício. Assim, vem bem a propósito a afirmação de uma mulher já nos seus cinquenta anos: «*Estou a poupar para a minha reforma*» (p53).

O que ficou dito revela o papel decisivo e o forte protagonismo das mulheres prostitutas na construção de soluções de sobrevivência material, própria e da dos elementos dos seus contextos familiares. Tal protagonismo é particularmente destacado no caso das mulheres imigrantes que, salvaguardadas as especificidades do sector em que trabalham, em praticamente mais nada se distinguem do resto dos imigrantes económicos, ou seja, dos que se deslocam em busca de melhores oportunidades e condições de vida. As razões que as impeliram a sair dos seus lugares de origem, as metas que se propõem atingir, o desenvolvimento de microestratégias que permitam cumprir essas metas de forma mais eficaz constituem aspectos que atravessam a generalidade dos projectos e percursos da imigração (D'Andrea, 2002). Neste contexto, as mulheres inquiridas e entrevistadas não só são, de facto, trabalhadoras num determinado sector – o comércio do sexo – como emergem, na sua maior parte, como sujeitos responsáveis, que tomam decisões que consideram adequadas para superar os problemas que a vida lhes coloca. Esta constatação, sem deixar de reconhecer as muitas e duras adversidades que permeiam as suas experiências imigratórias e laborais, assim como os ambientes e condições em que as mesmas se concretizam, desafia frontalmente o estereótipo da mulher prostituta, generalizadamente considerada como um ser passivo, dependente, carecido de capacidade de iniciativa, apenas e sempre vitimizado.

O sentido, predominantemente familiar, do destino que dão aos ganhos que realizam, incorporando, em primeiro lugar, uma preocupação e um compromisso com os outros – filhos, pais, irmãos, parentes –, é, sem dúvida, uma das notas que mais releva da análise dos dados recolhidos. Se para todas as mulheres entrevistadas o dinheiro é o eixo central da substituição, valorizando-o por razões que se prendem com a própria sobrevivência material e dos que lhes são mais próximos, foi ainda possível apurar que ao dinheiro ganho na prostituição são atribuídos outros significados. Com efeito, tal como vimos, embora para a imensa maioria das mulheres este dinheiro represente sobretudo a solução para problemas mais ou menos severos de sobrevivência imediata e a possibilidade de promover o bem-estar das suas famílias, ele pode representar várias outras coisas, nomeadamente: (i) liberdade de consumo, possibilidade de escolha, incluindo a opção por consumos mais sofisticados; (ii) possibilidade de sonhar, planejar e construir um futuro mais à medida das expectativas que nele se projectam; (iii) autonomia económica e relativa ou inclusive total libertação pessoal perante tutelas familiares – pais, maridos e companheiros; (iv) ganhos de poder e de controlo no interior das relações familiares e de outro tipo (maridos, companheiros); e, por fim, nalguns casos, (v) a possibilidade de custear dependências como a da droga. Exceptuando este último, de resto mais invocado por algumas mulheres exercendo a prostituição na rua e, portanto, com expressão mais significativa entre mulheres portuguesas, apurou-se que a realização de cada um dos outros significados, e sobretudo do seu conjunto, é por regra percebida pelas próprias mulheres como geradora de sentimentos de auto-estima, de autoconfiança, de autopromoção, de uma certa realização pessoal, sentimentos mesmo de alguma superioridade, como também

verificou Medeiros (2000). Tais sentimentos constituem, por sua vez, o seu acervo, a sua reserva de argumentos para opor e lidar com os anátemas da inferioridade social e moral que sobre elas recaem pela forma como ganham o dinheiro; para sobreviver e resistir no quadro de dominação a que se acham sujeitas – de classe (que é também de exploração) e de género – e à qual se junta, quando estrangeiras e ilegais, uma dominação com base na nacionalidade, fundada na imposição, decretada pelo Direito, da ausência de direitos, moralmente de trabalho e de cidadania em geral.

O dinheiro que a prostituição proporciona é, de facto, o factor que mais vezes é referido pelas mulheres como o aspecto mais positivo da actividade, para muitas mesmo o único que conseguem eleger. Positivo, em primeiro lugar, por «*ser muito em pouco tempo*» e, em segundo, pelas realizações e opções materiais e económicas que viabiliza e consequentes gratificações psicológicas que delas se retiram. De uma forma recorrente confrontámo-nos com histórias de vida que colocam a nu o impacto económico do sexo como actividade mercantil na vida das mulheres nela envolvidas. Nos países periféricos, ter um trabalho está, muitas vezes, longe de garantir à mulher a sobrevivência. Para muitas, mesmo prolongando a jornada de trabalho para lá do que é humanamente aceitável, o salário é insuficiente, como se constatou neste e no Capítulo 4, para garantir a reprodução social da família, sobretudo quando se é mãe solteira. O ingresso na prostituição é, nestas circunstâncias, uma efectiva oportunidade para quebrar o designado «círculo vicioso da pobreza» e, através da obtenção de ganhos que lhes permittem, entre outros, adquirir uma habitação, equipar e proporcionar aos seus filhos uma estabilidade económica sem a qual não se podem fazer projectos de vida.

## CAPÍTULO 9

### As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição extrema

#### 1. A CONDIÇÃO DE MÃE

Neste capítulo centraremos a nossa abordagem nalguns aspectos relativos à condição de mães das mulheres que se prostituem. Sendo uma situação corrente e de central importância nas suas vidas, ela tem sido um tema bastante negligenciado e omitido nas análises e estudos realizados em torno da prostituição feminina. Trataremos, assim, de dar visibilidade a esta condição, procurando discutir aspectos adversos que, em larga medida, concorrem para compor o que podemos designar como um tipo particular de mães. Embora tal tipo não seja de todo exclusivo do meio prostitucional, neste, e mais especificamente no quadro do nosso estudo, ele afigura-se como dominante. A constatação que acabámos de explicitar encerra, em si mesma, duas ressalvas que, apesar da evidência imediata dos seus enunciados, faz sentido recuperar sempre que o objectivo seja o de procurar compreender e explicar o fenómeno da prostituição. Trata-se de deixar claro que nenhuma circunstância social, por si só, determina o exercício da prostituição; que esta não é necessariamente o destino de ninguém. Existem, no entanto, factores, sobretudo os que se prendem com a precariedade material e trajectos de vida – desestruturação familiar, insucesso escolar, desemprego, entre outros – que o podem condicionar de forma mais marcante e decisiva.

Como já deixámos dito, a prostituição feminina de clubes é a modalidade que predomina nos espaços transfronteiriços observados. As mulheres que exercem a actividade nestes clubes são bastante heterogéneas, por serem variadas as razões, os objectivos e as formas que explicam a sua entrada e permanência na prostituição. Variados são também os seus perfis pessoais, as suas experiências de vida passada e as suas expectativas em relação ao futuro. Ainda assim, os resultados da nossa observação deixam expostas algumas regularidades que tomamos como os grandes denominadores comuns, ou seja, como os traços mais significativos de caracterização do colectivo de mulheres que encontramos e abordámos no terreno. Entre eles sobressai a condição de mãe que uma larga maioria

detém. Do total de estrangeiras entrevistadas, cerca de 67% são mães, das quais 84% são de nacionalidade brasileira. Das portuguesas que encontramos a trabalhar em clubes, 48% são também mães, representando pouco mais do que 10% do total.

## 2. UMA MATERNIDADE PRECOCE E QUASE SEMPRE ACIDENTAL

A esmagadora maioria das mulheres foi mãe pela primeira vez ainda bastante jovens. Neste conjunto de maternidades precoces podem distinguir-se duas tendências: (i) jovens que se tornaram mães no contexto de relações de namoro, quase sempre de carácter for- tuito e casual; (ii) mulheres que casaram ou se uniram para constituir família própria e, já dentro desse contexto, engravidaram e foram mães.

A primeira situação recobre, como foi dito, a ocorrência da maternidade no quadro de relacionamentos identificados como de namoro, em regra de tipo casual e de data recente. São efectivamente bastantes as que se tornaram mães na sequência mesmo das primeiras experiências sexuais: «Iniciei a minha vida sexual com 15 anos. À segunda vez que tive relações engravidei. O namoro só durou até eu ficar grávida» (b23); «Eu tinha 13 anos quando comecei a ter relações sexuais com um namorado de 19. À segunda vez, fiquei logo grávida» (b25). A primeira gravidez apanhou muitas delas de surpresa e algumas receberam mesmo a notícia de que estavam grávidas da parte ora das respectivas mães («A minha mãe é que descobriu que eu estava grávida. Eu nem imaginava», b24); ora de familiares próximos («Já com 16 anos engravidei e eu nem sabia. Quem descobriu que eu estava grávida foi a minha tia, eu não tinha nem noção de gravidez», b29).

A gravidez e consequente maternidade marcam uma viragem decisiva e quase sempre de sentido negativo na vida destas jovens, acelerando-lhes abruptamente o processo de crescimento como pessoas, obrigando-as a tornarem-se adultas quando ainda mal tinham saído da infância: «Fui mãe com 14 anos. Quase que não tive infância!» (b25). Por outro lado, para quase todas, tais ocorrências contribuíram também e de forma decisiva para a deterioração das respectivas condições materiais de existência. A ignorância, a falta de informação, a incapacidade financeira e os valores religiosos, e acima de tudo «a vontade de ser mãe», são os argumentos mais frequentemente invocados pelas inquiridas como explicação para a quase total ausência de referências a processos de interrupção voluntária destas gravidezes não planejadas, na sequência das quais algumas destas jovens se acharam encaminhadas pela família ou pelas circunstâncias para o casamento ou a união de facto com o pai da criança.

Construídos, basicamente, como processos aditivos de precariedade, de insuficiência material e de imaturidade pessoal, estes casamentos/unões de facto levavam a falência inscrita como «destino» social, e no final da sua mais ou menos curta e não raro muito conturbada existência, as mulheres acharam-se sós, com os filhos que as levaram ao matrimónio e os mais que daí resultaram. A maior parte delas aponta a irresponsabilidade dos respectivos parceiros como o principal factor a ditar o fim do casamento: «Eu tinha 17 anos, tantos como ele. Juntámo-nos por causa da filha que eu fiquei esperando. Mas não deu

certo. Durou apenas seis meses. Ele era um irresponsável» (b26). Trata-se de uma irresponsabilidade que, mesmo nalgumas relações mais longas, esteve sempre presente desde o início, acabando por nunca se esbater de forma significativa: «Com 14 anos fiquei grávida do meu namorado que tinha 24. Por isso casei com ele. Tive mais dois filhos durante o casamento, que correu sempre muito mal e acabou ao fim de cinco anos, porque ele nunca ganhou responsabilidade para cuidar da família» (b37). Outras mulheres, todavia, atribuem a responsabilidade pelo insucesso do casamento a si próprias e ao facto de, socialmente, se terem sentido «obrigadas» a casar, na sequência de uma gravidez inesperada: «Casei com 16 anos, porque fiquei grávida. Ele tinha 20, mas eu não amava ele. Casei pela sociedade, pela minha mãe. Mas durou pouco, porque eu, mesmo depois de casada, só queria ir para festas e comprar roupa. Pretendia apenas seguir a minha vida livre!» (b19). Outras ainda tendem a distribuir as responsabilidades, remetendo o fracasso da sua vida conjugal para a falta de entendimento entre ambas as partes: «Com 13 anos fiquei grávida. O meu namorado tinha 15. Vi-me rejeitada pela família e juntei-me com ele. Tivemos outra filha juntos, mas acabámos nos separando, pois não nos entendíamos» (b29).

Num número bastante significativo de inquéritos apurou-se, porém, que, na sequência da confirmação da gravidez, as jovens foram liminarmente abandonadas pelos respectivos namorados ou parceiros, muitos dos quais nunca chegaram sequer a assumir formalmente ou de facto a paternidade das crianças. Com efeito, entre os 165 filhos destas mulheres que constituem a base de referência deste capítulo, 16% nunca foram perfilhados pelos respectivos pais, continuando ainda hoje a ser oficialmente reconhecidos apenas como filhos de suas mães.

A par deste perfil de maternidade, encontramos também casos de mulheres que foram mães dentro de quadros relacionais convencionais, à luz dos padrões socialmente dominantes nos respectivos contextos sociais de pertença, ou seja, tiveram os filhos dentro de casamentos ou unões relativamente formalizadas. Este é, aliás, o padrão mais corrente entre as poucas portuguesas que integram o conjunto das mulheres-mães que se prostituem em clubes, metade das quais tiveram filhos no interior do matrimónio. Mas, mesmo nestes casos, a maternidade foi também precoce, já que a maioria destas mulheres formaram família muito cedo, sendo ainda adolescentes. Embora a maioria faça uso de argumentos de natureza afectiva para justificar compromissos tão precoces, não faltam também as que admitem ter casado cedo para escapar ao controlo paterno: «Casei com 16 anos. Não casei por paixão. Tanto que só namorei cinco meses. Casei para sair de casa. Porque o meu pai segu- rava muito a gente. Não deixava a gente sair, era à moda antiga. Era evangélico e tinha medo que a gente se desencaminhasse. Eu casei mais foi por isso» (b33). As razões de ordem pragmática e instrumental são também apontadas como motivo para se unir a um companheiro. São situações que cruzam dificuldades materiais extremas e expectativas de «melhoria de vida»: «Com 13 anos, eu casei. Com um homem de 22. Minha madrastra me botou para fora de casa e eu não tinha aonde viver. Passava uma fome desgramada. Não tinha roupa, não tinha calçado... parecia uma mendiga. Uma antiga professora minha e uma freira arranjaram para eu casar para ver se melhorava de vida. Casei dia 12 de Outu-



bro, dia 12 de Janeiro eu vim embora e, graças a Deus, nunca mais vi ele» (b29). Em muitos casos, como as próprias reconhecem, o casamento acaba assim por não corresponder, de todo, ao que dele esperavam: «A minha história é muito complicada, ... por isso eu casei com 14 anos, lá no Pará. Eu casei achando que ia melhorar de vida, a qual eu me arrependi amargamente» (b28).

### 3. UMA MATERNIDADE MULTIPLICADA E DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA PELOS FILHOS

A maioria destas mães (58%) tem mais de um filho, havendo apenas 13% com mais de dois. De acordo com os resultados apurados, 33% das mulheres indicaram que os filhos são de pais diferentes. Esta diversidade emerge como resultado, por um lado, da sucessão de relacionamentos fracassados que a generalidade destas mulheres foi acumulando ao longo dos percursos que precederam a sua entrada na economia do sexo e, por outro, das contingências próprias da actividade a que passaram a dedicar-se, no caso das que tiveram filhos já depois de estarem na prostituição. Com efeito, e como vimos em capítulo anterior, a contabilização de sucessivos «casos» relacionais do mais variado tipo e da mais diversa duração constituiu um traço comum dos relatos de vida recolhidos. A incapacidade de manter a fidelidade e a predisposição para se apaixonar são duas das razões que algumas mulheres invocam para explicar o grande número de relacionamentos que já tiveram e a curta duração dos mesmos: «Eu sou muito apaixonadica e por isso tive muitos namorados. Nem dá para contar todos. Mais de 30, para aí! Mas nenhum muito firme. Nunca tive um namoro que durasse mais de 6 meses. Com o pai do meu filho até que namorei mais tempo, mas não seguido. Eles me largavam, eu largava eles e, no final, era sempre um desespero» (b24). Outras há que invocam dificuldades de ordem relacional para justificar os insucessos amorosos que registam: «Tive vários namorados no passado. Mas as minhas relações nunca deram certo. Eu penso que era porque eu sou complicada por demais» (b27).

Por razões e caminhos diversos, a quase totalidade, cerca de 91%, destas mulheres-mães encontra-se hoje na situação de mães sozinhas – 53% solteiras, 35% separadas/divorciadas, 3% viúvas – com filhos dependentes. Com efeito, os filhos são maioritariamente crianças e adolescentes: 23% têm menos de 5 anos; 28% entre 6 e 10 anos; 19% entre 11 e 15 anos; 17% entre os 16 e os 20. Na grande maioria dos casos, estas mães são as únicas responsáveis pela criação dos respectivos filhos, uma situação que muitas das inquiridas identificam através da expressão «tenho sido o pai e a mãe deles». A maioria das que assim falam tem tido este encargo desde que os filhos nasceram, já que a respectiva paternidade praticamente se esgotou no acto da concepção: «Os dois mais velhos nem conhecem o pai» (b28); «o pai não assumiu o filho. Por isso tive que ser eu sozinha a virar-me» (a26); «o pai do meu filho quando soube que eu estava grávida, fugiu e até hoje nunca viu o filho dele» (b21).

A separação dos maridos ou companheiros é também, amiúde, motivo para os pais-homens desertarem da vida dos filhos e se eximirem aos mais elementares deveres de

assistência material, deixando as mães com o encargo total da mesma: «Desde que se divorciou, ele [o pai] não se interessa mais pela filha» (c24); «O pai deles [dos filhos mais novos] é um 'coitado'. Acha que por ter arrumado outra família, tem que esquecer o passado» (b39). Esta situação também se verifica nalguns casos de divórcio após um casamento já consideravelmente longo: «Estive 23 anos casada. Ao fim desse tempo todo, meu marido me deixou com uma filha que ainda está fazendo faculdade. Ele foi embora e eu é que tenho de manter as despesas todas da casa. Ele não contribui com nada, com nada» (b48). Neste grupo de mães que são as únicas responsáveis pelos filhos acham-se, ainda que de modo residual (3%), também algumas mulheres que, por morte dos maridos, se viram convertidas em mães sozinhas. No total dos inquéritos considerados, as mães de 43% dos filhos contabilizados declararam que os respectivos pais não participam, em absoluto, nas correspondentes despesas de criação, um encargo que lhes toca a elas assumir integralmente. Se ao conjunto já de si elucidativo de respostas negativas à pergunta sobre a participação dos pais nas despesas somarmos as respostas de tipo «raramente», «só de vez em quando» ou «só quando pode», a extensão e o alcance da responsabilidade materna pela subsistência dos filhos ficam plenamente expostos. Descontando os casos das mães viúvas, em que a morte justifica automaticamente a falta de contribuição material dos pais, nos restantes apenas em três respostas a mesma aparece justificada como involuntária, por razões de desemprego e de pobreza.

Somente 20 mulheres afirmaram que os pais dos seus filhos entregam mensalmente uma pensão pecuniária destinada a custear a criação dos filhos. Não é, porém, raro que seja apenas o pai de um dos filhos a fazê-lo. Os montantes destas pensões reduzem-se, aparentemente, a quantias menores, mínimas ou estritamente necessárias para a subsistência, havendo a salientar que apenas 13 das inquiridas os especificaram, 70% das quais indicando valores inferiores a 100 euros. Mas a ausência de apoio material por parte dos pais tende, com frequência, a coincidir e a replicar-se também em omissões no campo afectivo, tal como decorre da análise das respostas à pergunta sobre o relacionamento entre os filhos e os pais deles: «Praticamente os filhos nunca o vêem» (b23); «É tão raro que nem dá para classificar» (b31); «o pai dos meus filhos nem lembra que eles existem. É uma indiferença completa» (b29). Nem mesmo para corresponder aos sentimentos que, apesar de tudo, os filhos nutrem por eles, os pais os procuram ou mostram interesse por eles: «Elas gostam muito do pai, mas ele é muito falso. Interessa-se pouco por elas» (m37). A ausência de co-responsabilidade por parte dos progenitores masculinos que Gil e Fernández (2000: 262) denunciam como nota comum na vida das mulheres imigrantes dominicanas em Espanha sobressai igualmente como um dos factores mais marcantes da configuração das histórias e dos percursos de vida de uma boa parte das mulheres inquiridas. É de ressaltar que, embora em número bem mais reduzido, recolhemos também respostas sobre relacionamentos muito positivos entre filhos e respectivos pais: «A relação entre o meu filho e o pai dele é muito boa. Até enjoo eles os dois juntos!» (b23); «ele [o pai] é apaixonado pelos filhos» (b29). E há até quem admita que o pai investe mais nos filhos que a própria mãe: «O pai é muito cuidadoso e carinhoso com ele [o filho]. Ele [o pai] é mais mãe para o filho do que eu» (b25).

Com condições e estatutos laborais muito precários, quer em termos de acesso e de garantia de emprego quer, sobretudo, em termos remuneratórios, com famílias de origem geralmente muito pobres e desprovidas de recursos e, por consequência, sem grandes possibilidades de ajudar, sem o respaldo de esquemas ou medidas de protecção social, o desamparo material destas mães e destes seus filhos tende a ser muito extenso e severo, deixando-os muitas vezes à beira de situações limite: «*Cheguei a não ter dinheiro para comprar o leite para ela [a filha]*» (b27). Nestes casos, a intensificação do ritmo de trabalho tende a ser a resposta mais imediata para enfrentar a situação, ainda que, com frequência, acabe por se revelar insuficiente:

«*Eu sempre trabalhei de costureira, mas nunca trabalhei tanto como nos últimos cinco anos, quando o meu marido me deixou e aí eu tive que arcar com todas as responsabilidades da casa... Mas mesmo assim não dava. Tinha dias que a minha filha não tinha dinheiro para almoçar na faculdade, não tinha dinheiro para lanchar... chegava a desmaiar por não comer...*» (b48).

O recurso ao crédito terá sido, para algumas das inquiridas, a única alternativa para onde se virarem, mesmo tendo em conta os riscos que comporta: «*Vi-me só e aí eu tive que fazer o quê? Pegar dinheiro a juro, e fui fazendo dívida, fui fazendo dívida, fazendo dívida, fui ficando louca, desesperada, ninguém me ajudava...*» (b37).

A extensa e enorme precariedade económica que domina os seus quotidianos, o leque extremamente restrito de oportunidades de vida que lhes são acessíveis nos seus contextos de origem, as muitas e insuperáveis dificuldades para, sozinhas, afrontarem a criação dos filhos aparecem, directa e indirectamente, apontados como o primeiro e o principal factor subjacente à entrada na prostituição por parte das mulheres-mães inquiridas: «*Quando vim para Portugal, deixei muita dívida no Brasil. Na farmácia, na mercearia. Algumas tinham já mais de quatro anos. O nosso guarda-roupa cabia todo num pau de vassoura. Para tirar meus filhos da miséria, eu tive mesmo que vir para a noite*» (b24).

O abandono por parte dos maridos e a ausência de qualquer contributo material dos pais para a criação dos filhos são factores largamente invocados para justificar a prostituição como saída para a pressão dos encargos e obrigações maternas: «*Se o meu marido me ajudasse eu não teria vindo para cá*» (c23); «*se o meu casamento tem corrido bem, se meu marido ainda estivesse cuidando dos filhos, eu com certeza não estaria me prostituindo*» (b28); «*se não tivesse ficado grávida, talvez não estivesse aqui. O pai do meu filho nem sequer o reconheceu e eu tive que trabalhar para o criar*» (b21). A maior parte destas mães achou-se, assim, em condições de extensa destituição: sem marido, sem companheiro, sem poder dispor do apoio da família, sem emprego nem modo de ganhar a vida e, portanto, sem argumentos efectivos para opor à prostituição, como via mais imediata e, financeiramente, mais apelativa para resolver a vida: «*A vida lá no Brasil corria muito mal. Meus pais e eu éramos pobres que dava tristeza! Vim para cá tentar minha sorte, uma vez que meu casamento não deu certo*» (b34). De igual modo, as trabalhadoras sexuais portuguesas apontam a falta de apoio familiar na criação dos filhos e o desemprego como os factores que mais

contribuíram para a sua decisão: «*Passado pouco tempo de me casar começaram as discussões entre mim e o meu marido. Mais tarde e sem me dar grandes explicações, deixou-me com uma filha. Como não tinha emprego em Portugal, aceitei uma proposta de vir trabalhar aqui em Zamora...*» (p40).

«*Dar melhor vida/educação aos filhos*», «*ganhar mais dinheiro*», «*pagar dívidas/hipotecas*» e «*ajudar a família*» concentram a quase totalidade das respostas das mulheres-mães sobre as principais razões que as conduziram até ao exercício da prostituição, em especial nos países europeus, antevista como a forma mais rápida, mais acessível e, sobretudo, mais eficiente de lograr aquelas metas. A relação entre a condição de mães e a prostituição pode, de resto, inferir-se da frequente proximidade temporal visualizada pelo exercício de confrontação da idade dos filhos com as respostas à pergunta «*que idade tinha quando começou a prostituir-se?*», proximidade que é especialmente significativa no caso das mães solteiras e mais jovens.

#### 4. UMA MATERNIDADE VIVIDA À DISTÂNCIA

Por força das suas actuais circunstâncias laborais, legais e pessoais, praticamente todas as mulheres com filhos inquiridas a trabalhar em clubes tiveram de os deixar para trás. As condições particulares de funcionamento da actividade da prostituição em clubes, quer em termos dos horários quer sobretudo em termos de mobilidade geográfica, que esta implica são factores que objectivamente impedem a coabitação com os filhos e o exercício directo dos cuidados da maternidade. Por outro lado, a vinculação do ofício que exercem a um campo profundamente estigmatizado, objecto de aberta condenação social e de várias formas de discriminação impõe que estas mulheres adoptem, como estratégia de sobrevivência social, a preocupação e o esforço de esconder o mais possível, sobretudo das pessoas que para elas contam, o seu envolvimento na prostituição. Neste sentido, prostituir-se longe de casa dá a estas mulheres maior margem de manobra e maior segurança para construir e alimentar as mentiras e os argumentos necessários à preservação da imagem mais conveniente junto dos que lhes são próximos, nomeadamente os filhos, de forma a salvaguardar a relação com eles.

Em relação às estrangeiras, para além dos aspectos que acabámos de apresentar, acresce ainda a sua condição de imigrantes, ilegais muitas delas, e que é, por razões óbvias, largamente incompatível com toda e qualquer pretensão de (re)agrupamento familiar. Na imensa maioria dos casos, a prostituição, e em particular a vinda para a Europa para exercê-la, suspende a vida em comum entre mães e filhos, sendo estes deixados aos cuidados de terceiros, contra o envio de remessas financeiras asseguradas pelos proventos auferidos na noite. A possibilidade de partir deixando atrás os filhos é viabilizada, fundamentalmente, pela colaboração de familiares, maioritariamente familiares da mãe — os avós maternos (25% das respostas), só a avó materna (18%) e tias e tios maternos (13%). Em 12% das respostas é declarado que os filhos ficaram sob tutela dos respectivos pais biológicos, sendo que neste número se incluem alguns casos de filhos que, por decisão judicial

ou outros motivos, já não viviam com as mães, estando estas condicionadas ou mesmo impedidas de os contactar. Um número mais restrito de respondentes, 8% do total, indicou que os filhos foram deixados aos cuidados dos avós paternos ou apenas da avó paterna. Familiares mais afastados aparecem também pontualmente referenciados – bisavós maternos, padrastos das crianças, padrastos e madrastas das inquiridas, padrinhos e madrinhas – e completam o grupo de familiares que, no conjunto, asseguraram à grande maioria das mulheres inquiridas a retaguarda de custódia dos filhos, libertando-as assim para tentarem a sua sorte na «noite» do outro lado do mundo. Estes resultados confirmam e destacam amplamente o apoio fundamental das respectivas redes familiares, muito especialmente das redes familiares femininas<sup>1</sup>, na concretização das estratégias e projectos emigratórios que estas mulheres se propõem concretizar.

Fora do círculo mais ou menos alargado da família e descontando os casos de filhos que pela sua idade têm já vidas autónomas e vivem, por isso, em casa própria, são ainda indicadas, embora com escassa representatividade – apenas duas respostas –, instituições e/ou colégios onde as crianças estão internadas, uma delas remetendo para uma decisão de um tribunal português que retirou a tutela das crianças à mãe, brasileira, alegadamente por esta ter sido identificada como prostituta. As amas pagas foram referidas exclusivamente por três inquiridas de nacionalidade portuguesa. Sublinhe-se que quando há mais do que um filho, é relativamente frequente a sua dispersão por diferentes «cuidadores», o que se verifica em 19% das respostas. Para as crianças nestas circunstâncias tal facto traduz-se numa dupla separação, a das mães e a dos irmãos.

Do total de inquiridas a trabalhar em clubes, apenas nove declararam ter consigo os filhos, a maior parte delas apenas alguns. Este grupo de respondentes é maioritariamente composto por portuguesas. As quatro estrangeiras que assim responderam têm consigo apenas os filhos que já lhes nasceram na Europa, de relações com algum cliente que acabou por se tornar companheiro ou namorado. Em todos os casos apurados, à excepção dos filhos já casados e dos que já antes estavam a cargo dos respectivos pais, as mães assumem a responsabilidade e o compromisso das despesas da criação dos filhos, incluindo, quase sempre, a remuneração directa daqueles que, na sua ausência, tomam conta deles. Na maior parte dos casos e como vimos anteriormente, são os pais das trabalhadoras sexuais que ficam responsáveis pelos seus filhos: «Eles [os filhos] ficaram com meus pais, mas as despesas são todas por minha conta» (b, 26). Mas são sobretudo as mães, ou sejam, as avós das crianças:

«As minhas filhas, que já são moças, ficaram com a minha mãe... mas o meu marido, de quem estou separada, ele agora ficou também morando dentro de minha casa, porque ele acabou por não ter lugar para viver e, embora eu esteja separada, ele é o pai das minhas filhas e é um ser humano. Então, até é bom ele lá estar, porque assim não fico tão preocupada com minhas filhas. Mas eu tenho de manter todas as despesas lá, inclusive o meu ex-marido» (b48).

(1) Uma constatação apurada e destacada igualmente por Gil e Fernández (2000: 266) a propósito de mulheres dominicanas imigrantes em Espanha.

A retribuição dos cuidadores, quase sempre parentes de maior ou menor proximidade das mulheres, sendo praticamente inevitável, face à debilidade económica de que eles, no geral, padecem, agrava consideravelmente os encargos mensais destas mães: «Deixei meu filho no Brasil com minha irmã. Mas eu pago ela para cuidar dele. Todo o mês estou mandando para ela mais ou menos em torno de 200 euros» (b29). Com efeito, para muitos dos que agora lhes cuidam dos filhos, as contrapartidas financeiras que recebem destas mães representam uma importante, quando não mesmo a única, fonte de receita e, por via da prestação deste serviço, muitos acabam logrando melhorias significativas da sua qualidade de vida: «A minha mãe veio morar na minha casa para tomar conta dos meninos, e aí alugou a casa dela. Assim, com o aluguer, hoje, ela já tem outros meios de vida» (b28); «Acabei comprando também uma moto, para facilitar a vida à minha família, sobretudo à minha mãe que tem que levar e pegar o menino no colégio, que fica longe. Ela ia de bicicleta, mas agora já pode ir de moto» (b24).

A amplitude que os encargos com os filhos que deixaram atrás representam fica, de resto, inequivocamente exposta na constatação de que estes são mencionados em mais de 90% de respostas dadas por mulheres-mães à pergunta sobre «que encargos financeiros fixos mensais tem?». Garantir a realização das verbas destinadas à satisfação atempada dos compromissos inerentes à criação dos filhos é, de facto, uma prioridade e uma preocupação central na vida destas mulheres, por ser certo que devido à penúria material da generalidade dos cuidadores, qualquer falha no envio das remessas irá, antes de mais, repercutir-se negativamente na situação e no destino dos filhos:

«Tentei sair da noite e fui trabalhar na cozinha de um restaurante em C. Mas aqui não ganhava praticamente nada e fiquei dois meses sem mandar dinheiro para a minha madrasta, que ficou cuidando das minhas duas meninas mais velhas. Aí, ela me ligava e dizia: "Olha, as meninas estão precisando disso, as meninas precisam daquilo, as meninas não sei o quê...". Por fim, me disse que como eu não estava mandando dinheiro e ela não podia mais sustentar elas, estava tratando de as entregar para adopção.» (b29).

Embora só muito casual e superficialmente afloradas pelas próprias, parecem ser relativamente comuns as situações de pressão por parte de familiares, e não só, sobre estas mulheres para que mandem dinheiro de volta. Usando como principal instrumento os filhos que elas deixaram, esta pressão, que em casos mais extremos pode mesmo andar próxima da chantagem, não tem maneira de ser enfrentada e contrariada justamente porque é construída em cima da fonte maior das inúmeras vulnerabilidades e debilidades que as sujeitam, os seus filhos. Por isso, elas se lhes submetem, como expressamente nos foi confirmado, em conversa informal, por uma mulher brasileira, de origem portuguesa, a exercer como «gerente» de um clube na zona de Bragança:

«Tenho muita pena delas. Todas têm filhos. Algumas são casadas. Algumas mandam tudo o que ganham para o Brasil. Os que lá ficam, familiares e outros, sobretudo os que lhes ficam com os filhos, exploram-nas muito. Temos aí uma que tem um filho deficiente que lá deixou e de lá estão sempre a pedir-lhe mais dinheiro.»



O papel central que estas mães assumem na criação dos filhos vai, contudo, muito além dos meios materiais que providenciam. Quase todas longe e separadas deles, fazem de tudo para continuarem presentes nas suas vidas e participarem, na medida do possível, nos seus quotidianos, como eloquentemente revela a elevada regularidade de contactos que mantêm com os filhos. 85% destas mães dizem que o fazem «diariamente» (a maioria); «de dois em dois dias», «duas vezes por semana»; «uma vez por semana». As restantes dizem que, em média, os contactam de duas em duas semanas ou uma vez por mês, e apenas uma minoria insignificante reporta contactos mais espaçados ou, mais insignificante ainda, ausência de contactos, sendo estes últimos casos imputáveis a restrições impostas pelos pais que mantêm os filhos à sua guarda: «Com a minha filha, que ficou com a avó, falo todas as semanas. Mas com o meu filho, que vive com o pai, não falo nunca. O pai dele já há muito tempo que me proibiu de o contactar» (b26). Sem possibilidades de os contactarem pessoalmente, à excepção das portuguesas e das estrangeiras que têm os filhos por cá, o telefone é o meio que todas usam para saber dos filhos, para lhes providenciarem atenção, ternura, conselhos, reprimendas e demais ingredientes que compõem o seu papel de mães. O telefone é, nas circunstâncias actuais destas mulheres, o novo cordão umbilical que as liga aos filhos: «Para os meus filhos, eu falo todos os dias, todos os dias!» (b29). «Falo diariamente com o meu filho. Se eu não falo, eu fico louca» (b27). Esta actualização permanentemente de notícias e, acima de tudo, de afectos tem, naturalmente, custos muito elevados, como muitas sublinham: «Ligo todo o dia para os meus filhos. Gasto 25 euros por dia em telefone» (b31); «o meu telemóvel é o meu chulo» (b35).

A separação dos filhos, que todas presumem ser apenas temporária, na senda, aliás, do que igualmente todas presumem sobre a sua passagem pela prostituição na Europa, é apresentada como causa primeira de sofrimento, angústia e perturbação quotidianas: «No estar con ello es la mayor de todas las dificultades. Lo extraño mucho» (c23). Este sofrimento é particularmente penoso quando os filhos são ainda muito pequenos: «Estar separada do meu filho está a ser muito difícil. Ele só tem cinco meses e ainda precisava ser amamentado. Mas eu estou aqui. Tem sido difícil para ele e para mim» (b21). A ideia do reencontro com os filhos pode mesmo virar obsessão e, como tal, ampliar ainda mais a dor da separação: «As minhas três filhas são a minha vida... o meu motivo de viver é as três. Então, sem elas, isto aqui não é nada. Minha cabeça agora está fixada só em estar [de novo] junto com elas. Aqui, no Brasil, em qualquer lugar do mundo, desde que eu possa estar com elas» (b28).

Com a distância e a ausência crescem os temores e a apreensão, não só em relação à vida dos filhos, mas sobretudo ao devir da relação entre elas e eles. Medra o medo de virem, de alguma forma, a perdê-los, justamente por terem tido de deixá-los. São muitas as que reconhecem os malefícios a que estão expostos os seus filhos pelo facto de crescerem longe delas: «Considero que a criação dos meus filhos está a ser muito difícil, porque não podemos estar juntos» (d34). Um dos maiores receios manifestados pelas trabalhadoras sexuais que deixaram no país de origem filhos já adolescentes é o de que eles possam enveredar pelo caminho da toxicodpendência: «Nossa Senhora! Minha maior preocupação agora com o meu filho, com a idade em que ele está, é esse negócio de droga. Sem a mãe por perto e os avós já não têm

idade... apesar de que eles ficam em cima, mas não é do mesmo jeito» (b33). A estes sobresaltos e angústias mais comuns misturam-se, para umas poucas, a incompreensão e a rejeição da ausência materna por parte dos filhos, o que os leva a reagir de forma bastante negativa: «Ele [o filho] às vezes sente raiva de mim por eu estar longe. Por vezes nem quer falar comigo [no telefone] e eu sofro bastante com esta situação» (c33).

Para muitas das entrevistadas o sofrimento e a inquietação com a separação dos filhos só não são maiores dadas a dedicação, a confiança e a segurança que reconhecem e depositam nas pessoas com quem deixaram os filhos, sobretudo os familiares mais próximos das crianças (pais, avós e tios): «Tenho tido todo o apoio da minha família para criar a minha filha» (b31). Em abono da segurança que lhes inspiram os cuidadores dos filhos, algumas chegam até a admitir que dificilmente os seus filhos poderiam ser melhor criados: «Deus, a minha mãe ainda ontem falou isso: "Minha filha fica tranquila que sua mãe tem muita saúde para cuidar dos seus filhos. Os seus filhos estão sendo os filhos mais bem criados do mundo"» (b28). E uma ou outra vai mesmo mais longe na confirmação da garantia de capacidade e empenho dos familiares que as ficaram a substituir junto dos filhos, não hesitando em relevar a forma como eles estão a desempenhar o seu papel: «Tenho muito apoio de meus pais. Eles estão sendo mais pais para meus dois filhos do que foram para mim» (b39).

## 5. UMA MATERIDADE ANTERIOR À PROSTITUIÇÃO

A esmagadora maioria dos filhos destas mulheres nasceu em contextos e em fases das suas vidas anteriores à entrada na prostituição em geral e, no caso das imigrantes, antes da sua vinda para a Europa, e, portanto, fora de relações comerciais de sexo. Os progenitores destes filhos são, como já dissemos, na maior parte dos casos parceiros de relações de namoro, ocasionais e pouco sólidos, como se infere do elevado número de mães solteiras, e/ou de relações matrimoniais e uniões de facto mais ou menos duradouras. Os filhos que detectámos como tendo já nascido depois de elas terem começado a exercer a prostituição representam apenas cerca de 8% do total dos que foram inventariados e o seu nascimento resultou de dois tipos distintos de relações: com simples clientes ou com namorados/companheiros.

Os casos de maternidade, que não os de gravidez, resultantes de relações tidas com meros clientes, expressa ou implicitamente indicados como tais, somam apenas oito. Este número reduzido está relacionado com o facto de a grande maioria das mulheres que se prostituem em clubes utilizar métodos anticoncepcionais. As mulheres com filhos, declarada ou presumivelmente, de clientes são, em regra, mulheres mais antigas na profissão, estrangeiras havidas de relações com clientes nasceram antes da vinda delas para a Europa e permanecem nos respectivos lugares de origem. Registamos apenas as excepções de uma brasileira, chegada a Portugal em 1993, com um par de gémeos de cinco anos, a cargo de uma instituição de solidariedade social, e de uma equatoriana que chegou há dois anos a

Espanha e tem agora uma menina de um ano, entregue aos cuidados de terceiras pessoas. A maternidade resultante de relações com clientes tende a assumir contornos especialmente dramáticos, sobretudo ao nível do reconhecimento paterno dos filhos, desde logo pela rotulagem social de «promíscuas» e «mal comportadas», em consequência da actividade que exercem e por força da qual se vêem confrontadas com desconfiâncias extremas: «*Estou agora outra vez grávida e vou ter o bebé. Mas o pai dele já diz que não vai assumir, não vai reconhecê-lo, porque não acredita que o filho seja mesmo dele*» (u26); «*o pai deu-lhe o nome, mas cisma que a criança não é dele e discrimina-o por isso*» (b39). Por isso, quase sempre estes filhos só à força de longas e duras batalhas judiciais alcançam ter o nome do pai biológico: «*O pai só reconheceu o filho por força do tribunal, depois de fazer os testes. Foi complicado. Mas nunca mais procurou o filho*» (p22).

Para além dos filhos nascidos da prestação de serviços sexuais pagos, apurámos ainda que, depois de entrarem na prostituição, algumas mulheres entrevistadas tiveram ou estão para ter filhos dentro de um quadro relacional resultante da evolução do que, começando por ser uma relação estritamente comercial, acaba no que as próprias mulheres correntemente designam como «relação de namorados»: «*Agora estou grávida de 3 meses do meu actual namorado, mas não vivemos juntos*» (b20). É, com efeito, bastante frequente que as mulheres, sobretudo entre as brasileiras, acabem por desenvolver uma relação mais exclusiva, de natureza afectiva ou apenas instrumental, ou ambas, com um determinado cliente, convertendo-se este em seu namorado e passando o envolvimento entre ambos a decorrer, basicamente, em termos muito aproximados aos que convencionalmente conformam um namoro. Em alguns casos estes namoros acabam mesmo conduzindo a uma situação de vida em comum, o que confere aos antigos namorados o estatuto de companheiros ou até maridos: «*Vivo em união de facto com um companheiro [antigo proprietário de uma casa no 'Barrio Chino'], e temos uma filha de 12 anos que vive connosco. A minha mais velha, que já tem 20 anos, vive em Portugal*» (p40). A relação com namorados e companheiros potencia a probabilidade de engravidarem, pois são várias as que admitem que com eles abrem uma excepção no uso de preservativos e outros métodos anticonceptivos:

«*No segundo dia que eu cheguei a Zamora, eu conheci um cliente português. Solteiro e mais velho do que eu... Aos poucos ele foi virando meu namorado... a gente fazia amor sem camisinha, o que para ele é importante. Eu já estava cá em Bragança, quando passei dois meses sem menstruar, mas para mim isso era normal. Mas estava grávida. O pai, que não tem filhos, ficou babado! ... O problema é que ele agora queria que eu casasse com ele e seguisse outra vida. Mas isso eu não quero*» (b33).

Referenciamos ainda cinco filhos nascidos de relações com namorados e companheiros. O seu nascimento, dizem as mães, foi planeado e todos têm o reconhecimento dos pais, com quem vivem e/ou convivem, usufruindo de um ambiente familiar dito «normal»: «*Eu tenho um companheiro com quem agora vivo e de quem tenho uma filha de três meses. Eu sempre quis ser mãe, tanto que deixei no Brasil uma filha adoptiva de cinco anos. Esta agora está comigo e o pai*» (b34).

## 6. UMA MATERNIDADE VALORIZADA

Apesar da muito dura e pesada carga que a maternidade impõe a estas mães, do amplo espectro de problemas, constrangimentos e limitações que introduz nas suas vidas, do tamanho desmesurado do preço que são obrigadas a pagar por ela, ainda assim a esmagadora maioria não hesita em considerá-la como a mais importante e mais gratificante dimensão das suas vidas. Cerca de 90% das inquiridas avalia a sua condição de mães como «boa» e «muito boa», uma avaliação que expressam e formulam de muitas e variadas maneiras, como o ilustra o conjunto de citações que passamos a transcrever: «*Os filhos são a melhor coisa do mundo. Não tem como explicar*» (b29); «*é uma bênção de Deus*» (b24); «*a melhor experiência do mundo*» (b27); «*foi a melhor coisa que já aconteceu na minha vida*» (b30); «*ser mãe é a coisa mais fantástica*» (b27). Consideram os filhos como o epicentro, a principal fonte de sentido das suas vidas e, invariavelmente, identificam a procura da garantia do bem-estar e da felicidade dos mesmos como o primeiro dos seus objectivos e a maior de todas as suas preocupações: «*Eu tenho os meus filhos como a coisa mais sagrada do mundo. Por eles é que eu estou aqui me sacrificando*» (b35). Não estranha, assim, que os filhos apareçam como a referência mais insistente e mais determinante das suas principais decisões no que toca à prostituição. Por eles, por amor deles, justificam a vinda para a actividade: «*Sou mãe e é pelas minhas filhas, pelo amor que lhes tenho, que eu estou nesta vida*» (m37); «*eu não estou aqui por gosto. Estou nisto pelo meu filho*» (c23). É para os filhos que elas canalizam os proventos que auferem, colocando desde logo e em primeiro lugar as necessidades deles e os projectos que antevêm para eles: «*eu estou nesta vida para dar para elas o que eu nunca tive*» (b32); «*estou a vender-me para dar um sustento melhor para os meus filhos*» (b26); «*sou viúva e mãe de duas filhas e é por elas que faço o que faço. Para elas não passarem necessidades, nem agora nem no futuro*» (b30). Frequentemente, em prol dos filhos, subordinam e adiam a concretização dos planos que todas dizem ter, incluindo o de abandonar o seu modo de vida.

Enquanto indicador do valor que atribuem aos filhos, a noção de sacrifício maternal que de forma textual, ou apenas implícita, surge amiudadas vezes no discurso destas mulheres associada ao exercício da prostituição ganha um significado muito mais preciso, quando se apura que a imensa maioria destas mães vive este sacrifício em segredo, em silêncio, à revelia do conhecimento dos filhos que o inspiram e dele aproveitam, e no profundo temor de que eles o venham a descobrir. A pergunta sobre se «existe alguém que gostaria que nunca tivesse conhecimento da sua actividade» recolhe os filhos como a mais elevada frequência de respostas por parte das inquiridas que são mães, como de resto também pudemos constatar nas entrevistas e conversas que com elas fomos mantendo: «*Só não quero que meus filhos saibam. Porque mãe é mãe, né?*» (b37). Preservá-los da contaminação do estigma social que as persegue (Pheterson, 1996; Briz, 2002; APDHA, 2003; Ribeiro e Sacramento, 2005) e preservar junto dos filhos uma imagem de mulheres e de mães conforme aos cânones e aos preceitos da moral socialmente vigente, isto é, uma imagem que não ponha em causa a sua aceitação, o seu estatuto familiar, são objectivos que empenhadamente perse-

guem. E é também em nome destas preocupações que se vêem forçadas a esconder e a disfarçar o seu verdadeiro modo de vida, uma ocorrência que é, de resto, partilhada pela maior parte das mulheres que, aqui e em qualquer outro lugar, se dedicam à prostituição (Mathieu, 2003). Vivem, assim, relativamente aos filhos e por causa deles, num «faz-de-conta» que é, simultaneamente, um permanente sobressalto, dado o risco de virem a ser descobertas por quem não querem: «*Os meus filhos pensam que estou a trabalhar como empregada doméstica. Se soubessem a verdade não gostariam. Seria um golpe muito duro para eles*» (d34). Esta ocultação tende a ser apresentada como uma forma de evitar a perda da dignidade perante os filhos: «*Os meus filhos não podem nunca saber o que estou aqui a fazer. Para eu manter o respeito e a consideração [deles]. [Se eles soubessem] isso seria uma degradação para mim*» (b53); «*se os meus filhos souberem, vai ser uma vergonha. Não é uma vida de que uma mãe se possa orgulhar. Por isso, peço a Deus para sair dela o mais rápido possível*» (b26). A mera possibilidade de os filhos virem a ter conhecimento é encarada por quase todas as trabalhadoras sexuais de uma forma bastante angustiante e perturbadora: «*Elas [as filhas] sabem que eu estou fora batalhando pelo futuro delas. Mas não sabem verdadeiramente o que estou fazendo. Se viessem a saber, eu nem sei como iria reagir, como iria olhar na cara delas. Seria uma decepção!*» (b30); «*antes quero apANHAR sida do que meus filhos venham a saber sobre a minha ocupação. De todo o jeito, vou ter que morrer!*» (b25).

Se para a maioria das inquiridas ter entrado e permanecer na prostituição representa a oportunidade de poderem manter e sustentar os filhos, a prostituição é também encarada e percebida por muitas delas como a maior ameaça de poderem vir a perdê-los. Desde logo têm receio que eles possam vir a rejeitá-las: «*Sinto muita vergonha só de pensar que os meus filhos poderão vir a descobrir. Nem sei qual seria a reacção deles. Tenho muito medo que eles me rejeitem*» (c33). Por outro lado, há ainda o receio de que os respectivos pais possam requerer a retirada da guarda dos filhos, com base na actividade por elas exercida: «*Estou divorciada. Se se viesse a saber em que é que eu trabalho, o meu ex-marido podia tirar-me as filhas. Quando cheguei a Espanha, comecei por trabalhar num restaurante. Enquanto lá estive fiz umas fotos e mandei-as para a família. Até hoje acredito que eu continuo como empregada de restaurante*» (e34); «*se o meu ex-marido soubesse, tirava a guarda dos meninos. Ele pensa que eu sou cabeleireira*» (b32).

Falar delas como mães, dos seus filhos, do que têm feito e fazem por eles e do muito mais que estão disponíveis para fazer revelou-se como o assunto mais motivador e o que mais interesse e espontaneidade suscitou junto da generalidade das mulheres inquiridas. Não raro, as respostas às perguntas desta parte do inquérito foram mesmo complementadas com a exibição de fotos dos filhos, de informações escolares, de desenhos que estes lhes ofereceram num qualquer passado «dia das mães».

Para fechar este capítulo, diremos que os dados apurados mostram que a condição de mãe tem uma enorme representatividade no conjunto das mulheres que se dedicam à prostituição em clubes das áreas do Norte do País, sob estudo, muito especialmente entre as que são imigrantes. São, no geral, mães sozinhas – solteiras, divorciadas separadas e viúvas – que chegaram e estão na prostituição fundamentalmente porque lhes escasseiam

os recursos e as oportunidades para criarem os filhos de outro modo. A pressão da falta, quase sempre extrema, de meios e de formas para lograrem o sustento dos filhos deixa estas mães praticamente sem espaço de manobra face à alternativa do dinheiro rápido e mais abundante que a prostituição lhes proporciona, uma situação invariavelmente reconhecida como tal pelas nossas entrevistadas com filhos a cargo. As condições extremamente desfavoráveis, quer em termos políticos e sociais – o estatuto de imigrantes ilegais, a hostilidade e o acoso social crescentes, o controlo e a vigilância policiais, entre outros – quer em termos psicológicos – saudades dos filhos, desamparo familiar, desenraizamento cultural –, que rodeiam a concretização do seu propósito de darem melhor vida aos filhos convertem estas mulheres em verdadeiras mães-coragem. Neste campo, não duvidamos em concluir que os resultados desafiam abertamente as construções ideológicas que informam as representações socialmente dominantes, que dividem as mulheres em «bem comportadas», as «boas mulheres» e, como tais, esposas e mães dedicadas e as mulheres «mal-comportadas», as «más mulheres», as prostitutas, incapazes e indignas para o exercício do papel de mães. Tais representações aparecem, de resto, extensamente reflectidas no corpo e no sentido de muitos textos legais e na prática das instituições e dos agentes que os aplicam, que frequentemente tendem a declarar as prostitutas como mães incapazes e sem credibilidade, retirando-lhes os filhos para os entregar à assistência social (cf. Roberts, 1996; Pheterson, 1996; Silva, 2001; Silva *et al.*, 2002; Machado, 2002). O que acima deixámos referido sobre a condição de mães das mulheres prostitutas que entrevistámos pode, seguramente e em larga medida, ser tomado como abonatório da afirmação de Roberts (1996: 334) de que «a divisão das mulheres em prostitutas ou boas mães que os homens quiseram impor é uma das maiores mentiras que se contam acerca da prostituição». Por serem boas mães é que muitas destas mulheres são prostitutas.



# 10

## CAPÍTULO

### Sobre os clientes: protagonistas «invisíveis» da prostituição

Embora o nosso estudo se centre basicamente nas mulheres que se prostituem, tivemos também a preocupação de não descurar a atenção a outros actores centrais do fenómeno, como é o caso dos clientes, os quais, de um modo geral, não têm sido alvo de grande interesse de pesquisa. Por vezes, são até pura e simplesmente negligenciados ou omitidos, uma situação exemplarmente reflectida na expressão «homens invisíveis», usada por Martilla (2003). Para além da recorrente invisibilidade de que goza, o cliente beneficia igualmente do facto de, ao contrário do que acontece com as mulheres prostitutas, e também com os proxenetas, aparentemente não existir

[...] una construcción social específica para él. Ser cliente se entiende como una situación absolutamente transitoria, ocasional y contingente, pero no es un estatus. Es decir, no existe una categoría social instaurada en el discurso ideológico dominante, ni en las construcciones teóricas, para caracterizar al cliente (González e Martínez, 2002: 16).

Por tudo isto parece mais do que justificado que se procure também de alguma forma reflectir sobre os clientes, tendo em vista conhecer os seus perfis e comportamentos e, assim, ir desvelando este lado mais oculto do fenómeno prostitucional.

#### 1. OS CLIENTES PELOS OLHOS DAS MULHERES PROSTITUTAS

Uma parte considerável da informação de que dispomos sobre os clientes foi fornecida pelas mulheres que lhes prestam serviços sexuais. Trata-se, como é óbvio, de informação em que os elementos mais factuais e objectivos se entrelaçam com alguns conteúdos impressionistas, que remetem para os valores, as expectativas e vivências que estão na base da interpretação que as próprias fazem sobre a sua condição de trabalhadoras sexuais e o seu contexto de acção. A apreciação dos seus clientes e da relação que com eles mantêm

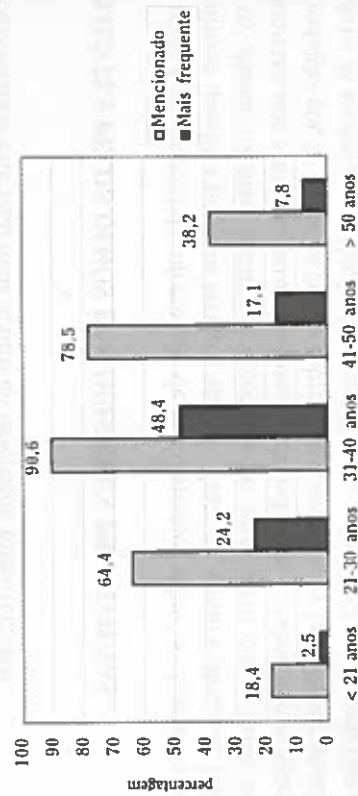
aparece estruturada fundamentalmente em torno de variáveis como a idade, a aparência e a atractividade físicas, a higiene, o estatuto socioeconómico, o estado civil e as razões, motivações e/ou expectativas que, supostamente, explicam a procura do sexo pago. Com efeito, é em função destas variáveis que as mulheres prostitutas projectam um leque diversificado de imagens e representações e manifestam sentimentos variados em relação aos clientes. Apenas uma minoria adopta um discurso mais indiferenciado, mais monotónico, de pendor tendencialmente depreciativo, sobre os homens a quem presta serviços sexuais.

### 1.1. Quem são e como são os seus clientes?

Nos discursos da generalidade das mulheres com quem falámos ressalta o facto de a clientela constituir um grupo bastante heterogéneo e com uma certa transversalidade social, etária e de estado civil: «*Aqui vem todo o mundo. É meninos novos, é vovós, casado, solteiro*» (b24). O mesmo se diga em termos de profissões: «*Há de tudo, desde o agricultor ao advogado ou médico!*» (b38); ou em termos de poder económico: «*Existe uma grande diversidade do cliente na vida nocturna. Sentimos que uns têm um maior poder aquisitivo que outros*» (b39).

Pese embora o facto de qualificarem a clientela como um grupo heterogéneo, quando lhes pedimos que, por ordem de frequência, caracterizassem os seus clientes em termos de idade, estado civil e ocupação profissional, acabaram por nos permitir identificar algumas tendências relativamente consistentes. É preciso ter em consideração que as suas percepções, sobretudo em relação às profissões, são, basicamente, de natureza impressionista, o que levanta algumas reservas quanto ao rigor dos resultados quantitativos apurados. No entanto, e tendo em conta outros dados recolhidos, quer por observação directa quer por inquirição de vários clientes, consideramos como bastante consistente o quadro sociodemográfico da clientela que é possível traçar a partir da informação das mulheres. Assim, e com base na frequência de respostas dadas quando inquiridas sobre a média de idades dos seus clientes, foi possível obter os seguintes resultados.

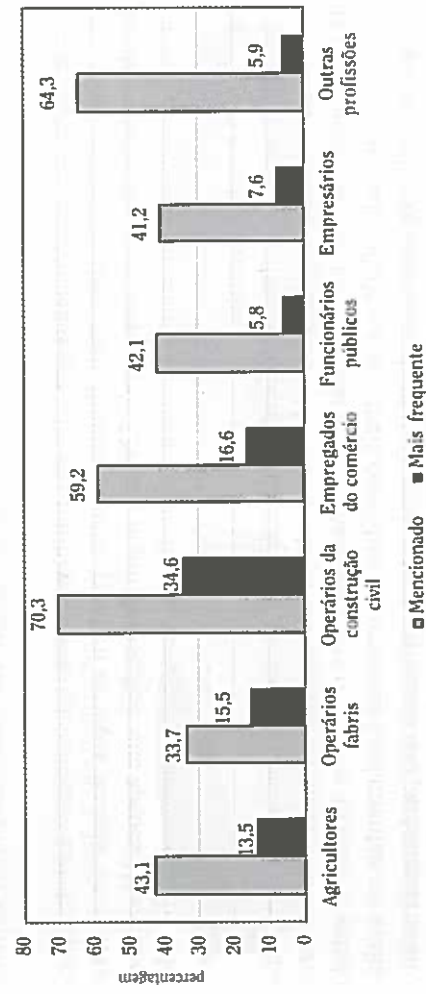
Figura 14: Distribuição dos clientes por escalões etários (em %)



Pelas respostas das mulheres inferimos que 91% referem que uma boa parte dos seus clientes tem entre 31 e 40 anos, sendo que 48% afirmam mesmo que os clientes dessa faixa etária são, de longe, os que atendem com mais frequência. A seguir, a faixa etária mais referenciada foi a dos 41 aos 50 anos, com 79% de respostas. Os homens deste grupo de idades são identificados por 17% das mulheres como os seus clientes mais habituais. Com uma menor frequência aparecem 64% de respostas para o escalão etário dos 21 aos 30 anos, identificado por 24% das inquiridas como aquele em que se situa a maioria dos homens que atendem. Os clientes mais idosos (com mais de 51 anos) e sobretudo os mais jovens (com menos de 21 anos) são os menos frequentes.

Quanto às profissões dos clientes e mais uma vez atendendo às respostas dadas pelas mulheres, elas distribuem-se do seguinte modo:

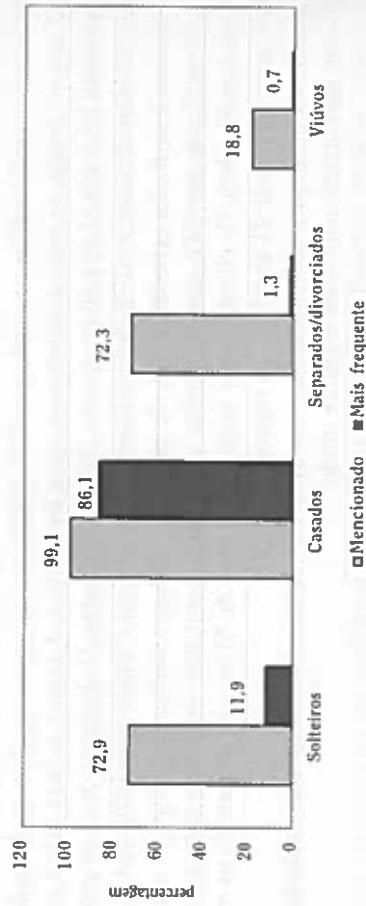
Figura 15: Distribuição dos clientes por grupos profissionais (em %)



As profissões da clientela que aparecem mais mencionadas nas respostas dadas pelas mulheres são, por ordem decrescente, as seguintes: trabalhadores da construção civil com 70%, empregados do comércio com 59%, agricultores com 43%, empresários com 41%, funcionários públicos com 42% e operários fábrics com 34%. É de frisar, ainda, que um conjunto muito vasto de «outras profissões» é referido em 64% das respostas. Como mais frequentemente atendidos, elas destacaram os operários da construção civil (34%), os empregados do comércio (17%), os operários fábrics (16%) e os agricultores (14%). As mulheres que exercem a prostituição na rua ou na estrada identificam os motoristas profissionais como os seus clientes mais usuais.

No que concerne ao estado civil, a percepção da maioria das mulheres é de que a maior parte dos homens que as procuram são casados, seguidos de homens solteiros e de viúvos. Com efeito, 99% das inquiridas declaram que atendem principalmente homens casados, sendo que 86% delas os identifica como os seus clientes mais habituais. Clientes solteiros,

Figura 16: Distribuição dos clientes por estado civil (em %)



por seu lado, são referenciados por 73% das mulheres, ainda que somente 12% os apontem como aqueles a quem mais frequentemente prestam serviços sexuais. Os separados/divorciados são mencionados por 72% das inquiridas, se bem que apenas 1% delas os identifica como os clientes mais frequentes. Por último, a categoria «viúvos» recolhe valores praticamente residuais, mencionada por 19% das mulheres e apontada somente por 0,7% como a mais frequente.

A partir destes resultados podemos então, a traço grosso, identificar o cliente-tipo dominante como sendo um trabalhador por conta de outrem, em particular nos sectores da construção e do comércio, casado e com uma idade entre os 31 e os 40 anos. O estado civil e, em especial, a idade e a aparência constituem referências fundamentais na avaliação que as mulheres fazem dos clientes. Os mais jovens e solteiros não parecem ser muito do agrado da maioria das inquiridas. São várias as razões que, de forma mais recorrente, apontam para tal. Algumas destacam a elevada *performance* sexual destes clientes mais novos: «*Eu não gosto de homem novo, eles ficam todo o tempo transando*» (b26); «*não gosto dos clientes mais novos, pois têm muita corda!* [capacidade sexual]» (c48). A somar a esta *performance*, a sua alegada falta de experiência sexual, em contraponto com os *homens maduros*, é também referenciada como elemento depreciativo: «*Não gosto de homens novos. Não gosto, não gosto. Gosto de homens experientes. Os meninos novos só gostam de quantidade, não de qualidade!*» (b35). Além destas razões de natureza sexual, muitas mulheres justificam a sua menor preferência pelos clientes mais jovens invocando a irreverência e a imaturidade que, supostamente, caracterizam o seu comportamento: «*Os mais novos são mais bagunceiros!*» (b25). Por último, encontramos ainda trabalhadoras sexuais que não demonstram grande simpatia pelos clientes mais novos, pelo facto de que eles «*querem 'comer'* [ter relações sexuais] *de graça!*» (b19).

Enquanto a maior parte das mulheres denota uma preferência essencialmente de natureza comercial por *clientes mais maduros*, há todavia uma minoria que admite sentir-se mais atraída por clientes jovens e com uma aparência mais cuidada, aduzindo para tal

razões de cariz mais sexual do que comercial: «*Os mais novinhos e cheirosinhos... esses a gente beija na boca!*» (b21). Não sendo, de todo, uma prática corrente na prostituição, beijar na boca é, de facto, revelador da atracção que algumas mulheres admitem sentir por este tipo de clientes. Já os mais velhos e/ou aqueles cuja aparência indicia falta de higiene são com muita frequência deliberadamente evitados: «*Sou profissional. Eu escolho. Não vou com clientes sujos ou velhinhos*» (b28). Com este processo de triagem, as mulheres procuram, em regra e na medida do possível, prevenir situações que possam complicar a prestação do serviço sexual e, por outro lado, potenciar a possibilidade de elas próprias virem a sentir alguma satisfação sexual e emocional: «*É muito difícil sentir prazer com os clientes, mas às vezes acontece. Uns são mais cheirosinhos e gracinhas que outros*» (b27).

Quando solicitadas a qualificar a relação que normalmente têm com os clientes e a avaliar a forma como, em geral, têm sido ou são bem tratadas por eles, as respostas distribuem-se conforme consta das figuras que se seguem.

Figura 17: Qualificação da relação usual com os clientes (em %)

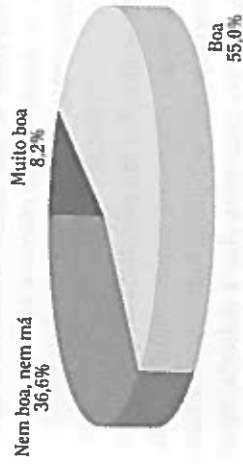
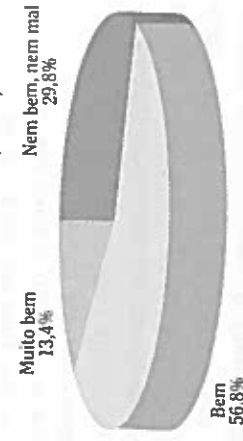


Figura 18: Avaliação do tratamento dado pelos clientes (em %)



Das inquiridas, 55% dizem que a relação que mantêm com os homens a quem prestam serviços sexuais costuma ser boa e 57% adiantam que têm sido/são bem tratadas por eles. Um pequeno grupo constituído por 8% de respondentes classifica mesmo de «muito boa» a relação com os respectivos clientes e 13% afirmam sentir-se bem tratadas. Das restantes inquiridas, 37% consideram que a relação com os clientes não é «nem boa, nem má» e, no que respeita ao tratamento, 30% referem que são tratadas de forma razoável.

A educação e a afectuosidade são características comportamentais que a generalidade das mulheres reconhece em muitos dos clientes que atende: «*Eu estou ali para ganhar dinheiro; agora se o cliente me agrada, junto o útil ao agradável! A maior parte deles são educados e meigos*» (b25). Algumas reconhecem mesmo como excessiva a forma atenciosa como são tratadas: «*[os clientes] tratam-me bem. Alguns, até bem demais! Alguns são chatos demais, apareçam-me!*» (p25). Por vezes, o afecto de alguns clientes chega mesmo a evoluir para paixão, ainda que geralmente não correspondida: «*Até hoje, eu fui bem tratada pelos clientes. Aqui tem muitos clientes que me tratam como gente, como uma pessoa que trabalha normal. Geralmente, eles se apaixonam, mas eu não! Paixão não!*» (b31). Porém, algumas mulheres admitem que o carinho e a paixão de certos clientes acaba, de certo modo, por envolvê-las: «*Já subi com clientes com quem tive prazer. O cari-*



*nho que eles dão acaba por me envolver. [...] Há carinho e compreensão deles; eu penso que não havia isso na noite. Há outros que não rola nada. É uma relação puramente de trabalho!»* (b35).

Por fim, uma nota digna de registo é que nenhuma das nossas inquiridas respondeu que tem uma relação difícil com os clientes ou se sente, habitualmente, maltratada por eles. As respostas correspondem, evidentemente, a julgamentos genéricos e globais que não anulam, como muitas sublinharam, o reconhecimento da ocorrência pontual de problemas e conflitos mais ou menos graves com clientes, com especial incidência de casos associados a estados de embriaguez. As situações que, a este propósito, nos foram narradas envolvem quer manifestações de agressão física, que algumas asseguraram ter devolvido na hora, mas sobretudo de agressão verbal ou psicológica:

*«Mas eu já parti para a porrada com mais de um homem! Brigo mais com homem do que com mulheres. Uma vez, chegou um cliente, um homem de meia-idade. Chegou, sentou-se e eu dirigi-me à mesa dele e disse: "Oi! Tudo bem? Posso sentar, querido?"; e ele: "Quem é que te chamou aqui? Vai-te embora"; e eu "Mas porquê amor? Estás chateado?"; e ele, sem mais, pega num copo que tinha na mão e parte-o num pé. Ai eu vou e pego todos os copos que estavam vazios no balcão – eram cinco – e atirei-lhos, um a um, nos pés dele. Foi uma grande confusão.»* (b25).

Embora admitindo que, de um modo geral, têm sido e/ou são bem tratadas pelos clientes, que não têm queixas de maior acerca do seu comportamento, ainda assim, de modo aparentemente paradoxal, algumas das que assim responderam projectam sobre eles uma imagem acentuadamente indiferenciada e negativa, ou seja, para elas a maioria ou até mesmo todos os clientes são iguais, todos respondem pelos mesmos atributos desqualificantes: *«A maior parte são grossos, mal-educados e fedorentos!»* (b22). Admitem, por isso, sentir desprezo e nojo pelos seus clientes: *«São 'João-ninguém'; uns coitadinhos! Nem olho para a cara deles. Tenho nojo!»* (b27). Simultaneamente, algumas relevam a monotonia e a saturação que decorre do exercício da prostituição: *«[...] me aburro, me cansa... ver los mesmos babosos todos los días»* (c23). A reprodução desta imagem, global e sistematicamente depreciativa, dos clientes poderá, muito plausivelmente, decorrer de uma interiorização mais intensa dos estigmas que recaem sobre a actividade que exercem. Mais seguramente, decorre de situações que limitam muitas mulheres a atender sobretudo clientes idosos e/ou problemáticos que outras podem recusar. Encontram-se ou podem encontrar-se neste caso mulheres em perda de encanto físico por força da idade e também aquelas que, como as africanas, tendem a ser objecto de preconceitos raciais.

## 1.2. «Mal casados e mal amados»

Quando inquiridas sobre o que julgam ser os motivos que poderão explicar a procura dos seus serviços, quase todas as mulheres destacam a carência afectiva e a instabilidade

emocional dos clientes, situação que lhes suscita, por vezes, uma certa compreensão e compaixão: *«São sofridos, carentes! Quando se pára para conversar, são dignos de pena!»* (b31). A instabilidade emocional e afectiva tem, em regra e segundo os testemunhos das próprias trabalhadoras sexuais, como pano de fundo casamentos fracassados, nos quais os seus clientes se sentem *«homens mal-casados, mal-amados!»* (b47), funcionando a procura da prostituição como uma terapia: *«Os homens que vêm a essas casas são mal-amados em casa. Vêm cá para aliviar a cabeça, eles próprios falam. Parece que estão fazendo uma consulta no psicólogo»* (b32). Independentemente do tipo de problemas sentidos pelos homens, elas constatam recorrentemente a existência de *«problemas em casa»* como motivo principal para a frequência de clubes:

*«[...] eu acho que os homens que vão aos clubes são homens que têm algum problema. É que têm mesmo, porque, imagina, se eu estou bem com a pessoa com que eu estou em casa, com a pessoa com quem estou casada, não preciso de ir a um clube. É verdade! Se tenho em casa o que quero, o que é que vou fazer a um clube? [...] acho que os homens que vão aos clubes são homens que têm problemas em casa! Problemas diferentes, mas todos têm problema»* (p28).

Por fim, é ainda bastante frequente ouvir muitas trabalhadoras dizer que os homens as procuram porque não conseguem satisfazer-se sexualmente com as suas esposas ou companheiras – *«Os maridos quando não têm 'comida' boa dentro de casa, vão 'comer' fora!»* (b40) –, ou então fazem-no para expandir-se sexualmente e experimentar novas práticas sexuais e até mesmo fantasias que acham não poder concretizar no quadro da relação matrimonial, o que é sintomático da clivagem entre a figura idealizada da esposa/mãe e a figura da puta no imaginário masculino: *«Os homens nos procuram porque nós fazemos com eles tudo aquilo que eles não fazem com as suas mulheres, ou porque acham que não é certo, ou porque eles têm vergonha de fazer! Eles nos dizem que essas coisas aí não é para fazer com a mãe dos seus filhos, não!»* (b36).

Face à generalidade das situações de que temos vindo a dar conta, algumas mulheres parecem manifestar um sentimento de piedade pelos seus clientes: *«É triste um homem precisar recorrer a isso [sexo pago]»* (b46). Chegam mesmo a dizer que desenvolvem com eles uma relação muito próxima à de terapeuta-paciente: *«Sinto pena, porque eles são muito carentes. A gente ouve cada história! Às vezes, somos uma conselheira sentimental, às vezes somos uma psicóloga. Eles falam que eu sou muito meiga, muito diferente»* (b, 25). Neste tipo de relação, os clientes procuram acima de tudo desabafar sobre a vida, encontrar alguém que os ouça, e não tanto satisfação estritamente sexual:

*«[...] há pessoas que dizem que os clientes vão só para terem relações com as mulheres. É mentira, é mentira. Eu tive muitos clientes que iam para o quarto comigo... que iam para o quarto com as mulheres e não tinham nada com elas. Queriam era estar ali a conversar com elas, a contar-nos a vida delas, a saberem a nossa vida, e não tinham nada comosco. Era só para que alguém os ouvisse, que alguém lhes desse atenção»* (p28).

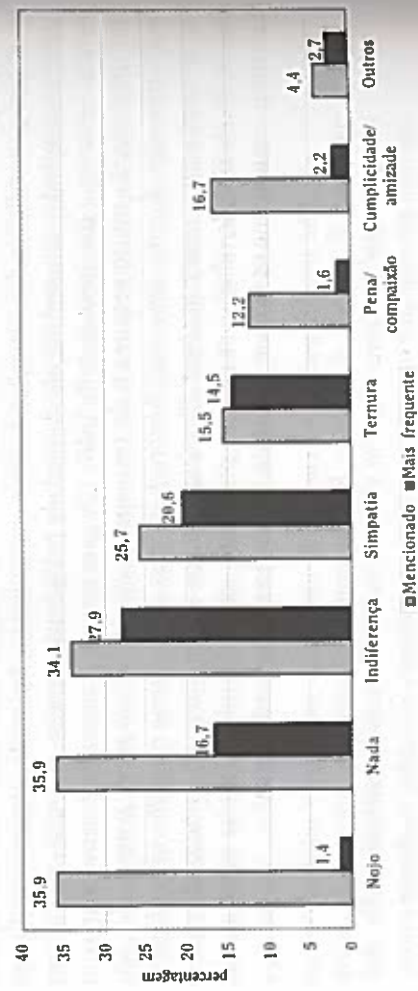


Esta não deixa de ser uma relação bastante vantajosa para as mulheres, uma vez que, com alguma frequência, nem precisam de prestar serviços sexuais para serem remuneradas. Além disso, permite-lhes fidelizar clientela: «*Tem clientes que vai, sobe com a gente, paga aí 2, 3 tempos só para conversar. [...] Sabe, só para conversar, só para desabafar os problemas. Sabe, no final, diz: "Se a minha mulher me ouvisse como você me ouve, eu não viria para cá!"*» (b34). É ainda de relevar que, como já anteriormente referimos, esta «relação terapêutica» acaba, em muitos casos, por desencadear um envolvimento emocional mais ou menos pronunciado dos clientes, o que os torna particularmente vulneráveis às diferentes estratégias de manipulação, de que muitas mulheres prostitutas se socorrem para assegurar benefícios materiais de vária ordem.

### 1.3. Uma relação instrumental: «São só objectos, 25 minutos»

Embora a generalidade das mulheres prostitutas admita que, em geral, se sente bem tratada pelos clientes e que com eles mantém uma boa relação, não deixa, ainda assim, de ter uma visão de certa forma instrumental em relação aos seus parceiros: «*Eu quero é o dinheiro deles [clientes]. Sou simpática para todos, mas só me interessa o que têm para gastar comigo!*» (b34); «*a única coisa que gosto é quando colocam o dinheiro na mesa*» (b40). Trata-se, portanto, de uma visão na qual a grande maioria dos clientes é, acima de tudo, representada como a outra parte de uma mera transacção contratual de trabalho, aquela que hão-de cativar, que têm de convencer, a quem têm de agradar, a fim de garantir subsídios, isto é, de facturar e, eventualmente, de aceder a outras formas complementares de rendimento. Quando questionadas sobre o que sentem em relação aos clientes, as respostas distribuem-se do seguinte modo:

Figura 19: Sentimentos expressos pelas trabalhadoras sexuais sobre os seus clientes (em %)



Quando instadas a identificar os sentimentos que os seus clientes em geral lhes suscitam, a maioria das inquiridas distribuiu a sua resposta por vários campos. O «nojo», um aspecto claramente depreciativo, foi o item que reuniu a maior frequência de menções (36%). Com igual percentagem temos a expressão «nada», que interpretamos como uma ausência de qualquer sentimento relevante. Porém, quando solicitadas a hierarquizar os diversos sentimentos expressos, «nada» e «nojo» aparecem em primeiro lugar em apenas 17% e em 13% de respostas. Um dos factores que mais contribuirá para despoletar o sentimento de nojo diz respeito à alegada falta de higiene de alguns clientes:

«*A gente lava eles, lavamos eles e lavamos nós na frente deles, e é assim: tem rapazes que chegam com a roupinha limpinha, todos perfumados; na hora que tiram a roupa é um estrago. Não é só os mais velhos. Dizem que é os mais velhos porque têm preguiça, mas não, é os novos também... [...] Às vezes, incluí tudo, chulé, acontece homens de estar com a cueca suja de bosta, que não limpam o ânus... [...] Eu vejo, mas já aconteceu igual... tem o lavatório, as meninas me contou, estava breado de bosta. Eu, só aconteceu uma vez... só as cuecas, aquilo já seco já... é muito nojento, é muito, muito, muito mesmo! [...] Ah a sério, a sério, eu tenho muito nojo, porque é assim, a gente tenta se cuidar porque falta de... porque banho não é bom só para limpar também é bom para a saúde... [...] então tenho muito nojo desses homens porcos, eu falo porcos... muito nojo!*» (b25).

Traduzindo uma apreciação tendencialmente neutra, a «indiferença» recolhe 34% das respostas e é apontada em primeiro lugar por 28% das inquiridas. Este sentimento, bem como a indicação «nada», corresponderão sobretudo a uma visão estritamente comercial sobre os clientes: «*Sentir o quê? Sinto o dinheiro que eles pagam! São objectos. Tratamo-los bem para que voltem!*» (a26). Menos vezes referenciados surgem os sentimentos positivos «simpatia» (26%) e «ternura» (16%), ainda que sejam apontados, respectivamente, por 21% e 15% das respondentes, sendo a este nível apenas ultrapassados pelo sentimento de indiferença. Embora em privado as mulheres expressem sentimentos negativos sobre os clientes, procuram ocultá-los, pelo menos enquanto estes continuem a querer subir. Esta ocultação é, regra geral, assegurada por performances teatrais, nas quais se comportam como se estivessem completamente rendidas aos alegados «encantos» dos seus parceiros: «*Tem uns clientes que eu adoro. Agora, tem outros que eu detesto, mas finjo que adoro!*» (b20). Esta situação nem sempre escapa aos visados, que ainda assim parecem, alegadamente, preferir manter as suas fantasias e, através delas, o sentimento (ilusório) de poder:

«*Os clientes procuram ilusões, fantasias, a auto-afirmação. São, muitas vezes, enganados, ludibriados e, por vezes, até gostam dessa situação. Eles sabem que a mulher [prostituta] finge para eles. Eles buscam ilusão e divertimento. É só isso que nós damos para eles. Eu dizia: "Você é lindo, você é gostoso". E na realidade, não era nada! Os clientes querem sentimento de poder, posse e conquista e nós alinhamos no jogo*» (b39).

Uma grande parte das prostitutas mantém, assim, uma relação de natureza unicamente instrumental com os seus clientes. Isto parece aplicar-se mesmo a muitos daqueles com quem

elas acabam por desenvolver uma relação pretensamente amorosa. Esta instrumentalização torna-se bem evidente, se tivermos em linha de conta que, como já vimos, para além do sentimento de «nojo», dois outros sentimentos predominantes no discurso das mulheres sobre os seus clientes são neutros («nada» e/ou «indiferença»): «*O que sinto em relação aos clientes é indiferença. O que eu quero é dinheiro deles. Sou simpática para todos, só me interessa isso e que tenham para gastar comigo*» (b34). Algumas vezes, esta manipulação parece ter subjacente uma ideia de desforra, reportada a anteriores experiências negativas com algum homem por quem se apaixonaram e por quem se viram traídas ou abandonadas e, por isso, deixaram de ter confiança e desiludiram-se: «*Estou cansada de confiar nos homens, agora sou eu que aproveito*» (p35). Muitas das que assim falam não hesitam mesmo em considerar que os clientes «*são só objectos. Assim como eu fui considerada objecto [pelos namorados], agora considero os homens objectos. São só momentos, são só 25 minutos*» (b18).

O reconhecimento das boas relações que, no geral, dizem ter com os seus clientes não anula, assim, uma visão depreciativa e instrumental sobre os mesmos, como reiteradamente transparece no discursos de muitas mulheres, sobretudo quando entrevistadas em contexto de maior proximidade e intimidade.

## 2. OS CLIENTES DOS CLUBES RAIANOS: DEAMBULANDO ENTRE OS DOIS LADOS DA FRONTEIRA

O esboço necessariamente grosseiro que acima deixámos traçado sobre os clientes, feito sobretudo a partir dos olhares das mulheres que lhes prestam serviços sexuais, apresenta, desde logo, variações significativas em função das características dos estabelecimentos e da zona – mais rural ou mais urbana – em que estes estão implantados. Também se verificam algumas diferenças de perfil, embora não muito significativas, entre os clientes portugueses e espanhóis. Estes últimos evidenciam uma maior homogeneidade etária, em redor dos 40 anos, e um nível socioeconómico, em média, mais elevado, diferenças que acabam por induzir algumas *nuanças* específicas no relacionamento com as mulheres, dando azo a que as mesmas construam sobre eles diferentes representações consoante a sua nacionalidade. Contudo, a nosso ver, a diferença mais assinalável entre os clientes portugueses e espanhóis situa-se a nível da mobilidade transfronteiriça, isto é, da frequência com que uns e outros transpõem a fronteira e se fazem clientes dos estabelecimentos existentes do outro lado.

Inscrita e largamente estimulada pelo quadro legal da livre circulação de pessoas entre países da União Europeia, prevista nos artigos 14.º, 18.º, 61.º e seguintes do *Tratado da Comunidade Europeia* (Tratado de Amesterdão), a actual mobilidade transfronteiriça dos clientes nas zonas que observámos é significativamente assimétrica. Com efeito, pudemos constatar que o movimento transfronteiriço de clientes é quase em exclusivo protagonizado pelos portugueses que, com uma assiduidade notória, buscam os clubes do lado espanhol, enquanto os clientes espanhóis só muito pontualmente fazem o trajecto inverso. Nalguns lugares espanhóis, inseridos nestas verdadeiras rotas de peregrinação dos tempos moder-

nos, como Verín (Galiza) e Fuentes de Oñoro (Castela), a presença de clientes portugueses chega a ser claramente superior à dos espanhóis, em especial durante a semana, já que estes últimos parecem concentrar mais as suas saídas nos fins-de-semana. As explicações que conseguimos adiantar sobre esta maior afluência dos clientes portugueses aos clubes espanhóis, e em especial nos dois casos concretos que acabámos de referir, enraizam num conjunto de constatações e pressupostos que passamos a enunciar:

(i) Do lado português imediatamente oposto a Fuentes de Oñoro, isto é, em Vilar Formoso, não havia, à data da realização do trabalho de campo, nenhum estabelecimento destes a funcionar;

(ii) em relação a Verín, e atendendo a que no lado português, mais concretamente em território do concelho de Chaves, há alguns estabelecimentos de prostituição e *casas de alterne*, a «fuga» da clientela portuguesa para o lado de lá terá, muito provavelmente, a ver com a maior quantidade e diversidade das mulheres dos clubes galegos e, por conseguinte, com possibilidades mais amplas de escolha. Por outro lado, Verín tem muitos bares, discotecas e espaços de diversão nocturna, que os clientes portugueses também procuram em complemento aos locais de prostituição;

(iii) para além dos contrastes da oferta, mais evidentes numas áreas que noutras, temos também de ter em consideração que os clientes portugueses saem muito em pequenos grupos de dois ou três indivíduos e tendem a «saltitar» entre os diferentes estabelecimentos de ambos os lados da fronteira<sup>1</sup>, o que poderá originar uma certa inflação na quantificação da sua presença;

(iv) o intenso trânsito de clientes portugueses para Zamora andar ligado ao reconhecimento geral da excepcionalidade de um determinado clube local. Com efeito, no quadro singular de deambulações dos clientes portugueses, entre os diferentes estabelecimentos, não só clubes como, amiúde, bares e discotecas, das áreas adjacentes aos referidos eixos transfronteiriços de circulação, regista-se uma excepção digna de menção. Quando vão a Zamora, os clientes portugueses, dos quais a maioria é proveniente do distrito de Bragança, partem quase todos já fixados num destino específico e exclusivo – o clube acima referenciado –, por eles próprios considerado *topo de gama*, quer no que diz respeito ao espaço em si quer em relação às mulheres e à qualidade do atendimento. Constitui, por isso, um significativo pólo de atracção para a clientela portuguesa, em especial para a de maior nível socioeconómico, bem patente, aliás, na qualidade dos automóveis com matrícula portuguesa que se podem encontrar no respectivo parque de estacionamento;

(1) Isto não significa que, entrando num estabelecimento, acabem por *subir*. Muitos deles, por vezes, apenas saem para «beber um copo» e para se divertirem um bocado na companhia dos amigos. No entanto, em sentido oposto, outros acabam por *subir* mais que uma vez durante a noite. Temos relatos de dois clientes portugueses que, em Verín, chegaram a *subir* 3 vezes numa noite, em diferentes clubes.



(v) a circulação dos clientes anda também, algumas vezes, ligada à circulação das próprias mulheres pelos clubes de ambos os lados da fronteira. Como tivemos ocasião de apurar, não é raro que um cliente siga uma mulher, quer em função da realização sexual que ela lhe proporciona quer por algum tipo de ligação afectiva que com ela mantém.

Para além destas razões, de natureza mais factual, pensamos que para a explicação da elevada presença de clientes portugueses nos clubes das áreas raianas de Espanha convergem também outros factores, mormente de ordem psicossocial e sociológica. Atendendo a que a maioria são casados, as saídas nocturnas para clubes em Espanha podem ser entendidas como uma forma de reforçar o anonimato. A probabilidade de aí encontrarem alguém conhecido circunscreve-se, quase exclusivamente, ao contexto da prostituição. E, dentro deste, o mais lógico e compreensível é o desenvolvimento de relações de cumplicidade e encobrimento mútuo, como requisito de autoprotecção e salvaguarda da privacidade e do anonimato de cada um. Além de propiciar a preservação do anonimato, a passagem da fronteira por parte dos clientes, em especial os casados, associa uma transição física ao cruzamento de uma barreira psicossocial, a barreira da fidelidade. Simultaneamente, incorpora uma dimensão simbólica e ritual, na qual pontificam significantes indiciadores de limitabilidade, ruptura, novo *status* e legitimação, ainda que provisórios ou efémeros, que lhe dão a estrutura e a amplitude simbólica de um verdadeiro «rito de passagem»<sup>2</sup> (Turner, 1974, Douglas, 1976; Van Gennep, 1977). A transição da fronteira assinala o que Xiberras (1996), reinterpretando as propostas teóricas de Simmel (1987), designa como uma *dépaystation*, à qual corresponde, subsequentemente, uma descontinuidade social<sup>3</sup> que, libertando o indivíduo do ónus da conformidade aos papéis que pautam a sua quotidianidade (pai, marido, entre outros), o integra numa nova estrutura relacional e, paralelamente, lhe dá alguma legitimidade para se comportar apenas e só como cliente.

Neste plano de análise mais antropológico acerca das incursões dos clientes por terras d'além fronteira convém também ter em atenção o simbolismo da proximidade, um pouco na linha do velho adágio «longe da vista, longe do coração». De facto, parece haver uma relação simbólica entre a gravidade da infidelidade e a distância do local em que é concretizada. Ao que viemos a apurar, em Espanha existe mesmo o ditado popular que diz que a fidelidade [conjugal] prescreve aos 300 km. A gravidade da infidelidade parece, assim, variar na razão inversa da distância que separa a área de residência do local onde é praticada. De igual modo, em termos de «distância social», e dentro da mesma matriz simbólica da proximidade, a infidelidade cometida com pessoas do círculo social mais próximo tende a ter um maior impacto e uma maior carga negativa do que a cometida, por exemplo, com prostitutas. No caso muito particular dos clientes transfronteiriços, podemos constatar

(2) Para Van Gennep (1960), o «rito de passagem» é algo que marca ou induz uma mudança na posição social do indivíduo.

(3) Veja-se, a este propósito, como Turner (1974) fala do ritual no sentido de mudança social, abandonando a estrutura formal e incursão nas «margens».

tar uma convergência cumulativa das distâncias física e social, largamente «reduzidas» do desvio, o qual, pelo facto de não ser publicamente conhecido, não é socialmente censurável e, como tal, (para)legítima, desculpabiliza e, portanto, não incomoda os respectivos transgressores do comportamento dito desviante.

Apesar do elevado potencial explicativo que comporta, o argumento da apropriação dos recursos simbólicos proporcionados pela transposição da fronteira e pela distanciação física (e social) que esse gesto implica, com fins de atenuação da incompatibilidade entre o quadro sociocultural inerente à vida quotidiana do cliente e as suas experiências «mar-ginais», requer ser invocado com reservas, entre outros motivos, pela sua não confirmação pelo comportamento da clientela espanhola. A inferior qualidade e quantidade dos clubes raianos do lado português e, por conseguinte, o mais estreito leque de opções e escolhas que a oferta portuguesa comporta, por comparação com a oferta espanhola em geral e, mais especificamente, com a oferta das regiões que considerámos (Galiza e Castela-Leão) são, seguramente, factores importantes à hora de considerar o baixo índice da sua frequência por parte de clientes espanhóis.

### 3. DESVIANTES, DOMINANTES E GANHADORES EM ABSOLUTO?

Na visão da generalidade das pessoas, em alguns discursos científicos e em posições adoptadas por entidades com responsabilidades de intervenção no âmbito da prostituição vislumbra-se uma certa tendência para projectar uma imagem monolítica sobre os clientes assente, sobretudo, em três grandes eixos: (i) os clientes como desviantes, psicologicamente perturbados, sexualmente patológicos ou até criminosos; (ii) os clientes como paradigma do poder masculino sobre as mulheres; (iii) os clientes como os beneficiários exclusivos e, portanto, nunca penalizados, na relação que estabelecem com as trabalhadoras sexuais. Partindo dos elementos empíricos de que dispomos, procuraremos, de seguida, aferir a pertinência e os limites destes alegados atributos identitários que, com alguma recorrência, são associados aos clientes do sexo comercial.

#### 3.1. Os clientes são homens comuns

Contrariando uma visão social ainda consideravelmente recorrente e expressiva, na grande maioria da investigação que tem vindo a ser desenvolvida assume-se que, de um modo geral, o cliente da prostituição feminina não é um inadequado social ou um desviante<sup>4</sup>. A tendência para ver a procura de prostitutas como o resultado de uma sexualidade regres-

(4) Cf. McLeod (1982), Faugier, Hayes e Butterworth (1982), Holzman e Pines (1982), Day, Ward e Perrota (1993), McKeganey (1994), McKeganey e Barnard (1996), Hart (1998), Elias *et al.* (1998), Welzer-Lang (2000).

siva, incapaz de conjugar «amor profano» e «amor sagrado» (Clover, 1943), de uma atitude neurótica e irracional (Ellis, 1959), ou de quaisquer outros distúrbios psicológicos, a que Gibbens e Silberman (1960) se referiram, é cada vez mais considerada como inconsistente e tem, por isso, vindo a perder defensores. O questionamento da validade das perspectivas de patologização dos clientes não é, de resto, recente. Winick (1962) não vislumbra entre os clientes que estudou patologias psicológicas ou distúrbios de personalidade significativos que, eventualmente, pudessem explicar a decisão de comprar sexo; Simpson e Schill (1977) e Armstrong (1978) destacam o facto de não haver nada de particularmente distintivo ou problemático entre os clientes, quando comparados com os homens não-clientes. É neste sentido que Welzer-Lang (2000: 2) refere que «os clientes das trabalhadoras sexuais e do comércio do sexo são [...] homens comuns, no sentido de que são pessoas normalmente socializadas como homens». Nos clientes que acompanhamos durante a nossa pesquisa de terreno também não vislumbrámos quaisquer características que, de forma evidente, segura e conclusiva, possam ser tomadas como denominadores especificamente distintivos e comuns da procura do sexo comercial. Aliás, nas descrições que fazem dos seus clientes, as trabalhadoras sexuais acentuam, como vimos, a sua grande heterogeneidade, designadamente em termos de idade, estado civil, profissão e motivações, o que, de certa forma, traz a ideia de que eles são, no geral, «pessoas normais», constituindo, neste sentido, uma espécie de microcosmos representativo de todo o universo masculino. Os próprios clientes têm, de resto, também uma clara percepção desta transversalidade social:

*«Você vai ao banco, três em cada cinco funcionários são clientes. Vai às franças, então nem se fala! E delegados de propaganda médica? Toda a gente vai, não importa que tenha esta ou aquela profissão. E agora também vão putos novos. Conheço alguns, com 20-22 anos, que só querem putas!»* (cliente, 42).

De um modo geral, os clientes são indivíduos cujos comportamentos, estilos de vida e quotidianos pouco ou nada se distinguem dos daqueles que não são clientes. Assim, em vez de os tratarmos como um grupo social desviante, como muito frequentemente se tem verificado, «[...] devem ser encarados como homens cujo comportamento é enformado por noções dominantes da masculinidade e pela expressão e identidade sexuais especificamente masculinas» (Campbell, 1998: 160). Advertências em tudo semelhantes são feitas por O'Connell-Davidson (2001) e Martilla (2003), ambas relevando a necessidade de não olharmos para os clientes como «monstros», antes como membros e produto da nossa sociedade. Assim sendo, ganha pertinência e plausibilidade a tese segundo a qual os processos de socialização hão-de, seguramente, constituir uma das referências decisivas à hora de se buscarem explicações para o facto de os homens se tornarem clientes da prostituição e para os comportamentos que, nessa qualidade, assumem. É no âmbito desta tese que podemos dizer que praticamente todos os homens recebem uma socialização de género que os torna potencialmente clientes. A este propósito, e escrevendo sobre a Austrália, Krushe-Mountburton (1992: 42) sustenta mesmo que «a larga maioria da população masculina envolver-se-á com prostitutas ao longo da sua vida, ainda que alguns homens apenas o façam uma

única vez». Com efeito, poderá suceder que, num ou noutro momento das suas vidas e em virtude de factores ou circunstâncias várias (por exemplo, necessidade de sair da rotina sexual, vividez, problemas de cariz afectivo/emocional, entre outros), qualquer homem passe de cliente potencial a cliente de facto.

Mesmo tendo em conta as reservas que os números adiantados suscitam, vale a pena referir aqui que, segundo Leridon *et al.* (1998), em Espanha 39% dos homens já recorreram ao sexo comercial, isto é, o dobro, nalguns casos o triplo, face a valores que os mesmos autores avançam para outros países, como, por exemplo, a Noruega (11%), a Bélgica (14%), a Suíça (19%); ou que outros autores apresentam para países como a Finlândia (13%) e a Rússia (10%) (Haavio-Mannila e Rotkirch, 2000); para os Estados- Unidos (16%) (Michael *et al.*, 1994); a Grã-Bretanha (7%) (Wellings *et al.*, 1994) e a Suécia (13%) (Lewin, 1996). Em virtude da expansão que o fenómeno da prostituição vem registando nos últimos anos, é plausível admitir-se que estes valores possam, na actualidade, ser superiores. Atendendo à sua amplitude e transversalidade social, a procura do sexo comercial, bem como a generalidade das aspirações erótico-sexuais que nela se inscrevem poderão, de facto e em boa medida, ser interpretadas à luz dos preceitos ideológicos de uma ordem de género «com dois pesos e duas medidas», que exige a castidade feminina e tolera (e até valoriza) a promiscuidade masculina com base na alegada urgência sexual irremediável do homem. Trata-se daquilo que Jolin (*in* Scambler e Scambler *et al.*, 1997: 134) designa como «promiscuidade-castidade-desigualdade»:

*«Os homens querem ter sexo com diferentes mulheres e exigem que as mulheres tenham sexo apenas com um só homem, uma impossibilidade teórica para a qual os homens construíram uma solução prática, embora controversa, que passa por reservar umas poucas mulheres [as trabalhadoras sexuais] para satisfazer as procuras dos homens, sem reduzir significativamente a disponibilidade de mulheres castas ou ameaçar a castidade das esposas».*

Esta perspectiva funcionalista da prostituição, como forma de resolução do duplo padrão sexual, não esgota, porém, a explicação sobre a existência da procura. Tanto mais que muitos homens, como mais adiante veremos, procuram o sexo comercial não só por razões de ordem exclusivamente sexual, mas também emocional. Além disso, na realidade, as motivações e os comportamentos dos clientes nem sempre se apresentam concordantes com as orientações ideológicas que configuram os valores e normas dominantes do sistema de sexo-género, ainda que nos seus discursos, insistentemente, se empenhem em reproduzi-los.

### 3.2. Nem sempre dominam, nem sempre ganham

Os discursos sociais mais (re)correntes, constantemente alimentados pela máquina mediática<sup>5</sup>, e mesmo muitos discursos científicos (Heyl, 1979; Barry, 1979, 1995; Hoigard

(5) Veja-se o caso mediático do «Movimento das Mães de Bragança», o amplo destaque de que foi alvo

e Finstad, 1992; Shrage, 1994) tendem a conceber a prostituição como um contexto de intensificação das assimetrias de género, um espaço paradigmático do exercício da dominação masculina e uma forma de os homens que acedem aos serviços sexuais prestados pelas prostitutas assegurarem a capitalização de elementos masculinizantes, em especial daqueles mais associados à esfera da sexualidade. Esta ideia reflecte, ao mesmo tempo que irradia, certas concepções veiculadas pelos actores sociais, nomeadamente por aqueles que, embora não integrando o fenómeno prostitucional, lhe estão ou podem estar física (e socialmente) próximos, como é o caso dos vizinhos dos clubes:

«Elas [as mulheres prostitutas] são um 'pau-mandado' dos patrões delas e dos babos e viciados dos homens que lá vão abrir-lhe as pernas para se satisfazerem. O que esses homens querem é ter ali uma pobre à disposição para 'descarregar', para fazer isto e aquilo... o que bem lhes apetece!!! Depois, é só vê-los todos cheios de orgulho... a contar uns aos outros o que fizeram!» (Vizinha de um clube, 47).

Num registo em tudo semelhante, ainda que no campo da produção científica, Heyl (1979: 196) destaca que a prostituição «[...] é um caso extremo de estratificação sexual, no qual todos os homens ganham e todas as mulheres pagam a factura. A todos os níveis, ela revela claramente as desigualdades de poder [...]». É, deste modo, assumida estereotipadamente como um dos grandes últimos redutos do domínio masculino na actualidade, isto é, um contexto privilegiado de afirmação dos valores e práticas reprodutoras do modelo patriarcal e das assimetrias de género que lhe andam associadas. A mulher prostituta é tida como o arquétipo da mulher oprimida e coisificada, enquanto que o cliente é representado como o expoente máximo do agente dominador, viril e agressivo, comandado por necessidades sexuais irreprimíveis.

Discordando desta visão linear e de recorte maniqueísta, Bell (1994) faz notar que a prostituição, para as mulheres, tanto pode representar resistência como subjugação e opressão. Assim sendo, podem, num determinado contexto, assumir uma posição de dominantes e, num outro, uma posição de dominadas. Parece, por isso, abusivo e insustentável afirmar-se que na relação prostituta-cliente há uma parte invariavelmente dominante e detentora do poder em exclusividade e em permanência. O poder não está estruturalmente atribuído *ad eternum* aos indivíduos em concreto, mas depende, fundamentalmente, de factores e contingências várias que enformam os contextos em que ocorrem as suas interações. Daqui decorre que os clientes não são sempre os dominantes, nem aqueles que sempre ganham; tal como as trabalhadoras sexuais não são nem sempre as dominadas, nem aquelas que sempre perdem. Sem deixar de reconhecer as muitas provações a que, amiúde, os clientes sujeitam as mulheres, não há, no entanto, como escamotear o facto de que muitos deles, sobretudo os mais idosos e os que possuem menor capital escolar, também poderem estar ou vir a estar na comunicação social nacional e internacional (Ripley, 2003) e a espiral de discursividade social sobre a prostituição que então se gerou na sociedade portuguesa.

em situações que lhes são adversas, nas quais se podem achar manifestamente dominados e penalizados, como as que, a título de ilustração, passamos a referir:

(i) *Iludidos e manipulados no âmbito dos serviços prestados*

Muitos deles são, desde logo, iludidos no processo de «sedução» que antecede a *subida*: «É tipo um trabalho psicológico. Ele [cliente] tem duas opções: ou vai, ou vai! Tem que forçar a barra! Muita conversa, muita enganação! Prometi a alguns clientes que casava com eles!» (b29). Geralmente, só os indivíduos mais batidos é que têm clara consciência deste tipo de enredos: «Ela, ali, está a ser paga até para aturar um indivíduo inculto! Mas, como é profissional, ouve-o e até diz que gosta dele, para ele lhe pagar muita champagne. Ele anda iludido. Elas são muito inteligentes. Conseguem quase convencer as pessoas que estão apaixonadas, quando, efectivamente, não estão. São grandes profissionais!» (cliente, 49). Os clientes são também amiúde manipulados e enganados no que diz respeito à prestação dos serviços sexuais. Muitas vezes, antes da *subida*, prometem determinados pratos e, depois de terem ganho o cliente, já no quarto, arranjam uma qualquer estratégia para não prestarem alguns dos serviços acordados: «[Havia pouca luz] Ela pôs-lhe, assim, os pés e o gajo pensava que estava deitado em cima dela... [a ter relações sexuais]. Elas arranjam várias maneiras [para enganar os clientes]... até quando se viram de lado, arranjam maneira de encolher mesmo as pernas ao máximo e, com as pernas juntinhas, parece mesmo aquilo [vaginal]; e elas trabalham ali e pronto...» (cliente, 23). Por outro lado, não é de todo raro que as mulheres desrespeitem a duração estipulada para a *subida*, procurando *despachar* os clientes o mais rapidamente possível: «Ah, mas eu não fico 30 minutos! 5/10 minutos, e já está! Não gosto de ficar muito tempo com os homens, dá náuseas!» (b28). Para tal, «tentam logo elas manejar tudo! Tentam logo elas assumir o comando e a velocidade [na relação sexual]! Tentam logo dar-lhe, que é para sair o mais rápido possível!» (cliente, 34), desenvolvendo encenações eróticas para estimular sexualmente o companheiro: «Chiar, gritar, dizia que me estava 'gozando'.. Quando vê que o homem está muito quieto, você começa a chiar, a gritar, dizendo que está tendo um orgasmo...; o homem se 'vem' de seguida! Eu sou muito escandalosa, faço muita 'película', teatro, grito... falo um montão de bobagens!» (b33). Atendendo ao que algumas mulheres contam, até nem parece muito difícil ludibriar os clientes, dada a sua ingenuidade e vontade de acreditarem no que lhes é dito:

«Há muitos homens que com duas palavras mansas que uma mulher de um clube lhes dê, eles já pensam: "ela está apaixonada por mim, ela gosta de mim; ah, ela acha-me bonito...". Então, aí, fazem o que elas querem e o que elas lhes pedem. Há assim muitos, muitos 'tótós' como nós lhes chamamos. São burros, mesmo... porque eles deviam compreender que a gente faz isso com milhares de homens, não é?! A gente tem de fazer o nosso papel, porque há clientes que até perguntam se a gente tem prazer com eles no quarto e tal. E a gente até finge a dizer que sim; a gente diz que sim e eles ficam todos contentes e não metem na cabeça que isso é impossível. Ter prazer com todos é impossível!» (p28).



Parece pois evidente que «muitas prostitutas detêm efectivamente um significativo controlo sobre as suas vidas profissionais e, tal como outros trabalhadores (mesmo sob o capitalismo), não raro chegam a sentir que o seu trabalho as investe de poder» (Sullivan, 1995: 194). Provavelmente, outras mulheres, noutras circunstâncias alegadamente mais democráticas, não terão um poder tão significativo nas relações que estabelecem com os homens (Perkins, 1991: 389).

#### (ii) Materialmente prejudicados

Os resultados do nosso estudo mostram também que os clientes podem ser alvo de «predação económica» por parte de algumas mulheres prostitutas. Com uma consciência mais ou menos nítida desta situação e do dinheiro delapidado desde que começaram a frequentar o meio prostitucional, alguns indivíduos chegam até a presumir o que já poderiam ter adquirido se não tivessem gasto tanto dinheiro nos clubes: «*Tinha 18 anos. Fui eu e um amigo... Paguei a subida a ele e eu... fiz um fado. E desde aí, prontos, comecei a ir lá todos os dias, a gastar dinheiro e mais dinheiro. Quando recebia o dinheiro no fim do mês, pumba para elas, pumba para elas! Eu, com o dinheiro que gastei com elas, já podia ter nas minhas mãos um BMW*» (cliente, 23). Num ou noutro caso verificam-se, inclusivamente, situações em que os clientes são alvo de furto. Segundo um cliente,

«*A mim, uma vez, já me roubaram 100 contos, durante o tempo em que estive com a gaja no quarto. Só quando cheguei a casa é que dei conta. Para o outro dia fui ao clube, mas ela já não estava lá; tinha-se posto a andar. [...] Nunca me roubaram mais nada. Agora, às vezes, pedirem-me 10 ou 15 contos e nunca mais ver esse dinheiro, isso é diferente*» (cliente, 43).

Este relato, comum entre os clientes, é corroborado por algumas trabalhadoras sexuais. Uma delas afirma que

«*metia a mão no bolso deles [clientes], sem eles darem conta, e roubava-os. Roubei muitos... Aqui em Zamora, quase todos! [...] Roubava-os, assim, tranquilamente. Eu vou-te contar. Às vezes, diziam [os clientes]: "Vamos curtir a noite toda". E eu "5.000 pesetas, toda noite, só que você tem de me dar o dinheiro antes, que é para eu ir pagar à arna que está com os meus filhos"... Se não acreditam, perguntem aqui a quem quiserem, para roubar como eu, aqui não há!*» (633).

#### (iii) Sancionados de forma negativa na projecção social da identidade de género

Enquanto parte integrante de um fenómeno profundamente estigmatizado, os clientes, mais concretamente aqueles para os quais o sexo comercial representa uma das poucas ou a única possibilidade de satisfação sexual, são penalizados na projecção social da sua identidade de género. Nestas circunstâncias, o relacionamento com mulheres prostitutas é considerado como um factor negativo na avaliação e na qualificação da masculinidade por parte da comu-

nidade masculina e da sociedade em geral (O'Connell-Davidson, 1998: 170-171). É neste sentido que Almeida (1995: 197) destaca que o processo de sedução e conquista dos clientes face às prostitutas «está viciado pela inacessibilidade social» destas, o que condiciona todo o processo «e a sua projecção na avaliação que os outros fazem da masculinidade de cada um, aqui entendida como eficácia na predação sexual». Segundo um cliente:

«*O pessoal sabe muito bem que, quando eu vou a bordéis e boîtes, eles sabem muito bem que é tipo um passatempo, porque eu tenho namoradas, eu ando com gajas, eu ando com esta, ando com aquela, ando com outras... Agora, quando é aqueles indivíduos que sabem que não têm outra gaja, que vão ali porque, pronto, não têm mais nenhuma, esses sim que os gozam! A esses gozam-nos mais. [...] Mandam-lhes bocas do género: "Tu tens que pagar para ter relações, senão ninguém faz contigo", ou tipo: "Se não fosse aí, tinha de ser a canhoto que pagava [referência à masturbação]"*», tipo isso» (cliente, 19).

Como se poderá depreender deste excerto, somente os indivíduos para quem a prostituição é o contexto predominante, ou mesmo exclusivo, de expressão da sua heterossexualidade são alvo da valorização homosocial negativa que recai sobre a procura do sexo comercial. Para os outros, ao contrário, e tendo em conta os «[...] esquemas identitários da masculinidade dominantes, a relação com a prostituição costuma ser um elemento de valoração positiva» (González e Martínez, 2002: 16).

#### (iv) Reféns de ideais exacerbados de masculinidade

Segundo McLeod (1982: 59), os clientes são também penalizados pelas estruturas sociais existentes: seja pela incapacidade da instituição do casamento em conjugar adequadamente as necessidades emocionais e sexuais, seja, acima de tudo, pelo sistema ideológico que informa a construção da identidade masculina – «masculinidade hegemónica», «modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador» (Almeida, 1995: 17). Trata-se de um conjunto de normas e valores pelo qual a maioria dos homens procura orientar a projecção da sua identidade de género e a pauta de referência da qualificação e ordenação/hierarquização social do comportamento de todos os indivíduos da comunidade masculina<sup>6</sup>. Por força deste modelo, os homens em geral, e mais em particular os que são clientes da prostituição, ficam manifestamente condicionados e pressionados, podendo por isso argumentar-se que, não raro, acabam sendo «dominados» pela dominação que supostamente deveriam exercer (Bourdieu, 1999). É caso para se dizer que o *feitoço se vira contra o feiteiro* e o homem se vê enredado no espectro da sua própria dominação e refém das expectativas

(6) Cf. Kaufman (1987), Seidler (1994), Gilmore (1990), Connell (1995), Kimmel (1997), Viveros (1998), Valdés e Olavarria (1998).

sociais exageradas e ilusórias, praticamente inalcançáveis, em torno do poder e domínio que, alegada e virtualmente, devem caracterizar o seu papel (Kaufman, 1995; Kimmel, 1997). O «ideal impossível de virilidade» torna-se, assim, «o princípio de uma imensa vulnerabilidade» (Bourdieu, 1999: 43). Nas palavras de um cliente,

*«o nosso objectivo, quando vamos, por exemplo, uma sexta de 9 ou 10 é que aqueles que vão menos vezes para lá, nós, os que vamos mais vezes, estamos lá para os tentar fazer subir. Pica-los mesmo para eles subirem! Acusamo-los de virgens, chamamos-lhes padres... e então, as gajas começam a agarrar-se a eles, mesmo para os fazer subir! Mesmo picamo-las para que elas os façam subir!!! Uma vez a um, estávamos lá, e a tentar fazê-lo subir, a gaja mostrou-lhe os seios, mostrou-lhe a vagina, tirou-lhe o pénis, até que ele subiu. Ele teve que subir mesmo!»* (cliente, 19).

Este fragmento discursivo aponta de forma bastante eloquente para o alcance e a intensidade do quadro ideológico associado à identidade de género masculino e para a permanente vigilância/monitorização (Heise, 1997: 426), pressão, controlo e exigência de provas de virilidade que recaem sobre o comportamento dos homens (Gilmore, 1990).

### 3.3. Identidades masculinas paradoxais

Considerando as possibilidades de ocorrência de eventuais situações negativas para os clientes, podemos depreender que, em muitas circunstâncias, os seus comportamentos e os processos de interacção que desenvolvem com as trabalhadoras sexuais indiciam um desfasamento face aos sistemas normativos, valorativos e/ou simbólicos inscritos nos discursos sociais prevalecentes. É que, como nota Hart (1998: 12), «enquanto os discursos hegemónicos [...] constroem a prostituição e constroem as identidades dos trabalhadores sexuais e dos clientes de uma certa forma, as contra-identidades realmente existem [...] estas identidades descobrem-se nos discursos a nível local». Assim sendo, somos levados a considerar que a prostituição não pode ser entendida como uma simples reprodução reforçada e linear do modelo patriarcal, caracterizado pela «dominação masculina» e por uma constante reiteração, ostentação e exacerbação de características virilizantes. Muitos clientes evidenciam comportamentos e podem estar sujeitos a situações manifestamente excêntricas face aos referenciais ideal-típicos do modelo da masculinidade hegemónica e aos valores mais comuns das relações de género. Paradoxalmente, esses mesmos clientes, de forma a assegurar a sua integração e valorização junto da comunidade masculina, incorporam e procuram reproduzir, por vezes até com claro exagero, o quadro ideológico subjacente à masculinidade hegemónica. No entanto, esta reprodução dos valores (re)correntes da identidade masculina processa-se, essencialmente, através das produções discursivas que confrontam entre si, nos processos relacionais de construção da masculinidade. Deste modo, e pese embora o facto de a sua *praxis* poder, como constatámos, assumir um registo contra-hegemónico, eles continuam, de forma ambígua e paradoxal, a reproduzir

o sistema ideológico dominante por via de narrativas ficcionadas, através das quais omitem, manipulam e/ou recriam, com algum sentido estratégico, situações e factos por eles realmente vivenciados no contexto da prostituição (Sacramento, 2004). A intenção é camuflar ou rearranjar tudo aquilo que possa ser alvo de uma apreciação social negativa, sobretudo por parte dos outros homens, e relevar aspectos, muitos deles meramente virtuais, que possam contribuir para a projecção de uma identidade masculina valorizada – masculinidade como discurso hiper-real. As vozes que apregoam e inflacionam a masculinidade, orientadas pelas expectativas sociais correntes sobre a identidade masculina, acabam então por criar uma identidade de fachada para ser ostentada nas disputas homosociais, a qual tende a excluir a referência a elementos factuais contra-hegemónicos que a ponham em causa e mostrem a sua verdadeira configuração. A esta manipulação discursiva O'Connell-Davidson (2001) dá o nome *punter fiction*: ficções que os clientes, estrategicamente, constroem sobre as prostitutas e sobre o seu próprio desempenho sexual<sup>7</sup>.

Nestas construções, a narração está sujeita a processos, mais ou menos pronunciados, de idealização de modos de ser, que fazem tábua rasa de muitas situações e comportamentos que, embora reais, contrariam objectivamente a imagem que se quer projectar. Com frequência, são os próprios clientes a denunciar esta idealização, não em relação a si mesmos, como é óbvio, mas em relação àquilo que os outros dizem: «*Eh pá, não podes acreditar em tudo o que o B. [cliente] te diz. Metade do que ele conta é só para impressionar. Como diz o povo, são mais as vozes que as nozes!*» (cliente, 32). Ainda mais explicitamente, um outro cliente diz que «*há muitos que vão para lá [para os clubes], cá fora dizem que fazem tudo, chegam lá e não fazem nada!*» (cliente, 21). Este tipo de discursos leva implícita a tentativa de esvaziar e de descredibilizar os processos discursivos de construção da masculinidade dos seus concorrentes.

### 4. MOTIVAÇÕES E COMPORTAMENTOS: ESBOÇO DE UMA TIPOLOGIA

A diversidade de razões ou motivos que estão na base da procura do sexo comercial e os comportamentos e quadros de interacção que os clientes estabelecem com as suas parceiras constituem, a nosso ver, dois critérios centrais indissociáveis no processo de análise da clientela, enquanto parte estrutural e estruturante do fenómeno da prostituição. É precisamente em função desses critérios que procuraremos esboçar uma tipologia na qual se destacam três grandes tipos de clientes: o sexualmente «indigente», o sexualmente expansivo e o emocionalmente implicado. Estes três grupos tipológicos deverão ser encarados, numa perspectiva weberiana, como formas conceptuais ideais que visam apenas conferir um certo ordenamento e inteligibilidade a uma realidade empírica reconhecidamente profusa e com-

(7) Sobre esta questão, veja-se ainda a análise feita por Plumridge et al. (1997) entre os clientes da prostituição na Nova Zelândia.

plexa. Assim, é preciso notar que os clientes que observámos não correspondem de forma simétrica e estática a um ou outro dos três perfis ideais-típicos teoricamente definidos. Trata-se, pelo contrário, de uma correspondência tendencial-gradativa, dinâmica e, de certo modo, conjuntural: (i) a convergência face a cada tipo-ideal é mais notória nalguns clientes que noutros; (ii) cada cliente, embora evidencie uma tendência que nos permite incluí-lo num determinado grupo, pode também manifestar características, mais ou menos notórias e recorrentes, que, conceptualmente, se encontram adscritas a outros tipos; (iii) as expectativas e os perfis comportamentais/interaccionais dos clientes, em virtude de circunstâncias e contingências várias, manifestam modulações conjunturais e, desse modo, um cliente pode, com o decorrer do tempo, aproximar-se mais de um ou de outro tipo.

#### 4.1. O sexualmente «indigente»

Este tipo-ideal corresponde àqueles clientes que, por razões físicas ou relacionais, sofrem de limitações e sentem dificuldades no processo de sedução do sexo oposto. Em termos muito gerais podemos incluí-los dentro do que Fernández-Fígares<sup>8</sup> designa como a «indigência sexual», na qual, segundo a mesma autora, se inserem «jóvenes tímidos o poco atractivos, hombres maduros solitarios y encerrados en sí mismos, divorciados o viudos añosos que no tienen suerte con las mujeres, algunos que se encuentran minusválidos, pero no exentos de impulso erótico [...]». O recurso aos serviços de uma prostituta afigura-se-lhes como uma das poucas possibilidades de satisfação das suas necessidades sexuais e, bem assim, de capitalização de «aventuras» para narrarem à comunidade de pares nos discursos de afirmação da masculinidade. Os mais novos, sobretudo estes, estabelecem uma espécie de «relação ensino-aprendizagem sexual» com as mulheres com quem *soberm*: «E vai-se aprendendo também com elas. É com elas que se aprende assim muita coisa. [...] Principalmente a conhecer várias posições do Kamasutra! É um treinhozinho antes do casamento!» (cliente, 22). Em suma, não se sentem muito à vontade, nem manifestam grande habilidade socioerótica para desenvolver uma relação mais estreita com as mulheres a quem solicitam a prestação de serviços sexuais. Por isso, a relação com elas tende a esgotar-se numa sexualidade eminentemente mecânica, direccionada para o alívio das tensões decorrentes da privação sexual, como de resto o denunciam algumas expressões por eles utilizadas para se referirem ao acto sexual: *mudar o óleo, despejar, malhar, descarregar, dar a trancada, desenferujar o material*.

#### 4.2. O sexualmente expansivo

Os clientes que se enquadraram neste tipo apresentam um conjunto de motivações que configuram uma constante procura de expansão dos horizontes da sua sexualidade, ou

(8) Em <http://personales.mundivia.es/trans/index.htm> (18/11/2004).

seja, a busca de práticas sexuais consideradas interditas com a esposa ou a namorada (por exemplo, sexo anal e oral) e «*experimentar mulheres diferentes todos os dias*»<sup>9</sup> (cliente, 19). As vivências sexuais no âmbito da prostituição são por eles representadas como mais completas e menos condicionadas por constrangimentos morais: «*À vontade estou sempre! Mas com elas, a gente... é tudo mais completo! Sexo completo! Com a namorada já é mais... é diferente...*» (cliente, 33). O pagamento da relação sexual parece assumir-se como o «passaporte» para a realização sem problemas das fantasias eróticas que não se realizam em casa, com a esposa ou com a companheira: «*Sei lá... todos nós temos paranoias sexuais que não assumimos nem com a nossa mulher, nem com a nossa namorada, mas somos capazes de assumir com uma prostituta. Ai, as nossas paranoias, os nossos sonhos, as nossas fantasias eróticas são postas no real. E não há perigo nenhum. Paga-se e não há perigo nenhum! E a pessoa realiza as suas fantasias eróticas e sexuais*» (cliente, 49). Esta realização funciona para muitos como um factor de compensação e equilíbrio na sua vida sexual: «*Tu se comes todos os dias frango, frango, frango, chegas a um ponto que o teu estômago já não quer aquele frango! Se calhar, antes queres uma pescada cozida. Tem que se ir variando, serão cansas-te daquele prato todos os dias! [...] Eu para foder uma mulher à moda antiga não vou às putas!*» (cliente, 40).

Alguns clientes autodefinem-se mesmo como predadores-coleccionadores sexuais, como viciados numa procura inexorável da novidade e de uma sexualidade possivelmente melhor. Variam constantemente de parceira e procuram, em boa medida por essa via, evitar qualquer tipo de envolvimento emocional. Reproduzem, deste modo, uma «cultura sexual» machista, avessa à manifestação de emoções e na qual se espera «[...] que os machos [...] tenham múltiplas parceiras sexuais, tanto antes como depois de casados» (Parker s/d). Esta exigência «cultural» é, por si só, indutora de uma certa promiscuidade sexual masculina, manifestamente sancionada pelo sistema de valores de género dominante:

«*Eu, quando repito duas, três, quatro vezes uma mulher, já é o máximo dos máximos, por melhor que seja! A minha sorte é que elas também vão embora. Vão e voltam. Estão sempre a chegar novas e elas têm três meses e acaba também... ainda bem que vão embora. Eu até digo: Que sorte! Embora gostasse outra vez de dar uma queca à mesma gaja, vou lá e dizem-me que já foi embora, eu até fico ativiado. Estou mais à vontade com outra. [...] Eu sou mais um predador sexual, um coleccionador!*» (cliente, 53).

O comportamento sexual que estes clientes manifestam é marcadamente hedonista. O seu anseio central está focalizado na superação dos constrangimentos à sua actividade sexual e na maximização do respectivo potencial de prazer, uma vez que essa é a via prioritária através da qual experimentam subjectivamente o sentimento de masculinidade, que posteriormente exteriorizam e apregoam na esfera da homosociabilidade. Este compor-

(9) O sentido desta afirmação aponta para uma constante variação de parceira sexual e para a oportunidade de acesso àquilo que Martilla (2003: 1) designa por «new and exotic products».



tamento hedonista pauta-se por expectativas de obtenção de um prazer que os faça sentir verdadeiramente homens – o sentimento de prazer como prova da *performance* sexual e experiência de *self-empowerment*.

#### 4.3. O emocionalmente implicado

Um grande número de clientes procura a prostituição não por motivos de natureza estritamente sexual, mas também por razões de ordem emocional. Deve, contudo, ressaltar-se que a fronteira que separa o sexual do emocional é extremamente tênue e sinuosa:

*«Eu nunca gosto só de sexo! Eu acho que é muito mais bonito não haver só sexo. A sexualidade, para mim, só é boa se houver erotismo prévio! Tem que haver um grande erotismo prévio, tem que haver uma grande atracção. Então, a sexualidade depois é melhor! E se houver algum afecto... porque acho que sexo por sexo é um bocadinho máisco! [...] Eu acho que, se as levarmos ao envolvimento emocional, o sexo também será melhor. Assim, com esse envolvimento e afectividade, o sexo até funciona melhor. A pessoa dá-se mais na relação! Eu não concordo com o doutor [outro cliente participante na entrevista de grupo]. Ele acha que é sexo por sexo, eu acho que não. Eu acho que, em muito casos, há até uma amizade...» (cliente, 49).*

O envolvimento emocional dos clientes decorre, essencialmente, da sua vulnerabilidade afectiva e retracção social: «Os indivíduos que vão comigo, tirando um ou outro, são *envergoados* e *carentes*. Sentem-se *traídos*» (cliente, 19). Manifestam, consequentemente, uma grande necessidade de sociabilidade e de desabafo: «Por vezes, eles nem *querem ter actividade sexual, eles querem é ter alguém, uma interlocutora, que os ouça!*» (cliente, 56). Reiterando o que as próprias mulheres nos disseram, e que acima deixámos mencionado, muitos foram os clientes que espontaneamente se referiram às prostitutas como psicólogas, terapeutas e pedagogas sexuais, de quem recebem conforto e conselhos sobre os seus problemas e angústias:

*«Por exemplo, com a V, quando tenho problemas, falo abertamente com ela. Esta e a E. são as com quem desabo mais. Quando lhes conto os meus problemas, procuram dar-me carinho e tudo! Para mim são pessoas espectaculares, melhores que as pessoas de fora! Para uma pessoa falar abertamente... [...] Sinto-me bem... sinto-me bem, em alegria! Vejo que elas são minhas amigas e pronto... fazemos cenário, fado uns com os outros. Às vezes, metem-me no meio, outras vezes levantam-me ao ar, pronto... Gosto dessas comédias!» (cliente, 23).*

O evidente comprometimento emocional destes clientes leva-nos a questionar o facto de a prostituição ser, frequentemente, apontada (Kinnel e Griffiths, 1989; O'Connell-Davidson, 1995; McKegney e Barnard, 1996) como um contexto caracterizado por um processo masculino de fragmentação do binómio sexo-emoção (Barker e Lowenstein, 1996), com base no

qual os clientes, supostamente, expressariam a sua sexualidade à margem de qualquer manifestação de sentimentos e afectos (reservados para as esposas e namoradas), orientando-a apenas e só para o reforço da sua virilidade. Conseguiriam, assim, através de um breve e não complicado encontro sexual (Gemme *et al.*, 1984), ficar a salvo daquilo que realmente os poderia fragilizar e vulnerabilizar, a emoção, e com grande disponibilidade e segurança para afirmarem o seu poder e exorcizarem o medo da rejeição (Seidler, 1992). Teríamos, então, um quadro paradigmático de capitalização de masculinidade e de objectificação da mulher. Contudo, a realidade empírica à qual se circunscreve mais directamente a nossa análise mostra-nos a prostituição como um universo mais matizado, no qual os homens não são simplesmente comandados por uma (ir)racionalidade sexual tirânica, e não estão a salvo da erupção das emoções, tidas como feminilizantes e como o grande «calcinhar de Aquiles» do género masculino. Por vezes, as emoções e os afectos chegam mesmo a sobrepor-se e a inibir a disponibilidade sexual (alegadamente constante e irreprimível), apontada como o grande suporte de construção da masculinidade. Nestas circunstâncias, a relação sexual não é tanto um fim em si – o sexo pelo prazer do sexo –, uma forma de alívio sexual ou uma manifestação de um impulso de predação sexual, como acontece nos dois tipos anteriormente debatidos, mas um meio de expressão e equilíbrio emocional. Da parte do cliente, a importância que confere ao beijar na boca a companheira – «[...] é muito mais íntimo e torna tudo muito mais interessante um beijo na boca» (cliente, 22) – e o facto de, frequentemente, utilizar a expressão *fazer amor* para se referir à relação sexual ou à *subida* são dois indícios pertinentes da sua procura de proximidade afectiva:

*«Eu já tive várias que, antes de serem minhas amigas, me diziam: "Vamos para cima, vamos foder". E eu dizia-lhes: "Oh pá, eu não sei o que é isso, foder". E elas: "Então não sabes o que é foder". E eu digo: "Eu não, eu sei o que é ter uma relação entre um homem e uma mulher e isso é fazer amor..." [...] Porque eu chego lá e digo: "Eu gostava de ter uma relação contigo. Sabes o que é fazer amor, um casal?", e ela: "Oh pá, tu aqui é subir para cima, pagas, é só foder e mais nada". E eu digo: "Olha para mim isso não serve, agora se queres fazer amor...". Porque eu gosto de fazer amor com uma mulher, mas a maior parte diz que estão ali é para ganhar dinheiro, não é para fazer amor..."» (cliente, 45).*

A grande importância que estes clientes atribuem aos afectos, relegando até para segundo plano dimensões da relação mais estritamente sexuais, constitui uma discordância significativa face ao modelo da masculinidade hegemónica, no qual se espera que qualquer indivíduo do sexo masculino tenha um controlo férreo sobre os seus afectos e emoções – por exemplo, «homem que é homem nunca chora» – e não deixe que eles interfiram na disponibilidade, que deverá ser total, para expressar a sua (heteros)sexualidade.

É entre estes tipo de clientes a que temos vindo a fazer referência que se inscreve a maior parte dos namorados ou *novios* que quase todas as mulheres por nós abordadas declararam ter ou já ter tido. Com efeito, apurámos ser muito comum entre as mulheres que trabalham nos clubes o estabelecimento de relacionamentos mais próximos e consis-

tentes com um ou outro cliente, em regra mais fidelizado, que acaba por se envolver emocionalmente com elas, daí resultando uma relação que leva a que ambas as partes se definam como sendo namorados ou *novios*. Todavia, na maior parte dos casos, há uma clara assimetria no sentido dado a essa relação e nos objectivos que as mulheres e os *namorados* nela projectam. De um modo geral, no que diz respeito aos clientes-namorados, trata-se de uma relação que funciona como uma espécie de âncora emocional e uma forma de equilíbrio da sua identidade masculina. Winick (1962) chega mesmo a destacar que, para muitos clientes, os significados emocionais são mais importantes do que a concretização do desejo sexual, constituindo mesmo uma dimensão central na percepção que têm de si próprios:

«Eles [os clientes] *ali sentem-se enamorados por elas. Elas [as prostitutas] são actrizes óptimas. Eles julgam que também gostam delas, andam ali tentados. E até trabalham bem no dia-a-dia, porque têm à noite, quando quiserem, uma mulher bonita, mais nova, que lhes dá atenção, que diz que o ama. Isto é bestial para o equilíbrio psicológico do indivíduo, que no dia-a-dia, cá fora, ninguém olha para ele, pelo seu aspecto físico, pelo seu baixo índice cultural!* [...] *Elas desempenham um grande papel. E tornam até esses indivíduos mais felizes com afectos mais controlados e sentem-se quase uns machos latinos, o que é importante. Para o ego das pessoas é muito importante!*» (cliente, 49).

Da parte das mulheres prostitutas que entrevistámos, apenas uma pequena minoria parece ter, realmente, uma atitude genuína e desinteressada nos *namoros* que vai mantendo com clientes, podendo até acontecer que uma ou outra, como tivemos conhecimento, deixe a prostituição e chegue a casar-se com algum deles. Todavia, a maior parte delas, nalguns casos até mesmo com vários namorados em simultâneo, limita-se a alinhar o interesse do cliente-namorado e a instrumentalizar estrategicamente esse tipo de relação em seu favor. Alguns proprietários de clubes testemunham claramente esta situação, quando afirmam: «*Elas só querem uma coisa delas: dinheiro! Não vão por amor! [...] Alguns apaixonam-se pelas mulheres. Depois nem me saem daqui! Já casei 2 mulheres com 2 clientes. Agora estão na Suíça*» (proprietária de clube, 56). Também alguns clientes parece estarem mais ou menos conscientes das manipulações afectivas levadas a cabo pelas trabalhadoras sexuais: «*Ele [cliente] anda iludido. Elas são muito inteligentes. Conseguem quase convencer as pessoas que estão apaixonadas, quando, efectivamente, não estão. São grandes profissionais!*» (cliente, 49).

O facto de uma mulher prostituta assumir uma relação de *namoro* com um cliente não implica, numa boa parte dos casos, a anulação do carácter mercantil mais estrito da relação sexual entre ambos. Muitos *namorados* continuam a *subir* com as suas pretensas *namoradas* e a ter de pagar os serviços sexuais que elas lhes prestam, não deixando, portanto, de ser seus clientes. Por vezes, têm até de pagar os encontros que ocorrem fora do clube.

Uma dominicana de 48 anos que inquirimos no Comité Anti-Sida de Zamora disse-nos que dorme quase todos os sábados em casa do noivo, mas que ele tem de lhe pagar 150 euros. A relação que existe entre ambos não assenta numa expressão gratuita da sexuali-

dade, como acontece na generalidade das comuns relações de namoro. Trata-se, pois, de uma relação da qual não é evacuada a vertente contratual que sustenta a mercantilização do sexo na prostituição (Zamora, 18/09/2002).

A relação que mantêm com os *namorados* e *novios* é vista pela maioria das mulheres como uma espécie de respaldo de onde retiram apoio psicológico, segurança, equilíbrio emocional e auto-estima. Os *namorados* são, muitas vezes, uma figura que as mulheres invocam para sua própria protecção. No passado, a protecção era, justamente, o principal argumento que o tradicional *namorado* das prostitutas – o *chulo* ou *proxeneta* – utilizava para viver à custa dos proventos da(s) sua(s) «protegida(s)». Agora, sobretudo no que diz respeito às mulheres sul-americanas, a situação é claramente distinta, como, de resto, já deixámos referido em capítulo anterior<sup>10</sup>. Mas o que as mulheres sublinham ser o benefício mais importante que retiram da relação com o(s) namorado(s) e «novios» são as competências materiais de vários tipos que estes lhes proporcionam. A relevância que a vertente material tende a assumir neste tipo de relacionamento decorre da conjugação de vários factores. Em primeiro lugar, porque a realização de proventos materiais é o principal objectivo da maioria das mulheres que se prostituem, e, por conseguinte, elas andarão atentas a todas as possibilidades que se lhes apresentem para tal, ainda que, para tanto, tenham de fingir que correspondem aos sentimentos e paixões que desencadeiam junto de algum homem. Em segundo, porque a maior parte dos homens que as procuram, mesmo enamorados por elas, não resiste à perspectiva do pesado sancionamento social de um envolvimento mais sério e publicamente assumido com uma prostituta, e, portanto, poucos são os que ousam evoluir para marido ou companheiro, o que os obriga à realização de investimentos compensatórios de substituição para sustentar a relação. E, finalmente, porque pela sua condição de homens casados, as participações materiais são a via através da qual a maior parte dos namorados pode, no imediato e de forma mais convincente, demonstrar os seus sentimentos pela prostituta-namorada e o seu empenho na relação que com ela mantém.

Na pizzaria conversámos sobre os seus projectos futuros. A R. está contente mas não entusiasmada. Vai para Lisboa dirigir um pequeno negócio de restauração, uma «cafeteria», montado pelo seu cliente-apaixonado. Diz que não gosta dele, o que a motiva é a obtenção do máximo possível de dinheiro para, em Dezembro, partir definitivamente para o Equador. Para ela, as filhas são tudo. Como o ex-marido, médico, não as liberta, não tem alternativa: tem de voltar ao Equador.

Falei ao telefone com o J. A. – o cliente-apaixonado da R. Com cerca de 55 anos, estudos superiores, é director de uma empresa, casado e pai de uma filha. Está loucamente apaixonado pela R. Confessou abertamente o enorme amor e paixão que sente por ela. Acha-a uma mulher excepcional, quer tirá-la da prostituição, ajudá-la a virar e a esquecer uma página infeliz da sua vida. Pelo que pudemos observar e ouvir, está completamente obcecado pela R.

Telefona várias vezes ao dia, controla os seus passos, quer saber o que ela faz a cada instante do dia. A R. é uma mulher impulsiva e muito determinada. Para quem deixou uma relação que lhe proporcionava uma boa situação social, não será um «cliente-apaixonado» que a vai trair. Por outro lado, é provável que ele mantenha um firme controlo sobre o negócio e, por via disso, detenha o poder suficiente para reagir a qualquer deslize da parte dela. Enfim, estamos aqui perante mais um caso em que a relação de poder dá mostras de querer inverter-se, isto é, a prostituta, que o senso comum acredita e quer fazer crer que é a dominada, vira a dominadora. Como sempre, não existem indivíduos totalmente despossuídos de recursos. Neste caso, parece sobressair o poder que lhe advém dos recursos de sedução e de actividade sexual, exaustivamente treinados, que deixam os homens desarmados. Como diz a A., o sexo é uma arma poderosa para «prender» um homem (Verin, Maio de 2002).

## 5. MASCULINIDADE E SEXUALIDADE DE RISCO

Independentemente da complexidade e especificidades que caracterizam os diferentes perfis da procura prostitucional, há, todavia, um denominador relativamente recorrente, que é a predisposição mais ou menos consciente, deliberada e efectiva para comportamentos sexuais de risco. Trata-se de uma predisposição que, dependendo dos diferentes tipos-ideais de clientes, decorre sobretudo (i) da reprodução dos valores da masculinidade hegemónica, associada a um hedonismo exacerbado, em que tudo parece submeter-se ao princípio do prazer, e (ii) da ligação afectiva que por vezes os clientes estabelecem com as trabalhadoras sexuais.

### 5.1. Masculinidade hegemónica e comportamentos sexuais de risco

Os clientes do tipo que designámos como sexualmente «indigente» e sexualmente expansivo manifestam expectativas e comportamentos que, com diferentes *nuances*, se enquadram na matriz valorativa e normativa que enforma o modelo da masculinidade hegemónica. É sob o efeito deste modelo, ou seja, do modelo dominante daquilo que é ser homem, que os dois tipos de clientes a que atrás nos referimos têm tendência a expressar uma visão pornocêntrica e hedonista da sexualidade e a relegar para segundo plano, ou até mesmo negligenciar por completo, as precauções básicas em termos de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis: «O nosso problema é que só pensamos com a cabeça de baixo [pénis]. O que interessa é meter para o buraco... mais nada! O homem é... sexo, só sexo!» (cliente, 23). É em prol da maximização do prazer sexual e de tudo o que isso significa na afirmação de uma identidade de género masculina socialmente valorizada que, com alguma frequência, solicitam a não utilização do preservativo, baseados no pressuposto de que ele reduz a sensibilidade e prejudica a erecção. A busca do prazer sobrepõe-se, assim, a qualquer receio face às DST. No caso específico dos clientes sexualmente «indigentes» ou imaturos, o seu pouco à-vontade com as questões da sexualidade é mais

um obstáculo que inviabiliza uma efectiva percepção e consciencialização dos potenciais riscos epidemiológicos no contexto da prostituição.

A sobreposição do prazer mais imediato face à prevenção, que as atitudes e comportamentos da generalidade destes clientes deixam perceber, deve também ser interpretada tendo em conta o esforço que fazem para agir em consonância com o que é feito e/ou com o que é dito por alguns dos seus pares, cujo sentido dos respectivos discursos identifica a satisfação sexual reificada e a sujeição ao risco como provas inequívocas de masculinidade. O risco é, com efeito, um elemento ideológico estruturante do modelo da masculinidade hegemónica (Schutter s/d: 4). A sua assunção é fomentada e valorizada. Em sentido contrário, todo aquele indivíduo que faça uma opção clara pela sua prevenção, ainda que objectivamente racional, é considerado fraco, mole, medícras e efeminado. À luz deste elemento ideológico, a não utilização do preservativo é vista, de certo modo, como uma forma de superação dos limites e do medo e, por outro lado, a frequência e a repetição de *subidas* e a constante variação de parceira sexual são referenciadas como indicadores centrais não só de potência sexual, como também de promiscuidade *barbara* (valente) e de arrojo viril. Para Faugier, Hayes e Butterworth (1992), a exposição aos riscos (higiénico-sanitários, risco de se ser descoberto, entre outros) a que se sujeitavam muitos dos clientes que estudaram consistiu um elemento determinante na procura do sexo mercantil. Tal ficar-se-á a dever, no entender de O'Connell-Davidson (1998: 155), à excitação e erotização proporcionadas pela sensação de domínio e poder (atributos virilizantes) decorrentes dessa exposição<sup>11</sup>:

«[...] o comportamento dos homens ocidentais que têm sido expostos a intensas campanhas de saúde pública acerca do SIDA e ainda assim continuam a oferecer remunerações extra às prostitutas para fazerem sexo desprotegido precisa, na minha opinião, de ser entendido, pelo menos em parte, por referência à erotização do risco. Para estes homens claramente não basta a auto-representação de jogos de risco de «faz-de-conta» com perigos *fantasiados*. Para experimentar excitação e o subsequente sentimento de triunfo e domínio, eles precisam confrontar-se com os perigos do mundo real [...]».

Quando confrontados com os seus comportamentos e as consequentes atitudes de negligência no que concerne à prevenção das DST, os clientes que assim procedem acreditam

(11) O gosto pelo risco e a transgressão das normas estão também presentes em muitas outras actividades humanas, em regra inscritas no campo do lazer. Cada vez mais massificados, o alpinismo, o mergulho, o voo livre sem motor, a vela solitária em alto mar, a escalada na montanha, a bicicleta todo-o-terreno, o esquí e o *snouboard* fora de pista, o *rafting* em rios ainda não poluídos por barragens e os desportos motorizados, entre muitos outros, dão expressão concreta ao gosto e, talvez melhor dito, à paixão de homens e mulheres, adolescentes, e não raro idosos, pelo risco. Sobejamente conhecidos por desportos radicais, normalmente praticados em condições «controladas», fazem parte de uma cultura do risco que em alguns espaços, como a estrada, torna manifesta a sua dimensão transgressora (Ferreira, 2003; F. B. Ribeiro, 2003; Laranjeira, 2004; Santos, 2004). Esta procura deliberada do risco deve ser entendida como uma forma de escape (Rojek, 1995), quer dizer, como uma experiência de excitação que liberta o indivíduo, ainda que transitoriamente, dos mecanismos de controlo social e de autodomínio, segundo o sentido dado por Elias (1992: 101).



mesmo que não correm qualquer tipo de risco, invocando para tal argumentos sobre os supostos cuidados higiénicos das suas parceiras sexuais e sobre a alegada vigilância médica periódica a que elas se sujeitam: «[...] é que as prostitutas... tu vais ter relações com elas e saem dali perfumadinhas e tudo mais... e prepararam-se bem...» (cliente, 45). Chegam, por vezes, a considerá-las mais limpas que a generalidade das mulheres: «São mais sujas as de fora que as de dentro [...] Porque não têm vistoria médica, não têm higiene, depois cheiram mal, têm isto, têm aquilo. Aquelas não! [...] São limpas, têm tudo, pronto, todas as regalias!» (cliente, 23). Num ou noutro caso, o argumento invocado circunscreve-se apenas ao facto de uma terceira pessoa ter dito que determinada mulher é de confiança, que não está estragada ou que é muito limpa:

«Bem, é assim... com certas raparigas que eu sei que posso foder sem preservativo, isso fodo, porque o dono da casa diz mesmo: "Tu, com esta rapariga podes estar confiado, que esta rapariga está cinco estrelas!!". E eu, sem preservativo, sem problemas nenhuns. E elas, aceitam?»

Já eu tenho de ter muita confiança com elas!!

Não aceitam facilmente??

Só ainda aceitou até agora..., só duas putas é que aceitaram.

E tu costumavas pedir para fazer sem preservativo?

As vezes, costumava dizer: "Para que é que pões essa coisinha, não ponhas essa coisinha!!". E elas: "Não, não, eu sem preservativo não fodo!"» (Extracto de entrevista com um cliente, 21).

Atendendo à parte final deste excerto, facilmente se constata que a tendência manifestada por muitos clientes para uma sexualidade de risco não se chega a materializar devido à acção profiláctica das mulheres que exercem a prostituição, profundamente conscientes dos riscos higiénico-sanitários a que estão expostas. Os clientes que designámos por sexualmente «indigentes», dada a sua imaturidade e retracção homossexual, são particularmente manipuláveis pelas mulheres, acabando, quase sempre, por ceder às orientações destas em relação a medidas de prevenção de DST. Tendo em conta esta situação e aquilo que já anteriormente referimos a propósito da relação entre imaturidade sexual e prevenção das DST, torna-se, então, pertinente relevar o paradoxo subjacente a essa mesma relação. Assim, podemos dizer que a indigência ou a imaturidade e retracção homossexual dos clientes tendem a inibir a percepção dos perigos higiénico-sanitários que determinadas práticas sexuais envolvem, o que, potencialmente, configura uma sexualidade de risco; mas, por outro lado, facilita a acção de educação e profilaxia sexual que a generalidade das trabalhadoras sexuais, pensando acima de tudo na sua própria saúde, desenvolve junto dos clientes.

Em relação aos clientes sexualmente expansivos, a sua procura de expansão sexual, de que poderão decorrer comportamentos sexuais de risco, é refreada por uma postura de «economia sexual» (Parent, 2001) evidenciada pela generalidade das suas parceiras. Com efeito, os resultados do nosso estudo mostram que a esmagadora maioria das mulheres é perfeitamente consciente da permanente ameaça das DST e opta, como tal, por circunscrever a pres-

tação do serviço sexual a práticas sexuais mais «tradicionais» e que envolvam um menor potencial de risco. Nesse sentido, recusam liminarmente ter relações sexuais que impliquem penetração sem preservativo, mesmo que, como frequentemente acontece, o cliente insista e chegue a oferecer três ou quatro vezes mais dinheiro do que aquele que está estipulado para cada serviço: «O cliente pode pagar o dinheiro do mundo que eu não vou sem preservativo!!» (b20). A solicitação para a não utilização do preservativo, como alguns clientes reconhecem, tende mesmo a suscitar um sentimento de irritabilidade em muitas das mulheres: «Tive uma Brasileira que... uma vez chateou-se comigo, porque insisti com ela para me deixar fazer sem camisa [preservativo], mas não deixou. Ainda lhe disse: "Dou-te mais um conto de réis ou dois", mas mesmo assim ela não quis!» (cliente, 73). Por vezes, quando lhes oferecem mais dinheiro ficam mais desconfiadas, «com a pulga atrás da orelha» (b31), acerca do estado de saúde dos clientes em causa. Além desta intransigência no que concerne à utilização do preservativo, revelam ainda particular atenção ao comportamento dos seus parceiros durante o acto sexual: «A maior parte dos clientes não quer usar preservativo. Alguns deles durante a relação tenta mesmo tirar a camisinha. A gente tem de ficar esperta» (b29). Com efeito, a generalidade das mulheres, muito especialmente as brasileiras que trabalham em clubes, revela uma consciência muito clara dos riscos sanitários a que o sexo comercial expõe os que nele são directamente implicados, as mulheres e os clientes, uma consciência que materializa na exigência de uso de preservativos, na intransigência negocial quanto a sexo desprotegido, na vigilância sobre os comportamentos dos clientes e em esforços de persuasão e endoutrinamento junto deles:

«Tem muito, tem muito, é o que eles mais podem [sexo sem preservativo]... Como eu os convenço [a usarem preservativo]? Eu sempre pergunto ao cliente se ele é casado se é solteiro. Bom se ele é casado eu digo para ele o seguinte: "Se você fizer sem preservativo, você não ama a sua esposa, está arriscando levar para ela um doença feia. Você não me conhece, eu não te conheço. Portanto, se eu estiver doente eu não vou-te dizer..."» (b28).

É evidente que esta postura de firmeza perante as investidas irresponsáveis dos clientes tem uma inspiração eminentemente egoísta, como todas reconheceram. Trata-se, acima de tudo, de se protegerem a si próprias, de preservarem o mais possível a sua saúde e de não hipotecarem o seu futuro e o daqueles que delas dependem a tentações imediatistas de ganhos aumentados: «[...] a minha vida, a minha saúde. Tenho três filhos e uma mãe velhinha para tratar. A minha saúde vem em primeiro lugar!» (b48). O facto de a generalidade das mulheres prostitutas recusar tão veementemente a prestação de serviços sexuais que envolvam risco de transmissão de DST torna-se na realidade relevante e «extraordinário», se tivermos em linha de conta aquilo que é destacado por Parker (s/d):

Dentro do sistema do machismo, as mulheres exercem pouco ou nenhum direito no que diz respeito à expressão sexual masculina, ao passo que os homens exercem poder quase absoluto no controlo do comportamento sexual das mulheres. [...] Portanto, as possibilidades de negociar o uso da camisinha, comportamento sexual mais seguro e práticas semelhantes ficam profundamente limitadas pela própria estrutura dos valores e

papéis sexuais. O simples facto de a mulher sugerir o uso da camisinha bem poderia questionar a sua fidelidade sexual [...].

No contexto específico da prostituição, há uma certa atenuação e até mesmo inversão dos valores deste «machismo sexual». A ser pertinente falar-se em controlo sexual, deverá relevar-se o controlo que as mulheres prostitutas exercem sobre a expressão sexual masculina. Trata-se de um controlo que visa, acima de tudo, e como repetidamente temos frisado, a prevenção dos potenciais perigos epidemiológicos inerentes à sua actividade, uma boa parte deles decorrente da predisposição para uma sexualidade de risco que muitos dos seus clientes manifestam.

## 5.2. Proximidade afectiva e inibição da prevenção

Entre os clientes que se envolvem afectivamente com as trabalhadoras sexuais, a proximidade das emoções, socialmente identificadas como atributos femininos, sobre o hedonismo sexual reificado, tido como elemento central daquilo que é ser homem, assinala uma construção da identidade de género que, como já destacámos, destoa do modelo da masculinidade hegemónica. Embora discordante neste aspecto, a relação com este tipo de clientes comporta também dimensões de risco de transmissão de DST. De facto, o envolvimento emocional do cliente e a consequente maior fidelização à mulher objecto desse envolvimento se, por um lado, lhe pode garantir uma protecção maior por, nestas circunstâncias, a sua variabilidade de parceira sexual ser menor, por outro pode levar ao abrandamento e ao relaxamento da prevenção, inclusive por parte da própria mulher. O «conhecimento» e a proximidade afectiva constituem, assim, factores potenciadores de comportamentos sexuais de risco: «*Lá fiz uma vez [sem preservativo] e... Mas já a conhecia há bastante tempo, ela já me conhecia há bastante tempo e, ainda assim, fiquei a pensar duas vezes, depois do que tinha feito. E disse: "Nunca mais". [...] Já nos conhecíamos há bastante tempo e surgiu assim naturalmente*» (cliente, 22).

O envolvimento emocional, sobretudo quando levado a um grau de maior intensidade, mormente quando evolui para relações de *namoro*, induz o cliente a ver a mulher como alguém muito especial; alguém que não representa uma ameaça, já que, supostamente, a conhece bem e *sente, sabe* e tem a *certeza* que ela não está doente, e que se o estivesse não seria capaz de lho ocultar. Nesta crença, facilmente chega a considerar desnecessário um comportamento sexual seguro, nomeadamente através da utilização do preservativo. Além do mais, o preservativo é, simbolicamente, apreendido como um obstáculo à intimidade que procura construir com a *namorada* e algo que associa não a uma relação de *namoro*, de comprometimento emocional, mas sim a uma relação puramente comercial. Deste modo, mesmo aqueles clientes que têm por hábito a utilização daquele método profilático no contexto da prostituição acabam quase sempre por não o utilizar nas relações sexuais que mantêm com aquelas mulheres que conseguem *engatar e sacar cá para fora*.

«Em relação ao preservativo, usas sempre?

Sempre!

Mesmo cá fora?

Cá fora é diferente!

Não utilizas?

Não.

Mas sabes que também corres riscos?

Não corro, porque elas usam sempre! Os clientes é que pedem para não usar, mas elas não dão hipótese! Cá fora, é a confiança, não é? É a confiança, não é o trabalho! Até porque elas fazem análises periodicamente» (Extracto de entrevista a um cliente, 34).

Contudo, mesmo nas relações sexuais de carácter não estritamente comercial, fora do âmbito profissional, temos de ter em conta o papel, quase sempre de extraordinária ponderância, das trabalhadoras sexuais na definição das condições de expressão da sua própria sexualidade. Se da parte delas a relação de namoro for de facto vivida e assumida como tal, isto é, se a mulher se chega mesmo a apaixonar pelo cliente-namorado, a sua anuência à não utilização do preservativo será bastante provável, praticamente pelos mesmos motivos que explicam a não utilização por parte dos respectivos namorados. De igual modo, também será bastante provável a aceitação de determinadas práticas erótico-sexuais que, por norma, recusam realizar enquanto profissionais, por as considerarem demasiado *íntimas*: «[Sexo oral e anal] é fora dos meus princípios. Eu sempre pus na minha cabeça que isso é feito só por amor!» (b39). Os próprios clientes confirmam o facto de as mulheres prostitutas recusarem determinadas práticas sexuais. Sobre o beijo da boca um afirmou que

«essa tal L., por exemplo, que eu tenha conhecimento, só a mim é que me dava. E só me começou a dar passado muito tempo, mas não dava com língua, porque ela... porque era uma coisa muito mais íntima. [...] O beijarem, para elas, é passarem do sexo à intimidade!» (cliente, 22),

enquanto que sobre o sexo anal um outro cliente declarou que

«eu gosto mais do sexo anal. Mas, normalmente, elas não aceitam. Normalmente, o sexo anal, para elas, é para o 'novio'! Elas preservam alguma coisa, não é!?» (cliente, 34).

A própria função simbólica do preservativo e da recusa de prestação de alguns serviços sexuais mais *íntimos*, enquanto formas de demarcação das esferas profissional, onde, regra geral, o preservativo é utilizado e aqueles serviços são recusados, e privada, onde, regra geral, o preservativo não é utilizado, deixa, em algumas situações de «enamoramamento» das mulheres, de ter qualquer relevância. Se o *namoro*, como muitas vezes acontece, for vivido e percebido como uma estratégia, uma mera encenação para obter determinados benefícios (dinheiro, pagamento da renda de casa, ajuda na resolução de assuntos burocráticos, entre outros), as pseudonamoradas dificilmente aceitarão as pretensões dos seus (e)namorados, não abrindo mão do uso de elementos de protecção.

## Conclusões e recomendações

Este capítulo contempla duas partes distintas. Na primeira procurar-se-á sintetizar algumas das grandes regularidades e tendências que se nos afiguram detectáveis com base nos elementos empíricos recolhidos. Na segunda parte reflectiremos acerca dos principais resultados apurados, quer em termos de medidas e propostas de cariz prático orientadas para responder a algumas das questões e problemáticas identificadas como mais prementes, nomeadamente as que se prendem com as condições de vida e de trabalho das mulheres, quer em termos de linhas e pistas de pesquisa a desenvolver e a aprofundar no futuro.

### 1. PROSTITUIÇÃO FEMININA EM ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS DO NORTE DE PORTUGAL: REGULARIDADES E TENDÊNCIAS

A nossa abordagem centrar-se-á nos seguintes planos: (i) A prostituição feminina na área geográfica seleccionada; (ii) as mulheres que se prostituem, suas condições de vida e circunstâncias em que desenvolvem a sua actividade; (iii) os clientes. Sobre estes planos há um aspecto importante a destacar: a convergência de uma grande parte dos resultados apurados pelo nosso estudo com os de outros similares realizados em diferentes países, sobretudo europeus e muito particularmente em Espanha.

#### (i) *A prostituição feminina na área geográfica seleccionada*

Da apreciação geral do fenómeno da prostituição feminina nos espaços territoriais observados sobressaem, entre outros, os seguintes aspectos:

##### (a) *O predomínio da prostituição abrigada em clubes*

À data de realização do nosso trabalho de campo, a prostituição dita abrigada, mais exactamente a que decorre em espaços fechados, formalmente licenciados como cafés,



bares, discotecas, casas de diversão nocturna ou *pubs*, no caso português, e de *hostales* (hospedarias) e *pub-bars*, no caso espanhol, comumente designados por clubes, constitui a modalidade largamente dominante nas áreas geográficas que investigámos. A prostituição de rua ou de estrada apenas apresenta expressão significativa na região transfronteiriça Minho-Galiza, mais em concreto no contexto dos maiores centros urbanos aí implantados, sendo meramente pontual e residual nos espaços da Beira Interior e de Trás-os-Montes e seus confinantes do lado espanhol.

#### (b) A prostituição de clubes como fenómeno mais recente e em expansão

À excepção de algumas zonas do lado espanhol, mais em concreto de algumas cidades tais como Zamora e Tui, a prostituição feminina com carácter e contornos de um sector de actividade mais ou menos organizado é marcadamente um fenómeno mais recente nos territórios de incidência desta pesquisa. Nestes, os clubes de prostituição eram, há apenas uma década atrás, pouco numerosos e/ou praticamente inexistentes, e de todo ausentes e desconhecidos nos contextos mais marcada e remotamente rurais onde, nos últimos anos, se têm vindo também a implantar.

Embora a generalidade dos espaços geográficos incluídos neste estudo não tenha, historicamente, feito parte do que tem sido a geografia tradicional da prostituição organizada nos respectivos países, nos últimos anos estes territórios transfronteiriços têm vindo a registar um reconhecido incremento dos sectores com ela relacionados. Dá conta deste incremento, desde logo, a contabilidade respeitante à evolução do número de estabelecimentos com iniludíveis ligações ao comércio do sexo aqui sediados e que levou, há poucos anos, um jornalista português a apelidar o conjunto transfronteiriço em análise como «*A Raia dos Clubs*» (Garcias, 2001: 24). Igualmente elucidativa sobre este incremento é a frequência com que, nos últimos tempos, os meios de comunicação, em particular a imprensa, vêm fazendo eco das intervenções policiais junto destes estabelecimentos, as quais demonstram e confirmam a sua ligação à prostituição feminina. Sobre esta tendência colhem-se ainda eloquentes indícios na crescente detecção de mulheres estrangeiras nestas áreas, feita pelos aparelhos burocrático-administrativos, pelo aparelho policial e judicial em primeiro lugar, mas também pelo SEF e pelo IDICT. A presença destas mulheres, não podendo, de modo algum, ser linear e, muito menos, exclusivamente atribuível ou relacionável com a prostituição, pode, com plausibilidade, tomar-se como pista indicativa. Partindo destes dados e indícios, são muitos, incluindo mesmo alguns empresários do sector, os que afirmam que nestes territórios transfronteiriços do interior o negócio da prostituição prospera e revela dinâmicas de crescimento difíceis ou mesmo impossíveis de replicar nos sectores convencionais das economias locais e regionais. É óbvio que esta expansão da oferta pressupõe e decorre da existência de uma procura que virá evoluindo também no mesmo sentido. As tendências de comportamento da procura, como de resto tudo o que a ela se reporte, são, porém, muito difíceis de documentar, porque sendo embora, em nosso entender, o segmento *pivot* ou o núcleo central de toda a actividade prostitucional, ainda assim ela é a parte mais invisível, mais protegida e menos exposta.

#### (c) Um sector marcado pela volatilidade e pela tendência para a concentração

O carácter acentuadamente volátil desta modalidade de prostituição apreende-se, entre outros, pelos seguintes aspectos: (i) Elevada rotatividade de início e suspensão de actividade deste tipo de estabelecimentos, isto é, no ritmo acelerado com que estas casas abrem, fecham e reabrem; (ii) frequência com que a titularidade da propriedade das mesmas muda de mãos; (iii) rotação temporal relativamente apertada da permanência das mulheres que nelas exercem a prostituição.

Parte da explicação para esta volatilidade geral do sector pode imputar-se ao carácter criminal de aspectos associados ou associáveis à actividade de prostituição aqui levada a cabo, como sejam, por exemplo, o tráfico de pessoas, o lenocínio e outros. A volatilidade observada ao nível dos comportamentos dos empresários de clubes é também fortemente tributária da percepção e avaliação de melhores e/ou novas oportunidades de negócio, em função de diversas variáveis: procura real e potencial, legislação em vigor, actuação das forças policiais e das entidades administrativas, opinião pública e meios de comunicação, entre outros.

No que às mulheres diz respeito, a sua acentuada mobilidade, a sua mudança constante de local de trabalho, a sua itinerância, não só entre localidades e estabelecimentos dentro de um mesmo país, mas também e quase sempre de um país para outro, corporizam igualmente estratégias que visam camuflar e gerir a situação de imigrantes ilegais em que muitas delas se encontram, ou seja, constituem um meio para iludir e despistar a vigilância das autoridades. Mas são também e sobretudo parte integrante das estratégias de gestão adoptadas pelos empresários, tendo em vista não só atender aos interesses da procura – gostos e motivações dos clientes –, mas também responder às suas exigências de caras novas e diferentes, o que obriga à renovação periódica da oferta. Assim, a fim de evitar a rotina, manter permanentemente despertos os anseios dos clientes por caras novas (o que irá potenciar uma maior procura) e inviabilizar a sedimentação da relação cliente-prostituta, no geral, como pouco benéfica para o negócio, os empresários do sector promovem uma constante rotatividade das mulheres, inserida, ela própria, a uma escala mais ampla, num complexo e difuso intercâmbio mundializado das mesmas. Apesar da configuração dominante do sector nesta área apontar ainda maioritariamente para a pequena dimensão física e económica dos negócios que lhe dão corpo e para a atomização da titularidade e propriedade individuais dos mesmos, são já perceptíveis tentativas e tendências no sentido da concentração e do consequente aumento de escala de operação, envolvendo sobretudo aquisições pelo mesmo empresário de vários clubes de ambos os lados da fronteira. Estas tendências de concentração encontram-se já em avançado estado de realização noutras regiões, sobretudo de Espanha.

#### (d) Um sector com grande flexibilidade

O sector revela uma forte flexibilidade na adaptação a mutações contextuais significativas e na exploração de oportunidades. Ilustram esta flexibilidade a proliferação, a partir de meados de 2002, da chamada prostituição de apartamentos na zona de Trás-os-Montes e do Minho, em resposta, por um lado, à absoluta inexistência deste tipo de oferta na zona e, por outro, ao

encerramento, a partir de 2003, de um bom número de clubes, na sequência das acções policiais e judiciais despoletadas pelo chamado MMB. Ainda a propósito da plasticidade do sector, temos notícias, conquanto ainda não confirmadas empiricamente, que indiciam o recrutamento da prostituição de rua e de estrada nas zonas do Minho e mesmo o seu recente aparecimento nalguns centros urbanos da zona transmontana, como Bragança, Mirandela e outros, na sequência também das acções de encerramento dos clubes acima mencionadas.

O argumento da flexibilidade do sector colhe também evidência na estratégia de (re)implantação territorial dos estabelecimentos em função das diferenças jurídicas e de controlo policial existentes em Portugal e Espanha. A legislação portuguesa, embora apenas considere crime o lenocínio, deixa pela sua ambiguidade que os aparelhos judiciais e sobretudo policiais tenham uma postura de vigilância apertada e de controlo quase proibitivo na prática, contrariamente à legislação e mesmo à própria actuação policial em Espanha, bem mais brandas e permissivas. A percepção destas diferenças de ambiente legal e policial vem induzindo alguns empresários raianos portugueses a optar pela transferência do seu negócio para o outro lado da fronteira na convicção de que ali o risco e a probabilidade de ser incomodados pelas autoridades serão tendencialmente menores. Tal é particularmente nítido na região centro, onde a maior parte dos clubes das localidades espanholas fronteiriças pertencem, como já dissemos, a portugueses que, alegadamente, devido à apertada vigilância de que eram alvo no lado português, resolveram deslocar a sua actividade alguns quilómetros adiante, instalando-se do outro lado da fronteira. Esta estratégia está, como se sabe, facilitada pelo facto de os cidadãos dos Estados-membros usufruírem do direito de livre circulação e permanência em todo o território da União Europeia, nomeadamente em termos de trabalho por conta de outrem ou de exercício de actividade profissional por conta própria. Se do lado espanhol se encontram não apenas já alguns proprietários como também muitos empregados portugueses de clubes, do lado oposto apenas temos conhecimento de um estabelecimento em Bragança e outro em Valença, em que um dos sócios maioritários era galego.

O princípio de que é preciso que alguma coisa mude para que tudo possa continuar na mesma – enunciado por um dos personagens do filme *O Leopardo* de L. Visconti – parece, assim, plenamente assumido como norma do sector.

#### (e) Um campo carenciado de enquadramento e intervenção institucionais

Os aparelhos policial e judicial são, dentro dos limites territoriais que delimitámos para pesquisa, os únicos agentes institucionais com acção regular e visível nos ambientes prostitucionais que abordámos. Fora disso, do lado português somente identificámos duas iniciativas de apoio às profissionais do sexo, ambas de natureza pública e circunscritas apenas às regiões litorais que integram o nosso contexto de pesquisa: (i) O projecto «Auto-Estima», patrocinado pela ARS Norte, e o projecto «Isadora» (INTERREG III), no qual a CIDM participa como organismo parceiro do Servicio Galego de Igualdade (Consellería de Familia da Xunta de Galicia). O primeiro é concretizado nos concelhos das sub-regiões de saúde de Viana do Castelo e de Braga, com intervenção no campo dos cuidados de preven-

ção e da educação para a saúde. O segundo, por seu lado, começou a ser implementado quando o nosso trabalho de campo estava já numa fase bastante adiantada. É dirigido às mulheres prostitutas da região da Galiza e do Norte de Portugal e envolve, entre outras acções, a criação de equipamentos de acolhimento e apoio, a orientação das mulheres para os recursos existentes (com o objectivo de melhorar as condições socio-sanitárias do exercício da actividade), a formação ocupacional/profissional e a realização de um trabalho de pesquisa sobre o fenómeno da prostituição na área de intervenção do projecto. Do lado espanhol a situação é relativamente diferente. Assim, para além de algumas iniciativas do sector público, desenvolvidas pelos serviços dos governos regionais, nomeadamente pelas Consellerías de Mujer, Consellerías de Familia e Consellerías de Sanidad y Bienestar Social, ou pelos departamentos de acção social dos Ayuntamientos, encontramos ainda algumas ONG, como a associação Alecrín (Vigo), a APRAMP-Salamanca e o Comité Anti-SIDA de Zamora, que concretizam acções no campo da assistência médica, da educação sanitária e da inserção socioprofissional das mulheres prostitutas.

Apesar de tudo, o apoio institucional às mulheres que exercem a prostituição é ainda manifestamente deficitário, muito em especial nas áreas do interior e/ou mais afastadas dos meios urbanos, como são os casos das regiões da Beira Interior e de Trás-os-Montes. Este vazio ou quase inexistência de acções e intervenções públicas e privadas expressamente orientadas para objectivos de apoio às mulheres que nestas regiões exercem a prostituição, podendo embora atribuir-se ao facto, já assinalado, de a prostituição feminina em muitos destes territórios ser uma actividade só muito recentemente instalada, contribui, como é óbvio, para agravar as múltiplas adversidades que permeiam o dia-a-dia destas mulheres, em especial o das que são imigrantes.

#### (ii) As mulheres que se prostituem: condições de vida e de exercício da actividade

As regularidades, a seguir indicadas e discutidas, dizem tão-só respeito a aspectos que o tratamento dos dados recolhidos fez emergir como mais frequentemente mencionados nas respostas ao inquérito e nos registos de entrevistas e mesmo de conversas informais. Ainda que a muitos tal advertência possa parecer redundante, devemos deixar claro que a abordagem, a seguir sintetizada sobre estes aspectos, não pretende presumir ou sequer insinuar qualquer sugestão de vínculo monocausal, menos ainda qualquer sugestão de determinismo económico ou de outro tipo no exercício da prostituição. Tal como o delineamos no enquadramento teórico, o estabelecemos em sede de hipótese e posteriormente o desenvolvemos e comprovámos empiricamente, as condições de vida, nomeadamente materiais, se, por um lado, não permitem inferir uma monocausalidade para compreender e explicar a prostituição, por outro, constituem, antes e durante a prostituição, um factor estruturante, se bem que só efectivado quando, em regra, a elas se associam ou acumulam outros factores relativos aos percursos ou trajectórias de vida, bem como situações-limite de desestruturação familiar ou pessoal e correlativos hábitos e estilos de vida, sobretudo já durante o próprio exercício da prostituição.

**(a) Um colectivo relativamente heterogéneo**

O conjunto de mulheres que exercem prostituição e que nós contactámos é marcadamente plural e diverso, bem longe das visões uniformizantes e reducionistas que subjazem às representações estereotipadas veiculadas pelo senso comum e por alguns discursos alegadamente científicos. A diversidade está patente, antes de mais, nos perfis-tipo e nas características sociodemográficas – nacionalidade, idade, estado civil, instrução, origem social e pertença de classe, percursos laborais, entre outras. Ela estende-se também às motivações, às razões, aos objectivos e às formas por que e como estas mulheres chegam à prostituição, às respectivas condições e situações de vida e de trabalho no presente, às suas experiências de vida no passado, bem como às suas expectativas e projectos em relação ao futuro.

**(b) As mulheres são maioritariamente originárias de meios e grupos sociais desfavorecidos**

A grande maioria das mulheres por nós observadas e inquiridas, as estrangeiras mais em particular, exhibe percursos de vida vincadamente marcados e moldados por situações de pobreza estrutural mais ou menos extrema. Pertencentes a grupos sociais de baixa condição económica, das regiões e estados mais pobres e menos desenvolvidos dos respectivos países de origem, a fome, a falta de meios de subsistência, as carências de todo o tipo – habitação, saúde, formação escolar –, a precariedade laboral, o desemprego, os salários de miséria e não raro ou até quase sempre incertos são, entre outros, elementos integrantes e recorrentes da maioria dos relatos de histórias de vida destas mulheres. Para a maioria delas, a experiência de viver em condições de sobrevivência precária acompanha-as desde a família de origem e reproduz-se na que elas próprias constituíram.

As políticas neoliberais postas em prática pelos governos dos seus países no âmbito do chamado Consenso de Washington têm feito crescer a pobreza, o desemprego e os baixos salários, restringindo severamente as oportunidades locais para afrontar, e inclusive revertendo, o ciclo de miséria e de exclusão social em que camadas cada vez mais amplas da população se vêem enredadas. Entre as estrangeiras esta condição social é quebrada apenas por um número muito reduzido com origens familiares que, tendencialmente, podemos considerar de pequena burguesia e de camadas trabalhadoras mais qualificadas, detentoras de habilitações académicas de nível médio e superior e de algumas qualificações profissionais, a trabalhar por conta própria ou de outrem.

A insuficiência material, o desemprego e a falta de recursos para aceder a melhores oportunidades de vida são também traços que definem o perfil da grande maioria das mulheres portuguesas, com excepção das que são toxicómanas, cujas origens sociais e condições materiais de existência são relativamente variadas.

**(c) A recorrência da pertença a agregados familiares problemáticos e/ou desestruturados**

Uma das regularidades mais destacadas na análise dos dados que recolhemos é a pertença de muitas mulheres, quer nacionais quer estrangeiras, a núcleos familiares problemáticos, isto é, perturbados por problemas de vária ordem, denotando a grande maioria

deles relações mais ou menos estreitas de causa-efeito e/ou de reforço mútuo com as condições de pobreza, de acordo, aliás, com o previsto na velha máxima de que «*casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão*». A ocorrência destes problemas marca, com efeito, a vida dos grupos familiares de origem, ou seja, de nascimento e criação destas mulheres e, para muitas, acaba igualmente por se reproduzir nos que elas próprias, por casamento ou de outro modo, vieram mais tarde a constituir. Por força destes problemas, a vida familiar da maior parte das mulheres entrevistadas decorre pontuada de mudanças mais ou menos sobressaltadas e de multiplicação de lugares de coabitação e dos elementos com quem os partilham: meios-irmãos, padrastos, madrastas, avós, tios e primos, irmãos e sobrinhos, maridos, companheiros, sogros e cunhados, filhos e enteados, entre outros.

O alcoolismo, sobretudo por parte dos progenitores masculinos, é de longe o factor mais mencionado pelas inquiridas como fonte de perturbação e turbulência familiares vividas na infância e na adolescência. O alcoolismo dos parceiros – maridos e companheiros – é também a mais frequente referência da desestabilização familiar que lhes marcou, no todo ou em parte, a vida de mulheres casadas ou em união de facto. Ao alcoolismo dos pais e maridos associam-se, entre outros: ambientes de vida familiar quotidiana atravessados por brigas, agressões e outras formas de violência física e verbal; a concorrência absoluta do consumo de álcool pelos já de si poucos salários e rendimentos familiares em detrimento da satisfação das necessidades básicas da família; o desinteresse, a falta de atenção e de afecto por parte dos parentes alcoólatras, e, no limite, a ruptura dos núcleos familiares. Em muitos casos, as separações corporizam o desespero e a insuportabilidade total das situações por parte das suas vítimas mais directas, as mulheres. É neste quadro que muitas das inquiridas situam a decisão que, em dada altura, as suas mães tomaram de partir com os filhos ou, menos frequentemente, partir sozinhas, pondo assim termo ao calvário da sua vida familiar. É também neste contexto que muitas situam a sua própria decisão de se terem separado dos seus maridos e companheiros, algumas das quais ao fim de muitos anos e com alguns filhos em comum. A separação dos pais interrompe, nalguns casos definitivamente, outros por longos períodos de tempo, a relação e o contacto entre os filhos e os progenitores, o que, no discurso das nossas inquiridas, aparece traduzido em referências a pais ou mães a quem perderam o rasto, de quem não se lembram ou se lembram mal, de pais ou mães reencontrados casual ou pontualmente ao fim de muitos anos de distância e de silêncio, de pais e de mães que se desresponsabilizaram totalmente da sua sorte, situações, em larga medida, semelhantes às também relatadas por algumas mulheres que nunca conheceram o pai biológico, seja porque este se recusou a assumir a paternidade, seja porque desapareceu da vida da mãe antes mesmo de terem nascido. A intranquilidade e a desordem da vida familiar andam também, amiúde, associadas a comportamentos de infidelidade conjugal, dos pais e, embora mais raramente, das mães, de maridos e companheiros, que quase sempre culminaram na ruptura dos núcleos familiares.

Independentemente das razões que lhe estiveram subjacentes, a dissolução dos vínculos relacionais entre os progenitores foi, na grande maioria dos casos, seguida de processos de reestruturação, por via de novas uniões de um deles ou de ambos, o que colocou,



por alguns anos, muitas das nossas entrevistadas numa rota de quadros de vida alternantes, incertos e que, não raro, lhes eram hostis. Da mãe e do(s) padrasto(s), para o pai e a(s) madrastra(s), e vice-versa, entregues a avós, a tios ou a qualquer outro parente, disputadas, rejeitadas, instrumentalizadas ou simplesmente esquecidas, bastantes mulheres guardam da infância e da adolescência a memória de uma espécie de nomadismo existencial e de um desenraizamento familiar mais ou menos severo, ambos responsáveis, por certo e em boa parte, pela precocidade com que quase todas assumiram casamentos, uniões e outro tipo de compromissos relacionais que, por sua vez e na maior parte dos casos, acabaram tendo também o fracasso como ponto de chegada.

**(d) As mulheres que se prostituem são também, na sua grande maioria, mães**

A condição de mães é uma das mais destacadas regularidades detectadas pelo nosso estudo. Os dados apurados mostram, de facto, que a condição de mãe tem uma enorme representatividade no conjunto das mulheres que se dedicam à prostituição, quer na rua quer em clubes das áreas transfronteiriças do Norte do país, muito especialmente entre as que são imigrantes. São, no geral, mães sozinhas – solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas – que chegaram e estão na prostituição fundamentalmente porque lhes escasseiam os recursos e as oportunidades para criar os filhos de outro modo. A pressão da falta, quase sempre extrema, de meios e de formas para lograrem o sustento dos filhos deixa estas mães praticamente sem espaço de manobra face à alternativa do dinheiro rápido e mais abundante que a prostituição proporciona, uma situação invariavelmente reconhecida como tal pelas nossas entrevistadas com filhos a cargo.

As condições altamente danosas, quer em termos políticos e sociais – o estatuto de imigrantes ilegais, a limitação de direitos, a hostilidade e o acoso social crescentes, o controlo e a vigilância policiais cada vez mais maiores –, quer em termos psicológicos – saudades dos filhos, desamparo familiar, desenraizamento cultural –, que rodeiam a concretização do seu propósito de darem melhor vida aos filhos conferem a estas mulheres o estatuto de «mães-coragem», comum a muitas outras, nos mais variados contextos e nas mais diversas circunstâncias. Neste campo, não duvidamos em concluir que os resultados do nosso estudo desafiam abertamente as construções ideológicas que enformam as representações socialmente dominantes, que dividem as mulheres em «bem comportadas», «boas mulheres» e, como tal, esposas e mães dedicadas, e as prostitutas, mulheres «mal-comportadas», «más mulheres», incapazes e indignas, quanto basta, para o exercício do papel de mães. Tais representações aparecem, de resto, extensamente reflectidas no corpo e no sentido de muitos textos legais e na prática das instituições e dos agentes que os aplicam, que frequentemente tendem a declarar as prostitutas como mães incapazes e sem credibilidade, retirando-lhes os filhos para os entregar à assistência social.

**(e) Mulheres como principais ou exclusivas sustentadoras de famílias**

Replicando conclusões que estudos similares têm revelado, também este faz ressaltar a manutenção material dos agregados familiares mais directos e imediatos – filhos, pais e

irmãos – como uma das principais, senão mesmo a principal referência estruturante de todo o processo de envolvimento das mulheres na prostituição. A esmagadora maioria das muitas que, formal e informalmente, abordámos e inquirimos identifica-se, de facto, como principal, e não raro único, suporte material de grupos familiares mais ou menos alargados.

Os resultados que apurámos revelam o papel decisivo e o forte protagonismo das trabalhadoras sexuais na construção de soluções de sobrevivência material dos elementos dos seus círculos familiares. Tal protagonismo é particularmente destacado no caso das mulheres imigrantes que, salvaguardadas as especificidades do sector em que trabalham, em praticamente mais nada se distinguem do resto dos imigrantes do mesmo tipo, ou seja, dos que se deslocam por necessidade económica em busca de melhores oportunidades e condições de vida. As razões que as impeliram a sair dos seus lugares de origem, as metas que se propõem atingir, o desenvolvimento de microestratégias que permitam cumprir essas metas de forma mais eficaz são, entre outros, aspectos que atravessam a generalidade dos projectos e percursos da imigração. O destino que dão aos ganhos que realizam, incorporando, em primeiro lugar, uma preocupação e um compromisso com os filhos, pais, irmãos e parentes, é uma das notas que mais releva da análise dos dados recolhidos.

**(f) As razões económicas como factor predominante para a entrada na prostituição**

Traduzidas em verbalizações como «ganhar mais dinheiro», «pagar dívidas», «ajudar a família», «criar os filhos» ou simplesmente «comprar casa», as razões económicas ligadas a dificuldades de mera sobrevivência quotidiana, acima referenciadas, condensam a justificação adiantada pela esmagadora maioria das mulheres para a sua entrada (e permanência) na prostituição. Razões económicas são também as invocadas pelas mulheres toxicodependentes que encontram no sexo comercial a forma de realizar o dinheiro necessário à aquisição dos estupefacientes que necessitam de consumir. A este respeito deve ressaltar-se que os casos de toxicod dependência que identificámos ao longo do nosso trabalho de campo reportam-se, quase exclusivamente, à situação de mulheres toxicodependentes que, por o serem, viraram trabalhadoras sexuais e não o contrário, isto é, trabalhadoras sexuais, que por o serem, viraram toxicodependentes. Razões económicas são ainda as adiantadas por uma minoria de inquiridas, em regra mais jovens, que declaram ver no trabalho sexual um meio para alcançar a independência financeira, uma forma de se valerem a si mesmas com o dinheiro que elas próprias ganham ou, simplesmente, um meio de acesso a um poder aquisitivo que lhes permita satisfazer impulsos e apelos consumistas, considerados como caminhos mais imediatos e mais curtos de afirmação social. Todas as que remetem as respectivas justificações para razões económicas identificam explicitamente a prostituição como meio de ganhar dinheiro, mais em concreto, como o meio mais rápido de ganhar muito dinheiro, por comparação com a generalidade das alternativas que lhes são acessíveis. Razões de outra ordem são muito mais raras e espúrias e abrangem uma minoria de mulheres que declarou ter entrado na prostituição para encontrar a liberdade, isto é, para se autonomizar de tutelas parentais ou familiares tidas por excessivas; que declarou estar na prostituição por simples prazer, por gostar ou ainda por espírito de aventura e vontade de «conhecer mais mundo».

No âmbito dos inquéritos que realizámos é de sublinhar a baixa representatividade das referências a razões expressa e linearmente associadas a experiências sexuais anteriores, mormente as de natureza traumática como a violação e/ou abuso, cuja ocorrência tem, de resto e como deixámos dito, uma expressão muito reduzida neste conjunto de mulheres. Os poucos casos em que é admitida a existência de uma relação entre as experiências sexuais anteriores e a entrada na prostituição reportam-se quase todos a experiências de iniciação sexual consentida e mesmo desejada com namorados de ocasião. A causalidade estabelecida nestes casos passa pelas consequências não desejadas das experiências sexuais – gravidez e abandono dos parceiros, reacções de hostilidade por parte da família, incluindo a expulsão de casa por parte do(s) pai(s), rejeição familiar, entre outras – que deixaram as jovens em situações extraordinariamente difíceis, em especial no que concerne à subsistência material. Daí que, em última instância, a relação de causa/efeito entre passado sexual e prostituição acabe por remeter para os determinantes de ordem económica, ainda que muitas vezes associados a aspectos de desestruturação familiar.

#### (g) A gestão do risco no trabalho sexual

A quase totalidade das mulheres que entrevistámos revela uma consciência muito clara acerca dos riscos acrescidos de DST a que estão expostas por força da actividade que exercem. A possibilidade de virem a contrair qualquer uma dessas doenças, muito especialmente a SIDA, é, por isso, invariavelmente apresentada como um dos maiores, senão mesmo o maior, de todos os receios que a prostituição lhes inspira. Conscientes de que estes riscos põem directamente em causa a sua própria vida, a esmagadora maioria declarou adoptar comportamentos de protecção e prevenção muito estritos. A recusa em prescindir do uso do preservativo nas relações sexuais com os clientes aparece como regra amplamente adoptada, uma regra de que dizem não abrir mão, nem mesmo a troco de ofertas remuneratórias «irresistíveis». Não são mesmo raras as que declaram adquirir os preservativos por sua própria conta por não confiarem na qualidade dos que o próprio clube lhes fornece. Neste mesmo quadro de protecção e prevenção inscrevem também a negação de certos serviços sexuais, como por exemplo o sexo anal, os quais, por implicarem um risco superior de ruptura do preservativo, consideram como mais susceptíveis de favorecer a contaminação.

A firmeza e a disciplina que a grande maioria das entrevistadas diz colocar nos procedimentos que põe em prática para contornar e prevenir os riscos de DST não são, de todo, alheias à ligeireza e à irresponsabilidade com que, segundo as próprias mulheres, uma grande parte dos clientes tende a encarar estes mesmos assuntos. A avaliar pelas respostas colhidas junto das mulheres, os clientes tendem a comportar-se de forma muito mais relapsa em relação aos riscos de DST, sendo muitos os que insistem em solicitar sexo sem protecção, pelo qual até se dispõem a pagar bem mais caro. Não será, assim, abusivo concluir do que fica dito que, nos meios institucionais observados, as mulheres estarão a ter um papel muito activo na prevenção de DST; uma conclusão que se opõe à ideia preconcebida corrente na opinião pública, e mesmo em meios institucionais, que as aponta e as responsabiliza como propagadoras destas doenças.

#### (h) Prostituição de rua: predomínio das mulheres nacionais

Embora do lado espanhol não tivéssemos, por razões várias, tido oportunidade de confirmar esta constatação, as mulheres portuguesas que encontramos exercem quase todas a prostituição na rua. Deste contexto emergem dois grupos relativamente distintos. Em primeiro lugar, um grupo de mulheres mais velhas, aliás as mais velhas de toda a amostra da nossa pesquisa. São mulheres que estão na prostituição há mais tempo, muitas delas contando já com mais de uma década nesta actividade. Oriundas, no geral, dos segmentos mais despossuídos das classes populares, o seu percurso de vida tende a apresentar uma série de características comuns e específicas, como o casamento e a maternidade precoces, a falta de recursos materiais e relações atribuladas e mais ou menos tumultuosas com os maridos e/ou parceiros, quase sempre marcadas por consumos excessivos de álcool, por episódios sistémicos de violência física e psicológica, o que em conjunto acabou levando à ruptura dos casamentos e à desestruturação dos núcleos familiares. São praticamente todas mães e algumas já são até avós. A maior parte das mulheres que integram este grupo tem actualmente uma vida familiar «normal», com marido ou companheiro estável, conhecido normalmente através da prostituição, com quem compartilha residência e vida quotidiana e, na alguns casos, filhos em comum, quase sempre os únicos que vivem com as mães. Os outros filhos destas mulheres ou já têm vidas autónomas ou vivem, a expensas das mães, com terceiras pessoas, quase sempre com familiares próximos – avós ou tios –, mas também com avós. Foi dentro deste grupo que achámos a mais elevada percentagem de repostas identificando os juros bancários como complemento dos rendimentos auferidos na prostituição. Em segundo lugar, um grupo de mulheres mais novas, maioritariamente toxicodependentes. Trata-se de um conjunto de mulheres com características sociais mais heterogéneas que as do primeiro grupo. São também bastante distintas no que respeita aos comportamentos relacionados com a actividade prostitucional, desde as motivações, as formas de agir e as finalidades na aplicação dos ganhos. Entre umas e outras sobressai, como traço comum, a dependência em relação a uma figura masculina, que designam como namorado ou companheiro, a quem entregam boa parte dos ganhos. No caso das toxicodependentes, porém, o dinheiro entregue aos homens-companheiros é sobretudo aplicado na aquisição da droga que eles, muitas vezes, também consomem.

#### (i) Prostituição de clubes: predomínio das mulheres imigrantes

Como repetidas vezes deixámos mencionado ao longo do texto, as mulheres que trabalham em clubes são, na sua esmagadora maioria, provenientes de países estrangeiros, mais concretamente de países pobres do chamado Terceiro Mundo, muito especialmente da América Latina, com destaque para o Brasil.

A melhoria dos níveis médios de vida registada nos países da Europa comunitária, em particular nos mais desenvolvidos, nos quais o crescimento económico no quadro do Estado-Providência fez multiplicar as fontes de emprego e de rendimento, permitindo a construção e a universalização de esquemas de protecção social, terá seguramente contribuído para minimizar muitos dos factores conducentes à entrada de mulheres destes paí-

ses na prostituição. A escassa presença de mulheres portuguesas e espanholas nos clubes pode tomar-se, assim, como forte indicador de que, a exemplo do que se passa noutros domínios de actividade socialmente menos qualificados, também na indústria dos serviços sexuais estará, de há anos a esta parte, a ocorrer um processo de substituição de trabalhadores autóctones por trabalhadores imigrantes, sendo igualmente plausível, nesta ordem de ideias, admitir-se que as mulheres nacionais, sobretudo as de mais recente entrada na actividade, se terão vindo progressivamente a reservar para áreas geográficas e meios profissionais percebidos como economicamente mais aliciadores, as áreas urbanas do litoral e as esferas da prostituição de elite e suas variantes, socialmente menos visíveis, como o «*escorting*», a «*moça de programa*» e as «*call-girls*», entre outras.

Os países menos desenvolvidos, penalizados por privações múltiplas, mormente as engendradas pelas relações económicas com os países do centro, tornam-se, no actual contexto de globalização, áreas privilegiadas de recrutamento de mulheres, em regra vulnerabilizadas por carências de vária ordem e pressionadas a encontrar respostas mais ou menos urgentes de sobrevivência. Daí a diversidade de proveniências das mulheres que actualmente alimentam a actividade da prostituição nos países mais desenvolvidos do Norte.

A data de realização do trabalho de campo, a presença de mulheres de Leste Europeu, que hoje em dia e de forma cada vez mais notória povoam os principais pólos de prostituição nos países do chamado primeiro mundo, era ainda quase imperceptível em clubes de prostituição da raia luso-espanhola do Norte. Por sua vez, a esmagadora presença de mulheres latino-americanas por estas paragens é justificada no meio também pelo enorme atractivo que elas suscitam entre a actual procura de ambos os lados da fronteira. Com efeito e como foi constantemente verificado ao longo da realização do trabalho de campo, as actuais orientações de escolha dos clientes parecem, por agora, concentrar-se maioritariamente nas mulheres de origem latino-americana, mais em concreto, e como deixámos dito, brasileiras, colombianas e dominicanas. A facilidade de intercomunicação propiciada pela comunidade ou pela similitude linguísticas representa um contributo importante para a consolidação destas preferências.

#### (j) As mulheres estrangeiras e as redes informais de apoio à viagem

Como reportámos abundante e repetidamente, a maioria das mulheres que entrevistámos declara ter viajado até à Europa através de apoios e garantias de vários tipos – informativos, financeiros, logísticos, laborais e outros – que lhes foram disponibilizados no âmbito do que podemos designar por redes informais, em que pontuam familiares, amigos, conhecidos e vizinhos, quase sempre com ligações próprias, directas e indirectas, aos ambientes prostitucionais em países europeus. A actuação destes agentes no processo tende a ser remetida pela generalidade das mulheres para o domínio da solidariedade e da ajuda, assumindo, quase sempre, o formato de intermediação entre as próprias mulheres e os empresários individuais de clubes na Europa, que são quem, em última instância, avança com os recursos, nomeadamente dinheiro, necessários à concretização da viagem. O número de mulheres que admitiu ter viajado de outros modos, nomeadamente dentro de esquemas de

organizações internacionais actuando na base da força e da coacção física ou psicológica, à revelia da sua vontade e do seu conhecimento, é, na amostra das nossas entrevistadas, pouco relevante.

A viagem das mulheres para fins da prostituição na Europa é feita, no geral, com base no crédito, ou seja, no pagamento adiantado das correspondentes despesas por parte de terceiros, em regra empresários da economia do sexo, ainda que em alguns casos possam ser pessoas da família ou amigos. Este esquema de crédito está sujeito aos normais mecanismos da troca mercantil, quer dizer, nele está presente uma componente remuneratória do capital mobilizado que, em alguns casos, pode garantir um lucro que representa duas ou três vezes o valor das despesas efectuadas. O período de trabalho inicial é, assim, total ou parcialmente destinado à amortização desta dívida, ficando as mulheres, em regra, sujeitas a um controlo bastante apertado por parte dos empresários credores. Em casos extremos, o controlo sobre estas mulheres pode passar pela confiscação do passaporte e outros documentos de identificação, que lhes são tomados como garantia para o pagamento da dívida. Em geral, as mulheres sujeitas a este mecanismo extremo de controlo reconhecem que, liquidada a dívida, recuperam os documentos e a liberdade de circulação, incluindo o da escolha do local de trabalho.

#### (l) As mulheres sabem ao que vêm

As mulheres estrangeiras inquiridas declararam, na sua maioria, que partiram para a Europa para trabalhar na prostituição. Conquanto sob a pressão de diversos e fortes condicionamentos, dos quais praticamente todas destacam as carências materiais e a falta de oportunidades para encontrar outras soluções eficazes para os seus problemas mais prementes, a vinda para a prostituição na Europa decorre da decisão consciente das próprias mulheres, as quais aliás se mostraram, em quase todos os casos, bastante proactivas e com um claro espírito de iniciativa na pesquisa das soluções para o acesso ao trabalho sexual. De igual modo, foi por decisão própria que as mulheres que chegaram à Europa destinadas a outras actividades, em regra informais e subalternas, transitaram para a prostituição. Na base desta transferência terá estado o que quase todas dizem ter percebido como vantagens comparativas desta última, em primeiro lugar e mais decisivamente as que dizem respeito ao volume dos ganhos, mas também à maior liberdade e autonomia pessoais relativamente às restrições e abusos a que se vêem submetidas, por exemplo, como trabalhadoras domésticas, muito especialmente quando internas.

#### (m) Chegam como turistas, permanecem como imigrantes ilegais

Ainda que quase todas venham expressamente dirigidas para o exercício da prostituição em clubes e similares, ou seja, reconhecendo-se como migrantes com um projecto laboral relativamente definido, a sua entrada nos países europeus de chegada é registada, em norma, como turistas. Nessa qualidade beneficiam de uma autorização de permanência legal de curta duração, em regra à volta de três meses. Caducada esta autorização, algumas, uma minoria, optam por empreender retiradas tácticas, isto é, saem do espaço por onde têm podido circular para regressarem mais tarde e obterem, assim, uma nova auto-



rização. À grande maioria, contudo, não restará senão a permanência, dado não dispor, de todo, de condições para o regresso. Com efeito, ao fim de três meses muitas delas nem sequer tiveram ainda tempo para pagar totalmente a dívida da vinda. Para quase todas, a satisfação das necessidades e a realização de todos os objectivos que associaram a esta vinda estão ainda longe de ser cumpridos. Enredadas nesta trama, passam à condição de imigrantes ilegais, uma situação em que se encontram praticamente todas as mulheres estrangeiras por nós inquiridas ao longo do trabalho de campo.

#### (n) Trabalhadora sexual e imigrante ilegal: uma condição limite e sem saída

O estatuto de imigrante ilegal que a maioria das mulheres estrangeiras inquiridas neste estudo carrega consigo é praticamente impossível de superar, dentro dos contextos legais actualmente prevalecentes, quer no que respeita à imigração quer à prostituição. Assim e como é sabido, embora o exercício da prostituição tenha sido descriminalizado, tanto em Espanha como em Portugal, ambos os países continuam a não reconhecer legalmente a actividade, o que configura uma situação no mínimo ambígua e contraditória em que a prostituição não é nem realmente proibida nem realmente autorizada. O limbo jurídico em que se encontra retira aos que a ela se dedicam qualquer possibilidade de celebração de um contrato formal de trabalho que é, por sua vez, à luz dos requisitos fixados pelas leis de imigração vigentes nos dois países, a peça-chave na instrução dos processos de pedido de regularização. Assim, uma vez expirado o prazo de permanência legal, à grande maioria das mulheres estrangeiras que pretendem continuar a trabalhar no sector do sexo mercantil não resta outra alternativa senão a de se converterem em imigrantes clandestinas, uma condição que as coloca numa posição de grande fragilidade social e jurídica, em permanente sobressalto de serem apanhadas pela fiscalização e de sofrerem as penalizações que a lei prevê para estes casos. Face à cada vez maior presença de mulheres imigrantes na prostituição dos países europeus centrais, pode dizer-se que, hoje em dia, as trabalhadoras sexuais deixaram de ser perseguidas e penalizadas pela polícia por causa do ofício que exercem mas passaram a sê-lo, quiçá com tanta ou mais intensidade, pela sua condição de imigrantes ilegais. Pior ainda, a ilegalidade deixa-as potencialmente à mercê de todo o tipo de abusos, de chantagem e de exploração, negando-lhes liminarmente o direito de exigirem qualquer direito. Vindas do outro lado do mundo, onde praticamente todas viviam sujeitas a formas extremas de pobreza e exclusão, é também no outro lado da vida, no lado da clandestinidade, da exclusão e da marginalização sociais, que encontram lugar neste lado do mundo.

#### (o) A itinerância como estratégia de sobrevivência e modo de vida

A sua sobrevivência como imigrantes irregulares passa a depender, como de resto acontece com todos os «imigrantes sem papéis», quase exclusivamente, da adopção de estratégias para camuflar e gerir o mais favoravelmente possível tal situação, para despistar a vigilância policial. Mudar-se regularmente de local, circular entre um clube e outro, entre um e outro lado da fronteira e mesmo entre os vários países europeus de acesso não controlado

constitui para estas mulheres um imperativo para iludirem a vigilância das autoridades, para reduzirem as probabilidades de serem detectadas e, conseqüentemente, potenciarem a sua permanência no espaço europeu, ainda que na condição de imigrantes irregulares. Sublinhe-se que a mobilidade das mulheres serve também os interesses dos empresários para quem trabalham, pois permite-lhes atender melhor a diversidade da procura – os gostos, as motivações e expectativas diferenciadas dos clientes – e responder às suas exigências de caras novas e diferentes, o que obriga à renovação periódica da oferta.

Apesar do que foi dito, a circulação de mulheres resulta da sua livre iniciativa e decisão, quase sempre motivadas pela procura de melhores condições materiais de trabalho, aproximação a uma colega por motivos de nacionalidade, companheirismo ou amizade e, mais raramente, por curiosidade, vontade de conhecer novos ambientes e aventura. Estas mudanças são apoiadas pelas redes de relacionamento entre colegas de trabalho, reforçadas muitas vezes por solicitações expressas de (ex)-patrões e seus intermediários.

#### (iii) Os clientes

Tal como fizemos para as mulheres, sintetizamos agora alguns aspectos que na investigação se foram apresentando como traços caracterizadores de outra componente essencial do fenómeno da prostituição feminina: os clientes, nomeadamente no que se refere às suas motivações e comportamentos, com especial destaque para o domínio da saúde e dos riscos sanitários.

#### (a) Protagonistas centrais da prostituição, embora pouco conhecidos e analisados

Embora a sociedade em geral e, em particular, o próprio meio académico-científico tendam a dar-lhes pouca atenção e a desvalorizar o seu papel, os clientes constituem um *pivot* estruturante na forma como o fenómeno da prostituição se organiza. A sua relevância é de tal ordem que se constituem mesmo como as grandes referências nos processos de circulação das trabalhadoras sexuais. Com efeito, é a partir da monitorização das preferências e expectativas dos clientes que os donos dos clubes activam e estruturam as suas redes (quase sempre informais) de contactos no sentido de poderem contar com os serviços daquelas que, teoricamente, melhor satisfaçam as demandas com que se deparam. É também em função da permanente exigência de «caras novas», por parte da grande maioria da clientela, que a permanência das mulheres em cada clube é, regra geral, bastante curta. Tal como em muitos outros sectores económicos, também neste, apesar do seu carácter manifestamente informal e «subterrâneo», a procura assume-se como uma parte central e preponderante na configuração dos processos e mecanismos que o estruturam.

#### (b) Constituem um grupo heterogéneo e socialmente transversal

À excepção dos valores de género que são, de resto, partilhados pela grande maioria dos homens, não há entre os clientes que estudámos características inequivocamente recorrentes e consistentes que possam ser tomadas como denominadores comuns de quem pro-

cura a prostituição. Quer isto dizer que os clientes, enquanto grupo, não apresentam uma identidade unitária e homogénea, mas sim uma pluralidade de perfis, resultantes da influência interactiva de variáveis como a idade, o estado civil, o grau de escolaridade, o estatuto socioeconómico e as razões da procura do sexo comercial, entre outras. Embora se possam vislumbrar certas tendências, tais como a maior predominância de indivíduos de «meia-idade», casados, com níveis de escolaridade relativamente modestos e com um estatuto socioeconómico médio-baixo, elas não são significativamente mais do que meros reflexos das características predominantes nos contextos sociais mais amplos relativos às regiões que integram o nosso espaço de pesquisa.

### (c) Não são desviantes

As etiquetas do desvio e da patologia são manifestamente desadequadas para qualificar e catalogar a grande maioria dos indivíduos que procuram a prostituição. Os clientes partilham um quadro de valores de género comum à grande maioria dos homens. Daí que seja claramente redutor tentar encontrar traços distintivos e particulares que possam ser associados a quem recorre ao sexo comercial como forma de explicar o seu comportamento. De um modo geral, podemos considerar que todos os homens são potencialmente clientes. A passagem a clientes de facto dependerá de uma multiplicidade de factores, alguns de natureza mais contingencial, outros, como os que deixámos identificados ao longo do texto, de natureza mais estrutural.

### (d) Estão sujeitos a estratégias de manipulação e de instrumentalização

Os clientes estão sujeitos a várias formas de manipulação e de «teatralização» desenvolvidas pelas mulheres prostitutas, orientadas sobretudo para a obtenção de dividendos de várias ordens, nomeadamente de natureza económica. Com as suas estratégias, as trabalhadoras sexuais ganham alguma preponderância circunstancial sobre os clientes, podendo a prostituição, sobretudo a um nível mais relacional, significar *empowerment* para a mulher.

### (e) Não procuram apenas a satisfação sexual

Bastantes dos discursos sobre a prostituição que os *média*, alguns agentes institucionais e até cientistas sociais produzem e disseminam no tecido social apresentam a relação dos clientes com as trabalhadoras sexuais como estando completamente desprovida de afectos e emoções. Alegadamente estabelecer-se-ia entre ambos uma relação impessoal, na qual os clientes procuram apenas e tão-só descarregar as suas tensões sexuais e as prostitutas se limitam a comercializar o seu corpo como uma mercadoria e a servir de objectos do prazer sexual masculino. Não escamoteando o facto de a maioria dos clientes tender a andar próxima deste perfil, há também outros, como no texto destacámos, que se envolvem emocionalmente com as trabalhadoras sexuais, relegando mesmo para segundo plano os aspectos mais estritamente sexuais.

### (f) Expressam ambígua e paradoxalmente a sua masculinidade

O processo segundo o qual os clientes constroem a sua identidade de género pauta-se por inúmeras ambiguidades e paradoxos, particularmente relevantes entre aquilo que dizem que deverá ser e/ou que dizem fazer e, por outro lado, aquilo que efectivamente fazem, ou seja, entre o sentido dos seus discursos e os seus comportamentos. No plano discursivo, como forma de assegurar a capitalização de elementos virilizantes, incorporam e procuram reproduzir os valores dominantes das relações de género e da «masculinidade hegemónica». Ao mesmo tempo, no plano dos comportamentos e das interações que estabelecem com as mulheres que se prostituem, emergem, com alguma frequência, situações que acabam por fragilizar e/ou contradizer o sentido dos seus discursos. Esta assimetria de sentidos entre os planos discursivo e praxeológico configura «modos de ser homem» ambivalentes e complexos, nem sempre orientados pelo guião ideológico da «masculinidade hegemónica».

### (g) Tendencialmente predispostos para uma sexualidade de risco

Os resultados do nosso estudo questionam largamente a tendência dominante para se atribuir às mulheres que exercem a prostituição comportamentos sexuais de risco e para as responsabilizar pela proliferação das DST. Com efeito, apurou-se que são os clientes quem, claramente, manifesta propensão para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos sexuais que envolvem sérios riscos de transmissão de DST. Entre os clientes do tipo sexualmente «indigente» e os do tipo sexualmente expansivo, esta propensão decorre essencialmente do quadro de valores da masculinidade hegemónica, pelo qual procuram orientar a sua sexualidade e, segundo o qual, o «princípio do prazer» e a assunção do risco dão expressão a modos de estar que se sobrepõem a preocupações profiláticas. No caso dos clientes emocionalmente implicados, o próprio envolvimento afectivo que caracteriza a relação com as trabalhadoras sexuais propicia, principalmente quando também há um envolvimento genuíno por parte delas, a não utilização de métodos profiláticos como forma de expressão da intimidade e confiança que existe entre ambos.

## 2. RECOMENDAÇÕES

As recomendações que passamos a formular decorrem fundamentalmente do que, ao longo do nosso trabalho de campo, pudemos observar, bem como do que as trabalhadoras sexuais inquiridas expressaram e testemunharam sobre elas mesmas, sobre as suas vidas e o ofício a que se dedicam, sobre os seus problemas e dilemas pessoais, sobre os seus pontos de vista, perspectivas e expectativas. Tendo tido a preocupação de dar a palavra a mulheres adultas que se dedicam ao sexo mercantil, de as creditar como sujeitos capazes e responsáveis, é basicamente na sua palavra que fazemos enraizar as recomendações que aqui deixamos. Por força deste enraizamento, tais recomendações, por nós consideradas como realistas, são feitas sobretudo na perspectiva dos direitos das mulheres que prestam serviços sexuais, quer dizer, nelas vai prioritariamente inscrita a pretensão de melhorar a sua vida quotidiana. São

recomendações que, em grande medida, se posicionam em contracorrente não só a certos cânones morais e ideológicos conservadores ainda hegemónicos nas sociedades contemporâneas, mas também – e aqui com uma polémica acrescida – por parte de perspectivas sustentadas por cientistas sociais, nomeadamente feministas, que têm ainda grande adesão e reconhecimento. Ou seja, estas recomendações questionam, acima de tudo, o «politicamente correcto». Não se trata de descartar ou desconsiderar liminarmente as propostas originadas a partir destas perspectivas, na sua imensa maioria orientadas por intenções ora abolicionistas ora proibicionistas, nem de retirar mérito aos esforços sociais e projectos de acção que procuram dar-lhes corpo, mas apenas e tão-só de sublinhar, à luz dos resultados da nossa pesquisa em concreto e dos trajectos e processos históricos conhecidos, que as mesmas se têm mostrado, em grande medida, desajustadas e, em aparente paradoxo, penalizadoras para as próprias mulheres que dizem pretender beneficiar.

As recomendações são enquadradas e enformadas por um conjunto de aspectos que importa sublinhar e considerar. Em primeiro lugar, a prostituição feminina é um facto social complexo e muito heterogéneo. Neste sentido, é importante precisar que o quadro de referência mais imediato das recomendações que tecemos é constituído pelos contextos e âmbitos institucionais que foram objecto deste projecto, ou seja, o da prostituição que é exercida por mulheres adultas na rua e/ou estrada e o da prostituição abrangida de clubes ou bordéis, com uma ênfase especial nestes últimos. Assim, pretende salvaguardar-se, por um lado, generalizações abusivas, e por outro demarcar claramente que a nossa referência são as mulheres adultas. Quer dizer, o envolvimento de menores na indústria inscreve-se no terreno do abuso sexual, devendo, como tal, ser alvo do tratamento e da acção penal. Em segundo lugar, existem formas diferentes de exercer e de viver a prostituição. A nossa experiência de aproximação aos ambientes prostitutionais predominantes nos territórios transfronteiriços que seleccionámos, a rua/estrada e os clubes, respectivamente, revelou que a grande maioria das mulheres que aí trabalha identifica como única fonte de pressão para a sua entrada e permanência na actividade as carências de ordem material, quase sempre aflições, a que se acha submetida. Tomaremos, assim, como foco central das nossas recomendações as mulheres adultas que entram e se mantêm na prostituição dentro de um quadro decisional que, embora perpassado por múltiplos constrangimentos e dificuldades, é conscientemente assumido como próprio. Isto obriga a considerá-las como sujeitos com capacidade de iniciativa na procura e construção de soluções para melhorar as suas condições de existência. Boa parte das nossas recomendações não é, assim, aplicável às situações em que o exercício da prostituição é enquadrado e controlado por agentes e organizações reconhecidamente mafiosas que beneficiam dos ganhos das mulheres que recrutam e mantêm com base em ameaças, coacção, engano, chantagem e medo, situações que caem inteiramente no domínio criminal. Em terceiro lugar, as medidas de política e de intervenção social orientadas para a prostituição devem ter um enfoque tridimensional. Desde logo, um enfoque preventivo centrado nos factores e nas circunstâncias, nomeadamente as de natureza económica, que mais recorrentemente aparecem identificadas como indutoras da entrada na prostituição enquanto alternativa para as

mulheres ganharem a vida. No entanto, a viabilidade e sobretudo a eficácia das políticas e das acções a este nível andarão sempre poderosamente condicionadas pela prevalência dos actuais quadros de desigualdade entre homens e mulheres, por um lado, e por outro entre países ricos e pobres. A saída da prostituição por mera opção, por mero desejo ou por força de circunstâncias como a idade ou a doença constitui outro campo de atenção e intervenção política e social, para o qual, aliás, tem sido prescrito, ensaiado e aplicado, quer por instâncias governamentais de âmbito nacional e transnacional quer por organizações não governamentais, todo um vasto leque de programas e projectos concretos, na maior parte dos casos de cariz assistencialista. Finalmente, deve considerar-se também a situação e a condição tendencialmente desfavoráveis para as mulheres que se encontram a exercer a prostituição. Pelas muitas razões que ao longo do texto fomos deixando expostas – estigmatização, imigração, clandestinidade laboral, entre outras –, as condições de vida e de trabalho destas mulheres tendem a ser perpassadas pela dureza e pela adversidade. Sem perder de vista a importância e o relevo que devem merecer os dois níveis anteriormente referidos, é sobretudo para este último que dirigimos as recomendações formuladas nas quais se privilegia uma perspectiva de médio e mesmo longo prazo e, consequentemente, a implementação de acções e intervenções de fundo. Isto não significa, todavia, desviar a atenção de necessidades e problemas imediatos das mulheres, aos quais urge dar resposta. Em quarto lugar, sendo os clientes parte integrante e indissociável da prostituição feminina, todo e qualquer objectivo de melhoria das condições e dos contextos de vida e de trabalho das mulheres tem necessariamente que apelar a políticas e acções dirigidas aos mesmos. Em quinto lugar, é necessário considerar o carácter a-legal da prostituição. Em Espanha e sobretudo em Portugal existe uma ambiguidade legislativa relativamente à prostituição, a qual carece de toda e qualquer regulação, tanto do ponto de vista civil como laboral. No campo penal as respectivas leis nacionais desconsideram completamente a prostituição como ilícitude, reservando este atributo a domínios laterais da actividade e/ou a situações muito pontuais, devidamente tipificadas em ambos os códigos penais. Este vazio legislativo decorre e reflete de um processo social mais vasto de ocultação e de «negação» do fenómeno da prostituição, ditado, entre outras, por razões morais e ideológicas. Mas é também fonte de muitas e graves consequências para as mulheres que se prostituem, colocando-as em situação de absoluta desprotecção social e, portanto, de desigualdade e privação dos mais elementares direitos sociais. Isto implica eleger o campo dos direitos sociais e da cidadania como referente central e prioritário do essencial das recomendações aqui apresentadas, uma escolha que nos parece incontornável, pese embora a controvérsia, a conflitualidade e as questões que se levantam em volta da conversão da prostituição em trabalho e em actividade com estatuto legal. Para a formulação destas recomendações partimos, portanto, da premissa da ausência de um enquadramento legal da actividade, a qual facilita a violação dos direitos mais elementares das pessoas que a exercem, o que é tanto mais grave quanto se sabe que estas são, por regra, destituídas de recursos significativos. Em sexto lugar, a actividade sexual não é o trabalho da maioria das imigrantes, mas a maioria das trabalhadoras sexuais são imi-



grantes. A justificação do enfoque nos direitos de cidadania ganha ainda maior pertinência quando se constata que as mulheres que exercem a prostituição, tanto em Portugal como em Espanha, são maioritariamente imigrantes provenientes de países do chamado terceiro mundo, para as quais as ligações entre a «a-legalidade» da prostituição, sobretudo entre o estatuto de «não-trabalho» do trabalho sexual, e as leis de imigração em vigor significam, sem apelo, a condenação ao seu não-reconhecimento social e portanto à negação do direito a ter direitos. Nestas condições, as mulheres que exercem a prostituição, e de forma mais vinculada as que são imigrantes, ficam, entre outros, sujeitas aos mais variados tipos de abuso e de exploração, face aos quais não lhes é garantido qualquer mecanismo de protecção social nem tão-pouco lhes é permitido defenderem-se pelos seus próprios meios, o que concorre para compor e reforçar a sua condição de «mulheres em perigo permanente».

### *(i) A legalização desestigmatizante do trabalho sexual*

A revisão e clarificação do enquadramento legal emerge como condição necessária, ainda que muito previsivelmente não suficiente, para a superação de alguns dos problemas que mais negativa e drasticamente atingem o viver quotidiano destas mulheres. Mantendo obviamente uma posição de abertura ao debate e à discussão em torno dos diversos modelos legais, as conclusões do nosso estudo questionam os modelos proibicionista e abolicionista não só pelos argumentos referidos ao longo do relatório como pela crescente concicção formada com base nas posições e testemunhos das próprias trabalhadoras sexuais. Face a estes modelos legais hegemónicos, propomos uma intervenção político-legislativa orientada para uma regulação ancorada numa legalização desestigmatizante da economia do sexo e dos seus actores sociais. Nesta perspectiva, a prestação de serviços sexuais mercantis deve ser considerada como uma actividade económica e as pessoas que a ela se dedicam definidas, face à lei e assim desejavelmente reconhecidas, como trabalhadoras com todos os direitos laborais e sociais, incluindo a constituição de organizações sindicais e outras e o acesso aos mecanismos de segurança social, em igualdade com os restantes cidadãos. A regulação da economia do sexo passa a fazer-se sobretudo pela esfera do trabalho em lugar da esfera criminal, sem deixar de se combater as práticas de tráfico e de exploração da prostituição forçada. A deslocação do enfoque político-jurídico sobre as mulheres que se prostituem para a relação social entre duas ou mais pessoas que se envolvem em transacções sexuais de natureza mercantil facilita o processo de desestigmatização que esta abordagem deseja num quadro alargado de uma regulação inclusiva do campo profissional, por via da transformação do trabalho sexual num trabalho igual a qualquer outro, com os mesmos direitos e obrigações. Tal implica uma descriminalização de todas as práticas relacionadas com o sexo mercantil envolvendo cidadãs e cidadãos adultos e conscientes dos seus actos, incluindo a montagem de negócios e a contratação, segundo as leis laborais ordinárias em vigor, de mulheres, homens e transgéneros para prestarem serviços sexuais.

Trata-se de proceder à renovação do estatuto da prostituição, assente no reconhecimento do seu livre exercício com todos os direitos de cidadania associados, em lugar da simples e estrita regulação estatal. Os desenvolvimentos e os detalhes deste processo devem, porém, estribar-se na participação e no envolvimento das mulheres e das suas associações representativas.

### *(ii) Debater a imigração e repensar o seu enquadramento legal*

Dada a crescente presença de mulheres estrangeiras nos ambientes prostitucionais das regiões que estudámos, impõe-se promover um debate amplo e sério sobre a imigração, de forma a encontrar alternativas às vias meramente restritivas à entrada de pessoas que vêm à procura de trabalho. A situação actual favorece o aumento da ilegalidade e da clandestinidade, e isso significa, por certo, reduzir o acesso a postos de trabalho «legais», para além de potenciar e favorecer a actuação de intermediários delituosos nos processos de entrada e de inserção nos países de destino.

### *(iii) Criar e alargar meios de apoio imediato*

Considerando que existem demandas mais imediatas das mulheres, problemas que lhes atravessam o dia-a-dia e que se encontram largamente desatendidos, como mostra a deficiente presença das instituições de apoio social nos territórios onde decorreu o nosso trabalho de campo, é urgente criar ou estender acções e serviços que já estão disponíveis ou já operam noutras zonas, através de estruturas e agências governamentais e/ou das administrações locais e do chamado terceiro sector, os quais deverão privilegiar perspectivas e abordagens integradas e pluridisciplinares. Como domínios de intervenção e apoio a considerar perfilam-se os seguintes: (i) Saúde e formação sanitária, potenciando e valorizando o papel profilático que na realidade muitas mulheres já vêm tendo; (ii) atenção psicossocial; (iii) apoio jurídico e administrativo; (iv) formação para a cidadania, promovendo o exercício da livre expressão e a consciencialização de direitos e deveres, de capacidades de organização, de defesa de interesses e de participação. Considerando mais em especial as mulheres que expressamente manifestem desejo de abandonar a prostituição, incluindo o regresso ao país de origem, serão de implementar acções que permitam a disponibilização dos meios que viabilizem a concretização de tais intenções, nomeadamente em termos habitacionais e de inserção laboral, se for caso disso. Muito importante neste âmbito é a necessidade do estabelecimento de mecanismos e de meios de acompanhamento material, bem como social e psicológico, na fase de transição de uma vida a outra. A um outro nível, é necessário fomentar acções de esclarecimento e de sensibilização junto dos diversos corpos policiais, incluindo a criação de núcleos especialmente vocacionados para atender, numa óptica humanista e de protecção cidadã, as complexas e diversificadas problemáticas da vida das mulheres que se prostituem. A intervenção policial orientada para o apoio às mulheres deve ainda passar por uma intensificação da vigilância, do controlo e do acompanhamento, em

modelos e por formas adequadas a diferentes conjunturas e finalidades, dos ambientes institucionais locais, de modo a aumentar a segurança, a garantir a integridade dos direitos que lhes assistem e a proporcionar-lhes a confiança necessária para a denuncia de arbitrariedades, ameaças e crimes de que possam ter sido ou estar a ser vítimas.

#### (iv) Não criminalizar a procura

Tendo em consideração que a comum socialização de género explica, em boa medida, o comportamento dos homens que recorrem ao sexo comercial, parece-nos que a criminalização dos clientes, como estratégia para fazer face aos problemas suscitados pela prostituição, é uma via imediatista e comprovadamente contraproducente. A generalidade das medidas repressivas dirigidas aos clientes ou às mulheres prostitutas têm despoletado inúmeros e graves efeitos perversos, originando uma notória intensificação do carácter subterrâneo e «marginal» da prostituição. Esta situação traduz-se, inevitavelmente, na degradação das condições higiénicas de exercício da actividade, na maior vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais e na redução das possibilidades de acompanhamento e intervenção dos agentes sociais. No caso concreto da prostituição abrangida, a repressão jurídica implicaria, certamente, a extinção dos clubes, mas não acabaria com a prostituição. Assistir-se-ia, como de resto parece já estar a acontecer nalgumas regiões transmontanas, onde recentemente foram encerrados alguns estabelecimentos, a uma reconfiguração do sector.

#### (v) Fomentar identidades de género flexíveis e alternativas

Partindo, mais uma vez, do princípio que a procura do sexo comercial e, de algum modo, o fenómeno da prostituição no seu todo remetem para as questões socioculturais do género e da sexualidade, é fundamental repensar o papel das instituições socializadoras centrais, nomeadamente a família e a escola, que, a par do Estado e da Igreja, são reconhecidas como as principais instâncias de socialização e/ou (re)produção da ordem de género dominante. A principal preocupação, a nosso ver, terá de passar pela responsabilização destas instituições, e de forma muito especial das duas primeiras, por uma formação efectiva no domínio do sistema sexo-género. Uma formação que impulse a significativa e consistente o processo de desconstrução dos valores tradicionais que estão na base da rígida e assimétrica dicotomia que preside à constituição dos papéis sociosexuais masculinos e femininos e que sustentam ideologicamente a existência das desigualdades de género e, em última instância, a procura de sexo mercantil nas modalidades actualmente dominantes. A partir daí, será legítimo aspirar-se à instauração de uma verdadeira democracia de género. As mudanças na expressão da sexualidade do homem e, bem assim, nos respectivos processos de estetização do desejo e do erotismo serão então inevitáveis e tornarão, por consequência, imperiosa a mudança no fenómeno da prostituição tal como hoje o conhecemos.

#### (vi) Os colectivos masculinos como via para a transformação das estruturas de género que sustentam a prostituição

A par dos processos pedagógicos a implementar pela instituição familiar, e especialmente pela escola, parece-nos ainda ser de extrema importância o papel de colectivos masculinos no processo de transformação das estruturas ideológicas do género e da sexualidade dominantes, nas quais se enraíza fortemente a prostituição. Trata-se, mais concretamente, de sugerir a criação de grupos orientados para um trabalho de reflexão e de (re)elaboração dos modelos de masculinidade, tal como já vem acontecendo em outros países, por exemplo na América Latina, onde, de um modo geral, a «cultura do machismo» é ainda bastante notória. Não têm de ser colectivos exclusivamente centrados nos clientes da prostituição, pois, como já se disse por diversas vezes, eles não são particularmente distintos dos demais homens. É sobre o quadro ideológico veiculado pelos processos de socialização, enquanto referência matricial de expressão da masculinidade no âmbito do sexo comercial e em muitos outros contextos da vida quotidiana, que os colectivos masculinos deverão procurar agir, assumindo o papel de animadores, mediadores e facilitadores de um processo comunitário de pedagogia sexual e de género, no âmbito do qual os indivíduos possam reflectir e debater o(s) sentido(s) daquilo que é o «modo de ser homem» dominante.

#### (vii) A realização de novos estudos para a discussão de políticas sexuais inclusivas

Constituindo a prostituição um campo social extremamente complexo e multifacetado, como acima foi já enunciado, a definição e a aplicação de políticas sexuais inclusivas depende, em larga medida, do seu conhecimento aprofundado e pluridisciplinar. Quer dizer, é fundamental uma compreensão das diferentes vertentes do campo institucional, com destaque para as lógicas e razões dos seus principais actores, como condição decisiva para a intervenção-acção com uma orientação emancipatória. Para tal é indispensável o contributo das perspectivas teóricas e das abordagens metodológicas da sociologia e da antropologia, sem obliterar o papel a desempenhar por outras ciências sociais, se possível em articulação densa, em contraponto a algumas interpretações psicologizantes e acções de cunho marcadamente policial-penal, actualmente dominantes. A nível metodológico é de vincar o papel da observação participante e da comunicação não-violenta orientada para a compreensão das razões e das práticas dos actores sociais envolvidos na economia do sexo. Acima de tudo, tal como foi nossa preocupação neste projecto que agora se conclui, é necessário dialogar e dar espaço de expressão aos principais protagonistas deste campo social, sobretudo às trabalhadoras sexuais, ora esquecidas, ora menosprezadas, quase sempre sujeitas a desclassificações dos mais variados tipos e a um ruído silencioso. Trata-se de colocar em prática o saber científico comprometido com a procura de soluções de política sexual baseadas na plena participação de todos os actores, em especial as mulheres, capaz de contribuir, no seu campo, para o esbatimento das desigualdades entre géneros numa perspectiva de inclusão plena de sectores sociais profundamente estigmatizados e marginalizados. Em

termos concretos e a curto prazo, consideramos relevante a realização de estudos focalizados no conhecimento de: (i) Origens sociais e trajectos de vida das mulheres, incluindo, no caso das imigrantes, pesquisa com trabalho de campo nos países de origem; (ii) processos de acesso e circulação das mulheres nos ambientes institucionais europeus; (iii) novas modalidades e processos de transformação das práticas de sexo mercantil, com destaque para a chamada prostituição de apartamentos, por ser, como já deixámos indicado, uma modalidade em expansão e pouco analisada; (iv) reconfigurações da economia do sexo em resposta, por um lado, às acções e constrangimentos impostos pela acção colectiva organizada dos actores sociais, organizações e instituições e pela intervenção do Estado, quase sempre repressiva; e, por outro, às oportunidades geradas pelas transformações recentes da economia, da sociedade e da cultura; (v) outros actores e agentes relevantes no campo da prostituição, nomeadamente clientes e empresários.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBOT, Pamela e WALLACE, Clara (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.
- ADLER, Laure (1993[1990]), *A Vida nos Bordéis de França (1830-1930)*, Lisboa: Terramar.
- AFONSO, Maria Graziela G. (1984), *Estudo de Casos: Prostituição e Espaço Social: O Caso do Intendente*, Lisboa: Universidade Nova.
- AGUSTIN, Laura M. (2000), *Trabajar en la Industria del Sexo*, em «[http://www.nodo50.org/mujeresenred/laura\\_agustin-1.html](http://www.nodo50.org/mujeresenred/laura_agustin-1.html)» (22/12/2003).
- AGUSTIN, Laura, (2002) «La Familia Española, la Industria del Sexo y las Migrantes», in O. Guasch y O. Viñuales (coord.) *Sexualidades: Diversidad y Control Social*, Barcelona: Bellaterra.
- ALEXANDER, Priscilla (2001), «Contextual Risk versus Risk Behaviour. The Impact of the Legal, Social and Economic Context of Sex Work on Individual Risk Taking», in *Research for Sex Work*, n.º 4, 3-4.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.
- ALTINK, Sietske (1983), *Huizen van Illusies; Bordelen en Prostitutie van Middelieeuwen tot Heden*, Utrecht: Veen.
- ALTINK, Sietske (1993), *Dossier Vrouwenhandel*, Amesterdão: SUA.
- ALTINK, Sietske (1995), *Handel in Harstocht; Het Prostitutiebedrijf in Nederland*, Zutphen: De Walburg Pers.
- AMADO, J. L. (2002), «Contrato de Trabalho Prostitucional?», in *Questões Laborais*, Vol. IX (20).
- AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto: Edições Afrontamento.
- ANDERSON, Laura (s/d), *Working in Nevada*, em «<http://www.bayswan.org/Laura.html>» (15/04/2002).
- APDHA (Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía) (2003), «Una aproximación a la prostitución y a la industria del sexo», paper presented to the workshop – *Mujeres Immigrantes que Hacen de la Prostitución su Modo de Vida*, org. APDHA, 10/05.
- ARANOVA, Fernando León de (2004), *Las mujeres invisibles*. P A N Y R O S A S, 25 de Marzo, em «<http://www.rebelion.org/mujer/040325lara.htm>» (05/07/2004).
- ARIES, Philippe e A. Béjin (orgs.) (1983), *Sexualidades Occidentais*, Lisboa: Contexto.
- ARMSTRONG, E. (1978), «Massage parlors and their customers», in *Archives of Sexual Behaviour*, n.º 7, p. 117.
- ARNOLD, K. (1977), «The Introduction of Poses to a Peruvian Brothel and Changing Images of Male and Female», in John Blacking (org.), *The Anthropology of the Body*, Londres: Academic Press, pp. 179-197.



- BADER, Veit (1991), *Collectief Handelen*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1998), *Ongetijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADINTER, Elisabeth (1993), *X Y: A Identidade Masculina*, Porto: Edições ASA.
- BADINTER, Robert (2002), «Prostitution et pénalisation», *Le Monde*, 20 de Fevereiro.
- BADONE, Ellen (1990), «Introduction» in E. Badone (org.), *Religions Orthodoxy and Popular Faith in European Society*, Nova Jérsea: Princeton University Press, 3-23.
- BAFFIE, J. e L. Husson (orgs.) (s/d), *Le commerce du sexe en Asie du Sud-Este*, CENRSI.
- BALBUENA, Patricia (2003), «Feminización de las migraciones: del espacio reproductivo nacional a lo reproductivo internacional», *Revista Aportes Andinos*, em «<http://www.uasb.edu.ec/padb/revista7/articulos/patricia%20balbuena.htm>» (05/07/2004).
- BARKER, G. e Loewenstein L. (1996), *Where the Boys are: Promoting Greater Male Involvement in Sexuality Education. Conclusions from a Qualitative Research in Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Cedes.
- BARRY, Kathleen (1979), *Female Sexual Slavery*, Nova Jersey: Avon Books.
- BARRY, Kathleen (1995), *The Prostitution of Sexuality*, Nova Iorque: New York University Press.
- BASTOS, Susana Pereira (1997), *O Estado Novo e os seus Vadios: Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa: Dom Quixote.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.
- BECKER, H. S. (1968), *Outsiders - Studies in the Sociology of Deviance*, Glencoe.
- BELL, Daniel (1977), *O Advento da Sociedade Pós-Industrial. Uma Tentativa de Previsão Social*, São Paulo: Editora Cultrix.
- BELL, Laurie (org.) (1987), *Good Girls/Bad Girls: Feminists and Sex Workers Face to Face*, Seattle: Seal Press.
- BELL, S. (1994), *Reading, Writing and Rewriting the Prostitute's Body*, Bloomington: Indiana University Press.
- BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.
- BISHOP, Ryan e ROBINSON, Lilian S. (1998), *Night Market: Sexual Cultures and the Thai Economic Miracle*, Nova Iorque e Londres: Routledge.
- BLANC, Marie-Ève, HUSSON, Laurence e MICOLLIER, Évelyne (orgs.) (2000), *Sociétés asiatiques face au sida*, Paris: L'Harmattan.
- BLOK, Anton (1981), «Rams and Billy-Goats: A Key to the Mediterranean Code of Honour», *Man*, vol. XVI (3), pp. 423-440.
- BOLTON, Ralph (1992), «Mapping terra incognita: Sex Researchs for AIDS Prevention - An Urgent Agenda for the 1990's», in Gilbert Herdt e Shirley Lindenbaum (orgs.), *The Time of AIDS: Social Analysis, Theory and Method*, Newbury Park: Sage Publications.
- BONELLI, Elena e MARCELA, Ulloa (coords.) (2001), *Tráfico y Inmigración de Mujeres en España. Colombianas e Ecuatorianas en los Servicios Domésticos y Sexuales*, (Informe), Madrid: Ed. ACSUR-Las Segovias.
- BOSSENBROEK, Martin e JAN, H. Kompagnie (1998), *Het Mysterie van de Verdunnen Bordelen: Prostitutie in Nederland in de Negentende Eeuw*, Amsterdão: Bert Bakker.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris: Éditions du Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1990), «La domination masculine», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 84, pp. 2-31.
- BOURDIEU, Pierre (1993a), «Compreende», in Pierre Bourdieu (sous la direction de), *La misère du monde*, Paris: Seuil, pp. 1388-1447.
- BOURDIEU, Pierre (1993b), «Post-scriptum», in Pierre Bourdieu (sous la direction de), *La misère du monde*, Paris, Seuil, pp. 1448-1554.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.

- BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- BRAGA, Teófilo (1985), *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Volume I, Lisboa: Dom Quixote [1885].
- BRANDES, Stanley (1981) «Like Wounded Stags: Male Sexual Ideology in an Andalusian Town», in Shelly B. Ortner e Harriet Whitehead (orgs.), *Sexual Meanings. The Cultural Construction of Gender and Sexuality*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 216-239.
- BRITO, Joaquim Pais de (1996), *Retrato de uma Aldeia*, Lisboa: Dom Quixote.
- BRIZ, Carmen (2002), «Ni victimas, ni esclavas: trabajadoras del sexo», (entrevista com Cristina Garaizabal), in *Trabajadoras*, n.º 4, pp. 10-12.
- BROMBERG, Sarah (1998), «Feminist Issues in Prostitution», in James Elias et al. (orgs.), *Prostitution: On Whores, Hustlers and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books, pp. 294-321.
- BROWN, Louise (2002), *Sex Slaves: The Trafficking of Women in Asia*, Londres: Virago.
- BROWNMILLER, Susan (1975), *Against our Will: Men, Women and Rape*, Nova Iorque: Simon and Schuster.
- BRUCKNER, P. e FINKIELKRAUT, A. (1989), *El Nuevo Desorden Amoroso*, Barcelona: Anagrama.
- BRUSSA, Licia (org.) (1999), *Health, Migration, Sex Work: The Experience of TAMPEP: Transnational AIDS/STD Prevention Among Migrant Prostitutes in Europe*, Amesterdão: TAMPEP.
- BURGESS, Robert (2001), *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras: Celta Editora.
- CABANAS, António (2000), «O Contrabando», in *Comunicação Congresso APS*, Coimbra.
- CAIN, M. (1977), «Household Time Budgets», in *Methodology Report*, n.º 1, Bangladesh Institute of Development Studies, VFS (Policopiado).
- CAMPBELL, John (1964), *Honour, Family and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*, Oxford: Clarendon Press.
- CAMPBELL, Rosie (1998), «Invisible Men: Making Visible Male Clients of Female Prostitutes in Merseyside», in James Elias et al. (orgs.), *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books, pp. 155-171.
- CAPLAN, Pat (org.) (1987), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres: Routledge.
- CARIA, Telmo (1999), «A Reflexividade e Objectivação do Olhar Sociológico na Investigação Etnográfica», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 55, pp. 5-36.
- CARMO, Isabel do e FRAGUAS, Fernando (1982), *Putas de Prisão: A Prostituição Vista em Custóias*, Lisboa: Regra do Jogo.
- CARRINGTON, Carmen e BETTS, Claude (2001), «Risk and Violence in Different Scenarios of Commercial Sex Work in Panama City», in *Research for Sex Work*, n.º 4, Amesterdão, pp. 29-30.
- CASAS, Laura Oso (2000), *Estratégias Migratorias de las Mujeres Ecuatorianas y Colombianas en Situación Irregular. Servicio Doméstico y Prostitución en Galicia, Madrid y Pamplona*, em «[http://www.apdha.org/download/laura\\_oso.doc](http://www.apdha.org/download/laura_oso.doc)» (15/03/2003).
- CASAS, Laura Oso (2004), «Mulleres inmigrantes y prostitución en Galicia», in *Andaina*, n.º 38, em «<http://www.pensamientocritico.org/lauoso0904.htm>».
- CASTELLS, Manuel (1996), *La société en réseaux: l'ère de l'information*, Paris: Fayard.
- CAVACO, Carminda (1990), «Os Campos da Raia Central na Perspectiva do Desenvolvimento Rural», in *Finisterra*, Vol. X, pp. 87-142.
- CAVACO, Carminda (org.) (1995), *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- CAZALS, Anne (1995), *Prostitution et proxenetisme en Europe*, Paris: Documentation Française, organizada pela Direction Centrale de la Police Judiciaire.
- CE (Comissão Europeia) (s/d), *Tráfico de Mulheres: A Miséria por trás da Fantasia: Da Pobreza à Escravatura Sexual. Uma Estratégia Europeia Global*, em «[http://eurona.eu.int/comm/justice\\_home/news/8mars\\_en.html](http://eurona.eu.int/comm/justice_home/news/8mars_en.html)» (05/04/2004).

- CHANT, Sylvia (1997), «Gender and Tourist Employment in Mexico and the Philippines», in M. Thea Sinclair (org.), *Gender, Work and Tourism*, Londres: Routledge, pp. 120-179.
- CHANT, Sylvia e Cathy McIlwaine (1995), *Women of a Lesser Cost: Female Labour, Foreign Exchange and Philippine Development*, Londres: Pluto.
- CHAVES, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- CHESSNAIS, François (1994), *La mondialisation du capital*, Paris: Syros.
- CIMTM (Comisión para la Investigación de Malos Tratos a Mujeres) (2002), *Informe Sobre el Tráfico de Mujeres y la Prostitución en la Comunidad de Madrid*, Madrid: Dirección General de la Mujer de la Comunidad de Madrid.
- CLES (Logement, Travail, Éducation, Santé) (2002), *Barcelona, Paris, Turin. Interventions sur la prostitution extracomunitaire*, Turin: OTTO Ed.
- COLE, Sally (1991), *Women of the Praia: Work and Lives in a Portuguese Coastal Community*, Nova Jersey: Princeton University Press.
- CONNELL, Robert (1995), *Masculinities: Knowledge, Power and Social Change*, Berkeley: University of California Press.
- COOK, Nerida (1998), «Dutiful Daughters', Estranged Sisters: Women in Thailand», in Krishna Sen e Maïla Stevens (orgs.), *Gender and Power in Affluent Asia*, Londres: Routledge, pp. 250-290.
- COOK, Nerida e JACKSON, Peter (1999), *Gender and Sexualities in Modern Thailand*, Chiang Mai: Silksworm Books.
- CORBIN, Alain (1992), *Les filles de nocce. Misère sexuelle et prostitution (XIX Siècle)*, Paris: Flammarion.
- CORBIN, Alain (1990), «A Relação Íntima ou os Prazeres da Troca», in P. Ariès e G. Duby (orgs.), in *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*. Vol. IV, Porto: Edições Afrontamento, pp. 502-561.
- CORREIA, A. A. Mendes (1913), *Os Criminosos Portugueses*.
- CORSO, Carla (2003), «Derribar las fronteras por el derecho a la inmigración», comunicação apresentada às IV Jornadas Internacionais de la Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía: *La Violencia de la Globalización y los Derechos Humanos*, Sevilla, 11-12-13 Octubre.
- COSTA, Adélia (1992), *Representações Sociais de Homens e Mulheres, Portugal 1991*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- COSTA, António Firmino da (1984), «Alfama: Entrepósito de Mobilidade Social», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 2: 3-35.
- COSTA, João Alves da (1983), *Droga e Prostituição em Lisboa*, Lisboa: Dom Quixote.
- COSTA, José Martins Barra de e Lurdes Barata Alves (2001), *Prostituição 2001: O Masculino e o Feminino de Rua*, Lisboa: Colibri.
- CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Lisboa: Edições Difel.
- CRESPO, Jorge (1994), *Contribuição para o Estudo do Lenocínio em Portugal*, Coimbra: Livraria Académica.
- CRUZ, Ana Maria Braga da (1986), «Análise de uma Experiência, sua História e Perspectivas Futuras», in *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), pp. 781-785.
- CRUZ, Francisco Ignácio [1984 (1841)], *Da Prostituição na Cidade de Lisboa*, Lisboa: Dom Quixote.
- CUNHA, Luís (2003), *Entre Espaço e Representação. Comunidade e Memória Social*, Braga: Universidade do Minho (dissertações de doutoramento).
- CUNHAL, Álvaro [1976 (1964)], *Contribuição ao Estudo da Questão Agrária*, I e II, Lisboa: Avante.
- CUTILEIRO, José (1988), «Honra, Vergonha e Amigos», in J. G. Peristiany (org.), in *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. ix-xxvii.

- DALTON, George (ed.) (1976), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, Nova Iorque: Beacon Press.
- D'ANDREA, Laura A. (2002), «Marcos nuevos para investigaciones vinculadas con el trabajo sexual», in *Research for Sex Work*, n.º 5, Junio, pp. 30-32.
- D'ANDREA, Laura Maria A. (2003), «La batalha por la 'verdad' sobre los trabajadores sexuales», *Ofrim Suplementos*, pp. 1-12.
- DANK, Barry (1998), «Sex Work, Sex Workers, and Beyond», in *Sexuality & Culture*, vol. 2, pp. 1-6.
- DANNA, D. (2003), *Trafficking and Prostitution of Foreigners in the Context of the EU Countries' Policy About Prostitution*, NEWR (Network for European Women's Rights) Workshop on Trafficking, Amesterdão, 25-26 de Abril.
- DARHENDORF, Ralph (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- D'AULNOIT, Béatrix (2000), «Suède: mais où sont passées les prostituées?», *Cosmopolitan* (edição francesa), n.º 314, pp. 125-129.
- DAVENPORT-HINES, Richard (1991), *Sex, Death and Punishment: Attitudes to Sex and Sexuality in Britain Since the Renaissance*, Londres: Collins [1990].
- DAVIDOFF, Leonore (1979), «Class and Gender in Victorian England: The diaries of Arthur J. Munby and Hannah Cullwick», in *Feminist Studies*, n.º 5, pp. 87-141.
- DAVIES, James C. (1962), «Toward a Theory of Revolution», *American Sociological Review*, vol. XXVII (1), pp. 5-19.
- DAY, S., WARD, H. e PERROTA, L. (1993), «Prostitution and HIV: Male Partners of Female Prostitutes», *British Medical Journal*, n.º 307, pp. 359-361.
- DAY, Sophie (1994), «L'argent et l'esprit d'entreprise chez les prostituées à Londres», *Terrain*, n.º 23, pp. 99-114.
- DEGLER, Carl N. (1999), «What Ought To Be and What Was: Women's Sexuality in the Nineteenth Century», in Judith Walzer Leavitt (org.), *Women and Health in America*, Madison: University of Wisconsin Press, pp. 192-222.
- DESCHAMPS, Catherine (2003), «Clandestinité et partage de territoire: la prostitution de rue à Paris», in *Gradhiva*, n.º 33, pp. 103-109.
- DOUGLAS, Mary (1976), *Pureza e Perigo*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- DOWNES, D. e ROCK, P. (1982), *Understanding Deviance*, Oxford: Clarendon Press.
- DUARTE, A. e CLEMENTE, H. (1982), *Prostituição Masculina em Lisboa*, Lisboa: Contra-Regra.
- DUBISCH, Jill (1986), «Introduction», in J. Dubisch (org.), *Gender & Power in Rural Greece*, Nova Jersey: Princeton University Press.
- DUBY, J. (1988), *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: O Casamento na França Feudal*, Lisboa: Dom Quixote.
- DURKHEIM, Emile (1974 [1895]), *Las Reglas del Método Sociológico*, Madrid: Morata.
- DURKHEIM, Emile (1977 [1893]), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa: Presença, Vol. I e II.
- DURKHEIM, Emile (1987 [1897]), *O Suicídio*, Lisboa: Gabinete de Estudos Sociais/Presença.
- DÜRR, Hans Peter (1988), *Nacktheit und Scham; Der Mythos vom Zivilisationsprozess*. Band 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- DÜRR, Hans Peter (1990), *Intimitat; Der Mythos vom Zivilisationsprozess*. Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- EDER, Franz X., Lesley Hall e Gert Hekma (orgs.) (1999), *Sexual Cultures in Europe: Themes in Sexuality*, Manchester: Manchester University Press.
- EDIS (Equipo de Investigación Sociológica) (2001), *Aproximación a la Realidad de la Prostitución Feminina en la Provincia de Salamanca. Año 2001*, Ayuntamiento y Diputación Provincial de Salamanca: Salamanca.

- ELIAS, James et al. (orgs.) (1998), *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books.
- ELIAS, Norbert (1989-90 [1939]), *O Processo Civilizacional*, vol. I e II, Lisboa: Dom Quixote.
- ELIAS, Norbert (1992), *A Busca da Excitação*, Lisboa: Difel.
- ELLIS, Albert (1959), «Why Married Men Visit Prostitutes», in *Sexology*, n.º 25, pp. 344-347.
- ENGELS, Friedrich (1964 [1884]), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- ENGELS, Friedrich (1975 [1884]), *A Situação da Classe Operária em Inglaterra*, Porto: Edições Afrontamento.
- ENNEW, Judith (1986), *The Sexual Exploitation of Children*, Cambridge: Polity Press.
- ERICSSON, L. O. (1980), «Charges Against Prostitution: an Attempt at a Philosophical Assessment», in *Ethics*, vol. 90 (3), pp. 335-366.
- ERICSSON, Lars (1997), «Charges Against Prostitution: An Attempt at a Philosophical Assessment», in L. Gruen e G. Panichas (orgs.), *Sex, Morality and the Law*, Londres: Routledge, pp. 87-106.
- FALCÓN, Lidia (1967), «Publicidad para la profesión que no tiene nombre», in *Cromosoma X*, n.º 10, pp. 53-58.
- FARLEY, Melissa et al. (1998), «Prostitution in Five Countries: Violence and Post-Traumatic Stress Disorder», *Feminism & Psychology*, vol. 8 (4), pp. 405-426.
- FAUGIER, J., HAYES, C. e BUTTERWORTH, C. (1992), «Researching Male Clients of Female Prostitutes: the Challenge for HIV Prevention», in *AIDS Care*, n.º 7, p. 1.
- FERNANDES, Paulo (2003), «Meimão - A Aldeia dos Solteiros», in *Povo da Beira* de 14-1-2003.
- FERNANDEZ, Isabel Holgado (2001), «Las nuevas retóricas de la inmigración femenina: la prostitución en las calles de Barcelona», in *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n.º 94 (100), em <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-100.htm>> (5/05/2003).
- FERNANDEZ, Isabel Holgado (2004), «Los invisibles en la industria del sexo», in *A Primera Plana*, n.º 12, em <http://www.aprimeraplana.org/www/No.12/paginas/invisibles.htm>» (12/12/2004).
- FERNÁNDEZ-FIGARES, Kim (s/d), *Nuestras Razones*, em <<http://personales.mundivia.es/trans/indez.htm>>, (18/11/2004).
- FERREIRA, Carlos (1995), «Envelhecimento na raia Luso-Espanhola: contornos de uma dinâmica demográfica recessiva», in C. Cavaco (org.), *As Regiões de Fronteira: Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa: Universidade de Lisboa, pp. 63-81.
- FIREMAN, B. e GAMSON, W. A. (1979), «Utilitarian Logic in the Resource Mobilization Perspective», in Zald, M. M. e Mcarthy, J. D. (orgs.), *The Dynamics of Social Movements*, Cambridge: Massachusetts: Harvard University Press.
- FLANDRIN, Jean Louis (1983), *Un temps pour embrasser. Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XIème siècle)*, Paris: Seuil.
- FLOWERS, R. (1998), *The Prostitution of Women and Girls*, Jefferson, Londres: MacFarland & Company.
- FONSECA, Ângelo (1902), *Da Prostituição em Portugal*, Porto: Tipografia Ocidental [tese de doutoramento].
- FONSECA, Aureliano B. da (1964), «Alguns aspectos da prostituição no Porto», in *O Médico*, n.º 680, pp. 20-28.
- FONTE, Barroso da (2003), «As lições de quem não tem moral», in *Jornal Mensageiro de Bragança*, 09.05, p. 8.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras: Celta.
- FOUCAULT, Michel (1994), *História da Sexualidade*, Lisboa: Relógio d'Água.
- FRAGOSO, A. (2001), «Empresário Tenta Legalizar «Alternadeiras» como Empregadas Domésticas», in *Jornal Público*, 12.10, p. 39.

- FRANCO, Cebrían (1977), *Prostitución y Sociedad*, Barcelona: A.T.E.
- FREDERICK, John e KELLY, Thomas L. (orgs.) (2001/2), *Fallen Angels: The Sex Workers of South Asia*, New Delhi: Lustre Press, Roli Books.
- FREUD, Sigmund (1959 [1915]), «Some Character Types Met With in Psycho-Analysis Works», in J. Riviere (org.), *Collected Papers of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Basic Books.
- GARAIZABAL, Cristina, (2002) *Una mirada feminista a la prostitución. Pensamiento crítico*, em <<http://www.pensamientocritico.org/Omujeresfem.htm>> (15/6/2002)
- GARCÍAS, Pedro (2001), «A Raia dos Clubs», in *Jornal Público*, 31/01, pp. 26-27.
- GEMME, R. et al. (1984), «A Report on Prostitution on Quebec», in *Working Papers on Prostitution and Pornography*, Report, n.º 11, Ottawa: Department of Justice.
- GERALDES, Alice (1987), *Gentes de Minifúndio. Produção e Reprodução Social em Mudança na Freguesia da Correlhá*, Braga: Universidade do Minho.
- GIÃO, Armando (1891), *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa*, Lisboa.
- GIBBENS, T. e SILBERMAN, M. (1960), «The Clients of Prostitutes», *British Journal of Venereal Diseases*, n.º 36, pp. 113-117.
- GIL, Carmen Gregório e FERNÁNDEZ, Ángeles Ramirez (2000), «En España es diferente...? Mujeres inmigrantes dominicanas y marroquises», in *Papers*, n.º 60, pp. 257-273.
- GIL, François (2003), «De la prostitution», in *Gradhiva*, n.º 33, pp. 111-118.
- GILMORE, David (1990), *Manhood in the Making: Cultural Concepts of Masculinity*, New Haven: Yale University Press.
- GLOVER, E. (1943), *The Psychopathology of Prostitution*, Londres: Institute for the Study and Treatment of Delinquency.
- GODDARD, Victoria (1987), «Honour and Shame: The Control of Women's Sexuality and Group Identity in Naples», in Pat Caplan (org.), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres: Routledge, pp. 166-192.
- GODINHO, Vitorino Magalhães [1980 (1971)], *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Arcádia.
- GOFFMAN, Erving (1961), *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*, Nova Iorque: Pelican Books.
- GOFFMAN, Erving (1963), *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, Nova Iérsia: Prentice-Hall.
- GOFFMAN, Erving (1974a), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1974b), *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, Massachusetts: Harvard University Press.
- GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio d'Água.
- GOLDEN, Arthur (1999), *Memoirs of a Geisha*, Londres: Vintage.
- GOMES, Alcina (2000), «Ponte liga Barca D'Alva a Espanha», in *Nova Guarda*, 14.06.2000.
- GOMES, Augusto Bogalho (1913), *História Completa da Prostituição*, Lisboa.
- GONZÁLEZ, E. e MARTÍNEZ, F. (2002), *De la Exclusión al Estigma: Mujeres Inmigrantes Africanas en Contextos de Prostitución en el Poniente Almeriense. Una Aproximación*, Almería: Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía.
- GONZÁLEZ, Rafael Alcaide (s/d), *La higiene de la prostitución en Barcelona: una aproximación a los contenidos médico-sociales del higienismo en España durante el siglo XIX*. <<http://www.ub.es/geocrit/pspestin.htm>> (30/03/2003).
- GOODY, Jack (1977), «Mémoire et apprentissage dans les sociétés avec et sans écriture: la transmission du Bagre», in *L'Homme*, vol. XVII (1), pp. 29-52.
- GOODY, Jack (1983), *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.



- GRAAF, R. de (1995), *Prostitutes and their Clients, Sexual Networks and Determinants of Condom Use*, Amsterdam: University of Amsterdam.
- GROEN, Marianne (1987), *Hoerenboek*, Amsterdão: Feministische Uitgeverij Sara.
- GURR, Ted Rober (1970), *Why Men Rebel*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- HAAVIO-MANNILA, E. e ROTKIRCH, A. (2000), «Gender Liberalisation and Polarisation: Comparing Sexuality in St. Petersburg, Finland and Sweden», in *The Finnish Review of East European Studies*, vol. 7, pp. 3-4.
- HABERMAS, Jürgen (1975), *Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío*, Buenos Aires: Amorrortu.
- HABIB, Claude (1994), *Pensées sur la prostitution*, Paris: Belin.
- HALL, C. Michael (1992), «Sex Tourism in South-East Asia», in David Harrison (org.), *Tourism and the Less Developed Countries*, Londres: Belhaven, pp. 64-74.
- HAMMERSLEY, Martin e ATKINSON, Paul (1983), *Ethnography: Principles in Practice*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul (1994), *Etnografía: Métodos de Investigación*, Barcelona: Paidós.
- HANDMAN, Marie-Elisabeth e MOSSUZ-LAVAU, Janine (sous la direction de) (2005), *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière.
- HARRISON, Rachel (2001), «Prostitution, Politics and Power: Issues of the 'Foreign' in Western Television Documentaries of Female Sex Workers in Thailand», in Shoma Munshi (org.), *Images of the 'Modern Woman' in Asia: Global Media, Local Meanings*, Londres: Routledge Curzon, pp. 138-168.
- HART, Angie (1994), «Missing Masculinity? Prostitutes' Clients in Alicante, Spain», in Andrea Cornwall e Nancy Lindisfarne (orgs.), *Dislocating Masculinity: Comparative Ethnographies*, Londres: Routledge, pp. 48-65.
- HART, Angie (1996), «Risky Business? Men Who Buy Heterosexual Sex in Spain», in Han ten Brummelhuis and Gilbert Herdt (orgs.), *Culture and Sexual Risk: Anthropological Perspectives on AIDS*, Nova Iorque: Gordon and Breach, pp. 135-154.
- HART, Angie (1998), *Buying and Selling Power: Anthropological Reflections on Prostitution in Spain*, Oxford: Westview Press.
- HEIDENSOHN, Frances (1985), *Women and Crime*, Houndmills: Macmillan.
- HEISE, L. L. e ELIAS, C. (1995), «Transforming AIDS prevention to Meet Women's Needs: a Focus on Developing Countries», in *Social Science & Medicine*, vol. 40 (7), pp. 931-943.
- HEISE, Lori (1997), «Violence, Sexuality and Women's Lives», in R. Lancaster e M. di Leonardo (orgs.), *The Gender Sexuality Reader*, Nova Iorque: Routledge.
- HELM, Thérèse van der (2002), «Migrations and Mobility of Sex Workers in the Netherlands», in *Research for Sex Work*, n.º 5, em «http://www.med.vu.nl/hcc/artikelen/vdhelm.htm» (15/11/2002).
- HESELINK, Liesbeth (1984), *Het zijn toch allemaal hoeren van nature. Standpunten over prostitutie in Nederlands-Indië en de daarmee samenhangende beelden van vrouwen*. Texto policiado, Universidade de Leiden.
- HEYL, Barbara (1979), «Prostitution: An Extreme Case of Sex Stratification», in Freda Adler e Rita Simon, *The Criminology of Women*, Boston: Houghton, pp. 196-210.
- HICKMAN, Katie (2004) *Courtesans: Money, Sex and Fame in the Nineteenth Century*, USA: Perennial Ed.
- HILL, Andreas (1994), «May the Doctor Advise Extramarital Intercourse?: Medical Debates on Sexual Abstinence in Germany, c. 1900», in Roy Porter e Mikulas Teich (orgs.), *Sexual Knowledge, Sexual Science. The History of Attitudes to Sexuality*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 284-302.

- HIRSCH, Michèle (1996), *Plan d'action de lutte contre la traite des femmes et la prostitution forcée*, Estrasburgo: Comité Directeur pour l'égalité entre les femmes et les hommes, Conseil de l'Europe.
- HOIGARD, Cecil e FINSTAD, Liv (1992), *Backstreets. Prostitution, Money and Love*, Cambridge: Polity Press.
- HOLZMAN, H. e PINES, S. (1982), «Buying Sex: The Phenomenology of Being a John», *Deviant Behaviour*, vol. 4, pp. 89-116.
- HOWARD, Keith (1995), *True Stories of the Korean Comfort Women*, Londres: Cassel.
- HOWELL, Jayne (2003), *Economic and Social Obligations of Women Street Prostitutes in Southern Mexico*, Working paper 278, Women and International Development, 202 International Center, Michigan State University.
- HUMAN RIGHTS WATCH and WOMEN'S RIGHTS PROJECT (1993), *A Modern Form of Slavery, Trafficking of Burmese Women and Girls into Brothels in Thailand*. (Report).
- HUSSON, Laurence (2001), «Sexualité, prostitution et sida en milieu urbain indonésien», in Marie-Eve Blanc, Laurence Husson et Evelyne Micollier (orgs.), *Sociétés Asiatiques Face au Sida*, Paris: l'Harmattan, pp. 41-66.
- IACUB, Marcela (2000), «Reproduction et division juridique des sexes», in *Les temps modernes*, n.º 609, pp. 242-262.
- IOM (International Organization for Migration) (1996), *Trafficking in Women from Dominican Republic for Sexual Exploitation*, Budapeste, Ed. Migration Information Programme.
- IOM (International Organization for Migration) (2001), «New IOM figures on the global scale of trafficking», in *Trafficking in Migrants*, n.º 23, April, Special Issue.
- ITURRA, Raul (1983 (1976)), «Estratégias na Organização Doméstica da Produção na Galiza Rural» in *Ler História*, 1:81-109.
- JÁUDENES, E. B. (2001), «Abordando las claves del problema», in Elena Bonelli Jáudenes et al., *Tráfico e Inmigración de Mujeres en España. Colombianas y Ecuatorianas en los Servicios Domésticos y Sexuales*, Madrid: Ed. ACSUR - Las Segovias, pp. 19-25.
- JEFFREYS, Sheila (1985), *The Spinster and Her Enemies. Feminism and Sexuality 1880-1930*, Londres: Pandora.
- JEFFREYS, Sheila (1999), «Globalizing Sexual Exploitation: Sex Tourism and the Traffic in Women», *Leisure Studies*, n.º 18, pp. 179-196.
- JIMENEZ, Antón e VALLEJO, Diego (1997/98), *Estudio Sobre la Prostitución Femenina en la Comunidad de Castilla y León*, Junta de Castilla y León, documentos da Mujer.
- JONES, Gavin W., SULISTYANINGSIH, Endang e HULL, Terence H. (1999), «Prostitution in Indonesia», in Lean Lim Lin, *The Sex Sector: The Economic and Social Bases of Prostitution in Southeast Asia*, Geneva: International Labour Office, pp. 29-66.
- JOURNAL L'HUMANITÉ (2003), «Prostitution. La mauvaise passe de Nicolas Sarkozy», *Rubrique Société*, vol. 20, Décembre.
- JULIANO, Dolores (2002), *La Prostitución: El Espejo Oscuro*, Barcelona: Icaria Editorial.
- KAUFMAN, Michael (1992), «Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias de poder entre los hombres», in Luz G. Arango, Magdalena León e Mara Viveros (orgs.), *Género y Identidad: Ensayos sobre lo Feminino y lo Masculino*, sl: Tercer Mundo Editores.
- KAUFMAN, Michael (org.) (1987), *Beyond Patriarchy: Essays by Men on Pleasure, Power and Change*, Nova Iorque, Toronto: Oxford University Press.
- KELLY, L. e REGAN, L. (2000), *Stopping Traffick: Exploring the Extent of, and Responses to Trafficking in Women for Sexual Exploitation in UK*, Londres: Police Research Series, paper 125.
- KEMPADOO, Kemala (1998), «Introduction: Globalizing 'Sex Workers' Rights», in Kamala Kempadoo e Jo Doezema (orgs.), *Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition*, Londres: Routledge, pp. 1-28.

- KHATINI, Slamah (1998), «Transgenders and Sex Work in Malaysia», in K. Kempadoo e J. Doezema (orgs.), *Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition*, Londres: Routledge, pp. 210-214.
- KIMMEL, Michael (1997), «Homophobia, Fear, Shame, and Silence in Masculine Identity», in T. Valdés e J. Olavarría (orgs.), *Masculinidades: Poder y Crisis*, FLACSO-Chile: Ediciones de las Mujeres, n.º 24, pp. 49-61.
- KINNEL, H. e GRIFFITHS, R. K. (1989), «Male Clients of Female Prostitutes in Birmingham. England: A Bridge for Transmission of HIV?», in *Central Birmingham Health Authority*, Department of Public Health.
- KINNEL, Hillary (2001), «Murderous Clients and Indifferent Justice. Violence Against Sex Workers in the UK», in *Research for Sex Work*, n.º 4, Amesterdão, pp. 22-24.
- KRUHSE-MOUNTBURTON, S. (1992), «AIDS Awareness and Condom Use: Attitudes of Male Clients of Heterosexual Prostitution in the NT», in *National AIDS Bulletin*, Agosto, pp. 41-44.
- LARA, Ángel Luis (2004), «La dignidad de las trabajadoras del sexo», in *Pan y Rosas*, 25 de Marzo, em «<http://www.rebellion.org/mujer/040325lara.htm>» (05/07/2004).
- LASLETT, Peter (1977), *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge.
- LAZARADIS, G. (2001), «Trafficking and Prostitution: the Growing Exploitation of Migrant Women in Greece», in *The European Journal of Women's Studies*, vol. 8, pp. 67-102.
- LEIDHOLDT, D. (1998), «Prostitution: A Contemporary Form of Slavery», Coalition Against Trafficking in Women, *United Nations Working Group on Contemporary Forms of Slavery*, Geneva, Maio, em «<http://www.url.edu/articl/wms/hughes/catw/slavery.htm>» (02/11/2001).
- LEITE, Gabriela, 1998, «Integra (editada) do chat com», em «<http://www.acd.ufrj.br/pacc/chat/gabri.html>» (19/12/2002).
- LEMERT, Edwin M. (1967), «The Concept of Secondary Deviation», in *Human Deviance. Social Problems and Social Control*, Eaglewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, pp. 40-64.
- LEMOS JÚNIOR, Alfredo Tovar de (1908), *A Prostituição: Estudo Antropológico da Prostituta Portuguesa*, Lisboa: Centro Typographico Colonial.
- LEMOS JÚNIOR, Alfredo Tovar de (1937), *Para Extinguir a Sífilis Criemos Dispensários*, Lisboa: Direcção Geral de Saúde.
- LEMOS, A. Tovar de (1953), *Inquérito Acerca da Prostituição e Doenças Venéreas em Portugal*, Lisboa: Editorial Império.
- LERIDON, H. et al. (1998), «The Europeans and Their Sexual Partners», in M. Hubert, N. Bajos e T. Sandfort (orgs.), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe*, Londres: UCL.
- LEVENKRON, Nomi e DAHAN, Yossi (2003), *Women as Commodities. Trafficking in Women in Israel 2003*, Hotline for Migrant Workers, Isha L'isha - Haifa Feminist Center, Adva Center.
- LEWIN, B. (org.) (1996), *Sex in Sweden: On the Swedish Sexual Life*, Estocolmo: The National Institute of Public Health.
- LEWIS, Milton, BAMBER, Scott e WAUGH, Michael (orgs.) (1997), *Sex, Disease, and Society*, Westport: Greenwood Press.
- LIBERATO, Maria Isabel Viegas (2000), «Da Tolerância da Prostituição à Exclusão Social da Prostituta (1841-1926)», in Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro (orgs.), *Exclusão na História*, Lisboa: Celta, pp. 53-68.
- LIBERATO, Maria Isabel Viegas (2002), *Sexo, Ciência, Poder e Exclusão Social. A Tolerância da Prostituição em Portugal (1841-1926)*, Lisboa: Livros do Brasil.
- LIN, Lean Lim (1998), *The Sex Sector: The Economic and Social Bases of Prostitution in Southeast Asia*, Geneva: International Labour Office.
- LIPSET, Samuel (1960), *Political Man*, Nova Iorque: Doubleday.
- LLORENTE PINTO, José Manuel (1996), «El sector primario en Salamanca y sus comarcas fronterizas», in *The European Journal of Women Studies*, vol. 10 (1), pp. 29-50.

- zas», Lorenzo López Trigoal, Rubén Lois Gongalez, François Guichard (orgs.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Actas Simposium Vilar Formoso, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 111-122.
- LOIZOS, Peter (1994), «A Broken Mirror; Masculine Sexuality in Greek Ethnography», in Cornwall e Nancy Lindisfarne (orgs.), *Dislocating Masculinity*, Londres: Routledge, pp. 66-81.
- LOMBROSO e FERRERO, G. [1927 (1893)], *La Donna Delinquente, la Prostituta e la Donna Normale*, Torino: Bocca.
- LONCLE, François (2001), «A Europa Ocidental, Proxena das Mulheres de Leste», *Le Monde Diplomatique*, n.º 32, pp. 8-9.
- LOPES, João Teixeira (2003), «A Sociedade Portuguesa como Desafio», in *Ideias à Esquerda*, n.º 1, pp. 76-79.
- LOPEZ-JONES, Nina (1988), «Workers: Introducing the English Collective of Prostitutes», in Frédérique Delacoste e Priscilla Alexander (orgs.), *Sex Work: Writings by Women in the Sex Industry*, Londres: Virago, pp. 271-278.
- LORBER, Judith e FARRELL, Susan A. (orgs.) (1991), *The Social Construction of Gender*, Londres, Nova Deli: Sage Publications.
- LOUIS, Marie-Victoire (1999), «Bourdieu: défense et illustration de la domination masculine», *Les temps modernes*, n.º 604, pp. 325-358.
- LOUIS, Marie-Victoire (1999), «Le corps humain mis sur le marché», in *Manière de voir*, n.º 44, pp. 13-15.
- MACAN-MAKAR, M. (s/d), *Modern Slavery - Forcing Millions of Women into the Sex Trade*, em «<http://www.twinside.org.sg/title/millions.htm>» (05/03/2004).
- MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, Género, Ciência e Cidadania. Uma Abordagem Sociológica da Investigação Judicial da Paternidade*, Braga: Universidade do Minho (dissertação de doutoramento, policopiado).
- MANDERSON, Lenore (1996), *Sickness and the State: Health and Illness in Colonial Malaya 1870-1940*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MANDERSON, Lenore e JOLLY, Margaret (orgs.) (1997), *Sites of Desire, Economies of Pleasures: Sexualities in Asia and the Pacific*, Chicago: University of Chicago Press.
- MANDERSON, Lenore e LIAMPUTTONG, Pranee (orgs.) (2002), *Coming of Age in South and Southeast Asia. Youth, Courtship and Sexuality*, Richmond: Curzon Press.
- MANITA, Celina e OLIVEIRA, Alexandra (2002), *Estudo de Caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos*, Porto: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MARTILLA, Anne-Maria (2003), «Consuming Sex: Finnish Male Clients and Russian and Baltic Prostitution», paper apresentado na 5th European Feminist Research Conference - *Gender and Power in the New Europe*, Suécia, Lund University, 20-24 de Agosto.
- MARTINELLI, Bruno (2000), *Entre systématique et empathie: réflexion sur la démarche ethnologique*, Aix-en-Provence: Université de Provence (texto policopiado).
- MARX, Karl (1974), *O Capital*, I e II, Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1975), *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Estampa.
- MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCHI, A., PELLERINO, A., TAYLOR, J.E. (1998), «Una evaluación de la teoría de la migración internacional: el caso de América del Norte», in Malgesini, G. (comp.), *Cruzando Fronteras. Migraciones en el Sistema Mundial*, Madrid: Icaria, Fundación Hogar del Empleado, pp. 189-264.
- MATHIEU, Lilian (2000), «L'espace de la prostitution: éléments empiriques et perspectives en sociologie de la déviance», in *Sociétés contemporaines*, n.º 38, pp. 99-116.
- MATHIEU, Lilian (2003), «The Emergence and Uncertain Outcomes of Prostitutes' Social Movements», in *The European Journal of Women Studies*, vol. 10 (1), pp. 29-50.

- MATHIEU, Nicole-Claude (1999), «Bourdieu ou le pouvoir auto-hypnotique de la domination masculine», *Les temps modernes*, n.º 604, pp. 286-324.
- MAUPASSANT, Guy de (1877), «Lettre à Robert Pinchon», in Guy de Maupassant, *Lettres. Sommaire Chronologique*, n.º 67, em «http://maupassant.free.fr/corresp/» (19/03/2004).
- MAUSS, Marcel (1993 [1924]), «Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques» in M. Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, pp. 143-279.
- McKEGANEY, N. (1994), «Why do Men Buy Sex and What Are Their Assessments of HIV Related Risks When They Do?», in *AIDS Care*, vol. 6 (3), pp. 289-301.
- McKEGANEY, N. e BARNARD, M. (1996), *Sex Work on the Streets: Prostitutes and Their Clients*, Buckingham: Open University Press.
- McLEOD, Eileen (1982), *Working Women: Prostitution Now*, Londres: Croom Helm.
- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
- MEDEIROS, Regina de Paula (2000), *Hablan las Putas*, Barcelona: Virus Editorial.
- MENDOZA, Rocio (1999), «Prólogo a la edición española», in Siriporm Skrobanek, Nattaya Boonpakdi e Chutima Janthakeero (orgs.), *Tráfico de Mujeres: Realidades Humanas en el Negocio Internacional del Sexo*, Madrid: Narcea, pp. 9-13 [1997].
- MENS, Lucie van (1992), *Prostituite in Bedrijf: Organisatie, Management en Arbeidsverhoudingen in Seksclubs en Privehuizen*, Delft: Eburon.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- MICHAEL, R. T. et al. (1994), *Sex in America: A Definitive Survey*, Boston: Little, Brown and Company.
- MILL, John Stuart (1966[1869]), «The Subjection of Women», in J. S. Mill, *Three Essays*, Londres: Oxford University Press.
- MILLET, Kate (1974), *Política Sexual*, Lisboa: Dom Quixote.
- MILLET, Kate (1971), *The Prostitution Papers*, Nova Iorque: Avon Books.
- MONTREYNAUD, Florence (1999), «La prostitution, un droit de l'homme?», in *Manière de voir*, vol. 44, pp. 19-21.
- MONZINI, P. (2001), «Trafficking in Women and Girls and the Involvement of Organized Crime With Reference to the Situation of Central and Eastern Europe», comunicação apresentada à *I.ª Conferência da Sociedade Europeia de Criminologia*, Lausanne, Setembro, 6-8.
- MORIN, Edgar (1973), *O Paradigma Perdido. A Natureza Humana*, Mem Martins: Europa-América.
- MORRIS, Desmond (1967), *O Macaco Ni*, Mem Martins: Europa-América.
- MURRAY, Alison (1991), *No Money, no Honey: A Study of Street Traders and Prostitutes in Jakarta*, Singapore: Oxford University Press.
- NAVARRO, V.; GARCIA, M.; CASARRAMONA, M. L.; LOPEX, S.; QUIROGA, A.; SANTACANA, A. (2001), *Análisis de la Prostitución Femenina a Catalunya: propuestas Executives I legislatives per Millorar una Situació Problemática*, Barcelona: Programa de polítiques públiques I socials de la Universitat Pompeu Fabra The Johns Hopkins University.
- NELSON, Nici (1987), «Selling Her Kiosk: Kikuyu Notions of Sexuality and Sex for Sale in Mathare Valley, Kenya», in Pat Caplan (org.) *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres: Tavistock, pp. 217-239.
- NENCIEL, Lorraine (1994), «The Secrets Behind Sexual Desire: the Construction of Male Sexuality in Lima, Peru», *Etnofoor*, vol. VII (2), pp. 59-75.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia (1995), «British sex tourists in Thailand», in M. Maynard e J. Purvis (orgs.), *(Hetero) Sexual Politics*, Londres: Taylor & Francis.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia (1998), *Prostitution, Power and Freedom*, Ann Arbor Michigan: The University of Michigan Press.

- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia (2001), «Punter Fiction: Stories Clients Tell About Their Prostitute Use», in Marjut Jyrkinen e Leena Karjalainen (orgs.), *Minors in the Sex Trade*, Comissão Europeia, Relatório do projecto «Stop».
- O'NEILL, M. (1996), *Prostitution, Feminism and Critical Praxis: Profession Prostitute?*, em «http://www.staffs.ac.uk/schools/humanities\_and\_soc\_sciences/sociology/level3/prost3.htm» (8/5/2002).
- OIT – ORGANIZACION INTERNACIONAL DO TRABALHO (1998), «La industria del sexo: los incentivos económicos y la penuria alimentan el crecimiento», *Trabajo*, n.º 26, Septiembre/Octubre.
- OLAVARRIA, J. et al. (1998), *Literature Review for the Symposium on Male Participation in Sexual and Reproductive Health: New Paradigms*, em «http://www.iprwht.org/publications/download/monographs/mi\_symp\_litrev\_e.pdf» (07/05/2004).
- OLIVEIRA, Alexandra (2004), *As Vendedoras de Ilusões: Estudo sobre Prostituição, Alterne e «Strip-tease»*, Lisboa: Editorial Notícias.
- OLIVEIRA, Maria et al. (2001), «Taking a Look at Sex Work, Risks and Violence in Brazil», in *Research for Sex Work*, n.º 4, Amesterdão, pp. 27-28.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1995), «La politique du terrain: sur la production des données en anthropologie», in *Enquête*, n.º 1, pp. 71-109.
- OLSON, M. (1982[1965]), *The Logic of Collective Action*, Massachusetts, Londres: Cambridge.
- PACHECO, José (2000), *O Sexo Por Cá*, Lisboa: Livros Horizonte.
- PAIS, José Machado (1983), «A Prostituição na Lisboa Boémia dos Inícios do Século XX», in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 939-960.
- PAIS, José Machado (1985), *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa: Ed. Quercó.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Ambar.
- PAPANÉK, H. e SCHWEDE, L. (1988), «Women are Good With Money», in D. Dwyer e J. Bruce (orgs.), *A Home Divided*, Stanford: Stanford University Press, pp. 71-98.
- PARENT, Colette (2001), «Les identités sexuelles et les travailleuses de l'industrie du sexe à l'Aube du nouveau millénaire», in *Sociologie et sociétés*, vol. 33 (1), pp. 159-178.
- PARENT-DUCHÂLET, A. J. B. (1981 [1857]), *De la prostitution dans la ville de Paris*, 3ème édition, Paris: Baillière.
- PARK, Robert (1987), «A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano», in O. G. Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- PARKER, Richard (s/d), *Aspectos Antropológicos da Epidemia do HIV/Aids no Brasil*, em «http://www.aids.gov.br/udtv/doc07.htm» (14/08/2004).
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott (1956), «Family Structure and Socialization of the Child» in T. Parsons an R. Bales (orgs.), *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres: Routledge & Kegan Paul, pp. 35-131.
- PARSONS, Talcott (1988), *El Sistema Social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PAUL, Amy Raquel (1997), *It Isn't Love, It's Business: Prostitution as Entrepreneurship and its Implications for Barbados*, Ph D Dissertation, University California at Los Angeles.
- PEREIRA, Inocência (2003), «Mães de Bragança e Chaves Unidas Contra a Prostituição», in *Jornal Mensageiro de Bragança*, 09.05, p. 9.
- PERISTIANY, J.C. (1988 [1965]), «Introdução», in J. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrâneas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 3-10.
- PERKINS, R. (1991), *Working Girls: Prostitutes, Their Life and Social Control*, Camberra: Australian Institute of Criminology.



- PERKINS, Roberta e BENNETT, Garry (1985), *Being a Prostitute: Prostitute Women and Prostitute Men*, Sydney, Londres e Boston: George Allen & Unwin.
- PHETERSON, Gail (1996), *The Prostitution Prism*, Amesterdão: Amsterdam University Press.
- PHETERSON, Gail (1999), «The Category Prostitute in Scientific Inquiry», in *Reproductions*, Issue 2.
- PHIZACKLEA, A. (1997), «Sex, Marriage and Maids», paper apresentado na Conferência *Non Military Aspects of Security in Southern Europe: Migration, Employment and Labour Market*, Santorini, Grécia, 19-21 de Setembro.
- PHOENIX, A. (1998), «Representing New Identities: 'Whiteness' as Contested Identity in Young People's Accounts», in K. Koser e H. Lutz (orgs.), *The New Migration in Europe: Social Construction and Social Realities*, Basingstoke: Macmillan.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa: Circulo de Leitores.
- PINTO, José M. Silva (1991), *Violência e Prostituição*, Lisboa: ISCSP.
- PISANO, Isabel (2002), *Yo Puta. Hablan las Prostitutas*, Barcelona: Plaza & Janés Editores.
- PITT-RIVERS, J. (1961), *The People of the Sierra*, Chicago: The University of Chicago Press.
- PLUMRIDGE, E. et al. (1997), «Discourses of Emotionality in Commercial Sex: The Missing Client voice», in *Feminism and Psychology*, n.º 7, pp. 165-181.
- POINARD, Michel (1996), «En torno al sector central de la raya», in Lorenzo López Trigal, Rubén Lois González e François Guichard (orgs.), *La Articulación Territorial de la Raya Hispano-Portuguesa*, Acatas Simposium Vilar Formoso, pp. 55-56. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- POIRIER, Jean et al. (1995), *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Lisboa: Celta.
- PONS, Ignasi e SERRA, Victoria (1998), «Female Prostitution in Spain: Neither Criminals nor Victims», in James Elias et al. (orgs.), *Prostitution: On Whores, Hustlers and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books, pp. 493-500.
- PORTER, Dorothy (1999), *Health, Civilization and the State. A History of Public Health from Ancient to Modern Times*, Londres: Routledge.
- PORTER, Roy (1999), *The Greatest Benefit to Mankind. A Medical History of Humanity from Antiquity to the Present*, Londres: Fontana Press.
- PRICE, Joshua (2001), «Violence Against Prostitutes and a Re-Evaluation of the Counterpublic Sphere», in *Genders*, n.º 34, Colorado, em «[http://www.gndres.org/g34/g34\\_price.html](http://www.gndres.org/g34/g34_price.html)» (5/11/2003).
- RAPHAEL, J. e D. L. Shapiro (2004), «Violence in Indoor and Outdoor Prostitution Venues», *Violence Against Women*, vol. 10 (2), pp. 126-139.
- REITER, Rayna (1975), «Men and Women in the South of France. Public and Private Domains», in R. Reiter (org.) *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 252-282.
- REMY, Jean (1975), «Espace et théorie sociologique: problematique de recherche», in *Recherches sociologiques*, 3: 279-293.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2003), «Os Modernos Cavaleiros do Asfalto: Risco e Transgressão nas Estradas Portuguesas», in Jorge Freitas Branco e Manuel João Ramos (orgs.), *Estrada viva? Aspectos da Motorização na Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Assírio & Alvim, pp. 31-50.
- RIBEIRO, Manuela (1995), «As Histórias de Vida Enquanto Procedimento de Pesquisa Sociológica: Reflexões a Partir de um Processo de Pesquisa de Terreno», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 44, pp. 125-141.
- RIBEIRO, Manuela (1997), *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas, em Regiões de Montanha (Barroso, 1940-1990)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- RIBEIRO, Manuela (2002), «E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações Introdu-

- tórias sobre as Notas e o Trabalho de Campo como Processo Social», in Telmo H. Caria (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 99-114.
- RIBEIRO, Manuela (2004), «As Prostitutas Também São Mães», Comunicação apresentada no *V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, 12-15 Maio.
- RIBEIRO, Manuela e SACRAMENTO, Octávio (2002), «Prostituição Feminina no Espaço Transfronteiriço Ibérico: Um Caso Muito Particular de Circulação de Pessoas», *Cadernos do Noroeste*, vol. 18 (1-2), pp. 205-227.
- RIBEIRO, Manuela e Octávio Sacramento (2005), «Violence Against Prostitutes. Findings of Research in the Spanish-portuguese Frontier Region», in *European Journal of Women's Studies*, 12 (1), pp. 61-81.
- RICHARD, Amy (1999), «International Trafficking in Women to the United States: a Contemporary Manifestation of Slavery and Organized Crime», *Exceptional Intelligence Analyst Program* (Center for the Study of Intelligence - State Department's Bureau of Intelligence and Research).
- RIGG, Jonathan (1997), *Southeast Asia: The Human Landscape of Modernization and Development*, Londres: Routledge.
- RIPLEY, Amanda (2003), «When the 'Meninas' Came to Town», *Time (Europe Magazine)*, vol. 162 (15), (20-10-2003): 40-47.
- ROBERTS, Nickie (1996), *A Prostituição através dos Tempos na Sociedade Ocidental*, Lisboa: Editorial Presença.
- ROBINSON, Lillian (2002), «Sex and the City: La prostitution a l'ère des migrations mondiales», *Recherches féministes*, vol. 15, n.º 2, pp. 41-64.
- RODRIGUES, Ângelo (1902), *Da Prostituição em Portugal*, Porto.
- ROJEK, Chris (1995), *Decentring Leisure: Rethinking Leisure Theory*, Londres: Sage Publications.
- ROUNDING, Virginia (2003), *Grandes Horizontales: The Lives and Legends of Four Nineteenth-Century Courtesans*, Nova Iorque: Bloomsbury USA.
- RUBIN, Gayle (1975), «The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex», in R. Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press.
- RUBIN, Gayle (1992), «Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality», in Carole S. Vance (org.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, Londres: Pandora, pp. 267-319.
- RUBIO HERANZ, Blanca et al. (2002), *Aproximación a la Realidad de la Prostitución Femenina en la Provincia de Salamanca. Año 2001*, Salamanca: Copisteria OPE.
- RUBIO, Maria Isabel J. (2001), «El estudio sobre las masculinidades. Panorámica general», in *Gazeta de Antropología*, n.º 17, em «[http://www.ugr.es/~pwlac/G17\\_27Marialsabel\\_Jociles\\_Rubio.html](http://www.ugr.es/~pwlac/G17_27Marialsabel_Jociles_Rubio.html)» (12/02/2001).
- RUIZ, J. L. Solana (2002), «Cuestionando estereotipos sobre las mujeres prostitutas», in *Gazeta de Antropología*, n.º 18, em «[http://www.ugr.es/~pwlac/G18\\_08JoseLuis\\_Solana\\_Ruiz.html](http://www.ugr.es/~pwlac/G18_08JoseLuis_Solana_Ruiz.html)» (15/03/2003).
- RUSHING, William A. (1995), *Aids Epidemic. Social Dimensions of an Infectious Disease*, Boulder: Westview Press.
- RUSKIN, John (1902[1865]), «Of Queen's Garden», in *Sesame and Lilies*, Londres: Homewood Publishing Company.
- SACRAMENTO, Octávio, 2004, «Gigantes com Pés de Barro: Sobre as Ambiguidades que Permeiam a (Des)Construção da Masculinidade entre os Clientes da Prostituição Transfronteiriça Ibérica», comunicação apresentada no *V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, 12-15 Maio.
- SALLES, Catherine (1982), *Les bas-fonds de l'antiquité*, Paris: Laffont.
- SANCHIS, Pierre (1983), *Arraial. Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- SCAMBLER, G. et al. (1997), *Rethinking Prostitution: Purchasing Sex in the 1990's*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- SCHNEIDER, J. (1971), «Of Vigilance and Virgins: Honor, Shame and Access to Resources in Mediterranean Societies», in *Ethnology*, vol. X (1), pp. 1-24.
- SCHOOOR, Leonie van den (2003), «CSW Struikelt Over Prostitutie en Pornografie», in *E-quality Matters*, n.º 4, April, p. 1.
- SCHUTTER, Martine de (s/d), *New Paradigms for Male Participation in Sexual and Reproductive Health in Latin America*, em «[http://www.livred.unige.ch/information/publications/pdf/yp\\_genre\\_homme/vp\\_13hom\\_schutter.pdf](http://www.livred.unige.ch/information/publications/pdf/yp_genre_homme/vp_13hom_schutter.pdf)» (consultado em 2004.05.19).
- SCHWARZENBACH, Sibyl (1998), «On Owning the Body», in James Elias et al., *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books.
- SCOTT, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SEACRAVES, Anne (2003), *Soiled Doves: Prostitution in the Early West*, Wesanne Publishers.
- SEIDLER, Victor (1994), *Unreasonable Men: Masculinity and Social Theory*, Londres: Routledge.
- SEIDLER, Victor (org.) (1992), *Men, Sex and Relationships*, Londres: Routledge.
- SENNET, Richard (2001), *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do Novo Capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- SERENANA Y PARTAGAS, Prudêncio (1882), *La prostitución en la ciudad de Barcelona estudiada como enfermedad social y considerada como origen de otras enfermedades dímicas, orgánicas y morales de la población barcelonesa*, Barcelona: Nova edição com prefácio de Rafael Alcalde González.
- SERVIÇO GALEGO DE IGUALDADE – CONSELLERÍA DE FAMILIA, XUVENTUDE, DEPORTE E VOLUNTARIADO (ed.) (2004), *A Prostitución Feminina na Comunidade Autónoma de Galicia*, S.l., Xunta de Galicia.
- SHRAGE, Laurie (1994), *Moral Dilemmas of Feminism: Prostitution, Adultery and Abortion*, Londres: Routledge.
- SHULKE, N. (2001), «O Fenómeno da Prostituição na Região da Galiza. Enquadramento Legal. Estratégias de Intervenção», Comunicação oral ao 2.º Workshop – *Diversidade na Unidade: Experiências Internacionais e o seu Contexto*, Projecto *De Rua em Rua* (STOP), Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Porto, 18 de Outubro.
- SILVA, Manuel Carlos (1989), «Economia, Campesinato e Estado Novo», in *Ler História*, 15: 111-155.
- SILVA, Manuel Carlos (1993), «Casa e Casas em Espaço Rural: o Poder Doméstico», in *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol. 1, pp. 992-999, Lisboa: Fragmentos.
- SILVA, Manuel Carlos (1995), «Sociedade-Providência em Meio Rural: Virtualidades e Limites», in *Socius*, 3 e in A. L. Marin e P. C. Ruiz (1999) (orgs.), *La participación en un Mundo en Crisis: 155-179*, *Actas del Congreso Mundial de Sociología*, SubComité Ibero-Americano del Comité de Investigación 10, ISA.
- SILVA, Manuel Carlos (1998a), *Resistir e Adaptar-se: Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1998b), «Prostituição Feminina: Uma Primeira Abordagem para uma Pesquisa», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, n.º 1, pp. 227-244.
- SILVA, Manuel Carlos (2002a), «Honra-Vergonha: Código Cultural Mediterrânico ou Forma de Controle Patrimonial e Sociopolítico de Mulheres?», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (3-4), pp. 125-144.

- SILVA, Manuel Carlos (2002b), «Conflitos Interfamiliares e 'Mal de Inveja'», in *Análise Social*, vol. XXXVII (162), pp. 209-241.
- SILVA, Manuel Carlos (2004), «Género e Classe no Fenómeno Prostitucional: O Caso de Estudo no Norte de Portugal», *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SILVA, Manuel Carlos; MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), «Direito, Ciência e o Corpo Feminino: a Prostituição como 'Objecto de Fronteira'», in *Cadernos do Noroeste*, n.º 18, pp. 183-203.
- SILVA, Susana M. (2001), *As Fronteiras das Ambivalências: Controle e Poder Institucionais Sobre a Prostituição Feminina*, Braga: Universidade do Minho (tese de Mestrado).
- SIMMEL, Georg (1908), «Exkurs über den Fremden», in *Soziologie, Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*, Leipzig: Duncker und Humblot, pp. 685-691.
- SIMMEL, Georg (1987), «A Metrópole e a Vida Mental», in O. Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- SIMÕES, José Manuel (1995), «As Regiões de Fronteira Portuguesas: Da Construção ao Recentrar da Periferia», in Carminda Cavaco (org.), *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 35-62.
- SIMÕES, José Manuel, José Portela e Francisco Cepeda (orgs.) (1996), *A Região Fronteira de Trás-os-Montes. Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento*, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- SIMPSON, M. e SCHILL, T. (1977), «Patrons of Massage Parlors: Some Facts and Figures», *Archives of Sexual Behaviour*, vol. 6 (6), pp. 521-525.
- SKROBANEK, Siriporn; BOONPAKDI, Nattaya e JANTHAKEERO, Chutima (1999), *Tráfico de Mulheres: Realidades Humanas en el Negocio Internacional del Sexo*, Madrid: Narcea [1997].
- SMITH-ROSENBERG, Carroll e ROSENBERG, Charles E. (1999), «The Female Animal: Medical and Biological Views of Woman and Her Role in Nineteenth-Century America», in Judith Walzer Leavitt (org.), *Women and Health in America*, Madison: University of Wisconsin Press, pp. 111-130.
- SOULÉ, Jacques (1994), *L'âge d'or de la prostitution de 1870 à nos jours*, Paris: Hachette.
- SOUTH AFRICAN COMMISSION LAW (2002), *Sexual Offences: Adult Prostitution*, Project 107 – Sexual Offences, Issue Paper 19.
- STELLA (Organismo de Ajuda e Defesa das Prostitutas) (2002), *Stella et le débat sur la prostitution*, em «<http://www.cybersolidaires.org/docs/debatts.html>» (10/03/2003).
- STERREN, Anke van der; MURRAY, Alison e HULL, Terry (1997), «A History of Sexually Transmitted Diseases in the Indonesian Archipelago since 1811», in Milton Lewis, Scott Bamber e Michael Waugh (orgs.), *Sex, Disease, and Society. A Comparative History*, Westport: Greenwood Press, pp. 203-230.
- STOLS, Eddy (1996), *Brazil: Vij eeuwen geschiedenis in dribbelpas*, Leuven: Acco.
- STOOP, Chris de (2003a), *Ze Zijn zo Lief, Meneer; Over Vrouwenhandelaars, Meisjesballetten en de Bende van de Miljardair*, Amsterdão: De Bezige Bij [1992].
- STOOP, Chris de (2003b), *Zij Kwamen uit het Oosten; Een Vertelling*, Amsterdão: De Bezige Bij.
- SULLIVAN, Barbara (1995), «Rethinking prostitution», in B. Caine e R. Pringle (orgs.), *Transitions: New Australian Feminisms*, Sidney: Allen & Unwin, pp. 184-197.
- SUNINDYO, Saraswati (1993), *She Who Earns: The Politics of Prostitution in Java*, Madison: University of Wisconsin (PhD thesis).
- TABET, Paola (1987), «Du don au tarif: les relations sexuelles impliquant une compensation», in *Les temps modernes*, n.º 490, pp. 1-53.
- TAITHE, Bertrand (1999), «The Rise and Fall of European Syphilis: The Debates on Human Experimentation and Vaccination of Syphilis», c. 1845-70», in Franz X. Eder, Lesley Hall e Gert

- Hekma (orgs.), *Sexual Cultures in Europe: Themes in Sexuality*, Manchester: Manchester University Press, pp. 34-57.
- TANAKA, Yuki (2002), *Japan's Comfort Women. Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation*, Londres: Routledge.
- TAPLIN, Oliver (1990), *O Fogo Grego*, Lisboa: Gradiva/RTC.
- TAYLOR, Frederick Winslow [1998 (1911)], *The Principles of Scientific Management*, Nova Iorque: Dove Publications.
- THOMAS, William e ZNANIECKI, Florian (1971), «The Polish Peasant in Europe and America», in T. Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, pp. 23-29.
- TIZÓN, José Luis Sequeiros et al. (1996), *A prostitución feminina na Comunidade Autónoma de Galicia*, Vigo: Xunta de Galicia, Servicio Galego de Igualdade, Consellería de Familia, Xuventude, Deporte e Voluntariado.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras: Celta.
- TRAMITZ, A. (2001), «Prostitution in the Western World», in C. Bishop e X. Osthelder (orgs.), *Sexualia. From Prehistory to Cyberspace*, Colónia: Könemann.
- TURNER, Victor (1974), *O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura*, Petrópolis: Editora Vozes.
- VAN DIJK, N. (1998), «Trafficking in Women in the Postcommunist Countries in Central and Eastern Europe», in La Strada Ceska Republica (org.), *Traffic in Women in Postcommunist Countries of Central and Eastern Europe*, Paper apresentado na Czech-Ukrainian Conference, Praga, 27 e 28 de Novembro.
- VAN GENNEP, Arnold (1977), *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Editora Vozes.
- VANWESENBEECK, I. M. e VENNIX, P. (2002), *De Sociale Positie van Prostituees in de Gereguleerde Bedrijven, een Jaar na Wetswijziging*, Utrecht/Maia: Rutgers NISSO Groep, WODC, Ministerie van Justitie.
- VANWESENBEECK, W. M. A. (1994), *Prostitutes' Well-being and Risk*, Amsterdão: VU University Press.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1992), «O Conceito de «Decadência Fisiológica da Raça» e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal», in *Revista de História das Ideias*, n.º 14, pp. 365-288.
- VAQUINHAS, Irene Maria (2000), «Senhoras e Mulheres» na Sociedade Portuguesa do Século XIX, Lisboa: Colibri.
- VARANDAS, Isabel e BARATA, Lurdes Alves (2002), *Atravessar a Vida ao Contrário: Ser Prostituta (Histórias Dela Vida)*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- VAZ, Teófilo (2003), «A Triste Sina do Nordeste», in *Jornal A Voz do Nordeste*, 13.05, p. 7.
- VENICZ, L. e VANWESENBEECK, I. (1998), *Aard en Omvang van (Gedwongen) Prostitutie onder Minderjarige (Allochtonen) Meisjes*, Utrecht: NISSO.
- VENICZ, L. e VANWESENBEECK, I. (2000), *Er Gaat iets Veranderen in de Prostitutie...: De Sociale Positie en het Psychosociaal Welzijn van Prostituees in Prostitutiebedrijven voorafgaand aan de Opheffing van het Bordeelverbod [...]*, Utrecht: NISSO.
- VICENTE, Ana (1998), *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio*, Lisboa: Multinova.
- VIVEROS, M. (1998), «Quebradores y cumplidores: biografías diversas de la masculinidad», Paper apresentado na conferência *La Equidad de Género en América Latina y el Caribe: Desafíos desde las Identidades Masculinas*, Santiago do Chile, 8-10 de Junho.
- VLEUTEN, N. van der (1991), *Survey on 'Traffic in Women'. Policies and Policy - Research in an International Context*, Leiden: Vena Working Paper, n.º 91/1.
- VOLMULLER, H. W. J. (1965), *Het Oudste Beroep; Prostitutie in Nederland*, Utrecht: Oosthoek.
- VRIES, Petra de (1997), *Kuisheid voor Mannen, Vrijheid voor Vrouwen; De Reglementering en Bestrijding van Prostitutie in Nederland, 1850-1911*, Hilversum: Verloren.

- WALKOWITZ, Judith (1980), *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- WALKOWITZ, Judith R. (1990), «Sexualidades Perigosas», in Michelle Perot e Georges Duby (orgs.), *História das Mulheres*, vol. IV, Porto: Edições Afrontamento, pp. 400-441.
- WALKOWITZ, Judith, et al. (1992), *City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-Victorian London*, Londres: Virago Press.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo: Passado e Presente em Duas Freguesias do Minho*, Lisboa: Dom Quixote.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O Capitalismo Histórico (seguido de) A Civilização Capitalista*, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002), *Após o Liberalismo: Em Busca da Reconstrução do Mundo*, Petrópolis: Vozes.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- WEBER, Max (1979), *O Poético e o Cientista*, Lisboa: Presença.
- WELLINGS, K. et al. (1994), *Sexual Behaviour in Britain*, Londres: Penguin Books.
- WELZER-LANG, Daniel (1994), *Prostitution, les uns, les uns et les autres*, Paris: Métailié.
- WELZER-LANG, Daniel (org.) (2000), «Pour une approche profémíniste non homophobe des hommes et du masculin», in D. Welzer-Lang (org.), *Nouvelles approches des hommes et du masculin*, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, pp. 109-138.
- WEST, Jackie (2000), «Prostitution: collectives and the politics of regulation», *Gender, Work and Organisation*, vol. 7 (2), April.
- WIJERS, M. e LAP-CHEW, L. (1997), *Trafficking in Women. Forced Labour, and Slavery-Like Practices, in Marriage, ??? Labour and Prostitution*, Utrecht: STV.
- WINICK, C. (1962), «Prostitutes' Clients' Perceptions of the Prostitutes and of Themselves», in *International Journal of Social Psychiatry*, vol. 8 (4), pp. 289-299.
- WIRTH, Louis (1987[1938]), «O Urbanismo como Modo de Vida», in O. Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- XIBERRAS, Martine (1996), *Les théories de l'exclusion*, Paris: Armand Colin.
- YOUNG, Iris Marion (1997), *Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy and Policy*, Princeton: Princeton University Press.
- ZONABEND, Françoise (1989), *La presqu'île au nucléaire*, Paris: Odile Jacob.



36. *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*, António Teixeira Fernandes (coord.), 2001
37. *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Luís Cunha, 2001
38. *Falar Disso. A Educação Sexual na Família dos Adolescentes*, Duarte Vilar, 2003
39. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. Um Discurso sobre as Ciências Revisitado*, Boaventura de Sousa Santos (org.), 2003
40. *Entre a Casa e a Caixa. Retrato de Trabalhadoras na Grande Distribuição [Menção Honrosa do Prémio Mulher Investigação 2001 – Carolina Micháelis de Vasconcelos]*, Sofia Alexandra Cruz, 2003
41. *Em Nome de Deus. A Religião na Sociedade Contemporânea*, Donizete Rodrigues (org.), 2004
42. *O Sexo das Profissões. Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Lucília Escobar, 2004
43. *Violência na Família – Uma Abordagem Sociológica*, Isabel Dias, 2004
44. *Trabalho, Serviço e Serviços. Contributos para a Sociologia do Trabalho*, Paulo Pereira de Almeida, 2005
45. *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes Sociais e «Modalidades de Estilização da Vida» na cidade do Porto*, Virgílio Borges Pereira, 2005
46. *Trajectórias de Qualificação Profissional: Processos de Dualização. Um Estudo de Caso*, Ana Paula Marques, 2005
47. *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, António Teixeira Fernandes, 2006
48. *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Carlos Manuel Gonçalves, 2006
49. *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*, Helena Vilaça, 2006
50. *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Manuel Carlos Silva (org.), 2006
51. *Entre o Diploma e o Emprego. A Inserção Profissional de Jovens Engenheiros*, Ana Paula Marques, 2006
52. *Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais. Focolares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga*, Joaquim Costa, 2006
53. *A Sociologia e o Debate Público. Estudos sobre a relação entre Conhecer e Agir*, Augusto Santos Silva, 2006
54. *A Gramática do Tempo. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume IV, Boaventura de Sousa Santos*, 2006
55. *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Orgs.)
56. *Elas Somos Nós. O Direito ao Aborto como Reinvenção Democrática e Cidadã*, Andrea Peniche, 2007
57. *Futuras Antecipadas. Para uma Sociologia do Risco Genético*, Felismina R. P. Mendes, 2007
58. *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, José Madureira Pinto, 2007
59. *Sociologia da Religião. Uma Introdução*, Donizete Rodrigues, 2007.
60. *Saber Prático de Saúde. As Lógicas do saudável no quotidiano*, Luísa Ferreira da Silva, 2008